FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 33.930 | QUINTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2022 | R$ 5,00

Dólar cai a R$ 5 com incertezas geopolíticas

O dólar atingiu ontem sua menor cotação frente ao real desde junho de 2021, fechando a R$ 5. Ante à possibilidade de guerra entre Rússia e Ucrânia, investidores colocaram mais dinheiro no Brasil, valorizando a moeda local.

O recuo do dólar, com petróleo e commodities em alta, não deve reduzir a inflação no país. Mercado p.1

BOLSONARO USA GRAVATA COM DESENHOS DE FUZIS

Presidente vestiu o acessório em cerimônia sobre o Plano Nacional do Desporto, em Brasília

João Gabriel Rodrigues/Fatopress/Folhapress

A pandemia em 23.fev Dados das 20h

POPULAÇÃO VACINADA

No Brasil

Ao menos uma dose (dose única ou 1ª dose)	82,2%
1º ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose)	71,8%
Dose de reforço	28,8%

Nos estados

	Ao menos uma dose	1º ciclo completo	Dose de reforço
SP	90,5%	80,6%	42,6%
PI	90,8%	78,0%	26,2%
PB	83,8%	75,7%	33,3%
MG	81,9%	74,9%	31,0%

ESTÁGIO DA DOENÇA

Óbitos

Média móvel 803 ↓ -8,0%*

Em 24 h 956

Total 646.490

Casos ↓ -41,3%* (acelerado)

*Variação em relação a 14 dias

Putin ordena início da ação militar na Ucrânia

Anúncio foi feito nas primeiras horas de quinta, após União Europeia e EUA decretarem novas sanções a Moscou

O presidente russo, Vladimir Putin, deflagrou nas primeiras horas desta quinta (24) uma operação militar na Ucrânia com o declarado intuito de "proteger a população do Donbass", região do leste do vizinho onde ele reconheceu áreas separatistas pró-Rússia, relata o enviado especial **Igor Gielow**.

Até a conclusão desta edição, não havia sinais de uma invasão em larga escala — a intenção comunicada pelo Kremlin era enviar tropas para as áreas rebeldes etnicamente russas no país vizinho. Equipes de TV da rede CNN, porém, ouviram explosões à distância na capital ucraniana, Kiev, e em Kharkiv, perto de Donbass.

Se o bombardeio for confirmado, Moscou estará escalando a invasão de uma área ocupada desde 2014 para uma guerra contra a Ucrânia. O governo de Volodimir Zelenski conta com o apoio das forças da Otan, a aliança militar capitaneada por Washington.

O anúncio de Putin foi feito no momento em que Conselho de Segurança da ONU realizava uma reunião de emergência que adentrou a madrugada em Nova York. Horas antes, Estados Unidos e União Europeia haviam anunciado mais sanções a Moscou.

O Parlamento da Ucrânia aprovou instaurar estado de emergência. Mundo A10

turismo

Para curtir os feriados

Destinos permitem aproveitar folgas na cidade ou no mato D1

- GO tem natureza e hotel com aula de ecologia D2
- Conheça locais de 'And Just Like That' em NY D6

Sem rua, Carnaval fica restrito a quem pode pagar

O avanço da ômicron fez com que prefeituras dos principais destinos carnavalescos cancelassem eventos de rua, mas festas fechadas estão liberadas, desde que cumpram protocolos. Organizadores de blocos apontam para elitização. Cotidiano B1

TENDÊNCIAS / DEBATES A3

Cristiano Zanin e Valeska T. Martins
Lula não está livre por causa de Moro, mas sim porque foi feita justiça

Styvenson Valentim
Não, meu caro Flávio, quem soltou Lula foi Jair Bolsonaro

Jogo de empurra e rixas deixam terceira via isolada

A 3ª via expôs nesta semana as dificuldades do campo da centro-direita no enfrentamento a Lula e Jair Bolsonaro, com pressões para que nomes abram mão das pré-candidaturas e divergências sobre o momento de uma eventual aglutinação. Política A4 e A5

Petrobras tem lucro recorde de R$ 106 bilhões em 2021

No ano em que o consumidor brasileiro pagou preços recordes dos combustíveis, a Petrobras apresentou o maior lucro de sua história, de R$ 106,6 bilhões, crescimento de 1.400% ante 2020. A companhia anunciou mais R$ 37,3 bilhões em dividendos aos acionistas.

Segundo a empresa, o desempenho recorde de 2021 reflete a alta de 77% do preço em reais do petróleo Brent, maiores volumes comercializados no mercado interno e melhores margens na venda de combustíveis, além de reversão de perdas contábeis. Mercado p.2

Visitantes contemplam vista da cidade de Nova York a partir do observatório Summit One Vanderbilt, na região central de Manhattan Angela Weiss/AFP

STJ adia julgamento sobre planos de saúde

Após pedido de vista, corte interrompeu pela segunda vez julgamento que determinará se as operadoras estão obrigadas a cobrir procedimentos não incluídos em lista estipulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. B5

EDITORIAIS A2

Apuração rachada
Sobre investigações em torno de Flávio Bolsonaro.

Mais negligência
Acerca de atraso na oferta de remédios contra Covid.

ATMOSFERA

São Paulo hoje: 32° / 19°

Amanhã	Sábado	Domingo
19° 33°	19° 33°	19° 33°

Fonte: www.climatempo.com.br

ISSN 1414-5723
9 771414 572056 33930

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Marcelo Benez *(comercial)* e Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*

Laerte

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Apuração rachada

Com mobilização comprovada da Receita, caso de Flávio Bolsonaro permanece sem respostas

Foram bem-sucedidos até aqui os esforços do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para deter as investigações sobre desvios ocorridos em seu antigo gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e seu envolvimento com o chamado esquema das "rachadinhas".

Desde que as primeiras suspeitas vieram à tona, pouco antes da chegada de seu pai ao Palácio do Planalto, uma sucessão de decisões judiciais paralisou o trabalho dos promotores estaduais que examinavam suas transações financeiras.

Sua vitória mais significativa foi alcançada no fim do ano passado, quando o Superior Tribunal de Justiça anulou todas as decisões do juiz de primeira instância que autorizara o início das apurações.

A corte concluiu que ele não tinha jurisdição sobre os atos praticados por Flávio como deputado estadual —e que o processo deveria ser conduzido pelo Tribunal de Justiça do Rio. Devolveu-se o inquérito à estaca zero, e anularam-se as provas colhidas.

Foram empurradas para debaixo do tapete também as desconfianças geradas pela intensa movimentação do senador no interior do governo, em busca de elementos que o ajudassem a jogar areia nas engrenagens das investigações.

Documentos inéditos obtidos por este jornal mostram que a Receita Federal chegou a mobilizar cinco funcionários para averiguar suspeitas levantadas pelos advogados do senador contra auditores fiscais, durante quatro meses.

Difícil imaginar que o tenham feito sem pressão do círculo íntimo do presidente Jair Bolsonaro (PL), após uma reunião da defesa de seu filho mais velho com o Gabinete de Segurança Institucional e a Agência Brasileira de Inteligência.

Segundo Flávio, o fisco promoveu uma devassa ilegal em suas contas para alimentar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão de inteligência cujos relatórios apontaram os primeiros sinais de desvios.

Os papéis revelados agora indicam que essas alegações foram descartadas pela Receita após investigações internas, mas várias dúvidas sobre o trabalho dos auditores e a reação do filho do presidente permanecem sem esclarecimento.

A defesa de Flávio manifestou surpresa ao tomar conhecimento dos documentos, alegando não ter sido informada pela Receita do resultado das apurações, e insistiu na tese de que ele foi alvo de perseguição dos promotores.

Se é possível que abusos tenham sido cometidos, o filho de Bolsonaro parece ter levado a melhor até agora. O secretário da Receita que atendeu ao seu pedido de investigação, José Barroso Tostes Neto, foi afastado, e as pontas soltas do inquérito das "rachadinhas" continuam à espera de providências.

Mais negligência

Remédios eficazes contra a Covid não estão no SUS, em contraste com rapidez na cloroquina

Sim, existem tratamentos precoces para a Covid-19. Não são, porém, os que Jair Bolsonaro apregoa.

No início da pandemia, profissionais de saúde, desesperados por não ter como tratar seus pacientes, passaram em revista o arsenal de drogas da medicina, em busca de um remédio já licenciado que tivesse atividade contra o Sars-CoV-2.

Foi nesse contexto que fármacos como cloroquina, um antimalárico, ivermectina, um vermífugo, e nitazoxanida, outro vermífugo, ganharam notoriedade. Estudos muito preliminares sugeriam que eles poderiam funcionar. Mas essa hipótese acabou derrubada.

Por razões que cientistas cognitivos ainda precisam investigar mais, alguns grupos, em geral com ideologia mais à direita, recusaram-se a assimilar os resultados dos trabalhos e seguem até hoje afirmando que cloroquina e quejandos são eficazes contra a Covid-19.

Os laboratórios, porém, não ficaram parados. Assim como vacinas foram desenvolvidas em tempo recorde, a indústria farmacêutica criou ou encontrou drogas que têm atividade contra o vírus e salvam vidas quando ministradas nas fases iniciais da infecção. São os tratamentos precoces reais.

Fala-se aqui de fármacos como o Paxlovid, capaz de reduzir hospitalizações e mortes em 89%, o Remdesivir, com eficácia de 86%, e o Molnupiravir, entre 30% e 50%.

Agora, o escândalo. Como bem observou o médico infectologista e colunista da **Folha** Esper Kallás, ainda morrem no Brasil cerca de 800 pessoas por dia devido à Covid-19, mas ainda não colocamos esses medicamentos nos hospitais, onde salvariam inúmeras vidas.

A Anvisa nem sequer terminou o processo de licenciamento de todos, embora alguns estejam em uso até na Venezuela. As drogas que já foram aprovadas ainda não foram incorporadas ao SUS.

É uma lentidão que contrasta com a rapidez com que o governo de Jair Bolsonaro disponibilizou a cloroquina e outras drogas inúteis contra o coronavírus.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, diz que já está em contato com os fabricantes para encomendar os produtos, mas alerta que serão necessárias também mudanças na legislação.

Espera-se que o ministro não queira também fazer uma consulta pública, como a que convocou para atrasar a vacinação infantil. A eventual alteração na lei pode ser feita por medida provisória, mas é preciso algum senso de urgência.

A bala está solta

Thiago Amparo

No meio do caminho da democracia brasileira tem uma pedra: homens com fuzil. A dama de vermelho que atravessou a rua no DF acompanhada de homens com armas em punho deve ter elegido a cor sangue por zombaria. A pergunta não é se teremos uma eleição com homens fanáticos armados —isso já temos—, a questão é se cortaremos a pólvora antes que o sapo da democracia morra a tiros.

Nunca esqueçamos, mesmo que as nossas retinas estejam tão fatigadas: o presidente da República passou os últimos três anos ajudando criminosos a terem acesso ao maior número de armas possível. Quanto mais decretos edita, maior é o descontrole. Bolsonaro zomba do Exército, que de forma subserviente assim permite, ao travar a integração do rastreamento de armas e munições, em parte feito pelo próprio Exército.

O descontrole resulta no fortalecimento do bandido que te aguarda na esquina. Em dez anos, nove armas foram furtadas ou roubadas por dia em SP —46% dos desvios de armas ocorreram em residências. O Globo identificou que há CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) —categoria tão alargada por Bolsonaro que hoje significa caçadores meus e seus— que integram milícias e grupos de extermínio.

A sua arma não só não te protege como será usada contra você. Cabe aos democratas formularem planos de segurança pública que, de um lado, mostrem que arma na mão significa insegurança, além de investigar os laços espúrios com a indústria de armas, e, de outro, dialoguem com quem está além de nossas bolhas (apenas 10% dos policiais apoiam liberação de armas de fogo).

A artilharia do presidente tem disparado incólume sob a conivência do Senado —que hoje discute o #PLdaBalaSolta (3.723/2019)— e com a morosidade do STF —que tarda em concluir as ações sobre o tema. Que o candidato da arminha na mão preferiria metralhar oponentes disso já suspeitávamos: o que não sabemos, ainda, é se o Congresso, o Exército e o STF farão algo a respeito. Com a bala já solta, a eleição será armada?

Síndrome do abandono

Bruno Boghossian

Jair Bolsonaro se sente abandonado. Depois de contar com o apoio de investidores e empresários para chegar ao Planalto, o presidente se queixou da apatia desses grupos com sua campanha à reeleição. No evento de um banco, ele se irritou com aqueles que consideram certa uma vitória de Lula nas urnas: "Dá para deixar rolar tudo numa boa? Quem chegar chegou? Tudo bem?".

O presidente tenta usar a seu favor a liderança do petista nas pesquisas e aplica uma tonalidade renovada à campanha do medo da volta de Lula. Nos últimos dias, ele agitou diante dos conservadores um perigo iminente da liberação do aborto e lançou maus agouros aos endinheirados que já fazem projeções econômicas para um futuro governo do PT.

Na conferência do banco, Bolsonaro falou como se a plateia tivesse deixado de acreditar nele. Disse que Lula representa riscos para as reformas dos últimos anos e cobrou apoio para espantar o velho fantasma vermelho. "Isso não significa nada para a classe pensante do Brasil? Acham que podemos flertar com o comunismo?", perguntou, aos gritos.

O discurso da ameaça petista ganha tração graças à vantagem de Lula nesta etapa da campanha. O presidente aproveita o cenário para buscar faíscas de antipetismo, começando por aqueles que receberam atenção especial de seu governo —ainda que sua incompetência tenha limitado os ganhos desses grupos.

Com Lula na frente, Bolsonaro busca credibilidade para sensibilizar os mais ricos com o perigo de reversão da agenda econômica. Para atingir os mais pobres, que ainda sofrem com a crise, ele procura canais adicionais e alega que o possível retorno do PT significará a liberação das drogas e do aborto no país.

Para mudar o retrato das pesquisas, Bolsonaro precisa do pessoal da base da pirâmide, mas a turma do alto também pode lhe ser útil. Além de reverter a sensação de tranquilidade com uma possível vitória de Lula, a tal "classe pensante" costuma ser essencial para líderes que ensaiam manobras autoritárias.

Intestinos de Bolsonaro

Ruy Castro

Em todos os filmes do Zorro, de Douglas Fairbanks e Tyrone Power a Antonio Banderas, a derrubada do governo que oprime e explora o México só precisa que o herói vare com sua espada o chefe de polícia, depois de lhe fazer um Z na testa, e o povo, portando archotes, derrube os portões da hacienda do governador corrupto e de sua família e prenda todo mundo. É empolgante, mas a ideia de que uma hacienda podia servir de metáfora para simbolizar um país sempre me soou implausível.

Pensando bem, não é assim tão implausível. O Brasil de Jair Bolsonaro é como uma grande hacienda. Pode estar dividida em um ou dois palácios, Planalto e Alvorada, e outras tantas mansões à beira do lago dos bacanas, compradas com dinheiro vivo por seus filhos e ex-mulheres. Mas o espírito da coisa é o mesmo. O governo é uma operação familiar, com a máquina pública a serviço de seus interesses particulares —poder, propriedades, prestígio, prazeres, impunidade. E, se você já se revolta com os absurdos que se perpetram à luz do dia, tente imaginar o que acontece nos intestinos do poder e de que não ficamos sabendo.

Mas às vezes ficamos. Nesta quarta-feira (23), a **Folha** levantou uma manobra de uso de um órgão federal, acionado por um filho de Bolsonaro, numa estratégia jurídica visando a desmontar as investigações do caso das "rachadinhas", de que ele é acusado há anos. A manobra consistiu em ocupar por quatro meses de 2020-21 uma equipe de servidores da Receita Federal para tentar melar o processo e identificar, por nome e CPF —com que intenções?—, os auditores que conduziam as investigações.

Imagino que o uso de funcionários graduados, pagos com nossos impostos, para sabotar investigações de assuntos que nos dizem respeito seja algo de muito grave. Mas para isso servem os intestinos, não? Para processar merda.

Cedo ou tarde, eles explodirão. E, quando acontecer, mantenha distância da hacienda.

A urgência da adaptação

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

A tragédia de Petrópolis veio repetir uma verdade para além de sabida: os mais pobres serão sempre as primeiras e principais vítimas da natureza em transe, com o notório dar de ombros das grandes empresas, como sucedeu em Mariana e Brumadinho; a negligência dos governantes; ou o seu misto de desinteresse e incapacidade de disciplinar a ocupação urbana.

Como secas calcinantes ou dilúvios bíblicos, incêndios ou inundações, desmoronamentos ruinosos ou marés gigantescas, pandemias, rompimentos de barragens ou vazamentos de petróleo, catástrofes ambientais —a maioria decorrente do aquecimento do planeta— passaram a fazer parte do novo normal.

Eis por que especialistas em mudanças climáticas chamam a atenção para duas estratégias igualmente cruciais: mitigação e adaptação. No primeiro caso, trata-se de estabelecer e cumprir compromissos com iniciativas para reduzir as emissões de carbono a fim de impedir o crescimento descontrolado da temperatura terrestre.

Na segunda frente, a meta é adaptar as sociedades criando resiliência aos riscos que as mudanças já em curso tornaram inevitáveis, mesmo que a mitigação tenha êxito e seja possível limitar o aumento da temperatura a 1,5°C —definido no Acordo de Paris de 2013.

Graças à mobilização das forças organizadas na sociedade brasileira e no sistema político e à vigorosa pressão internacional, apesar da fronda da treva instalada no Planalto, o debate público sobre a questão avançou. Salvo em face da adaptação aos riscos climáticos, praticamente ausente do radar nacional.

Em países iníquos como este, iniciativas de adaptação precisam andar de mãos dadas com políticas sociais para dar certo. Tanto as destinadas a garantir rendimentos mínimos, prover seguro social ou atendimento à saúde, quanto as relacionadas ao direito de moradia e acesso à infraestrutura urbana.

Políticas de proteção social são formas de intervenção para reduzir os riscos associados ao funcionamento falho dos mercados e às adversidades do ciclo da vida. Nas condições atuais, precisam tomar em consideração o espectro da crise ambiental.

Para fins eleitorais, é legítimo invocar um passado recente em que os pobres se beneficiaram de políticas de forte compromisso social. Sobretudo agora, quando o adversário é de uma indiferença atroz às necessidades e aspirações dos mais frágeis. Mas a reconstrução progressista do país devastado pelo atual desgoverno demandará políticas sociais inovadoras —vertebradas pela ideia de justiça ambiental e atentas aos desafios de uma adaptação equitativa às ameaças climáticas.

mhermtavares@gmail.com

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Quem soltou Lula foi a Justiça

Ex-presidente está livre porque foi preso injustamente por Sergio Moro

Cristiano Zanin e Valeska Teixeira Martins
Advogados, cofundadores do Lawfare Institute e responsáveis pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

É muito importante que qualquer debate público, seja no campo jurídico, político ou de saúde pública, como o combate à pandemia de Covid-19, por exemplo, seja baseado na verdade dos fatos, na objetividade da argumentação e na honestidade intelectual.

Nem o senador da República Flávio Bolsonaro (PL-RJ) nem o ex-juiz, ex-ministro e ex-consultor Sergio Moro devem ser alvo de mentiras, de julgamentos parciais ou terem negado seu direito à defesa diante de alguma acusação que exista ou possa existir contra eles. Nenhum cidadão merece ser sujeitado a isso.

O artigo publicado por Flávio Bolsonaro nesta **Folha** ("Moro soltou Lula", 22/2) contém acusações falsas contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e uma série de mentiras sobre os processos contra ele. Ao contrário do que foi publicado no artigo, o ex-presidente foi absolvido em todos os casos já julgados que não envolveram o ex-juiz Sergio Moro, analisados em diferentes instâncias da Justiça.

Os processos que tiveram o envolvimento de Moro foram anulados por dois motivos concretos, conforme acórdão do Supremo Tribunal Federal: primeiramente, foi constatado que Moro jamais poderia ter julgado Lula em Curitiba e, não menos relevante, foi um juiz parcial, suspeito, que atuou contra o ex-presidente, o que contaminou de ilegalidade aqueles processos em todas as instâncias. Não se trata de opinião, mas de fatos.

Mensagens trocadas entre o ex-procurador Deltan Dallagnol e seus pares na Operação Lava Jato, às quais, como advogados de Lula, tivemos acesso legal por determinação do STF, revelam que foram criadas acusações em série contra o ex-presidente como parte de um plano para difamá-lo e sobrecarregar sua defesa (o "Plano do Lula").

Lula foi absolvido na Justiça (12ª Vara Federal de Brasília) da acusação central do "PowerPoint de Dallagnol" —a de que teria comandado desvios na Petrobras, o chamado "quadrilhão". O juiz arquivou o caso por absoluta falta de justa causa e afirmou que a denúncia improcedente tinha o objetivo de "criminalizar a atividade política".

Ao contrário do que escreveu o senador Bolsonaro, nenhum juiz, nem mesmo Moro, apontou prova ou ato ilegal do ex-presidente nos processos. Tanto que Moro condenou Lula por "ato de ofício indeterminado"; ou seja, nenhum. Lula e seus familiares foram extensamente investigados, sofreram buscas e apreensões, tiveram todos os seus sigilos quebrados e não foi localizado qualquer pagamento irregular ou indevido ao ex-presidente da República.

[...]

Lula só foi preso, injustamente, por causa de Moro, e por isso também não pôde concorrer nas eleições de 2018, vencidas pelo pai do senador Flávio, talvez o maior beneficiário dos processos parciais conduzidos pelo ex-juiz contra Lula. O pai de Flávio, inclusive, já agradeceu publicamente ao seu ex-ministro por isso

O senador mente ao dizer que Lula foi condenado pelo STF, o que nunca aconteceu. Mente ao tratar como "confissão" as acusações sem provas de Antonio Palocci, em transação rejeitada até mesmo pelos procuradores da Lava Jato por absoluta inconsistência. O Supremo, por sinal, entendeu que a divulgação da delação pelo ex-juiz Moro, às vésperas da eleição de 2018, foi mais um ato de parcialidade com motivação política. Isso também é fato, não mera opinião. Fato que favoreceu eleitoralmente o pai do senador.

É igualmente falso afirmar que quantias arrecadadas junto a processados pela Lava Jato e destinadas à Petrobras constituem "prova" de envolvimento de Lula em desvios na estatal. Nem os promotores nem o ex-juiz estabeleceram nos autos essa conexão inexistente, o que teve de ser admitido pelo próprio Moro nos embargos da esdrúxula sentença e confirmado no acórdão do STF.

Lula não está livre por causa de Moro. Está livre porque a justiça foi feita na mais alta instância e em todas as demais em que Moro não foi juiz, fato contra o qual o ex-ministro se rebela em confrontação aberta com a Suprema Corte. Lula só foi preso, injustamente, por causa de Sergio Moro, e por isso também não pôde concorrer nas eleições de 2018, vencidas pelo pai do senador Flávio, talvez o maior beneficiário dos processos parciais conduzidos pelo ex-juiz contra Lula. O pai de Flávio, inclusive, já agradeceu publicamente ao seu ex-ministro por isso.

Não, meu caro Flávio, quem soltou Lula foi Jair Bolsonaro

Soma dos erros deste governo pavimentou o caminho para a liberdade

Styvenson Valentim
Senador da República (Podemos-RN)

A quem poderia interessar Lula livre? Certamente não ao Brasil —tampouco a Sergio Moro (Podemos), que julgou e condenou o petista. Sentença confirmada e até ampliada por mais oito juízes de tribunais superiores e pelo próprio Supremo Tribunal Federal, que autorizou a prisão.

Inverter narrativas, criar e espalhar fake news, como no artigo do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) publicado nesta **Folha** ("Moro soltou Lula", 22/2), tem sido o modo operante preferido do grupo político que está na Presidência desde 2019.

A culpa pelas mazelas e tragédias a que estamos assistindo no Brasil começou, sim, nos governos do PT. E não estamos falando apenas de mensalão e petrolão, mas do assalto ao Estado brasileiro, do roubo dos fundos de pensão e dos bilhões de dólares do BNDES destinados a fazer obras em países estrangeiros. Estamos falando dos 13 milhões de desempregados, do aumento da pobreza, do endividamento da população e do desastre do governo Dilma Rousseff. São heranças que o PT quer apagar da nossa memória. Mas não era o fundo do poço: o atual governo conseguiu nos levar a um lugar ainda mais escuro.

Este é um governo que será lembrado pela negação da ciência, pelo desprezo à vida na pandemia, pelos arroubos autoritários, pelo pouco apreço à democracia e às instituições, pela falta de compromisso com a verdade, pelo incentivo ao ódio, ao radicalismo e à divisão entre os brasileiros.

E que, por sua absoluta falta de capacidade e competência para conduzir nossa nação, nos obriga a conviver com uma cruel paralisia econômica, com o desemprego, a fome, uma inflação de dois dígitos e uma total falta de perspectivas.

O atual governo é também protagonista de um triste e grave retrocesso na luta contra os malfeitos na gestão pública. Sim, foi Jair Bolsonaro (PL) que sistematicamente desmontou o combate à corrupção no país, mesmo após ter empenhado a Sergio Moro a sua palavra de que o combate à corrupção seria prioridade em seu governo e ter dado carta branca a seu futuro ministro para atuar.

[...]

Para Bolsonaro, a melhor coisa que poderia ter acontecido ao seu governo era a soltura de Lula, pois é o último recurso que lhe resta para ter alguma relevância na eleição e manter de pé a ambição de ser reconduzido à Presidência. (...) Sinceramente, caro Flávio, entre petrolões e rachadinhas, você quer mesmo que os brasileiros acreditem que a culpa é do juiz?

Foi Bolsonaro quem traiu Moro ao declarar que, caso fosse preciso, trocaria até mesmo o ministro da Justiça para proteger sua família e seus amigos. Bolsonaro traiu e decepcionou todos nós. Traiu seus eleitores ao aliar-se a todos aqueles que historicamente sempre se beneficiaram com a impunidade e o toma lá dá cá na política. Traiu e decepcionou milhões de brasileiros que viram nele uma esperança de moralização da coisa pública.

Foi Sergio Moro quem sentenciou Lula à prisão. Mas foi a soma dos erros, ações e decisões deste governo que pavimentou o caminho para a liberdade do ex-presidente.

Para Bolsonaro, a melhor coisa que poderia ter acontecido ao seu governo era a soltura de Lula, pois é o último recurso que lhe resta para ter alguma relevância na eleição que se aproxima e manter de pé a ambição de ser reconduzido à Presidência.

Lula livre interessa a Bolsonaro mais do que a qualquer outra pessoa no Brasil. E, sinceramente, caro Flávio, entre petrolões e rachadinhas, você quer mesmo que os brasileiros acreditem que a culpa é do juiz?

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Garimpo ilegal na região do rio Crepori, afluente do rio Tapajós, em Jacareacanga (PA) Pedro Ladeira - 17.fev.2022/Folhapress

Biodiversidade

Até quando esta República continuará cega e surda à catástrofe promovida contra sua biodiversidade, mormente na Amazônia? Ilana Szabó demonstra em "As raízes econômicas da destruição da Amazônia" (Cotidiano, 22/2) que proteger a floresta não é questão estritamente ecológica, mas concerne à segurança nacional, gravemente ameaçada pela delinquência superorganizada que sofistica a cadeia de crimes em atuação impune e até estimulada naquela região. Miserável Brasil, que já foi potência verde.
José Renato Nalini (São Paulo, SP)

Fé e voto

"'Pastor do PT' leva a Lula plano sobre evangélicos com dicas sobre temas tabus" (Política, 23/2). Os religiosos (inclusive da Santa Igreja Católica) deveriam estudar mais as Escrituras Sagradas. Jesus mandou separar o profano do divino em Mateus: a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Pelo fim da imunidade tributária para religiões e seitas! Deus, se for Deus, não precisa do dinheiro do povo brasileiro —e se precisar não é Deus.
Neli de Faria (São Paulo, SP)

*

Será que esse pessoal é tão ovelha assim para votar em quem o seu pastor mandar? Creio que não. Espero que não. Como é bom ser ateu.
Nilton Silva (Brasília, DF)

*

"A pergunta é muito simples: o que na sua vida melhorou? Quanto na sua igreja tinha de receita na época de Lula e Dilma e quanto tem de receita hoje?". É isso! Tudo se resume a dinheiro. Políticos e religiosos, tudo a ver.
Ricardo Leme (Jundiaí, SP)

*

É errado se referir a "segmento evangélico". São muitas denominações, correntes e seitas debaixo desse guarda-chuva. Sou protestante —no Brasil, debaixo desse nome, evangélica— e não tenho absolutamente nada, mas nada mesmo a ver com esses seres que hoje (neste atual governo) se apresentam como porta-vozes do "povo evangélico".
Marianne Ramos (Blumenau, SC)

Aborto

"Ninguém comemora o aborto" (Mariliz Pereira Jorge, Opinião, 22/2). E se alguém comemorar? É crime? Não é o tipo de assunto em que se deva fazer média com os "crentes".
Alberto Melis Bianconi (Brasília, DF)

*

Sou feminista, mas permitir aborto até seis meses de gestação não tem como aceitar. A maior publicidade e acessibilidade à pílula do dia seguinte seria muito mais importante.
Ana Rodrigues (Vitória, ES)

*

Vejo sempre muito homem dando pitaco nesse assunto e botando o dedo na cara das mulheres que celebram não o aborto, mas a sua descriminalização e a preservação de sua saúde. É muito simples: quem é contra, caso queira ou precise, não o faça.
Márcia Cor
(Porto Alegre, RS)

Acho que 24 semanas é muito tempo. O feto está formado. E houve muito tempo para a gestante pensar na tomada de decisão.
Esleide Gomes
(São Paulo, SP)

*

É preciso deixar claro que essa questão de legalizar ou não o aborto é sobre o patriarcado ter direito sobre nossos corpos. Sobre continuarem achando que um corpo com útero é público e que eles têm o direito de decidir o que fazer ou não com ele. Ninguém se importa com o feto; importam-se em nos controlar.
Camila Falcão (São Paulo, SP)

O senhor Aras

Armar a população, elogiar torturador, atacar o STF e o TSE, legalizar garimpo clandestino, destruir florestas, desmontar o Ibama, implodir os ministérios da Cultura, da Educação e da Saúde, atacar jornalistas, gays e indígenas, ameaçar cassar concessões de rádio e TV, conspirar contra a democracia e contra as eleições, produzir fake news dentro do Planalto, fazer propaganda antivacina... Tudo isso sob o nariz do procurador-geral da República, que se omite e acovarda-se. O senhor Aras será julgado pela história. Ah... e os 13 celulares do capitão Adriano? Alguém ouviu?
Rui Versiani
(São Paulo, SP)

Ordens não são ordens

Decisões judiciais que não são cumpridas causam o caos nas relações entre os poderes constituídos, é uma mácula nas páginas da constituição. Um deputado que não cumpre ordens expressas do TSE está quebrando o equilíbrio e o respeito entre os poderes.
Luiz José Almeida Fayad
(Balneário Piçarras, SC)

Absurdos

"Bancada evangélica mira 35 deputados para reverter projeto sobre jogos de azar" (Política, 23/2). É absurdo que em um Estado laico questões religiosas sejam invocadas para embasar decisões legislativas. Também absurdo é o Estado querer impedir que pessoas adultas gastem seu dinheiro como lhes aprouver.
Jonas Nunes dos Santos
(Juiz de Fora, MG)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MUNDO (12.FEV., PÁG. A15) O antigo Zaire é hoje a República Democrática do Congo, não a República do Congo (ou Congo Brazzaville), como publicado no texto "'Moisés Negro' tem semelhanças com o Brasil em que Moïse foi morto".

CORRIDA (1º.FEV., PÁG. B8) Diferentemente do publicado no texto "'Dr. Google', Ygor ajudou a criar identidade das redes sociais da **Folha**", o jornalista Ygor Salles nasceu na cidade de São Paulo, não em Americana, para onde se mudou ainda criança.

MUNDO (22.JUL.2018, PÁG. A14) A Ucrânia não faz fronteira com a República Tcheca, como dizia o texto "Separatistas e Exército travam na Ucrânia guerra esquecida pela Europa".

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Sandália

O PT projeta crescimento do presidente Jair Bolsonaro (PL) nas próximas pesquisas e tenta desfazer a imagem de estar de salto alto. No último Datafolha, em dezembro, Lula tem 48%, seguido por Bolsonaro, com 22%. "Nós avaliamos que Bolsonaro vai subir. Não subestimamos a máquina administrativa", diz a presidente do partido, Gleisi Hoffmann. Ela destaca a política expansionista da atual gestão, apesar do discurso liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes.

ESPAÇOSO Para o PT, podem render votos ao presidente o Auxílio Brasil, o vale-gás de R$ 52 e a promessa de crédito para ajudar os endividados. Gleisi ressalta que Bolsonaro, mesmo sendo de extrema direita, ocupou o espaço da direita como um todo. "Vai ser uma eleição dura", sustenta.

HUMILDE Segundo a dirigente petista, a legenda não tem arrogância. "Se tivesse, Lula não estaria fazendo esse esforço para ampliar o diálogo com o PSDB, com o centro. Não haveria conversa sobre federação", afirma.

QUEIMOU... Contra a vontade do PT, o TSE antecipou para o final de março o início da propaganda de TV do partido, que havia solicitado espaço a partir de abril. A ideia era estender as inserções até junho, nas portas da campanha.

...A LARGADA A justificativa foi de que as datas são distribuídas por ordem de pedido e já estavam ocupadas, o que o PT contesta. O partido agora corre para produzir as peças.

CORTEJO Lula deve se encontrar depois do Carnaval com líderes do MDB simpáticos à sua candidatura. A ideia é fazer um esforço para formalizar apoio ao petista já no primeiro turno. De acordo com o senador Renan Calheiros (AL), há 13 diretórios na legenda favoráveis à aliança.

TRAÇO A senadora Simone Tebet (MDB-MS) é hoje a pré-candidata do partido à Presidência. Na última pesquisa Datafolha, aparece com 1% das intenções de voto. Para Renan, uma campanha com poucas chances de vitória pode dificultar o desempenho de candidatos a deputado federal.

É ISSO O Itamaraty não pretende atender a apelos por uma crítica mais dura à Rússia por sua atitude beligerante contra a Ucrânia. A nota divulgada pelo ministério pediu negociações e evitou condenar o governo de Vladimir Putin.

TAPETE VERMELHO O ministério diz que está reiterando sua posição tradicional de defesa da paz e não-interferência. Em 2014, quando a Rússia anexou a Crimeia, também não houve condenação a Putin. Na época, a presidente Dilma Rousseff não quis colocar em risco a visita do russo ao Brasil, para encontro do grupo Brics.

FUGIDINHA 1 O ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), pré-candidato ao governo de SP, fez reunião com líderes do Republicanos nesta quarta (23) em São José do Rio Preto sem registrar na agenda oficial. O encontro começou à 10h30 e acabou perto das 12h30, horário de expediente para a maioria dos brasileiros.

FUGIDINHA 2 Apoiado por Jair Bolsonaro (PL), Tarcísio vem buscando apoio do Republicanos para sua campanha, como mostrou o Painel. A viagem do ministro foi para cumprir compromissos como uma reunião com empresários e visita a obras de uma rodovia. Segundo sua assessoria, ele teve o encontro político em um "intervalo da agenda".

SEM CHANCE O presidente do PSDB, Bruno Araújo, descarta realizar uma reunião ampliada do diretório nacional proposta por seus antecessores à direção da legenda, com o objetivo de pressionar João Doria a retirar a pré-candidatura.

PRA QUÊ? "Já houve reunião com os ex-presidentes do partido. O tema discutido foi a conjuntura nacional e eleitoral. Em nenhum momento foi abordada ou demandada a necessidade de reunião ampliada", diz.

FUMAÇA O governador João Doria criou um fumódromo no jardim do Palácio dos Bandeirantes, interrompendo a restrição total ao uso de cigarros no local que durava mais de 14 anos. Em 2008, com José Serra, o Palácio recebeu o Selo de Ambiente Livre do Tabaco.

PÓLVORA Segundo apurou o Painel, Doria se disse incomodado com a presença dos fumantes numa das portarias do Palácio e determinou a criação do espaço, que fica num jardim ao ar livre, mas próximo a mesas de almoço.

FULIGEM Em nota, o governo de São Paulo declara que a Lei Antifumo permite o consumo de cigarros em ambientes abertos. Diz também diz que a medida visa garantir mais conforto e segurança a funcionários e visitantes.

VISITA À FOLHA Flavio Devoto, gerente geral da AbbVie Brasil, visitou a **Folha** nesta quarta-feira (23). Estava acompanhado de Camila Zanqueta, diretora de Comunicação, e Sergio Poroger, da SPMJ Comunicação.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
363.733 exemplares (janeiro de 2022)

Jogo de empurra e rixas isolam 3ª via sob sombra de Lula e Bolsonaro

Moro e Doria especulam sobre desistência de rivais e divergem sobre momento de união da centro-direita, hoje pulverizada

Joelmir Tavares e Carolina Linhares

SÃO PAULO A chamada terceira via expôs nesta semana as dificuldades do campo centro-direita no enfrentamento a Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL), com pressões para que nomes do grupo abram mão das pré-candidaturas à Presidência e divergências sobre o momento de uma eventual aglutinação.

Em meio aos resultados aquém do esperado nas pesquisas e a obstáculos na seara partidária, o ex-juiz Sergio Moro (Podemos) e o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), deram demonstrações do ruído em evento do banco BTG Pactual: concordaram no discurso de unificação, mas não sobre datas.

Enquanto o ex-magistrado atribuiu o desempenho tímido do segmento à demora em se buscar um afunilamento desde já, o tucano pregou que o movimento ocorra depois.

Ambos falam em interesse próprio: Moro, que se reveza no terceiro lugar das pesquisas com o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) —que navega à esquerda e rechaça o rótulo de terceira via— quer usar sua pontuação para dar tração à campanha e se coloca como o nome a receber os apoios.

Doria, sob tiroteio do PSDB para desistir da corrida e em esforço para evitar a reabilitação de Eduardo Leite, nome derrotado nas prévias do partido e que pode voltar ao jogo pelas mãos de uma ala do tucanato e do presidente do PSD, Gilberto Kassab, tenta ganhar tempo para atenuar sua rejeição e se mostrar viável.

Moro falou no evento que está em terceiro nas pesquisas desde que virou pré-candidato e sinalizou estar disposto a fazer a convergência o quanto antes para barrar o que chamou de extremos. "Não faz sentido eu abdicar de minha pré-candidatura, se ela é a com maior potencial para vencer esses extremos."

Doria tentou empurrar a decisão para uma fase eventualmente mais favorável a ele, mencionando como limite "o esgotamento do diálogo pelos líderes partidários".

"Se, lá adiante, eu tiver de oferecer o meu apoio para que o Brasil não tenha mais essa triste dicotomia, [...] eu estarei ao lado daquele ou de quantos forem os que serão capacitados para oferecer uma condição melhor para o Brasil", afirmou.

Pré-candidatos como os senadores Simone Tebet (MDB-MS) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e o cientista político Luiz Felipe d'Ávila (Novo) brigam pela mesma faixa do eleitorado e ecoam o discurso de unidade. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já é considerado fora da disputa.

Sem consenso por ora, a ideia de que postulantes recuem para aderir a outro virtualmente mais competitivo é pano de fundo para especulações de aliados sobre concorrentes que já estariam fadados a abrir mão de seus projetos, em um jogo de empurra para ver quem se retira primeiro.

Nos bastidores, o discurso de que um presidenciável palatável a antipetistas e antibolsonaristas deslancharia começa a dar lugar a certo desalento, diante da aparente estabilidade dos dois favoritos e da pulverização no centro.

Candidatos e articuladores se recusam a admitir obstáculos. Afirmam que o cenário ainda pode mudar e que é preciso esperar os impactos da propaganda partidária em TV e rádio, vitrine que começa nesta semana, e os efeitos da janela partidária, em março, e das federações, até maio.

Apesar da retórica otimista, uma série de empecilhos está às claras. Doria enfrenta fogo amigo no PSDB, Moro luta para montar palanques regionais e alianças partidárias e MDB e PSD abrigam alas que querem apoiar Lula ou Bolsonaro ou pedem neutralidade na eleição nacional.

A pressão em parte das legendas é oriunda de candidatos ao Legislativo que não querem suas siglas vinculadas aos dois antagonistas do embate público ou desaprovam a canalização de verbas gordas dos fundos partidários e eleitoral para candidaturas presidenciais sem potencial.

Articulador de Moro, o deputado federal Junior Bozzella (União Brasil-SP) diz que o campo de centro só se fortalecerá a ponto de ultrapassar os 20% nas pesquisas se evitar a fragmentação. O parlamentar atua para que seu partido abrace o ex-juiz da Lava Jato.

"Como o partido [fusão de DEM e PSL] nasceu com esse DNA de combater os extremos, é importante entregar o seu apoio ao melhor candidato. Se a condição for liberar os estados, deixando deputados e candidatos a governador à vontade [para apoiar ou não], sou a favor", diz Bozzella.

As chances da terceira via dividiram opiniões nesta semana em um grupo de WhatsApp da organização Política Viva, que tem parte de seus integrantes empenhados em uma campanha para eleger Lula no primeiro turno, sob a justificativa de que Bolsonaro é antidemocrático.

O economista Paulo Dalla Nora Macedo, vice-presidente do movimento, ironizou que daqui a pouco o que se verá será uma "dança das cadeiras ao contrário", com pré-candidatos abandonando suas empreitadas por medo de vexame nas urnas.

"Para mim, a terceira via não deslanchou pela dubiedade em relação a Bolsonaro. Não conseguem estabelecer claramente que têm uma contradição fundamental com Bolsonaro e que teriam contradições secundárias com Lula", diz Macedo, que endossou o manifesto em prol do petista.

Em resposta no grupo, o ex-deputado federal e incentivador de uma candidatura alternativa Carlos Marun (MDB-MS) reconheceu se tratar de "um projeto com pouquíssimas chances de ser vitorioso".

Aliado do ex-presidente Michel Temer (MDB), que também trabalha por essa proposta, Marun afirma que está "confiante de que reverter a situação", desde que o segmento se unifique. Para ele, uma terceira via competitiva "ainda é o principal temor de lulistas e bolsonaristas".

Em reunião na semana passada, MDB, União Brasil e PSDB estabeleceram uma espécie de prévias —os presidentes das legendas se comprometeram a apresentar candidatura única e admitiram que os nomes de Tebet e Doria podem ser retirados.

Como tanto Doria quanto Tebet têm um canal pessoal com Moro, há quem não descarte a possibilidade de que o vencedor das prévias informais componha com o ex-juiz —e, assim, estaria afunilada a terceira via.

A pressão pela desistência de Doria, estacionado com cerca de 4% nas pesquisas, começou no próprio PSDB.

"Doria vem perdendo credibilidade e acredito que o PSDB deveria procurar caminhos virtuosos para resolver esse problema", tuitou o ex-senador José Aníbal (PSDB-SP), entusiasta de Tebet.

Rumores de que o tucano iria desistir ganharam força na última semana, o que foi visto pela sua campanha como uma estratégia de fake news talvez até orquestrada por bolsonaristas.

Nos bastidores, porém, parte dos políticos paulistas coloca em dúvida a saída de Doria do Palácio dos Bandeirantes em março. O ex-governador Márcio França (PSB), seu adversário, chegou a dizer que a possibilidade de Doria concorrer à reeleição era a novidade da semana.

Aliados do governador garantem que seus planos para a eleição estão mantidos.

Adversários do governador de São Paulo dentro do PSDB tampouco creem que ele vá desistir de concorrer ao Planalto e já traçam um cenário catastrófico para o partido, com diminuição da bancada e a perda de governadores.

Continua na pág. A5

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), em evento ao lado do então ministro Sergio Moro (Podemos), em 2019 *Eduardo Knapp - 28.jun.19/Folhapress*

> **Nós já deveríamos estar unidos, acho que é uma ilusão achar que a gente tem todo o tempo do mundo, porque os extremos, eles têm máquinas de destruição das pessoas**
>
> **Sergio Moro (Podemos)** pré-candidato à Presidência

> **Se, lá adiante, eu tiver de oferecer o meu apoio para que o Brasil não tenha mais essa triste dicotomia, [...] eu estarei ao lado daquele ou de quantos forem os que serão capacitados para oferecer uma condição melhor para o Brasil**
>
> **João Doria (PSDB)** pré-candidato à Presidência

> **No momento certo, acredito que seja lá para maio, muitas dessas pré-candidaturas vão se encontrar**
>
> **Simone Tebet (MDB)** pré-candiadata à Presidência

Continuação da pág. A4

Na leitura do entorno de Doria, a fala no encontro do BTG foi apenas um gesto necessário para atrair simpatia e possíveis alianças, na ideia de que quem quer apoio tem que estar disposto a apoiar.

Tebet também declarou publicamente buscar uma unificação, mas, pelo menos até maio, os candidatos da terceira via teriam o direito de manter seus nomes —raciocínio próximo ao de Doria.

"O centro, lá na frente, vai ter que caminhar junto", disse Tebet em evento do Grupo Lide na sexta-feira (18). "Eu me proponho a isso e sei que os demais também se propõem. [...] Temos que ir muito devagar porque, se fizermos a escolha errada, estaremos diante dos dois populistas."

A senadora sugeriu que pesquisas sejam usadas como critério para definir o candidato. Aliados veem Tebet mais bem posicionada que os rivais, já que enfrenta menos resistência do seu partido do que Doria ou Moro e porque atrai a União Brasil, partido com tempo de TV e fundo eleitoral significativos.

Ao migrar para o PSD para tentar o Planalto, Leite faz o caminho inverso e contribui para a fragmentação da terceira via. Por isso, seus adversários nesse campo também desacreditam sua candidatura —seria uma forma de Kassab ajudar Lula, a quem já prometeu apoio no segundo turno.

Questionado sobre o motivo de entrar na corrida num momento de estagnação da terceira via e pressão por desistência, Leite afirma ver espaço no meio da polarização.

"Não adianta querer ganhar apenas pelos defeitos dos outros candidatos e sim pelas qualidades do seu projeto, reacendendo a esperança", diz.

Aras vai pagar por sua omissão?

Partidos não querem, STF não deixa

Conrado Hübner Mendes

Professor de direito constitucional da USP, é doutor em direito e ciência política e embaixador científico da Fundação Alexander von Humbold

Augusto Aras não conseguiria promover a blindagem nuclear de Jair Bolsonaro se outros não lhe oferecessem, em contrapartida, blindagem holística à sua omissão. As críticas contra o procurador-geral da República, que transformou sua repartição num armazém de secos e molhados que faz fiado, devem ter clareza de quem facilita o descalabro.

Só nesses dias, Aras somou quatro novos exemplos a sua série histórica do servilismo. Primeiro, pediu arquivamento de investigação contra Bolsonaro por vazamento de informações sigilosas do TSE. Logo Aras, que confere sigilo a tanto do que faz, tira da cartola o princípio da publicidade.

Segundo, na tentativa de explicar quatro meses sem providência relevante, desqualificou CPI e criticou senadores por entregar provas bagunçadas. Ganhei uma aposta aqui.

Terceiro, solicitou investigação contra senadores que teriam usado dados da CPI que ele, Aras, pôs em sigilo. Quarto, anunciou que retirará o tal sigilo que solicitou a documentos da CPI submetidos ao STF. Se havia antes motivos para sigilo, que fato novo justifica a mudança? O motivo parece estar fora do direito. Não contém ironia, só parece.

Aras construiu a zona franca da legalidade onde mora o presidente. Fundamentos jurídicos artificiais, verbalizados num javanês de baixa densidade argumentativa, vão deixando o terreno dinamitado por Bolsonaro sem consequências jurídicas. Isso foi possível porque a dupla explorou, nas brechas da Constituição, a arquitetura da omissão (explicada em outra coluna).

Tudo isso já se sabe. Mas vale olhar com mais atenção para os blindadores do blindador geral (os "gatekeepers do gatekeeper"). Quem são? O que fazem?

O Senado continua grande parceiro. Reconduziu Aras a novo mandato sob a alegação de que, apesar do que não fez no primeiro, faria diferente no segundo. Tem poder de julgar crime de responsabilidade do PGR. Mas Rodrigo Pacheco, seu presidente, já se antecipou: "Externo a confiança no bom trabalho da PGR."

Partidos políticos, exceto por manifestações individuais esparsas, seguem em silêncio e não se mobilizam em iniciativas políticas ou jurídicas. Priorizam cálculo eleitoral suicida, não o cálculo de mortes, crimes e erosão institucional.

A advocacia antilavajatista por autodeclaração, que festejava Aras, emudeceu. Se metade da energia corretamente gasta contra o lavajatismo de Moro fosse investida no combate ao maestro do lavajatismo invertido, haveria coerência. Moro e Aras descendem do mesmo caldo.

O STF dá enorme contribuição. Numa instituição despedaçada pelo poder monocrático distribuído a ministros, importa lembrar quem colabora com Aras. Até aqui, sobretudo Dias Toffoli e Alexandre de Moraes. Ambos bloqueiam a possibilidade de que o CSMPF (Conselho Superior do Ministério Público) analise representações criminais contra Aras.

[...]

Aras construiu a zona franca da legalidade onde mora o presidente. Fundamentos jurídicos artificiais vão deixando o terreno dinamitado por Bolsonaro sem consequências jurídicas

Já se vão quatro tentativas. Primeiro, representação feita por ex-procuradores-gerais ao CSMPF, obstruída pelo vice de Aras. A obstrução e arquivamento foram confirmados por Toffoli.

Segundo, Moraes arquivou representação pelos senadores Alessandro Vieira e Fabiano Contarato, enviada diretamente ao STF pedindo envio da investigação criminal ao CSMPF (já que a iniciativa anterior foi lá bloqueada).

A terceira, do mesmo tipo, apresentada pela Comissão Arns, segue parada no gabinete de Alexandre de Moraes, onde acaba de chegar uma quarta, de autoria do senador Randolfe Rodrigues. A doutrina de que o STF não pode controlar violação de direitos no procedimento do CSMPF não só destoa da Constituição como é incoerente com outras posições do STF.

Por fim, acaba de sair decisão monocrática de Toffoli, em ação curiosamente proposta pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público logo que Aras começou a ser acusado de prevaricação (ADPF 881). A ação tem cara, cheiro e feição de habeas corpus em favor de Aras. Mas veio com a roupa impessoal de ADPF. Toffoli, lembre-se, organizou livro em homenagem a Aras que reuniu textos de outros ministros do STF e advogados.

Na liminar, Toffoli sustenta que juízes e promotores não cometem crime de prevaricação. O artigo do Código Penal não seria aplicável em virtude de sua "liberdade de convencimento" e "autonomia". Não pergunte quais os desdobramentos lógicos dessa posição.

Nota da Revista Veja, escrita por repórter ex-assessor de comunicação de Aras, logo concluiu, em tom categórico, que a decisão "livra" Aras e "afasta a possibilidade" da ação na mesa de Moraes prosperar. Mas cabe a Moraes decidir se há outra interpretação possível da liminar de Toffoli.

A omissão de Aras deixou a Constituição sem uma perna. E dessa ausência nasceram extravagâncias institucionais que tentam remediá-la: inquéritos abertos pelo próprio STF; observatório da CPI, composto por senadores, para pressionar PGR; ideia de ação penal privada, pela sociedade civil, se Aras se omitir. Uma indústria de disfuncionalidades em cadeia.

| **DOM.** Elio Gaspari, Janio de Freitas | **SEG.** Celso R. de Barros | **TER.** Joel P. da Fonseca | **QUA.** Elio Gaspari | **QUI.** Conrado H. Mendes
| **SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso**, Silvio Almeida | **SÁB.** Demétrio Magnoli

O presidente Jair Bolsonaro (PL) participa de cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília Evaristo Sá/AFP

Bolsonaro atrapalha apoio à reeleição, diz Republicanos

Marcos Pereira põe em xeque permanência da legenda na base do governo

Julia Chaib, Marianna Holanda e Danielle Brant

BRASÍLIA O presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP), criticou o presidente Jair Bolsonaro (PL) nesta quarta-feira (23) e disse que o mandatário "atrapalha" a permanência do partido na base que apoiará a sua reeleição.

"O presidente Bolsonaro atrapalha o Republicanos a permanecer na base do governo com esse comportamento e atrapalha o Republicanos a crescer", afirmou o deputado.

A declaração tem como pano de fundo o incômodo do dirigente com a distribuição de deputados, ministros e outros chamados "puxadores de voto" para a sigla.

Pereira tem dito a aliados que Bolsonaro não o ajudou a filiar nenhum parlamentar e tem atuado para que alguns integrantes do Republicanos migrem para o PL.

Quando se filiou ao PL, em dezembro, Bolsonaro fez questão de fazer um gesto ao Republicanos e também ao PP.

"Pode ter certeza que nenhum partido será esquecido por nós. Não temos aqui a virtude de sermos o único certo, queremos, sim, compor nos estados", afirmou Bolsonaro na data da filiação.

Na prática, porém, dirigentes do Republicanos e líderes do PP reclamam que o presidente só prioriza o PL, que deve acabar com a maioria dos aliados do mandatário que tem chances de conseguirem desempenhos altos nas urnas.

O Republicanos é ligado à Igreja Universal do Reino de Deus. Junto com o PP e outros partidos, a legenda forma o centrão, que hoje é a principal base de sustentação de Bolsonaro no Congresso Nacional.

O presidente do Republicanos expressou o descontentamento ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que coordena a campanha do pai, em reunião na semana passada.

Na terça (22), após o encontro entre Pereira e Flávio, interlocutores de Bolsonaro tentaram marcar um encontro entre o dirigente partidário e o presidente nesta quarta, o que acabou não ocorrendo. A tendência é que eles se reúnam após o Carnaval.

> O presidente Bolsonaro atrapalha o Republicanos a permanecer na base do governo com esse comportamento e atrapalha o Republicanos a crescer
>
> **Marcos Pereira**
> presidente do Republicanos

Pereira vinha cobrando também prestígio na escolha de palanques, sob pena de o partido desembarcar da base do presidente.

Em entrevista, o ministro Ciro Nogueira (Casa Civil), minimizou a reclamação de Pereira. Ele disse que o presidente tem buscado se distanciar das negociações por filiações partidárias, ao contrário do que alega o dirigente.

Ciro Nogueira também avalia que o Republicanos seguirá na base do presidente. "O presidente Marcos Pereira vai ser uma das pessoas mais importantes da reeleição do presidente Bolsonaro", disse.

Presidente ataca Lula e adota tom eleitoral em evento de banco

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PL) atacou nesta quarta-feira (23) o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em evento do mercado financeiro, chamou petistas de "bandidos" e provocou "pessoas com responsabilidade" a tomar posição.

Bolsonaro começou sua participação no evento do banco BTG Pactual já em tom exaltado, reconheceu que o país está polarizado, e questiona aos participantes: "Como o Brasil estaria se essas medidas aqui fossem implementadas?"

Então, o chefe do Executivo lê uma lista de 16 itens, como revogar a autonomia do Banco Central, a reforma trabalhista e a da Previdência, interferir na política da preços da Petrobras, até medidas da pauta "de costumes", como campanha para recolher armas e legalização do aborto.

"O outro lado defende exatamente tudo isso aí", em referência à campanha petista. Hoje Lula lidera as pesquisas de intenção de voto.

O presidente segue comparando um eventual futuro do país com Venezuela, Argentina e Chile. Relembra ainda da distribuição de ministérios, bancos oficiais e comandos de estatais a aliados.

"É isso que nós queremos pro Brasil? Dá para deixar tudo rolar numa boa?", questionou o mandatário.

"Isso já não é suficiente para pessoas com responsabilidade de tomar posição? Não é com a economia, não. É com a vida, liberdade, futuro do nosso país. Nós sabemos o que vai acontecer com essa pátria se esses bandidos voltarem para cá."

A declaração ocorreu ao lado dos ministros Ciro Nogueira (Casa Civil) e Paulo Guedes (Economia). Virtualmente, de outra sala, participou Tarcísio de Freitas (Infraestrutura).

Nogueira, que se tornou um dos principais nomes da gestão Bolsonaro, desde quando entrou no governo em agosto do ano passado, é dirigente do PP, partido que esteve na base dos governos petistas.

Horas antes da declaração do mandatário, o sócio sênior do BTG Pactual, André Esteves, disse que há aspectos positivos nas candidaturas de Lula e de Bolsonaro. "Prefiro olhar o copo meio cheio dos dois lados dos candidatos."

Na avaliação do executivo, quando Lula assumiu, em 2003, se mostrou "totalmente palatável" e fez um ótimo governo. Bolsonaro, por sua vez, tem muitas declarações "inapropriadas", mas seu governo "vai andando".

Em sua fala no evento, o presidente repetiu ainda uma fórmula que tem usado em todos seus discursos em que pede apoio: as futuras indicações para ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). No próximo ano, o presidente terá mais duas vagas na corte.

Então, o chefe do Executivo atacou, mais uma vez, ministros da corte. "Os ministros têm, Paulo Guedes tem, eu tenho limites. Alguns poucos, dois ou três [referência aos ministros do STF], acham que não têm limites. Podem ficar brincando o tempo todo de nos controlar e desrespeitar nossa Constituição", disse.

Bolsonaro não nomeou, mas faz referência aos ministros do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Os ataques contra o tribunal e seus mionistros voltaram a aumentar na última semana, quando houve troca no comando do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), e Fachin assumiu a presidência. **MH, Ricardo Della Coletta e Idiana Tomazelli**

André Mendonça vota no STF contra fundo eleitoral de R$ 4,9 bi

José Marques

BRASÍLIA O ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), votou nesta quarta-feira (23) contra o fundo eleitoral público de R$ 4,9 bilhões para os partidos em 2022 e entendeu que os valores devem voltar ao patamar de 2020, de R$ 2 bilhões, mas corrigidos pela inflação.

Mendonça, que foi advogado-geral da União e ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PL), disse que "o Poder Legislativo aportou ingerência excessiva e ilegítima no núcleo de intangibilidade do direito fundamental ao desenvolvimento nacional" ao multiplicar o valor do fundo apresentado na proposta de diretrizes do orçamento enviada pelo Planalto.

Ele viu falta de proporcionalidade na decisão do Congresso e também um perigo irreparável ou de difícil reparação no uso do montante para esse fim.

Com essa correção, o valor do fundo eleitoral ficaria em aproximadamente R$ 2,3 bilhões para este ano.

Mendonça é o mais novo membro do Supremo, foi indicado por Bolsonaro e empossado no Supremo em dezembro passado. Esse foi o seu primeiro voto como relator de um processo julgado no plenário da corte.

Após o voto do relator, a corte interrompeu o julgamento, que deve ser retomado nesta quinta (24). Os outros dez ministros do STF ainda devem votar.

"Não considerei justificada a imprescindibilidade do aumento de ao menos 230% em relação às eleições de 2020 e 288% em relação às eleições de 2018 —podendo chegar a até 335% se considerada a perspectiva da LDO", disse.

A ação foi apresentada pelo partido Novo e questionava trecho da LDO que previa a verba do fundo eleitoral será equivalente a 25% do orçamento da Justiça Eleitoral em 2021 e 2022, mais o valor informado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) —soma que totalizava R$ 5,7 bilhões.

Mendonça refutou argumentos do partido para contestar o fundo eleitoral, que argumentava, por exemplo, que havia desvios de finalidade e incompatibilidade com o plano plurianual.

Porém, disse que os ministros do Supremo não são limitados a avaliar apenas os argumentos de quem apresentou a ação, mas, "na verdade, examinar a constitucionalidade da lei ou ato normativo atacado de forma global, à luz da Constituição da República de 1988".

Em fala improvisada durante o seu voto, Mendonça disse que a "democracia depende da existência de partidos fortes e consolidados, depende de bons políticos, e temos ótimos políticos".

"O que não se justifica e o que não se pode desrespeitar é a própria Constituição e o princípio universalmente aceito como o da proporcionalidade. Todos nós devemos respeitar a política, assim como a política deve respeitar a Constituição. Meu voto representa e preserva a essência da justiça do processo eleitoral".

Na ação, o Novo sustentava que houve definição arbitrária do valor pelo Legislativo e que o projeto saiu do Executivo com previsão de R$ 2,1 bilhões. A LDO foi aprovada com esse montante e, então, vetada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Em seguida, o Congresso derrubou o veto.

Mais tarde, deputados e senadores aprovaram o Orçamento de 2022 com redução da quantia para R$ 4,9 bilhões. Esse valor foi sancionado por Bolsonaro.

"A maioria parlamentar não pode tudo, é por isso que existem limites no plano constitucional estabelecido", afirmou Paulo Roque Khouri, advogado do Novo, antes do início do voto de Mendonça.

Segundo ele, os parlamentares tiraram dinheiro de políticas públicas e poderiam, sob os mesmos argumentos, aumentar a verba do fundo eleitoral para valores muito maiores.

"Se eles podem fazer essa alteração, eles poderiam ter feito outras, aumentando muito mais o valor. É um precedente perigosíssimo que se está dando ao Congresso Nacional, com todo respeito àquela casa."

O procurador-geral da República, Augusto Aras, se manifestou contra a ação do Novo, mas afirmou que, se o valor do fundo eleitoral, que será distribuído aos partidos para financiar as candidaturas deste ano for declarado inconstitucional, que seja fixada a quantia de R$ 2,1 bilhões.

Ao STF, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) havia dito que ação do Novo seguia tendência de criminalização da política e instrumentalização do Judiciário.

Ramos levanta suspeita sobre ministros do TSE

BRASÍLIA O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Eduardo Ramos, criticou ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) nesta quarta-feira (23), e levantou suspeitas sobre a isenção e parcialidade deles.

A declaração ocorreu no dia seguinte à posse da nova presidência da corte eleitoral, por Edson Fachin.

Ainda que Ramos não tenha nomeado seus alvos, mencionou episódios envolvendo Fachin e Luís Roberto Barroso, que deixou o comando do TSE.

O ministro, que é general de Exército, seguiu a mesma tônica do presidente Jair Bolsonaro (PL) na semana passada, quando chamou os ministros do TSE de "adolescentes" e disse que atuam para a volta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Bolsonaro e de Ramos atacaram os ministros do TSE em reação a dois episódios na semana passada.

Durante reunião de transição da direção do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Fachin afirmou que uma das suas prioridades à frente da Corte é a segurança cibernética e citou a Rússia como exemplo. Na ocasião, Bolsonaro estava em viagem oficial à Rússia.

Em seguida, Ramos fez referência ao discurso de Barroso na última sessão presidida por ele. O então ministro do TSE criticou ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral, aos ministros do Supremo, e condenou a campanha pelo voto impresso.

Apesar de ter sido eleito no sistema de urnas eletrônicas, Bolsonaro é defensor do voto impresso, que foi derrotado no Congresso no ano passado.

Edson Fachin descarta impor sigilo sobre doações

BRASÍLIA O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Edson Fachin, afirmou nesta quarta (23) que, em sua gestão, não haverá imposição de sigilo sobre dados de doadores eleitorais e de pessoas que prestem serviços para campanhas políticas.

Fachin foi empossado na noite desta terça-feira (22) como presidente do TSE, com previsão de ficar no cargo até o dia 16 de agosto.

O ministro disse que, embora essa imposição de sigilo não vá ocorrer em sua gestão, a questão "não é tão simples quanto parece" e deve haver discussão a respeito de dados sobre candidatos e ex-candidatos que possam ser sensíveis, como endereço residencial. Ele ressaltou, porém, que a prioridade é a transparência.

Entidades que defendem a transparência das informações públicas estão preocupadas com a possibilidade de o TSE impor sigilo sobre dados de doadores eleitorais e de pessoas que prestem serviços para campanhas.

A discussão se dá num processo em que o TSE analisa a aplicação da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) no contexto eleitoral.

A corte criou um grupo de trabalho e tem colhido sugestões sobre o tema. Ainda não há prazo para julgamento em plenário. A falta de decisão sobre o assunto havia ligado o alerta de organizações que integram o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas.

Em encontro com o ministro, as entidades relataram o receio de a corte a privilegiar a proteção dos dados pessoais em detrimento da transparência. **JM**

Garcia usa imagem de peão por voto do agro

Vice-governador tem intensa agenda no interior e ressalta origem caipira em embate com Tarcísio, candidato de Bolsonaro

Artur Rodrigues

SÃO PAULO "Nasci em Tanabi, cresci em Rio Preto. Recarrego minha energia na fazenda, no pasto, no cavalo, tocando a boiada. O campo me ensinou a ter disciplina, foco, determinação, a valorizar e respeitar o trabalho, a ter paciência, simplicidade e atenção aos pequenos detalhes", escreveu o vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), em uma rede social, usando chapéu, montado num cavalo e com a boiada ao fundo.

A imagem de peão tem sido cada vez mais frequente na pré-campanha ao governo de Garcia, que sinaliza saber que o caminho para o cargo de governador necessariamente passa pelo interior paulista.

Com agenda intensa em cidades fora da Grande São Paulo, ele tem feito acenos ao agronegócio. Garcia deve assumir o governo paulista no início de abril, com a saída do cargo de João Doria (PSDB) para disputar a Presidência.

Os movimentos se adiantam a uma provável disputa desse eleitorado com o candidato do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao Palácio dos Bandeirantes, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, em um cenário sem Geraldo Alckmin (sem partido) concorrendo à vaga.

Nas redes sociais, Garcia já escreveu se orgulhar de puxar a letra erre e que sabe dirigir trator. Ao aderir à brincadeira das redes sociais sobre modos como as pessoas são chamadas além dos nomes, escolheu entre seus apelidos as palavras peão e caipira.

Quem acompanha Garcia admite que se trata de movimento calculado, mas afirma que esse é um lado real do vice-governador paulista.

O político vem de família de criadores de gado, cavalga desde criança e é fã de música sertaneja. A família é próxima da dupla sertaneja Zé Neto e Cristiano —Zé Neto, recentemente, mandou feliz aniversário nas redes para o pai do vice-governador, Paulino, admirador da moda de viola.

Os recados não ficam só na estética e cultura. O agronegócio tem sido vitaminado como nunca, num momento em que João Doria (PSDB) busca melhorar seus índices na disputa à Presidência e Garcia tenta se projetar para uma vaga no segundo turno em São Paulo.

Como a **Folha** mostrou, a Secretaria da Agricultura, ocupada pelo MDB desde junho do ano passado, multiplicou por 15 seus gastos em 2021 com distribuição de tratores e veículos para os municípios e com aumento nos auxílios e créditos para produtores rurais.

Isso também envolve uma ampla agenda fora da Grande São Paulo. Desde janeiro, a reportagem localizou eventos em cerca de duas dezenas de cidades diferentes do interior na programação de Garcia.

Nas ocasiões, não faltam afagos ao agronegócio. "Aqui nós temos soja, feijão e milho. É aqui que São Paulo mostra que nós somos um estado completo que tem indústrias e serviços, mas também é líder no agronegócio do país", disse em evento na região de Itapeva, para anúncio de R$ 200 milhões para apoio a este setor.

Garcia participou também neste mês de reunião na Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), ao lado do secretário de Agricultura, Itamar Borges (MDB), onde exaltou a importância da produção sucroalcooleira no estado.

"O Rodrigo Garcia vai depender muito do interior. O principal cabo eleitoral dele é o Doria e a gente sabe como o Doria tem ido em termos de popularidade, sobretudo na Grande São Paulo. Então, para compensar esse déficit na capital, ele [Garcia] precisa buscar o interior", diz o cientista político Marco Antonio Teixeira, da FGV (Fundação Getulio Vargas).

Ele lembra que o candidato de Bolsonaro, Tarcísio de Freitas, embora não seja da área do agronegócio, deve buscar conexões com o setor, que é uma das bases do bolsonarismo.

Isso porque apenas o trabalho ligado a entregas de obras federais pode não bastar para quebrar a hegemonia histórica do tucanato nessa região.

De acordo com pesquisa Datafolha divulgada em dezembro, no cenário sem Alckmin, Garcia teria 6% das intenções de voto, contra 7% de Tarcísio.

Os demais candidatos no páreo também devem disputar o interior, mas até o momento não têm feito acenos tão explícitos em relação ao agro.

Lideram a corrida eleitoral Fernando Haddad (PT), com 28%; seguido por Márcio França (PSB), com 19%; e Guilherme Boulos (PSOL), com 11%.

Tarcísio, por sua vez, tem feito acenos frequentes ao agronegócio. No dia 11, ele participou de uma aula magna na Faap, para celebrar o lançamento da pós-graduação em agronegócio.

Em suas falas, ele tem tentado reforçar a ligação entre a infraestrutura, sua área, e o agronegócio.

"Eu quero agradecer o convite para falar de agronegócio e a relação do agro com a infraestrutura. Infelizmente, a gente é obrigado a correr atrás, por causa do pessoal do agro, o pessoal do agro é mais rápido que a gente", disse, na abertura da palestra.

Esse tipo de discurso deve ser reforçado durante inaugurações de obras com a presença do ministro em São Paulo.

Para aliados de Tarcísio, o investimento na reta final do governo Doria não deve beneficiar o tucano e Garcia após a má repercussão de cortes de benefícios fiscais que penalizaram o agro —diante de repercussão negativa, parte das medidas foram canceladas.

O vice-governador Rodrigo Garcia (PSDB) montado a cavalo e em frente a boiada em foto no Instagram Reprodução Instagram

Lira ignora há três meses ordem do TSE para cassar mandato de deputado

Caso de Evandro Roman (Patriota) foi julgado em novembro; deputado diz aguardar recursos

Ranier Bragon e Danielle Brant

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), retarda há cerca de três meses a efetivação de uma decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) de cassação do mandato do deputado federal Evandro Roman (Patriota-PR) por infidelidade partidária.

O plenário da corte decretou a perda de mandato em 25 de novembro de 2021, por 4 votos a 3. No dia seguinte, enviou a comunicação "para imediato cumprimento" à Mesa Diretora da Câmara, a quem cabe apenas homologar a decisão, respeitado um trâmite burocrático.

Até hoje, porém, Lira não deu encaminhamento ao caso, que não saiu da estaca zero na Câmara. Roman segue com mandato na Casa.

Pela Constituição, a cassação pela Justiça Eleitoral será "declarada" pela Mesa da Câmara, ou seja, não há margem para os deputados mudarem a decisão —a situação é diferente nos casos criminais, em que eventuais ordens judiciais de cassação só são efetivadas com o aval da maioria absoluta dos parlamentares.

O trâmite burocrático na Câmara dos Deputados, no caso de Roman, consiste no envio do comunicado do TSE para o corregedor, que tem até 30 dias úteis para dar um parecer. Aí cabe à Mesa se reunir e declarar a perda de mandato, dando posse ao suplente.

Isso aconteceu, por exemplo, com o ex-deputado Boca Aberta (Pros-PR). O TSE cassou seu mandato em 24 de agosto de 2021 e, 23 dias depois, a Mesa da Câmara dos Deputados efetivou o ato.

O deputado Paulo Bengtson (PTB-PA), atual corregedor, disse não ter recebido ainda da Mesa o comunicado com a decisão do TSE.

Por meio de sua assessoria, Lira disse que aguarda a análise de embargos apresentados por Roman ao TSE, embora o parlamentar não tenha obtido o chamado "efeito suspensivo" da decisão ao apresentar esses recursos.

"No momento, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) irá se posicionar em relação ao mérito do embargo de declaração impetrado pelo deputado Evandro Roman, no último dia 7 de fevereiro", afirmou Lira, em nota.

A decisão do TSE de ordenar a cassação do mandato de Roman é fruto de uma ação ajuizada pelo deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR), primeiro suplente, e outros deputados. Em 2019, Roman trocou o PSD de Gilberto Kassab pelo Patriota, em um movimento para disputar a Prefeitura de Cascavel (PR) no ano seguinte (ele acabou em quarto na disputa).

Para tentar evitar a perda de mandato, Roman obteve cartas de anuência do presidente estadual do PSD no Paraná, o governador Ratinho Júnior, e do diretório nacional do partido.

Os documentos atestavam que a saída do parlamentar do PSD era fruto de conversas amistosas.

No entanto o relator do caso no TSE, ministro Edson Fachin, argumentou que desde 2018 a jurisprudência do tribunal desconsidera cartas de anuência dadas pelos partidos, dizendo que elas não configuram justa causa para a desfiliação partidária.

"As cartas de anuência firmadas pelos presidentes nacional e estadual do PSD são ineficazes e despidas de qualquer valor jurídico", escreveu o ministro.

"O requerido [Roman] deixou de apresentar quaisquer outros elementos de defesa que indiquem a caracterização de justa causa para a sua desfiliação partidária."

Pela lei, deputados só podem mudar de partido sem risco de cassação se houver incorporação ou fusão de legendas, em caso de criação de partido, desvio no programa ou grave discriminação pessoal.

Há ainda uma janela do troca-troca, em que as mudanças são liberadas por 30 dias —ela ocorre seis meses antes da eleição. Neste ano, de 3 de março a 1º de abril.

Em recurso contra a decisão, Roman citou uma emenda constitucional de setembro de 2021 —dois meses antes da decisão do TSE. A alteração dá aos deputados federais o direito de se desfiliar sem risco de perda do mandato caso tenham obtido carta de anuência dos partidos.

O ministro Luís Roberto Barroso, porém, rejeitou o recurso de Roman afirmando que as cartas de anuência que ele possui têm data anterior à emenda.

O advogado Carlos Enrique Caputo Bastos, sócio do Caputo Bastos e Fruet Advogados e que defende Roman, diz que o TSE deveria rever sua decisão.

"Espero, sinceramente, que venha a prevalecer aquilo que era a jurisprudência, que era dar aos partidos políticos a responsabilidade dessa decisão, que, em última instância, vai ser analisada pelo próprio eleitor", disse o advogado, acrescentando ainda que o tema será objeto de debate na corte, devido à mudança constitucional de setembro de 2021.

Estudante com doença rara assume mandato na Câmara

Mateus Vargas

BRASÍLIA Paciente de doença rara e estudante de direito, Patrick Dorneles (PSD-PB), 24, recém-empossado deputado federal, define-se como conservador e apoiador do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ele assumiu o mandato temporário na Câmara dos Deputados nesta terça-feira (23), em cerimônia acompanhada pela primeira-dama, Michelle Bolsonaro. No dia seguinte, recebeu em seu gabinete a ministra Damares Alves (Mulher, da Família e dos Direitos Humanos).

Portador de MPS (mucopolissacaridose) IV, Dorneles percorreu o caminho de outros pacientes de doenças que precisam de medicamentos de alto custo para sobreviver.

O deputado foi voluntário de estudo clínico e depois brigou na Justiça para receber o tratamento que chegou a custar mais de R$ 1 milhão por ano.

"O Brasil não aceita pena de morte. Mas, quando um juiz nega a medicação vital ao paciente, está condenando à morte", disse Dorneles, que chegou a ter o acesso ao tratamento recusado por um juiz, decisão depois revertida.

O medicamento hoje é entregue no SUS, mas a incorporação à rede pública também exigiu mobilização de pacientes. Durante todo este processo, Dorneles fez diversas viagens a Brasília e estreitou relações com líderes políticos da Paraíba e nacionais.

Natural de Porto Alegre (RS), o deputado vive há cerca de 18 anos na Paraíba. Em 2018, filiado ao PSDB, conseguiu 13.809 votos na disputa a uma vaga na Câmara dos Deputados pelo estado, tornando-se suplente do deputado Pedro Cunha Lima (PSDB).

Dois anos mais tarde, já no PSD, recebeu outros 1.163 e não foi eleito vereador de Campina Grande (PB). Ele deve tentar novamente uma vaga de deputado federal neste ano.

O estudante de direito ocupou a vaga aberta após Cunha Lima se licenciar da Câmara. Ele irá disputar o Governo da Paraíba, mas antecipou a saída para permitir a posse do suplente no mês da Defesa da Pessoa com Doença Rara.

"Conheci Patrick lutando pela vida. É a lição que ele traz. Seguir em frente, não se intimidar com os desafios e não parar de sonhar", disse Cunha Lima sobre o suplente.

Sob comando de Gilberto Kassab, o PSD lançou o presidente da Câmara, Rodrigo Pacheco, como pré-candidato à Presidência, mas discute abrir mão do nome e mantém diversas negociações, inclusive com o PT.

Questionado se irá trocar de legenda caso o PSD apoie a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Planalto, Dorneles afirmou apenas que vai sempre estar ao lado de "quem apoiar a minha causa". "Em outros governos essa causa nunca teve um apoio como o de agora", afirmou.

Dorneles afirma ter "orgulho e honra" de representar os pacientes de doenças raras na Câmara. Trata-se de grupo que tem ganhado maior poder de mobilização e se organiza em diversas associações no Brasil.

A primeira-dama apresenta como uma de suas bandeiras o cuidado às doenças raras, o que não livra o governo Bolsonaro de críticas dos pacientes.

O governo patina no debate sobre incorporar medicamentos de alto custo ao SUS. Em 2019, a Saúde testou um modelo de "compartilhamento de risco" com a indústria para bancar o milionário tratamento de AME (atrofia muscular espinhal), mas o plano foi encerrado.

Pacientes ainda reclamam que há muitas restrições de acesso às drogas que estão na rede pública, o que mantém aberta a porta da judicialização.

"Tivemos muitos avanços, mas tem de melhorar ainda. Eu apoio esse governo. Principalmente na sensibilidade, principalmente a primeira-dama e a ministra Damares, que conheço há algum tempo. Pela vontade de fazer as coisas", diz Dorneles.

> "O Brasil não aceita pena de morte. Mas, quando um juiz nega a medicação vital ao paciente, está condenando à morte
>
> **Patrick Dorneles (PSD-PB)**
> deputado federal

"O presidente Bolsonaro era como qualquer outra pessoa. Eu falo para ele... Você não vai me ouvir chamar ele de mito. Mito para mim é Jesus Cristo", afirma o deputado.

Dorneles afirmou que pretende aproveitar o curto mandato para mobilizar esforços para levar à Paraíba uma unidade da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação.

Também quer reaquecer o debate sobre projeto de lei para permitir o uso na saúde dos recursos recuperados da corrupção.

Dorneles ainda defendeu a realização de censo para mapear a população que convive com doenças raras. No caso da MPS IV, ele estima que são 400 pacientes no Brasil.

A MPS IV, também conhecida como Síndrome de Mórquio, é uma doença muito rara que se manifesta nos primeiros anos da criança. Causa alterações ósseas, baixa estatura e limitações motoras.

Para manter o tratamento, o deputado tem de fazer infusões semanais de medicamentos. Dorneles disse que está avaliando a forma de aplicar a droga em hospital de Brasília.

"Tenho dificuldades de coordenação motora, visual, dependo do aparelho auditivo. Sou da turma do fundão, mas fico na frente [na sala de aula] por obrigação, por ser baixo. Em vez de ficar questionando o que me falta, passei a agradecer o que tenho", disse Dorneles.

Patrick Dorneles (PSD-PB), apoiador de Bolsonaro (PL) e portador de MPS (mucopolissacaridose) IV, em frente ao seu gabinete na Câmara Pedro Ladeira/Folhapress

'Pastor do PT' faz plano sobre evangélicos com dicas sobre temas tabus

Paulo Marcelo apresentou nesta semana para Lula projeto para reaproximar partido do segmento

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO O pastor Paulo Marcelo Schallenberger, convocado pelo PT para dialogar com o segmento evangélico, apresentou nesta semana ao ex-presidente Lula um "projeto de inclusão" do partido nas igrejas.

O documento cita estratégias para tanto, como "trazer para entrevistas pastores que foram beneficiados no governo do PT" e incentivar menções de "atos dos governos anteriores que beneficiaram a igreja evangélica".

Paulo Marcelo também fala em usar grupos de WhatsApp. Destaca, contudo, que isso não deve ser feito para "divulgar conteúdo de ataque, para não gerar pauta de vitimismo, já que essa é a estratégia do atual governo".

À **Folha**, o pastor reforçou no começo deste mês que evangélicos abriram templos como nunca durante administrações petistas, e eles iam muito bem, obrigado.

"A pergunta é muito simples: o que na sua vida melhorou? Quanto na sua igreja tinha de receita, na época de Lula e Dilma, e quanto tem de receita hoje?"

Segundo ele, que por anos pregou no congresso Gideões Missionários da Última Hora —uma vitrine gospel para líderes pentecostais do Brasil—, o esboço do projeto foi entregue a Lula por Moisés Selerges Júnior, presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC.

Foi Moisés quem fez a ponte entre o provável candidato do PT à Presidência e o pastor que tem como amigo um aliado de Jair Bolsonaro (PL), o deputado Marco Feliciano (Republicanos-SP).

Paulo Marcelo aponta a necessidade de reverter rótulos que, em sua visão, são impingidos por má-fé ou ignorância à sigla de esquerda.

Exemplo: muitos evangélicos acreditam que petistas têm uma agenda anticristã e que vão obrigar pastores a praticar atos contrários à sua doutrina —como não poder falar mal de casamento homoafetivo.

A visão a ser construída, de acordo com o pastor, é a de que isso não é verdade. Mas ele faz a ressalva de que líderes religiosos não poderão "interferir nas escolhas individuais". Ou seja, não devem fazer lobby para que o Estado impeça essas uniões de acontecerem, no exemplo em questão.

"A igreja pode pregar no seu Evangelho que não aceita [o tema], mas não posso exigir que o restante da sociedade seja como nós. Tenho que respeitar para ser respeitado", ele diz à reportagem.

Paulo Marcelo começa a gravar em março um podcast voltado a evangélicos. O programa deve desviar de polêmicas que "gerem conflitos e sejam usados pelos adversários como contraprova de que o PT é contra a doutrina cristã", diz no texto que apresentou ao partido.

A chave para uma reaproximação com o segundo maior bloco religioso do país, que só perde em número para católicos, seria relembrar benefícios concedidos durante gestões petistas e que contemplaram muitos fiéis.

Para Paulo Marcelo, evangélicos eram mais felizes naqueles tempos, e o PT precisa lembrá-los disso.

Como mostrou a **Folha**, grandes igrejas que estiveram com Bolsonaro em 2018 vão emitindo sinais de que tamanho entusiasmo pode não se repetir neste ano. O recuo é associado ao bom desempenho eleitoral de Lula, mas não só.

Quem atua nos bastidores do segmento avalia: claro que a perspectiva de uma vitória petista, talvez até mesmo no primeiro turno, assusta líderes evangélicos que têm por hábito manter boas relações com o governante da vez.

Mas há também um sentimento dúbio sobre Bolsonaro, um católico não praticante que melhor do que ninguém soube sintonizar com as demandas morais do grupo e cumpriu a promessa de emplacar um ministro evangélico no Supremo Tribunal Federal, André Mendonça.

Já havia certa insatisfação com a conduta presidencial na mais grave crise sanitária do século, como a recusa em se vacinar contra a Covid.

Ninguém quer falar às claras sobre a possibilidade de desembarcar do bolsonarismo, até para não virar alvo de colegas hábeis em incitar turbas evangélicas contra desertores —o mais citado é Silas Malafaia, ex-apoiador de Lula que virou um dos mais vocais escudeiros do atual presidente.

No próximo dia 8, Bolsonaro deve abrir o Palácio da Alvorada para líderes evangélicos, numa tentativa de demonstrar força no bloco religioso que já foi alheio ao debate eleitoral, mas que hoje é o que mais se articula politicamente no Brasil.

Malafaia, uma das presenças confirmadas, diz não acreditar que muitos de seus colegas vão pular fora do bolsonarismo até outubro.

O pastor evangélico Paulo Marcelo no prédio onde mora, em São Paulo
Eduardo Knapp - 8.fev.22/Folhapress

TCU pede a Augusto Aras avaliação sobre bloqueio de bens de Sergio Moro

Constança Rezende

BRASÍLIA O ministro Bruno Dantas, do TCU (Tribunal de Contas da União), pediu ao procurador-geral da República, Augusto Aras, que se manifeste sobre a possibilidade do bloqueio de bens do ex-juiz Sergio Moro.

A solicitação foi feita pelo Ministério Público do TCU no processo em que se investiga um possível conflito de interesse na atuação de Moro na empresa de consultoria Alvarez & Marsal.

A ida do ex-juiz para a Alvarez & Marsal é motivo de controvérsia, já que a empresa foi nomeada judicialmente para administrar a recuperação judicial de firmas que foram alvos das investigações da Operação Lava Jato.

Bruno Dantas determinou a remessa da cópia integral do processo a Aras para que ele examine a matéria.

"Não tenho dúvidas de que são fatos que precisam ser mais bem apurados. E é por essa razão que me causa estranheza certa atuação apressada de qualquer peticionante que pretenda interromper o fluxo natural do processo, antes mesmo da conclusão das apurações", disse Dantas.

"É natural que os investigados desejem esse desfecho, mas não os órgãos de investigação, de quem se espera imparcialidade independentemente de simpatias preexistentes", disse completou.

Segundo o subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, a Alvarez & Marsal recebeu cerca de R$ 40 milhões de empresas condenadas na Lava Jato, sendo R$ 1 milhão por mês da Odebrecht e Ativos, R$ 150 mil da Galvão Engenharia, R$ 97 mil da OAS e R$ 115 mil mensais do Estaleiro Enseada.

"Investiga-se a possível ocorrência de conflito de interesse na medida em que o ex-juiz, em um primeiro momento, atuou em processo judicial com repercussões na esfera econômica e financeira da empresa e, posteriormente, passou a auferir renda, ainda que indiretamente, no processo de recuperação judicial para o qual seus atos podem ter contribuído", diz.

Dantas também enviou peças do processo à Receita Federal e ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Em nota, a assessoria de Moro afirmou que a investigação do TCU, de acordo com órgãos internos, como a SeinfraOperações (secretaria criada para acompanhar operações especiais e combater fraudes em projetos de infraestrutura, em especial os processos ligados à Operação Lava Jato), "já deveria estar arquivada, tendo em vista a ausência de qualquer ilegalidade na prestação de serviço de um cidadão para uma empresa privada".

"Sergio Moro já reafirmou a licitude de todos os seus atos e a não prestação de serviços para empresas investigadas na Lava Jato; tudo devidamente comprovado por meio de contrato e notas fiscais. A apuração pelo TCU possui vícios processuais graves, devendo ser enfrentados em tempo e modo adequados", disse.

mundo

Putin ataca a Ucrânia e envia tropas ao leste

Presidente russo exige que vizinho deponha armas para 'proteger população do Donbass'; explosões foram ouvidas

Igor Gielow

MOSCOU A Rússia decidiu atacar a Ucrânia. Em comunicado pouco antes das 5h (23h no Brasil), o presidente Vladimir Putin disse que anunciou uma operação militar para "proteger a população do Donbass", a região do leste do vizinho na qual ele reconheceu áreas rebeldes pró-Rússia na segunda (21).

Até aqui, não há sinal de uma invasão total, já que Putin parece estar cumprindo o que havia prometido: enviar tropas para as áreas rebeldes. Mas equipes de TV da rede CNN ouviram explosões à distância na capital ucraniana, Kiev, e na principal cidade próxima do Donbass, Kharkiv.

Tudo indica que os russos estão bombardeando posições na área do leste que está dentro das antigas fronteiras de Donetsk e Lugansk, as províncias que têm hoje menos da metade de seu território dominado pelos aliados de Putin.

Se isso se confirmar, o que seria uma invasão de fato de uma área ocupada há oito anos se torna uma guerra contra forças ucranianas.

Segundo o comunicado, Putin disse que não poderia tolerar mais ameaças do vizinho e que as circunstâncias demandavam uma ação decisiva da Rússia no leste ucraniano, conhecido como Donbass.

> Se uma operação está sendo preparada, eu realmente digo do fundo do coração: impeça suas tropas de atacar a Ucrânia
>
> **Antonio Guterres**
> Secretário-geral da ONU

O presidente russo defendeu a opção pela operação para "proteger as pessoas".

De acordo com ele, a intenção não é ocupar o território ucraniano. Ele exortou soldados do país vizinho a baixarem as armas e irem para casa e disse que a Rússia vai reagir em caso de interferência externa.

A responsabilidade por um eventual derramamento de sangue, de acordo com ele, "estará na consciência do regime de Kiev".

O anúncio foi feito exatamente ao mesmo tempo que uma reunião emergencial do Conselho de Segurança da ONU debatia a crise. Na abertura da reunião, o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, fez um pedido claro ao líder russo. "Se uma operação está sendo preparada, eu realmente digo do fundo do coração: impeça suas tropas de atacar a Ucrânia. Dê uma chance à paz. Muitas pessoas já morreram".

Mais cedo nesta quarta, Putin dissera que estava disposto a negociar uma solução diplomática para a crise com o Ocidente, desde que respeitados os "interesses e a segurança" de seu país. Para ele, "inegociáveis".

Do outro lado da fronteira, o Parlamento da Ucrânia aprovou nesta quarta-feira (23) uma declaração de estado de emergência válida para todo o país, exceto para as duas regiões no leste, onde já há uma medida do tipo em vigor desde 2014.

Nessa situação, o governo pode impor restrições de deslocamento, na distribuição de informações e no que é divulgado na mídia, além de introduzir conferência de documentos de cidadãos. O presidente Volodimir Zelenski propôs a introdução do estado de emergência mais cedo, diante de uma possível ofensiva militar russa de larga escala.

À noite, em pronunciamento de 10 minutos divulgado pelo aplicativo Telegram, disse que a "Rússia aprovou uma ofensiva contra a Ucrânia" e acusou o presidente Vladimir Putin de não responder a seus pedidos por reuniões. "A resposta foi o silêncio", declarou, em tom emocionado, falando em russo.

Segundo Zelenski, seu país está cercado por até 200 mil soldados de Moscou, e o que ele busca não é o conflito. "O povo ucraniano quer paz. O governo da Ucrânia quer paz e está fazendo tudo o que pode para alcançá-la", afirmou.

+ Brasil não vai reconhecer rebeldes, diz Mourão

O vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) rejeitou nesta quarta (23) a possibilidade de o Brasil seguir o gesto da Rússia e reconhecer as autoproclamadas repúblicas separatistas do leste da Ucrânia. "Acho difícil isso aí, não é da nossa visão de relações internacionais. A gente sempre advoga a soberania dos países, e essa questão de separatismo é algo complicado", disse. "Sempre achamos que, para uma separação dessa natureza, teria que haver um plebiscito, de modo que fosse manifestada por uma maioria étnica a vontade de se separar."

O presidente russo Vladimir Putin durante cerimônia na Tumba do Soldado Desconhecido, em Moscou, nas celebrações do Dia do Defensor da Pátria Alexey Nikolsky/Reuters

Cheque em branco para Moscou?

Ofensiva para esmagar Kiev hoje teria um custo real com consequências imprevisíveis

Lúcia Guimarães

É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT, além de colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo

A culpa é do Ocidente, especialmente dos Estados Unidos. A maioria do público na Rússia parece unida em apontar o dedo para os culpados pela crise que representa a maior ameaça militar na Europa desde o fim da Segunda Guerra.

Mas Vladimir Putin, apesar da alta popularidade que mantém, não tem motivo para esperar o cheque em branco que recebeu quando anexou a Crimeia em 2014, sem disparar um tiro, e desestabilizou a região do Donbass com ajuda dos "pequenos homens verdes", soldados da reserva ou ativa sem uniforme oficial das Forças Armadas russas.

É fato que Putin reprimiu e devastou a mídia independente desde a incursão anterior no leste da Ucrânia. Tentou assassinar e depois prendeu seu mais visível adversário, Alexei Navalni. Empresas de mídia, jornalistas e seus advogados vivem hoje sufocados por ameaças de prisão sob leis que os designam "agentes estrangeiros", um rótulo com tons stalinistas que espanta anunciantes e financiadores de jornalismo não censurado pelo Kremlin.

Ao mesmo tempo, nos últimos oito anos, a dieta de informação na mídia russa ajudou a martelar a imagem do ucraniano "nazista", disposto a provocar "genocídio" na população étnica russa do leste.

Um solitário instituto independente de pesquisa de opinião, o Levada, consulta o público russo regularmente sobre o destino da região em disputa no Donbass. Um quarto reponde que a área deveria ser anexada à Rússia; outro quarto acredita que a área deveria continuar território da Ucrânia; um pouco mais de um quarto acredita que deveriam ser repúblicas independentes; o último quarto não tem opinião.

"Não há uma opinião geral", diz ao site independente Meduza o cientista político Denis Volkov, diretor do Levada.

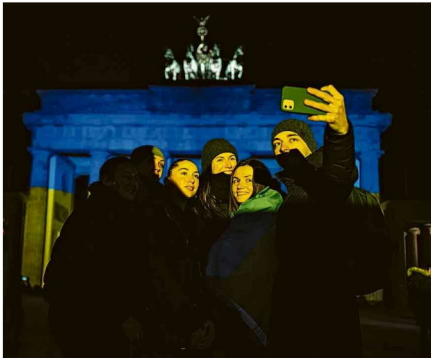
Apesar do forte antiocidentalismo que cresceu depois das sanções impostas com a anexação da Crimeia, Volkov não acredita que haverá o que ele chama de "consenso de Donbass" —apoio irrestrito como o que Putin recebeu em 2014.

As pesquisas do Levada não perguntam diretamente se as pessoas são a favor de uma guerra com a Ucrânia. Não há sinal de que mesmo os defensores da autocracia de Putin apoiariam um ataque a Kiev. Em 2014, os mortos voltaram para casa sem honrarias oficiais.

A escala de ofensiva militar necessária para esmagar uma Ucrânia mais bem treinada e mais armada pelo Ocidente provocaria não só a procissão de corpos, mas outro custo real, com consequências imprevisíveis.

A mesma inquietação com a economia e a corrupção que reforçou a mensagem de Navalni e foi refletida nas eleições parlamentares em setembro passado teria que ser enfrentada com investimentos domésticos em infraestrutura para ajudar a blindar Putin nas urnas.

Não é possível entrar numa guerra total com a Ucrânia sem apertar o cinto na economia e arriscar descontentamento. Putin, o assassino serial de dissidentes, cuja sobrevivência —política e física— depende diretamente de seu esquema de proteção, manobrou para ficar no poder até 2036.

Ao contrário de um certo chefe de Estado que foi lamber suas botas na semana passada, Vladimir Putin não teme caminhoneiros ou policiais. A agitação que ele mais teme não é a de trabalhadores em greve. É a impaciência de seus guarda-costas, cleptocratas pragmáticos, não ideológicos, que estacionam seus iates de centenas de milhões de dólares em marinas europeias.

Jovens em frente ao Portão de Brandenburgo, em Berlim, iluminado com as cores da bandeira ucraniana John Macdougall/AFP

UE e EUA anunciam novos pacotes de restrições à Rússia

Sanções não funcionaram em 2014, mas para analistas seriam a única opção

Michele Oliveira

MILÃO A União Europeia aprovou nesta quarta (23) novo pacote de sanções contra a Rússia, em reação ao reconhecimento por parte do presidente Vladimir Putin de duas regiões separatistas na Ucrânia.

Sanções do bloco contra Moscou começaram a ser impostas em 2014, como resposta à anexação da Crimeia. Gradualmente, a lista de medidas foi crescendo, com renovações semestrais, e incluiu vetos diplomáticos (como a expulsão do G8), restrições individuais ou direcionadas a empresas e setores econômicos inteiros.

Oito anos depois, o grupo de 27 países novamente tenta frear o avanço russo na mesma Ucrânia. Afinal, as sanções funcionam contra a Rússia?

Por um lado, analistas concordam que o pacote de 2014 não atingiu os objetivos, como o cumprimento dos Acordos de Minsk, aos quais estão vinculadas as medidas econômicas desde 2015. Por outro, reafirmam que esse ainda é o que tem mais potencial de eficácia, do ponto de vista do Ocidente, para evitar conflito militar —especialmente se, como se vê nesta semana, as medidas forem implementadas com velocidade, por um grupo relevante e com consequências cada vez mais severas.

Os Acordos de Minsk 1 e 2, assinados entre 2014 e 2015, constituem um cessar-fogo que nunca chegou a ser respeitado pelas partes —estima-se que 14 mil pessoas tenham morrido na guerra civil— e uma saída para reintegrar à Ucrânia as regiões separatistas, outra coisa nunca implementada.

"O objetivo formal das sanções de 2014, o pleno respeito dos Acordos de Minsk, não foi alcançado. Mas outros, sim, como a demonstração de que existe uma frente compacta na Europa —o que não é pouco, já que há uma diversidade entre aliados no grau de relacionamento com a Rússia", explica Eleonora Tafuro Ambrosetti, do Instituto de Estudos de Política Internacional, em Milão, especializada em Rússia.

Um sinal de fraqueza dessa primeira leva de restrições ficou evidente também na crise atual. "Não podemos afirmar com certeza se, após 2014, as sanções funcionaram ou não para dissuadir Putin de outras incursões na Ucrânia. A julgar pelas últimas semanas, parece que nem foram levadas em consideração pelo Kremlin."

Após intensificar a movimentação militar perto da Ucrânia, em novembro, Putin fez um duro discurso na segunda (21), na TV russa, em que reconheceu as repúblicas separatistas de Lugansk e Donetsk. A medida, seguida pela decisão de enviar tropas para a região do Donbass, motivou o novo pacote de sanções da UE, além de medidas de EUA, Reino Unido, Japão e Austrália.

Já cedo na terça, Josep Borrell, responsável pela diplomacia do bloco, anunciou que as sanções contra a Rússia seriam discutidas à tarde. Nesta quarta, veio a aprovação unânime pelos 27 Estados-membros, em uma reunião extraordinária do Conselho Europeu.

As novas medidas incluem restrições às relações econômicas do bloco com as duas áreas separatistas e ao acesso da Rússia a mercados e serviços financeiros da UE, além de sanções a entidades e pessoas que "contribuíram para minar ou ameaçar a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia".

Também sofrerão sanções 351 membros da Duma (Câmara baixa) que votaram a favor do pedido de reconhecimento dos rebeldes. As medidas individuais incluem a proibição de viagens e o congelamento de bens na UE. O governo russo também terá acesso restrito ao mercado europeu de capitais. Segundo o jornal The New York Times, mais sanções devem ser anunciadas na quinta (24), contra autoridades do círculo próximo de Putin, como o chefe de gabinete, Anton Vaino, e o ministro da Defesa, Serguei Choigu.

Além das sanções em bloco, a Alemanha reagiu individualmente ao congelar a certificação do gasoduto Nord Stream 2, que está pronto, mas sem poder operar devido à crise. Nesta quarta-feira, o presidente americano Joe Biden anunciou sanções à empresa responsável pelo projeto e seus dirigentes —o comunicado não detalha quais serão essas punições.

A nova lista da UE atualizou as sanções de 2014, que vinham sendo renovadas. Com isso, as restrições, que até então atingiam 193 pessoas e 48 organizações, agora serão aplicadas a 555 pessoas e 52 organizações.

"São sanções pesadas, mas, diplomaticamente, não o suficiente para afetar Putin diretamente. Muitos pediam punições diretas a ele, mas, em se tratando de quem é, seria algo que poderia levar ao fim do diálogo diplomático", avalia Ambrosetti. O precedente da UE na mesma proporção é de 2020, contra Aleksandr Lukachenko, ditador da Belarus.

Anunciadas como iniciais, as medidas podem aumentar de intensidade, acompanhando a movimentação russa. A reação inicial foi de desdém. "Nossos amigos europeus, americanos e britânicos não vão parar até que tenham exaurido suas possibilidades de punição. Bem, estamos acostumados. Sanções serão impostas de qualquer maneira", disse o chanceler Serguei Lavrov.

Se até aqui não bastaram para demover Putin ou sufocar o país economicamente, as sanções podem se tornar um mecanismo mais efetivo se ficarem mais graves —ou ao menos sinalizarem isso, com a remoção do país do sistema bancário internacional, ou um cerco pessoal ao presidente.

"A eficácia das sanções econômicas não é a curto prazo. A Rússia é um país grande, mas com certa fragilidade econômica. Não é industrial e vive da exportação de matérias-primas. Uma intervenção nessas áreas pode levar a efeitos internos", diz Paola Mariani, professora de direito internacional da Universidade Bocconi, em Milão. "Putin tem certo consenso interno, mas não é garantido que se mantenha."

Ainda assim, a propaganda estatal pode reforçar a imagem de que o Ocidente oprime a Rússia, reforçando que o inimigo é externo. E quem impõe as sanções corre o risco do efeito bumerangue de medidas drásticas ou duradouras sobre o fornecimento de gás russo para a Europa —de 40 a 50% do consumido hoje.

China diz que americanos 'colocam lenha na fogueira'

Com aliança cada vez mais estreita com a Rússia, a China criticou os Estados Unidos pelo que descreveu como um comportamento de "jogar lenha na fogueira" da crise em torno das fronteiras da Ucrânia. O comentário, feito por uma porta-voz da diplomacia chinesa, vem um dia após o governo de Joe Biden anunciar novas sanções contra Moscou. "Os Estados Unidos não deixaram de vender armas para a Ucrânia, aumentando a tensão e criando pânico", disse Hua Chunying a repórteres locais, em Pequim. "Alguém que joga lenha na fogueira e acusa os outros assume uma postura imoral e irresponsável", afirmou. Questionada sobre a possibilidade de a China impor sanções aos russos pelo avanço em território ucraniano, ela descartou qualquer movimento nesse sentido. "[Sanções] nunca foram uma forma eficaz de resolução de conflitos", afirmou. As falas sobem o tom da diplomacia da China em relação à crise atual.

Brasília vê pouca chance de mudar lei do aborto após decisão da Colômbia

Ranier Bragon

BRASÍLIA Depois de, em pouco mais de um ano, três grandes países latino-americanos avançarem em relação à descriminalização do aborto, direita e esquerda no Brasil dizem considerar remotas as chances de o Congresso alterar neste ano as atuais regras —seja para que lado for.

O tema é alvo de acaloradas discussões no Congresso, mas nas últimas legislaturas qualquer modificação tem sido barrada pelos dois lados.

Bolsonaristas e bancadas religiosas travam qualquer avanço na liberação. Mas apesar da profusão de projetos apresentados, não conseguem emplacar o endurecimento da lei —há resistência da esquerda e de parlamentares que dizem considerar satisfatória a atual legislação.

Na segunda-feira (21), a Corte Constitucional da Colômbia decidiu que nenhuma mulher poderá ser criminalizada por um aborto realizado até a 24ª semana da gestação.

A mudança é vista como conquista histórica para a luta feminista num país de maioria católica em que, a cada ano, cerca de 400 mulheres eram condenadas a penas de 16 a 54 meses de prisão por interromperem a gravidez.

A decisão torna a Colômbia o principal país da América do Sul, em termos de população, a descriminalizar o procedimento —e o terceiro grande da América Latina a fazê-lo em pouco mais de um ano, com México e Argentina.

"Não acho que o Arthur Lira [presidente da Câmara, PP-AL] vai bancar esse desgaste, não vejo possibilidade de votação neste ano", afirma o presidente da bancada evangélica, o deputado Sóstenes Cavalcante (União Brasil-RJ).

Igual posição é reafirmada por outros parlamentares, em caráter reservado.

O Congresso brasileiro tem hoje uma maioria conservadora, e o Executivo, sob Jair Bolsonaro (PL), é comandado por um presidente abertamente favorável ao endurecimento das leis do aborto, mas há três fatores que impedem o avanço da pauta bolsonarista nessa questão.

Apesar de ser minoria, a esquerda conseguiu contrariar as expectativas e barrar as principais propostas do setor conservador sobre o tema —como a inclusão na Constituição do entendimento de que a vida começa na concepção e a instituição do chamado Estatuto do Nascituro.

Os projetos são capitaneados por parlamentares como a deputada bolsonarista Chris Tonietto (União Brasil-RJ). Entre outros pontos, proíbem o aborto mesmo em caso de estupro e criam uma bolsa a mulheres que engravidem após estupro.

A **Folha** não conseguiu contato com Tonietto.

"Há uma contenção na bancada feminina a retrocessos como esse. Mas há uma caça às bruxas em projetos variados, tentando impedir o acesso à atual legislação. Tentam tolher qualquer projeto que faça menção a direitos reprodutivos, a gênero", afirma a deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP).

Outro ponto é que 2022 é o último ano da atual legislatura. Projetos mais polêmicos se concentram no início do mandato dos parlamentares.

O processo eleitoral também contribui para que o tema não esteja entre as prioridades de líderes partidários. Além de candidatos desejarem evitar polêmicas perto do pleito, o Congresso normalmente se esvazia no segundo semestre.

De acordo com parlamentares ouvidos pela reportagem, pode até haver uma ou outra discussão ou mesmo alguma votação em comissões, mas dificilmente o tema será levado a plenário. No Senado, o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) também indica que não irá pautar o assunto —principalmente as propostas do lado conservador.

Ao contrário de países que ganharam legislações mais liberais nas últimas décadas para interrupção voluntária da gravidez, o Brasil tem há 80 anos o mesmo ordenamento penal. A única alteração ocorreu há oito anos —e por via jurídica, não legislativa.

Em 1940, decreto do então presidente Getúlio Vargas definiu no Código Penal casos em que o aborto não constituiria crime, se praticado por um médico: estupro e risco à vida da gestante. Desde então, a lei prevê pena de um a três anos de prisão para a mulher que realiza o procedimento fora da previsão legal.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a interrupção da gestação de fetos anencéfalos não configura crime.

A Colômbia também é o primeiro país latino-americano em que a descriminalização se deu sob um governo de direita, como o de Iván Duque, ainda que a decisão não tenha partido dele, mas da Justiça. O presidente, aliás, criticou a decisão. "Estamos diante de uma decisão que diz respeito a toda a sociedade colombiana, e cinco pessoas não podem propor algo tão atroz para a nação", disse, em comunicado nesta terça. Segundo ele, a mudança poderia transformar o aborto em um mecanismo de contracepção.

Jair Bolsonaro também fez críticas à decisão da Corte do país vizinho. "Que Deus olhe pelas vidas inocentes das crianças colombianas, agora sujeitas a serem ceifadas com anuência do Estado no ventre de suas mães sem a menor chance de defesa", escreveu no Twitter. "No que depender de mim, lutarei até o fim para proteger a vida de nossas crianças", acrescentou ele.

Na América Latina, o aborto ainda é permitido e legalizado em Cuba, no Uruguai e na Guiana.

Legislação para o aborto ao redor do mundo

- Proibido em qualquer circunstância
- Permitido para salvar a vida da mulher
- Permitido por motivos de saúde ou terapêuticos
- Permitido por amplos motivos sociais ou econômicos
- A pedido da gestante (os períodos de gestação variam)

Fonte: Center for Reproductive Rights

Brasileiros presos na Tailândia não devem ter pena de morte

Lei prevê até 10 anos de prisão para tráfico de cocaína pura; perícia é aguardada

Thiago Amâncio e Carlos Ohara

SÃO PAULO E CAMPO MOURÃO (PR) A Tailândia não prevê pena de morte para tráfico de cocaína, crime do qual três brasileiros foram acusados após serem presos na última semana no aeroporto de Bancoc, com mais de 15 quilos da droga. A lei do país prevê prisão perpétua nesses casos, mas apenas se houver opioides misturados.

No último dia 14, autoridades descobriram 9 quilos de cocaína em compartimentos secretos de três malas de um casal de brasileiros que chegava de Curitiba ao Aeroporto Internacional de Suvarnabhumi. Mais tarde, outro brasileiro foi preso com 6,5 quilos de cocaína. O governo suspeita que os três façam parte de um mesmo grupo, porque a droga —que junta é avaliada em 46,5 milhões de bahtes (R$ 7,4 milhões)— estava escondida da mesma maneira.

O receio inicial da família dos presos era que eles pagassem com a vida, já que a lei prevê pena de morte para alguns crimes. O país é vizinho da Indonésia, onde em 2015 dois brasileiros foram executados, após mais de uma década na prisão, por tráfico.

Embora a pena capital esteja prevista em algumas situações, a Tailândia vem abandonando o expediente, e desde 2010 só executou uma pessoa, em 2018, por assassinato. Para comparação, só neste ano, os Estados Unidos já executaram três presos, de acordo com o Death Penalty Information Center, órgão que monitora o assunto —desde 2010, foram 355 execuções.

Na Tailândia também é proibida a execução por fuzilamento, como foi feito com Marco Archer e Rodrigo Gularte na Indonésia; os condenados recebem injeção letal.

Ainda há 254 pessoas na fila da execução na Tailândia, 163 delas por crimes relacionados a drogas, de acordo com painel da universidade americana Cornell, mas, na prática, quase todos os casos acabam virando prisão perpétua.

A legislação tailandesa divide as drogas ilegais em diferentes categorias. A mais grave inclui heroína, anfetamina, MDMA e LSD. É para traficantes pegos com essas substâncias que há pena de morte e prisão perpétuas previstas.

A segunda, na qual os brasileiros foram enquadrados, inclui cocaína, codeína, metadona e morfina. A pena é de até 10 anos de prisão e multa. Se houver morfina ou heroína misturadas à droga, porém, pode ir à prisão perpétua.

A defesa de uma das presas, Mary Helen Coelho Silva, 21, aguarda o laudo da perícia, mas as informações iniciais das autoridades tailandesas falam apenas em cocaína. O advogado Telêmaco Marrace, que assumiu a defesa da jovem de Pouso Alegre (MG), afirma que espera que a brasileira ainda receba o perdão real e possa voltar ao Brasil.

Ele diz acreditar que ela é vítima de um grupo e não sabia que carregava a droga. "Existem sujeitos que trabalham para traficantes e que frequentam grandes baladas ou criam contas no Tinder e no Instagram para fisgar meninas. Eles oferecem viagens e escondem coisas na mala", diz.

> Há sujeitos que frequentam baladas ou criam contas no Tinder e no Instagram para fisgar meninas. Oferecem viagens e escondem coisas na mala
>
> **Telêmaco Marrace**
> advogado de Mary Helen Coelho Silva, 21

Mary Helen trabalhava em uma churrascaria e pediu demissão pouco antes de viajar. À família disse que iria a Curitiba encontrar um namorado. Eles só souberam que ela estava na Tailândia quando receberam uma mensagem com o pedido de ajuda da jovem.

Distante do pai, que vive no Rio, e com a mãe com um câncer em estágio avançado, ela planejava abrir uma empresa de bolos com a irmã e retomar os estudos, conta o cunhado Anderson Souza, 28, pedreiro. "A irmã deu uns puxões de orelha, disse que ela tinha que voltar a estudar, entrar numa faculdade. Ela tinha largado a escola porque ou você trabalha ou fica com fome."

A angústia é compartilhada pela família de Jordi Vilsinski Beffa, 24, outro preso, que vivia em Apucarana (PR). Na semana da viagem, ele terminou o namoro e pediu demissão do emprego em uma indústria têxtil, na produção de máscaras contra a Covid-19.

No dia 11, despediu-se da mãe, Odete, e do pai, Arlindo, e disse que iria a Balneário Camboriú (SC). A viagem, entretanto, nunca existiu.

O advogado Petrônio Cardoso diz que Jordi está detido em quarentena por causa da Covid até 7 de março, e que está em contato direto com a embaixada da Tailândia em Brasília, que tem fornecido informações sobre sua saúde.

O nome do terceiro brasileiro detido não foi divulgado. O Ministério das Relações Exteriores brasileiro afirmou que "acompanha a situação e presta toda a assistência cabível", mas não deu mais detalhes.

Detida por invadir o Capitólio aguardará julgamento em liberdade

Rafael Balago

WASHINGTON Leticia Vilhena Ferreira, brasileira detida por invadir o Congresso dos EUA com apoiadores do ex-presidente Donald Trump em 6 de janeiro de 2021, poderá aguardar julgamento em liberdade.

A decisão saiu nesta terça (22). A promotoria pediu um julgamento rápido, com procedimentos mais simplificados. A solicitação foi aceita, e a próxima audiência ficou marcada para o dia 21 de abril.

A promotoria, que representa o governo dos EUA, não pediu que Ferreira ficasse presa enquanto esperava o julgamento. Assim, ela poderá permanecer em liberdade e não precisará pagar fiança.

Segundo Lionel André, advogado de defesa, a brasileira não chegou a ir para a prisão. Ele diz que as queixas da acusação contra ela são consideradas contravenções, não crimes graves. "Minha cliente se declarou inocente e pretende questionar as acusações", afirmou o defensor à **Folha**.

Ferreira, 32, foi presa em 16 de fevereiro em sua casa, na cidade de Indian Park Head (Illinois). Ela é acusada de entrar ou permanecer em edifício restrito sem autorização legal e também de entrada violenta e conduta desordeira no território do Capitólio.

Imagens das câmeras de segurança da sede do Legislativo dos EUA mostram o momento em que ela entra no edifício. Usando um gorro vermelho com o nome de Trump, ela aparece andando devagar, com o celular na mão, como se estivesse filmando. Na imagem, obtida na ProPublica, Ferreira não comete atos de violência.

Naquele dia, a brasileira foi a Washington assistir ao discurso do então presidente Donald Trump, que organizou um comício para questionar o resultado do voto popular no dia em que o Parlamento certificaria a vitória do rival Joe Biden na eleição.

No processo, Ferreira disse que não conseguiu ver o discurso de Trump e acabou seguindo a multidão. Ela então entrou no Capitólio e ficou cerca de 20 minutos no local, onde tirou fotografias e fez vídeos.

Leticia Vilhena Ferreira, com capuz vermelho, na invasão do Capitólio, em Washington, em 6 de janeiro de 2021
Polícia do Capitólio/Reprodução

Sem Carnaval de rua, folia fica restrita a quem pode pagar por festas privadas

Programação de eventos fechados e ingressos caros proliferam; Prefeitura de SP nega favorecer setor

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO No segundo Carnaval em meio à pandemia de Covid, as restrições sanitárias nas grandes cidades criaram o que estudiosos de cultura popular e organizadores de blocos classificam como uma espécie de segregação social. Eles criticam o que chamam de "cancelamento seletivo", que, na prática, define quem tem e quem não tem direito à folia.

O recente avanço da variante ômicron, que criou uma curva ascendente de infectados, fez com que prefeituras dos principais destinos carnavalescos do país suspendessem os desfiles de blocos, que atraem multidões pelas ruas.

Por outro lado, o avanço da imunização e a criação do passaporte da vacina basearam a liberação de festas fechadas, desde que os protocolos sanitários sejam seguidos. Segundo a Prefeitura de São Paulo, no Carnaval de rua não haveria como exigir e fiscalizar o comprovante de vacinação contra a Covid.

Perguntada sobre como será feita a fiscalização das festas particulares, a prefeitura afirmou que agentes da Vigilância Sanitária realizam diariamente ações. "Caso o munícipe identifique irregularidade em festas e eventos, as denúncias podem ser feitas pelo telefone 156 ou pelo portal 156."

Os ingressos para as festas de Carnaval chegam a R$ 700 em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte. No Rio, o valor é cobrado para eventos como o Carnaval das Artes, o Grande Baile de Máscaras e o Carnarildy, que incluem shows de astros habituados a reunir foliões em cima de trios elétricos, como Anitta e Ludmilla.

Na capital paulista, blocos que costumam atrair multidões pelas ruas são anunciados como atrações em festas fechadas. Uma cervejaria na zona norte anunciou uma programação extensa de blocos carnavalescos a R$ 10 a entrada.

Em São Paulo, a prefeitura chegou a anunciar o cadastramento dos blocos de Carnaval, mas recuou no começo de janeiro após o avanço da variante ômicron. Antes do anúncio, os blocos já haviam cancelado os desfiles por falta de um plano da administração municipal de segurança sanitária.

No Rio de Janeiro, o cancelamento do Carnaval de rua foi anunciado dois dias antes.

As regras têm causado indignação e mobilizado organizadores de blocos em São Paulo. "Abominamos o cancelamento seletivo. Mais um triste retrato de como as coisas funcionam neste país", diz Di Leporati, fundador do Bloco Cecílias e Buarques.

Alessa, cofundadora do bloco Ritaleena, lamenta a "lógica de cidade que adora um camarote e agora vende uma ilusão de segurança na forma de protocolo sanitário", ao se referir às exigências que permitem as festas fechadas.

Segundo o historiador e pesquisador de cultura popular brasileira Bruno Baronetti, a proibição do Carnaval de rua ao mesmo tempo em que são permitidas as festas pagas é uma forma de coibir manifestações populares, apesar dos argumentos sanitários. "O Brasil tem tradição de ocupar o espaço público com festas como um ato de resistência", diz.

O historiador chama a atenção para o viés político que o Carnaval de rua costuma seguir, em que fantasias se transformam em protestos, comportamento adiado por mais um ano. "[O cancelamento dos blocos] inibe aquilo que pode gerar atrito ou crítica", diz. "Esse seria um Carnaval de críticas e reflexões sobre onde estamos neste momento no Brasil."

"Os desfiles são expressões culturais populares das populações subalternizadas e negras que historicamente sofrem com o racismo e têm o Carnaval como o momento de maior visibilidade", afirma Baronetti. "É uma proibição de algo feito para a população mais pobre."

Para o carnavalesco e comentarista Milton Cunha, o Carnaval de 2022 ficará conhecido como "você pode e eu não posso". "O pessoal que vai aos blocos não tem dinheiro para comprar o ingresso para essas festas, então sobraram para eles os blocos não autorizados."

A proibição dos blocos e a liberação das festas pagas criaram uma espécie de revanchismo que se traduz nos desfiles clandestinos, segundo Cunha.

> "[O cancelamento dos blocos] inibe aquilo que pode gerar atrito ou crítica [...] Esse seria um Carnaval de críticas e reflexões. É uma proibição de algo feito para a população mais pobre
>
> **Bruno Baronetti**
> historiador e pesquisador de cultura popular brasileira

Apesar dos sinais de arrefecimento da onda de contaminação causada pela ômicron, o infectologista do Hospital das Clínicas e diretor da Sociedade Paulista de Infectologia Evaldo Stanislau Affonso de Araújo alerta para o risco das festas fechadas. "Devido ao grande fluxo de turistas que o Brasil recebe nesta época, essas festas podem levar à transmissão de subvariantes da ômicron, como a BA.2", diz.

Além disso, o infectologista chama a atenção para a tendência das pessoas deixarem as máscaras de lado nos eventos. "O clima de Carnaval é incompatível com a obediência aos protocolos necessários."

Nesta quarta (23), o governador João Doria (PSDB) atribuiu às prefeituras a função de fiscalizar festas clandestinas e aglomerações durante o feriado de Carnaval.

"O Carnaval é uma decisão das prefeituras. A orientação do estado é evitar festas e aglomerações. Se houver algum desrespeito [às recomendações], são as prefeituras que devem acionar a Polícia Militar", disse o governador.

A Prefeitura de São Paulo afirmou que a previsão de atrair 15 milhões de pessoas de várias regiões do Brasil e de outros países para o Carnaval paulistano embasou a decisão de cancelar os desfiles de blocos como uma forma de conter a transmissão da variante ômicron. A liberação da programação seria uma "irresponsabilidade", segundo a administração.

"Estou seguindo o que a Vigilância Sanitária orienta, independentemente de o evento ser privado com a cobrança de ingresso ou gratuito. É necessário que apresentem o passaporte da vacina. Em relação aos blocos, [eles] não conseguem pedir e fiscalizar o comprovante da vacina no Carnaval de rua com população de 15 milhões de pessoas. Já o evento privado, que tem esta obrigação, estará sob a fiscalização da Vigilância", disse o prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Segundo a gestão, o setor privado não foi favorecido. Na visão da prefeitura, restaurantes, bares e festas noturnas foram afetados com a não realização dos blocos, pois esses setores tinham grande aumento de público com os turistas que viriam para a cidade curtir o Carnaval de rua.

Além disso, a prefeitura ressaltou que o cancelamento do Carnaval de rua ocorreu após longo processo junto a gestores dos blocos e que era impossível prever queda nos casos de contaminação às vésperas do Carnaval.

Pelas regras atuais, os organizadores de eventos devem limitar o público a 70% da capacidade do local e exigir o comprovante de vacinação, o uso de máscaras e álcool em gel.

A gestão municipal informou ainda que a Secretaria das Subprefeituras "ampliou e qualificou as ações de fiscalização de comércio ilegal nas ruas e logradouros públicos nos principais pontos comerciais da cidade". "Ressaltamos que, caso ocorram desfiles ilegais de blocos de rua nos dias de ponto facultativo do Carnaval 2022, a Polícia Militar será acionada."

Com Carnaval cancelado, São Luiz do Paraitinga cria exposição de bonecos que seriam utilizados na folia Fábio Gomes/Divulgação

São Luiz do Paraitinga troca festa por exposição com bonecos

Paulo Eduardo Dias e Marcelo Toledo

SÃO PAULO E RIBEIRÃO PRETO A cidade de São Luiz do Paraitinga, no Vale do Paraíba, resolveu vetar o seu tradicional Carnaval de rua, bem como qualquer festa particular, em decorrência da Covid-19. Mas, para que a data não deixe de ser celebrada, decidiu investir em uma exposição inédita que revela como era a farra no local antes da pandemia.

Conhecida por ter um dos carnavais mais democráticos do país, a pequena cidade com ar interiorano e encravada em meio a morros, deu início neste mês a Mostra Bloco a Bloco, em que reúne seus bonecões, minidocumentários e marchinhas.

O acervo, que tem como intuito não deixar morrer a tradição carnavalesca local, pode ser visitado gratuitamente — de segunda a quinta-feira, das 10h às 17h, e de sexta a domingo, das 10h às 18h— na biblioteca municipal, na rua Cônego Costa Bueno, ao lado da igreja Matriz, no centro, até o dia 1º de março. A curadoria foi realizada pela Abloc (Associação de Blocos Carnavalescos de São Luiz do Paraitinga).

De acordo com a prefeitura, o "intuito dos organizadores é mostrar as raízes e a tradição de um dos carnavais mais pitorescos do Brasil".

Assim que chega à parte externa da biblioteca, o visitante tem acesso a uma gama de objetos ligados à cenografia carnavalesca, como tecidos, fitas coloridas e fotografias. Ainda no âmbito cenográfico, há a apresentação de 24 minidocumentários exibidos em uma TV, com imagens dos desfiles dos blocos e depoimentos.

No eixo plasticidade, é possível visualizar os bonecões, entre os quais o do ator Mazzaropi. Já as marchinhas podem ser ouvidas acessando o próprio celular, via QR Code inserido nas placas descritivas.

No litoral norte, Ubatuba também não terá desfiles pelas ruas. No entanto, os eventos particulares são permitidos pela prefeitura. O Carnaval no Cafe de la Musique, por exemplo, tem valores que vão de R$ 200 a R$ 3.000 (valor do camarote por três dias para até seis pessoas).

Em Caraguatatuba, festas com mais de 500 pessoas devem possuir autorização prévia da Vigilância Sanitária.

Ilhabela também resolveu autorizar as festas privadas, desde que atendam aos critérios sanitários. O limite de pessoas depende do alvará de cada estabelecimento.

Em Santos, as atividades estão restritas à capacidade do público em 70% do total permitido, além da obrigatoriedade do uso de máscaras, distanciamento e protocolos de higiene.

No interior de São Paulo, em Campinas, a prefeitura cancelou todos os eventos alusivos ao Carnaval, mesmo particulares, como forma de evitar a propagação da Covid-19.

Com 4.881 óbitos na pandemia, nove deles confirmados na última sexta-feira (18), a cidade mais populosa do interior paulista anunciou ainda em janeiro o cancelamento geral dos eventos.

Em Taquaritinga, na região de Ribeirão Preto, um decreto da prefeitura suspendeu qualquer tipo de festejo carnavalesco desde o dia 1º até 15 de março, tanto em ambientes públicos quanto privados.

A determinação abrange clubes, sítios, chácaras, praças, ruas, estabelecimentos comerciais, edículas de festas e repúblicas e, em caso de descumprimento, resultará em multas entre R$ 10 mil e R$ 150 mil ao dono do imóvel.

Além disso, a prefeitura decidiu que as repartições públicas municipais funcionarão normalmente nos dias 28 deste mês e 1º e 2 de março.

Outra cidade que cancelou o seu Carnaval é Bauru. O tradicional desfile de escolas de samba e blocos da cidade já tinha sido suspenso em dezembro, após reunião da Secretaria da Cultura com dirigentes carnavalescos.

Guararema é outra cidade que decretou, neste mês, a proibição da realização de eventos no período de Carnaval, sejam eles em áreas públicas ou particulares.

Depois de anunciar a transferência de eventos para a Lagoa da Chapadinha, a Prefeitura de Itapetininga decidiu cancelar a programação no local. Além do desfile, o Carnaval teria exposição de artesanato e a realização de um festival.

Em outras cidades, eventos de rua estão cancelados, sob a alegação de não ser possível ter controle de público, mas eventos privados poderão ocorrer. São os casos de cidades como Ribeirão Preto e Piracicaba, por exemplo.

Morre Paulinha Abelha, vocalista da banda Calcinha Preta

Cantora, de 43 anos, estava em coma após apresentar problemas renais; ela entrou no vocal do grupo em 2018

F5

SÃO PAULO Morreu na noite desta quarta-feira (23), aos 43 anos, a cantora Paulinha Abelha, vocalista do Calcinha Preta. A informação foi dada pelo Hospital Primavera, onde ela estava internada, e divulgada pelo escritório da banda de forró nas redes sociais.

"O Hospital Primavera comunica, com pesar, que a cantora, Paula de Menezes Nascimento Leca Viana, Paulinha Abelha, faleceu hoje às 19h26 em decorrência de um quadro de comprometimento multissistêmico", diz a nota de falecimento.

"Nas últimas 24 horas apresentou importante agravamento de lesões neurológicas, constatadas em ressonância magnética, e associada a coma profundo", prossegue o texto. "Foi então iniciado protocolo diagnóstico de morte encefálica, que confirmou hipótese após exames clínicos e complementar específicos."

Paulinha se tornou vocalista do Calcinha Preta em 1998. Ela deixou o grupo duas vezes para tentar voos solos, mas sempre retornou. Desde 2018 que ela estava de forma fixa no comando do Calcinha Preta.

A cantora foi internada no 11 de fevereiro no hospital Unimed Sergipe, em Aracaju, com problemas renais. Ela voltava de viagem quando reclamou de dores abdominais e procurou atendimento, tendo recebido diagnóstico de lesão renal. Não há informação sobre o que teria causado o problema.

No dia 17, ela apresentou uma piora no quadro e entrou em coma. No mesmo dia, foi transferida para o hospital Primavera, também na capital sergipana.

O diretor técnico do hospital Ricardo Leite explicou que a artista estava fazendo terapia renal substitutiva e hemodiálise. "No decorrer da internação foi diagnosticada inflamação do fígado, que abro parêntese não se trata de hepatite viral", enfatizou.

Na terça-feira (22), o neurologista Marco Aurélio Alves, que fazia parte da equipe que cuidava da cantora, disse que a situação dela era delicada em decorrência de um coma profundo. Ele citou que Paulinha estava no nível 3 na escala Glasgow — que classifica os níveis de consciência do paciente de 3 a 15.

O último boletim médico sobre o estado de Paulinha informava que ela continuava fazendo exames para avaliar e monitorar as disfunções neurológica, hepática e renal. Em coma, ela respirava com a ajuda de aparelhos.

Na última segunda-feira (21), o Calcinha Preta já havia anunciado a suspensão de todos os seus shows até o dia 10 de março. "Em virtude da internação e aguardando melhoras no quadro de saúde da nossa Paulinha Abelha, o escritório responsável pela carreira da Calcinha Preta decidiu suspender todos os compromissos marcados para a banda até dia 10 de março de 2022", dizia o comunicado.

A banda ainda estava se recuperando do luto pela morte de seu primeiro vocalista, o cantor José Aparecido da Silva, conhecido como Sidney Chuchu. Ele foi encontrado morto na tarde do dia 4 de novembro do ano passado na casa em que morava no conjunto Parque dos Faróis, em Nossa Senhora do Socorro (SE).

Segundo a Secretaria de Segurança Pública de Sergipe, a causa da morte foi um golpe de arma branca. "Uma testemunha chegou à localidade e observou a vítima caída ao chão", disse a instituição. "A Polícia Militar foi acionada e atendeu à ocorrência. A Criminalística e o Instituto Médico Legal (IML) foram acionados e fizeram os exames periciais e o recolhimento do corpo."

A banda Calcinha Preta divulgou uma nota de pesar na época. "Hoje toda a família Calcinha Preta está de luto", afirma o texto. "É com grande tristeza e pesar que recebemos a notícia do falecimento de José Aparecido da Silva, o nosso querido Sidney Chuchu, nosso primeiro vocalista, que ficou à frente da banda Calcinha Preta no período de 1995 a 1998."

Paulinha Abelha durante show @calcinhapreta no Instagram

AL aprova projeto para advogados pagarem meia-entrada

João Pedro Pitombo

SALVADOR A Assembleia Legislativa de Alagoas aprovou nesta quarta-feira (23) um projeto de lei que institui a meia-entrada para eventos culturais e de lazer para advogados inscritos na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

A matéria foi aprovada com 20 votos favoráveis dos 23 deputados presentes. Votaram contra os deputados estaduais Davi Maia (União Brasil), Cibele Moura (PSDB) e Cabo Bebeto (PTC).

O autor do projeto é deputado estadual Marcos Barbosa (Cidadania), que é advogado. Em sua justificativa no projeto de lei, ele afirmou que o acesso aos eventos culturais contribui para o desenvolvimento social e cultural do advogado e sua família.

"Isso trará inúmeros reflexos positivos no exercício de suas funções e na qualidade do serviço prestado por este que é indispensável à administração da Justiça", argumentou o deputado.

O deputado estadual Davi Maia (União Brasil), que votou contra a proposta, classificou o projeto de lei como inconstitucional e imoral.

"Nem os advogados queriam isso, ninguém pediu. Os deputados têm a autonomia para propor o projeto que quiserem, mas, na minha avaliação, é inconstitucional", afirma.

A deputada estadual Cibele Moura, que também votou contra, destacou que o setor cultural já vem sofrendo com a pandemia e que meia-entrada é uma política pública que deveria ser focada na população que mais precisa.

"[Com a aprovação da] meia-entrada para categorias específicas, a gente cria castas, a gente cria privilégios", argumentou.

A proposta segue para avaliação do governador Renan Filho (MDB) e deve virar lei caso o governador a sancione. Em caso de veto, caberá à Assembleia Legislativa decidir novamente sobre o tema.

Em agosto do ano passado, a Assembleia Legislativa de Alagoas já havia aprovado um outro projeto de lei do deputado Ricardo Nezinho (MDB) que estendia a meia-entrada para eventos culturais para professores. Ainda não houve sanção ou veto do governador à proposta.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Dona de casa, fez filme ao lado do ídolo Sidney Magal

MARY GUIMARÃES CANNITO (1936-2022)

Eliane Trindade

SÃO PAULO "Desculpem, tivemos um atraso de mais de uma hora, acho que dona Mary confundiu velório com casamento", disse o ator e humorista Márcio Américo, ao iniciar a cerimônia de despedida de Mary Guimarães Cannito, às 16h do último domingo (20), no Cemitério Memorial Jardim, em Santo André.

Começava assim, no formato de "stand-up comedy", no qual um comediante se apresenta para uma plateia ao vivo, o primeiro velório da seita "Deus É Humor", em homenagem à mãe do cineasta e roteirista Newton Cannito, 48, autor e diretor do espetáculo teatral homônimo.

A dona de casa morreu aos 85 anos de complicações de uma cirurgia no fêmur após sofrer uma queda. Lourdes, 53, a primogênita, acompanhou a via-crúcis materna por uma semana até que finalmente a fratura fosse comprovada e a operação realizada. "Ela morreu dormindo", relata a filha.

Em 2014, Mary se tornou protagonista do documentário "Saúde S.A", quando encarnou uma espécie de Michael Moore dos trópicos.

A exemplo do documentarista norte-americano, ela colocou boné e empunhou megafone no encalço de figuras como o então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o dono da rede de farmácias Ultrafarma, Sidney Oliveira.

"Eu deixava meu marido na cama e saía para filmar, pensando em melhorar a saúde no país", explicou à Folha, em 2014, sobre as suas andanças, entre abril e setembro de 2013, em meio aos cuidados com o marido, vítima de um AVC, e com a filha, que se tratava de um câncer.

Viúva de um desenhista e projetista que fez carreira na indústria em São Bernardo do Campo, a dona de casa também inspirou o longa "Magal e os Formigas" (2016), dirigido pelo filho.

Fez ponta ao lado do seu ídolo Sidney Magal, que emprestou o nome para a fábula cinematográfica que retrata a trajetória dos Cannito no ABC paulista.

"Mary, quero vê-la sorrir, quero vê-la cantar, com a mesma alegria das filmagens e dos shows", disse Magal, em vídeo postado pelo fã clube de Mary durante o funeral. "Esteja em paz, com Deus, e seja mais uma cigarra nesse universo", concluiu o cantor.

"Minha mãe era a cigarra que tinha paixão pelo Magal e cantava para alegrar a casa de um operário ranzinza, meu pai, e seus amigos, os formigas do título", explica Newton.

A mãe também foi a primeira formanda do curso Avatar Tropical, que faz parte do movimento estético e político Utopia Brasil, cujo filme será lançado em 21 de abril.

Dona Mary é personagem ainda do livro "Curumim Pajé", pré-lançado no velório, que retrata a infância do cineasta, marcada pela religiosidade sincrética materna.

Uma das lembranças retratadas por Newton é do período em que Mary frequentava os cultos dos Testemunhas de Jeová. Ela desistiu quando soube que iria para o céu sem os filhos, que não seguiam a mesma religião. "Não quero ficar no céu sozinha com esses chatos. Prefiro ficar no inferno com vocês", explicou à mesa para deleite do marido e das crias.

Nascida católica, Mary participava de rituais de ayahuasca a sessões espíritas. Após um transe xamânico, declarou: "Morri e foi bom. Não tinha mais conta para pagar".

Fé e riso estavam em comunhão na espiritualidade da frequentadora assídua das reuniões da "Deus É Humor", quando surpreendia artistas e plateia com suas tiradas. "Deus é normal", definiu ela, em uma roda em que cada um expressava sua visão do Todo-Poderoso.

7º DIA

OLGA MARIA FERREIRA BARROSO
Sexta (25/2) às 12h30, Paróquia São Pedro São Paulo, Jardim Guedala, São Paulo (SP)

286º MÊS

NORMA VASQUES DOMINGUEZ
Quinta (24/2) às 20h, Igreja Nossa Senhora da Saúde, Vila Mariana, São Paulo (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Governo federal lança identificação nacional para substituir o RG

Nova carteira terá prazo de validade e usará número do CPF; documento antigo permanece válido por 10 anos

Ricardo Della Coletta e Marianna Holanda

BRASÍLIA O governo lançou nesta quarta-feira (23) um documento de identificação único, com validade nacional, para substituir o RG (Registro Geral).

O decreto que institui a carteira de identidade nacional foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) em cerimônia no Palácio do Planalto. O número único de identificação do cidadão será o CPF (Cadastro de Pessoas Físicas).

De acordo com a Secretaria-Geral da Presidência, a emissão das novas carteiras de identidade ficará sob responsabilidade das secretarias de Segurança Pública de cada estado, como ocorre atualmente com o RG.

A medida passa a valer a partir de 1º de março, mas ocorrerá de forma gradual à medida que os estados forem aderindo à mudança. O decreto determina que o prazo de adaptação será 6 de março de 2023.

Segundo auxiliares palacianos, Goiás e Paraná serão os primeiros a emitirem a nova identidade.

Os institutos de identificação terão prazo até março de 2023 para se adaptarem. Mas isso não quer dizer que o número de RG deixará de existir após esse prazo.

Esse tipo de documento, de acordo com as novas regras, continuará sendo aceito por até dez anos para quem tem até 60 anos de idade. Para quem tem mais de 60 anos, o documento antigo será aceito por prazo indeterminado.

> O cidadão não precisa procurar neste momento os institutos de identificação. A troca para a nova identidade será gradativa
>
> **Eduardo Gomes**
> secretário especial de modernização do Estado

"O cidadão não precisa procurar neste momento os institutos de identificação. A troca para a nova identidade será gradativa. Até março do ano que vem é o prazo para que os institutos de identificação se preparem e estejam aptos para a emissão da carteira [de identidade nacional]. Em que pese que alguns institutos já estão em condição, então nós temos diferenças entre os estados com relação à preparação para a emissão da carteira. Mas a troca pelo cidadão pode levar até dez anos. O cidadão não precisa se preocupar com os institutos de identificação neste momento", afirmou o secretário especial de modernização do estado da Secretaria-Geral da Presidência, Eduardo Gomes.

Uma vez emitida, a nova identidade terá um período de validade. Para pessoas de até 11 anos, o prazo será de cinco anos. De 12 a 59 anos, a validade será de dez anos. Acima dessa idade, a validade será indeterminada.

O Planalto justificou a criação de uma identidade nacional pelo atual caráter estadual do RG.

Atualmente, uma pessoa que perca seu RG e solicite uma segunda via em outro estado recebe um número diferente desse documento.

Na prática, isso significa que um mesmo cidadão pode ter diferentes números de RG em vários estados do país.

A partir da vigência do decreto, a emissão de documento de identificação em estado diferente do seu RG original já passa a ser considerado uma segunda via do documento único — no caso, o registro do CPF.

A partir do momento em que o órgão emissor estiver apto a processar a nova carteira de identidade, a pessoa que quiser emiti-la deve apresentar sua certidão de nascimento ou casamento.

Além da versão em papel, que poderá ser emitida sem custos, o documento ficará disponível em plataforma digital.

Quem aderir à nova carteira também poderá viajar com ela. Inicialmente, pelo Mercosul, como é já com o RG.

Há ainda informações que poderão constar na cédula caso o cidadão as requisite: grupo sanguíneo e fator RH, disposição de doar órgãos em caso de morte e outras informações particulares de saúde.

+ Nova carteira de identidade nacional

Informações no documento

- UF e órgão emissores
- Número de identificação
- Nome, filiação, sexo, nacionalidade, local e data de nascimento
- Foto 3x4, assinatura e impressão digital
- Elementos de verificação e segurança (QR Code e MRZ)

Dados opcionais

- Grupo sanguíneo e fator RH
- Decisão de doar órgãos em caso de morte
- Condições particulares de saúde

Validade

- 0 a 11 anos: 5 anos
- 12 a 59 anos: 10 anos
- Acima de 60 anos: indeterminada

Sebastião Raimundo, 60, continua morando na sua casa, que não foi destruída, no Morro da Oficina Eduardo Anizelli/Folhapress

Afeto e medo de saque mantêm moradores a metros de áreas de deslizamentos em Petrópolis

Julia Barbon e Eduardo Anizelli

PETRÓPOLIS (RJ) "Eu não vou sair", gesticula Sebastião Raimundo no pé do morro, enquanto a roda de amigos debate o que vai fazer nos próximos dias. São seus 60 anos subindo as mesmas vielas e quase 40 vivendo entre as paredes que seu pai e seu tio ergueram com as próprias mãos.

"Em 1988 foi a mesma coisa. Desde então, tem gente esperando moradia. Agora que vai aparecer? O dinheiro manda", diz com indignação o aposentado, a essa altura com as lágrimas já represadas nas rugas abaixo dos olhos.

Subindo as escadas e pulando os obstáculos, ele aponta para um emaranhado de galhos e rochas que se entrincheirou numa das vielas e impediu que a avalanche de lama descesse até sua casa. "Deus botou a mão e falou: daqui não desce mais."

Parou a metros do imóvel em que ele ainda dorme com Mike e Lola, seus dois buldogues franceses, e quatro peixes laranjas. Ele é um dos que seguem ali no Morro da Oficina, próximo ao local onde mais de 80 casas foram engolidas pelos deslizamentos há oito dias.

Apesar do medo da chuva e das sirenes que continuam soando toda tarde em Petrópolis, na serra do Rio de Janeiro, alguns seguem vivendo à beira dos barrancos que deslizaram. "Vou para onde?" é a pergunta que todos eles fazem.

A falta de alternativas, o afeto pelo lugar onde vivem há décadas, o medo de saqueadores e os abrigos cheios são alguns dos motivos que eles citam, além da espera de um atestado de risco oficial e do descrédito nas promessas de aluguel social ou construção de moradias.

Até agora são ao menos 204 mortos e 51 desaparecidos em toda a cidade, segundo a Polícia Civil. Não foi divulgada uma estimativa do total de pessoas que saíram de casa, mas se sabe que aos menos 905 estão abrigados em 14 escolas municipais.

> Eu tô [no Morro da Oficina] porque não está tendo perigo. Estão falando que tem que sair, mas não veio ninguém aqui. É só boato de que tem que sair, que vai cair, que vai descer
>
> **Paulo Roberto Batista**
> pedreiro

Jonathan, Bruno, Tereza... Sebastião aponta e cita o nome de cada um à medida que passa pelas construções desertas, muitas delas tomadas por lama. Apavorados, sua própria esposa e os dois filhos foram embora, estão dormindo na igreja Santo Antônio.

"Estão querendo tirar a gente de lá porque está dando briga. Se me tirarem eu volto para casa, aconteça o que acontecer", diz Graça Raimundo, 62, que voltou para casa para lavar roupa nesta quarta (23). Ela diz que se cadastrou no aluguel social, mas ainda vai demorar.

Da laje, se vê na janela o pedreiro Paulo Roberto Batista, 57. A mulher, os três filhos e as três netas também se mudaram para a casa de uma tia, mas Beto continua ali, vendo televisão e tomando banho na casa de Sebastião toda noite, já que está sem água nem luz.

"Eu tô porque não está tendo perigo. Estão falando que tem que sair, mas não veio ninguém aqui. É só boato de que tem que sair, que vai cair, que vai descer", acredita ele, morador há 20 anos. "Mas eu fico de olho, claro, com a bolsa e os documentos já separados."

Vivendo algumas ruas para baixo do morro, a bacharel em direito Gislaine do Carmo, 48, também diz que aguarda um laudo da Defesa Civil. "Ninguém falou nada comigo oficialmente. Eu continuo assim, se começa a chover, eu vou para a rua e volto", diz.

A prefeitura afirma que segue com as vistorias globais nas áreas afetadas e que intensificou a realização de laudos detalhados pontuais — até a manhã desta quarta, mais de 500 pedidos foram registrados. Divulgou ainda que quem está em abrigos entrará automaticamente no aluguel social e pediu que os desalojados procurem a prefeitura.

Mas as escolas não parecem uma boa opção para a dona de casa Rosanda Crisóstomo, 53. "Eu vou para o colégio para ser maltratada lá?", reclama. Ela também diz ter feito um pedido de avaliação dos seus dois imóveis ali, ainda não atendidos.

A essa altura, os trovões carregados já anunciam mais água em Petrópolis. "Senhor, tenha misericórdia, segura essa chuva", pede, olhando para o céu, a aposentada Cristina da Conceição, 62, que foi viver com a irmã, mas volta todo dia para cuidar da casa. "É ruim demais ficar na casa dos outros", lamenta.

Outra que anda apavorada é a doméstica Cenir da Silva, 52, que não tira as cenas de desespero da cabeça. No dia da tragédia, quando ficou ilhada no sobrado onde trabalha na Chácara Flora, diz que foi acordada pela patroa gritando no meio de um pesadelo.

Mora a quilômetros dali, no bairro Floresta, no alto de um morro onde "ficaram só os barracos dependurados". Um barranco desceu poucos metros abaixo do seu quintal, e a Defesa Civil atestou que é preciso construir um muro.

Ela anda com o laudo na bolsa, mas, com mais 11 pessoas no terreno, não pretende sair até que a obra seja feita. Passou os últimos cinco dias à luz de velas doadas. "Tenho medo, mas tenho que ficar lá. Onde moro estão saqueando, por isso as pessoas ficam com medo. É muita luta para as pessoas entrarem e pegarem. Acabei de construir a laje, são 30 e poucos anos na mesma casa", diz.

O medo dos roubos também fez a auxiliar de saúde bucal Mareni Carvalho, 43, voltar ao Morro da Oficina quase todo dia na última semana. Seu marido queria deixar tudo para trás, mas ela resolveu pegar até as louças. Quer se mudar para Búzios. "Moradia aqui está muito difícil."

Policiais de Minas exigem negociar direto com Zema

BELO HORIZONTE A tensão entre representantes de policiais militares e civis de Minas Gerais e o governador do estado, Romeu Zema (Novo), aumentou depois da manifestação que reuniu uma multidão de servidores públicos do setor de segurança pública na segunda (21) em Belo Horizonte.

O governador chamou os comandantes das polícias para conversar e excluiu os representantes das categorias das negociações diretas com o Palácio Tiradentes.

Após dias de silêncio sobre a manifestação, Zema usou o Twitter para comentar. "Mesmo diante das dificuldades nas contas do governo do estado, estamos avaliando condições para efetuar a recomposição salarial dos servidores públicos de Minas. Tenho o compromisso de encontrar soluções, que em breve serão anunciadas", escreveu.

A ida às ruas foi para cobrar o cumprimento de acordo feito em 2019 que previa recomposição por perdas em três parcelas. Entre as vencidas, somente a de 2020 foi paga.

"Quem colocou 30 mil pessoas nas ruas fomos nós. Na contra os comandos, mas a conversa tem que ser conosco", afirmou o presidente da Aspra (Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, Marco Antônio Bahia.

O governo Zema não respondeu perguntas feitas pela reportagem.

A sopa, a cartolina e o veneno

Coisas valem mais do que palavras, mas palavras também são coisas

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "O Drible" e "Viva a Língua Brasileira"

Escrever sobre palavras é uma atividade sempre encarada com alguma suspeita. Antiintelectuais em geral ficam irritados com a simples ideia de que se possa perder tempo com isso, mas nem os leitores argutos e de boa vontade conseguem impedir que um alarme soe de vez em quando no fundo da consciência: "São só palavras, a realidade é outra coisa!".

No momento em que ganha aceleração mais uma campanha eleitoral — quando as palavras importam como nunca —, convém esclarecer alguns pontos. As coisas têm precedência sobre os nomes que lhes damos, claro. No entanto, o modo como decidimos nos referir às coisas também são coisas. Convém explicar.

Uma vez imaginei a seguinte historinha. Um homem faminto (depois de visitar a Disneylândia em 2006, ele perdeu emprego e moradia durante a guarda de Paulo Guedes) tem diante de si os seguintes itens: um prato fumegante de sopa de legumes com carne e um pedaço de cartolina no qual se lê, escrito com pilot, "Sopa de legumes com carne".

A pergunta sobre qual dos dois itens é mais importante para a vida do sujeito parece ter resposta tão óbvia que chega a ser ofensiva, certo? Mesmo assim, é preciso fazê-la: qual dos dois itens, prato de sopa ou cartolina, é mais importante para a vida do homem que tem fome?

William Shakespeare poderia responder, falando pela boca de Julieta, que uma sopa, se tivesse qualquer outro nome, continuaria desprendendo o mesmo aroma delicioso. Com rosa no lugar de sopa, é o que diz a jovem de Verona no solilóquio famoso em que relativiza o fato de Romeu ser um Montéquio: "O que há num nome?". Ou seja, o cartaz é tão secundário que chega a ser irrelevante.

Muito bem. Então vamos imaginar que diante do homem faminto haja os seguintes itens: um prato fumegante de sopa de legumes com carne e um pedaço de cartolina no qual se lê, escrito com pilot, "Cuidado! Sopa com arsênico". Que tal repetir agora a pergunta sobre qual dos dois itens é mais importante para a vida do sujeito?

A trama nesse ponto se complica ao infinito, como é próprio da linguagem. O homem é analfabeto? Sendo alfabetizado, saberá que arsênico é um veneno? Sabendo de tudo isso, qual será seu grau de confiança na informação que consta do cartaz? E se for um trote de péssimo gosto? É possível que, apesar da incerteza, a fome atroz o leve a pagar para ver?

A palavra que nomeia a coisa não é, afinal, tão irrelevante quanto dizia Julieta. O próprio fim trágico dos amantes adolescentes de Shakespeare é uma prova disso. Se Romeu não se chamasse Montéquio, nome que o condenava a ser inimigo da família da amada, o fim da história teria sido outro. "O que há num nome?" Coisa à beça. Quem sabe a diferença entre a vida e a morte.

"No que depender de mim, lutarei até o fim para proteger a vida de nossas crianças", escreveu em sua conta no Twitter o presidente Jair Bolsonaro, a propósito da descriminalização do aborto na Colômbia.

Sim, estamos falando do presidente cujo negacionismo contribuiu decisivamente para a morte de 650 mil brasileiros, de um homem mundialmente famoso pelo desprezo à vida, que já criticou a ditadura militar por haver matado pouca gente e que fez as armas de fogo, os agrotóxicos e a devastação ambiental explodirem no Brasil. Nessa hora, todos os que detêm a palavra se veem diante do dever moral de apregoar, com máxima ênfase, que a sopa tem arsênico. Se o pessoal vai saber ler o cartaz é outra história.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Maria Homem | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | **SEX. Tati Bernardi** | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Sobreviventes relembram incêndio no edifício Andraus

Tragédia ocorreu há 50 anos no centro de São Paulo e deixou 16 mortos, 300 feridos e ajudou a criar legislação

Rogério Pagnan

SÃO PAULO A digitadora Neves Linares Garcia, então com 19 anos, beliscava um pãozinho escondido debaixo de sua escrivaninha, no 22º andar do Andraus, na região central de São Paulo, quando percebeu algo diferente passando pela janela.

"Eram 16h15. Olhei para fora e vi, assim, aquela fumaça preta, todinha. Eu falei: 'Meu Deus, o que está acontecendo?", conta ela, lembrando o início de um drama vivido há 50 anos como testemunha de um dos famosos incêndios do país ocorrido em prédio comercial na avenida São João.

Neves, então estudante secundarista, fiscalizava os ponteiros do relógio porque tinha aula naquela noite, em um prédio a cerca de 10 quilômetros de distância, na escola estadual Gualter da Silva, no Moinho Velho, na zona sul.

"Quando olhei para o escritório todo, vi o pessoal se movimentando, já querendo sair. Então, logo imaginei que fosse o nosso prédio que estivesse pegando fogo", disse ela.

Com o desespero instalado, Neves correu para o armário para pegar a bolsa e acompanhar o fluxo de funcionários que seguiam para as escadas. As portas dos elevadores chegaram a se abrir quando ela passava por eles, mas, por instinto, pensou melhor não arriscar. Teria morrido.

Na correria, ela deu frente com o superior direto dela, o diretor-financeiro da Henkel do Brasil, Ottmar Flick. O chefe estava deixando o andar com um ar de desespero, conta, mas o homem decidiu voltar para a própria sala, talvez para arrancar as cortinas, como calculam os colegas.

"Nunca mais voltou", disse ela, sabendo depois que aquele diretor "simpático, educado e agradável" havia se tornado uma das 16 vítimas do incêndio, que também deixou 300 feridos. "Eu vejo direitinho a imagem dele, desesperado, assim, voltando. Engraçado, isso não se apaga. Nem do outro chefe", disse.

O outro chefe citado por ela era o diretor-presidente Paul Jürgen Pondorf, que chegou a subir com os funcionários pela escada, ao lado de Neves. Era aquele homem, de origem alemã, que despertava certo temor nos funcionários e cuja vigilância levou Neves a comer o pãozinho escondido.

"Ficamos nas escadas, porque para descer não dava. Havia muita gente subindo, de outros escritórios. Ele [Pondorf] ficou do nosso lado nas escadarias, mas não teve paciência de esperar e se jogou", afirmou ela, hoje comerciante de sapatos.

"Ele jogou primeiro a mala de couro, depois desatarraxou a gravata, colocou uma perna para o lado de fora da vidraça e se jogou. Não conversou com ninguém. Nem mesmo nessa hora. Não olhou para ninguém. Não falou um 'A'", lembra ela.

O incêndio teve início no terceiro andar do prédio da loja Pirani (poderosa rede de eletrodomésticos da época), que ocupava cinco andares do Andraus. A principal suspeita é que o fogo tenha começado com um curto-circuito no luminoso externo da loja.

Nas escadarias, conta ela, os funcionários ficaram presos por cerca de uma hora, até que alguns homens conseguissem abrir o alçapão que dava acesso ao heliporto no topo do prédio de 27 andares. "Fomos subindo com muito sacrifício, havia muita gente, muita fumaça, muito calor. As labaredas vinham na janela, estouravam os vidros da janela, terrível", disse.

No topo Andraus, calcula ela, ficou esperando por cerca de uma hora até o resgate aéreo. "Vi as labaredas muito altas. Eu queria sair dali muito rápido, porque pensava assim: 'Esse prédio vai cair'. Meu medo era que tudo aquilo desmoronasse", disse.

Neves acredita ter sido salva no terceiro helicóptero. E, conforme diz, no desespero não percebeu que entre os bombeiros que ajudavam as vítimas a embarcar nos helicópteros estava o sargento Augusto Carlos Cassaniga, então com 31 anos.

Além de Cassaniga, outros cinco bombeiros foram levados ao topo do Andraus, com apoio de helicópteros de empresas privadas. "Chegando lá, vi centenas de pessoas apavoradas ali, no heliponto, correndo de um lado para outro. Quando o helicóptero tentou pousar, eles correram para o helicóptero. Um perigo, por conta das hélices."

Cassaniga disse que algumas pessoas chegaram a se agarrar ao esqui do helicóptero, para tentar fugir do prédio. "Tinha que puxá-los. O povo queria invadir o helicóptero para sair, a aeronave era pequena."

Depois de atuar nesse embarque, o então sargento seguiu, com ajuda de colegas, às escadarias do Andraus para ajudar as pessoas a chegar ao heliponto. "Porque eles iriam morrer ali nas escadarias se não houvesse o resgate. Na época, não tinha porta corta fogo, não tinha nada."

A escriturária Vita Aguiar de Oliveira, 69, não se lembra do rosto do bombeiro que a salvou. Na época tinha 18 anos, estava em seu primeiro emprego como auxiliar administrativa na companhia de seguros Novo Mundo, que, conforme se lembra, ficava no 8º andar do Andraus.

Vita não tem muita precisão de horários. Conta que já havia trabalhado um pouco depois do almoço quando sentiu um forte cheiro de fumaça. "Um dos coordenadores do trabalho foi, então, até janela, toda de vidro, para olhar. Aí, ele falou: 'nossa, está pegando fogo'.

Os funcionários decidiram, então, seguir para escada. "Os homens pegaram o hidrante, começaram a jogar água na gente, para aliviar um pouco o calor e fumaça. Estava calor, mas tinha muita fumaça."

Tempo depois, segundo conta, chegou a informação, não se sabe como, de que os bombeiros estavam iniciando o resgate pelo heliponto e por uma janela que fazia ligação com um prédio vizinho.

Como estava muito cansada para subir ao topo do prédio, decidiu entrar em uma fila que dava acesso à escada de madeira colocada pelos bombeiros entre os dois prédios. "Não tinha condição de subir [para o telhado] porque estava muito cansada", disse.

"Fui arrastando pela escada [de madeira, entre os dois prédios]. Fui passar, meu cabeço embaraçou, minha bolsa. Então, tive que parar no meio da escada. Aí, o bombeiro disse: 'deixa bolsa, deixe tudo'. Mas, eu pensava comigo: 'nossa, é tão complicado tirar documentos. Eu não vou largar não'", ri ela ao se lembrar dos pensamentos naquele momento de desespero, 50 anos depois da tragédia no Andraus.

Para o porta-voz do Corpo de Bombeiro de São Paulo, Marcos Palumbo, o incêndio do Andraus foi o precursor das primeiras normas de segurança contra incêndio no estado, que entrou em vigor em 1983. "Demorou quase dez anos para que gente pudesse ter uma legislação que alterasse as condições de segurança das edificações. Os procedimentos, normais que não existiam", afirmou ele.

Ainda segundo ele, essas normas e suas atualizações ajudaram a mudar o perfil dos atendimentos feitos pelos bombeiros de São Paulo. Na época, 75% das ocorrências eram para atendimento de incêndios e, agora, elas não passam de 7%. "Infelizmente, o Andraus foi um precursor negativo na época. Mas, foi muito positivo depois para a diminuição do número de ocorrências."

A comerciante Neves Linhares Garcia, 69, uma das sobreviventes Adriano Vizoni/Folhapress

O ex-bombeiro Augusto Carlos Cassaniga, 81, que trabalhou no resgate Adriano Vizoni/Folhapress

Edifício Andraus, na região central de São Paulo, tomado por fogo durante o incêndio Antonio Pirozzelli - 24.fev.1972/Folhapress

saúde

646.490 mortes
956 entre terça e quarta

28.485.502 casos
133.626 infecções em 24 horas

Agentes da PF cumprem mandados de busca e apreensão na manhã de terça Divulgação/PF

Bancos barram transações suspeitas na gestão Doria

Polícia Federal cita indícios de fraude e de repasses na compra de respiradores

Fabio Serapião e Vinicius Sassine

SÃO PAULO E BRASÍLIA A investigação da PF (Polícia Federal) sobre um suposto superfaturamento de ventiladores pulmonares comprados pela gestão João Doria (PSDB) aponta que empresários envolvidos tentaram efetivar transações de US$ 2,43 milhões (R$ 12,8 milhões) e foram impedidos por bancos em razão de indícios de fraudes em movimentações bancárias.

A PF identificou falta de movimentação em conta bancária usada para transações; repasses de empresas com indícios de serem de fachada; e uma "tipologia clássica" de lavagem de dinheiro, relacionada a um dos investigados, com uma conta servindo como "camada" para a movimentação de recursos.

Na terça-feira (22), a PF cumpriu seis mandados de busca e apreensão nos endereços de quatro empresários e duas empresas em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Eles são suspeitos de crimes investigados pela PF na negociação de ventiladores pulmonares à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, em abril de 2020.

Em nota, a secretaria afirmou que a compra dos respiradores foi essencial no início da pandemia, "em um momento de inércia do governo federal, que bloqueou o mercado interno e não distribuiu equipamentos aos estados".

"A administração estadual não poderia ficar de braços cruzados diante de uma necessidade tão urgente. Essa decisão acertada evitou que São Paulo tivesse as tristes cenas que aconteceram depois em Manaus, com a falta de fornecimento de oxigênio."

Os aparelhos foram comprados com dinheiro do tesouro estadual e não se pode falar em sobrepreço, conforme a nota. "É impossível comparar preço praticado hoje no mercado com o cenário de abril de 2020, momento de escassez de ventiladores no país e no mundo", diz a secretaria.

> "É impossível comparar preço praticado hoje no mercado com o cenário de abril de 2020, momento de escassez de ventiladores no país e no mundo
>
> **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo**
> em nota

Uma empresa com sede na China forneceu os equipamentos, tendo como intermediária e contratada uma empresa norte-americana com sócios brasileiros, a Hichens Harrison Capital Partners.

A Hichens Harrison Consultoria Financeira tem sede no Brasil e os mesmos sócios, segundo a PF.

A ideia inicial era uma compra de 3.000 ventiladores pulmonares. O negócio ficou em 1.280 ventiladores, a um custo total de R$ 242,2 milhões. A transferência do dinheiro foi feita em abril de 2020.

Segundo a PF, houve superfaturamento e dano estimado de R$ 63,3 milhões. O preço a mais foi identificado por TCE (Tribunal de Contas do Estado), CGU (Controladoria-Geral da União) e peritos criminais federais, conforme a polícia.

Outras suspeitas investigadas são de direcionamento da contratação e episódios de lavagem de dinheiro.

No mesmo dia da primeira transferência feita, 15 de abril de 2020, um representante da Hichens Harrison Consultoria tentou em uma instituição financeira efetivar o recebimento de um câmbio da Hichens Harrison norte-americana, no valor de US$ 2,2 milhões, o que foi recusado pelo banco "diante dos diversos indícios de movimentação fraudulenta".

Logo após a segunda transferência relativa ao contrato, houve uma nova negativa de operação de câmbio. O empresário Basile George Pantazis tentou enviar US$ 200 mil a um empresário no Brasil, Carlos Alberto Damião, a título de "recebimentos de comissões de vendas", o que também foi negado, conforme a PF.

As informações usadas pela PF aparecem em RIFs (relatórios de inteligência financeira), do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

Pantazis foi representante da negociação dos ventiladores pulmonares no Brasil, segundo a PF. Damião foi copiado num email do processo de compra, conforme a polícia.

"A Hichens Harrison negociou no mundo inteiro, com os mesmos preços, inclusive nos EUA. Ela teve prejuízos, na verdade. Não houve fraude, não há materialidade de crime. Isso [a operação da PF] foi pura política", disse o advogado da empresa, Reinaldo Rayol Junior.

Advogado de Pantazis, Daniel Gerber afirmou que as transações foram feitas dentro das regras do sistema financeiro nacional, com identificação de emissor e recebedor. "As transações foram regulares, realizadas sem nenhuma tentativa de ocultar. A acusação é absolutamente fantasiosa, pois se tratam de elementos normais de comércio exterior."

A reportagem não localizou a defesa de Damião.

Superfaturamento, direcionamento de contratação e remessas de valores para contas de empresas intermediárias no exterior podem indicar lavagem de dinheiro do tipo "kickback", em que valores retornam a agentes públicos, segundo a PF. A investigação, até agora, não encontrou provas sobre pagamentos de propina a funcionários públicos.

A PF diz que há indícios de que a Hichens Harrison brasileira recebeu depósitos de empresas de fachada e que conta da empresa ficou sem movimentação bancária entre maio de 2019 e abril de 2020.

Damião recebeu 139 transferências bancárias de Jacqueline Coutinho Torres, no valor de R$ 910,8 mil. Damião declarou no imposto de renda de 2020 ter uma dívida de R$ 904,2 mil com Torres.

Segundo a PF, Torres foi esposa de Flávio Maluf, filho do ex-deputado Paulo Maluf. A polícia disse que não se observou nenhum fato que justifique o empréstimo.

A conta de Damião, conforme a PF, serviu como "camada" para impedir a identificação do destino dos recursos.

A reportagem não localizou a defesa de Torres.

Julgamento sobre planos de saúde e rol da ANS é interrompido

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O STJ (Superior Tribunal de Justiça) interrompeu pela segunda vez o julgamento que vai determinar se as operadoras de planos de saúde estão obrigadas a bancar procedimentos não incluídos na lista de cobertura estipulada pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

Suspenso em setembro do ano passado, o debate foi retomado nesta quarta-feira (23), mas um novo pedido de vista (mais tempo para estudar) voltou a paralisá-lo. O placar está empatado em um voto a um. Não há data prevista para o reinício do julgamento.

A análise ocorre na 2ª Seção, composta por dez ministros. O pedido de vista foi feito pelo ministro Villas Bôas Cueva, convertido posteriormente em coletivo.

De forte apelo popular, o tema atraiu manifestantes à sede do STJ. Mais de 100 pessoas se enfileiraram em frente ao alambrado que cerca o tribunal para defender que os planos de saúde arquem com mais despesas.

A lista da ANS estabelece a cobertura assistencial a ser garantida pelos planos privados. É chamada de Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde. A primeira versão foi editada em 1998 e, desde então, sofreu atualizações para incorporar novas tecnologias em saúde.

A corte superior avalia se a lista da agência é exemplificativa ou taxativa. Por taxativa, entende-se que ela é restrita, sem margem interpretativa.

Se exemplificativa, a lista funciona como referência mínima e outras obrigações podem ser acrescidas para atender as necessidades dos pacientes. É um conceito mais favorável aos consumidores.

Uma decisão colegiada do mesmo STJ de 2019, porém, reviu tal posicionamento, motivando, agora, um debate mais amplo que é travado pela corte.

Relator do caso, o ministro Luís Felipe Salomão entende que a lista deve ser taxativa, mas considerou a possibilidade de hipóteses excepcionais. Frisou que o rol taxativo é adotado em diversos países, como Estados Unidos, Japão e Inglaterra.

O magistrado afirmou que esse modelo protege os beneficiários dos planos de aumentos excessivos uma vez que a segurança jurídica dada às operadoras evita o repasse de custos adicionais. De acordo com Salomão, a lista mínima obrigatória é garantia de preços mais acessíveis.

Em setembro de 2021, após o voto de Salomão, a ministra Nancy Andrighi pediu vista para aprofundar a análise. Começou por ela a retomada do julgamento nesta quarta.

A magistrada apresentou voto divergente ao entender que o rol da ANS tem caráter exemplificativo porque "só dessa forma se concretiza a política de saúde idealizada pela Constituição".

Ela classificou de "utópica" a ideia de que a fixação de uma cobertura mínima, por meio de um rol taxativo, tornaria os planos de saúde mais acessíveis, sobretudo à massa de desassistidos pelas políticas públicas de assistência à saúde.

Para a ministra, o documento é uma importante referência, seja para operadoras de saúde, profissionais e para os beneficiários.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão nº 01/2022
Processo Digital FF.000522/2022-91
Parecer AJ nº 054/2022

Encontra-se aberto, na Fundação Florestal, o Leilão nº 01/2022, objetivando a **ALIENAÇÃO DE MADEIRA DO GÊNERO PINUS E EUCALYPTUS, NA FORMA DE MATAGEM (ÁRVORE EM PÉ) NA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE JAÚ E FLORESTA ESTADUAL DE PEDERNEIRAS.**

A sessão pública será realizada **às 09:00 horas do dia 04 de março de 2022, na Sede da Fundação Florestal, localizada na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345, Prédio 12 - 1º Andar – Alto de Pinheiros, São Paulo/SP - CEP: 05459-010.**

As condições de participação e o edital da concorrência encontram-se nos sites: https://www.imprensaoficial.com.br/; e https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/category/edital-licitacao/

REPUBLICADO SEM DEVOLUÇÃO DE PRAZO PARA ADEQUAÇÃO DA FORMA DE PAGAMENTO.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 023/2022
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA COLONIAL EM ALUMÍNIO"
Processo: 18.184/2021
Data do Pregão: 21/03/2022 às 10h00 (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
Número da Oferta de Compra: 855800801002022OC00031

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR VALOR GLOBAL.
Valor total para retirada do edital: R$ 88,14 (oitenta e oito reais e quatorze centavos).
Local e horário para pagamento da taxa: Banco Santander - das 10h00 às 16h00 e Banco Bradesco - das 10h00 às 16h00.
Local e horário para retirada do edital: Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, 1º Andar, Vila Mirim - Praia Grande/SP, junto ao Departamento de Licitações, das 09h00 às 16h00, ou, gratuitamente na íntegra através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.

Praia Grande, 22 de fevereiro de 2022.
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (Em processo de recuperação Judicial)

CNPJ/ME nº 10.678.505/0001-63 – NIRE 35.300.366.476

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38, com sede na Av. das Américas, 4.200, bloco 08/B, salas 302 a 304, no Rio de Janeiro, RJ ("**Agente Fiduciário**"), **vem pelo presente edital, conforme assembleia geral de Debenturistas ocorrida, em segunda convocação, no dia 22 de fevereiro de 2022, às 14:30 horas, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, e suspensa naquela data, convocar os titulares das debêntures** da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("**Emissão**", "**Emissora**" e "**Debêntures**", respectivamente), cuja escritura foi celebrada em 14 de maio de 2013, e posteriormente aditada ("**Escritura de Emissão**"), **a reunirem-se para reabertura da Assembleia Geral de Debenturistas, que irá acontecer no dia 03 de março de 2022, às 14:30 horas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo -SP.** Os Debenturistas deverão deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): a) a aprovação de acordo entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("**ARTESP**") e a Emissora ("**Acordo ARTESP**") acerca dos créditos detidos pela ARTESP em face da Emissora. O Acordo ARTESP está em negociação na data da publicação deste edital e, uma vez assinado, será prontamente disponibilizado aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva deliberação em AGD, através dos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; b) a aprovação de formalização do Acordo ARTESP nos autos do incidente de impugnação de crédito movida pelo Agente Fiduciário contra a ARTESP, processo nº 1002276-63.2020.8.26.0526 ("**Impugnação**"), inclusive com a desistência, se necessário, por parte do Agente Fiduciário, dos pedidos formulados no âmbito da Impugnação e do agravo de instrumento nº 2031082-83.2021.8.26.0000, interposto pela ARTESP ("**Agravo de Instrumento**"). Fica certo desde já, que em caso de desistência, a mesma somente será peticionada, caso a parte impugnada abra mão em integralidade de qualquer possível verba sucumbencial. O Acordo ARTESP está em negociação na data da publicação deste edital e, uma vez assinado, será prontamente disponibilizado aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva deliberação em AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser realizada pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; c) a aprovação do pedido de suspensão da Impugnação e do Agravo de Instrumento pelo Agente Fiduciário durante o curso da negociação dos termos e condições do Acordo ARTESP pela Emissora, caso necessário; d) aprovação de ajustes à redação do Anexo 1.1.52. que corresponde a minuta da Escritura de Emissão de Debêntures de Resultado ao Plano de Recuperação Judicial da Emissora (a ser disponibilizado pelos assessores da emissão, e circulada na íntegra pelo Agente Fiduciário através do endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**), sendo que a versão ajustada do Anexo 1.1.52. – minuta da Escritura de Emissão de Debêntures de Resultado será disponibilizada aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD ("**novo Anexo 1.1.52 ao PRJ**") nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser realizada pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; e e) aprovação de outras eventuais medidas necessárias para que sejam formalizados o Acordo ARTESP e o novo Anexo 1.1.52 ao PRJ, e que serão prontamente informadas/disponibilizadas aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser realizada pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**. Instruções Gerais: Encontram-se à disposição dos Srs. Debenturistas, nas páginas da Companhia (http://www.rodoviasdotiete.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores – internet e na sede social da Emissora, a proposta da administração da Emissora. Os termos e condições do Acordo ARTESP elencado nos itens (a) e (b) da Ordem do Dia serão disponibilizados nos mesmos canais. Os Debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da AGD, com os seguintes documentos: (i) documento de identidade e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; ou (ii) caso o Debenturista não possa estar presente à AGD, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGD, o instrumento de mandato pode, a critério do Debenturista, ser depositado na Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da AGD. Sem prejuízo e, em benefício do tempo, os Debenturistas deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contencioso@pentagonotrustee.com.br. (24, 25 e 26/02/2022)

MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CMPL
AVISO DE HABILITAÇÃO/INABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 004-2/21 - PROCESSO Nº 21.677/21

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA ESTRADA VICINAL YONEJI NAKAMURA (TRECHO 1 E TRECHO 2), DISTRITO TABOÃO, NESTE MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da Comissão Municipal Permanente de Licitação – CMPL, torna público, para conhecimento dos interessados, que analisou detalhadamente os documentos apresentados em cada envelope e considerando os pareceres exarados pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e da Secretaria Municipal de Finanças, decidiu HABILITAR as empresas: ARVEK TÉCNICA E CONSTRUÇÕES LTDA, CASAMAX COMERCIAL E SERVIÇO LTDA, CONSÓRCIO NAKAMURA, CONTRUTORA KAMILOS LTDA, FASUL PAVIMENTAÇÃO E CONSULTORIA LTDA, GIMMA ENGENHARIA LTDA, IDEAL INFRAESTRUTURA E MONTAGEM LTDA, PAULISTA OBRAS E PAVIMENTAÇÃO LTDA, POTENZA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, SOLOVIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA e TECLA CONSTRUÇÕES LTDA, para a fase seguinte do certame. Decidiu, ainda, INABILITAR a empresa: EMPARSANCO ENGENHARIA S/A, por não atender ao solicitado em relação aos subitens "5.1.5.2" e "5.1.5.3" do Edital. Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste Aviso, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações e estabelecido conforme subitem "7.1.13" do Edital, o dia 08 de março de 2022, às 14 horas, para abertura do envelope nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL, na sala de reuniões da Comissão Municipal Permanente de Licitação - CMPL, na Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 277 – 1º andar (Edifício-Sede da Municipalidade).

Mogi das Cruzes, em 23 de fevereiro de 2022.
THOMAS AUGUSTO CICCONE ALVAREZ - Presidente da CMPL em exercício

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna público que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO":
EDITAL Nº014/2022 - PROCESSO Nº 2537/2022
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS
As propostas serão abertas em sessão pública que ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: http://www.licitacoes-e.com.br, às 8:00 horas do dia 15 de março de 2022. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao) e no referido endereço (licitações-e).

Mogi das Cruzes, em 23 de fevereiro de 2022
PATRÍCIA HELEN GOMES DOS SANTOS - Secretária Municipal de Educação

NOTIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA, nos termos do art. 87, § 2º da Lei de nº 8.666/93, com suas alterações, NOTIFICA a empresa IS7 IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME, CNPJ nº 36.392.321/0001-26, que lhe foi aplicada multa pelo atraso no fornecimento de materiais nos autos do Processo nº 3.172/2021, ficando a mesma intimada a comparecer na Secretaria Municipal de Gestão, no prazo de 30 (trinta) dias para retirar a guia e efetuar o pagamento.
Fica autorizada vista dos autos.

Mogi das Cruzes, em 21 de fevereiro de 2022.
DANIEL ROBERTO CARNECINE DE OLIVEIRA - SECRETÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO
LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA ÀS ME/EPP E ITENS DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio do Secretário de Saúde, torna público que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO":
EDITAL Nº 010/2022 - PROCESSO Nº 139/2022 E APENSO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE AVENTAL CIRÚRGICO DESCARTÁVEL E AGULHA DESCARTÁVEL.
As propostas serão abertas em sessão pública que ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: http://www.licitacoes-e.com.br, às 08:00 horas do dia 17 de março de 2022. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao) e no referido endereço (licitações-e).

Mogi das Cruzes, em 23 de fevereiro de 2022.
Dr. ZENO MORRONE JUNIOR - Secretário de Saúde

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 013/21 - PROCESSO Nº 26.623/21

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA E.M. PROF. ADOLFO MARTINI, SITUADA NA RUA RÔMULO DE BRITO Nº 281, VILA INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES
O Município de Mogi das Cruzes, por intermédio do Sr. Secretário Municipal de Educação, comunica que REVOGOU, por conveniência e interesse público, com base nas disposições do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 013/21. Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste comunicado, para interposição de eventuais recursos, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

Mogi das Cruzes, em 23 de fevereiro de 2022.
Patricia Helen Gomes dos Santos - Secretária Municipal de Educação

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2021 - PROCESSO Nº 17.755/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE OVO DE CODORNA COZIDO, DESCASCADO E REFRIGERADO.
EMPRESAS VENCEDORAS: CHARBEL PARTICIPACOES EIRELI.
VALOR GLOBAL: R$ 805.220,00 (oitocentos e cinco mil, duzentos e vinte reais).

Mogi das Cruzes, em 18 de fevereiro de 2022.
PATRÍCIA HELEN GOMES DOS SANTOS - Secretária Municipal de Educação

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 177/2021 - PROCESSO Nº 13.379/2021 E APENSOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL.
EMPRESAS VENCEDORAS: R. ALEXANDRE MARTINS – EIRELI; 50 X 1 COMÉRCIO DE MADEIRAS EIRELI; AMANCIO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA; AMAZONAS ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI; J.LAVANDOSKI FERRAGENS; MEGAFER COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA; THIPLAN COMERCIAL LTDA; WAF COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI e X ROQUE & MEZZINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
VALOR GLOBAL: R$ 3.042.390,60 (três milhões, quarenta e dois mil, trezentos e noventa reais e sessenta centavos).

Mogi das Cruzes, em 14 de fevereiro de 2022.
ALESSANDRO SILVEIRA - Secretário de Infraestrutura Urbana

Mitsubishi Corporation do Brasil S/A

CNPJ nº 61.090.619/0001-29 - NIRE nº 35300019032

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas Realizada em 14/02/2022.

(1). TIPO, DATA, HORA E LOCAL: A Assembleia foi realizada por meio digital e é considerada realizada em 14/02/2022, às 13h30min, na sede da companhia na Avenida Paulista, 1294, 22º e 23º andares, São Paulo/SP. **(2). PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **(3). MESA:** Sr. Yukio Shinozaki, como Presidente da Mesa, e Sr. Kenichi Yokomi, como Secretário. **(4). PUBLICAÇÃO:** Dispensada a publicação nos termos da das S.As. **(5). AGENDA:** Indicação do Sr. Susumu Isogai como Diretor Gerente. **(6). DELIBERAÇÃO POR UNANIMIDADE:** Decidiram indicar o Sr. **SUSUMU ISOGAI**, portador do passaporte nº TT1734282, para a posição de Diretor Gerente. O Diretor Gerente ora indicado somente assumirá o cargo após a obtenção de autorização de residência prévia, emitida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, e do visto, quando será eleito pela Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada com esta finalidade, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP. **(7). ENCERRAMENTO:** Nada Mais. São Paulo, 03/02/2022. Jucesp nº 109.400/22-7 em 23/02/2022.

A S P O M I L
Associação de Assistência dos Policiais Militares do Estado de São Paulo
Fundada em 12 de setembro de 1997
CNPJ 02.210.213/0001-73

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINARIA PARA CONVOCAÇÃO, VOTAÇÃO E DELIBERAÇÃO PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO COLETIVA

O Presidente convoca todos os Associados e Diretores desta Associação, para estarem presentes na sede desta Associação sito: Rua Soriano de Souza, 305, Tatuapé, São Paulo, CEP 03066-020, no dia 03 de março de 2022, às 08:00 (oito horas), primeira convocação, e, segunda e última convocação às 08:30 para deliberarem em Assembleia Geral Extraordinária, para ser posta em votação, e, deliberarem para autorizar a representação processual na propositura de Ação Civil Pública contra a SPPrev – São Paulo Previdência. A Associação representando seus associados, na forma de seu estatuto, ingressará com quaisquer ações coletivas de interesse da classe de policiais militares, pensionistas, ativo e inativos, segundo o entendimento do STF que considera indispensável que a autorização se dê por ato individual ou por decisão em assembleia geral e aprovar a contratação de Advogado ou Escritório de Advocacia para este fim. A ação a ser proposta será a Ação da Integralidade da Pensão, em valor que corresponde à totalidade dos vencimentos dos instituidores dos benefícios, os quais vem sendo pago no percentual de 75% (setenta e cinco porcento) dos proventos do instituidor. Atenciosamente, São Paulo, 24 de fevereiro de 2.022. TIAGO CARNEVALE GONÇALVES - Presidente da ASPOMIL

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Av. Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela atual Credora Fiduciária **BARI COMPANHIA HIPOTECÁRIA,** inscrita no CNPJ sob nº 14.511.781/0001-93, situada à Avenida Sete de Setembro, nº 4.751, Sobre loja 02, Batel, Curitiba/PR, nos termos do Instrumento Particular Cédula de Crédito Imobiliário Integral nº 5379-1, Série 2017, datada de 21/08/2017, conforme averbações 09, 10 e 11 da referida matrícula, no qual figura como Fiduciante **ANA MARIA DIONÍSIO,** brasileira, solteira, do lar, RG nº 8.135.625-SSP/SP, CPF nº 696.665.128-15, residente em São Paulo/SP, tendo como devedores **LUCIANA DIONISIO ALENCAR,** brasileira, advogada, RG nº 33.657.013-2- SSP/SP, CPF nº 283.575.348-64, e seu esposo **CELSO FRANCISCO DE SOUZA,** brasileiro, motorista, RG nº 24.177.639-9-SSP/SP, CPF nº 226.102.348-05, casados sob regime de comunhão parcial de bens, residentes em São Paulo/SP, levará a PÚBLICO LEILÃO, de modo On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 11 de março de 2022, às 10:30 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.zukerman.com.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 524.625,68 - (quinhentos e vinte e quatro mil e seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos),** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído por **Um prédio e seu terreno,** situados à Rua Ortiz de Carvalho, nº 221, na Vila Mafra, em Vila Formosa, medindo o terreno que formato irregular e dista 77,50m da cerca de divisa de Vila Formosa 9,00m de frente por 24,00m da frente aos fundos, do lado direito, 19,50m do lado esquerdo tendo nos fundos a largura de 8,00m, encerrando a área de 174,00m², confrontando do lado direito de quem da rua olha para o imóvel, com o prédio 222, do lado esquerdo com o prédio nº 220, e nos fundos com os fundos do prédio 136, que faz frente para a Rua São João Gualberto. Contribuinte nº 055.194.0022-8. **Av.03/40.176** – para constar que o nome correto da Rua onde está localizado o imóvel é Rua Ortiz de Camargo. **Av.05/40.176** – verifica-se que o prédio nº. 221 da Rua Ortiz de Camargo, tem atualmente o nº. 238 da referida rua. **Imóvel objeto da matrícula no 40.176 do 9º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação:** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **18 de março de 2022,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 267.559,10 - (duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e dez centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.zukerman.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE,** com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lanços on-line se dará exclusivamente através do www.zukerman.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. **O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. **Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciantes: ANA MARIA DIONÍSIO, LUCIANA DIONISIO ALENCAR, e CELSO FRANCISCO DE SOUZA,** já qualificados, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenha sido cientificado. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (Em processo de recuperação Judicial)

CNPJ/ME nº 10.678.505/0001-63 – NIRE 35.300.366.476

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38, com sede na Av. das Américas, 4.200, bloco 08/B, salas 302 a 304, no Rio de Janeiro, RJ ("**Agente Fiduciário**"), **vem pelo presente edital, conforme assembleia geral de Debenturistas ocorrida, em segunda convocação, no dia 22 de fevereiro de 2022, às 15 horas, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, e suspensa naquela data, convocar os titulares das debêntures** da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("**Emissão**", "**Emissora**" e "**Debêntures**", respectivamente), cuja escritura foi celebrada em 14 de maio de 2013, e posteriormente aditada ("**Escritura de Emissão**"), **a reunirem-se para reabertura da Assembleia Geral de Debenturistas, que irá acontecer no dia 03 de março de 2022, às 15 horas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 5º anda, Itaim Bibi, São Paulo -SP.** Os Debenturistas deverão deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): (a) medidas a serem tomadas visando a excussão das garantias da Emissão, em decorrência do vencimento antecipado declarado em Assembleia Geral de Debenturistas, na data de 08.11.2019, bem como em razão do pedido de recuperação judicial da Emissora, objeto do processo nº 1005820-93.2019.8.26.0526, em trâmite perante a Vara Judicial da Comarca de Salto, Estado de São Paulo ("**RJ**"), nos termos da cláusula 4.16.2, (i) da Escritura de Emissão; (b) ratificação dos atos e medidas eventualmente praticados pelo Agente Fiduciário visando a proteção da comunhão dos debenturistas no âmbito judicial, incluindo, mas não limitando, ao processo de RJ, bem como eventuais processos dependentes ou anexos, ou extrajudicial, bem como defesa dos interesses dos debenturistas na perseguição do crédito da Emissão, conforme determina os artigos 11 e 12 da INCVM nº 583 de 20.12.16; (c) ratificação ou não, da continuidade e condições da prestação dos serviços dos assessores legais e financeiros contratados no âmbito da Emissão; ou a sua substituição por novos assessores legais e/ou financeiros para a defesa dos interesses dos debenturistas, no âmbito da RJ e de qualquer medida judicial ou extrajudicial relacionada ao vencimento antecipado da Emissão, assim como definição de suas formas de pagamento em decorrência da RJ da Emissora; (d) aprovação, ou não, de criação de Comitê de Debenturistas para deliberar sobre as matérias relacionadas a RJ, incluindo, mas não se limitando, a definição de seus termos e condições; (e) aprovação, ou não, da implementação de fundo de despesas para a Emissão, bem como a definição de seus termos e condições, caso necessário; (f) nos termos da notificação enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora na data de 13.11.2019, aprovar, ou não, a contratação às expensas da Emissora, de terceiros para prestação de serviços de controle e excussão da garantia objeto do Contrato de Cessão Fiduciária; (g) medidas judiciais e/ou extrajudiciais a serem tomadas, em razão do vencimento das apólices de seguros de nº 10.044219 (SP101), nº10.044038 (SP 308), nº54-0775-31-0147701 e nº 54-775-31-0147702 e as que por ventura vierem a não ser renovadas ao longo da RJ; (h) outras medidas de interesse dos debenturistas, relacionados aos itens anteriores. Instruções Gerais: Os debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da Assembleia Geral de Debenturistas, com os seguintes documentos: (i) documento de identidade e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada debenturista e emitido pela instituição depositária; ou (ii) caso o debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas, procuração com poderes específicos para sua representação na assembleia, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas, o instrumento de mandato pode, a critério do debenturista, ser depositado na Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas. Sem prejuízo e, em benefício do tempo, os Debenturistas deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contencioso@pentagonotrustee.com.br. **Tendo em vista que o presente edital trata de uma reabertura, informamos que a publicação de todos os itens da Ordem do Dia decorre de lei, sendo certo que os itens (a); (c); (d); (e); (f); (g) e (h) estão encerrados, restando apenas o item (b) para deliberação.** São Paulo, 24 de fevereiro de 2022. (24, 25 e 26/02/2022)

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (Em processo de recuperação Judicial)

CNPJ/ME nº 10.678.505/0001-63 – NIRE 35.300.366.476

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira inscrita no CNPJ/ME sob nº 17.343.682/0001-38, com sede na Capital do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, Ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102 ("**Pentágono**" ou "**Agente Fiduciário**"), na qualidade de Agente Fiduciário nos termos da cláusula 6ª do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("**Emissora**"), **vem pelo presente edital convocar os titulares das Debêntures** ("**Debenturistas**"), cuja escritura foi celebrada em 14 de maio de 2013, e posteriormente aditada ("**Escritura de Emissão**"), **a reunirem-se em assembleia geral de Debenturistas, em segunda convocação, no dia 03 de março de 2022, às 14 h (quatorze horas) ("AGD"), a ser realizada exclusivamente de modo presencial, em local diverso da sede da Emissora para conveniência dos Debenturistas, na Avenida Cidade Jardim, 803 – 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo**. Os Debenturistas deverão **deliberar sobre** ("**Ordem do Dia**"): a) a aprovação de termo aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 06 de agosto de 2021 ("**Contrato de Compra e Venda**") anexo ao Plano de Recuperação Judicial homologado nos autos da Recuperação Judicial da Emissora ("**Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações**") ou de instrumento análogo a ser firmado pelo **Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura** com o objetivo de ajustar a redação da Cláusula 4.7 do Contrato de Compra e Venda, visando a alteração da Data do Prazo Final, bem como realizar outros ajustes necessários ao Contrato de Compra e Venda decorrentes de eventuais exigências uma vez que as negociações estão em curso com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo ("**ARTESP**") e há, junto à Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), processos de emissão de valores mobiliários. O Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações ou instrumento análogo será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; b) a aprovação de termo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado pela Emissora no âmbito da Recuperação Judicial da Emissora ("**Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial**"), em trâmite perante a 1ª Vara da Comarca de Salto/SP, processo nº 1005820-93.2019.8.26.0526 ("**Recuperação Judicial da Emissora**"), com o objetivo de efetuar os ajustes necessários tendo em vista as negociações em curso com a ARTESP e os processos de emissão de valores mobiliários junto à CVM. O Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; c) caso aprovado o item "b" acima, deliberar sobre a aprovação de assinatura de termo de adesão ao Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. O termo de adesão será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; d) a aprovação do exercício do direito previsto na Cláusula 6.11. do Plano de Recuperação Judicial homologado nos autos da Recuperação Judicial da Emissora mediante assinatura de termo de adesão ou documento análogo e apresentação de petição pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, informando sobre o exercício do direito previsto na referida Cláusula 6.11. pelos Debenturistas. O termo de adesão ou documento análogo será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; e e) aprovação de outras eventuais medidas necessárias para, exclusivamente, formalizar o Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e o Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, tão somente para prever as alterações descritas nas alíneas (a) e (b) acima, incluindo-se os aditamentos relacionados aos documentos da Emissão, que serão informados/disponibilizados aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderão ser disponibilizados pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**. Instruções Gerais: **Encontram-se à disposição dos Srs. Debenturistas, nas páginas da Emissora (http://www.rodoviasdotiete.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores – internet e na sede social da Emissora, a proposta da administração da Emissora. Os termos e condições do Acordo ARTESP elencado nos itens (a) e (b) da Ordem do Dia serão disponibilizados nos mesmos canais.** Os Debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da Assembleia Geral de Debenturistas, com os seguintes documentos: (i) documento de identidade e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; ou (ii) caso o Debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas, o instrumento de mandato pode, a critério do Debenturista, ser depositado na Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas. Sem prejuízo e, em benefício do tempo, os Debenturistas deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contencioso@pentagonotrustee.com.br. (23, 24 e 25/02/2022)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHEMBI – Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº. 05/2022; OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnico profissional de manutenção preventiva, corretiva, instalação, configuração, suporte e consultoria no parque de equipamentos de TI da Prefeitura de Anhembi. TIPO: Menor preço global. PAGAMENTO: mensal. Solicitação do edital e esclarecimentos: (14) 3884-9020, pelo e-mail licitacao@anhembi.sp.gov.br, ou no site www.anhembi.sp.gov.br. Recebimento dos envelopes: até às 09h00 do dia 14/03/2022. Credenciamento, abertura dos envelopes e fase de lances: a partir das 09h30 do dia 14/03/2022. LOCAL: Sala de licitações do Paço Municipal (Rua Prefeito Ismael Morato do Amaral, 67, Centro, Anhembi-SP). Os demais atos estarão disponíveis no endereço eletrônico www.anhembi.sp.gov.br. Anhembi, 22/02/2022. Lindeval Augusto Motta – Prefeito Municipal.

Instituto Brasileiro de Impermeabilização - CNPJ 47.185.640/0001-87 - **Assembleia Geral Extraordinária** - Convocação - São convocados os senhores associados desse Instituto para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária às 17h00 em 1ª convocação e às 17h30 em 2ª convocação no dia 19 de abril de 2022, presencialmente na sede do IBI situada no Condomínio Villa Lobos Office Park na Av. Queiroz Filho, 1.700 - Torre D - sala 507 - São Paulo/SP ou de forma online pelo link:
https://us02web.zoom.us/j/87028439309?pwd=cGk3aDhNUWkwZHFUSIZDbkRCeDZ3Zz09
(ID da reunião: 870 2843 9309 e Senha de acesso: 812274) a fim de tratarem da seguinte ordem do dia: 01) Eleições para cargos eletivos do Instituto para o biênio 2022/2024. São Paulo, 24 de fevereiro de 2022. Jaques Pinto - Presidente do Conselho Deliberativo.

Instituto Brasileiro de Impermeabilização - CNPJ 47.185.640/0001-87 - **Assembleia Geral Ordinária** - Convocação - São convocados os senhores associados desse Instituto para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária às 18h00 em 1ª convocação e às 18h30 em 2ª convocação no dia 19 de abril de 2022, presencialmente na sede do IBI situada no Condomínio Villa Lobos Office Park na Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre D - sala 507 - São Paulo/SP ou de forma online pelo link:
https://us02web.zoom.us/j/87028439309?pwd=cGk3aDhNUWkwZHFUSIZDbkRCeDZ3Zz09
(ID da reunião: 870 2843 9309 e Senha de acesso: 812274) a fim de tratarem da seguinte ordem do dia: 01) Apreciação do relatório de atividades e prestação de contas do exercício de 2021. 02) Deliberação sobre programa de trabalho e previsão orçamentária para 2022. 03) Assuntos Gerais. São Paulo, 24 de fevereiro de 2022. Jaques Pinto - Presidente do Conselho Deliberativo.

BMi BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A. - CNPJ 34.169.557/0001-72 - Companhia Aberta - **FATO RELEVANTE - BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.** ("Banco") comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração homologou proposta da Diretoria para a declaração e o pagamento de Juros sobre Capital Próprio **relativos ao 2º Semestre de 2021**, como segue: (i) Ações Ordinárias: Valor bruto de R$ 0,000000 por ação. (ii) Ações Preferenciais: Valor bruto de R$ 0,850155 por ação, sobre o qual incidirá o Imposto de Renda na Fonte à alíquota de 15%, perfazendo um valor líquido de R$ 0,722632 por ação, totalizando um valor líquido de R$ 513.171,94. As pessoas jurídicas comprovadamente imunes deverão apresentar a documentação pertinente até **04 de março de 2022**. O pagamento será efetuado em **15 de março de 2022** na proporção da participação de cada acionista no capital social do Banco, sendo certo que farão jus ao pagamento os acionistas constantes da base acionária do Banco em **03 de março de 2022**.

Belo Horizonte/MG, 23 de fevereiro de 2022.
Paulo Henrique Brant de Araújo Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 01/2022
Processo Digital FF.000475/2022-07
Parecer AJ nº 047/2022

Encontra-se aberta, na Fundação Florestal, a Concorrência nº 01/2022, objetivando a **ALIENAÇÃO DE FLORESTAS PARA EXTRAÇÃO DE GOMA RESINA DE PINUS CARIBAEA SPP NA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL JOSÉ JOÃO GALHARDO (PARAGUAÇU PAULISTA).**

A sessão pública será realizada às 09:00 horas do dia 09 de março de 2022, na Sede da Fundação Florestal, localizada na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., 345, Prédio 12 - 1º Andar – Alto de Pinheiros, São Paulo/SP - CEP: 05459-010.

As condições de participação e o edital da concorrência encontram-se nos sites:
https://www.imprensaoficial.com.br;
https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/category/edital-licitacao/

REPUBLICADO SEM DEVOLUÇÃO DE PRAZO PARA ADEQUAÇÃO DA FORMA DE PAGAMENTO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Prefeitura de Guarulhos, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público: **LICITAÇÕES AGENDADAS: PE 65/22 DLC - PA 52739/21** menor preço com reserva para ME / EPP/ MEI visando RP de luvas de procedimento não estéril. Abertura: **14/03/22** - 08:30 - Disputa 09:30. **CP 07/22 DLC PA 6231/22** menor preço global visando contratação de empresa especializada para Operação do Aterro Sanitário de Guarulhos, localizado na Estrada Dona Ana Diniz, Bairro Cabuçu, Guarulhos/SP. Abertura: **29/03/22** - 09:00. **REPROGRAMAÇÃO DE CERTAME: PE 47/22 DLC - PA 51314/21** menor preço com reserva para ME / EPP/ MEI visando RP de cloreto de sódio, colagenase e etonogestrel. Abertura: **15/03/22** - 08:30 - Disputa 09:30. Os editais poderão ser obtidos no site www.guarulhos.sp.gov.br no link Licitações Agendadas.

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM SÃO PAULO — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA — PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

AVISO DE CREDENCIAMENTO
Edital nº 2/2022/SAD-SP
Credenciamento nº 01/2019

A SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM SÃO PAULO torna pública a prorrogação do Credenciamento nº 1/2019, que tem como objeto o credenciamento de leiloeiros oficiais para venda de veículos de terceiros sob a guarda da SRPRF-SP. O Edital está disponível no site www.prf.gov.br (no link acesso à informação/licitação e contratos/credenciamento, audiências e chamamento público/2022) e na Seção de Administração - SAD da Superintendência, localizada na Rua Ciro Soares de Almeida, 150, Bairro Vila Maria, São Paulo/SP, CEP 02167-000, das 08h às 12h e das 13h às 17h. Informações gerais no e-mail nucont.sp@prf.gov.br ou no telefone (11) 2795-2335.

ANTÔNIO FERNANDO DE MIRANDA
Superintendente
SPRF-SP

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DL00081.2022 – RC61210.2022
Objeto: Aquisição de Eliminador de Baterias ELB - 124.
Data Final para apresentação de proposta: 03.03.2022 até as 17:00h
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefones/e-mail: (11) 3767-4039 - sonia@ipt.br - Departamento de Compras.

Cotação - Processo IPT Nº DL000822022 - 61030.61032.61033.61035.61042.61044.61112.61192.2022
Objeto: Filtros; Aditivo Anticorrosivo; Óleo Lubrificante Para Gerador.
Data Final para apresentação de proposta: 03.03.22 até as 17:00h.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefones/e-mail: (11) 3767-4487 - msumi@ipt.br - Departamento de Compras.

Cotação - Processo IPT Nº DL00083.2022 - RC61361.2022
Objeto: Serviço de Sondagem para Investigação Geotécnica, conforme termo e planta.
Data Final Para Apresentação de Proposta: 03/03/2022 até as 17:00h.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefone/e-mail: (11) 3767-4023 - edurocha@ipt.br e (11) 3767-4035 - damiao@ipt.br - Departamento de Compras.

ipt INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

---

cpfl santa cruz

Companhia Jaguari de Energia

Companhia Fechada
CNPJ nº 53.859.112/0001-69 - NIRE nº 35.300.024.575

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31 de Dezembro de 2021

I - Data, Hora e Local: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de dezembro de 2021, às 08:45 (oito horas e quarenta e cinco minutos), na sede social da **Companhia Jaguari de Energia** ("CPFL Santa Cruz" ou "Sociedade"), localizada na Rua Vigato, nº 1.620, térreo, A, Núcleo Residencial Doutor João Aldo Nassif, na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, CEP 13916-070. **II - Presença:** Compareceu à Assembleia Geral, a acionista CPFL Energia S.A., representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no "Livro de Presença de Acionistas". **III - Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Sr. Carlos Zamboni Neto; Secretária: Sra. Carol Sangiovani Figueiredo. **IV - Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, em vista da presença da acionista CPFL Energia S.A., representando a totalidade do capital social. **V - Ordem do Dia:** Aprovar a declaração de Juros sobre Capital Próprio ("JCP"). **VI - Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** (1) dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que são do inteiro conhecimento das acionistas; e (2) autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão da assinatura das acionistas, nos termos do artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76. **VII - Deliberações:** Após a análise da matéria constante da Ordem do Dia, a acionista deliberou por: **(i)** aprovar a declaração de JCP, no valor de até R$ 6.722.204,09 (seis milhões, setecentos e vinte e dois mil, duzentos e quatro reais e nove centavos), a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2021, sendo que os registros contábeis correspondentes ocorrerão em 31 de dezembro de 2021. Os pagamentos serão efetuados em datas a serem definidas pela Diretoria Executiva, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia. **VIII - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Única acionista CPFL ENERGIA S.A. (por seus representantes Yuehui Pan e Flávio Henrique Ribeiro). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em Livro Próprio. Campinas, 31 de dezembro de 2021. **Mesa: Carlos Zamboni Neto** - Presidente da Mesa. **Carol Sangiovani Figueiredo** - Secretária. **JUCESP** nº 53.618/22-1 em 02/02/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

esporte

Terceiro maior goleador do país no ano desafia São Paulo

Olávio, atacante do Campinense, enfrenta o time de Ceni na Copa do Brasil

CAMPINENSE
SÃO PAULO
21h30, no estádio Amigão
Na TV: SporTV

Bruno Rodrigues

SÃO PAULO O duelo entre Atlético-MG e Flamengo, no último domingo (20), pela Supercopa do Brasil, colocou frente a frente os dois maiores artilheiros do futebol brasileiro em 2021. Ambos, como de costume, deixaram a sua marca.

Hulk, autor de 36 gols no ano passado, anotou para a equipe mineira no empate em 2 a 2. Do outro lado, Gabigol, responsável por 34 gols do clube carioca na última temporada, também marcou o seu no tempo regulamentar, mas viu o Flamengo ser derrotado na disputa por pênaltis.

Nesta quinta (24), às 21h30, em Campina Grande, um goleador menos acostumado aos holofotes do que a dupla, mas não tão distante deles nos números, terá chance de brilhar contra um adversário da elite.

Olávio, atacante de 28 anos do Campinense, foi o terceiro no ranking dos artilheiros do futebol nacional em 2021, com 26 gols marcados por Atlético Cearense e Volta Redonda-RJ (empatado com Gilberto, ex-Bahia, e Joãozinho, do Nova Venécia-ES).

Olávio, 28, atacante do Campinense Samy Oliveira - 16.dez.21/Divulgacao/Campinense

> “Para mim foi um privilégio ser o terceiro [artilheiro do Brasil]. O Hulk e o Gabigol têm nível de seleção brasileira e eu sempre me inspiro nos melhores
>
> **Olávio**
> atacante do Campinense

Adversário do São Paulo na primeira rodada da Copa do Brasil, o jogador que se colocou no pódio ao lado de Hulk e Gabigol quer aproveitar sua chance diante da equipe tricolor para classificar os paraibanos à próxima fase. Os paulistas precisam apenas de um empate para avançar.

“O ano de 2021 foi bastante abençoado”, diz Olávio à Folha. “Para mim foi um privilégio ser o terceiro [artilheiro do Brasil]. O Hulk e o Gabigol têm nível de seleção brasileira e eu sempre me inspiro nos melhores. Quando fui o artilheiro no Cearense e via todo mundo comentando o meu nome, eu queria mais. E minha motivação foi essa, estar entre os artilheiros do Brasil.”

Dos 26 gols que marcou na temporada passada, 14 foram no Campeonato Cearense, pelo Atlético-CE, o que lhe deu o prêmio de artilheiro da competição. O atleta anotou outros oito na Série D e mais dois na Taça Fares Lopes, além dos dois na Série C com a camisa do Volta Redonda, onde atuou por empréstimo.

Nascido em Missão Velha (CE), Olávio iniciou a carreira como volante, mas nunca teve números ofensivos tão importantes como em 2021. Até que se tornou atacante, posição na qual nunca havia atuado. A mudança o beneficiou ao colocá-lo mais perto da meta adversária.

“Há dois anos eu fazia a função de terceiro homem de meio-campo. No ano passado, com o professor Raimundo Wagner, fui centroavante, uma função em que me adaptei muito bem. Tenho uma característica forte que é o cabeceio, isso facilitou na adaptação. O professor Raimundo foi um cara fundamental, porque acreditou que eu poderia desempenhar essa função”, diz o jogador, que tira proveito da altura (1,84 m) para levar vantagem no jogo aéreo.

Enfrentar um time de Rogério Ceni não é novidade para Olávio. Com passagens por vários clubes cearenses, entre eles Icasa e Ferroviário, o jogador teve algumas chances de jogar contra o Fortaleza comandado pelo ex-goleiro. Em nenhuma delas, porém, conseguiu marcar. Pelo Estadual de 2018, defendendo o Guarani de Juazeiro, viu o time de Ceni golear por 4 a 0. No ano seguinte, pelo Barbalha, a derrota foi por 3 a 1.

“Eram times fortes, sempre bons defensivamente. Quando enfrentava o Rogério, complicava um pouco”, lembra.

Apesar da lembrança de confrontos difíceis, há uma alegria que o atacante compartilha, mesmo que indiretamente, com o treinador. Flamenguista na infância por influência dos pais, Olávio viu muitos membros da família celebrarem o título do Campeonato Brasileiro de 2020 conquistado pelos rubro-negros. No comando estava Ceni, que seria campeão também do Estadual do Rio e da Supercopa do Brasil antes de ser demitido no início de 2021.

“Tenho uma admiração pelo Rogério. Aqueles que são os melhores no que fazem, queremos ser como eles”, diz Olávio. “Mas hoje a família é Campinense”, completa o atacante, para não deixar dúvidas de qual time os seus familiares querem ver avançar na Copa do Brasil.

Corinthians anuncia o português Vítor Pereira como seu novo técnico

SÃO PAULO Três semanas após a demissão de Sylvinho, o Corinthians acertou a contratação de um novo treinador. O clube chegou a um acordo com o português Vítor Pereira, 53, que estava livre desde a saída do Fenerbahçe, da Turquia, em dezembro.

O técnico assinará um compromisso com validade até dezembro de 2022.

“Esta decisão demorou mais do que a gente esperava, mas o resultado é exatamente o que a gente queria. Agora, a gente dá as boas-vindas a um cara que foi campeão por onde passou”, disse o presidente Duilio Monteiro Alves.

Pereira foi um dos primeiros nomes cogitados pela diretoria, mas não sinalizou positivamente após conversas iniciais. Apontando questões familiares, demonstrou que preferia permanecer na Europa.

O Corinthians, então, passou a trabalhar com diferentes nomes e ficou perto de acertar com outro português, Luís Castro, 60. Mas as exigências do treinador aumentaram, e Duilio encerrou a negociação.

O presidente retomou as tratativas com Vítor Pereira, melhorou a proposta e teve uma resposta positiva. Volante de carreira modesta, construída em pequenos times de Portugal, Pereira passou pela base do Porto. Cresceu no clube, assumiu a equipe principal e com ela conquistou duas edições do Campeonato Português, em 2011/12 e 2012/13.

Depois disso, digiu o saudita Al Ahli, o grego Olympiacos, o turco Fenerbahçe, o alemão 1860 München e o chinês Shanghai SIPG antes de retornar ao Fenerbahçe.

O português, que foi auxiliar de André Villas-Boas no Porto, é considerado um treinador capaz de montar sistemas defensivos fortes. Foi com equipes consistentes que venceu duelos importantes com o Benfica de Jorge Jesus rumo ao bicampeonato nacional.

Vítor Pereira, 53
Volante de carreira modesta, construída em pequenos times de Portugal, teve algumas de suas primeiras experiências na base do Porto. Cresceu no clube, assumiu a equipe principal e conquistou duas edições do Campeonato Português, em 2011/12 e 2012/13. Também tem no currículo um Campeonato Grego (2014/15) e um Campeonato Chinês (2018).

Apesar dos resultados, ele nunca conseguiu o prestígio do antecessor e ouviu críticas pelo que era apontado como dificuldade de comunicação. “Carisma não ganha títulos”, disse Pereira, que também tem no currículo um Campeonato Grego (2014/15) e um Campeonato Chinês (2018).

Com a contratação do português, o Corinthians se torna o sétimo clube da Série A do Campeonato Brasileiro a contar com um comandante estrangeiro em 2022. Seus compatriotas Abel Ferreira e Paulo Sousa treinam Palmeiras e Flamengo, respectivamente. Há também dois argentinos, “Turco” Mohamed (Atlético-MG) e Juan Pablo Vojvoda (Fortaleza), além do paraguaio Gustavo Morínigo e do uruguaio Alexander “Cacique” Medina (Internacional).

Palmeiras empata com Athletico na partida de ida da Recopa

ATHLETICO 2
PALMEIRAS 2

SÃO PAULO Com um pênalti convertido no minuto final da partida, o Palmeiras buscou um empate por 2 a 2 contra o Athletico nesta quarta (23), no jogo de ida pela Recopa Sul-Americana, em Curitiba. No confronto que opõe o campeão da Libertadores contra o vencedor da Copa Sul-Americana, a definição de quem ficará com a taça ficou para a partida de volta, em 2 de março, no Allianz Parque. Não há mais o gol fora de casa como critério de desempate.

Terans e Marlos marcaram pela equipe comandada por Alberto Valentim, enquanto volante Jailson e o meia Raphael Veiga anotaram os gols do time palmeirense.

O Palmeiras competiu com alguns desfalques importantes, sobretudo na defesa. Sem Gustavo Gómez e Luan, a equipe de Abel Ferreira acabou saindo atrás, e aos 18 minutos a bola sobrou para Terans marcar.

A vantagem dos donos da casa, porém, não refletia o cenário do jogo até então. O Palmeiras não só teve mais posse de bola, como criou boas oportunidades de marcar. Tanto que logo buscou o empate, aos 28, com Jailson.

Houve um equilíbrio maior no segundo tempo, mas os visitantes pressionavam mais, enquanto os donos da casa exploravam contra-ataques. E foi justamente em uma jogada de velocidade que o Athletico chegou ao segundo gol, com Marlos. A 15 segundos do fim dos acréscimos determinados pela arbitragem, Wesley invadiu a área e sofreu um pênalti. Na cobrança, Raphael Veiga empatou a partida novamente, fechando o placar.

Viva o campeonato estadual!

Mudar de ideia é uma virtude de quem não fica preso ao que disse no passado

Juca Kfouri
Jornalista, autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Foram anos, décadas mesmo, pregando contra a existência dos campeonatos estaduais. Desde os tempos da revista Placar. Pelo menos a cada quatro editoriais que escrevia, um era para pedir a extinção dos torneios.

Lembro particularmente de uma reunião em que estava o ex-presidente do São Paulo, Henri Aidar, que educada e carinhosamente me chamou de herege por defender mais espaço para o Campeonato Brasileiro no lugar do que eu chamava de avião de hélice contra os a jato.

Muita gente jamais entendeu como eu poderia considerar o título paulista do Corinthians de 1977 o mais importante da história do clube e mesmo assim desdenhar dos estaduais.

Pelo interior afora arrumei inimigos que me chamavam de elitista por não querer que os times grandes da capital, e o do litoral, expusessem seus craques em estádios raquíticos e gramados criminosos.

Não aceitavam o argumento de que não pode ser elitista quem defende os interesses da maioria dos torcedores, porque vinham com a contra-argumentação do celeiro de jogadores revelados pelos pequenos etc.

Paulistas ficavam bravos por verem seu campeonato centenário ser chamado de Paulistinha, os cariocas da mesma forma assim como os gaúchos com o Carioquinha e o Gauchinho.

Engraçado até, sobre os dois últimos, é que quando liam só a referência aos seus torneios, diziam para eu chamar o campeonato de São Paulo no diminutivo, porque, como se sabe, torcedor não é nada bairrista.

Pois bem, o que me fez mudar de opinião foi o jogo do Flamengo em Madureira na tarde de quarta-feira (16) da semana passada.

Eu havia ridicularizado as 1.009 testemunhas presentes ao estadinho de Conselheiro Galvão — não elas, mas o número. Eis que, de repente, EUREKA! Soube que naquela tarde, exatamente às três e meia da tarde, Arquimedes, levado pelo pai, seu Rubinho, começou a ver, de corpo presente, o primeiro jogo de futebol em sua curta vida de apenas 6 anos de idade.

Arquimedes logo se apaixonou pelas cores grená, azul e amarela do Tricolor Suburbano embora percebesse que seria minoritário. Sim, porque mesmo só entre escassas 1.009 pessoas é possível, com algum esforço, ser minoria.

São insondáveis os motivos que acendem a chama da paixão e lá estava o pequeno Arquimedes para comprovar.

Mais: nascia ali, no caldeirão do subúrbio carioca, um novo torcedor que haverá de frequentar estádios, idolatrar seu goleiro, o beque de fazenda, o centroavante rompedor.

Dane-se o Maracanã lotado, Wembley ou Camp Nou.

Não existiria Lionel Messi se não existisse Ygor Catatau, o autor do 1 a 0 para o Madureira!

Nem a perplexidade de seu Rubinho, rubro-negro fanático, batizado Rubens em homenagem ao Doutor Rubis, célebre meia que brilhou na Gávea na década de 1950.

Sim, rara leitora, raro leitor: me penitencio por tantas colunas em defesa dos clássicos e contra a presença dos pequenos à mesma mesa frequentada pelos grandes.

Dou a mão à palmatória e prometo nunca mais incorrer no mesmo erro.

Passo a defender a existência dos campeonatos estaduais com o mesmo ardor com que defendo a reforma ortográfica.

A que descreve assim o lance em que "o atacante para para" fazer o gol, um passe, seja ele de que time for.

Aliás, em relação à maravilhosa reforma ortográfica, só a critico por não ter criado o sinal de ironia, como existe o de exclamação.

PRETA, PRETO, PRETINHOS | **Denise Mota**

folha.com/pretapretopretinhos

Diversidade ainda enfrenta resistência nas empresas e não avança para altos cargos

“Mudar para continuar o mesmo” poderia ser um bom resumo do impacto real dos programas de diversidade e inclusão no mundo corporativo até agora, é o que apontam levantamentos recentes feitos com empresas no Brasil e no exterior.

A pesquisa “Diversidade e inclusão nas organizações”, realizada pela Deloitte, analisou respostas de 215 companhias em todas as regiões do país quanto às ações que estão implementando para refletir a demografia brasileira no seu quadro de funcionários.

Concluído no final de 2021, o documento compilou os avanços descritos nos principais “grupos de afinidade” estruturados pelas companhias: “Mulheres (62%), pessoas com deficiência (52%), raças e etnias (52%), lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais gêneros (51%), jovem aprendiz (36%) e geracional, para profissionais com mais de 50 anos (25%)”.

De acordo com o estudo, apesar de 81% das empresas consultadas terem algum desses grupos formalizados (sob a forma de comitês ou aliados, por exemplo), as iniciativas continuam a priorizar o preenchimento de vagas. Oportunidades de ascensão e manutenção dos contratados ainda não aparecem com a mesma importância.

O resultado evidente é mais do mesmo: ausência de profissionais pertencentes aos chamados grupos minoritários em cargos de liderança.

Segundo a pesquisa, 69% das empresas afirmaram haver um foco maior de ações de diversidade e inclusão (D&I) nas etapas de recrutamento e seleção, por exemplo. Mas nas etapas de desenvolvimento do profissional, as ações diminuem sensivelmente: benefícios foram elencados por apenas 30% das companhias; promoção, por 17%; e suporte no momento do desligamento, 8%.

Em 23% das empresas que participaram do levantamento, as mulheres ocupam mais da metade dos cargos de liderança. Mas os demais grupos minorizados em geral ocupam menos de 5% desses postos.

Outras esferas de tomada de decisão apresentam panorama similar: em 56% das empresas que possuem conselhos de administração, não há representantes de grupos raciais e étnicos minoritários, por exemplo.

As empresas apontam como principais desafios para a realização de projetos de D&I “a resistência interna e um ambiente de negócios conservador”. Apenas 37% das companhias responderam estar convencidas de que essas iniciativas estejam contribuindo para uma mudança organizacional, e somente 21% as consideraram uma prioridade.

As organizações participantes do levantamento são dos setores de serviços, bens de consumo, infraestrutura e construção, atividades financeiras, TI e telecomunicações, agronegócios, alimentos e bebidas, saúde e farmacêutica, comércio e veículos e autopeças.

Pesquisas realizadas pelo escritório de advocacia norte-americano Baker McKenzie com 900 líderes de organizações nos Estados Unidos, Europa, Oriente Médio e Ásia, e concluídas também no final de 2021, mostram um retrato parecido ao do Brasil: mais do que adotar ações que de fato promovam o avanço de profissionais pertencentes a minorias, o foco ainda reside em aumentar a conscientização sobre diversidade e inclusão, uma prioridade para 55% dos consultados.

O levantamento, desdobrado em dois documentos, indica que “problemas persistentes minam o otimismo em diversidade e inclusão”. Aponta que, apesar de programas de D&I estarem crescendo e de a cultura de relatar problemas ser classificada como “principal prioridade” para 78% dos líderes consultados, 34% deles acreditam que essas denúncias estão subnotificadas.

A pesquisa foi realizada com empresas de seis setores: indústria, manufatura e transporte; bens de consumo e varejo; instituições financeiras; saúde e ciências; energia, mineração e infraestrutura; e tecnologias de mídia e telecomunicações.

Entre os entrevistados, “51% (...) identificam o recrutamento de talentos diversos como uma prioridade. No entanto, essas iniciativas por si só não são suficientes para equilibrar a força de trabalho. O fato de 45% das organizações estarem também priorizando a retenção de grupos sub-representados sugere que estão enfrentando uma fuga de talentos. Isso reforça a importância da cultura —ao garantir que o ambiente de trabalho permita que talentos diversos avancem e progridam”, afirma o documento.

“As organizações terão que demonstrar a eficácia de seus esforços com maior rigor”, assinala.

FRONTEIRA EUA-MÉXICO

Guarda Nacional texana observa imigrantes da América Central que aguardam processamento de pedidos de asilo Adrees Latif/Reuters

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
24.fev.1922

Carnaval na Paulista terá iluminação especial

O prestígio que a avenida Paulista vinha detendo no Carnaval de rua em São Paulo parecia querer fugir-lhe pelo abandono a que vinha sendo entregue. Porém uma comissão de proprietários e capitalistas, residentes naquela linda e elegante artéria, resolveu soerguer dessa apatia.

Uma grande ornamentação foi planejada, e a iluminação será cinco vezes maior do que a dos anos anteriores. Em dez coretos ao longo da avenida diversas corporações musicais tocarão continuamente. A iniciativa contou apoio da Light e entusiasmo dos moradores.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Você já sofreu com maldades de fofoqueiros de plantão?

‘Se for falar mal de mim, me chame. Sei coisas terríveis a meu respeito’

Mirian Goldenberg

Antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é autora de “A Invenção de uma Bela Velhice”

Uma colega de trabalho, que só me procura para pedir “favorzinhos de cinco minutinhos”, me ligou para me convidar para uma live sobre envelhecimento e felicidade. Apesar de eu ter respondido que não poderia participar, ela me pediu outro “favorzinho”: divulgar a live no meu Instagram, Facebook e LinkedIn, já que “tenho milhões de fãs”.

Como sempre, ela falou muito mais do que “cinco minutinhos”: “Você é muito ousada, você se expõe muito, escreve coisas que ninguém tem coragem de dizer no mundo acadêmico. Ontem mesmo um colega nosso disse que não compreende por que você só escreve sobre questões que milhares de pessoas que não pertencem ao mundo acadêmico gostam de ler. Disse que você é muito simplesinha, fala de um jeito muito acessível e popular. Por que você não para de escrever sobre as escolhas amorosas e sexuais das mulheres maduras, e escreve sobre temas mais urgentes como a violência doméstica e a ausência de políticas públicas para os idosos mais pobres? Vai ser bom para sua carreira”.

Respondi que ela sabe muito bem que eu também pesquiso e escrevo sobre os temas mencionados. Contei que, em junho de 2021, concluí um pós-doutorado sobre envelhecimento, autonomia e felicidade e, em novembro, comecei outro pós-doutorado sobre envelhecimento, família e violência. Disse que costumo recusar mais de 90% dos convites que eu recebo para participar de lives, programas de rádio e televisão, pois meu tempo é totalmente dedicado a pesquisar e escrever sobre a violência contra os mais velhos e, mais importante ainda, para “escutar bonito” e cuidar dos meus amigos nonagenários.

Ela então disse: “Eu sinto inveja do seu sucesso porque você é famosa e está sempre na mídia. Você fez algum curso de querida? Você é tão boazinha e meiguinha, todo mundo gosta de você. Como você consegue nunca brigar com ninguém?”.

Com certeza ser “boazinha e simplesinha” não é um elogio em um mundo de pessoas que exibem seus títulos e currículos como sinais de superioridade intelectual. Já ouvi fofocas horrorosas sobre alguns colegas que se odiavam um dia e, no dia seguinte, se juntaram para fazer fofocas sobre outros. Conheço alguns que sentem um prazer sádico em humilhar, diminuir, desvalorizar os próprios amigos, sócios e parceiros de trabalho.

Sinceramente, não entendo quando alguém diz que sente inveja de mim: não durmo, sofro de ansiedade excessiva e, por mais que eu trabalhe sem parar, me sinto impotente e angustiada por não fazer muito mais do que eu faço. Eu invejo quem consegue dormir quatro ou cinco horas sem precisar tomar um ansiolítico.

Sempre me senti um “peixe fora d’água” nas disputas, brigas e intrigas típicas do mundo acadêmico. Já fiquei doente por não saber como lidar com as maldades e agressões de um ambiente tão competitivo e destrutivo.

Infelizmente, nenhum ambiente de trabalho (e até mesmo familiar) está livre da competição, inveja e fofoca.

Talvez por ser tão insegura, tímida, introvertida, “boazinha e simplesinha”, nunca consegui gritar, brigar, xingar e me exibir como alguns colegas fazem tão descaradamente.

Amo escrever, amo estudar, amo pesquisar, amo dar aulas e amo ser lida e compreendida por quem gosta do que eu gosto de escrever. Nada do que eu produzo teria qualquer significado se eu não tivesse meus leitores e leitoras.

Depois de tantas décadas me sentindo um “peixe fora d’água” em um tanque repleto de tubarões vorazes e predadores, estou descobrindo que o oceano é muito mais profundo e que tenho a sorte de ter muitos “peixinhos simplesinhos e bonzinhos” nadando ao meu lado.

Senti muita raiva de perder um tempo precioso da minha vida com uma conversa tão desagradável e quase interrompi a fofoca com uma frase de Epicteto: “Ele desconhece meus outros defeitos, ou não mencionaria somente esse”. Mas, como fiz um “curso de querida”, preferi ser “meiguinha” e encerrar a verborragia maledicente com a frase genial da Tati Bernardi: “Se for falar mal de mim, me chame. Sei coisas terríveis a meu respeito”.

VOCÊ VIU?

Mexicana estuprada no Qatar foi condenada a cem chibatadas. Sentença, que inclui sete anos de prisão, veio após uma denúncia de abuso sexual. Paola Schietekat, 27, era economista na Supreme Committee for Delivery and Legacy, uma das entidades envolvidas nas obras de estádios e infraestrutura da Copa do Mundo. Schietekat diz que o abuso ocorreu em seu dormitório, em Doha. Ela formalizou a denúncia junto do então cônsul mexicano no país e munida de provas, como um laudo médico e fotos de machucados e arranhões deixados pelo agressor. A corte do país, porém, liberou o acusado e sentenciou a mulher por manter “relações extraconjugais” com um homem, segundo o jornal espanhol El País. O comportamento é passível de punição pela sharia, lei islâmica que rege o Qatar. Paola se converteu ao islamismo aos 17 anos, mas retornou ao México depois do abuso. Ela diz que gostaria de voltar a Doha, tópico que abordou em conversa com o ministro das Relações Exteriores do México, Marcelo Erbard.

ilustrada

Pega ladrão

'Inventando Anna' e 'O Golpista do Tinder' puxam onda de séries e filmes sobre fraudes reais no streaming, que no mês que vem ainda recebe tramas sobre WeWork e Theranos

Julia Garner como Anna Delvey em cena da série 'Inventando Anna', da Netflix Nicole Rivelli/Netflix

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Na semana passada, um novo tipo de golpe chamou a atenção da população da capital paulista. Praticado num dos maiores ícones arquitetônicos e turísticos de São Paulo, ele mobilizou fiscais e a imprensa, que tentam desmantelar o esquema.

A acusação? Lojistas do Mercado Municipal estavam enganando clientes e vendendo sanduíches com ingredientes que não são os da marca anunciada, no que ficou conhecido como o golpe da mortadela. Ele vem na sequência do golpe da fruta, aplicado no mesmo local, e se junta a uma infinidade de estratagemas que ameaçam a população diariamente, do golpe do Pix ao golpe do falso sequestro.

Em paralelo ao temor crescente, parece aumentar também o interesse do público por ver gente sendo enganada, como indica uma recente onda de séries e filmes sobre fraudes famosas que invadiram o streaming, puxada por "Inventando Anna" e "O Golpista do Tinder" —sucessos também nas redes sociais.

Ambas são hoje a série e o filme em inglês de maior audiência da Netflix e estão no topo do ranking em 94 e 92 países, respectivamente. Foram mais de 77 e 64 milhões de horas que os espectadores dedicaram às tramas nas últimas duas semanas, nesta ordem.

"Inventando Anna" é uma ficção inspirada na história real de Anna Sorokin, ou Anna Delvey, uma russa que enganou a elite nova-iorquina dizendo que era uma herdeira alemã, com um fundo de € 60 milhões em seu nome. Ela se hospedou em hotéis cinco estrelas e não pagou, passou cheques sem fundo, pegou empréstimos falsificando documentos e mentiu para diversos poderosos, que bancaram seus luxos sob a crença de que ela estava com problemas burocráticos para movimentar sua fortuna.

A Netflix pagou cerca de U$ 320 mil, ou R$ 1,6 milhão, à agora condenada e na fila para a extradição Anna Sorokin, para poder contar a sua história, que também será objeto de uma série da HBO. Ela ainda apareceu em "Generation Hustle", nova série documental que, a cada episódio, reconstrói um golpe famoso, como o de um vigarista que se passava por produtor de Hollywood para enganar atores e o de um falso príncipe saudita.

"O Golpista do Tinder" é um pouco mais relacionável, já que as vítimas aqui não foram socialites e magnatas de Wall Street, mas mulheres que estavam em busca do amor no Tinder, aplicativo de namoro amplamente difundido.

No documentário, entendemos como o israelense Simon Leviev se passava por milionário, viajava com seus "matches" em jatinhos particulares e as convencia a pegar empréstimos para depois sumir do mapa com o dinheiro.

Na semana passada, ele aproveitou para contratar uma agente de Hollywood para tirar uma graninha de sua recém-conquistada fama.

Continua na pág. C2

ONDE VER

'Inventando Anna'
Netflix

'O Golpista do Tinder'
Netflix

'Generation Hustle'
HBO Max

'The Dropout'
Estreia em 3/3, no Star+

'WeCrashed'
Estreia em 18/3, no Apple TV+

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

PRÓXIMO PASSO

O governo de SP deve anunciar a flexibilização do uso de máscaras depois do Carnaval. Ainda não está definido se elas poderão ser dispensadas somente quando a pessoa caminhar ao ar livre ou em todos os ambientes.

MEIA VOLTA A ideia já era acalentada há tempos pela equipe do governador João Doria (PSDB), e chegou a ser anunciada em novembro do ano passado. A nova onda explosiva de casos de infecção pela variante ômicron, no entanto, fez o governo recuar.

LUZ Os estudos para a flexibilização das máscaras voltaram à mesa depois que os números de casos, internações e mortes começaram a cair no estado.

LUZ 2 O número de infectados, que chegou a 14.542 por dia há duas semanas, caiu agora para 13.070. As internações baixaram de 1.521 por dia para 700 hospitalizações diárias nesta semana. E as mortes caíram pela primeira vez no ano, de 272 registradas diariamente para 242 nesta semana.

LUZ 3 No total, 6.336 pessoas permaneciam em hospitais de São Paulo na quarta (23) para tratamento da doença. Destas, 2.596 estavam em UTIs.

ELE, SIM Uma das lideranças petistas mais próximas de Lula, o deputado estadual Emídio de Souza (PT-SP), que deve coordenar a campanha de Fernando Haddad ao governo de SP, afirmou a empresários com quem se reuniu na terça (22) que o PT tem total confiança em Geraldo Alckmin. O ex-governador será candidato a vice na chapa de Lula.

ELE, NÃO "Temer ele não vai ser", afirmou Emídio aos empresários, reunidos pelo grupo Esfera Brasil. Eleito vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff em 2014, Temer rompeu com ela e foi essencial para que o impeachment — definido como "golpe" pelos petistas — prosperasse.

EM CAMPO Segundo o deputado, Lula deve manter uma boa relação com Alckmin caso os dois sejam eleitos, abrindo espaço para a participação dele no governo e evitando que seja um vice escanteado.

VASO "A pior coisa que tem é deixar o vice sem função. Isso é desprestigiá-lo", disse Emídio de Souza. Ele resgatou o histórico de Lula com o empresário José Alencar, vice-presidente nos dois mandatos do petista.

VASO 2 "Ele não foi desprestigiado. Era chamado para participar de reuniões do Conselho [que reunia empresários e representantes do governo] e de ministérios. Foi chamado para ser ministro da Defesa, opinava sobre juros. Era um crítico, na verdade, dessa questão", afirmou ainda o parlamentar.

VASO 3 Uma das reclamações de Temer na era Dilma era justamente a de ter virado um "vice decorativo". Em uma carta enviada à então presidente, em dezembro de 2015, ele afirmou que só era chamado para resolver "votações do PMDB e crises políticas", e reclamou: "Perdi todo protagonismo político que poderia ter sido usado pelo governo".

NA PAREDE

1

Fotos Denise Andrade/Divulgação

2

3

O diretor artístico do Masp, Adriano Pedrosa **1**, compareceu à abertura da exposição individual de Karin Lambrecht na galeria Nara Roesler, na quinta-feira (18), em São Paulo. A artista plástica Laura Vinci **2** também passou pelo vernissage. A dona do espaço, a galerista Nara Roesler **3**, estava presente para receber os convidados

GRADES O advogado da brasileira Mary Hellen Coelho Silva, 22, presa por tráfico de cocaína no aeroporto de Bancoc, na Tailândia, afirma que ela está isolada no presídio de Samut Prakan, na capital do país, sem poder ter contato com a família.

SOZINHA Segundo o criminalista Telêmaco Marrace, o procedimento é comum para evitar contágio pelo vírus da Covid-19 entre detentos. O período de isolamento acaba em 7 de março. Só a partir desta data é que ela poderá conversar, por videochamada, com seus familiares e sua defesa.

ESCRITA A escritora e colunista da **Folha** Tati Bernardi vai abrir uma nova turma do curso "Fale Mal, mas Fale de Você", sobre autoficção. Serão duas horas de conversa com a autora, realizada via Zoom, no dia 10 de março.

ESCRITA 2 Ela irá contar sobre seu processo criativo e compartilhar as principais referências de sua formação, além de responder a perguntas.

EM CENA A atriz Angela Dippe irá viver a primeira-dama Maria Thereza Goulart, esposa do ex-presidente João Goulart, na peça "Maria Thereza e Dener (Uma Mulher Vestida de Silêncio)". O espetáculo, que estreia no dia 17 de março no Teatro Eva Hertz, narra a amizade dela com o estilista Dener Pamplona de Abreu, vivido por Thiago Carreira.

com Bianka Vieira e Manoella Smith

Pega ladrão

Continuação da pág. C1

Diretor no Núcleo Forense e no Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo, Antonio Serafim explica que qualquer um está sujeito a ser vítima de um golpe, por mais distantes que sejam as realidades sócio-econômicas nas tramas citadas —então não adianta criticar as apaixonadas de "O Golpista do Tinder", porque qualquer um poderia cair na lábia de Leviev.

"O golpista, geralmente, é um indivíduo que tem baixa resposta de ansiedade e uma alta capacidade de controle, o que o torna uma pessoa com habilidade de convencimento muito grande. Outra característica é que ele é um grande identificador de reações nos outros, então ele ajusta o processo conforme o golpe se desenrola", diz Serafim.

"E a vítima normalmente tem um potencial de vulnerabilidade. Quando eu digo isso eu não me refiro a ser idoso, por exemplo. A vulnerabilidade pode ser uma ambição, se julgar mais qualificado intelectualmente. A gente não tem imunidade para isso, qualquer um pode cair."

O fato de sermos todos vítimas em potencial dos mais variados golpes ajuda a explicar o motivo para que séries e filmes sobre o tema estejam fazendo tanto sucesso. Há certa curiosidade em entender como estratagemas do tipo funcionam, a fim de se blindar ou de frisar que aquilo é errado, reforçando crenças e valores.

Segundo Serafim, a onda de produções sobre fraudes também acontece porque essas tramas funcionam como válvulas de escape. Todos nós temos que "conciliar desejos com o conceito de moralidade e as regras da nossa sociedade", explica ele, que diz ainda que temos impulsos relacionados a receber prazer, a levar vantagem —embora nem todos cedam a esse ímpeto. É uma lógica parecida com a que está por trás do sucesso de programas policiais.

"Mas é diferente do cara que comete um crime violento, porque isso causa repulsa, reforça que jamais faríamos isso, enquanto um cara que aplica um golpe gera uma dupla interpretação, que inclui certa admiração, porque são sujeitos superiores, espertos. Nos levam a questionar se teríamos essa capacidade", afirma.

No caso de "Inventando Anna", muitos nas redes sociais têm aplaudido a golpista, já que ela tirou dinheiro de uma elite imersa numa bolha de luxo, que se julga intelectualmente superior e que está distante dos problemas do cidadão comum, blindada dos efeitos de crises financeiras como a que a Covid-19 causou.

É um efeito parecido com o dos recentes documentários "Fyre: O Festival que Nunca Aconteceu" e "Fyre Festival: Fiasco no Caribe", sobre um festival de música que prometia uma festança exclusiva para ricaços. Eles pagaram entre US$ 1.000 e US$ 12 mil pelos ingressos e tiveram que dormir em colchões molhados e se alimentar de sanduíches.

Também se assemelha ao sucesso do filme "As Golpistas", sobre strippers empoderadas que enganavam acionistas de Wall Street em meio à crise financeira de 2008.

O fetiche em ver gente poderosa ser feita de trouxa também ajuda a explicar o interesse pelas histórias da WeWork, empresa destinada a espaços compartilhados de trabalho, e da Theranos, do ramo de saúde e tecnologia, que queria revolucionar a testagem de sangue. Seus fundadores conseguiram investimentos milionários no Vale do Silício, polo de tecnologia americano onde gente como Elon Musk e Mark Zuckerberg põe seus dólares.

Ambos os casos já ganharam documentários —"WeWork: Or the Making and Breaking of a $47 Billion Unicorn" e "A Inventora: À Procura de Sangue no Vale do Silício"— e agora se preparam para virar séries de ficção estreladas, em "WeCrashed", que tem Anne Hathaway e Jared Leto no elenco e deve ser lançada em 18 de março, e "The Dropout", com Amanda Seyfried, prevista para o dia 3 do mesmo mês.

"Para muita gente, a Anna Sorokin e outros golpistas dessa linha enganaram quem explora as pessoas e isso faz o público se sentir realizado. É um fenômeno parecido com o de 'La Casa de Papel'. Existe aí uma resposta emocional de prazer, o que diminui a qualidade discriminatória. A sociedade tem essa necessidade de buscar heróis, e o streaming se aproveita disso. Só precisamos tomar cuidado para que não vire uma idolatria cega, sem crítica", diz Serafim.

A lista de conteúdos inspirados em outras fraudes famosas não para. "O Crime do Século", "Mestres da Enganação", "Educação Americana: Fraude e Privilégio" e "De Rainha do Veganismo a Foragida" são alguns títulos do streaming ainda inéditos ou lançados ao longo do último ano.

Até no Oscar os golpistas chegaram, com "Os Olhos de Tammy Faye", filme sobre a ascensão e queda dos televangelistas Tammy Faye e Jim Bakker, este condenado por inúmeras fraudes. Na vida real e também nas telas, o vigarismo está em alta.

Vendo televisão à moda antiga

Exibindo um episódio inédito por semana, empresas dão um freio nas maratonas de séries do streaming

Mauricio Stycer

Jornalista e crítico de TV, autor de 'Topa Tudo por Dinheiro'. É mestre em sociologia pela USP

Num momento de fraqueza, me encantei por uma série bem mais ou menos. Não é a primeira vez que isso acontece e tenho certeza de que todo mundo já passou por isso. Você começa a ver, percebe os problemas, as falhas, mas tem alguma coisa ali que te amarra e te leva até o fim, para saber como aquela história vai terminar.

"Pam & Tommy" é uma ficção em oito episódios baseada no primeiro caso célebre em que vídeo íntimo foi colocado na internet com o objetivo de ganhos ilícitos. As vítimas, que dão título à série, são o músico Tommy Lee, da banda Mötley Crüe, e a atriz Pamela Anderson, da série "S.O.S. Malibu".

Eles se casaram quatro dias após se conhecerem, em 1995. Tommy Lee é a caricatura do roqueiro, como diz a música do Erasmo, que precisa manter a fama de mau. Uma de suas diversões é filmar Pamela com uma câmera Super 8. Outro prazer parece ser tratar mal as pessoas ao seu redor.

Numa altercação sem muito sentido, ele demite o carpinteiro que está fazendo uma obra em sua mansão. E o sujeito, para se vingar, rouba o cofre do roqueiro, que guarda dólares, joias, armas e uma fita com imagens íntimas de Pamela.

Este é o ponto de partida da série criada por Robert Siegel, cujo maior feito até hoje é o roteiro do premiado filme "O Lutador", de 2008, com Mickey Rourke.

Como documenta "Pam & Tommy", e creio que esta é a sua maior qualidade, naquela segunda metade da década de 1990 as pessoas ainda ignoravam o potencial de estragos que a internet poderia causar. O roqueiro e a atriz demoram a entender o tamanho do impacto provocado pela divulgação das imagens, especialmente para uma mulher.

Comecei a assistir à série no sábado à noite e fui em frente. Estava decidido a ir até o final, mas não deu. Encerrado o quinto episódio, não havia mais nada para ver. Só então me dei conta que o Star+ está exibindo um episódio inédito por semana.

O hábito de "maratonar" séries não é novo, mas ganhou impulso com as facilidades da revolução digital. Todos os episódios de todas as temporadas da sua série favorita hoje estão à disposição, em alguma plataforma de streaming, para serem vistos na hora que você quiser.

Uma novidade importante ocorreu em 2013, quando a Netflix ofereceu de uma só vez todos os 13 episódios de uma série inédita, a primeira temporada de "House of Cards". Até então, o espectador só fazia "binge watching" com programas antigos, do catálogo. A partir daí, cresceu a pressão sobre os concorrentes para tomarem atitude semelhante.

O que é bom para o espectador nem sempre é o melhor para a empresa. E essa política da Netflix, imitada por alguns rivais, tem mostrado efeitos complicados. O lançamento de todos os episódios de uma só vez diminui o tempo em que se fala de uma série nas redes sociais, reduzindo a "vida útil" do programa, o que afeta interesses comerciais.

Outro problema é que nem todas as plataformas de streaming têm o cacife da Netflix, que pode se dar ao luxo de lançar num mesmo mês meia dúzia de séries novas e, assim, consegue absorver o impacto de eventuais insucessos.

Alguns modelos vêm sendo testados desde então. Um deles é lançar alguns, e não todos, os episódios de uma só vez. O Globoplay fez isso com "Verdades Secretas 2", oferecendo dez novos episódios por semana, ao longo de cinco semanas.

Exibindo um episódio novo por semana de suas séries, como a velha e boa TV aberta sempre fez, a HBO fincou o pé e apontou o caminho da contrarrevolução. "Euphoria", cuja segunda temporada termina este domingo, está aí para comprovar. Esse é o modelo que tem sido seguido por parte das plataformas. Apesar da frustração que senti com "Pam & Tommy", não acho ruim, não.

Geraldo Sarno, morto aos 83, foi um mestre que estava no apogeu

Do clássico documentário 'Viramundo' ao sucesso de 'Sertânia', baiano deixou vontade de assistir ao que ainda faria

ANÁLISE

Inácio Araujo

É lamentável que Geraldo Sarno, morto nesta terça em decorrência de complicações causadas pela Covid-19, tenha ido embora quando sua obra parecia chegar ao apogeu.

No Festival de Tiradentes de 2020, seu "Sertânia" foi o filme que mais deixou boas lembranças, numa mostra cuja tradição consiste em encontrar novos valores.

Mas Sarno, então com 81 anos, nunca se considerou um velho cineasta. Era apenas "jovem há mais tempo". Com efeito, não há menos vitalidade em "Sertânia" do que em sua estreia, o hoje clássico documentário "Viramundo", de 1965, em que aborda a diáspora nordestina devido à migração para São Paulo e suas decorrências.

Os dois filmes talvez fechem um círculo perfeito, já que "Sertânia" aborda a singular trajetória do cangaceiro Gavião, que troca o cangaço por São Paulo, torna-se policial e depois volta ao cangaço.

No caso de Sarno, esse ir e vir começa em Poções, Bahia, de onde ele saiu para estudar direito em Salvador. Na segunda metade dos anos 1950, qualquer parte da capital baiana era lugar de agitação cultural —lá estavam Walter da Silveira, o grande crítico de cinema, Martim Gonçalves, no teatro, o maestro Koellreuter, entre outros, tutelando jovens como Glauber Rocha, Helena Ignez, Orlando Senna, Othon Bastos e tantos mais.

Esse movimento levou Sarno ao cinema e, daí, a São Paulo, onde encontrou o grupo de documentaristas que compriam a Caravana Farkas, um conjunto de documentários produzidos e, por vezes, dirigidos por Thomas Farkas. Era o momento do "cinema direto", em que câmeras e aparelhos de som leves permitiam o que Sarno julgava ser central —surpreender a realidade.

Foi o que fez seguidas vezes no gênero, começando com "Viramundo". Depois viriam incursões ao Nordeste, com trabalhos como "Vitalino/Lampião", em que captava o trabalho do filho de mestre Vitalino desde que começa a compor a imagem de Lampião, até sua comercialização.

Ou o original "Jornal do Sertão", em que examina como a comunicação oral da poesia e dos diversos cantares são os modos de produção de um verdadeiro "jornal do sertão". Em "Cantoria" registrou o desafio entre dois repentistas. Em "Casa de Farinha" e "Engenho", registrou o trabalho.

Como ele definiu, era o momento de um trabalho feito na urgência, mas também para mostrar uma parte desconhecida do Brasil. Sua consciência do cinema documental era clara, como destaca Gilberto Alexandre Sobrinho na abertura de seu trabalho sobre o cineasta, citando-o: "O que o documentário documenta com veracidade é minha maneira de documentar".

Esse entendimento já quase obrigava a um salto à ficção. Este ocorreu em "O Picapau Amarelo", de 1973, com produção de Farkas, e "Coronel Delmiro Gouveia", de 1978.

Apesar do prêmio em Havana por este último, tudo dava a entender que a vocação de Sarno era mais o documentário. Mas já em "O Último Romance de Balzac", de 2010, investigava o mistério do ato criativo —como já assinalava na época o crítico Fábio Andrade.

De certa forma, "Sertânia", de 2018, é o acabamento dessa procura. Nela misturam-se fatos da vida de Gavião, seu delírio, o sertão, o fim do cangaço, organizados numa espécie de quebra-cabeça com São Paulo e o sertão nordestino.

Sarno, que conheceu bem os dois, os via não em oposição, mas como duas faces da mesma moeda. Mas o filme não se detém aí, visitando a arte ocidental e reverenciando até Giotto e Homero.

Para Sarno, o documentário era "o momento em que algo se revela, em que cai um certo véu", mas também "em que algo se ilumina na minha relação com o outro". Foi o que construiu, em uma obra de que se acha preservada no site Linguagem do Cinema.

Morto aos 83 anos, quase 84 —que completaria no próximo dia 6—, deixou muita vontade de ver o que mostraria a seguir.

Geraldo Sarno nos bastidores do filme 'Sertânia', lançado em 2020 Fotos Divulgação

'A Ilha de Bergman' revisita cineasta e questiona a sua trajetória

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO A poucos quilômetros da capital Estocolmo, a ilha de Faro nunca teve muita importância para além das fronteiras da Suécia. Até que um dos maiores nomes do cinema, Ingmar Bergman, decidiu filmar por ali e, mais tarde, morar e morrer em meio às suas formações rochosas e praias de pedrinhas.

Agora, o legado cinematográfico do local é capturado pelas lentes de Mia Hansen-Love, cineasta francesa que com seu "A Ilha de Bergman" buscou um ponto de aproximação entre sua obra e a do diretor sueco, responsável por clássicos como "Morangos Silvestres" e "O Sétimo Selo".

Na trama, Vicky Krieps dá vida a uma cineasta que acompanha o marido, personagem de Tim Roth com o mesmo métier, numa viagem a Faro, onde ele vai apresentar um de seus filmes no Bergman Center. Ele tem uma carreira mais consolidada, é mais velho, enquanto ela se digladia com as folhas de papel para conseguir escrever o roteiro de seu próximo projeto.

As cenas —que bebem de sua própria experiência, já que ela foi casada com o cineasta Olivier Assayas, mais velho— se alternam com a trama desse próximo filme, que se desenrola na cabeça da protagonista ao acompanhar uma jovem que reencontra um antigo amor durante uma festa de casamento em Faro —nessa fantasia, Mia Wasikowska e Anders Danielsen Lie assumem o casal.

Em conversa por vídeo, numa rara pausa de sua agenda tomada pela produção de seu próximo longa, Hansen-Love conta que "A Ilha de Bergman" tomou forma a partir de um conjunto de ideias distintas, e que abordar o legado e os temas do cineasta sueco nunca foi seu objeto primário.

Ela sabia que queria enquadrar um casal de cineastas com sua câmera, e que queria falar de relacionamentos, mas levou tempo até definir onde faria isso. A francesa, então, acabou lembrando do que chama de uma antiga obsessão, que criou ao saber da ilha quando Ingmar Bergman morreu, em 2007.

"Eu queria muito visitá-la, porque estava fascinada. Eu conversava com pessoas que tinham ido até lá e ficava com inveja, e esse sentimento contaminou a minha vontade de fazer um filme sobre um filme", diz Hansen-Love.

"Eu sei que há muitos filmes sobre cinema, mas eu, na minha ingenuidade, achei que pudesse dizer algo que ainda não havia sido dito. Então eu decidi fazer um filme sobre a origem de tudo, sobre de onde um filme realmente vem, não sobre o glamour que vemos em tramas do tipo."

Ao longo das quase duas horas de "A Ilha de Bergman", acompanhamos o quão excruciante é para a protagonista decidir o que quer filmar e dar vida a seu roteiro. Ela vai buscando inspiração justamente no cinema de Bergman, seja ao rever algum de seus clássicos, ao visitar sua antiga casa ou até mesmo ao questionar o legado e a vida pessoal do cineasta sueco.

"Você acha que uma mulher pode criar um trabalho grandioso e cuidar de uma família ao mesmo tempo?", questiona a protagonista durante uma conversa em que as cinco mulheres e os nove filhos de Bergman, dos quais ele nunca foi muito próximo, são mencionados. São perguntas que Hansen-Love diz fazer a si mesma, não escondendo sua relação íntima com os dilemas e a jornada da personagem de Vicky Krieps.

"Eu não quero julgar ou ficar irritada em relação a isso, eu só realmente acho que é uma pergunta relevante", diz Hansen-Love. "Obviamente uma mulher não poderia criar um trabalho como o de Bergman, por vários motivos e também por não poder ter nove filhos e não cuidar deles. É praticamente impossível. É uma pergunta que eu faço muito a mim mesma, que não me impede de admirar os filmes de Bergman, mas me faz pensar no meu próprio trabalho, nas minhas possibilidades e em como expressar a minha voz."

Os tempos são outros, ela reconhece, mas nem por isso as mulheres estão em pé de igualdade com os homens, o que se faz presente nas suas inseguranças. Habitué dos festivais europeus —ela ganhou prêmios em Berlim, por "O que Está por Vir", e em Cannes, por "O Pai dos Meus Filhos"—, Hansen-Love diz se questionar, sempre que é selecionada para algum deles, se está cumprindo uma espécie de cota de diversidade ou se foi escolhida porque seu trabalho é realmente bom.

"Antes de levar 'A Ilha de Bergman' a Cannes, muita gente insinuou que eu tinha boas chances de levá-lo para competir no festival simplesmente por ser mulher. Isso é bem irritante. A vitória de verdade, na minha opinião, virá quando a discussão não for sobre o filme ser de um homem ou uma mulher. Eu quero ser considerada uma boa diretora e que meus filmes sejam bons filmes, e é isso."

A Ilha de Bergman
França/Bélgica/Alemanha/Suécia/México/Brasil, 2021. Dir.: Mia Hansen-Love. Com: Vicky Krieps, Tim Roth e Mia Wasikowska. Nos cinemas

Mia Wasikowska em cena do filme 'A Ilha de Bergman'

O melhor do pior de São Paulo

Muito além dos golpes do Mercadão

Flávia Boggio

Roteirista. Escreve para programas e séries da TV Globo

Uma das maiores atrações de São Paulo, o Mercado Municipal foi alvo de uma série de denúncias, como o golpe da fruta e a mortadela falsificada.

Mas quem conhece São Paulo sabe que a cidade é muito mais do que trambiques do Mercadão. A cidade possui um leque de apuros que deixaria o Golpista do Tinder sem um tostão, preso em uma fila para comer hot-dog doce.

Há até turistas dispostos a viver as piores experiências da cidade para, depois, se gabarem com amigos. Para você, que quer bater no peito que, diferente de Caetano, entendeu a cidade, segue uma lista do melhor do pior de São Paulo.

*

Dirigir: *Logo que entra no Rodoanel, o turista percebe que precisaria ter feito um mestrado na FGV para entender as placas da cidade, enquanto um caminhão "encoxa" seu veículo a 100 km/h. Um motorista carioca entrou na Marginal Tietê e só foi encontrado uma semana depois, quando encontrou a saída 523.*

Shopping Cidade Jardim: *A construção com nove edifícios sobre o teto, dá a impressão de estarmos em um distrito rico de filme de futuro distópico (será que estamos?). Não vá a pé ou descobrirá que a entrada para pedestres é a saída do lixo, o que deixa claro o que pensam de quem não tem uma SUV para chamar de sua.*

Bar "pé na areia": *Como o paulistano acha que pode comprar tudo, jogou caminhões de areia em estacionamento com dinheiro para reproduzir o clima de cidades litorâneas. A vantagem é que, mesmo longe da praia, o frequentador pode levar areia para o quarto, o chuveiro e a cama.*

Degustar um Pedro Scooby: *O turista é apresentado ao Paris 6 logo no aeroporto, quando se depara com um banner que, à primeira vista, parece uma cirurgia gastrointestinal. Trata-se da Sobremesa Paloma Bernardi, um dos 50 pratos do cardápio com nomes de celebridades do Paris 6, o que leva o turista à pergunta: como servem contrafilé, peixe, lagosta, escargot em um só dia? Resposta: micro-ondas e mau-gosto.*

Ruas da pechincha: *Turista pode até economizar R$10 em uma capa de celular. Mas vai gastar muito mais com terapia para tratar a síndrome do pânico que desenvolverá após ser arrastado por uma multidão, enquanto recusa comprar massageadores e raquetes de pernilongo. Definitivamente, uma experiência inesquecível.*

Galvão Bertazzi

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | **SEX. Renato Terra** | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Atriz de 'O Gambito da Rainha' estrela terror ambientado nos anos 1960

Noite Passada em Soho

Para compra ou aluguel no Apple TV +, Google Play, Now, Oi Play, Vivo Play e YouTube, 16 anos

Uma moça do interior se muda para Londres, para estudar design de moda. À noite, ela sempre sonha que está em 1967, na pele de uma jovem cantora. Essa realidade paralela aos poucos se torna assustadora, com uma série de crimes sangrentos. Thomasin McKenzie, revelada em "Jojo Rabbitt", está ótima como a estudante, mas quem rouba a cena é Anya Taylor-Joy, da série "O Gambito da Rainha". A direção é de Joe Wright, de "Em Ritmo de Fuga".

Velha Roupa Colorida

Para compra ou aluguel no Google Play, iTunes, Looke, Now e Vivo Play

No longa de estreia de Gabriel Alvim, um homem volta ao Brasil depois de viver no exterior. Ele retoma seu antigo trabalho e reencontra amigos, mas logo percebe que já não é mais o mesmo de antes.

The Forever Purge

HBO Max, 16 anos

No mais recente filme da franquia "Uma Noite de Crime", um grupo neofascista decide que as 12 horas anuais em que a violência é liberada deveriam durar para sempre.

Livre Pensar

Canal Brasil, 20h55, livre

O documentário de José Mariani investiga a vida e as ideias da economista portuguesa Maria da Conceição Tavares, há décadas radicada no Brasil.

Jogo de Traições

Telecine Premium, 22h, 14 anos

Uma mulher se muda da Filadélfia para Nova York, para escapar das lembranças de um passado traumático. Mas um negócio inconcluso voltará a atormentá-la.

Cidades Fantasmas

Curta!, 22h30, livre

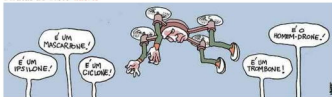
O documentário de Tyrrell Spencer percorre as ruínas de quatro cidades abandonadas, no deserto chileno, na Amazônia brasileira, nos Andes colombianos e no pampa argentino.

Planeta Desconhecido com Steve Backshall

Discovery, 23h10, e Discovery +, livre

A segunda temporada da série comandada pelo biólogo acompanha suas aventuras na natureza de países tão distintos como Rússia e Arábia Saudita.

QUADRINHOS

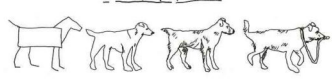
Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

GODOKU

texto.art.br/fsp

			H		L	N	R	I
H		L			I		M	
			E				H	
R	A							
				K				
							N	E
	L				A			
	K		L			A		R
E	I	A	K		N			

As regras do **Godoku** são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido o nome de uma cantora brasileira

SOLUÇÃO

A	E	K	H	M	L	N	R	I
H	N	L	R	A	I	E	M	K
I	R	M	E	N	K	L	H	A
R	A	N	M	I	E	H	K	L
L	H	E	N	K	R	I	A	M
K	M	I	A	L	H	R	N	E
M	L	R	I	H	A	K	E	N
N	K	H	L	E	M	A	I	R
E	I	A	K	R	N	M	L	H

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Sigla inglesa para pessoa muito importante / Pronto Socorro Municipal **2.** (Fem.) Sufixo diminutivo / Peça do vestuário para dias de chuva **3.** As iniciais do ator Duarte, de "O Auto da Compadecida" / (Gír.) Sentir o efeito de droga **4.** Aquilo que une, adere **5.** Livrinho de lembranças / Deborah Secco, atriz carioca **6.** Estender ao comprido **7.** São dois em excesso / (Lock) Tecla do PC **8.** Abreviatura de santo / (Culin.) Outro nome do prato dobradinha **9.** (-clube) Grupo de admiradores de alguém ou algo / Ter dor de cotovelo **10.** Largo de forma circular ou semicircular **11.** (Med.) Inflamação do tecido ósseo **12.** Coisas ou pessoas reunidas / (Ingl.) Sol **13.** Estado da região amazônica, com capital Rio Branco / As iniciais da cantora e compositora argentina Sosa.

VERTICAIS

1. (-Lobos) Compositor carioca, um dos grandes nomes da música brasileira / Repreensão áspera **2.** Uma consequência do abuso de comida / Regina Casé, atriz **3.** (Quím.) Coeficiente que caracteriza a acidez ou basicidade de um meio / Material usado para imobilizar um membro fraturado / Palavra francesa que designa passeio **4.** Interjeição de incitamento para que se vá para frente / Saliva **5.** Incerto **6.** Buscar / Diz-se de indivíduo duro e indelicado por caráter e modos **7.** Benzedeiro, curandeiro / Taturanas, tatus e tilápias **8.** Clínica de emagrecimento / Fruto carnudo de caroço duro / O som de uma explosão **9.** Movimentações das águas dos oceanos / Bordas, beiras.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1				■	■	■			
2					■				
3			■						
4								■	
5							■		
6	■								■
7						■			
8				■					
9			■						
10								■	
11		■							
12						■			
13					■	■	■		

HORIZONTAIS: 1. VIP, PSM, **2.** Inha, Capa, **3.** Ld, Viajar, **4.** Ligante, **5.** Agenda, DS, **6.** Estirar, **7.** Esses, Num, **8.** Sto, Tripa, **9.** Fã, Ciumar, **10.** Rotunda, **11.** Osteíte, **12.** Grupo, Sun, **13.** Acre, MS. **VERTICAIS: 1.** Villa, Esfrega, **2.** Indigestão, RC, **3.** Ph, Gesso, Tour, **4.** Avante, Cuspe, **5.** Indistinto, **6.** Catar, Rude, **7.** Pajé, Animais, **8.** Spa, Drupa, Tum, **9.** Marés, Margens.

Líbero

E agora, José?

A ômicron será só mais uma das variantes ou apontará para o fim da epidemia?

Drauzio Varella
Médico cancerologista, autor de 'Estação Carandiru'

E agora? A ômicron será apenas mais uma das variantes a nos infernizar ou apontará para o fim da epidemia brasileira?

Essa pandemia nos ensinou que prever o futuro é tarefa inglória. Você, caríssima leitora, lembra que no início de 2020, quando nem havia vacinas, as previsões falavam de um pico de infecções e mortes, seguido da queda brusca do número de casos?

Enquanto aguardávamos o tal pico, o vírus acumulava mutações em silêncio que dariam origem a variantes mais contagiosas, como a delta, que se espalhou pelo mundo deslocando as anteriores. No final do ano passado diminuiu a procura por leitos hospitalares e a mortalidade caiu. Vários países afrouxaram as medidas de prevenção, para voltar atrás depois da euforia de fim de ano que ajudou a disseminar uma variante nova, muito mais contagiosa do que as anteriores: a ômicron.

Em mais de 50 anos de medicina, nunca vi uma virose se disseminar com tamanha rapidez. Ela, que era responsável por cerca de 1% dos casos de Covid ao redor do mundo, em duas semanas atingiu a marca de 50%. Em dois meses tinha espantado a variante delta, para se tornar presente em quase 100% dos casos.

Virologista nenhum ousaria prever o aparecimento de um vírus que se disseminaria pelo mundo nessa velocidade.

O sucesso da ômicron se deve ao número de mutações sofridas. São cerca de 50, várias das quais em estruturas do vírus que funcionam como alvos para as vacinas. Com essas características, a vacinação e a doença prévia causada por outras variantes não foram capazes de proteger contra uma nova infecção. Não obstante, conseguiram reduzir a gravidade da doença.

Na fase em que nos encontramos podemos pensar em dois cenários: um pessimista, o outro não. No primeiro, surgirão novas variantes ainda mais contagiosas e, eventualmente, mais agressivas que perpetuarão nossas agruras sabe-se lá por quantos anos. O segundo acena para o fim da epidemia graças à vacinação somada ao grande número de pessoas imunizadas pela própria disseminação da ômicron.

Razões para pessimismo há muitas. No fim do ano passado, os virologistas imaginavam que se surgisse uma nova variante, seria derivada da delta, falavam até numa "delta plus" que teria dificuldade para infectar quem já tivera a doença causada pela variante-mãe. Ninguém esperava uma nova cepa com características tão diversas que os anticorpos produzidos contra a delta, não oferecessem proteção.

Se a ômicron emergiu de forma inesperada, não estamos livres de assistir à emergência de uma ou mais variantes com mutações que modifiquem de tal forma outros componentes da estrutura viral que as tornem capazes de nos fazer voltar ao tempo em que não havia vacinas nem pessoas previamente infectadas por outras cepas.

A ômicron não surgiu da noite para o dia, deve ter provocado inúmeras infecções antes de ser detectada. Quem pode assegurar que neste momento não haverá novos mutantes circulando anonimamente em algum canto do planeta? Essa possibilidade reforça a necessidade de vacinar e de instalar centros de epidemiologia genômica, capazes de sequenciá-los rapidamente, para obter novas vacinas.

No cenário otimista, é preciso considerar que as variantes mais contagiosas levam vantagem evolutiva na competição com as mais agressivas. Gente morta não anda por aí espalhando vírus. A ômicron predominou porque tem predileção pelo trato respiratório alto, ao contrário das anteriores que preferiam os pulmões, causando complicações mais graves.

Esse fenômeno aconteceu com a maioria das viroses respiratórias transmissíveis, que se disseminaram amplamente até surgir uma variante menos agressiva, que se tornou endêmica, isto é, presente, mas sem força para gerar epidemias com mortalidade alta.

É possível que esse seja o equilíbrio que o Sars-CoV-2 procura estabelecer com os seres humanos: sobreviver sem desrespeitar a vida do hospedeiro.

Seremos imunizados por uma combinação de vacinas com as infecções pela ômicron? Esse é meu palpite, prezado leitor, mas posso estar errado, caso surjam variantes mais contagiosas ainda, indiferentes à imunidade que adquirimos a duras penas. Como nos ensinou Charles Darwin, a seleção natural é imprevisível.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Marcelo Coelho | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | **SEX. Djamila Ribeiro** | SÁB. Mario Sergio Conti

O diretor Francis Ford Coppola, ao centro, dirige os atores Robert Duvall, à dir., e Marlon Brando, à esq., nas filmagens de 'O Poderoso Chefão' Reprodução

'O Poderoso Chefão' é o monumento de Coppola

Filme completa 50 anos e retorna aos cinemas em alta definição teve produção turbulenta, mas continua impecável

ANÁLISE

Inácio Araujo

Hoje parece simples, mas quem viu a cena em 1972, quase pulou da poltrona: após os primeiros créditos de "O Poderoso Chefão", a tela fica escura; e dela saía uma voz: "Eu acredito na América".

E quem acreditava nos Estados Unidos? Ninguém. EUA se afundavam na Guerra do Vietnã, os caixões chegavam aos montes, os protestos estavam em toda parte. Coppola levava a ironia a sério.

Aos poucos surgia um ator falando para a câmera, contando sua história. Ela se afastava lentamente e, de costas, via-se o vulto de Marlon Brando, ou Vito Corleone.

Esse início já anunciava o maior clássico do cinema da moderna Hollywood. Um filme clássico, dizem. Mas nem tanto. Com essa abertura, não se pode ser de todo clássico. E depois meia hora de uma festa de casamento introduzindo o drama que viria a seguir.

O filme se desloca a Hollywood, para uma sequência intermediária —mas não menos antológica. É quando conhecemos os métodos brutais do afável Vito Corleone.

Depois, um lance nos remete a "Psicose": um atentado deixa don Vito prostrado no chão. Mas, ao contrário de Janet Leigh, Vito não morreu.

Em compensação, sua quase morte é o pretexto para que a figura de seu filho Michael comece a se sobressair, a transformar-se no "capo" mais implacável do cinema.

Remasterizado, como retorna aos cinemas nesta quinta, ou não, imperdível. Nenhuma cena para cortar ou acrescentar. Quando vemos, parece que tudo correu num mar de rosas. Longe disso.

Coppola brigou metro a metro com a Paramount. Para ter um elenco de desconhecidos, comandado por um iniciante como Al Pacino e um porralouca como Marlon Brando. Para que o filme se passasse na Nova York do pós-guerra e não em Kansas City, 1970.

Parece óbvio: tratava-se de contrastar o momento de triunfo maior dos EUA com sua maior crise, o Vietnã.

O estúdio confiava mais na trama de Mario Puzo do que em Coppola. Mas, numa reunião, alguém lembrou que filmes de gângster não faziam sucesso desde os anos 1940. "Será diferente", objetou alguém. "O filme vai ser feito por um italiano de Nova York, não por um judeu de Los Angeles".

Ainda assim, Coppola teve que dirigir parte do filme com um outro diretor colado nele o tempo todo. E ainda enfiou Al Pacino goela abaixo do estúdio, que queria James Caan —o explosivo Sonny.

Coppola esteve todo o tempo às turras com seu fotógrafo, Gordon Willis. À exuberância do diretor, ele opunha a discrição de uma luz subexposta. Houve quem reclamasse que não se via nem os olhos de Brando. Gordon Willis não se apertava: "Nos quadros de Rembrandt também não".

Finda a briga, todos sabiam que tinham uma obra-prima. A visão romântica da máfia completava-se pela violência que o espírito familiar justificava. Éramos nós contra o mundo. A família, nós os sicilianos de Nova York. Se os EUA se desmantelavam, a família tinha que permanecer unida.

O filme e seu sucesso elevaram Coppola a chefão de uma geração que tinha De Palma, Scorsese, Lucas, Spielberg, entre tantos outros cineastas.

Talvez o sucesso tenha lhe subido à cabeça. Depois do forte "A Conversação" e do impecável "O Poderoso Chefão 2", se deu mal na complicada produção de "Apocalipse Now".

Coppola afundou-se em dívidas, faliu, tornou-se produtor de vinhos, fez um monte de filmes ignorados. Embora a maior parte deles fosse fraca , nunca lhes faltou ousadia.

De todos, o que mais lhe tenha magoado terá sido "O Poderoso Chefão 3". Não só por ser o final da saga. Não só por ser o momento em que o drama de Michael Corleone se revelava como tragédia. Mas porque os críticos atacaram a atuação de sua filha, Sofia.

Quando querem te atingir, atacam sua família, disse ele. Sim, o espírito de família continuava acima de tudo. Ninguém, fora Coppola, teria feito de "O Poderoso Chefão" o monumento que ele fez.

O Poderoso Chefão
EUA, 1972. Direção: Francis Ford Coppola. Com Al Pacino, Marlon Brando, Diane Keaton. Nos cinemas

Bar Filial é uma sombra apagada na melancólica Vila Madalena

Reaberta com cardápio renovado, casa não mantém o espírito que fez do local um clássico da boemia de SP

BARES
Filial
★★☆☆☆
Rua Fidalga, 254, Vila Madalena, região oeste, tel. (11) 3813-9226. Instagram @barfilial

Marcos Nogueira

A memória é traiçoeira, e usá-la como parâmetro de comparação pode ser cruel. Inevitável, porém. Cheguei ao Filial ciente de que seria confrontado com as lembranças do bar mais importante da minha vida, em que bati cartão por uma década.

Se fizesse as contas do dinheiro que deixei no Filial desde o ano 2000, quando o bar abriu, entraria em depressão por ter jogado minha aposentadoria pelo ralo da chopeira.

Na primeira década deste milênio, o Filial travava toda noite a esquina das ruas Fidalga e Aspicuelta, na Vila Madalena. Eu trabalhava na Marginal Pinheiros e morava —ainda moro— em Perdizes, com o boteco bem no meio do caminho. Era o bar da minha turma. Dos jornalistas, dos designers, dos fotógrafos.

Sentávamos, recebíamos um chope atrás do outro sem precisar pedir, pagávamos pau para o doutor Sócrates na mesa ao lado, parávamos tudo para escutar a canja do Yamandu Costa nos fundos do bar.

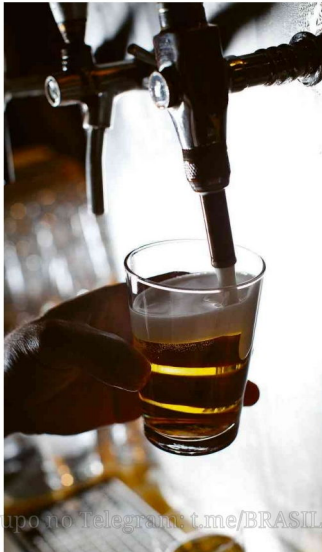
Éramos expulsos de madrugada, com as cadeiras já empilhadas nas outras mesas, mas não antes do show do Lauro, meu amigo mineiro. Ele implorava, exigia uma saideira grátis. O garçom, louco para nos ver na rua, cedia e mandava uma rodada de chopes.

A comida era boa, nada espetacular. Bolinhos de arroz bem fritos, caldo de feijão com torresmo, uma coxinha gostosa que sempre estava fria no meio. Pouco importava. O importante era o espírito do bar.

A turma se desmantelou, assim como a Vila Madalena, e deixei de frequentar o Filial. O bar passou por anos difíceis, fechou na pandemia e reabriu no ano passado sob a gerência da Fábrica de Bares —grupo especializado em recuperar marcas tradicionais da bebedeira paulistana, como o Bar Léo e o Bar Brahma.

Eu temia que, reencarnado, o Filial tivesse a mesma sina do Léo e do Brahma: a perda da personalidade, do espírito. Queria ficar quieto, mas voltei meio a contragosto porque o Guia me pediu este texto.

Ao chegar, às 18h18, dei de cara com o Leandro, amigo daqueles tempos do velho Filial, na única mesa ocupada do bar. Seria um presságio?

Juntei-me a ele e à colega que o acompanhava. Pedi um chope (R$ 9,49), ganhei uma comanda e um copo rabo-de-peixe. Em outros tempos, o chope vinha na caldereta, e a contagem dos copos entornados era com uma caótica pilha de bolachas de papelão.

Leandro e a colega foram embora, chegaram os dois amigos com quem havia combinado de encontrar. Ambos, tiozões da época em que o Filial era nosso primeiro lar.

Chegou a caipirinha (R$ 18). Boa. Também a coxinha (R$ 11). Mais crocante do que a antiga, fria no meio para manter a tradição, sabor idêntico. Chegaram também um competente churrasquinho com queijo no pão (R$ 23,90) e uma deliciosa porção de coxinhas de pato (R$ 48).

O cardápio é assinado pelo talentoso Romulo Morente, do bar Moela. A comida não está pior do que antigamente, talvez esteja melhor, mas pouco importa. O importante é que não era o mesmo bar.

O interior foi minimamente modificado. Mantiveram as mesas com tampo de pedra, o chão quadriculado, as caricaturas e os anúncios antigos. Nos vidros que dão para a cozinha, enfiaram inexplicáveis frases motivacionais. "Comer é uma necessidade, cozinhar é nossa paixão." Afe.

O garçom que nos atendeu, o Café —Áureo Café Paixão, que nome lindo, meus amigos!—, era a simpatia em pessoa. Taí um ponto em que o novo Filial se conectou à sua história: o serviço carinhoso.

O resto não ajuda muito. Fomos os únicos clientes até as 19h45, quando outras duas mesas chegaram simultaneamente. A conversa enveredou pela nostalgia. Falamos de como fomos atropelados pelo tempo. Todos nós. O Filial. A Vila Madalena. Os três amigos. Dois cinquentões e um chegando lá. Marcos, Renato e Ricardo. Três nomes datados que hoje batizam meia dúzia de bebês por ano.

O Filial da minha memória não está lá. A culpa não é da Fábrica de Bares nem de ninguém. É só o tempo levando as coisas embora. Inevitável.

Torneira de chope do Filial, um dos marcos do bar na Vila Madalena Letícia Moreira - 5.jun.2013/Folhapress

Perto de igreja, Confessionário tem drinque com água benzida

Laura Lewer

SÃO PAULO A poucos passos da igreja que ocupa a parte de trás do largo da Batata, a Nossa Senhora do Monte Serrate, uma novidade engrossa, desde o começo de fevereiro, a boa relação entre o sagrado e o profano na região —título que o bar C... do Padre carregava sozinho em Pinheiros.

Nova criação do bartender Jean Ponce e do chef Greigor Caisley, que também estão à frente de casas paulistanas como o Guarita e o Patties, o Confessionário é o filho caçula e sem frescura da dupla. Pequeno, o espaço tem poucas mesas de madeira distribuídas na calçada e aposta nas cervejas de garrafa e petiscos servidos de uma estufa.

Boa parte do charme do negócio está em seu conceito. O nome, herdado de um café que ocupava o mesmo imóvel, faz graça com a proximidade entre o endereço e a igreja, inspirando toda a decoração e também o cardápio.

As prateleiras foram feitas com a madeira retirada de cadeiras de antigas igrejas, compradas pela internet. Decorando as paredes, há quadros com fotos de diferentes confessionários de São Paulo. Atrás do balcão, uma cortina vermelha, parecida com as usadas em templos, aumenta ainda mais o clima religioso.

Mas a sacada está no cardápio. Entre os drinques autorais da carta, chama a atenção o Ninguém É Santo, que custa R$ 29. A bebida leva gim, cachaça com folhas de tangerina, concentrado de capim-santo e, segundo o bartender, água benzida por padres.

Mas o líquido não é abençoado na igreja vizinha. Os donos dizem que levam a água para outro endereço por enquanto. "Ainda falta ganhar a confiança deles aqui", diz Ponce, que criou as receitas.

Como pede um bom boteco, o Confessionário não é regado apenas a drinques clássicos e autorais. Também aparecem no cardápio as cervejas e, é claro, as caipirinhas.

Entre os comes, aparecem a Hóstia do Confessionário (R$ 12), um torresmo à pururuca com limão, e pastéis (a partir de R$ 10), entre outros. As apostas, no entanto, ficam guardadas na vitrine fria, antiga conhecida de botecos.

O plano é que, além dos produtos fixos, como o polvo à vinagrete, o espaço também sirva opções esporádicas.

Na frente da estufa, há ainda um genuflexório, mais conhecido como misericórdia. Nas igrejas, o banquinho estofado é usado geralmente para longas rezas feitas de joelhos. Mas, ali, ele ganha outro significado e serve para reverenciar as iguarias do novo boteco. Ajoelhou, tem que beber.

Confessionário
R. Campo Alegre, 86, Pinheiros, região oeste. @botecoconfessionario

RIVIERA VOLTA APÓS DOIS ANOS, AGORA ABERTO 24 HORAS

Fechado desde o começo da pandemia, em março de 2020, o bar Riviera voltou a receber o público nesta semana. O tradicional endereço aproveitou esses quase dois anos de hiato para reformular o ambiente, o menu e, principalmente, o serviço: agora a casa fica aberta 24 horas por dia. Desde 1949 na esquina da avenida Paulista com a rua da Consolação, o Riviera (av. Paulista, 2.584), marcou época em São Paulo, principalmente entre o final dos anos 1960 e o começo dos anos 1990. O novo menu conta com opções para café da manhã, almoço, happy hour, jantar e madrugada. Entre as novidades, estão o coquetel de camarão, a lasanha de aspargos e a lagosta com fritas, por exemplo. Para beber, a carta lista receitas clássicas, caipirinhas, batidas e tem uma seção dedicada a coquetéis assinados por convidados Tales Hidequi/Divulgação

Petróleo e alimentos anulam efeito de dólar a R$ 5 na inflação

Economistas também calculam que preço da gasolina no Brasil continua defasado

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A alta do preço de commodities nos mercados internacionais está anulando os benefícios que a valorização do real poderia trazer para a queda da inflação e do preço de alimentos e combustíveis neste ano.

No geral, a balança ainda pesa a favor da inflação. Ou seja, o aumento no preço desses produtos no exterior supera a melhora no câmbio no Brasil neste ano.

Além disso, prevalece a avaliação de que a tendência para o real até o fim do ano é de desvalorização, enquanto os preços das commodities tendem a continuar em patamar elevado. Por isso, as projeções de inflação para 2022 continuam se deteriorando.

Nesta quarta (23), o dólar comercial chegou a ser vendido a R$ 4,99 e fechou a R$ 5,003. É a menor cotação da moeda americana desde 30 de junho de 2021.

O real é a moeda que mais se valorizou neste ano entre as maiores economias, mas ainda é uma das que mais se depreciam desde 2020.

No caso do petróleo, os dados mostram um empate nas variações em fevereiro, mas um efeito inflacionário desde o início do ano.

Por isso, o preço da gasolina nas refinarias brasileiras continua com uma defasagem em torno de 10% em relação ao valor na Bolsa de Valores dos EUA, de acordo com cálculo do Banco Original.

Ou seja, com base apenas no critério de preço, a Petrobras não teria motivo para reduzir o valor do combustível neste momento, mesmo com a valorização do real.

A Petrobras adota uma política de paridade de preços para os derivados do petróleo no mercado interno em relação aos valores internacionais, que considera também fatores como o câmbio.

Daniel Xavier, coordenador do Departamento Econômico do Banco ABC Brasil, calcula que em 2022 o resultado líquido de alta de commodities e queda do dólar ainda é inflacionário.

A apreciação cambial de 8,1% observada até agora tende a retirar cerca de 0,9 ponto porcentual do IPCA em quatro trimestres. A valorização de 24% do petróleo Brent tem impacto inflacionário de 1,6 ponto no mesmo período. O aumento de 10% no preço em dólar das commodities agrícolas acrescenta 0,2 ponto ao índice de inflação. A alta de 0,4% das commodities metálicas tem efeito praticamente zero.

O somatório desses impactos estimados até agora sobre o IPCA é de 0,9 ponto para cima no horizonte de quatro trimestres, segundo o economista, que projeta inflação de 5,7% neste ano.

Segundo ele, nas últimas semanas o dólar perdeu força ante o real, o que de certa forma "compensou" a pressão que vem do barril de petróleo no momento. Mas o cenário pode mudar.

"O consenso do Focus para o IPCA 2022, hoje em 5,56%, tende a ser revisado para cima. Em razão, principalmente, da perspectiva mais desfavorável para a cotação do petróleo, que é a commodity com maior impacto marginal sobre a inflação doméstica e segue marcada por incertezas geopolíticas neste início de ano."

O economista-chefe do Banco Original, Marco Caruso, afirma que, desde a mais recente reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central, no começo do mês, tanto o real quanto o barril de petróleo tiveram valorização em torno de 8%.

Na época, o BC adotou um câmbio de R$ 5,45 (média das semanas anteriores), e o barril estava no patamar de US$ 89. Agora, os valores são de R$ 5 e US$ 97, respectivamente.

Ele diz que o benefício do câmbio para a inflação pode ser menor que o estimado, pois as desvalorizações cambiais exercem muito mais pressão para cima no IPCA do que as valorizações exercem para baixo na inflação.

Se uma variação de 10% para cima no dólar coloca cerca de 1 ponto no IPCA, como estimado pelo Banco Central, uma queda na mesma magnitude tira apenas 0,30 ponto da inflação, diz o economista.

Caruso calcula uma redução efetiva do índice de preços de apenas 0,25 ponto percentual para uma apreciação de 8% na moeda brasileira. Sua projeção de IPCA de 5,8% para este ano, no entanto, considera um câmbio de R$ 5,85 no final de dezembro.

"É mais fácil subir preços em uma desvalorização cambial do que reduzir em uma eventual valorização", diz Caruso. "Se eu fosse o BC, não daria grande peso ao câmbio para eventualmente sinalizar uma pausa mais cedo na alta da Selic."

Rodrigo Leão, coordenador técnico do Ineep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), afirma que dólar e petróleo tiveram variações praticamente da mesma magnitude desde o reajuste mais recente da Petrobras.

Para ele, seria necessário trazer o dólar para perto de R$ 4 para que fosse tecnicamente justificável uma redução no preço dos combustíveis no Brasil com base no critério de paridade de preços.

Segundo Leão, enquanto o mercado projeta alta do dólar ainda neste ano, as expectativas para o petróleo são de manutenção do preço em patamar elevado.

"A gente está com um cenário externo bastante instável por causa de Rússia e Ucrânia. Na melhor das hipóteses, vamos ter um preço [do barril] no patamar que está agora. Não acredito que vá ficar mais baixo."

Isso não significa que os combustíveis irão necessariamente subir neste ano. Ele afirma que questões políticas relacionadas à eleição no Brasil podem contribuir para uma alta do dólar, mas também colocariam pressão sobre a Petrobras para não fazer novos reajustes.

Quando lhe foi perguntado há cerca de dez dias sobre novos ajustes nos preços dos combustíveis, diante da tensão entre russos e ucranianos, o presidente da Petrobras, general da reserva Joaquim Silva e Luna, respondeu estar "acompanhando o que está acontecendo".

A estatal fez seu reajuste mais recente em 11 de janeiro, de 8% nos preços do diesel nas refinarias, enquanto a gasolina na venda às distribuidoras teve alta média de 4,85%.

"

É mais fácil subir preços em uma desvalorização cambial do que reduzir em uma eventual valorização

Marco Caruso
economista-chefe do Original

Variação do dólar em relação a outras moedas

Em %

fev.22/dez.21*	Moeda	fev.22/fev.20
-7,64	**Real (Brasil)**	20,31
-6,48	Sol (Peru)	11,95
-4,46	Coroa (Rep. Tcheca)	-6,77
-4,36	Peso (Chile)	1,64
-4,01	Rand (África do Sul)	1,37
-2,7	Peso (México)	8,39
-2,62	Baht (Thailândia)	4,41
-2,44	Zloty (Polônia)	1,7
-2,22	Peso (Uruguai)	13,75
-1,74	Dólar (Nova Zelândia)	4,14
-1,72	Coroa (Noruega)	-4,77
-1,52	Dólar (Brunei)	-3,16
-1,52	Dólar (Singapura)	-3,2
-0,8	Ringgit (Malásia)	0,5
-0,75	Rúpia (Índia)	4,86
-0,63	Dólar (Canadá)	-4,34
-0,59	Coroa (Dinamarca)	-4,5
-0,3	Yuan (China)	-9,31
-0,27	Peso (Colômbia)	15,63
-0,18	Dólar (Trinidad e Tobago)	0,04
-0,07	Dinar (Kuwait)	-0,72
0	Dirham (Emirados Árabes Unidos)	0
0	Dólar (EUA)	0
0	Rial (Omã)	0
0	Riyal (Arábia Saudita)	0
0	Rriyal (Qatar)	0
0,05	Franco suíço (Suíça)	-5,48
0,3	Dólar (Austrália)	7,15
0,64	Euro (Zona do Euro)	4,23
0,66	Rúpia (Ilhas Maurício)	17,39
1,09	Dinar (Argélia)	16,55
1,32	Won (Coreia do Sul)	0,35
1,38	Iene (Japão)	4,74
1,67	Pula (Botswana)	-4,57
1,68	Coroa (Suécia)	-4,57
2,09	Peso (Filipinas)	1
2,17	Libra Esterlina (Reino Unido)	4,63
2,17	Novo Shekel (Israel)	-6,63
3,2	Rublo (Rússia)	18,79

Dólar na gestão Bolsonaro

Flutuação do câmbio desde o início da gestão do presidente

Em R$

6,0 5,5 5,0 4,5 4,0 3,5 3,0

3,811

5,003

2.jan.19 23.fev.22

*Ranking pela data fev.22/dez.21
Fontes: FMI e CMA

Gasolina no exterior continua mais cara do que no Brasil

Preço do litro nas refinarias em R$

4,0 3,5 3,0 2,5 2,0 1,5

Internacional 3,584

Petrobras 3,273

1,912

1,865

4.jan.21 23.fev.22

9,5%
É a diferença de preços em 23.fev.2022

Fonte: Elaborado pelo Banco Original

Moeda dos EUA é vendida a R$ 4,99 e cai ao menor valor desde 30 de junho

Clayton Castelani

SÃO PAULO O real encerrou esta quarta-feira (23) com nova valorização ante o dólar. Aportes de investidores estrangeiros no mercado brasileiro respondem em grande parte pela queda no câmbio. O Brasil está temporariamente atraente ao capital enquanto pairam incertezas sobre as principais economias globais devido aos impactos inflacionários que podem ser agravados pelo conflito entre Rússia e Ucrânia.

O dólar recuou 0,95% nesta quarta, a R$ 5,0030. É a menor cotação da moeda americana desde 30 de junho, quando fechou valendo R$ 4,9720, segundo dados da agência CMA. Ainda durante a sessão desta quarta, a divisa chegou a cair a R$ 4,9940.

Desde que atingiu o pico do ano, de R$ 5,71 em 5 de janeiro, o dólar recua 12,4%.

A Bolsa brasileira, porém, teve um dia de correção. O Ibovespa caiu 0,78%, a 112.007 pontos. Dados que indicam que o país terá a maior inflação para fevereiro desde 2016 (leia na pág. 7) impediram um dia de ganhos no mercado acionário, segundo nota da Ativa Investimentos.

No acumulado de 2022, porém, o índice de referência do mercado acionário local avança cerca de 7%.

Investidores estrangeiros que já enxergavam o país como alternativa às baixas nas Bolsas de economias desenvolvidas, agora, também podem estar avaliando o Brasil como refúgio de potenciais perdas no mercado da Rússia, uma vez que o país sofrerá sanções econômicas.

O presidente dos EUA, Joe Biden, anunciou medidas que impedirão o governo russo de fazer transações financeiras envolvendo títulos de sua dívida com empresas americanas e europeias.

Semelhanças entre as duas economias emergentes tendem a reposicionar em direção ao Brasil parte do fluxo de capital que antes iria para a Rússia.

Em uma lista com 24 moedas de países emergentes, o real apresenta o melhor retorno à vista ante o dólar desde o início do ano até esta quarta, enquanto o rublo russo ocupa a última posição, segundo dados compilados pela Bloomberg.

Os ganhos mais óbvios no mercado brasileiro em meio à crise geopolítica vêm do petróleo, que subia 0,17% no final desta tarde, cotado a US$ 97. Além de estar no seu maior nível de preços desde meados de 2014, a commodity poderá romper os US$ 100 neste ano, dizem analistas.

O pacote de atrativos do Brasil a investidores estrangeiros também conta com o real ainda desvalorizado, ações baratas na Bolsa e, especialmente, uma taxa básica de juros (Selic) muito alta em relação às principais economias globais.

A taxa de juros do Brasil é de 10,75% ao ano, com expectativa de superar 12% ainda em 2022. Como a inflação prevista para o país está na casa de 5,5% para o ano, a diferença entre esses dois indicadores proporciona ganhos elevados com aplicações financeiras.

Nos EUA, onde a inflação na casa de 7% ao ano é a maior em quatro décadas, os juros permanecem perto de zero e só devem iniciar uma elevação gradual a partir do próximo mês.

Enquanto aguardam condições mais favoráveis no exterior, investidores podem estar tomando crédito barato lá fora para aplicar na Bolsa e no mercado financeiro brasileiro como um todo. É o que no jargão dos negócios costuma ser chamado de "carry trade".

O índice da agência Bloomberg que acompanha esse tipo de negócio aponta alta de 5% neste ano, considerando o movimento global do dinheiro rumo a economias menos desenvolvidas.

O mercado acionário brasileiro acumula saldo positivo no fluxo de capital de investidores estrangeiros acima de R$ 50 bilhões neste ano, segundo dados da B3, a Bolsa de Valores do Brasil.

Situação oposta ocorre no principal centro financeiro do planeta. Os principais indicadores de ações negociadas em Nova York acumulam perdas neste ano.

Os índices Dow Jones e S&P 500 caíram 1,38% e 1,84%, respectivamente, nesta quarta. A Nasdaq perdeu 2,57%.

+

6 causas da queda do dólar...

...e 2 alertas para quem pensa em comprar a moeda

1) Investimentos de estrangeiros no Brasil explicam a baixa no câmbio
Eles buscam alternativas, já que Bolsas nos EUA e na Europa estão em queda neste ano

2) Investidores, principalmente nos EUA, tentam se antecipar à alta dos juros americanos
A subida dos juros nos EUA deve derrubar os preços das ações, por isso eles estão vendendo papéis que subiram muito nos últimos anos

3) O Brasil vira opção para esse dinheiro, enquanto os juros nos EUA não sobem
Ações das empresas da Bolsa brasileira estão baratas; juros altos também tornam títulos de renda fixa do Brasil atraentes

4) Estrangeiros tomam empréstimos baratos nos exterior e lucram aqui
A diferença entre as taxas de juros, mais altas no Brasil e mais baixas no exterior, também atrai investidores que não necessariamente venderam suas ações nos EUA

5) Outro grande atrativo brasileiro está no setor de materiais básicos
A retomada das atividades econômicas elevou o preço do petróleo, já que os principais produtores globais se recusam a acelerar a produção

6) Conflito entre Ucrânia e Rússia ajuda a desviar recursos
A crise na Ucrânia pode valorizar ainda mais o preço do petróleo, já que a Rússia, envolvida no conflito, é grande produtora. Sanções à Rússia podem dificultar investimentos e o Brasil é opção no setor de commodities

Mas atenção! Analistas dizem que a situação positiva ao Brasil é momentânea

- Há ameaças no horizonte, a principal o risco fiscal, quando há sinais de que o Orçamento não será cumprido; o fato de ser ano eleitoral, o que estimula gastos, acirra o problema
- O dólar também pode subir quando o exterior voltar a ficar mais atrativo

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Diagnóstico

O mercado de saúde suplementar reagiu ao vídeo do apresentador da Globo Marcos Mion, que viralizou na internet nesta quarta-feira (23), com cerca de 12 milhões de visualizações, falando sobre o julgamento do STJ (Superior Tribunal de Justiça). A análise do tribunal, que foi interrompida por um pedido de vista, aborda os tratamentos garantidos pelos planos de saúde. Mion fez um apelo para que seus seguidores digam não ao modelo do rol taxativo.

CONSULTA O atual modelo estabelece quais são as coberturas obrigatórias a serem ofertadas pelos planos de saúde, podendo ser expandidas pelo beneficiário com pagamento adicional. No outro modelo, chamado exemplificativo, a lista funcionaria como uma referência mínima.

CARTEIRINHA A ex-BBB Juliette Freire, que tem aproximadamente 40 milhões de seguidores, também se manifestou na internet sobre o assunto, endossando a fala de Mion, que no vídeo menciona o caso de seu filho autista e o de outras famílias.

REEMBOLSO Alessandro Acayaba, presidente da Anab (Associação Nacional das Administradoras de Benefícios), diz que Mion fez uma manifestação apaixonada, mas faltou conhecimento técnico, segundo o executivo.

RECEITA Representantes do mercado de planos de saúde afirmam que o modelo exemplificativo pode acabar provocando aumento nos preços dos planos de saúde, porque as operadoras perderiam a previsibilidade do rol taxativo.

CHECKUP A ANS diz que "lamenta que estejam sendo disseminadas informações equivocadas a respeito do assunto na iminência de um julgamento de tamanha importância".

PLANTAR Matias Muchnick, CEO da chilena de produtos veganos NotCo, que nesta terça (22) anunciou uma joint venture com a Kraft Heinz, diz ter pressa para lançar o primeiro produto em parceria com a gigante do catchup, que deve ficar pronto ainda neste ano. "Não nos sobra tempo. A mudança climática está acontecendo", diz o executivo.

COLHER A joint venture, que vai operar com o nome The Kraft Heinz Not Company, pretende usar a tecnologia da NotCo, conhecida pela maionese e o hambúrguer vegetais. De acordo com Muchnick, o objetivo não é trabalhar mercados de nicho. A parceria deve aproveitar a escala e a força das marcas da Kraft Heinz para expandir o público no mundo, trabalhando com preços competitivos.

CALENDÁRIO A Eco Diagnóstica, que teve seu autoteste para Covid-19 aprovado pela Anvisa nesta quarta (23), prevê colocar a primeira remessa do produto no varejo farmacêutico logo após o Carnaval.

PRATELEIRA A previsão inicial é entregar 1 milhão de unidades por semana para todo o país, segundo Vinicius Pereira, presidente da empresa. Os exames são os mesmos já vendidos pela fabricante para laboratórios e farmácias, com a embalagem adaptada.

POSITIVO Segundo a empresa, os autotestes devem chegar ao consumidor final com preço entre R$ 49,90 e R$ 69,90, valor abaixo das versões disponíveis atualmente, porque não há o serviço de aplicação incluso. Este é o segundo registro de autoteste aprovado pela Anvisa, que, até o momento, recebeu, pelo menos, 70 pedidos de registro no país.

TERMÔMETRO Os casos com diagnóstico positivo nas redes de laboratórios seguem em queda após a explosão da ômicron, em janeiro. Levantamento da Dasa aponta redução de mais de 12 pontos percentuais nos testes com resultado positivo entre os dias 14 a 20 de fevereiro na comparação com a semana anterior.

FÔLEGO No Grupo Fleury, a média semanal foi de 22% entre os adultos examinados e de 19% entre crianças de até 12 anos. No final de janeiro, a rede chegou a registrar cerca de 63% de resultados positivos.

TELA A loja da Pinacoteca de São Paulo decidiu expandir sua atuação no ecommerce com um ponto de venda no marketplace do Magalu. É a primeira loja de museu que entra no shopping virtual da companhia. A Pinacoteca diz que a expectativa é dobrar a participação do comércio online, que respondeu por 15% de sua receita no ano passado.

EXPOSIÇÃO O portfólio tem 20 itens à venda e, segundo a Pinacoteca, vai ajudar a alcançar o público fora de São Paulo. De acordo com o Magalu, a parceria deve abrir portas para que outras instituições de arte e cultura também ingressem no marketplace da rede.

com Andressa Motter e Ana Paula Branco

INDICADORES

JUROS

Jan., em % ao mês — Mínimo / Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,05	8,26

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.212,00	20%	R$ 242,40
Valor máx.	R$ 7.087,22	20%	R$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria venceu em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.212	5%	R$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.212,00	7,5%
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9%
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12%
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 18.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.296,32	Valor, em R$
Empregado	98,48
Empregador	259,25

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Petrobras fecha 2021 com lucro de R$ 106,6 bilhões, o maior de sua história

Companhia também anuncia distribuição de mais R$ 37,3 bi em dividendos aos acionistas, o que eleva total no ano para R$ 101,4 bi

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO No ano em que o consumidor brasileiro pagou preços recordes dos combustíveis, a Petrobras apresentou também o maior lucro de sua história, de R$ 106,6 bilhões. O resultado representa um crescimento de 1.400% em relação ao ano anterior.

Com o bom desempenho, a companhia anunciou a distribuição de mais R$ 37,3 bilhões em dividendos a seus acionistas, elevando para R$ 101,4 bilhões o valor pago a seus acionistas como retorno pelo resultado de 2021.

No quarto trimestre de 2021, a Petrobras registrou lucro de R$ 31,5 bilhões, queda de 47,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando reverteu perdas contábeis realizadas logo no início da pandemia.

No balanço divulgado nesta quarta-feira (23), o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, disse que o resultado comprova que "uma empresa saudável e comprometida com a sociedade é capaz de crescer, investir, gerar empregos, pagar tributos e retornar dinheiro aos seus acionistas, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento do país".

A companhia disse que a nova parcela de dividendos está em linha com sua política de remuneração aos acionistas, que prevê a distribuição de 60% da diferença entre o fluxo de caixa e os investimentos, agora que a dívida bruta está abaixo do piso de US$ 65 bilhões (R$ 325 bilhões, pela cotação atual).

Ao fim de 2021, a dívida bruta da empresa era de US$ 58,7 bilhões (R$ 293 bilhões, pela cotação da época).

"O dividendo proposto é compatível com a sustentabilidade financeira da companhia e está alinhado ao compromisso de geração de valor para os acionistas e para a sociedade", afirmou a empresa.

Detentor de 36,7% das ações, o governo receberá R$ 13,7 bilhões da parcela de dividendos anunciada nesta quarta. Considerando a remuneração total sobre o resultado de 2021, a União terá direito a R$ 38,1 bilhões.

"Vale ressaltar que, além dos dividendos, recolhemos no ano de 2021 mais de R$ 200 bilhões em tributos, totalizando cerca de R$ 230 bilhões em retorno para a sociedade", disse no balanço o diretor financeiro da companhia, Rodrigo Araújo Alves.

Com petróleo e derivados mais caros, a Petrobras teve uma receita de R$ 452,7 bilhões em 2021, alta de 66,4% em relação ao ano anterior. O Ebitda, indicador que mede a geração de caixa, cresceu 64,1%, para R$ 234,5 bilhões.

As vendas de combustíveis pela Petrobras cresceram 8,5% em relação a 2020, ano mais afetado pela pandemia do novo coronavírus, chegando a 1,8 milhão de barris por dia. A produção de petróleo e gás, porém, caiu 2,2%, para 2,7 milhões de barris por dia.

Em 2021, os preços dos combustíveis nos postos brasileiros atingiram seus maiores valores desde o início da série histórica da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), em 2002, se tornando uma fonte de dor de cabeça para o presidente Jair Bolsonaro (PL).

Diante dos fortes impactos na inflação e no bolso dos brasileiros, o governo tentou dividir a responsabilidade com governadores, depois passou a criticar a própria estatal e, por fim, tenta aprovar no Congresso a redução dos impostos sobre os produtos.

A política de preços da estatal, que acompanha de perto as cotações internacionais dos combustíveis, é alvo também de pré-candidatos à Presidência da República, como o líder das pesquisas, Luiz Inácio Lula da Silva, que fala em rever o modelo atual.

Leia mais sobre a Petrobras na pág. 7

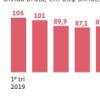
A Petrobras sob Bolsonaro

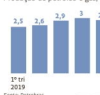
Lucro líquido, em R$ bilhões

Trimestre	Valor
1º tri 2019	4
	18,9
	9,1
	8,1
1º tri 2020	-48,5
	-2,7
	-1,5
4º tri 2020	59,9
1º tri 2021	1,2
	42,8
	31,1
4º tri 2021	31,5

R$ 106,6 bi foi o lucro total em 2021

Dívida bruta, em US$ bilhões

Trimestre	Valor
1º tri 2019	106
	101
	89,9
	87,1
	89,2
	91,2
	79,6
	75,5
	71
	63,7
	59,6
4º tri 2021	58,7

Produção de petróleo e gás, em milhões de barris de óleo

Trimestre	Valor
1º tri 2019	2,5
	2,6
	2,9
	3
	2,9
	2,8
	2,9
	2,7
	2,8
	2,8
	2,8
4º tri 2021	2,7

Fonte: Petrobras

> "O dividendo proposto é compatível com a sustentabilidade financeira da companhia e está alinhado ao compromisso de geração de valor para os acionistas e para a sociedade
>
> **Petrobras** em nota

Senado adia votação de projetos sobre combustíveis

Idiana Tomazelli e Renato Machado

BRASÍLIA O Senado adiou mais uma vez a votação do pacote de projetos de lei que visa a reduzir o preço dos combustíveis. As propostas constavam na pauta de votação desta quarta (23), mas acabaram retiradas pela segunda semana consecutiva e serão retomadas apenas em 8 de março.

A decisão foi tomada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), após uma longa discussão entre os congressistas. Pacheco atendeu ao pedido de senadores de mais tempo para discutir as propostas.

Parlamentares apontaram pressão dos estados para que a proposta não fosse apreciada. Governadores ligaram diretamente para os senadores solicitando a retirada de pauta, usando como argumento o risco de perda de arrecadação.

Os estados são contra as mudanças. "A implementação de alíquota uniforme em um novo regime acarretaria fatalmente em aumento de carga tributária", diz o Comsefaz (Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda). Segundo a entidade, estados com menor carga tributária teriam de elevar suas alíquotas para assegurar que os demais estados mantenham o mesmo patamar de receitas.

Na noite de terça-feira (22), o relator das propostas, senador Jean Paul Prates (PT-RN), havia apresentado novos textos para os dois projetos de lei, nos quais recuou em alguns pontos importantes na busca de construir um acordo para a votação.

Mesmo assim, não houve consenso. "Nós vamos ser cobrados por esse adiamento, mas, se ele for em prol de um melhor projeto e de uma expressão de todos os senadores, não vou colocar obstáculos", alertou o relator.

O senador desistiu da ideia de criar um imposto sobre exportação de petróleo para financiar uma conta de estabilização, que seria usada para amortecer oscilações nos preços dos combustíveis, em especial devido a variações nos valores internacionais do petróleo.

A criação do imposto era um ponto sensível para sua legenda e constava no texto original do projeto, de autoria do seu correligionário, Rogério Carvalho (PT-SE), mas enfrentava resistência das maiores bancadas partidárias do Senado.

Antes da sessão, ainda pela manhã, Pacheco havia dito que a retirada do imposto "facilita bem a tramitação e a apreciação".

Como alternativa, o texto mantém a conta de estabilização, mas tendo como fontes de financiamento as receitas com royalties de petróleo, participações especiais e dividendos pagos pela Petrobras à União.

A equipe econômica mantém a posição contrária ao projeto, segundo fontes ouvidas pela **Folha**. A avaliação é que o desenho da conta é ruim e ineficaz para segurar os preços dos combustíveis, ao mesmo tempo que impõe um custo elevado ao governo federal.

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **AXA Seguros S.A.** relativas ao exercício de 2021, apuradas com base na regulamentação vigente.

A empresa: A **AXA Seguros S.A**, empresa do Grupo AXA, também denominada "AXA" ou "Companhia", iniciou suas atividades no Brasil em agosto de 2014, após autorização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar com seguros de danos e vida em todo o território nacional.

A AXA é uma seguradora especializada, cuja atuação tem principal foco estratégico nos segmentos dos seguros de Danos, Vida e Afinidades, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços nas linhas de Patrimonial, Riscos financeiros, Responsabilidades, Transportes, Vida em Grupo e Seguros massificados.

O Grupo AXA é internacional, com atuação no mercado de Seguros Gerais, especializado em subscrição de Seguros e Resseguros, com origem na França e presente nos principais mercados de seguros do mundo.

A AXA assinou, em 12 de novembro de 2021, um contrato de Compra de Ações e outras avenças com as empresas XL (Brazil) Holding LTDA, XL Insurance Company SE e AXA XL Resseguros S.A, o qual prevê a transferência de 100% das ações da empresa AXA XL Seguros S.A. para a AXA, mediante a satisfação de condições precedentes e ainda sujeita a aprovações de órgãos reguladores, devendo essa operação ser finalizada durante o exercício fiscal de 2022.

Desempenho Operacional: A Companhia registrou prêmios emitidos brutos de R$ 659.657 e prêmios ganhos de R$ 644.099. O resultado financeiro foi de R$ 29.989. As reservas técnicas somaram R$ 612.518. O prejuízo do exercício foi de R$ 18.154 e os prejuízos acumulados somam R$ 384.251.

Perspectivas: A estratégia de negócios da AXA está baseada na oferta de soluções de seguros desenvolvidas em função de um processo continuado de identificação de necessidades de clientes. Sua plataforma de operações, dinâmica e flexível, visa atender às diversas demandas dos segmentos definidos como alvo de atuação, seguindo políticas e procedimentos consistentes de avaliação, aceitação e precificação de riscos, e de gerenciamento de riscos e de sinistros, condições essenciais para atuar com sucesso em um mercado competitivo como o de seguros no Brasil.

Declaração de Capacidade Financeira: Em atenção à Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários estão sendo associados à análise e ao gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguros.

Governança Corporativa: O estatuto social da Seguradora assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Do resultado do exercício são deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social.

Comitê de Auditoria: Previsto no Estatuto Social da AXA, está instituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432/2021, e em conformidade com as práticas de governança do Grupo AXA e seu regimento interno, é formado por 3 (três) membros escolhidos pelo Conselho de Administração. A criação do referido comitê e a eleição de seus membros foram aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela Portaria SUSEP/DIORG nº 1.089/2018.

Agradecimentos: A AXA Seguros S.A. agradece a seus Acionistas, Segurados, Corretores, Resseguradores e demais parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela confiança e apoio dedicados à Companhia. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		555.861	422.544
Disponível	7	3.211	7.814
Caixa e bancos		3.211	7.814
Aplicações	8	107.192	47.765
Créditos das operações com seguros e resseguros		227.945	179.700
Prêmio a receber	9	209.287	154.320
Operações com seguradoras		8.912	16.925
Operações com resseguradoras		8.625	8.168
Outros créditos operacionais		1.121	287
Ativos de Resseguro - Provisões técnicas	10	121.776	74.706
Prêmios - Resseguro		33.353	29.973
Sinistros - Resseguro		88.423	44.733
Títulos e créditos a receber		19.779	23.722
Títulos e créditos a receber		8.587	9.400
Créditos tributários e previdenciários	16.4	7.217	7.320
Outros créditos		3.975	7.002
Outros valores e bens		12	20
Bens a venda		12	20
Despesas antecipadas		1.048	508
Empréstimos e depósitos compulsórios		49	–
Custo de aquisição diferido	11	74.849	88.309
Seguros		74.849	88.309
Não circulante		558.603	605.629
Realizável a longo prazo		354.043	439.170
Aplicações	8	277.518	369.836
Créditos das operações com seguros e resseguros	9	10.527	8.709
Prêmio a receber		10.527	8.709
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	10	28.944	29.091
Prêmios - Resseguro		19.733	19.788
Sinistros - Resseguro		9.211	9.303
Títulos e créditos a receber		11.848	9.400
Outros créditos		4.462	1.003
Créditos tributários e previdenciários	16.4	7.386	8.397
Empréstimos e depósitos compulsórios		533	858
Custo de aquisição diferido	11	24.673	21.276
Seguros		24.673	21.276
Imobilizado	12	6.449	7.052
Bens móveis		3.734	3.584
Outras imobilizações		2.715	3.468
Intangível	13	198.111	159.407
Outros intangíveis		198.111	159.407
Total do ativo		1.114.464	1.028.173

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante		669.974	591.850
Contas a pagar		50.701	56.586
Obrigações a pagar	17	30.604	33.525
Impostos e encargos sociais a recolher		12.331	9.259
Encargos trabalhistas	18	6.915	8.133
Impostos e contribuições		851	5.669
Débitos das operações com seguros e resseguros		122.080	76.745
Prêmios a restituir		448	1.548
Operações com seguradoras		15.740	8.497
Operações com resseguradoras	10.1	53.530	22.472
Corretores de seguros e resseguros	10.2	47.279	41.696
Outros débitos operacionais		5.083	2.532
Depósito de terceiros	19	1.875	3.954
Provisões técnicas - seguros	14	490.862	454.565
Danos		459.027	410.362
Pessoas		31.835	44.203
Outros débitos		4.456	–
Débitos Diversos		4.456	–
Não circulante		129.106	125.934
Contas a pagar		–	8.332
Tributos diferidos	16.3	–	8.332
Débitos das operações com seguros e resseguros		4.988	3.127
Operações com resseguradoras	10.1	1.540	951
Corretores de seguros e resseguros	10.2	3.448	2.176
Provisões técnicas - seguros	14	121.656	112.733
Danos		107.704	102.212
Pessoas		13.952	10.521
Outros débitos		2.462	1.742
Obrigações fiscais		2.386	1.641
Provisões cíveis	15	76	101
Patrimônio líquido	20	315.384	310.389
Capital social		707.288	620.588
Aumento de capital (em aprovação)		–	43.400
Prejuízos acumulados		(384.251)	(366.097)
Ajuste de avaliação patrimonial		(7.653)	12.498
Total do passivo e patrimônio líquido		1.114.464	1.028.173

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2021	2020
Prêmios emitidos		659.657	561.193
(+/–) Variações das provisões técnicas de prêmios		(15.558)	102.674
(=) Prêmios ganhos	21(a)	644.099	663.867
(–) Sinistros ocorridos	21(b)	(283.064)	(209.236)
(–) Custo de aquisição	21(c)	(201.596)	(241.110)
(+) Resultado com resseguro	21(d)	1.022	(55.722)
(+) Receita com resseguro		86.631	16.102
(–) Despesa com resseguro		(85.609)	(71.824)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	21(e)	(16.355)	2.023
(–) Despesas administrativas	21(f)	(154.680)	(145.393)
(–) Despesas com tributos	21(g)	(25.453)	(29.595)
(+) Resultado financeiro	21(h)	29.989	28.499
(+) Receitas Financeiras		52.983	39.840
(–) Despesas financeiras		(22.994)	(11.341)
(=) Resultado operacional		(6.038)	13.333
(+) Resultado patrimonial		258	252
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(381)	(545)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(6.161)	13.040
(–) Imposto de renda	16	–	(2.664)
(–) Contribuição social	16	–	(1.224)
(–) Participações sobre o resultado		(11.993)	(3.163)
(=) Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		(18.154)	5.989
Quantidade de ações		4.573.066.877	3.985.049.037
Lucro líquido/(prejuízo) por ação		(0,0040)	0,0015

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(18.154)	5.989
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e perdas não realizados com títulos e valores mobiliários	(20.151)	165
Total do resultado abrangente do exercício	(38.305)	6.154

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(18.154)	5.989
Títulos e valores imobiliários	(20.151)	165
Baixa líquida do imobilizado e intangível	–	2.587
Depreciações e amortizações	21.302	15.791
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	32.891	105.900
Créditos das operações de seguros e resseguros	(50.063)	(38.606)
Ativos de resseguro	(46.923)	12.764
Créditos fiscais e previdenciários	1.114	(4.705)
Despesas antecipadas	(542)	63
Custos de aquisição diferidos	10.063	75.396
Outros ativos	664	(4.820)
Impostos e contribuições	(13.151)	3.599
Outras contas a pagar	(1.065)	10.545
Débitos de operações com seguros e resseguros	47.196	1.855
Outros débitos	5.178	(436)
Depósitos de terceiros	(2.079)	(1.421)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	45.220	(174.878)
Caixa gerado pelas operações	11.500	9.788
Atividades de investimento		
Pagamento pela aquisição de imobilizado	(834)	(3.631)
Pagamento pela aquisição de intangível	(58.569)	(70.493)
Caixa consumido pelas atividades de investimento	(59.403)	(74.124)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	43.300	63.400
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	43.300	63.400
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(4.603)	(936)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.814	8.750
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.211	7.814

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Ganhos/Perdas não realizadas	Aumento de capital (em aprovação)	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	600.588	12.333	–	(372.086)	240.835
Aumento de capital (em aprovação)	–	–	20.000	–	20.000
Aprovação aumento capital - Portaria SUSEP/CGRAT nº 352 de 18 de maio de 2020	20.000	–	(20.000)	–	–
Aumento de capital (em aprovação)	–	–	43.400	–	43.400
Títulos e valores imobiliários	–	165	–	–	165
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.989	5.989
Saldos em 31 de dezembro de 2020	620.588	12.498	43.400	(366.097)	310.389
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP/CGRAT nº 97 de 12 de abril de 2021	43.400	–	(43.400)	–	–
Aumento de capital (em aprovação)	–	–	43.300	–	43.400
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP/CGRAT nº 561 de 26 de dezembro de 2021	43.300	–	(43.300)	–	–
Títulos e valores imobiliários	–	(20.151)	–	–	(20.151)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(18.154)	(18.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	707.288	(7.653)	–	(384.251)	315.384

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AXA Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, do grupo AXA, grupo segurador internacional, sendo a Voltaire Participações S/A detentora de 100% das ações. A Seguradora está sediada em São Paulo, com autorização de operar da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em 25 de agosto de 2014, pela Portaria nº 6001 e tem por objeto social a exploração das operações de seguro de danos e de pessoas em todo o território nacional. Em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global, que desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado e aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos. O COVID-19 poderá gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Administração da Seguradora, tendo como base as informações e dados a respeito do Coronavírus, manteve seus objetivos de negócio no ano de 2021, e irá continuar a monitorar os impactos do COVID-19 em suas atividades com importante prioridade a saúde de seus colaboradores.

AXA S.A. (França)
↓ 100%
AXA Mediterranean Holding, S.A. (Espanha)
↓ 100%
Voltaire Participações S.A.
↓ 100%
AXA Seguros S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras: As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora, para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras, estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pelo órgão regulador, e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades Abertas de Previdência Complementar, e Resseguradores locais estabelecido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações subsequentes. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme detalhado na Nota 5. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado pela avaliação a valor justo de determinados ativos financeiros. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2022. **2.2 Circulante e não circulante:** A cada data de elaboração do balanço patrimonial, a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os vencimentos que ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e, os passivos de provisões técnicas, acompanham suas características e objetivos. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. **2.4 Conversão e saldos mantidos em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do período.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As seguintes políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1 Contratos de seguros:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". Contrato de seguro é um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso. A administração da Seguradora procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações se caracterizam como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pelas normas regulatórias da SUSEP. **3.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **3.3 Ativos financeiros:** A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, independente da data de vencimento, e são contabilizados por seu valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores, na data do balanço. **(ii) Disponíveis para venda:** Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "Mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Empréstimos e recebíveis" ou "Mantidos até o vencimento", e são reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários, e quando realizado por ocasião de sua efetiva liquidação ou por perda ("*impairment*") considerada permanente, é apropriado ao resultado. **(iii) Mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Seguradora possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. A Seguradora não tem ativos financeiros classificados nessa rubrica. **(iv) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Ativos de resseguro", "Contas a receber" e "Outros créditos". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço. **3.4 Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. **3.5 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*): (a) Ativos financeiros:** A Seguradora avalia ao final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos pela mudança do valor recuperável são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A provisão para riscos sobre créditos de seguro e cosseguros aceitos é constituída por faixa de vencimento e por ramo, para todos os valores vencidos ou a vencer e riscos decorridos ou a decorrer, conforme estudo por ramo efetuado pela Seguradora, bem como são avaliados seus passivos correspondentes para aplicação do ajuste ao valor de realização.

Provisão de redução ao valor recuperável para prêmios diretos

Vencimento	%
A vencer	0% a 1,49%
Vencidos até 30 dias	0% a 27,87%
Vencidos de 31 a 60 dias	0% a 54,23%
Vencidos de 61 a 90 dias	0% a 71,19%
Vencidos de 91 a 120 dias	0% a 81,15%
Vencidos de 121 a 150 dias	0% a 86,64%
Vencidos de 151 a 180 dias	0% a 94,63%
Vencidos acima de 181 dias	100%

Provisão de redução ao valor recuperável para prêmios de cosseguros aceitos

Vencimento	%
A vencer	0% a 1,05%
Vencidos até 30 dias	0% a 4,08%
Vencidos de 31 a 60 dias	0% a 12,01%
Vencidos de 61 a 90 dias	0% a 27,38%
Vencidos de 91 a 120 dias	0% a 51,91%
Vencidos de 121 a 150 dias	0% a 28,14%
Vencidos de 151 a 180 dias	0% a 77,97%
Vencidos acima de 181 dias	100%

A provisão para riscos sobre créditos de ativo de cosseguro e ativo de resseguro é constituída por faixa de vencimento e segregado por congênere e resseguradora, para todos os valores vencidos, conforme estudo por recebimento da pendência da seguradora e resseguradora.

Provisão de redução ao valor recuperável para sinistro cosseguro cedido

Vencimento	%
Vencidos até 60 dias	0% a 12,23%
Vencidos de 61 a 120 dias	0% a 0,66%
Vencidos de 121 a 180 dias	0% %
Vencidos de 181 a 365 dias	0% a 60,35%
Vencidos de acima de 365 dias	0% a 100%

Provisão de redução ao valor recuperável para resseguro cedido

Vencimento	%
Vencidos até 60 dias	0% a 100%
Vencidos de 61 a 120 dias	0% a 100%
Vencidos de 121 a 180 dias	0% a 100%
Vencidos de 181 a 365 dias	0% a 100%
Vencidos de acima de 365 dias	0% a 100%

(b) Ativos não financeiros: Os valores de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos anualmente para determinar se há alguma indicação de perda de valor. Quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável determinado através do valor de venda ou uso, a perda é reconhecida imediatamente no resultado. **3.6 Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende: equipamentos, móveis e utensílios e benfeitoria em imóveis de terceiros, sendo mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos, como segue: Bens móveis (10%), Móveis e utensílios (10%), Equipamentos (20%) e Benfeitorias em imóveis de terceiros (10%). **3.7 Ativo intangível: *Software:*** Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e eventuais perdas por *impairment*. A taxa de amortização anual é de 20%. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **Outros Intangíveis:** Gastos com contratos de exclusividade na distribuição de seguros com redes varejistas são registrados no intangível, em função das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção, e são amortizados levando em consideração os benefícios econômicos relacionados ao contrato, *pro rata* pelo prazo do contrato. Gastos com projetos de tecnologia são registrados no intangível, em função das características de cada projeto, e são amortizados levando em consideração os benefícios econômicos relacionados ao projeto pelo período de 5 anos. **3.8 Provisões técnicas - seguros e resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321/2015 e Circular SUSEP nº 517/2015 e suas posteriores alterações estipulados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e a partir das metodologias estabelecidas em Notas Técnicas Atuariais (NTA). **3.8.1 Provisão Para Prêmios Não Ganhos (PPNG):** Esta provisão deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obedecidos os seguintes critérios: (a) O cálculo da provisão considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração, sendo formada pelo valor resultante da fórmula abaixo, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos assumidos na data base de sua constituição ou a eles relacionados. Nos casos em que o risco da cobertura contratada não é definido na apólice ou no endosso, mas no certificado ou item segurado, o cálculo da provisão é efetuado por certificado ou item; PPNG=Base de Cálculo × (Período de Vigência a Decorrer/Prazo de Vigência do Risco). (b) A base de cálculo corresponde ao valor do prêmio comercial, em moeda nacional, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido; (c) No período entre a emissão e o início de vigência do risco, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco; (d) Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data base de cálculo da provisão e a data de fim de vigência do risco. **3.8.2 Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos. A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes, somente serão utilizados no cálculo os valores de PPNG gerados pelas apólices emitidas considerando seu respectivo atraso, via triângulos de run-off, conforme detalhada em Nota Técnica Atuarial. **3.8.3 Custo de aquisição diferidos:** As despesas de comissão são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido do risco coberto. As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses). As comissões de agenciamento e pró-labore são amortizadas conforme o prazo de vigência dos contratos cuja vigência média é de 36 meses. As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica. **3.8.4 Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras. Esta provisão contempla, quando aplicável, ajustes considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final (IBNER). **Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNR Global. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como IBNeR e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados (IBNyR). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.9.6. **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores que são calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. **3.8.5 Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):** A provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativas a despesas relacionadas a sinistros. Visa a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial, contemplando as despesas anteriormente informadas na Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e na provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR). Em resumo, a PDR é obtida através de um processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da sociedade seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das 4 principais parcelas identificadas na constituição desta provisão, sendo: • ALAE - Parcela 1 - Despesas ocorridas mas não avisadas - IBNR; • ALAE - Parcela 2 - Despesas avisadas mas não liquidadas - PSL e IBNER; • ULAE - Parcela 3 - Despesas ocorridas mas não avisadas - IBNR; e • ULAE - Parcela 4 - Despesas avisadas mas não liquidadas - PSL e IBNER. Onde: *• ALAE = Despesas relacionadas aos sinistros, alocadas individualmente; e • ULAE = Despesas relacionadas aos sinistros - não alocáveis.* **3.8.6 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR): Processos administrativos:** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. A IBNR é calculada a partir de métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de run-off e *Bornhuetter - Ferguson*, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade de sinistros quanto por montante envolvido de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos e sempre buscando uma metodologia melhor adaptável. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 120 meses. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial à Seguradora, independente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Seguradora. A IBNR relacionada a sinistros judiciais é constituída com base em metodologia de cálculo que leva em consideração: (i) Períodos médios históricos observados entre a data de negativa do sinistro e a data de cadastro da citação, para os sinistros que foram regulados administrativamente, e entre a data de ocorrência do sinistro e a data da citação, para os sinistros que entraram diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização; (ii) Percentuais históricos de solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desembolso financeiro posterior na esfera judicial, e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial; e (iii) Valor médio dos sinistros registrados na rubrica "Provisões técnicas - Seguros", resultando no valor médio das causas. **3.8.7 Teste de Adequação de Passivos - TAP (Liability Adequacy Test - LAT):** Conforme a Circular vigente, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na provisão complementar de cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular vigente, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de danos e seguros de pessoas e, por fim, entre prêmios registrados e prêmios futuros. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), IPCA, com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As provisões de prêmios (PPNG, PPNG-RVNE) foram consideradas adequadas, para o total da Seguradora quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente a sinistros a ocorrer dos riscos já assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio. As provisões de sinistros (PSL, IBNR, IBNER, PDR) contabilizadas foram consideradas adequadas quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas alocáveis e salvados, quando aplicável. Dessa forma, de acordo com as estimativas realizadas, não houve necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura para a data-base de 31 de dezembro de 2021. **3.9 Principais tributos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e são calculados à alíquota de 15% para imposto de renda acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos, da Lei 9.430/96, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15% de Janeiro a Junho de 2021 conforme a Lei 13.169/15, e 20% de Julho a Dezembro de 2021 conforme Lei 14.183/21. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 15% conforme a Lei 13.169/15 para a contribuição social, ou de 15 % para créditos sobre base negativa. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **3.10 Demais passivos:** Fornecedores e outras contas a pagar são mensurados pelo valor de custo e acrescidos de encargos incorridos até a data de balanço, quando aplicável. **3.11 Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Os passivos contingentes referem-se a obrigações presentes, decorrente de eventos passados e dependentes da ocorrência de eventos futuros para a confirmação ou não de sua existência. Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como perdas prováveis, possíveis, e remotas e são provisionados sempre que o desembolso futuro for provável. **3.12 Benefícios a empregados:** As provisões trabalhistas, principalmente relativas às provisões de férias, provisão de 13º salário e os respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência. A Seguradora possui um plano de aposentadoria complementar em favor de seus empregados, para aqueles que optaram em participar, sob forma de plano de contribuição definida como Plano Fundo Gerador de Benefícios, administrado pela Itaú Vida e Previdência S/A. Em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora registrou contribuições de R$ 733 (31 de dezembro de 2020 - R$ 494), classificadas na rubrica "Despesas com pessoal próprio no grupo despesas administrativas". **3.13 Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao elaborar as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um

continua →☆

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

→☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

passivo nas demonstrações financeiras. **3.14 Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica dos processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Seguradora. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Seguradora determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso de contas como "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a Seguradora classifica todo o montante em circulante. **3.15 Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência na operação de grandes riscos e considera na operação: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros relativos a riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas são reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão; • As comissões e agenciamentos de seguros diferidos, registrados no ativo, na rubrica "Custos de aquisição diferidos". A apropriação mensal no resultado ocorre na rubrica "Custos de aquisição". As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses). As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expenses* - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (*Unallocated Loss Adjustment Expenses* - ULAE).

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

IFRS 17 - "Contratos de Seguros": Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do IFRS 17 é garantir que uma entidade forneça informações relevantes que fielmente representam esses contratos. Esta informação fornece uma base para os usuários das demonstrações financeiras para avaliar o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira da entidade, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A Seguradora não adotou tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 sendo que a norma citada acima não foi aprovada pela SUSEP até a data deste relatório.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais ativos sujeitos a avaliação pelo valor justo. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (Nota 8); • Créditos e débitos tributários (Nota 16.2); • Cálculo de impairment de ativos (Nota 3.6); • Provisões Técnicas - seguros (Nota 14). • Provisões judiciais (Nota 15)

6. GESTÃO DE RISCOS

6.1 Estrutura da gestão de riscos

A Seguradora segue as normas de gestão de risco do Grupo AXA, adaptando sua Política de Gestão de Riscos (RMP) mundial de acordo com o tamanho, mix de negócios e complexidade de suas operações no Brasil. A Seguradora também segue as diretrizes dos órgãos reguladores e possui uma estrutura dedicada ao gerenciamento de riscos de suas operações e aos seus controles internos, atuando de forma independente das demais áreas da empresa. Entretanto, todas as áreas e níveis da Seguradora participam do processo de identificação, monitoramento e tratamento dos riscos aos quais a Seguradora está suscetível. A estrutura de gestão de riscos e controles internos é responsável por implementar a Política de Gestão de Riscos, que tem como principais objetivos preservar a base de capital da Seguradora promovendo uma cultura de risco proativa, definindo e formalizando o processo de gestão de riscos, bem como controlando e validando o nível de risco assumido pela Seguradora. A Seguradora usa ferramentas quantitativas e qualitativas que visam permitir que os tomadores de decisão minimizem o potencial de exposições a riscos indesejados. As próximas seções apresentam os principais riscos aos quais a Seguradora está exposta, bem como mais detalhes do processo de gerenciamento de riscos. **6.2 Governança de riscos:** A Seguradora entende que uma boa governança no processo de gestão de riscos é essencial para o crescimento sustentável da Seguradora e garantia de uma correta operação no mercado segurador. O Conselho de Administração é a instância mais elevada de tomada de decisão na Seguradora, sendo responsável pela estratégia da Seguradora, eleição e destituição dos diretores (fixando suas atribuições, inclusive fiscalizando sua gestão), pela convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Para auxiliar o Conselho de Administração, foram criados diversos comitês, que possuem mandatos definidos, reuniões periódicas e registros dessas reuniões periódicas em ata. Os principais comitês da Seguradora são: Comitê Executivo: tem como principais objetivos fixar as orientações estratégicas da entidade; definir o alvo em matéria da organização de trabalho e política de RH; validar a qualidade dos planos de ação; validar os planos de ação elaborados pela Direção Operacional e garantir sua execução; validar a avaliação dos riscos estratégicos, regulamentares, de reputação e emergentes; validar o modelo interno do sistema de gestão de riscos, validar o quadro de tolerância ao risco, o nível de apetite ao risco e os planos de ação associados; validar o plano da auditoria, tomar conhecimento dos resultados da missão da auditoria; definir as prioridades em termos de investimentos; validar as políticas tarifárias elaboradas pelas Direções Operacionais tanto para novos negócios como para o portfólio, e assegurar sua coerência com os objetivos globais da entidade; aprovar novas ofertas, como também ao lançamento das fases essenciais de grandes projetos; fixar prioridade na matéria de formação; pilotar os indicadores da performance técnica e operacional; e validar as soluções ou pedidos propostos pelos comitês operacionais. Comitê de Subscrição: tem como principais objetivos definir a Política de Subscrição, assegurando a sua adequação aos contratos de resseguro; compartilhar e garantir as práticas de subscrição; avaliar o interesse nos segmentos de mercado conforme o apetite de risco da Seguradora; desenvolver sinergias e cross-selling entre as várias linhas de negócio; avaliar a necessidade de novos produtos ou coberturas; aprovar a redação de novas cláusulas compartilhadas; monitorar os indicadores da performance técnica; e vigiar as mudanças na regulação que tenham um impacto na subscrição e nas condições das apólices. Comitê de Investimentos: tem como principais objetivos definir o apetite de risco da Seguradora; realizar a gestão deste apetite, aprovar a Política de Gestão dos Investimentos Financeiros; aprovar as alocações estratégicas de investimentos bem como os programas de investimentos; e avaliar os investimentos realizados e as suas performances. Comitê Comercial e de Marketing: tem como principais objetivos garantir a implantação da política comercial da seguradora; compartilhar dificuldades para definir ação conjunta técnico-comercial; desenvolver sinergias e entre as linhas de negócios; analisar pipeline das áreas de negócios buscando estratégias de fechamento dos negócios; detectar eventuais gaps de produção e propor ações específicas em conjunto como a área de marketing; avaliar a produção e desempenho de performance dos corretores/parceiros e definir ações quando necessário; atentar e avaliar ações comercias dos concorrentes e definir ações de acordo com os objetivos estratégicos; atentar e avaliar o ambiente de negócios em função de conjunturas econômicas, sociais e culturais e identificar novas oportunidades de negócios. Comitê de Auditoria, Risco e Compliance (ARCC): é um subcomitê do Comitê Executivo, com o objetivo de revisar todos os problemas materiais de auditoria, de riscos e de compliance enfrentados pela AXA Seguros e assim garantir o alinhamento entre as funções de controle e a gestão em tópicos transversais. O Comitê também revisa e discute itens conforme requerimento das regulamentações da SUSEP e demais itens propostos em agenda, como itens propostos CEO e/ou outros membros que sejam relevantes para as áreas de Auditoria, Risco e *Compliance*. Comitê de Sinistros: tem como principais objetivos avaliar os motivos, bases técnicas e jurídicas para eventual negativa ou pagamento de um sinistro, orientar e redirecionar a postura técnica da área de Sinistros, visando evitar ações judiciais; e identificar problemas nas condições dos produtos, que estejam prejudicando ou que venham contra os princípios definidos pelo subscritor. É ainda atribuição do Comitê, analisar os sinistros atípicos, que geram discussões em relação à cobertura técnica e que apresentam divergências em relação às condições gerais dos produtos. Comitê de Auditoria: composto por membros externos à seguradora, este comitê tem como principais objetivos revisar as demonstrações financeiras; avaliar a efetividade das auditorias contábeis e a aceitação de suas recomendações; e avaliar e monitorar a eficácia dos controles internos, reportando as deficiências identificadas e recomendando correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos no âmbito de suas atribuições. **6.3 Risco de seguro:** O risco de seguro é definido pela Seguradora como risco no qual os prêmios de seguro e as reservas não cubram adequadamente a experiência de sinistros. A função de Controle de Subscrição e Resseguro foi concebida para mitigar estes riscos a um nível aceitável. O risco de seguro pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões. A Seguradora tem diversos controles mitigadores para o risco de seguro bem como realiza análises de sensibilidade e de concentração de riscos. **6.4 Contratos de resseguro:** O risco de seguro pode ser mitigado através de contrato com resseguradores. As carteiras da Seguradora possuem proteção de resseguro proporcional e não proporcional. A Seguradora detém contratos ativos com os resseguradores locais, admitidos e eventuais, todos com bom *rating* de risco de crédito, de forma a otimizar a capacidade de retenção dos riscos e resultados operacionais, assim como mitigar possíveis perdas na eventualidade de sua inexistência. A estratégia da seguradora é atuar dentro da capacidade do contrato de resseguro, minimizando a necessidade de compra de eventuais proteções de resseguro facultativas com outros resseguradores, o que aumentaria a exposição ao risco de crédito. **6.5 Análise de sensibilidade:** Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela Seguradora. Isto posto, acrescenta-se que a Análise de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base. Neste contexto, a Análise de Sensibilidade realizada para a Seguradora foi aplicada sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), declaradas para todos os grupos operacionalizados pela seguradora, sendo que os impactos poderão ser vistos a seguir:

Premissas Atuariais	2021 Passivo (5)	Ativo (6)	PLA	Resultado (7)	2020 Passivo (5)	Ativo (6)	PLA	Resultado (7)
Aumento de 10,0%, sobre a Provisão de IBNR (1)	4.979	1.471	(1.930)	(1.930)	6.787	2.007	(2.629)	(2.629)
Redução de 10,0%, sobre a Provisão de IBNR (2)	(4.979)	(1.471)	1.930	1.930	(6.787)	(2.007)	2.629	2.629
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (3)	958	385	(316)	(316)	737	153	(321)	(321)
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (4)	(958)	(385)	316	316	(737)	(153)	321	321

Observações: (1) *Aumento de 10,0 (dez) pontos percentuais sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) declarada na data-base, e mantendo as demais variáveis.* (2) *Redução de 10,0 (dez) pontos percentuais sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) declarada na data-base, e mantendo as demais variáveis.* (3) *Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas-base analisadas, e mantendo as demais variáveis.* (4) *Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.* (5) *Valores que deverão ser adicionados ao passivo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.* (6) *Valores que deverão ser adicionados ao ativo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.* (7) *Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.* **6.6 Concentração de risco:** A concentração de risco da Seguradora é monitorada por área geográfica. O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e linha de negócios baseada nas importâncias seguradas.

Prêmios diretos brutos de resseguro

2021

Linhas de negócios	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Total
Acidentes Pessoais	30	202	8	1	17	258
Aeronáuticos (cascos)	–	–	–	–	–	–
Compreensivo condomínio	8.343	4.389	98	170	195	13.195
Compreensivo empresarial	8.456	21.555	2.924	2.478	2.040	37.453
Compreensivo residencial	1.892	–	1	162	15	2.070
DPVAT	–	–	–	–	–	–
Funeral	7	5	–	–	–	12
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	–	50.668	–	–	–	50.668
Garantia segurado - Setor privado	–	10.565	–	–	–	10.565
Garantia segurado - Setor público	–	26.073	–	–	–	26.073
Lucros cessantes	975	5.187	191	534	258	7.145
Marítimos (Casco)	–	27.392	–	–	–	27.392
Microseguros de Danos	–	16.738	–	–	–	16.738
Microseguros de Pessoas	–	21.628	–	–	–	21.628
Penhor rural	1.748	556	–	86	4.706	7.096
Prestamista (coletivo)	7	1.119	–	478	1	1.605
Prestamista (individual)	–	46.069	–	–	–	46.069
R.C. Administradores e diretores D&O	1.783	11.257	905	574	549	15.068
R.C. Geral	9.894	21.786	985	2.605	1.329	36.599
R.C. Profissional	4.408	7.342	119	640	669	13.178
R.C. Riscos Ambientais	84	430	48	23	28	613
R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	–	635	–	–	–	635
R.C. Transp aéreo carga - RCTA-C	–	175	–	–	–	175
R.C. Transp carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	–	7.701	–	–	–	7.701
R.C. Transp desvio de carga - RCF-DC	–	18.896	–	–	–	18.896
R.C. Transp rodoviário carga - RCTR-C	–	37.928	–	–	–	37.928
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul	–	3.270	–	–	–	3.270
Resp. Civil Hangar	–	–	–	–	–	–
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	–	1	–	–	–	1
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves - RCF	–	–	–	–	–	–
Riscos de engenharia	3.844	12.675	1.581	2.189	1.177	21.466
Riscos diversos	203	74.373	77	237	25	74.915
Riscos nomeados e operacionais	8.942	28.025	1.657	10.067	2.939	51.630
Seguro benf. e prod. agropecuários	889	562	–	32	1.968	3.451
Seguro funeral	–	2.253	–	–	–	2.253
Stop Loss	–	–	–	–	–	–
Transporte internacional	–	13.072	–	–	–	13.072
Transporte nacional	–	19.228	–	–	–	19.228
Viagem (Coletivo)	–	9.934	–	252	–	10.186
Viagem (individual)	–	14.073	–	–	–	14.073
Vida em grupo	6.712	14.021	776	5.599	12	27.120
Total	**58.217**	**529.783**	**9.370**	**26.127**	**15.928**	**639.425**

2020

Linhas de negócios	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Total
Acidentes Pessoais	17	281	7	797	18	1.120
Aeronáuticos (cascos)		(311)				(311)
Compreensivo condomínio	4.154	2.610	12	112	132	7.020
Compreensivo empresarial	4.533	19.658	1.378	1.613	2.760	29.942
Compreensivo residencial	1.773	1	1	174	15	1.964
Funeral	3	3				6
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral		25.873				25.873
Garantia segurado - Setor privado		11.140				11.140
Garantia segurado - Setor público		22.673				22.673
Lucros cessantes	502	2.906	43	467	230	4.148
Marítimos (Casco)		27.814				27.814
Microseguros de Danos		15.007				15.007
Microseguros de Pessoas		19.842				19.842
Penhor rural		(12)	(1)			(13)
Prestamista (coletivo)		1.197		345		1.542
Prestamista (individual)		51.478				51.478
R.C. Administradores e diretores D&O	1.310	8.481	836	682	332	11.641
R.C. Geral	6.909	23.354	453	1.454	1.240	33.410
R.C. Profissional	1.983	7.930	51	606	439	11.009
R.C. Riscos Ambientais	56	369	19	28	17	489
R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C		307				307
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C		217				217
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C		4.368				4.368
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC		15.824				15.824
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C		31.166				31.166
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul		1.582				1.582
Resp. Civil Hangar		28				28
Resp. Explor. ou Transp aéreo - RETA		(71)				(71)
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves - RCF		(36)				(36)
Riscos de engenharia	3.369	6.004	827	1.744	368	12.312
Riscos diversos	225	69.617	194	287	71	70.394
Riscos nomeados e operacionais	5.442	15.800	587	5.405	1.614	28.848
Seguro benf. e prod. agropecuários					(34)	(34)
Seguro funeral		1.475				1.475
Transporte internacional		6.506				6.506
Transporte nacional		13.319				13.319
Viagem (Coletivo)		9.591		263		9.854
Viagem (Individual)		8.028				8.028
Vida em grupo	6.346	15.707	161	4.974	24	27.213
Total	**36.622**	**439.726**	**4.568**	**18.951**	**7.226**	**507.093**

6.7 Risco de mercado e risco de balanço patrimonial: Risco de mercado é o risco de uma perda potencial nos valores de mercado decorrentes das diversas alterações nas taxas e preços de mercado. O risco de balanço patrimonial surge dos conflitos e inconsistências de natureza dos ativos e passivos da Seguradora. A Seguradora utiliza técnicas para mitigação do risco de mercado, sendo a principal delas a seleção dos seus investimentos alinhados com o perfil do fluxo de caixa projetado e obrigações assumidas. **6.8 Risco cambial:** Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. As variações da taxa de câmbio poderão resultar em perdas no caso de haver descasamento de saldos ativos e passivos. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento. Há limites específicos para exposição em moeda estrangeira que são monitorados pelo Comitê de Investimentos. **6.9 Volatilidade no preço das ações:** A exposição da Seguradora à volatilidade no preço das ações é considerada baixa em decorrência da política de investimentos adotada pela Seguradora que aplica seus recursos, basicamente, em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos, os quais são substancialmente compostos por títulos públicos federais. **6.10 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** A Seguradora está sujeita ao risco de taxas de juros, dada a política e o montante aplicados em investimentos remunerados à SELIC. A Seguradora concentra suas aplicações em uma remuneração baseada na SELIC, estando exposta substancialmente a variações na taxa da SELIC e em remunerações baseadas em taxas prefixadas no momento do investimento em títulos públicos federais. As taxas contratadas estão discriminadas na Nota 8 (d). **6.11 Risco de crédito:** É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos às instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, pode ser entendido ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. A Seguradora restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições conceituadas no mercado financeiro com *rating* de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras, e restringindo suas opções de aplicação em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos, os quais são substancialmente compostos por títulos públicos federais. Os limites de exposição são monitorados e avaliados regularmente pela área Financeira e de Gerenciamento de Riscos da Seguradora. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos é aprovada pela administração da Seguradora. A Seguradora possui negócios com resseguradores locais, admitidos e eventuais e neste painel a classificação mais baixa obtida segundo a A.M Best Rating Services foi B++.

2021

Agência de risco	Rating	Local	Admitida	Eventual	Total
A.M. Best Rating Services	A	18.476	4.679	647	23.802
A.M. Best Rating Services	A+	10.897	3.137	21.197	35.230
A.M. Best Rating Services	A++	–	857	259	1.116
A.M. Best Rating Services	B++	7.725	–	–	7.725
A.M. Best Rating Services	NR	23.181	–	171	23.352
	Total	**60.279**	**8.672**	**22.274**	**91.225**

Os valores acima são representados pela provisão de sinistros a liquidar da rubrica ativos de resseguro.

6.12 Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de a Seguradora não ter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. Conforme demonstrado abaixo, apesar do saldo de passivos financeiros de curto prazo ser maior que o saldo dos ativos financeiros de curto prazo, os nossos ativos de longo prazo são representados significativamente por aplicações financeiras disponíveis para venda, podendo ser resgatadas a qualquer momento.

2021

Ativos e passivos financeiros	1 a 30 dias ou sem vencimento	De 31 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda e para negociação	49.480	57.711	277.519	384.710
Créditos das operações de seguros e resseguros	57.313	170.632	10.527	238.472
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	–	121.776	28.944	150.720
Títulos e créditos a receber	–	8.587	–	8.587
Outros créditos	–	3.975	38	4.013
Total de ativos financeiros	**106.793**	**362.681**	**317.028**	**786.502**
Contas a pagar	–	50.701	–	50.701
Provisões técnicas - seguros	309.909	180.953	121.656	612.518
Débitos das operações com seguros e resseguros	–	122.080	4.987	127.067
Depósito de terceiros	–	1.875	–	1.875
Total de passivos financeiros	**309.909**	**355.609**	**126.643**	**792.162**

2020

Ativos e passivos financeiros	1 a 30 dias ou sem vencimento	De 31 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda e para negociação	30.402	17.363	369.836	417.601
Créditos das operações de seguros e resseguros	42.650	137.050	8.709	188.409
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	–	74.706	29.091	103.797
Títulos e créditos a receber	–	9.400	–	9.400
Outros créditos	–	7.002	1.003	8.005
Total de ativos financeiros	**73.052**	**245.521**	**408.639**	**727.212**
Contas a pagar	–	56.586	8.332	64.918
Provisões técnicas - seguros	301.457	153.108	112.733	567.298
Débitos das operações com seguros e resseguros	–	76.745	3.127	79.872
Depósito de terceiros	–	3.954	–	3.954
Total de passivos financeiros	**301.457**	**290.393**	**124.192**	**716.042**

6.13 Risco operacional: É o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de fraudes ou eventos externos. Na Seguradora os riscos operacionais são identificados pelos gestores dos processos e analisados pela alta administração de acordo com as exigências do Grupo AXA. Uma função central de gestão de risco operacional foi adotada para centralizar e apoiar a Seguradora na aplicação das atividades de gerenciamento de risco como a identificação, mensuração, mitigação e comunicação dos riscos, garantindo a implantação de controles adequados e os reportes necessários. **6.14 Risco de reputação/marca:** É o risco de que o mercado da Seguradora ou a imagem dos serviços possa sofrer uma queda. Estes riscos são analisados e monitorados regularmente como parte da gestão de risco operacional e do processo de análise de risco e rentabilidade em conjunto com a área de marketing, por meio de metodologia e padrões definidos pelo Grupo AXA. **6.15 Gestão de capital:** Os objetivos da Seguradora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Seguradora para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Seguradora pode rever a política de pagamento de dividendos. A Seguradora deve atender às exigências de capital mínimo estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os esforços da Seguradora devem sempre estar atentos a tais exigências. O capital da Seguradora está ajustado para permitir limite de retenção em adequação com o plano de negócios. **6.16 Estratégia de negócio e de subscrição:** A Seguradora está organizada em dois macros ramos de negócios: **I Seguros de danos:** A posição de valor dos Seguros de Danos se concentra em quatro grupos de produtos para os Ramos Comerciais: • Patrimonial; • Riscos Financeiros; • Responsabilidades; • Transportes. A Seguradora também segmenta clientes potenciais com base no porte da empresa. Na oferta de diferenciação para potenciais clientes, a Seguradora analisa o mercado e o segmento de acordo com três critérios: • Segue genericamente as tendências do mercado na oferta, mas selecionando através das melhores ofertas no mercado. • Segue as diretrizes do Grupo AXA sobre subscrição de riscos. • Preparação da oferta segmentada reutilizando a experiência e expertise em subscrição da AXA para criar pacotes de produtos. **II Vida em Grupo e Afinidades: (a) Vida em Grupo:** O objetivo da Seguradora dentro deste grupo de produtos é segmentar o mercado de Benefícios oferecendo seguro de vida em grupo e produtos principais fundamentais (exceto produtos e saúde), em linha com os padrões e práticas do mercado. O Produto Vida em Grupo, que inclui Acidentes Pessoais, oferece um conjunto de características comuns como cobertura de vida e invalidez, auxílio funeral e suporte para mantimentos. A Seguradora também participa dos leilões organizados pelas 10 principais corretoras para grandes empresas, sendo seletiva sobre as oportunidades apresentadas para respeitar as diretrizes de rentabilidade. **(b) Afinidade, seguros massificados:** A Seguradora atua no mercado de afinidades criando parcerias *B to B to C* com empresas que tenham uma grande base de clientes, rede de distribuição e alternativas de pagamento para a cobrança dos prêmios tais como bancos, financeiras de crédito ao consumidor, financeiras de automóveis, varejistas, serviços públicos, etc. Estas parcerias podem ser construídas através de grandes corretoras, consultores especialistas ou diretamente com as empresas. Três principais ramos de produtos foram desenvolvidos para esta linha de negócios: • Proteção Financeira, para proteger empréstimos pessoais, cartões de crédito, financiamento de automóveis, hipotecas com coberturas que incluirão: vida, invalidez, perda de emprego involuntária, perda e roubo de cartão de crédito. • Proteção individual: acidentes pessoais e renda hospitalar. • Proteção de bens.

7. DISPONÍVEL

	2021	2020
Banco conta movimento	3.211	7.814
	3.211	**7.814**

8. APLICAÇÕES

A mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtida conforme os critérios abaixo: • Títulos públicos federais - foram calculados com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). • Quotas de fundos de investimentos - pelos valores das quotas disponibilizados pelos administradores de cada fundo para a data do balanço. • Títulos privados - foram calculados com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pelo administrador da carteira de investimentos.

(a) Composição das aplicações

2021

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor custo atualizado	Ajuste de avaliação patrimonial	Percentual de Carteira
Disponíveis para venda								
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	–	–	1.842	30.508	32.350	32.335	15	8%
LTN - Letras do Tesouro Nacional	13.495	–	55.870	159.913	229.279	238.695	(9.416)	60%
NTN - Notas do Tesouro Nacional	–	–	–	86.078	86.078	89.428	(3.350)	22%
Debênture	–	–	–	1.019	1.019	1.021	(2)	0%
Valor justo por meio do resultado								
Quotas Outros Fundos de Investimento	5.702	–	–	–	5.702	5.702	–	2%
Quotas Outros Fundos de Investimento	30.282	–	–	–	30.282	30.282	–	8%
Total	**49.479**	**–**	**57.712**	**277.518**	**384.710**	**397.463**	**(12.753)**	**100%**
Circulante					107.192			
Não circulante					277.518			

2020

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor custo atualizado	Ajuste de avaliação patrimonial	Percentual de Carteira
Disponíveis para venda								
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	–	–	2.012	33.474	35.486	35.545	(59)	8%
LTN - Letras do Tesouro Nacional	–	11.413	–	251.613	263.026	248.107	14.919	63%
NTN - Notas do Tesouro Nacional	2.569	3.938	–	83.765	90.272	84.282	5.990	22%
Debênture	–	–	–	984	984	1.005	(21)	0%
Valor justo por meio do resultado								
Quotas Outros Fundos de Investimento - FIC	21.304	–	–	–	21.304	21.304	–	5%
Quotas Outros Fundos de Investimento - FII	6.529	–	–	–	6.529	6.529	–	2%
Total	**30.402**	**15.351**	**2.012**	**369.836**	**417.601**	**396.772**	**20.829**	**100%**
Circulante					47.765			
Não circulante					369.836			

(b) Movimentação das aplicações

	2020	(+) Aplicações	(–) Resgates	Ganhos/perdas não realizados	(+ Rendimentos)	2021
Valor justo por meio do resultado						
Quotas de Fundos de Investimento - FIC	21.304	17.960	(10.874)	–	1.892	30.282
Quotas de Fundos de Investimento - FII	6.529	–	–	–	(827)	5.702
Disponível para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	35.486	248.444	(253.694)	74	2.040	32.350
Letras do Tesouro Nacional	263.026	144.262	(173.596)	(24.337)	19.924	229.279
Notas do Tesouro Nacional	90.272	24.830	(27.870)	(9.342)	8.188	86.078
Debênture	984	–	(29)	19	45	1.019
	417.601	**435.496**	**(466.063)**	**(33.586)**	**31.262**	**384.710**

	2019	(+) Aplicações	(–) Resgates	Ganhos/perdas não realizados	(+ Rendimentos)	2020
Valor justo por meio do resultado						
Quotas de Fundos de Investimento - DPVAT	87.348	–	(87.348)	–	–	–
Quotas de Fundos de Investimento - FIC	–	20.836	–	–	468	21.304
Quotas de Fundos de Investimento - FII	5.520	–	–	–	1.009	6.529
Disponível para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	141.385	193.205	(301.405)	(60)	2.361	35.486
Letras do Tesouro Nacional	194.161	63.366	(13.002)	368	18.133	263.026
Notas do Tesouro Nacional	94.082	–	(10.830)	(19)	7.039	90.272
Debênture	1.005	–	(39)	(10)	28	984
	523.501	**277.407**	**(412.624)**	**279**	**29.038**	**417.601**

(c) Estimativa do valor justo: A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando à alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. A composição das aplicações financeiras, são classificadas no Nível 1 para títulos públicos e Nível 2 para títulos privados. A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo. • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no Nível 1, mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

2021

Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	–	35.984	35.984
Disponível para venda	347.707	1.019	348.726
Total	**347.707**	**37.003**	**384.710**

2020

Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	–	27.833	27.833
Disponível para venda	388.784	984	389.768
Total	**388.784**	**28.817**	**417.601**

(d) Taxas pactuadas

Tipo de aplicação	2021	2020
Quotas de fundos de investimentos - FIC	Renda Variável - FIC	Renda Variável - FIC
Quotas de fundos de investimentos - FII	Renda Variável - FII	Renda Variável - FII
Letras Financeiras do Tesouro	100% SELIC	100% SELIC
Letras do Tesouro Nacional	Pré-fixada	Pré-fixada
Notas do Tesouro Nacional	100% IPCA + Pré-fixada	100% IPCA + Pré-fixada
Debênture	Pós-fixada	Pós-fixada

(e) Garantia das provisões técnicas: Os valores contábeis das aplicações vinculadas à Superintendência de Seguros Privados - (SUSEP) são os seguintes:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Provisão de prêmios não ganhos	358.535	347.129
Provisão de sinistros a liquidar	191.669	147.464
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	49.791	67.874
Provisão de despesas relacionadas e outras provisões	12.523	4.831
Total das provisões técnicas	**612.518**	**567.298**
Provisão de prêmios não ganhos resseguros	(36.478)	(40.407)
Provisão de sinistros a liquidar	(76.911)	(30.580)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(14.706)	(20.073)
Provisão de despesas relacionadas	(6.017)	(3.383)
Provisões Consórcio DPVAT	–	–
Custo de aquisição diferido	(66.071)	(84.084)
Direitos creditórios	(106.450)	(63.291)
Total das exclusões	**(306.632)**	**(241.818)**
Total das provisões técnicas para cobertura	**305.886**	**325.480**
Composição dos ativos vinculados às provisões técnicas		
Letras financeiras do tesouro	32.350	35.486
Letras do tesouro nacional	229.279	263.026
Notas do tesouro nacional	86.078	90.272
Debênture	1.019	984
Quotas Outros Fundos de Investimento FII	3.912	6.529
Quotas Outros Fundos de Investimento FIC	30.282	21.304
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	**382.920**	**417.601**
Suficiência	**77.034**	**92.121**

No caso específico dos ativos redutores (exclusões) relacionados às provisões de prêmios, se caracterizam por já terem sido liquidados com a contraparte.

9. PRÊMIOS A RECEBER

(a) Prêmios a receber por faixa de vencimento

	2021	2020
Prêmios a vencer		
De 01 a 30 dias	57.313	42.650
De 31 a 60 dias	31.344	16.656
De 61 a 120 dias	36.285	19.513
De 121 a 180 dias	13.630	7.097
De 181 a 365 dias	7.591	3.187
Acima de 365 dias	4.626	3.726
Total de prêmios a vencer	**150.789**	**92.829**
Prêmios vencidos		
De 01 a 30 dias	6.093	7.180
De 31 a 60 dias	483	765
De 61 a 120 dias	1.520	1.225
De 121 a 180 dias	1.029	633
De 181 a 365 dias	470	2.105
Acima de 365 dias	8.959	6.444
Total de prêmios vencidos	**18.553**	**18.353**
Prêmios de risco vigente e não emitido (RVNE)	60.856	63.583
Redução do valor recuperável	(10.383)	(11.736)
Total de prêmio pendente no final do exercício	**219.814**	**163.029**
Prêmios a receber - Circulante	209.287	154.320
Prêmios a receber - Não circulante	10.527	8.709

(b) Composição por ramos de seguro

Linhas de negócios	2021	2020
Compreensivo empresarial	19.920	14.152
Lucros cessantes	3.604	2.302
Riscos de engenharia	9.056	6.323
Riscos diversos	11.933	12.463
Riscos nomeados e operacionais	32.731	19.325
R.C. Geral	15.271	12.959
R.C. Profissional	5.176	4.391
Transporte nacional	5.955	4.066
Transporte internacional	2.945	1.224
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	(3)	68
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	6.370	7.606
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	4.164	4.121
Seguro benf. e prod. agropecuários	1.605	5
Penhor rural	3.177	7
Compreensivo residencial	400	189
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	403	111
R.C. Administradores e diretores D&O	4.504	3.706
R.C. Riscos Ambientais	189	161
Garantia segurado - Setor público	12.777	11.855
Garantia segurado - Setor privado	4.551	1.967
Prestamista (coletivo)	368	500
Acidentes Pessoais	66	541
Vida em grupo	10.568	10.745
Viagem (Pessoas Individual)	6.666	2.387
Prestamista (individual)	10.893	11.602
R.C. Facult. para aeronaves -RCF	–	16
Aeronáuticos (cascos)	–	53
Resp. Civil Hangar	–	13
Resp. Explor. ou Transp aéreo - RETA	–	23
Microseguros de Pessoas	5.234	8.340
Microseguros de Danos	4.027	1.781
Compreensivo condomínio	4.736	2.892
Viagem (Pessoas Coletivo)	1.205	1.131
Funeral (coletivo)	4	3
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	1.175	788
R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	131	78
Funeral	513	114
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul	2.205	655
Marítimos	27.294	14.363
	219.814	**163.029**

continua→☆

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação dos prêmios a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**131.079**
(+) Prêmios emitidos	644.458
(+) IOF	25.507
(–) Prêmios cancelados	(65.373)
(–) Recebimentos	(587.670)
(+/–) Prêmio RVNE	13.591
(+/–) Variação Redução valor recuperável	1.437
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**163.029**
(+) Prêmios emitidos	782.551
(+) IOF	33.239
(–) Prêmios cancelados	(80.941)
(–) Recebimentos	(676.690)
(+/–) Prêmio RVNE	(2.727)
(+/–) Variação Redução valor recuperável	1.353
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**219.814**

10. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

10.1 Ativo de resseguro - provisões técnicas e passivo de operações com resseguradoras

	2021	2020
Ativo		
Ativo de resseguro - provisões técnicas	**150.720**	**103.797**
Prêmio de resseguro diferido	51.378	47.527
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	1.708	2.234
Provisão de Sinistros a Liquidar	76.911	30.580
Provisão de IBNR	14.706	20.073
Provisão de Despesas Relacionadas	2.356	3.103
Provisão de Despesas Relacionadas IBNR	3.661	280
Circulante	121.776	74.706
Não circulante	28.944	29.091
Passivo		
Passivo de operações com resseguradoras	**55.070**	**23.423**
Prêmio de resseguro cedido/liquidar	52.714	20.119
Prêmio de RVNE	2.356	3.304
Circulante	53.530	22.472
Não circulante	1.540	951

10.2 Composição de corretores de seguros e resseguros

Linhas de negócios	2021	2020
Compreensivo residencial	194	49
Compreensivo condomínio	1.255	717
Compreensivo empresarial	3.508	2.552
Lucros cessantes	659	421
Riscos de engenharia	1.557	966
Riscos diversos	4.821	5.145
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	613	53
Riscos nomeados e operacionais	5.544	3.381
R.C. Administradores e diretores D&O	802	683
R.C. Riscos Ambientais	33	30
R.C. Geral	3.337	2.629
R.C. Profissional	1.208	969
Transporte nacional	1.414	943
Transporte internacional	790	270
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	1	8
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	1.759	2.120
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	1.031	1.048
Garantia segurado - Setor público	2.745	2.205
Garantia segurado - Setor privado	992	449
Prestamista (coletivo)	176	328
Acidentes Pessoais	616	922
Vida em grupo	1.820	3.163
Seguro benf. e prod. agropecuários	614	(5)
Penhor rural	1.282	(9)
Prestamista (individual)	7.360	7.387
R.C. Facult para aeronaves -RCF	(1)	2
Aeronáuticos (cascos)	(62)	(51)
Resp. Civil Hangar	(1)	–
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	–	4
Microseguros de Pessoas	2.019	3.465
Microseguros de Danos	1.801	777
Viagem (Individual)	2	11
Viagem (Coletivo)	–	–
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	356	197
R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	27	15
Marítimos (Casco)	1.759	2.830
Funeral (coletivo)	1	1
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul	475	150
Funeral	220	48
	50.727	**43.872**
Circulante	47.279	41.696
Não circulante	3.448	2.176

10.3 Movimentações das provisões técnicas - Resseguro

2021

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)
Saldo no início do exercício	**47.526**	**2.235**	**30.580**	**20.073**	**3.103**	**280**
Constituição decorrentes de prêmios	99.774	–	–	–	–	–
Diferimento pelo risco decorrido	(95.923)	–	–	–	–	–
Aviso/reestimativa de sinistros	–	–	84.743	–	–	–
Pagamento de sinistros	–	–	(38.412)	–	–	–
Outras constituições	–	111.657	–	672.306	3.185	77.265
Outras reversões	–	(112.184)	–	(677.673)	(3.932)	(73.883)
Saldo no final do exercício	**51.377**	**1.708**	**76.911**	**14.706**	**2.356**	**3.662**

2020

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)
Saldo no início do exercício	**54.076**	**4.776**	**38.493**	**15.072**	**3.191**	**953**
Constituição decorrentes de prêmios	66.747	–	–	–	–	–
Diferimento pelo risco decorrido	(73.297)	–	–	–	–	–
Aviso/reestimativa de sinistros	–	–	11.347	–	–	–
Pagamento de sinistros	–	–	(19.260)	–	–	–
Outras constituições	–	131.815	–	652.337	3.475	11.364
Outras reversões	–	(134.356)	–	(647.336)	(3.563)	(12.037)
Saldo no final do exercício	**47.526**	**2.235**	**30.580**	**20.073**	**3.103**	**280**

11 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Linhas de negócios	2021	2020
Compreensivo residencial	170	29
Compreensivo condomínio	2.015	1.141
Compreensivo empresarial	4.059	3.088
Lucros cessantes	695	495
Riscos de engenharia	3.647	2.695
Riscos diversos	14.142	12.758
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	32.496	52.347
Riscos nomeados e operacionais	5.256	3.449
R.C. Administradores e diretores D&O	1.410	1.061
R.C. Riscos Ambientais	55	46
R.C. Geral	4.857	3.997
R.C. Profissional	1.845	1.349
Transporte nacional	768	454
Transporte internacional	420	39
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	341	211
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul	459	145
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	–	1
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	320	338
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	169	171
R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	15	13
Garantia segurado - Setor público	13.154	12.707
Garantia segurado - Setor privado	3.670	3.623
Funeral	2	1
Viagem (Pessoas Coletivo)	3	6
Prestamista (coletivo)	15	53
Acidentes Pessoais	16	203
Vida em grupo	624	947
Seguro benf. e prod. agropecuários	976	1
Penhor rural	2.058	1
Funeral	37	1
Viagem	1	4
Prestamista (individual)	2.203	2.660
Marítimos	2.391	4.391
R.C. Facult para aeronaves -RCF	–	2
Aeronáuticos (cascos)	–	6
Resp. Civil Hangar	–	2
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	–	3
Microseguros de Pessoas	644	1.015
Microseguros de Danos	589	130
Total	**99.522**	**109.585**
Circulante	74.849	88.309
Não circulante	24.673	21.276

(a) Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**184.981**
Comissões sobre prêmios	166.872
Recuperação de comissão	(3.460)
Diferimento pelo risco decorrido	(238.613)
Oscilação cambial	(195)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**109.585**
Comissões sobre prêmios	190.643
Recuperação de comissão	(5.284)
Diferimento pelo risco decorrido	(195.846)
Oscilação cambial	424
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**99.522**

12. IMOBILIZADO

(a) Composição

	Taxas anuais depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido
Equipamentos de informática	20	7.216	(4.768)	2.448	1.979
Móveis e utensílios	10	2.037	(750)	1.287	1.604
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	3.956	(1.242)	2.714	3.118
Imobilizações em curso		–	–	–	351
		13.209	**(6.759)**	**6.449**	**7.052**

(b) Movimentação do custo

	2020	Adições	Baixas	2021
Equipamentos de informática	5.972	1.325	(81)	7.216
Móveis e utensílios	2.378	309	(650)	2.037
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.970	–	(14)	3.956
Imobilizações em curso	351	–	(351)	–
	12.671	**1.635**	**(1.097)**	**13.209**

	2019	Adições	Baixas	2020
Equipamentos de informática	5.509	508	(45)	5.972
Móveis e utensílios	2.334	63	(19)	2.378
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.156	2.709	(895)	3.970
Imobilizações em curso	861	351	(861)	351
Outros Equipamentos - DPVAT	535	–	(535)	–
	11.395	**3.631**	**(2.355)**	**12.671**

(c) Movimentação da depreciação

	2020	Adições	Baixas	2021
Equipamentos de informática	3.993	851	(76)	4.768
Móveis e utensílios	774	199	(223)	750
Benfeitorias em imóveis de terceiros	852	396	(6)	1.242
	5.619	**1.445**	**(305)**	**6.759**

	2019	Adições	Baixas	2020
Equipamentos de informática	3.118	915	(40)	3.993
Móveis e utensílios	544	237	(7)	774
Benfeitorias em imóveis de terceiros	786	432	(366)	852
Outros Equipamentos - DPVAT	446	–	(446)	–
	4.894	**1.584**	**(859)**	**5.619**

13. INTANGÍVEL

(a) Composição

	Taxas anuais amortização %	Custo	Amortização acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido
Softwares	20	10.542	(9.841)	701	1.828
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	48.930	(16.607)	32.323	23.276
Acordo de Exclusividade (i)		200.761	(41.039)	159.722	127.175
Outros Intangíveis	20	4.546	–	4.546	7.128
Ágio na Transferência Carteira	20	1.011	(192)	819	–
		265.790	**(67.679)**	**198.111**	**159.407**

(i) Acordo de exclusividade na distribuição de seguros celebrado em setembro de 2016 com vigência inicial por dez anos ou até atingimento dos valores de prêmio emitido previstos em contrato, o que ocorrer primeiro, a partir do início das vendas: R$ 92.000, a amortização é feita de forma linear. O acordo de exclusividade foi estendido para 15 anos com previsão de término em 2032, para isso a seguradora aportou mais R$ 45.000 durante o exercício de 2021 (R$ 43.161 em 2020).

(b) Movimentação do custo

	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Softwares	10.542	–	–	–	10.542
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	33.124	–	–	15.806	48.930
Acordo de Exclusividade (i)	155.761	45.000	–	–	200.761
Outros Intangíveis	7.128	13.643	(419)	(15.806)	4.546
Ágio na Transferência Carteira	–	1.011	–	–	1.011
	206.555	**59.654**	**(419)**	–	**265.790**

	2019	Adições	Baixas	2020
Softwares	10.397	145	–	10.542
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	26.572	–	–	33.124
Acordo de Exclusividade (i)	112.600	43.161	–	155.761
Outros Intangíveis	7.500	7.187	(1.007)	7.128
Intangíveis DPVAT	253	–	(253)	–
	157.322	**50.493**	**(1.260)**	**206.555**

(c) Movimentação da amortização

	2020	Adições	Baixas	2021
Softwares	8.714	1.127	–	9.841
Outros Intangíveis	9.848	6.759	–	16.607
Acordo de Exclusividade (i)	28.586	12.453	–	41.039
Ágio na Transferência Carteira	–	192	–	192
	47.148	**20.531**	–	**67.679**

	2019	Adições	Baixas	2020
Softwares	7.516	1.198	–	8.714
Outros Intangíveis	5.046	4.802	–	9.848
Acordo de Exclusividade (i)	20.379	8.207	–	28.586
Intangíveis DPVAT	169	–	(169)	–
	33.110	**14.207**	**(169)**	**47.148**

14. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

2021

Danos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	Outras provisões	Total
Compreensivo residencial	71	179	405	241	12	3	–	911
Compreensivo condomínio	7.509	88	3.077	308	113	19	–	11.115
Compreensivo empresarial	21.250	1.359	18.362	1.726	156	70	–	42.923
Lucros cessantes	3.295	210	25.788	1.893	22	55	–	31.261
Riscos de engenharia	17.914	1.579	16.871	4.444	94	425	–	41.327
Riscos diversos	32.214	1.769	2.426	1.170	294	207	–	38.081
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	61.113	–	865	566	56	146	–	62.746
Riscos nomeados e operacionais	29.398	2.030	21.260	1.886	96	53	–	54.722
R.C. Administradores e diretores D&O	6.954	704	1.606	461	44	37	–	9.806
R.C. Riscos Ambientais	279	32	716	206	–	17	–	1.251
R.C. Geral	20.839	1.975	23.900	6.202	256	514	–	53.686
R.C. Profissional	6.889	765	9.229	1.508	180	149	–	18.722
Transporte nacional	2.824	415	2.457	179	159	26	–	6.059
Transporte internacional	1.080	282	1.972	190	124	36	–	3.684
Resp. Civil do Transportador de Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	1.286	165	1.631	104	74	14	–	3.274
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul	2.174	75	684	33	10	5	–	2.982
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	1	4	9	3	19	0	–	36
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	264	837	4.935	427	620	60	–	7.144
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	146	427	4.051	280	100	39	–	5.043
Resp. Civil do Transportador Aquaviário Carga - RCA-C	71	5	–	–	–	–	–	76
Garantia segurado - Setor público	58.964	2.209	227	2.502	32	974	–	64.908
Garantia segurado - Setor privado	15.604	981	683	6.596	272	2.568	–	26.704
Seguro benf. e prod. agropecuários	2.776	27	37	64	1	6	–	2.911
Penhor rural	5.652	60	91	16	1	1	–	5.822
Marítimos (Casco)	28.385	3.106	21.796	8.260	634	233	–	62.414
R.C. Facult para aeronaves -RCF	–	–	3.179	426	5	124	–	3.734
Aeronáuticos (cascos)	–	–	749	200	84	58	–	1.092
Resp. Civil Hangar	–	–	2.486	189	19	55	–	2.749
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	–	–	13	19	6	6	–	44
Microseguros de Danos	51	1.217	98	127	5	4	–	1.502
Total - danos	**327.005**	**20.499**	**169.604**	**40.227**	**3.490**	**5.905**	–	**566.731**

2021

Pessoas	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	Outras provisões	Total
Seguro funeral (Coletivo)	7	–	–	–	–	–	–	8
Viagem (Coletivo)	–	405	2.185	2.826	2	168	–	5.586
Prestamista (coletivo)	613	87	922	793	76	84	–	2.575
Acidentes Pessoais	29	12	18	21	2	1	–	83
Vida em grupo	95	2.156	12.877	3.193	1.055	641	–	20.017
Seguro funeral (individual)	5	81	24	93	1	–	–	204
Viagem	2.508	351	5.636	3.039	212	180	–	11.927
Prestamista (individual)	1.364	1.719	305	162	16	17	–	3.582
Microseguros de Pessoas	60	1.540	98	101	2	5	–	1.806
Total - pessoas	**4.681**	**6.350**	**22.065**	**10.229**	**1.367**	**1.096**	–	**45.787**
Total	**331.686**	**26.849**	**191.669**	**50.456**	**4.857**	**7.000**	–	**612.518**
Circulante	254.133	23.341	167.353	38.495	3.226	4.314	–	490.862
Não circulante	77.553	3.508	24.316	11.961	1.632	2.686	–	121.656

2020

Danos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	Outras provisões	Total
Compreensivo residencial	50	–	267	44	3	1	–	365
Compreensivo condomínio	4.431	72	1.073	69	87	1	–	5.733
Compreensivo empresarial	15.734	1.488	4.738	1.537	317	33	–	23.847
Lucros cessantes	2.123	335	3	13	2	–	–	2.476
Riscos de engenharia	13.337	2.254	37.394	6.452	164	211	–	59.812
Riscos diversos	27.353	2.814	2.761	1.753	289	382	–	35.352
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	93.616	–	3.912	4.326	133	466	–	102.453
Riscos nomeados e operacionais	19.229	1.303	12.498	1.347	35	29	–	34.441
R.C. Administradores e diretores D&O	5.208	714	2.888	237	23	5	–	9.075
R.C. Riscos Ambientais	224	28	–	–	–	–	–	252
R.C. Geral	16.746	2.632	21.482	9.075	189	193	–	50.317
R.C. Profissional	5.139	878	4.769	1.306	79	28	–	12.199
Transporte nacional	1.628	333	1.584	269	49	9	–	3.872
Transporte internacional	116	121	3.647	530	26	19	–	4.459
R. C. do Transportador de Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	909	19	511	65	25	2	–	1.531
R.C.Viag. Int. Pessoas - Carta azul	700	–	197	–	2	–	–	899
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	–	12	67	7	21	–	–	107
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	257	885	5.446	601	239	21	–	7.449
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	146	492	4.344	396	53	14	–	5.445
Resp. Civil do Transportador Aquaviário Carga - RCA-C	19	12	–	–	–	–	–	31
Garantia segurado - Setor público	60.856	3.048	3	15.383	15	101	–	79.406
Garantia segurado - Setor privado	15.181	446	133	1.709	113	10	–	17.592
Seguro benf. e prod. agropecuários	–	2	99	42	–	1	–	144
Penhor rural	1	3	–	–	–	–	–	4
Marítimos (Casco)	32.104	2.968	6.440	2.963	150	–	–	44.625
R.C. Facult. para aeronaves - RCF	4	11	4.521	438	55	12	–	5.041
Aeronáuticos (cascos)	–	38	1.712	680	168	18	–	2.616
Resp. Civil Hangar	15	9	1.300	287	9	8	–	1.628
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	1	17	677	95	81	3	–	874
Microseguros de Danos	45	227	57	181	–	4	–	514
Total - danos	**315.172**	**21.161**	**122.523**	**49.805**	**2.327**	**1.571**	–	**512.559**

2020

Pessoas	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	Outras provisões	Total
Seguro funeral (Coletivo)	4	–	–	–	–	–	–	4
Viagem (Coletivo)	–	175	6.181	2.113	–	–	–	8.469
Prestamista (coletivo)	44	123	1.902	421	17	–	–	2.507
Acidentes Pessoais	172	152	19	134	1	–	–	478
Vida em grupo	59	2.658	11.450	7.993	755	147	–	23.062
Seguro funeral (individual)	2	–	10	–	1	–	–	13
Viagem	752	611	4.997	4.838	3	–	–	11.201
Prestamista (individual)	1.716	1.989	367	2.287	7	–	–	6.366
Microseguros de Pessoas	9	2.331	15	283	1	–	–	2.639
Total - pessoas	**2.758**	**8.039**	**24.941**	**18.069**	**785**	**147**	–	**54.739**
Total	**317.930**	**29.200**	**147.464**	**67.874**	**3.112**	**1.718**	–	**567.298**
Circulante	248.892	25.930	121.058	54.886	2.347	1.452	–	454.565
Não circulante	69.038	3.270	26.406	12.988	765	266	–	112.733

14.1 Movimentação das Provisões Técnicas

2021

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	Outras provisões	Total
Saldo no início do exercício	**317.930**	**29.200**	**147.464**	**67.874**	**3.112**	**1.718**	–	**567.298**
Constituição decorrentes de prêmios	782.551	–	–	–	–	–	–	782.551
Prêmios cancelados e/ou restituídos	(89.751)	–	–	–	–	–	–	(89.751)
Prêmios cedidos em cosseguro	(30.416)	–	–	–	–	–	–	(30.416)
Diferimento pelo risco decorrido	(648.628)	–	–	–	–	–	–	(648.628)
Aviso de sinistros	–	–	206.543	–	–	–	–	206.543
Ajuste de estimativa de sinistro	–	–	92.586	–	18.884	–	–	111.470
Cancelamentos de sinistros	–	–	(13.903)	–	–	–	–	(13.903)
Sinistros cosseguro cedido	–	–	(14.555)	–	(417)	–	–	(14.971)
Pagamento de sinistro	–	–	(233.641)	–	(16.712)	–	–	(250.354)
Atualização/Correção Monetária	–	–	1.805	–	(9)	–	–	1.796
Sinistros DPVAT	–	–	–	–	–	–	–	–
Outras constituições	–	868.210	58.542	2.290.419	–	153.001	–	3.370.173
Outras reversões	–	(870.561)	(53.173)	(2.307.837)	–	(147.719)	–	(3.379.291)
Saldo no final do exercício	**331.686**	**26.849**	**191.669**	**50.456**	**4.857**	**7.000**	–	**612.518**

2020

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	Outras provisões	Total
Saldo no início do exercício	**421.748**	**29.507**	**147.809**	**135.104**	**5.372**	**1.763**	**873**	**742.176**
Constituição decorrentes de prêmios	644.458	–	–	–	–	–	–	644.458
Prêmios cancelados e/ou restituídos	(76.174)	–	–	–	–	–	–	(76.174)
Prêmios cedidos em cosseguro	(20.681)	–	–	–	–	–	–	(20.681)
Diferimento pelo risco decorrido	(651.421)	–	–	–	–	–	–	(651.421)
Aviso de sinistros	–	–	533.478	–	–	–	–	533.478
Ajuste de estimativa de sinistro	–	–	(337.733)	–	15.535	–	–	(322.198)
Cancelamentos de sinistros	–	–	(10.655)	–	–	–	–	(10.655)
Sinistros cosseguro cedido	–	–	(3.590)	–	(129)	–	–	(3.719)
Pagamento de sinistro	–	–	(173.810)	–	(17.680)	–	–	(191.490)
Atualização/Correção Monetária	–	–	2.140	–	14	–	–	2.154
Sinistros DPVAT	–	–	(8.666)	(77.670)	–	–	–	(86.336)
Outras constituições	–	1.053.874	64.887	2.295.774	–	47.926	–	3.462.461
Outras reversões	–	(1.054.181)	(66.396)	(2.285.334)	–	(47.971)	(873)	(3.454.755)
Saldo no final do exercício	**317.930**	**29.200**	**147.464**	**67.874**	**3.112**	**1.718**	–	**567.298**

14.2 Tabela de desenvolvimento dos sinistros ocorridos: A tabela abaixo demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos (excluindo DPVAT e IBNER) e as despesas relacionadas comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores:

Bruto de resseguro — Período de aviso do sinistro

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
No ano do aviso	–	–	–	24.626	113.829	201.719	258.351	242.083	185.048	257.226
Um ano após o aviso	–	–	–	22.809	110.649	206.312	243.540	258.752	205.458	–
Dois anos após o aviso	–	–	–	22.841	114.847	209.363	243.059	264.168	–	–
Três anos após o aviso	–	–	–	23.306	113.773	205.824	246.944	–	–	–
Quatro anos após o aviso	–	–	–	23.725	114.783	213.598	–	–	–	–
Cinco anos após o aviso	–	–	–	23.385	111.629	–	–	–	–	–
Seis anos após o aviso	–	–	–	24.191	–	–	–	–	–	–
Sete anos após o aviso	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos após o aviso	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos após o aviso	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

continua

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Total	201212	201312	201412	201512	201612	201712	201812	201912	202012	202112
Incorridos	1.323.214	–	–	–	24.191	111.629	213.598	246.944	264.168	205.458	257.226
(–) Pagos	1.132.587	–	–	–	22.722	109.840	207.895	236.786	243.711	182.660	128.973
Anterior a 2015											
Total da PSL	**190.628**	–	–	–	**1.468**	**1.790**	**5.702**	**10.158**	**20.457**	**22.798**	**128.254**

* Não é considerado na tabela os valores de IBNER e Consórcio DPVAT

** É considerado o valor de despesa relacionada

Líquido de resseguro

Período de aviso do sinistro	201212	201312	201412	201512	201612	201712	201812	201912	202012	202112
No ano do aviso	–	–	–	23.926	95.786	171.451	170.599	197.477	169.347	182.596
Um ano após o aviso	–	–	–	21.539	90.492	171.667	166.907	212.198	182.931	–
Dois anos após o aviso	–	–	–	22.141	91.840	176.420	168.900	217.242	–	–
Três anos após o aviso	–	–	–	22.606	91.614	176.839	171.328	–	–	–
Quatro anos após o aviso	–	–	–	23.025	91.787	177.002	–	–	–	–
Cinco anos após o aviso	–	–	–	22.685	91.222	–	–	–	–	–
Seis anos após o aviso	–	–	–	23.491	–	–	–	–	–	–
Sete anos após o aviso	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos após o aviso	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos após o aviso	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

	Total	201212	201312	201412	201512	201612	201712	201812	201912	202012	202112
Incorridos	1.045.812	–	–	–	23.491	91.222	177.002	171.328	217.242	182.931	182.596
(–) Pagos	933.951	–	–	–	22.022	89.849	174.306	161.996	207.656	168.519	109.603
Anterior a 2015											
Total da PSL	**111.861**	–	–	–	**1.468**	**1.373**	**2.696**	**9.331**	**9.586**	**14.413**	**72.994**

* Não são considerados na tabela os valores de IBNER e Consórcio DPVAT; ** É considerado o valor de despesa relacionada

14.3 Passivos contingentes: Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de negativa de pagamento de indenizações oriundos de itens não cobertos em apólices e/ou discordância em relação ao valor indenizado. De acordo com nosso departamento jurídico responsável pelos processos, a probabilidade de perda estava distribuída da seguinte forma.

Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial - Direto	Quantidade de ações		Valores de sinistros judiciais		Valor provisionado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Provável	264	226	7.957	4.612	6.366	3.690
Possível	301	263	35.750	40.350	14.300	16.140
Remota	452	347	74.620	105.119	7.462	10.512
Total	**1.017**	**836**	**118.327**	**150.081**	**28.128**	**30.342**

15. PROVISÕES JUDICIAIS

	Provisões judiciais		Depósitos judiciais	
	2021	2020	2021	2020
Cíveis	76	101	–	–
	76	**101**	–	–

Provisões trabalhistas: A Seguradora não possui ação trabalhista com probabilidade de perda provável e possível. **Provisões cíveis:** A Seguradora possui ações cíveis com probabilidade de perda possível e provável.

Movimentações das provisões judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–	101	101
Constituições	–	–	–
Reversões	–	–	–
Ajustes	–	(25)	(25)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	**76**	**76**

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

16.1 Apuração do imposto de renda e contribuição social

	IRPJ 2021	IRPJ 2020	CSLL 2021	CSLL 2020
Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição Social (CSLL) e da Participação nos Resultados	(6.161)	13.041	(6.161)	13.041
(–) Participação nos Resultados	(11.993)	(3.164)	(11.993)	(3.164)
Lucro/Prejuízo após participação nos Resultados (A)	**(18.154)**	**9.877**	**(18.154)**	**9.877**
Alíquota	25%	25%	20%	15%
IRPJ/CSLL Alíquota Nominal	**4.539**	**(2.469)**	**3.631**	**(1.482)**
Compensação de Prejuízo Fiscal	–	1.197	–	524
Diferenças Permanentes	(464)	(973)	(38)	63
Não constituído sobre diferenças temporárias	(1.123)	(548)	(899)	(329)
Não constituído sobre Prejuízo Fiscal	(2.952)	–	(2.694)	–
Incentivo Fiscal	–	104	–	–
Outros	–	24	–	–
Total IRPJ CSLL	–	**(2.664)**	–	**(1.224)**
Alíquota efetiva	**0%**	**26,97%**	**0%**	**12,39%**

16.2 Imposto de renda e contribuição social diferido ativo não constituído: A seguradora não constituiu IRPJ e CSLL diferido sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

	2021	2020
Prejuízos fiscais	360.467	348.744
Diferenças temporárias	23.337	18.844
Total	**383.804**	**367.588**
IRPJ e CSLL diferido não constituídos	153.522	147.035

16.3 Imposto de renda e contribuição social diferido Ativo/Passivo

	Ativo 2021	Passivo 2020
Imposto de renda diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	3.189	5.208
Contribuição social diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	1.913	3.124
Total	**5.102**	**8.332**

16.4 Composição dos créditos tributários e previdenciários

	2021	2020
Antecipação do IRPJ	626	3.975
Antecipação da CSLL	412	2.466
Outros Créditos Tributários e Previdenciários	1.077	880
PIS/COFINS Diferido sobre Provisão Sinistros a liquidar e IBNR	6.968	7.658
IRPJ a compensar	193	399
CSLL a compensar	225	215
PIS COFINS a compensar	–	124
Total	**9.501**	**15.717**
Circulante	2.115	7.320
Não circulante	7.386	8.397

16.5 Obrigações fiscais: PIS/COFINS: PIS/COFINS Receitas Financeiras: A AXA questiona judicialmente a exigibilidade das contribuições ao PIS e à COFINS tendo como base de cálculo as receitas financeiras oriundas da aplicação dos valores das reservas técnicas destinadas a garantir o pagamento de segurados. (Mandado de Segurança nº 5017447-31.2017.403.6100 - 7ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo (pasta 1.006)), atualmente os embargos de declarações foram rejeitados, mantendo assim o sobrestamento do feito. Efetivado o sobrestamento em 28/01/2020. Aguardando julgamento do Tema 372/STF tendo em vista o reconhecimento de repercussão geral sobre o tema. **Exclusão do PIS/COFINS sobre a própria base de cálculo:** A AXA questiona judicialmente excluir da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, as próprias contribuições, incidentes sobre os prêmios de resseguros emitidos, evitando o "cálculo por dentro" do PIS e da COFINS, bem como compensar os valores pagos nos últimos 5 (cinco) anos. (Mandado de Segurança nº 5011357-70.2018.403.6100 - 26ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo (pasta 1.012)), foi concedida liminar para suspensão do pagamento em 21/05/2018 e confirmada sentença de suspensão em 25/07/2018. Aguardando julgamento do tema 1.067/STF que está sendo discutido no RE nº 1.233.096 e que versa sobre a constitucionalidade da inclusão da COFINS e do PIS nas próprias bases e está pendente de julgamento. **Afastar exigibilidade do PIS e COFINS-Importação:** A AXA questiona judicialmente afastar a exigibilidade do crédito tributário das contribuições do PIS e COFINS - Importação sobre as remessas de prêmio de seguros, resseguro e retrocessão as empresas resseguradoras localizadas no exterior, bem como compensar os valores pagos nos últimos 5 (cinco) anos. (Mandado de Segurança nº 5014599-37.2018.403.6100 - 12ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo (pasta 1.016). Indeferida liminar, interposto recurso de agravo de instrumento, aguardando manifestação do Ministério Público. **Exclusão das comissões de corretagem da base de cálculo do PIS/COFINS:** A AXA questiona judicialmente afastar a exigibilidade do crédito tributário das contribuições ao PIS e à COFINS sobre serviços de corretagem, bem como compensar os valores pagos nos últimos 5 (cinco) anos. (Mandado de Segurança 5021051-63.2018.403.6100 - 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São Paulo (pasta 1.020), Liminar indeferida em 08/2018, interposto recurso de apelação em 06/2020. Em 22/07/20 a União Federal apresentou contrarrazões ao recurso de apelação. Em 18/09/20 os autos foram remetidos ao TRF. Em 23/09/20 o MP apresentou manifestação requerendo o regular prosseguimento do feito e o processo foi concluso ao Desembargador Relator. Em 28.10/21 o Relator negou provimento ao recurso de apelação. Em 17/11/21 foi interposto agravo interno para que o processo seja levado e julgado pela Turma. Em 01/12/21 a União Federal apresentou contrarrazões ao agravo interno e os autos foram conclusos para decisão. **Exclusão do IRRF da Base de cálculo do PIS/COFINS Importação:** A AXA questiona judicialmente excluir da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, a base reajustada de preços para fins de incidência de IRRF sobre a remessa de valores para o exterior, bem como compensar os pagamentos indevidos efetuados nos últimos cinco anos. (Mandado de Segurança 5001170-66.2019.403.6100 - 25ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São Paulo), liminar indeferida, em 14/02/2020 juntado parecer do Ministério Público opinando pelo provimento do recurso de apelação. Em 13/04/2020 autos conclusos aguardando decisão. **PIS/COFINS Receita de Oscilação Cambial:** A AXA questiona judicialmente excluir da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, a receita decorrente da variação cambial atrelada às despesas, bem como compensar os pagamentos indevidos efetuados nos últimos cinco anos. (Mandado de Segurança 5005467-19.2019.403.6100 - 12ª Vara Federal da Subseção Judiciária de São Paulo). Deferida Liminar em 04/2019. Em 03/03/2020 protocolada contrarrazões de apelação. Em 09/03/2020 os autos foram remetidos ao TRF. Aguardando julgamento. **Suspensão do Sistema S:** A AXA questiona judicialmente a limitação de vinte salários-mínimos para a base de cálculo do Incra e Salário Educação a partir da emenda constitucional nº 33/2001, tendo em vista a inconstitucionalidade desta exação por aplicar como base de cálculo a folha de salários. Tivemos Liminar deferida para suspensão da base de cálculo em 20 salários-mínimos. Em 28/04/2020 o Impetrado apresentou manifestação. Em 01/06/2020 os autos foram conclusos para decisão de manter a suspensão. Aguardando continuidade do processo. Em 13/02/21 despacho sobrestando o feito tendo em vista que há recurso submetido à sistemática dos recursos repetitivos para definir "se o limite de 20 (vinte) salários-mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo de contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros.", que será analisado nos Recursos Especiais nº 1.898.532/CE e 1.905.870/PR, vinculado ao Tema nº 1.079.

17. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2021	2020
Fornecedores	1.857	4.576
Participações no Lucro	12.217	16.828
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	66	63
Contas a pagar - Partes Relacionadas - Nota explicativa 23	171	–
Outras contas a pagar	16.293	12.058
Total	**30.604**	**33.525**

18. ENCARGOS TRABALHISTAS

	2021	2020
Encargos sociais a recolher	1.809	2.133
Férias a pagar	5.106	6.000
Total	**6.915**	**8.133**

19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os principais valores de prêmios recebidos e ainda não alocados se referem principalmente aos produtos de seguro de vida em grupo, seguro viagem e garantia estendida, referente emissão direta e cosseguro aceito.

	2021	2020
Emissão direta	325	3.424
Cosseguro aceito	1.187	157
Outros depósitos	363	373
Total	**1.875**	**3.954**
AGING	**2021**	**2020**
Até 30 dias	622	3.629
de 31 a 60 dias	375	70
de 61 a 90 dias	117	35
de 91 a 180 dias	691	153
de 181 a 365 dias	36	37
Maior que 365 dias	34	30
Total	**1.875**	**3.954**

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O capital social está representado pelo valor de R$ 707.288 (R$ 663.988 em dezembro de 2020), totalizando pela quantidade de 4.573.066.877 ações ordinárias (3.985.049.037 em dezembro de 2020), nominativas, e sem valor nominal. A empresa aumentou o seu capital em R$ 43.300 no exercício. Em atendimento à Resolução CNSP Nº 321/2015, a Seguradora encontra-se adequada quanto ao capital mínimo requerido, conforme demonstrado no item (e). **(b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **(c) Dividendos:** O estatuto social da Seguradora assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Do resultado do exercício são deduzidos, antes de qualquer destinação, a reserva legal e lucros ou prejuízos acumulados. **(d) Juros sobre o capital próprio:** Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas demonstrações financeiras como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado do exercício. **(e) Patrimônio líquido ajustado, margem de solvência e capital mínimo requerido:** A seguradora apurou capital mínimo requerido, a partir das regras estabelecidas pela Resolução CNSP Nº 321/2015.

Descrição	2021	2020
Patrimônio líquido	315.384	240.835
Ajustes contábeis	(199.480)	(124.783)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	14.553	–
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	–	–
50% dos intangíveis ref. a contratos de ponto de venda, até 15% do CMR	–	11.775
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**130.457**	**127.827**
Patrimônio líquido ajustado nível 1	115.904	–
Patrimônio líquido ajustado nível 2	14.553	–
Patrimônio líquido ajustado nível 3	–	–
Capital base (CB)	**8.100**	**15.000**
Capital de risco de crédito	10.562	7.627
Capital de risco de subscrição	80.350	67.920
Capital de risco operacional	3.895	3.965
Capital de risco de mercado	9.150	8.000
Benefício da diversificação	(11.090)	(9.012)
Capital de risco (CR)	92.867	78.500
Capital mínimo requerido (maior entre CB e CR)	**92.867**	**78.500**
Suficiência do PLA em relação ao CMR - R$	37.590	49.327
Suficiência do PLA em relação ao CMR - %	40%	63%

21. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

(a) Prêmios ganhos	2021	2020
Prêmios emitidos diretos	639.425	507.093
Prêmios de cosseguro aceito de congênere	53.375	61.190
Prêmios de cosseguro cedido a congênere	(30.416)	(20.681)
Prêmios de risco vigente e não emitido	(2.727)	13.591
Variação das provisões técnicas	(15.558)	102.674
Prêmios ganhos	**644.099**	**663.867**

(b) Sinistros ocorridos	2021	2020
Indenizações avisadas	(290.527)	(183.580)
Despesas com sinistros	(18.884)	(15.535)
Salvado e ressarcimento	6.142	6.002
Recuperação sinistros - cosseguro cedido	14.971	3.718
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	18.083	(10.440)
Provisão despesa relacionada - IBNR	(5.950)	45
Serviço de assistência	(6.899)	(9.446)
Total	**(283.064)**	**(209.236)**

(c) Custos de aquisição	2021	2020
Comissão sobre prêmio emitido	(86.358)	(66.984)
Comissão sobre risco vigente não emitido	2.153	(4.692)
Comissão sobre prêmio cosseguro aceito	(6.718)	(6.567)
Comissão de agenciamento	(404)	(529)
Recuperação de comissão de cosseguro cedido	5.284	3.460
Pró labore	(104.600)	(88.101)
Outros custos de aquisição	(5.144)	(2.301)
Variação despesa de comercialização diferida	(5.809)	(75.396)
Total	**(201.596)**	**(241.110)**

(d) Resultado com resseguro	2021	2020
Receita com resseguro		
Indenizações avisadas	88.618	11.775
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(5.368)	5.002
Provisão despesa relacionada - IBNR	3.381	(675)
	86.631	**16.102**
Despesa com resseguro		
Prêmios cedidos	(88.551)	(61.654)
Variação das provisões técnicas	3.137	(8.945)
Salvados e ressarcimento	(195)	(1.225)
Total	**(85.609)**	**(71.824)**
Total	**1.022**	**(55.722)**

(e) Outras receitas e despesas operacionais	2021	2020
Outras receitas		
Outras receitas com operações de seguros	1.454	5.691
Outras receitas	–	407
Outras despesas		
Lucros atribuídos	(8.193)	(4.755)
Provisão de redução ao valor recuperável	(2.924)	4.759
Outras despesas	(6.692)	(4.079)
Total	**(16.355)**	**2.023**

(f) Despesas administrativas	2021	2020
Pessoal próprio	(76.292)	(78.070)
Serviços de terceiros	(35.993)	(27.693)
Localização e funcionamento	(34.045)	(32.434)
Publicidade e propaganda	(6.765)	(4.646)
Publicações	(168)	(167)
Donativos e contribuições	(113)	(188)
Outras despesas	(1.304)	(2.195)
Total	**(154.680)**	**(145.393)**

(g) Despesas com tributos	2021	2020
Impostos municipais/federais	(589)	(1.137)
Cofins	(16.658)	(19.997)
PIS	(3.847)	(4.140)
Taxa de fiscalização	(3.344)	(3.189)
Outros tributos	(1.015)	(1.132)
Total	**(25.453)**	**(29.595)**

(h) Resultado financeiro	2021	2020
Receitas títulos privados	45	28
Receitas títulos públicos	30.154	27.533
Operações de seguros	14.560	5.777
Outras receitas/(despesas)	(14.770)	(4.839)
Total	**29.989**	**28.499**

22. RAMOS DE ATUAÇÃO

	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade %		Índice de comissionamento %	
Linhas de negócio	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Compreensivo residencial	2.072	2.000	49	14	33	33
Compreensivo Condomínio	10.438	4.588	81	95	29	28
Compreensivo Empresarial	33.722	32.807	127	29	20	21
Lucros Cessantes	4.332	4.415	704	(10)	20	17
Riscos de Engenharia	15.680	17.092	67	44	19	16
Riscos Diversos	69.319	69.210	14	24	45	46
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	76.444	160.334	1	9	57	58
Riscos Nomeados e Operacionais	42.068	32.152	67	42	19	19
Satélites	–	–	–	–	–	–
R.C. Administradores e diretores D&O	12.468	9.837	(3)	27	18	18
R.C. Riscos Ambientais	516	421	184	–	18	20
R.C. Geral	30.858	29.961	36	46	22	20
R.C. Profissional	11.844	10.702	81	85	24	21
DPVAT	–	–	–	–	–	–
Transporte Nacional	18.198	13.293	42	31	22	22
Transporte Internacional	12.679	6.349	7	43	30	29
Resp. Civil do Transportador de Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	7.894	3.588	55	30	22	23
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	130	265	85	202	33	23
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	37.932	32.759	47	52	24	25
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	19.113	16.790	49	35	26	25
Resp. Civil do Transportador Aquaviário Carga - RCA-C	162	206	0	–	54	34
Stop Loss	–	–	–	–	–	–
Garantia Segurado - Setor Público	30.524	31.474	(38)	29	20	20
Garantia Segurado - Setor Privado	10.306	9.555	81	(42)	22	22
Seguro Funeral	10	6	35	–	25	27
Viagem (Coletivo)	10.532	10.226	53	101	16	2
Prestamista (coletivo)	1.003	1.652	134	61	26	41
Acidentes Pessoais	136	2.481	(40)	5	(30)	61
Vida em grupo	27.266	29.140	73	49	29	31
Seguro benf. e prod. agropecuários	674	(41)	14	(200)	34	23
Penhor Rural	1.444	(10)	12	(1.465)	34	(0)
Seguro Funeral (Individual)	2.497	1.476	18	11	42	43
Viagem (Individual)	11.627	9.335	109	316	(0)	(1)
Prestamista (Individual)	46.936	54.325	(1)	15	57	54
R.C. Facult. para aeronaves -RCF	(1)	496	(2.093)	484	(17)	15
Aeronáuticos (cascos)	(15)	1.254	(6.561)	(127)	15	15
Resp. Civil Hangar	11	607	11.255	(187)	(1)	14
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	(6)	1.751	11.364	28	19	19
Microsseguros de Pessoas	20.526	21.985	31	13	36	41
Microsseguros de Danos	17.787	13.937	1	1	45	47
R.C.Transp. em Viagem Internacional pessoas transportadas ou não - Carta Azul	2.169	868	51	38	20	22
Marítimos (Casco)	54.800	26.583	80	51	10	13
Resp. Civil do Transportador Ferroviário Carga - RCTF-C	–	–	–	–	–	–
Total	**644.099**	**663.867**	**44**	**32**	**31**	**36**

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a)Transações com partes relacionadas: A Seguradora efetua transações comerciais com partes relacionadas que são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo	**32.393**	**19.648**
Outros créditos a receber	**410**	**1.528**
AXA XL Seguros Brasil S.A.	171	–
AXA XL Resseguros Brasil S.A.	11	–
AXA Corporate Solutions Seguros S.A.	–	1.242
AXA Consultoria, Intermediação de Serviços e Negócios no Brasil Ltda.	228	286
Ativos de resseguros	**31.983**	**18.120**
AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Resseguros S.A.	10.897	17.344
XL Resseguros Brasil S.A	235	142
XL Insurance Company SE	625	634
Axa Global Re	20.227	–
Passivo	**(18.698)**	**(10.378)**
Débitos de operações de resseguros	**(14.488)**	**(4.936)**
AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Resseguros S.A.	1.913	(4.261)
XL Resseguros Brasil S.A.	–	(157)
AXA Global RE	(16.401)	(518)
Contas a pagar	**(4.210)**	**(5.442)**
AXA Regional	(1.463)	(1.476)
AXA GIE	–	(2.460)
AXA Group Solutions	(1.176)	(803)
AXA S.A.	(1.272)	(569)
AXA Tech	(128)	(135)
AXA XL Seguros Brasil S.A.	(102)	–
AXA XL Resseguros Brasil S.A.	(69)	–
Total	**13.694**	**9.270**

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita	**398**	**24.090**
Operações com seguradoras	–	–
Sinistro de resseguro cedido	**(1.434)**	**4.599**
AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Resseguros S.A.	(2.190)	4.943
XL Insurance Company SE	(7)	94
XL Resseguros Brasil S.A.	763	(438)
Recuperação despesas administrativas	**1.832**	**19.491**
AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Resseguros S.A.	7	25
AXA XL Resseguros Brasil S.A.	130	
AXA Corporate Solutions Seguros S.A.	–	18.011
AXA XL Seguros Brasil S.A.	327	537
AXA Consultoria, Intermediação de Serviços e Negócios no Brasil Ltda.	1.368	918
Despesa	**(24.830)**	**(16.236)**
Prêmio de resseguro cedido	**(15.836)**	**(1.762)**
AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Resseguros S.A.	519	(1.087)
AXA Global RE	(16.355)	(518)
XL Resseguros Brasil S.A.	–	(157)
Rateio de despesas administrativas	**(8.994)**	**(14.474)**
AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Resseguros S.A.	(198)	(13)
AXA Corporate Solutions Seguros S.A.	(41)	(3.451)
AXA XL Seguros Brasil S.A.	(154)	–
AXA de Todo Coração	(5)	–
AXA Regional	(5.760)	(5.389)
AXA S.A.	(715)	(369)
AXA Tech	(40)	(906)
AXA Group	(869)	(505)
AXA GIE	(46)	(2.629)
XL Seguros S.A.	–	(1.212)
XL Brazil Holdings	(1.166)	–
Total	**(24.432)**	**7.854**

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração (Presidência e Diretoria) para o exercício de 2021 foi de R$ 9.969 (R$ 6.915 em 2020). **(c) Seguros:** É política da Seguradora em manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes da Seguradora.

continua

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

→☆ continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Erika Medici Klaffke	Christophe Stephane Knaub	Melina Andrea Cotlar	Gregory Anton Foulger

DIRETORIA

Erika Medici Klaffke	Igor Di Beo	Alexander Galli

Rodrigo da Silva Oliveira
Contador CRC - 1SP262494/O-9

Marcella de Assis Barros
Atuário Responsável Técnico - MIBA 2527

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da **AXA Seguros S.A.** São Paulo - SP. **Escopo da Auditoria Atuarial:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **AXA Seguros S.A.** ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da **AXA Seguros S.A.** é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da **AXA SEGUROS S.A.** são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **AXA SEGUROS S.A.** em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.
Joel Garcia - Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, nº 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, Torre A.
CEP 04711-904
São Paulo - SP - Brasil

Anexo I
AXA Seguros S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2021
Total de provisões técnicas auditadas	**612.518**
Total de ativos de resseguro	**150.720**
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	**8.168**
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2021**
Provisões Técnicas auditadas (a)	612.518
Valores redutores auditados (b)	306.633
Total a ser coberto (a-b)	**305.885**
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2021**
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	92.867
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**92.867**
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2021**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	130.457
Ajustes Econômicos do PLA	14.553
Exigência de Capital (CMR) (b)	92.867
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	**37.590**
Ativos Garantidores (d)	382.920
Total a ser Coberto (e)	305.885
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	**77.034**
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	**31/12/2021**
0114, 0115, 0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0195, 0196, 0234, 0274, 0310, 0313, 0351, 0378, 0435, 0621, 0622, 0628, 0632, 0638, 0644, 0652, 0654, 0655, 0656, 0743, 0775, 0776, 0929, 0969, 0977, 0980, 0982, 0984, 0987, 0990, 0993, 1130, 1162, 1329, 1369, 1377, 1380, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391, 1433, 1528, 1535, 1537, 1597, 1601	3.500

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO 2021

O Comitê de Auditoria ("Comitê"), instituído pelo Estatuto Social da Axa Seguros S.A. ("Companhia"), nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432/2021, e em conformidade com as práticas de governança do Grupo Axa e seu regimento interno, é formado por 3 (três) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, e aprovados pela Portaria SUSEP/DIORG nº 1.089/2018. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e das funções de segunda linha defesa. As competências do Comitê contemplam, ainda, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de monitoramento. O Comitê atua por meio de reuniões regulares e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e pelos controles internos, da auditoria interna, dos auditores independentes e nas suas próprias análises. O Comitê mantém canal de comunicação regular com os auditores internos e independentes para avaliação do escopo, qualidade e resultado de seus trabalhos. Em 2021, o Comitê de Auditoria se reuniu por oito vezes e promoveu entrevistas com a Diretora Presidente e demais Diretores, bem como realizou encontros periódicos com gestores de diversas áreas operacionais da Companhia e da auditoria interna, gestão de riscos e *compliance* e ouvidoria, bem como com os auditores independentes. O Comitê de Auditoria analisou as demonstrações financeiras do exercício 2021 em reuniões com a área financeira, a área atuarial e a auditoria independente Mazars Auditores Independentes, e deu-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados. O Comitê não registrou, em relação ao exercício de 2021, qualquer denúncia de descumprimento de normas, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência ou evidência de falhas ou erros que colocassem em risco a sua continuidade. Com base nas revisões e discussões havidas, no relato constante em notas explicativas e no parecer dos auditores independentes, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício de 2021.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022
Assizio Aparecido de Oliveira
Josemar Costa Silva
Paulo Miguel Marraccini

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **AXA Seguros S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da AXA Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AXA Seguros S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

mazars
Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC 1SP191325/O-0

Petrobras pode celebrar hoje; amanhã, não

Lucro de petroleiras motivado pela valorização nos preços não irá afrouxar transição para energias renováveis

ANÁLISE

Rodrigo Tavares
Fundador e presidente do Granito Group; professor catedrático convidado na Nova School of Business and Economics, em Portugal. Nomeado Young Global Leader pelo Fórum Econômico Mundial, em 2017

Os anúncios públicos de lucros históricos das petroleiras, feitos ao longo deste mês, têm deixado militantes da sustentabilidade desassossegados.

A Petrobras fechou 2021 com lucro anual recorde de R$ 106,6 bilhões; a Galp Energia, de € 457 milhões (R$ 2,59 bi); a Shell, de US$ 19,3 bilhões (R$ 96,7 bi); a BP, de US$ 12,8 bilhões (R$ 64,1 bi), e a russa Rosneft pagará o maior volume de dividendos da sua história.

O SPDR S&P Oil & Gas Exploration & Production ETF, um índice que junta as maiores empresas de petróleo e gás, teve um desempenho extraordinário de 67% em 2021. Para quem é investidor em combustíveis fósseis, o Carnaval chegou mais cedo.

Esse repasto, motivado pela alta do preço do petróleo, não deverá, contudo, afrouxar a transição energética dessas companhias. Por cinco razões.

1) A demanda por petróleo deve atingir o planalto em até 15 anos, à medida que avançam a produção de energias renováveis, a eficiência das baterias automotivas, a tecnologia de novas fontes de energia (como hidrogênio ou querosene verdes) e a consciência ambiental.

Tudo isso demanda que as petroleiras se preparem para a descarbonização e se tornem maioritariamente empresas de energia renovável. A maioria já anunciou investimentos obesos em renováveis. São precisos recursos; o caixa gerado em 2021 irá ajudar.

2) Com a crescente obrigatoriedade de as empresas listadas reportarem centenas de dados associados às suas práticas ESG, abrir-se-à uma nova alameda para a litigação. Depois de a Exxon Mobil e a Shell terem sido alvo de carnudos processos jurídicos, a tendência é que acionistas e ONGs usem os novos dados públicos para verificarem se há discrepância entre o que tem sido anunciado e o que é entregue na área ambiental e social. A pressão da lei será maior que a da moralidade.

Empresas com menor sustentabilidade ambiental ou social também têm um risco regulatório mais expressivo, bem como uma adaptação mais lenta e cara às próximas mudanças regulatórias. Desde 2000 as petroleiras já pagaram US$ 53,4 bilhões (R$ 267,7 bi) em multas (Good Jobs First, 2022). Atualmente, em fevereiro de 2022, existem 2.545 leis e políticas climáticas em nível mundial (LSE), tendo 38 sido adotadas no Brasil.

3) Petroleiras que negligenciem riscos climáticos são empresas com menor valor de mercado. Um estudo da Schroders mostra que as que operam em petróleo e gás têm os maiores custos potenciais para segurarem seus ativos contra o impacto das alterações climáticas físicas. O valor dessas empresas pode cair 4,5% se os temas climáticos não forem devidamente endereçados.

4) O custo de capital (dívida e equity) de empresas não sustentáveis é superior —cerca de 0,5% para empresas na área de energia. A academia tem sido consensual nesse domínio (por exemplo: Yasser Eliwa, Ahmed Aboud, Ahmed Saleh, 2021).

5) Finalmente, a recente volatilidade no preço do petróleo, ainda que tenha gerado lucros de curto prazo, sinaliza que as petroleiras devem adotar estratégias mais resilientes ao nervosismo temporário. Petróleo e gás não são investimentos de longo prazo. Soluções de baixo carbono, sim.

Nesse contexto, a Petrobras tem razões para celebrar? A curto prazo, sim. O mercado reagirá positivamente e a diretoria da empresa será louvada por sua aparente competência. Mas a Petrobras tem mostrado dificuldades em se esculpir em empresa de baixo carbono e em se preparar para a descarbonização.

O novo plano estratégico da empresa para o quinquênio de 2022 a 2026 amplia a aposta nos fósseis. De um total de investimentos estimado em US$ 68 bilhões (R$ 340,9 bi), 84% irão para a exploração e produção de petróleo —alta de 23% em relação ao plano anterior. Apenas US$ 1,8 bilhão (R$ 9 bi) será investido na descarbonização da sua atividade. Na direção oposta, a portuguesa Galp decidiu abandonar novas prospecções de petróleo e gás a partir de 2022.

A Petrobras anunciou também que sua transição para uma economia de baixo carbono está baseada na modernização de refinarias para a produção de combustíveis com menos emissões de gases de efeito estufa. É muito pouco. Também não tem ajudado a volatilidade governativa da Petrobras desde a sua fundação, em 1953. A empresa já teve 39 CEOs, ou seja, um novo líder a cada 20 meses. E apenas uma mulher. Apesar do anúncio de hoje, os investidores de longo prazo que ainda têm a Petrobras no seu portfólio continuam não tendo razões para celebrar.

IPCA-15 tem maior alta para janeiro desde 2016

RIO DE JANEIRO Pressionada pelas despesas com educação, alimentação e transportes, a inflação medida pelo IPCA-15 subiu 0,99% em fevereiro, informou nesta quarta-feira (23) o IBGE.

Trata-se da maior variação para o mês desde 2016 (1,42%). O resultado sinaliza uma aceleração ante janeiro. No mês passado, a alta fora de 0,58%.

A taxa de fevereiro ficou acima das expectativas do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam avanço de 0,87%.

Com a entrada do novo dado, o IPCA-15 acumulou alta de 10,76% em 12 meses até fevereiro. A expectativa do mercado era um avanço de 10,63%. O acumulado estava em 10,20% até janeiro.

"É um cenário que continua ruim, com inflação persistente e mais disseminada. O quadro deve continuar assim pelo menos no primeiro trimestre do ano", avalia o economista Luca Mercadante, da Rio Bravo Investimentos.

"Temos uma inflação que segue pressionada na margem. Ainda não vemos sinais de trégua", afirma a economista Júlia Passabom, do Itaú Unibanco.

De acordo com o IBGE, 8 dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados no IPCA-15 tiveram alta de preços em fevereiro. A maior variação (5,64%) e o maior impacto (0,32 ponto percentual) vieram do segmento de educação.

Na sequência de educação, aparece o grupo alimentação e bebidas, que avançou 1,20%, com impacto de 0,25 ponto percentual no IPCA-15. O segmento acelerou ante o mês anterior (0,97%).

Já os combustíveis, também dentro de transportes, registraram estabilidade em fevereiro. **Leonardo Vieceli**

Inflação mantém fôlego

IPCA-15 no acumulado de 12 meses

Em %

12
10
8
6
4
4,3
10,76
jan.2021
fev.2022

Fonte: IBGE

Cai chuva, cai o dólar, inflação sobe

Crise da eletricidade passa, real se valoriza, mas preços ainda fervem por vários motivos

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

As represas das usinas hidrelétricas não tinham tanta água em fevereiro desde 2014, quando passaram a ocorrer secas horríveis, com risco de racionamento e conta de luz cara. O dólar cai desde o início do ano, mas é cedo para haver refresco nos preços, ainda que a valorização do real possa conter reajustes dos combustíveis, a curtíssimo prazo. A inflação alta ainda vai longe, no ritmo de pelo menos 9% ao ano até junho.

Não é registro de mera aritmética econômica. A inflação tem efeito direto na veia da política. É um dos motivos pelos quais Jair Bolsonaro e comparsas tentam inventar medidas para agradar a tais e quais grupos, limitados, mas que talvez rendam votos suficientes para garantir uma vaga no segundo turno.

Quanto à inflação, apesar das chuvas, do alívio na eletricidade e da surpresa grande e agradável da baixa recente do dólar, a coisa vai mal ainda.

Não aconteceu a baixa do preço de commodities (coisas como petróleo, grãos, minérios). A safra recorde de grãos murchou por causa da seca no Sul, com perdas na soja e problemas no milho e no arroz, o que também encarece óleos e rações, o que bate no preço das carnes.

É possível que a situação ainda piore, por causa da guerra ou quase-guerra na Ucrânia, que afeta preços de petróleo, gás natural, grãos e óleo de cozinha, pelo menos. A inflação de alimentos no Brasil voltou a dar uma piorada também por causa das chuvas que prejudicaram as hortas.

Os preços da indústria continuam pressionados, como diz o clichê de mercado, por causa do dólar muito caro até dezembro e pela persistente escassez mundial de insumos. Os problemas de abastecimento das fábricas demoram a passar até por causa da ômicron, de que pouco e cada vez menos se fala, mas que provoca distúrbios econômicos e mata muita gente (mais de 800 pessoas por dia no Brasil, mas esquecemos desse assunto).

O IPCA-15 foi a 10,8% ao ano em fevereiro (taxa em últimos 12 meses dessa versão do IPCA que mede a variação de preços de meados de um mês a meados do mês seguinte). A inflação de alimentos, que chegou a 19% ao ano em fevereiro de 2021, subia mais devagar, mas voltou a acelerar para 9,5% em fevereiro.

Bolsonaro e cúmplices tentam se virar. O governo federal tentou faturar o reajuste previsto de mais de 33% para professores do ensino básico. Vai tentar passar esse saque de R$ 1.000 do FGTS, o que alivia a vida de uns 40 milhões. A renegociação do Fies (o financiamento público de mensalidade de faculdade privada) começa em março e pode ajudar 1 milhão de estudantes (ou ex-estudantes).

Parece que foram para a gaveta as ideias desastrosas de reduzir impostos de combustíveis ao custo de dezenas de bilhões, mas deve haver alguma redução de imposto, para o diesel e para produtos industrializados. Sabe-se lá se ou quando tais cortes de tributos vão chegar aos preços, mas é uma tentativa que o demagogo pode alardear.

Mais que isso, a redução de impostos pode até resultar em algum pequeno estímulo econômico, embora não se saiba na mão de quem esse dinheiro vá cair. Se aparecer também o dinheiro do FGTS, mais um tico de ajuda.

É tudo muito pouco e sujeito aos solavancos grandes que virão ao longo do ano—ainda pode haver guerra feia, ainda haverá aumento de taxas de juros nos EUA, a campanha eleitoral pode balançar dólar e juros por aqui, a depender dos disparates que vamos ouvir na campanha.

É pouco, ressalte-se. Mas, por ora, Bolsonaro joga para perder de pouco no primeiro turno. Indo para o segundo, fica viva inclusive a oportunidade de promover um tumulto golpista.

CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema
Aviso de alteração. Ref. Pregão Eletrônico 008/2022 - Proc. 008/2022. Registro de Preços para compra eventual de mobiliário escolar destinado a 24 municípios consorciados ao CIVAP. Comunica alteração ocorrida no Termo de Referência. A sessão pública será realizada na plataforma eletrônica (Sistema Eletrônico FIORILLI) http://licita.civap.com.br:8079/comprasedital e sua abertura dar-se-á no dia 23 (vinte e três) de março de 2022 a partir das 09h00m. Edital modificativo e de origem disponíveis em www.civap.com.br - aba "licitações". Informações: licita@civap.com.br ou (18) 3323-2368. Assis, 23 de fevereiro de 2022. Oscar Gozzi - Presidente

EDITAL - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO SENALBA/SP - Edital Convocatório - Pelo presente Edital ficam convocados todos os trabalhadores em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional representados pelo Sindicato supra, integrantes do quadro associativo da entidade para participarem de Assembleia Extraordinária, a ser realizada no dia 12 de março de 2022, às 10:00 horas, à Alameda Jáu, 1.303 - CJ.62 - Jd. Paulista - São Paulo, para deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: a) Leitura e discussão da ata da assembleia anterior; b) Leitura, discussão e deliberação de proposta da diretoria para encerramento dos CNPJs 61.002.267/0004-55 e 61.002.267/0008-89 das filiais inativas, localizada na Cidade de Santos e na Rua Genebra em São Paulo - SP. c) Abertura do CNPJ para a Colônia de Férias, localizada à Rua Amadeu Danilo Munhoz, 75 - Jd. Porto Novo - Caraguatatuba - SP, CEP 11.667-720, e abertura do CNPJ para nova filial, localizada à Alameda Jaú, 1.303 - Cj - 62 - Jd. Paulista - São Paulo - SP, CEP 01.420-005, promovendo o registro junto a Receita Federal para obtenção dos CNPJs. d) autorização para a diretoria da entidade promover os devidos registros nos órgãos competentes; Não havendo na hora acima indicada número legal de trabalhadores para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada uma hora após, ou seja, às 11:00 horas, no mesmo dia e local, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes. São Paulo, 24 de fevereiro de 2022. **Luiz Guedes da Conceição Aparecida** - Presidente.

Relator faz concessões em projeto de jogos de azar, e evangélicos confiam em veto de Bolsonaro

Fabio Serapião e Danielle Brant

SÃO PAULO E BRASÍLIA O relator do projeto de jogos de azar, deputado Felipe Carreras (PSB-PE), fez nesta quarta-feira (23) uma série de concessões para tentar diminuir a resistência e votar o texto.

No entanto, Carreras fracassou em obter o apoio da oposição e de grupos religiosos, que passaram a apostar em um veto do presidente Jair Bolsonaro (PL) à proposta.

Apesar das objeções ao texto, mesmo as bancadas evangélica e católica trabalhavam com a perspectiva de que o projeto tivesse maioria de votos para ser aprovado.

Carreras protocolou um primeiro relatório no fim da noite de terça (22), o que levou parlamentares contrários a pedirem ao menos 24 horas para conseguirem analisar o texto.

Ao longo de toda esta quarta, o relator percorreu bancadas de partidos para tentar negociar ajustes que permitissem eliminar parte da resistência ao projeto. Até as 21h, no entanto, não havia texto novo disponível no sistema da Câmara.

Em rápida entrevista no final da tarde, antes de se encontrar com o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, Carreras citou de maneira genérica algumas das alterações que, segundo ele, seriam feitas em seu parecer.

Ele disse que incluiria em seu relatório cassinos turísticos —hotéis que poderiam explorar a atividade— e indicou que ampliaria o número de licenças de cassinos em alguns estados, como Pará e Amazonas, em decorrência de sua extensão territorial.

A previsão até então era que o número fosse de acordo com a população, mas passará a computar também extensão territorial no caso dos dois estados da região Norte.

Outra mudança, segundo Carreras, seria a possibilidade de cassinos em embarcações fluviais por um período de 30 dias —para que não se configurassem como cassinos ancorados.

O deputado também falou sobre a redistribuição da chamada Cide-Jogos, contribuição de 17% incidente sobre a receita bruta decorrente da exploração da atividade.

No relatório publicado na terça, Carreras apontara que os recursos seriam destinados a Embratur, esporte, proteção a jogadores e apostadores, proteção animal, segurança pública, cultura e até para estados e municípios.

Para acomodar demandas de congressistas, o relator afirmou que reduziria o percentual destinado aos entes federados —de 20% para fundos de participação de estados e 20% para os de municípios—para contemplar recursos a desastres naturais e ao Fies (fundo de financiamento estudantil). Também ampliou o percentual destinado à segurança pública.

O relator disse ainda que o IR cobrado dos prêmios iguais ou superiores a R$ 10 mil seria equivalente ao incidente nas loterias da Caixa.

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20210046

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20210046 de interesse da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material Permanente – Diversos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 23172021, até o dia 14/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 18 de Fevereiro de 2022. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220043

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220043 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material odontológico, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 432022, até o dia 14/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 18 de Fevereiro de 2022. MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220091

A Secretaria da Casa Civil torna público o ADIAMENTO do Pregão Eletrônico No 20220091, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar. MOTIVO: Correção no lançamento. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 912022, até o dia 14/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Fevereiro de 2022. JOSÉ CÉLIO BASTOS DE LIMA - PREGOEIRO

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20212515

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20212515, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar. MOTIVO: Esclarecimento não respondido em tempo hábil. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 1952022, até o dia 15/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Fevereiro de 2022. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

PC.1138/2021 – CP.10.004/2022 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E EVOLUTIVA DO CENTRO INTEGRADO DE MONITORAMENTO - CIM – O edital estará disponível para realização de download no site www.saobernardo.sp.gov.br/licitacao, bem como para consulta e obtenção no Serviço de Licitações e Operações – SA.213.1, na Av. Kennedy nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Bairro Anchieta, nesta cidade, das 8h30 às 17h00, devendo o interessado estar munido de CD (Compact Disc) gravável. - **ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/04/2022 às 10h00**. – S. B. Campo, em 23 de fevereiro de 2022.

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º PE 194/2021 - PROCESSO IAMSPE N.º 5697/2021

Em face da manifestação da Pregoeira Rosemeire Roberto Aguiar Gonçalves e diante das informações prestadas pelo Departamento de Administração conforme consta nos autos, **RATIFICO** os atos conforme Ata da sessão Pública, **HOMOLOGO o PREGÃO ELETRÔNICO nº 194/2021** em favor da empresa **SOFTPARK INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 00.752.995/0001-47**, sendo o Valor global do período de 12 (doze) meses de **25.560.000,00 (Vinte e cinco milhões, quinhentos e sessenta mil reais) e sendo: Parcela única de instalação e configuração no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Parcela mensal no valor de R$ 2080.000,00 (Dois milhões e oitenta mil reais), correspondente ao valor da licença, da capacitação e do apoio técnico. Totalizando para o primeiro mês o valor total de R$ 2.680.000,00 (Dois milhões seiscentos e oitenta mil reais).**

AUTORIZO a Gerência de Finanças a emitir respectiva Nota de Empenho, bem como Gestão de Contratos a emitir o contrato de prestação de serviços.

DESIGNO o servidor Sr. Luiz Carlos Aroni, para acompanhar e fiscalizar a execução do respectivo Contrato. Encaminhe-se ao Departamento de Administração para adoção das providências subsequentes cabíveis.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DIADEMA
SECRETARIA DE OBRAS – SO

Acha-se aberta a seguinte licitação:

TOMADA DE PREÇOS Nº03/2022 – PEC 0350/2021 – OBJETO: Obras de Reforma do Memorial do Cemitério Municipal - Espaço Ilê Ilê de Omolu e Iansã. A pasta contendo o edital e seus anexos estarão disponivel pela internet, mediante o preenchimento de recibo no site www.diadema.sp.gov.br ou poderá ser retirada pessoalmente de segunda a sexta-feira, das 10hs às 16hs, na Secretaria de Obras, sito à Av. Dr. Ulysses Guimarães, 3269 – Vl. Nogueira, Diadema, mediante recolhimento de uma taxa no valor de R$20,00 (vinte reais), referente às cópias não restituiveis. Abertura: 14 de março de 2022, às 09:00 horas no local supracitado. As empresas não Cadastradas deverão entregar o envelope nº01 Habilitação até às 17horas do dia 09/03/2022. Informações de 2ª a 6ª feira, das 9hs às 13hs e das 14hs às 17hs, no endereço acima ou pelos tels: 4072-9227 e 9226.

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220028

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220028 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 282022, até o dia 11/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 18 de Fevereiro de 2022. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

FUNDAÇÃO CASA

CONVOCAÇÃO

Ivo Pereira da Trindade, portador do RG nº 21.177.848-5, Carteira Profissional nº 77029 - Série: 152 - SP, registrado nesta Fundação sob o número RE: 16204-8; comunicamos seu desligamento em 24/02/2022, por motivo de Demissão por Justa Causa, conforme Processo nº 0670/21, com fundamento no art. 34, III, além do Artigo 2º, Incisos I e IX, da Portaria Normativa nº 253/2013, por ter incorrido na infração prevista no Artigo 482, alínea "i" da CLT, por ter abandonado o seu cargo de Agente de Apoio Socioeducativo desde a data de 14 de maio de 2018. Solicitamos seu comparecimento na data de 04/03/2022, na sede da Fundação CASA - SP, situada à Rua Florêncio de Abreu, 848 - no horário das 09:00 às 11:30, primeiramente no 1º andar para realização de exame médico demissional e após no térreo (Sala 150), para homologação, munido CTPS (Carteira de Trabalho) e crachá.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
REPUBLICAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15944/2021

Objeto: Aquisição de equipamentos para as ambulâncias do SAMU conforme emenda parlamentar 11817.180000/1200-05. Em atendimento à Lei Complementar Nº 123/06 e suas alterações, há cota reservada para microempresa e empresas de pequeno porte. Data da Sessão: 14/03/2022. Horário de inicio da Sessão: 09:00h. O pregão na forma eletrônica será realizado em Sessão Pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do sistema de pregão, na forma eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br). São Sebastião, 22 de fevereiro de 2022 Reinaldo Alves Moreira Filho Secretário Municipal de Saúde. Luiz Carlos Biondi Secretário Municipal de Administração

bradesco

EDITAL DE LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" DE IMÓVEL - OSASCO/SP

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões: Em razão da Pandemia ocasionada pelo COVID-19, os leilões em cumprimento a lei 9.514/97, estão sendo realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: **www.freitasleiloeiro.com.br. Localização do imóvel: Osasco-SP**. Centro. Av. Domingos Odalia Filho, 301. Subcondominio Flat 1 do "Condomínio The Cittyplex Osasco". **Dormitório nº 2204** (22º andar), c/ uma vaga de garagem indeterminada. Área priv. 52,050m². Matr. 135.065 do 1º RI local. Obs.: Ocupado. (AF). **1º Leilão: 21/03/2022, às 10h00. Lance mínimo**: R$ 461.000,00. **2º Leilão: 24/03/2022, às 10h00. Lance mínimo:** R$ 376.601,74 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.BANCO.BRADESCO/LEILOES** e **www.FREITASLEILOEIRO.com.br**

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20212387

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20212387 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de insumos de laboratório com equipamento em comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 23872021, até o dia 11/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 18 de Fevereiro de 2022. JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

Compass Gás e Energia S.A.

CNPJ nº 21.389.501/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Sumário Executivo 2021

A Compass apresentou um sólido resultado em 2021, com expansão dos seus indicadores operacionais e financeiros em um ano desafiador, marcado pela retomada da atividade econômica após um período de maior agravamento da pandemia da Covid-19. Com um histórico de sucessivos aumentos do número de infecções, a lotação do sistema de saúde e o distanciamento social para reduzir o contágio da doença, a Companhia continuou adotando rígidos protocolos de saúde e segurança, mantendo a continuidade de suas operações e garantindo o abastecimento de gás natural aos mais de 2,2 milhões de clientes.

O volume de distribuição de gás (ex-termo) da controlada Comgás em 2021 foi de 13,3 MMm³/d, representando um crescimento de 15% em comparação ao ano anterior. Esse crescimento ocorreu em todos os segmentos de atuação da Comgás, com ênfase para o aumento de 14% no volume distribuído no segmento industrial, de maior representatividade para a distribuidora, com destaque para performance dos setores de cerâmica, petroquímica e siderurgia.

A controlada Compass Comercialização foi impactada pelos preços elevados de energia elétrica em função da hidrologia mais seca, tendo optado por neutralizar suas posições de trading direcional no segundo trimestre do ano. Conforme Comunicado ao Mercado em 23 de julho de 2021, a Compass Comercialização decidiu por reduzir substancialmente a atividade de trading direcional de energia elétrica, mantendo suas operações com foco na venda de gás e energia para clientes finais.

O EBITDA consolidado foi de R$ 2.532,9 milhões em 2021, aumento de 16% em comparação com 2020. Contribuiu para esse resultado o crescimento do EBITDA da controlada Comgás, explicado por maiores volumes de gás natural distribuído, o repasse inflacionário das margens de distribuição em maio de 2021 e pelo reconhecimento de créditos fiscais extemporâneos. O lucro líquido consolidado foi de R$ 1.742,6 milhões, crescimento de 85%.

Os investimentos realizados, sob regime de competência, foram de R$ 1.432,3 milhões, sendo R$ 1.175,1 milhões investimentos da Comgás e o restante representado substancialmente pelos investimentos na construção do Terminal de Regaseificação de São Paulo (TRSP).

A Companhia continuou evoluindo em seu plano de negócios, registrando importantes avanços no ano. Dentre esses avanços, destaca-se: (i) a assinatura com a Petrobras de Contrato de Compra e Venda de Ações, para aquisição de 51% do capital social da Gaspetro. Essa transação está sujeita ao cumprimento de condições suspensivas, que incluem a aprovação pelos órgãos competentes. (ii) o início da construção do TRSP, com investimentos estimados em R$ 700 milhões e expectativa de início de operação em 2023. (iii) realização de duas rodadas de aumento de capital, por meio de transação privada de subscrição de novas ações. Em conjunto, as duas rodadas representaram uma captação de R$ 2.250 milhões para a Companhia. (iv) celebração com o Governo do Estado de SP da prorrogação da concessão da Comgás para operação de serviços públicos de distribuição de gás canalizado até 2049, conforme previsto no contrato de concessão. (v) Por fim, como evento subsequente ao resultado, a aquisição de 51% do capital social da Sulgás, de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com conclusão em 3 de janeiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento líquido da Companhia encerrou em R$ 1.981,0 milhões, com 70% dos financiamentos no longo prazo. A alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA, encerrou o ano em 0,75 vezes. A sólida geração de caixa da controlada Comgás e a captação de R$ 2.250,0 milhões em operações privadas de aumento de capital contribuíram com esse resultado.

Sumário Executivo - Compass Gás e Energia - R$ Mil	2021	2020	2021 x 2020
Receita Líquida	12.330.209	9.093.170	36%
Lucro Bruto	3.129.985	2.658.980	18%
EBITDA	2.532.886	2.184.264	16%
Lucro Líquido	1.742.636	940.465	85%
Investimentos	1.432.275	1.012.456	41%
Dívida Líquida	1.980.974	3.535.166	-44%
Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA LTM2)	0,75x	1,62x	-57%

A. Desempenho Operacional por Unidade de Negócio

Unidades de Negócio

As unidades de negócio e a participação da Compass Gás e Energia estão assim organizadas:

- **Comgás (99%) Distribuição de Gás Natural**
- **Outros (100%) Comercialização de Energia e Gás Natural, Corporativo e Outros**

A.1. Comgás - Distribuição de Gás Natural

Volume

Volume (mil m³)	2021	2020	2021 x 2020
Residencial	312.314	301.517	4%
Comercial	127.996	114.920	11%
Industrial	3.804.594	3.335.512	14%
Cogeração	412.153	319.907	29%
Automotivo	202.019	157.565	28%
Volume ex-termo	4.859.076	4.229.421	15%
mm³/dia	13,3	11,6	15%

Residencial:

O segmento apresentou crescimento de 4% no acumulado do ano, impulsionado pela adição bruta[1] de 145 mil novos clientes nos últimos 12 meses, e pela queda da temperatura média em comparação com o ano anterior.

Comercial:

Alta de 11% em relação no ano, reflexo do cenário de retomada das atividades do segmento, que com medidas restritivas que foram flexibilizando ao longo do período, se mostra mais aquecido do que no ano anterior.

[1] Adições brutas consideram todas as novas conexões dos últimos 12 meses, independente dos desligamentos, cortes ou suspensão de clientes existentes (devido a problemas técnicos, financeiros ou operacionais).

Industrial:

Apresentou alta de 14% no comparativo com 2020, impulsionado pela retomada das atividades de quase todos os setores do segmento, com destaque para os setores de cerâmica, petroquímica e siderurgia.

Cogeração:

Em 2021, o segmento apresentou crescimento de 29%. Esse incremento está associado ao aumento do custo da energia de outras matrizes, em especial nos 9 primeiros meses do ano.

Automotivo (GNV):

Alta 28% em relação ao ano anterior, reflexo do aumento da demanda de GNV em decorrência da alta de preços de outros combustíveis com forte incremento de novas conversões.

Receita Líquida

R$ Mil	2021	2020	2021 x 2020
Receita bruta de bendas e/ou serviços	15.025.438	11.169.848	35%
Deduções da receita bruta	(3.315.724)	(2.852.156)	16%
Receita operacional líquida	11.709.713	8.317.691	41%
Vendas de gás	10.447.311	7.372.956	42%
Receita de construção	1.020.176	885.630	15%
Outras receitas	242.226	59.105	> 100%

No ano de 2021, a receita líquida da controlada Comgás atingiu R$ 11.709,7 milhões, 41% maior que em 2020. O resultado é justificado principalmente pelo aumento do volume total distribuído, como também pelo repasse do aumento do custo de gás nas tarifas e reajuste inflacionário das margens de distribuição em maio de 2021, conforme prerrogativa do contrato de concessão.

Custo de Bens e Serviços

R$ Mil	2021	2020	2021 x 2020
Custo do gás e transporte	(7.139.677)	(4.599.504)	55%
Custos de construção	(1.020.176)	(885.630)	15%
Outros custos	(36.599)	(21.143)	73%
Custo dos bens e/ou serviços	(8.196.452)	(5.506.277)	49%

O custo total de bens e serviços vendidos, que é composto principalmente pelo custo do gás (commodity), transporte e custo da construção, foi de R$ 8.196,5 milhões no ano, apresentando um crescimento de 49%. O aumento é explicado pelo maior volume distribuído e atualização do custo de gás nas tarifas, devido a variação cambial e ao maior preço do petróleo (Brent).

É importante ressaltar que as diferenças entre o custo real incorrido e o custo de gás incluído na tarifa (e cobrado dos clientes conforme estrutura tarifária definida pela ARSESP) são acumuladas na conta corrente regulatória e repassadas/cobradas conforme determinação do Regulador nos reajustes periódicos ou nas revisões tarifárias. Esse saldo é corrigido mensalmente pela taxa Selic.

Despesas e Receitas Operacionais

R$ Mil	2021	2020	2021 x 2020
Despesas com vendas	(125.413)	(156.893)	-20%
Despesas gerais e administrativas	(399.010)	(328.729)	21%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(524.422)	(485.622)	8%
Outras receitas operacionais	26.585	56.361	-53%
Amortizações	(558.010)	(500.714)	11%
Despesas/Receitas operacionais	(1.055.847)	(929.975)	14%

As despesas com vendas, gerais e administrativas, excluindo a amortização e outras receitas operacionais, totalizaram R$ 524,4 milhões em 2021, um aumento de 8% quando comparado ao ano anterior. Esse resultado, em linha com a inflação do período, foi impactado diretamente por maiores gastos com a retomada das atividades.

A rubrica de outros resultados operacionais foi impactada diretamente por eventos não recorrentes relacionados a créditos fiscais extemporâneos e por despesas associadas a prorrogação do contrato de concessão da Comgás.

EBITDA

R$ Mil	2021	2020	2021 x 2020
Receita líquida de vendas e/ou serviços	11.709.713	8.317.691	41%
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(8.196.452)	(5.506.277)	49%
Lucro bruto	3.513.261	2.811.415	25%
Despesa com vendas, G&A e eq. patrimonial	(1.082.432)	(986.336)	10%
Outras receitas (despesas) operacionais	26.585	56.361	-53%
Amortização	558.010	500.714	11%
EBITDA	3.015.425	2.382.154	27%
Margem EBITDA (R$/ M³)[1]	0,62	0,56	10%

O EBITDA da Comgás foi de R$ 3.015,4 milhões em 2021, 27% superior ao registrado no ano anterior. Esse resultado foi impactado substancialmente pelos maiores volumes distribuídos e pela recomposição de margens de distribuição pela inflação do período, conforme prerrogativa do contrato de concessão.

A.2. Outros - Comercialização de Energia e Gás Natural, Corporativo e Outros

Sumário executivo - Outros segmentos	2021	2020	2021 x 2020
Receita líquida	620.495	775.479	-20%
Custo de produtos e serviços	(1.003.772)	(927.913)	8%
Lucro bruto	(383.277)	(152.435)	> 100%
SG&A	(100.229)	(45.271)	> 100%
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.016)	(185)	> 100%
EBITDA (sem equivalência)	(482.538)	(197.890)	> 100%

O EBITDA Ajustado da unidade de negócios "Outros", que reflete os resultados da Compass Comercialização, custos corporativos da holding e demais empresas do grupo, foi negativo em R$ 482,6 milhões. O resultado negativo reflete substancialmente as perdas acumuladas com a operação de trading direcional de energia elétrica. Ao longo do ano, a controlada Compass Comercialização reduziu substancialmente a sua exposição a atividade de trading direcional de energia elétrica, mantendo o foco nas operações de comercialização de gás e energia para clientes finais.

B. Demais Linhas do Resultado Consolidado

B.1. Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido negativo em R$ 289,6 milhões refletiu as maiores taxas de inflação (IGPM e IPCA), parcialmente mitigado por efeitos caráter não-recorrente, como despesas associadas à prorrogação do contrato de concessão da Comgás e créditos fiscais extemporâneos.

R$ Mil	2021	2020	2021 x 2020
Custo da dívida bruta	(589.948)	(396.035)	49,0%
Rendimento de aplicações financeiras	186.153	65.707	n/a
(=) Juros da dívida líquida	(403.795)	(330.328)	22,2%
Outros encargos e variações monetárias	120.009	35.729	n/a
Despesas bancárias, fees e outros	(5.829)	11.826	n/a
Resultado financeiro	(289.616)	(282.773)	2,4%

B.2. Imposto de Renda e Contribuição Social

Abaixo é apresentada a composição das despesas com IR e CSLL de 2021 e a respectiva comparação com o ano passado.

No ano, foi reconhecido o crédito extemporâneo na Comgás relativo aos pagamentos a maior de IR/CS nos anos de 2015 e 2016 que impactou o saldo de impostos no período.

R$ Mil	2021	2020	2021 x 2020
Lucro operacional antes do IR/CS	1.683.276	1.400.777	20,2%
Alíquota nominal de IR/CS (%)	34,0%	34,0%	
Despesa teórica IR/CS	(572.314)	(476.264)	20,2%
Outros	631.674	15.952	n/a
Despesa efetiva de IR/CS	59.360	(460.312)	n/a
Alíquota efetiva de IR/CS (%)	-3,5%	32,9%	n/a
Despesas com IR/CS			
Corrente	(151.823)	(558.227)	-72,8%
Diferido	211.183	97.915	n/a

B.3. Lucro Líquido

O Lucro Líquido Consolidado no ano de 2021 foi de R$ 1.742,6 milhões, aumento de 85% em relação ano anterior pelos motivos já mencionados neste relatório da administração.

C. *Investimentos, Empréstimos e Financiamentos*

C.1. Investimentos

Em 2021, os investimentos consolidados foram de R$ 1.432,3, em linha com as projeções apresentadas ao mercado pela Companhia. Desse total, R$ 1.175,1 referem-se aos investimentos da Comgás e o restante representa principalmente os investimentos para construção do TRSP.

C.2. Endividamento

Em janeiro de 2021, a Comgás resgatou antecipadamente as 4ª, 5ª e 6ª Emissões de Notas Promissórias, emitidas em abril de 2020. Ainda, em fevereiro de 2021, foram renegociadas as condições do Loan 4131 com vencimento em abril de 2021, alongando o vencimento para fevereiro de 2024.

A controlada TRSP concluiu a sua 1ª Emissão de Debêntures, com a captação de R$ 700 milhões em série única, com vencimento em 3 anos e remuneração semestral equivalente à CDI + 1,95% a.a.. Os recursos serão destinados para os investimentos necessários à construção do Terminal de Regaseificação em Santos, São Paulo. Atrelada a essa emissão, com o objetivo de fazer o hedge cambial do fluxo de caixa futuro, a controlada contratou derivativo de swap de taxa de juros, de forma que a dívida representada pelas Debêntures terá efeito similar a um passivo contratado em dólares e custo financeiro de 3,2% ao ano.

A controlada Comgás realizou a sua 9ª emissão de Debêntures, no montante de R$ 1 bilhão, dividido em duas séries de R$ 500 milhões cada. As séries possuem vencimento em 2031 e 2036, com remuneração semestral equivalente à IPCA + 5,12% a.a. e IPCA + 5,22% a.a., respectivamente. Os recursos captados com essa emissão serão destinados aos Investimentos da Comgás.

Por fim, a controlada Comgás assinou um novo contrato junto ao BNDES no valor de R$ 1,5 bilhão, com prazo de 15 anos, a ser sacado a partir de julho de 2022.

Ao final do ano de 2021, 70% dos financiamentos possuíam vencimento no longo prazo. A alavancagem financeira, medida pela relação entre endividamento líquido e EBITDA, terminou o primeiro trimestre em 0,75x, tendo contribuído com esse resultado a geração de caixa da controlada Comgás e a captação de R$ 2.250,0 milhões em operações privadas de aumento de capital.

R$ Mil	Dez 21.	Dez. 20	Dez. 21 x Dez. 20
Empréstimos e financiamentos	1.953.706	2.996.761	-35%
Debêntures	5.714.280	4.047.149	41%
Derivativos	(248.648)	(420.586)	-41%
Dívida Bruta	7.419.338	6.623.324	12%
(–) Caixa, equivalentes de caixa e TVM	5.438.364	3.088.158	76%
Dívida líquida	1.980.974	3.535.166	-44%
EBITDA (últimos 12 meses)[1]	2.638.955	2.184.264	21%
Endividamento de curto prazo/Endividamento total	0,31	0,26	19%
Alavancagem	0,75x	1,62x	-57%

Empréstimos e Financiamentos 4T21 - R$ Mil	Comgás	Outros Segmentos	Compass Consolidado
Saldo inicial de dívida líquida	3.434.368	(1.696.865)	1.737.502
Caixa, equivalentes de caixa e TVM	3.432.904	2.421.515	5.854.419
Endividamento bruto	6.867.272	724.650	7.591.921
Itens com impacto caixa (ex-IFRS 16)	(376.665)	6.183	(370.482)
Captação	(474)	–	(474)
Amortização de principal	(170.850)	–	(170.850)
Amortização de juros	(245.153)	–	(245.153)
Derivativos	39.812	6.183	45.995
Itens sem impacto caixa	171.891	26.007	197.899
Provisão de juros (accrual)	101.446	16.495	117.941
Variação monetária, ajuste de MTM dívida e outros	46.668	521	47.189
Variação cambial líquida de derivativos	23.777	8.992	32.769
Saldo final de endividamento bruto	6.662.498	756.840	7.419.338
Caixa, equivalentes de caixa e TVM	1.919.117	3.519.247	5.438.364
Saldo final de dívida líquida	4.743.381	(2.762.407)	1.980.974
Passivo de arrendamentos (IFRS 16)	47.268	16.485	63.752
Dívida bancária líquida e obrigações de acionistas preferencialistas em subsidiárias	4.790.649	(2.745.922)	2.044.727

Balanços patrimoniais *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	1.412.862	232.819	3.562.358	1.899.533
Títulos e valores mobiliários	5.2	469.475	159.604	1.876.006	1.188.625
Contas a receber de clientes	5.3	–	–	1.411.923	1.103.583
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	–	–	70.619	150.813
Estoques		–	–	129.554	121.064
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	15.310	815	4.766	2.371
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		23.733	8.581	33.360	24.449
Outros tributos a recuperar	6	7.590	–	245.599	194.600
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		25	84	–	84
Ativos setoriais	10	–	–	489.601	241.749
Outros ativos		642	103	57.184	54.636
Ativo circulante		1.929.637	402.006	7.880.970	4.981.507
Contas a receber de clientes	5.3	–	–	15.797	18.029
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	25.892	11.728	253.109	80.124
Ativos setoriais	10	–	–	68.709	–
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		–	–	58.127	–
Outros tributos a recuperar	6	–	–	989.159	29.166
Depósitos judiciais	12	–	–	62.362	60.394
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	–	–	287.837	366.368
Outros ativos		138	55	8.205	221
Investimentos em controladas	7	4.408.250	2.931.511	–	–
Ativos de contrato	8.2	–	–	684.970	686.690
Direito de uso		12.321	–	73.220	19.865
Imobilizado	8.3	6.656	1.299	271.490	15.326
Intangível	8.1	422	–	9.328.654	8.769.986
Ativo não circulante		4.453.679	2.944.593	12.101.639	10.046.169
Total do ativo		6.383.316	3.346.599	19.982.609	15.027.676

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	–	–	2.288.960	1.787.503
Arrendamentos		2.322	–	4.995	2.282
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	–	–	317.699	286.018
Fornecedores	5.6	1.265	3.283	1.798.977	1.182.111
Ordenados e salários a pagar		10.682	1.667	104.404	74.543
Imposto de renda e contribuição social correntes		2.566	8.633	15.593	321.711
Outros tributos a pagar		6.318	4.496	255.189	170.119
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		–	–	2.035	1.688
Pagáveis a partes relacionadas	5.4	2.515	4.064	12.204	18.777
Outros passivos financeiros		–	–	91.933	95.428
Passivos setoriais	10	–	–	85.866	91.912
Outras contas a pagar		2.705	3.261	95.639	55.056
Passivo circulante		28.373	25.404	5.073.494	4.087.148
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	–	–	5.379.027	5.256.406
Arrendamentos		10.296	–	58.757	8.038
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	–	–	40.233	–
Outros tributos a pagar		–	–	5.070	5.657
Provisão para demandas judiciais	12	–	–	84.901	74.236
Obrigações de benefício pós-emprego	19	–	–	470.525	564.576
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	–	–	1.211.072	1.211.692
Passivos setoriais	10	–	–	1.286.417	473.999
Passivo não circulante		10.296	–	8.536.002	7.594.604
Total do passivo		38.669	25.404	13.609.496	11.681.752
Patrimônio líquido	13				
Capital social		2.272.500	628.488	2.272.500	628.488
Reserva de capital		2.886.216	2.311.508	2.886.216	2.311.508
Outros componentes do patrimônio líquido		127.919	55.798	127.919	55.798
Reservas de lucros		1.058.012	325.401	1.058.012	325.401
		6.344.647	3.321.195	6.344.647	3.321.195
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		6.344.647	3.321.195	6.344.647	3.321.195
Acionistas não controladores	7.2	–	–	28.466	24.729
Total do patrimônio líquido		6.344.647	3.321.195	6.373.113	3.345.924
Total do passivo e patrimônio líquido		6.383.316	3.346.599	19.982.609	15.027.676

Demonstrações do resultado *(Em milhares de Reais - R$, exceto resultado por ação)*

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita operacional líquida	15	–	–	12.330.209	9.093.170
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	16	–	–	(9.200.224)	(6.434.190)
Resultado bruto		–	–	3.129.985	2.658.980
Despesas de vendas	16	–	–	(125.412)	(454.131)
Despesas gerais e administrativas	16	(43.595)	(30.351)	(1.057.250)	(577.475)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(83)	(212)	25.569	56.176
Resultado operacional		(43.678)	(30.563)	(1.157.093)	(975.430)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial, do resultado financeiro líquido e dos impostos		(43.678)	(30.563)	1.972.892	1.683.550
Resultado de equivalência patrimonial	7	1.711.932	952.678	–	–
Despesas financeiras		(7.223)	(3.013)	(900.783)	(374.252)
Receitas financeiras		49.908	1.324	703.204	72.500
Variação cambial líquida		8	–	(60.953)	(150.227)
Derivativos		–	–	(31.084)	169.206
Resultado financeiro líquido	18	42.693	(1.689)	(289.616)	(282.773)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.710.947	920.426	1.683.276	1.400.777
Corrente		–	–	(151.823)	(558.227)
Diferido		14.164	10.839	211.183	97.915
Imposto de renda e contribuição social	11	14.164	10.839	59.360	(460.312)
Resultado líquido do exercício		1.725.111	931.265	1.742.636	940.465
Resultado líquido do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores		1.725.111	931.265	1.725.111	931.265
Acionistas não controladores		–	–	17.525	9.200
		1.725.111	931.265	1.742.636	940.465
Resultado básico por ação - em Reais:	14				
Ordinárias				R$2,63141	R$1,48232
Preferenciais				R$2,63141	–
Resultado diluído por ação - em Reais:	14				
Ordinárias				R$2,62198	R$1,47332
Preferenciais				R$2,62198	–

Demonstrações do resultado abrangente *(Em milhares de Reais - R$)*

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	1.725.111	931.265	1.742.636	940.465
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	72.121	55.798	110.222	85.275
Tributos diferidos sobre ganhos atuariais	–	–	(37.476)	(28.993)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	72.121	55.798	72.746	56.282
Resultado abrangente total	1.797.232	987.063	1.815.382	996.747
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	1.797.232	987.063	1.797.232	987.063
Acionistas não controladores	–	–	18.150	9.684
	1.797.232	987.063	1.815.382	996.747

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de Reais - R$)*

	Capital social	Reservas de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2021	628.488	2.311.508	55.798	46.563	278.838	–	3.321.195	24.729	3.345.924
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	1.725.111	1.725.111	17.525	1.742.636
Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto (nota 19)	–	–	72.121	–	–	–	72.121	625	72.746
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	–	–	72.121	–	–	1.725.111	1.797.232	18.150	1.815.382
Contribuições e distribuições de e para os acionistas									
Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	–	(889)	–	–	–	–	(889)	889	–
Transações com pagamento baseado em ações (nota 20)	–	(30.075)	–	–	–	–	(30.075)	(261)	(30.336)
Dividendos e juros sobre capital próprio (nota 13)	–	–	–	–	–	(992.500)	(992.500)	(15.073)	(1.007.573)
Constituição reserva de retenção de lucros (nota 13)	–	–	–	–	732.611	(732.611)	–	–	–
Ações outorgadas reconhecidas	–	(332)	–	–	–	–	(332)	32	(300)
Aumento de capital acionistas Compass (nota 13)	1.644.012	606.004	–	–	–	–	2.250.016	–	2.250.016
Total de contribuições e distribuições de e para os acionistas	1.644.012	574.708	–	–	732.611	(1.725.111)	1.226.220	(14.413)	1.211.807
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.272.500	2.886.216	127.919	46.563	1.011.449	–	6.344.647	28.466	6.373.113

	Capital social	Reservas de capital	Outros componentes do patrimônio líquido	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2020	105	–	–	–	–	(1.719)	(1.614)	–	(1.614)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	931.265	931.265	9.200	940.465
Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	–	–	55.798	–	–	–	55.798	484	56.282
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	–	–	55.798	–	–	931.265	987.063	9.684	996.747
Contribuições e distribuições de e para os acionistas									
Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	–	(539)	–	–	–	–	(539)	539	–
Transações com pagamento baseado em ações	–	(2.501)	–	–	–	–	(2.501)	(22)	(2.523)
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(604.145)	(604.145)	(10.073)	(614.218)
Constituição de reserva legal - (nota 13)	–	–	–	46.563	–	(46.563)	–	–	–
Constituição reserva de retenção de lucros (nota 13)	–	–	–	–	278.838	(278.838)	–	–	–
Ações outorgadas reconhecidas	–	5.995	–	–	–	–	5.995	18	6.013
Aumento de capital via contribuição da Comgás	622.160	2.239.776	–	–	–	–	2.861.936	24.583	2.886.519
Aumento de capital acionistas Compass	6.223	68.777	–	–	–	–	75.000	–	75.000
Total de contribuições e distribuições de e para os acionistas	628.383	2.311.508	–	46.563	278.838	(929.546)	2.335.746	15.045	2.350.791
Saldo em 31 de dezembro de 2020	628.488	2.311.508	55.798	46.563	278.838	–	3.321.195	24.729	3.345.924

Demonstrações dos fluxos de caixa *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.710.947	920.426	1.683.276	1.400.777
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	16	1.756	–	559.994	500.714
Equivalência patrimonial em associadas	7	(1.711.932)	(952.678)	–	–
Resultado nas alienações de imobilizado e intangível		–	–	21.083	2.866
Transações com pagamento baseado em ações	20	(1.948)	3.934	1.933	8.240
Provisão para demandas judiciais	17	–	–	9.691	(24.468)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		(8.304)	1.661	409.075	319.373
Provisão de bônus e participação no resultado		5.824	1.524	66.689	42.872
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.3	–	–	(1.792)	25.638
Ativos e passivos setoriais, líquidos	10	–	–	246.101	337.620
Créditos fiscais extemporâneos	6	–	–	(563.175)	–
Perda nas operações de derivativos de energia		–	–	58.701	175.105
Outros		–	–	(1.198)	(6.309)
		(3.657)	(25.133)	2.490.378	2.782.428
Variação em:					
Contas a receber de clientes		–	–	(286.246)	29.261
Estoques		–	–	(7.293)	(34.529)
Outros tributos a recuperar		(6.590)	1.856	5.455	64.318
Imposto de renda e contribuição social		(26.321)	79	(429.997)	(622.055)
Partes relacionadas, líquidas		(16.043)	(2.570)	(8.994)	(11.527)
Fornecedores		(4.389)	3.283	502.957	10.940
Ordenados e salários a pagar		(2.997)	142	(47.874)	(33.973)
Outros passivos financeiros		–	–	–	(47.735)
Obrigação de benefício pós-emprego		–	–	(24.683)	(26.265)
Outros ativos e passivos, líquidos		1.124	3.315	(22.646)	(15.837)
		(55.216)	6.105	(319.321)	(687.402)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(58.873)	(19.028)	2.171.057	2.095.026
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aporte de capital em associadas	7.1	(1.355.000)	(184.600)	–	–
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	7.3	–	–	–	(94.631)
Títulos e valores mobiliários		(295.967)	(158.622)	(633.983)	(972.136)
Dividendos recebidos de subsidiárias		1.630.550	1.121.393	–	–
Adições ao imobilizado, intangível, ativos de contrato		(6.347)	(1.299)	(1.269.886)	(1.006.881)
Caixa recebido por meio de contribuição de investimento	7.3	–	–	–	1.083.297
Caixa líquido na alienação de investimentos		–	–	438	–
Outros		–	–	(322)	–
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento		(26.764)	776.872	(1.903.753)	(990.351)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	–	–	2.251.559	2.267.624
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	–	–	(1.768.394)	(796.109)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	–	–	(419.092)	(280.472)
Amortização de principal sobre arrendamentos		(890)	–	(2.835)	(12.569)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(694)	–	(1.556)	(935)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		–	–	(6.233)	(6.691)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		–	–	124.247	166.234
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas		–	75.000	–	75.000
Subscrição de acionistas não controladores	13	2.250.016	–	2.250.016	–
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	13	(982.752)	(600.000)	(1.001.855)	(614.784)
Pagamento de remuneração baseada em ações		–	–	(30.336)	(2.523)
Outros		–	(30)	–	(30)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		1.265.680	(525.030)	1.395.521	794.745
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		1.180.043	232.814	1.662.825	1.899.420
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		232.819	5	1.899.533	113
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.412.862	232.819	3.562.358	1.899.533
Informação complementar					
Impostos de renda e contribuição social pagos		(11.743)	(77)	(472.389)	(558.962)

Transações que não envolveram caixa em 31 de dezembro de 2021:

- Aquisições de ativos com pagamento a prazo no montante de R$ 162.389 (notas 8.1 e 8.2);
- Reconhecimento do direito de uso de novos contratos de arrendamento no montante de R$ 46.652;
- Foram utilizados créditos tributários, evitando saída de caixa, do valor total apresentado como pagamento na informação suplementar R$ 262.843 referente ao pagamento de ajuste anual de 2020.

Apresentação de juros e dividendos

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento.

continua→☆

continuação

Demonstrações do valor adicionado *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receitas					
Receitas de distribuição de gás e comercialização de energia		–	–	14.231.592	10.304.871
Receitas na prestação de serviços	15	–	–	268.554	38.481
Receita de construção	15	–	–	1.020.176	885.630
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(84)	–	267.505	123.440
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.3	–	–	1.792	(25.638)
		(84)	–	**15.789.619**	**11.326.784**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo do gás, transporte e compra de energia		–	–	10.502.127	6.919.412
Custo dos serviços prestados		–	–	36.599	21.143
Custo de construção	16	–	–	1.020.176	885.630
Materiais, serviços e outras despesas		17.612	17.790	262.045	219.775
		17.612	**17.790**	**11.820.947**	**8.045.960**
Valor adicionado bruto		**(17.696)**	**(17.790)**	**3.968.672**	**3.280.824**
Retenções					
Depreciação e amortização		1.756	–	559.994	500.714
		1.756	–	**559.994**	**500.714**
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		**(19.452)**	**(17.790)**	**3.408.678**	**2.780.110**
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial em associadas	7	1.711.932	952.466	–	(212)
Receitas financeiras		49.908	1.325	478.680	152.837
		1.761.840	**953.791**	**478.680**	**152.625**
Valor adicionado total a distribuir		**1.742.388**	**936.001**	**3.887.358**	**2.932.735**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta		22.991	11.917	115.936	115.446
Benefícios		–	–	55.195	45.754
FGTS/Outros		–	–	34.570	429
		22.991	**11.917**	**205.701**	**161.629**
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(12.937)	(10.194)	390.569	743.894
Estaduais		–	–	707.136	584.274
Municipais		–	–	54.256	52.422
		(12.937)	**(10.194)**	**1.151.961**	**1.380.590**
Despesas financeiras e aluguéis					
Juros		7.223	3.013	637.263	378.334
Aluguéis e arrendamentos		–	–	21.110	14.443
Outros		–	–	128.687	57.274
		7.223	**3.013**	**787.060**	**450.051**
Participação dos acionistas não-controladores		–	–	17.525	9.200
Dividendos propostos		992.500	604.145	1.007.573	614.219
Lucros retidos		732.611	327.120	717.538	317.046
		1.725.111	**931.265**	**1.742.636**	**940.465**
		1.742.388	**936.001**	**3.887.358**	**2.932.735**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Compass Gás e Energia S.A. ("Compass Gás e Energia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo ("B3"). A Companhia é controlada pela Cosan S.A. por meio de participação direta de 88% do capital social. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan. A Companhia e suas controladas têm como atividades principais (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de energia elétrica e gás natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento *offshore*; e (iv) desenvolvimento de projetos de geração térmica por meio do gás natural. **1.1. Aquisição da participação de 51% da Gaspetro:** Em 28 de julho de 2021, a Companhia celebrou com a Petrobras um contrato de compra e venda de ações para a aquisição da participação de 51% da Gaspetro. A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, que incluem, mas não se limitam, a observação do prazo para exercício do direito de preferência de outros acionistas da Gaspetro e suas investidas e a aprovação pelos órgãos competentes. **1.2. Construção do Terminal de Regaseificação de São Paulo:** Em 03 de agosto de 2021, foi aprovado o início da construção do empreendimento Terminal de Regaseificação de São Paulo ("TRSP" ou "Projeto"), localizado no Porto de Santos. O TRSP terá uma capacidade de regaseificação nominal licenciada de 14 milhões de m³/dia e armazenamento de 173 mil m³ de gás natural liquefeito ("GNL") (notas 5.5 e 5.7). **1.3. Negociação das ações de emissão da Companhia na B3:** Em 12 de agosto de 2021, a negociação das ações de emissão da Companhia na B3 (Brasil, Bolsa Balcão) foram iniciadas. A listagem foi realizada para cumprimento de condição precedente a entrada do novo investidor, como anunciado pela Companhia no Fato Relevante de 31 de maio de 2021 e no Comunicado ao Mercado de 9 de agosto de 2021. **1.4. Prorrogação do contrato de concessão da Comgás:** Em 01 de outubro de 2021, na subsidiária Comgás foi assinado o 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Nº CSPE/01/99 para exploração de serviços públicos de distribuição de gás canalizado até 31 de dezembro 2049 entre o Estado de São Paulo (Poder Concedente) e a Comgás. Dentre outras disposições, o aditivo prevê metas de desempenho que incluem a conexão de 2,3 milhões de novos clientes e expansão da rede de gasodutos de distribuição em mais de 15,4 mil km, conectando 41 novos municípios, promovendo, ainda, estabilidade regulatória e uma ampla modernização do contrato de concessão, em consonância com o momento atual do mercado de gás e as melhores práticas em concessões de serviços públicos. Destacam-se: (i) a substituição do IGP-M pelo IPCA como índice de reajuste; (ii) a redução do impacto inflacionário que seria pago pelos clientes residenciais e comerciais nos próximos dois anos; (iii) a pacificação de controvérsias acerca do contrato de concessão; e (iv) a inclusão do biometano, gás de origem renovável, na matriz de suprimento. Alguns impactos de divulgação já conhecidos referem-se às renúncias de certos pleitos regulatórios, e que somados remontavam aproximadamente R$ 1.198 milhão. Ainda, a Comgás, no momento da assinatura do aditivo contratual, anuiu com a Agência Reguladora em liquidar determinadas discussões regulatórias em que figurava no polo passivo, no montante aproximado de R$ 68 milhões. **1.5. Aquisição do controle da Sulgás pela Companhia:** Em 22 de outubro de 2021, a Companhia participou da Sessão Pública do Leilão objeto do Edital de Leilão nº 01/2021, divulgado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, realizado na B3 S.A. para a aquisição de 51% do capital social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul ("Sulgás"), de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ("Transação"), tendo apresentado o lance vencedor do Leilão. Em 03 de janeiro de 2022 foi concluída a aquisição pela sua subsidiária Compass Um Participações S.A. ("Compass Um"), pelo montante de R$955.244 com a consequente assunção do controle da concessionária. **1.6. Ataque cibernético:** Em 11 de março de 2020, a Companhia, bem como o grupo econômico em que está inserida, sofreram um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária de suas operações. Após o incidente, a Companhia, a sua controladora e suas controladas fizeram investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e contratações de recursos especializados para as equipes. Como parte das ações, realizamos diligências para combater o acesso e uso indevido dos nossos dados, incluindo investigações e auditorias dos nossos sistemas de tecnologia de informação. Como resultado desses esforços, mitigamos incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis por terceiros. Adicionalmente, realizamos auditoria e avaliação *forense* no ataque sofrido e não identificamos impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **1.7. Covid-19:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia continua acompanhando a evolução da pandemia COVID-19 no Brasil e no mundo, a fim de tomar medidas preventivas para minimizar a propagação do vírus, garantir a continuidade das operações e salvaguardar a saúde e segurança dos nossos colaboradores e parceiros. A resposta à pandemia tem sido eficaz em limitar os impactos em nossas instalações operacionais, funcionários, cadeia de suprimentos e logística. Nossos *covenants* são avaliados mensalmente para nossa necessidade de gerar fluxos de caixa e nossa capacidade de cumprir os *covenants* contidos nos contratos que regem nosso endividamento. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras. Considerando o patamar de juros no Brasil, consideramos que a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia da COVID-19, nosso custo médio ponderado do capital não deverá sofrer alterações materiais. A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma redução ao valor recuperável. Nossas projeções de recuperação de tributos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas da avaliação de *impairment*. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos, e é considerada, em 31 de dezembro de 2021, suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas e mensuradas em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros. Nossos estoques são compostos, substancialmente, por materiais para construção de gasodutos que são produtos sem validade ou com longa duração e, portanto, não observamos indicadores de obsolescência ou de não realização. Até o momento, não houve mudanças no escopo dos arrendamentos da Companhia, incluindo adicionar, rescindir, prorrogar reduzir o prazo contratual do arrendamento. Também, não houve nenhuma mudança na contraprestação dos arrendamentos. **2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** Estas informações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 17 de fevereiro de 2022. **3. Políticas contábeis:** As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: **3.1 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2 Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 5.3** - Contas a receber de clientes; • **Nota 5.8** - Mensuração de valor justo reconhecidas; • **Nota 8** - Intangível; • **Nota 10** - Ativos e passivos financeiros setoriais; • **Nota 9** - Compromissos; • **Nota 11** - Imposto de renda e contribuição social; • **Nota 12** - Provisões para demandas e depósitos judiciais; • **Nota 19** - Obrigações de benefício pós-emprego; • **Nota 20** - Pagamentos baseados em ações. **4. Informações por segmento:** As informações por segmento são utilizadas pela alta administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. A Compass Gás e Energia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro antes dos juros, depreciação e amortização ("EBITDA - *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*"). **Segmentos reportados:** • Distribuição de Gás: distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração. • Todos outros segmentos: comercialização gás e energia elétrica, compreendendo a compra e a venda de gás e energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação, outros investimentos em processo de desenvolvimento e atividades corporativas, incluindo TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("TRSP"), Rota 4 Participações S.A. ("Rota 4"), Compass Um Participações S.A. e Edge - Empresa de Geração de Energia S.A..

31/12/2021

	Segmentos: Distribuição de gás	Reconciliação: Todos outros segmentos	Reconciliação: Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	15.025.438	686.501	–	15.711.939
Receita operacional líquida	11.709.713	620.496	–	12.330.209
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.196.452)	(1.003.772)	–	(9.200.224)
Resultado bruto	3.513.261	(383.276)	–	3.129.985
Despesas de vendas	(125.413)	–	–	(125.413)
Despesas gerais e administrativas	(957.019)	(100.231)	–	(1.057.250)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26.586	(1.016)	–	25.570
Equivalência patrimonial	–	1.711.932	(1.711.932)	–
Resultado financeiro líquido	(305.063)	15.447	–	(289.616)
Despesas financeiras	(735.522)	(32.512)	–	(768.034)
Receitas financeiras	401.246	79.108	–	480.354
Variação cambial líquida	(60.888)	(65)	–	(60.953)
Derivativos	90.101	(31.084)	–	59.017
Imposto de renda e contribuição social	(113.696)	173.056	–	59.360
Resultado líquido do exercício	**2.038.656**	**1.415.912**	**(1.711.932)**	**1.742.636**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	2.038.656	1.415.912	(1.729.457)	1.725.111
Acionistas não controladores	–	–	17.525	17.525
	2.038.656	**1.415.912**	**(1.711.932)**	**1.742.636**
Outras informações selecionadas:				
Depreciação e amortização	558.010	1.984	–	559.994
EBITDA	3.015.425	1.229.392	(1.711.932)	2.532.885
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato (caixa)	1.027.003	249.688	–	1.276.691
Reconciliação EBITDA				
Resultado líquido do exercício	2.038.656	1.415.912	(1.711.932)	1.742.636
Imposto de renda e contribuição social	113.696	(173.056)	–	(59.360)
Resultado financeiro líquido	305.063	(15.447)	–	289.616
Depreciação e amortização	558.010	1.984	–	559.994
EBITDA	**3.015.425**	**1.229.392**	**(1.711.932)**	**2.532.885**

Compass Gás e Energia S.A.

31/12/2020

	Segmentos: Distribuição de gás	Reconciliação: Todos outros segmentos	Reconciliação: Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	11.169.848	854.767	–	12.024.615
Receita operacional líquida	8.317.691	775.479	–	9.093.170
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(5.506.277)	(927.913)	–	(6.434.190)
Resultado bruto	2.811.414	(152.434)	–	2.658.980
Despesas de vendas	(454.131)	–	–	(454.131)
Despesas gerais e administrativas	(532.204)	(45.271)	–	(577.475)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	56.361	(185)	–	56.176
Equivalência patrimonial	–	875.541	(875.541)	–
Resultado financeiro líquido	(283.480)	707	–	(282.773)
Despesas financeiras	(371.028)	(3.224)	–	(374.252)
Receitas financeiras	68.569	3.931	–	72.500
Variação cambial líquida	(150.227)	–	–	(150.227)
Derivativos	169.206	–	–	169.206
Imposto de renda e contribuição social	(527.812)	67.500	–	(460.312)
Resultado líquido do exercício	**1.070.148**	**745.858**	**(875.541)**	**940.465**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	1.070.148	745.858	(884.741)	931.265
Acionistas não controladores	–	–	9.200	9.200
	1.070.148	**745.858**	**(875.541)**	**940.465**
Outras informações selecionadas:				
Depreciação e amortização	500.714	–	–	500.714
EBITDA	2.382.154	677.651	(875.541)	2.184.264
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato (caixa)	991.715	(15.085)	81	1.006.881
Reconciliação EBITDA				
Resultado líquido do exercício	1.070.148	745.858	(875.541)	940.465
Imposto de renda e contribuição social	527.812	(67.500)	–	460.312
Resultado financeiro líquido	283.480	(707)	–	282.773
Depreciação e amortização	500.714	–	–	500.714
EBITDA	**2.382.154**	**677.651**	**(875.541)**	**2.184.264**

31/12/2021

Itens do balanço patrimonial	Distribuição de gás	Todos outros segmentos	Eliminação entre segmentos	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	891.650	2.670.708	–	3.562.358
Títulos e valores mobiliários	1.027.467	848.539	–	1.876.006
Contas a receber de clientes	1.375.260	36.663	–	1.411.923
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	287.837	70.619	–	358.456
Estoques	129.554	–	–	129.554
Impostos a recuperar	1.224.150	102.095	–	1.326.245
Ativos setoriais	558.310	–	–	558.310
Outros ativos circulantes	56.521	661	–	57.182
Outros ativos não circulantes	145.163	288.621	(16.324)	417.460
Investimentos em associadas	–	4.408.276	(4.408.276)	–
Ativos de contratos com clientes	684.970	–	–	684.970
Imobilizado	–	271.490	–	271.490
Intangível	9.233.161	95.493	–	9.328.654
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.950.336)	(717.651)	–	(7.667.987)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	–	(357.932)	–	(357.932)
Fornecedores	(1.669.767)	(129.210)	–	(1.798.977)
Ordenados e salários a pagar	(87.517)	(16.887)	–	(104.404)
Outras contas a pagar circulantes	(404.006)	(84.910)	16.324	(472.592)
Arrendamentos	(47.268)	(16.484)	–	(63.752)
Passivos setoriais	(1.372.283)	–	–	(1.372.283)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.211.072)	–	–	(1.211.072)
Passivo atuarial	(470.525)	–	–	(470.525)
Outras contas a pagar não circulantes	(89.971)	–	–	(89.971)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	3.311.298	7.470.091	(4.408.276)	6.373.113
Ativo total	**15.614.043**	**8.793.165**	**(4.424.600)**	**19.982.608**
Patrimônio líquido atribuível aos:				
Acionistas controladores	3.311.298	7.470.091	(4.436.742)	6.344.647
Acionistas não controladores	–	–	28.466	28.466
Total do patrimônio líquido	**3.311.298**	**7.470.091**	**(4.408.276)**	**6.373.113**

31/12/2020

Itens do balanço patrimonial	Distribuição de gás	Todos outros segmentos	Eliminação entre segmentos	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	1.610.548	288.985	–	1.899.533
Títulos e valores mobiliários	991.820	196.805	–	1.188.625
Contas a receber de clientes	977.194	126.389	–	1.103.583
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	420.586	96.595	–	517.181
Estoques	121.064	–	–	121.064
Impostos a recuperar	203.136	45.079	–	248.215
Ativos setoriais	241.750	–	–	241.750
Outros ativos circulantes	54.456	1.105	–	55.561
Outros ativos não circulantes	99.223	98.564	(1.457)	196.330
Investimentos em associadas	–	2.969.328	(2.969.328)	–
Intangível	8.674.880	95.106	–	8.769.986
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.043.909)	–	–	(7.043.909)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	–	(286.018)	–	(286.018)
Fornecedores	(1.040.693)	(141.418)	–	(1.182.111)
Ordenados e salários a pagar	(70.232)	(4.311)	–	(74.543)
Outras contas a pagar circulantes	(627.844)	(47.555)	1.458	(673.941)
Passivos setoriais	(565.911)	–	–	(565.911)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.211.692)	–	–	(1.211.692)
Passivo atuarial	(564.576)	–	–	(564.576)
Outras contas a pagar não circulantes	(79.893)	–	–	(79.893)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	2.876.597	3.438.654	(2.969.327)	3.345.924
Ativo total	**14.081.347**	**3.917.956**	**(2.970.785)**	**15.028.518**
Patrimônio líquido atribuível aos:				
Acionistas controladores	2.876.597	3.438.654	(2.994.056)	3.321.195
Acionistas não controladores	–	–	24.729	24.729
Total do patrimônio líquido	**2.876.597**	**3.438.654**	**(2.969.327)**	**3.345.924**

4.1 Receita operacional líquida por segmento de cliente

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Distribuição de gás natural		
Industrial	7.386.257	5.030.738
Residencial	1.610.286	1.381.597
Cogeração	637.489	389.732
Automotivo	364.664	220.130
Comercial	448.615	350.761
Receita de construção	1.020.176	885.630
Outros	242.226	59.103
	11.709.713	**8.317.691**
Comercialização de energia elétrica	**620.496**	**775.479**
Total	**12.330.209**	**9.093.170**

Nenhum cliente ou grupo específico representou 10% ou mais da receita líquida nos exercícios apresentados em outros segmentos. **5. Ativos e passivos financeiros: Política contábil:** A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros. Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e Juros". Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiras foi realizada. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	1.057.806	410	2.797.611	1.329.730
Contas a receber de clientes	5.3	–	–	1.427.720	1.121.612
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	15.310	815	4.766	2.371
Ativos setoriais	10	–	–	558.310	241.749
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		25	84	–	84
		1.073.141	**1.309**	**4.788.407**	**2.695.546**
Valor justos por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	355.056	232.409	764.747	569.803
Títulos e valores mobiliários	5.2	469.475	159.604	1.876.006	1.188.625
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	–	–	358.456	517.181
		824.531	**392.013**	**2.999.209**	**2.275.609**
Total		**1.897.672**	**393.322**	**7.787.616**	**4.971.155**
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	–	–	(4.033.097)	(5.254.099)
Arrendamentos		(12.618)	–	(63.752)	(10.320)
Fornecedores	5.6	(1.265)	(3.283)	(1.798.977)	(1.182.111)
Outros passivos financeiros		–	–	(91.933)	(95.428)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		–	–	(2.035)	(1.688)
Pagáveis a partes relacionadas	5.4	(2.515)	(4.064)	(12.204)	(18.777)
Passivos setoriais	10	–	–	(1.372.283)	(565.911)
Parcelamento de débitos tributários		–	–	(5.786)	(6.234)
		(16.398)	**(7.347)**	**(7.380.067)**	**(7.134.568)**
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	–	–	(3.634.890)	(1.789.810)
Instrumentos financeiros derivativos	5.7	–	–	(357.932)	(286.018)
		–	–	**(3.992.822)**	**(2.075.828)**
Total		**(16.398)**	**(7.347)**	**(11.372.889)**	**(9.210.396)**

5.1 Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Bancos conta movimento	31	410	997.173	36.071
Aplicações financeiras	1.412.831	232.409	2.565.185	1.863.462
Total	**1.412.862**	**232.819**	**3.562.358**	**1.899.533**

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas	355.056	232.409	764.747	569.803
Total aplicações em fundos de investimento	**355.056**	**232.409**	**764.747**	**569.803**
Aplicações em bancos				
Certificado de depósitos bancários - CDB	1.057.775	–	1.800.438	1.293.659
Total aplicações em bancos	**1.057.775**	–	**1.800.438**	**1.293.659**
Total aplicações financeiras	**1.412.831**	**232.409**	**2.565.185**	**1.863.462**

Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado. Certificados de depósitos bancários ("CDB") são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado. As aplicações financeiras são rentabilizadas a taxas de retorno de 100% do certificado de CDI em 31 de dezembro de 2021. Veja a nota 5.9 com a análise de sensibilidade sobre os riscos de taxa de juros. **5.2 Títulos e valores mobiliários: Política contábil:** São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os títulos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos títulos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento). O caixa restrito é mensurado e classificado ao custo amortizado, ambos com vencimento médio dos títulos do governo entre dois e cinco anos, porém podem ser resgatados prontamente e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Títulos públicos	469.475	159.604	1.876.006	1.188.625

Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada SELIC com rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI e vencimento entre dois e cinco anos com liquidez diária. **5.3 Contas a receber de clientes: Política contábil:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional devido a um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Contas de gás a receber	491.818	417.671
Operações de energia elétrica	36.663	126.389
Receita não faturada [i]	975.588	667.793
Outros	17.075	22.040
	1.521.144	**1.233.893**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(93.424)	(112.281)
	(93.424)	**(112.281)**
Total	**1.427.720**	**1.121.612**
Circulante	1.411.923	1.103.583
Não circulante	15.797	18.029
	1.427.720	**1.121.612**

[i] A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
A vencer	1.392.006	1.083.943
Vencidas:		
Até 30 dias	27.375	20.165
De 31 a 60 dias	8.150	8.148
De 61 a 90 dias	3.958	3.433
Mais de 90 dias	89.655	118.204
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(93.424)	(112.281)
	1.427.720	**1.121.612**

A variação na perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2020	–
Contribuição de investimento (nota 7.3)	(100.941)
Adições/reversões	(25.638)
Baixas	14.298
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(112.281)**
Adições/reversões	1.792
Baixas	17.065
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(93.424)**

5.4 Partes relacionadas: Política contábil: As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

Ativo circulante	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Operações comerciais				
Raízen Energia S.A. [i]	176	–	1.540	1.557
Cosan S.A. [ii]	1.299	–	1.299	–
Compass Comercialização	4	66	–	–
TRSP	127	749	–	–
Raízen S.A. [iii]	–	–	1.157	769
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	3.814	–	–	–
Compass Um Participações S.A. [iv]	9.788	–	–	–
Rumo Malha Paulista S.A.	–	–	85	–
Rumo Malha Norte S.A.	–	–	41	–
Rumo Malha Sul S.A.	–	–	519	–
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	101	–	117	–
Outros	1	–	8	45
	15.310	**815**	**4.766**	**2.371**

Passivo circulante	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Operações comerciais				
Raízen Energia S.A. [i]	72	145	7.910	14.175
Cosan S.A. [ii]	2.164	3.732	2.164	4.602
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	258	–	–	–
Compass Comercialização	5	98	–	–
TRSP	16	16	–	–
Raízen S.A. [iii]	–	–	2.130	–
Outros	–	73	–	–
	2.515	**4.064**	**12.204**	**18.777**

i) Gastos com serviços compartilhados e de responsabilidade da Companhia e suas subsidiárias. A natureza das despesas relacionadas ao centro de serviços compartilhados está relacionada aos seguintes serviços: processos de TI, contabilidade, impostos, suporte jurídico, etc. ii) Despesas pagas pela Cosan S.A. que serão reembolsadas pela Companhia durante o exercício. iii) A operação comercial refere-se ao fornecimento de gás para os postos de combustíveis da Raízen Combustíveis. iv) Reembolso de custos referente a aquisição da Sulgás.

b) Transações com partes relacionadas:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita operacional		
Raízen S.A.	9.213	12.195
Elevações Portuárias S.A.	439	624
Raízen Energia S.A.	12.215	1.507
	21.867	**14.326**
Custo operacional		
Raízen S.A.	(29.509)	(5.263)
	(29.509)	**(5.263)**
Despesas compartilhadas		
Raízen Energia S.A.	(40.570)	(41.588)
Cosan S.A.	(3.596)	–
	(44.166)	**(41.588)**

c) Remuneração da administração: A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração que inclui salários, contribuições para um plano de benefícios pós-emprego e pagamento baseado em ações.

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	9.604	2.796
Benefícios pós-emprego	125	103
Transações com pagamentos baseados em ações	1.793	1.153
	11.522	**4.052**

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures: Política contábil: Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado, exceto para as quais a Companhia adota *fair value option*. São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros. Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: i. o montante da obrigação nos termos do contrato; e ii. o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita. Os termos e condições dos empréstimos pendentes são os seguintes:

Descrição	Encargos financeiros: Indexador	Encargos financeiros: Taxa anual de juros [i]	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020	Vencimento	Objetivo
Com garantia						
BNDES						
Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	14,53%	154.843	175.374	abr-29	Investimentos
Projetos VIII	IPCA + 3,25%	13,60%	945.663	807.438	abr-29	Investimentos
EIB	USD + LIBOR6M + 0,54%	1,11%	–	30.817	mai-21	Capital de giro
	USD + LIBOR6M + 0,61%	0,80%	–	57.813	set-21	Capital de giro
			1.100.506	**1.071.442**		
Sem garantia						
Resolução 4131						
Scotiabank 2018	USD + 3,67%	3,67%	438.823	415.232	mai-23	Capital de giro
Scotiabank 2019	USD + 1,59%	1,59%	–	388.912	abr-21	Capital de giro
Scotiabank 2020	USD + 1,36%	1,36%	414.378	–	fev-24	Capital de giro
Notas promissórias						
4ª emissão	CDI + 3,00%	4,96%	–	207.606	abr-21	Capital de giro
5ª emissão	CDI + 3,40%	5,36%	–	520.116	abr-21	Capital de giro
6ª emissão	CDI + 3,00%	4,96%	–	393.452	abr-21	Capital de giro
Debêntures						
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	18,25%	165.478	299.524	dez-22	Investimentos
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	18,12%	108.451	97.956	dez-25	Investimentos
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	16,48%	873.474	890.658	dez-23	Investimentos
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	14,79%	501.278	452.457	out-24	Investimentos
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	12,11%	352.235	298.706	mai-28	Capital de giro
8ª emissão - série única	CDI + 0,50%	9,70%	2.033.161	2.007.848	out-22	Capital de giro
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	15,66%	484.974	–	ago-31	Investimentos
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	15,77%	477.578	–	ago-36	Investimentos
1ª emissão	CDI + 1,95%	11,28%	717.651	–	ago-24	Investimentos
			6.567.481	**5.972.467**		
Total			**7.667.987**	**7.043.909**		
Circulante			**2.288.960**	**1.787.503**		
Não circulante			**5.379.027**	**5.256.406**		

(i) Taxas efetivas consideram taxas prefixadas dos contratos mais indexadores acumulados nos últimos 12 meses, sem considerar o efeito *hedge* (se aplicável). Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
13 a 24 meses	1.464.840	2.222.517
25 a 36 meses	1.744.513	1.477.342
37 a 48 meses	135.491	623.971
49 a 60 meses	215.980	171.794
61 a 72 meses	215.980	238.050
73 a 84 meses	216.025	238.050
85 a 96 meses	261.191	238.095
Acima de 96 meses	1.125.007	46.587
	5.379.027	**5.256.406**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Reais (R$)	6.814.786	6.151.135
Dólar (US$)	853.201	892.774
	7.667.987	**7.043.909**

Em 31 de dezembro de 2021, todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (nota 5.9). Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2020	–
Contribuição de investimento (nota 7.3)	5.244.942
Captação	2.267.624
Amortização de principal	(796.109)
Pagamento de juros	(280.472)
Juros, variação cambial e valor justo	607.924
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**7.043.909**
Captação	2.251.559
Amortização de principal [i]	(1.768.394)
Pagamento de juros	(419.092)
Juros, variação cambial e valor justo	560.005
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**7.667.987**

(i) A subsidiária Comgás, em 06 de janeiro de 2021 realizou pagamento antecipado da 4ª emissão, 5ª emissão e 6ª emissão de notas promissórias captadas para reforço de caixa no início da pandemia em 2020 no valor de R$1.080.000. Em 23 de fevereiro ocorreu a liquidação antecipada do empréstimo 4131 de 2020 no valor de R$407.250. Em 15 de setembro de 2021 ocorreu a liquidação da 4ª e última linha de financiamento de capital de giro com o *European Investment Bank* (EIB), captada em setembro de 2011 com valor original de U$72.000. As demais movimentações referem-se a pagamentos ordinários dos contratos com BNDES e EIB. **a) Garantias:** Até setembro de 2021, os contratos de financiamento com o *European Investment Bank* ("EIB"), destinados a investimentos, eram garantidos por fiança bancária, de acordo com cada contrato. Em 15 de setembro de 2021, tais garantias bancárias foram liquidadas, em decorrência do término de vigência do empréstimo. O saldo em 31 de dezembro de 2020 era R$113.000. **b) Linhas de créditos não utilizadas:** Em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária Comgás dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R$ 2.500.000. O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais. **c) Cláusulas restritivas ("*Covenants*"):** Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a controlada Comgás é obrigada a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Dívida	Meta	Índice
BNDES	Dívida líquida [i] / EBITDA [ii] não poderá ser superior a 4,00	
Resolução 4131		
Debêntures de 4ª a 9ª emissões		1,59
Debênture 4ª emissão	Endividamento de curto prazo/Endividamento total [iii] não poderá ser superior a 0,6	0,34

(i) A dívida líquida consiste em dívida circulante e não circulante, líquida de caixa e equivalentes de caixa

continua

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Compass Gás e Energia S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

e de títulos e valores mobiliários registrados nessas demonstrações financeiras da controlada Comgás. (ii) Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses. (iii) O endividamento total corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da subsidiária Comgás, de curto e longo prazos (incluindo o saldo líquido das operações com derivativos). Para os demais empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas, não consta nenhuma cláusula restritiva financeira. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras. Os termos dos empréstimos incluem provisões para *cross-default*. **d) Valor justo e exposição ao risco financeiro:** O valor justo dos empréstimos e debêntures é baseado no fluxo de caixa descontado utilizando sua taxa de desconto implícita. São classificados como valor justo de nível 2 na hierarquia (Nota 5.10) devido a observância de dados, incluindo o risco de crédito próprio. Os detalhes da exposição da Companhia e suas controladas aos riscos decorrentes de empréstimos estão demonstrados na nota 5.9. **5.6 Fornecedores: Política contábil:** As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de gás e transportes de gás	–	–	1.314.946	780.141
Suprimento e transporte de energia elétrica	–	–	74.893	141.418
Fornecedores de materiais e serviços	1.265	3.283	409.138	260.552
	1.265	3.283	1.798.977	1.182.111

A subsidiária Comgás tem contratos de suprimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") e a Gás Brasiliano Distribuidora S.A. ("Gás Brasiliano"), nas seguintes condições: • Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2020, com vigência até dezembro 2023, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 6,80 milhões de m³/dia no ano de 2022, denominado Firme Nacional; • Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em junho 1999, com vigência até dezembro de 2021 e quantidade diária contratual de gás boliviano de 8,10 milhões de m³/dia, denominado TCQ; • Contrato de gás inscrito no Programa Prioritário de Termeletricidade PPT com a Petrobras, para abastecimento de 0,3 milhões de m³/dia com a Ingredion Brasil Ingredientes Industriais Ltda., com vigência até 31 de março de 2023; • Contrato com a Gás Brasiliano na modalidade firme, iniciado em abril 2008, com vigência até 26 de março de 2022 e volume médio mensal contratado de 1,44 milhões de m³ e volume anual contratado de 17,52 milhões de m³. Em dezembro de 2021 foi assinado um novo contrato com a Petrobras na modalidade firme, válido a partir de janeiro de 2022, indexado à moeda americana, com vigência até dezembro de 2023 e quantidade diária contratual de 6,40 milhões de m³/dia, denominado TC. O preço é composto por duas parcelas: uma indexada ao *brent* no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Os contratos de fornecimento de gás natural, contrato Firme Nacional e TCQ, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Ambos os contratos são indexados ao dólar americano. **5.7 Instrumentos financeiros derivativos: Política contábil:** Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como: i. *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa). No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de hedge são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos/(perdas). Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de hedge são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de hedge for menor que 12 meses. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. Para o risco coberto, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro de uma faixa de 60% a 140%. A Companhia possuí um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições *forward*. Para este portfólio, não há compromisso de compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra, realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado à valor justo na data do balanço. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. O impacto dos instrumentos financeiros derivativos nos balanços patrimoniais é:

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
Derivativos de energia elétrica	***Nocional***	**Valor justo**	***Nocional***	**Valor justo**
Contratos a termo	1.407.476	(248.123)	1.354.967	(189.423)
	1.407.476	**(248.123)**	**1.354.967**	**(189.423)**
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos a termo	28.100	1.044	–	–
	28.100	**1.044**	–	–
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de *swap* (juros)	2.695.617	119.993	684.501	211.741
Contratos de *swap* (juros e câmbio) [i]	1.375.375	127.610	848.238	208.845
	4.070.992	**247.603**	**1.532.739**	**420.586**
Total de instrumentos contratados		**524**		**231.163**
Ativos		**358.456**		**517.181**
Passivos		**(357.932)**		**(286.018)**
		524		**231.163**

(i) Os montantes de nocional em U.S. dólar são convertidos para reais pela taxa de câmbio do dia da contratação. Em 22 de julho de 2021, a subsidiária TRSP contratou um *SWAP* com *notional* de R$ 700.000 e data de início futura para 13 de agosto de 2021 com o objetivo de indexação passiva a variação cambial +3,20% deixando de estar ativo em CDI +1,95%. (notas 1.1 e 5.5). A Companhia adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são mensurados e reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado. Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, uma vez que os termos do *swap* de taxa de juros e câmbio correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa, ou seja, montante nocional, prazo e pagamento. A Companhia estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de *hedge*, uma vez que o risco subjacente do *swap* de taxa de juros e câmbio é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método de fluxo de caixa descontado e compara as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto. Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* foram os seguintes:

		Valor contábil		Ajuste acumulado de valor justo	
	Nocional	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Itens designados					
Debêntures da 3ª emissão - 3ª série	–	–	–	–	575
Debêntures da 5ª emissão - série única	(684.501)	(873.474)	(890.658)	17.184	(22.040)
Debêntures da 9ª emissão - 1ª serie	(500.000)	(484.974)	–	(484.974)	–
Debêntures da 9ª emissão - 2ª serie	(500.000)	(477.578)	–	(477.578)	–
BNDES Projeto VIII [i]	(1.000.000)	(921.949)	–	(921.949)	–
	(2.684.501)	**(2.757.975)**	**(890.658)**	**(1.867.317)**	**(21.465)**
Instrumentos financeiros derivativos					
Instrumentos de *hedge*					
Swap da 3ª emissão - 3ª série	–	–	–	–	862
Swap da 5ª emissão - série única	684.501	(189.928)	211.741	(401.669)	10.731
Swap da 9ª emissão - 1ª série	500.000	5.776	–	5.776	–
Swap da 9ª emissão - 2ª série	500.000	12.939	–	12.939	–
Swap do BNDES Projeto VIII	1.000.000	51.220	–	51.220	–
Total derivativo	**2.684.501**	**(119.993)**	**211.741**	**(331.734)**	**11.593**
Total	–	**(2.877.968)**	**(678.917)**	**(2.199.051)**	**(9.872)**

(i) Na subsidiária Comgás, a exposição da dívida BNDES Projeto VIII está substancialmente protegida pelo hedge contratado em julho de 2021, tendo uma parcela de menos de 3% não protegida e que para efeitos práticos se torna irrelevante sua segregação a custo amortizado. **Opções por valor justo:** Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas e, portanto, não foi utilizado o expediente da contabilidade de *hedge*, previsto no CPC 48 - Instrumentos financeiros. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de *hedge*) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado, os efeitos contábeis são os mesmos que seriam obtidos através de uma documentação de *hedge*.

***Hedge* risco de câmbio**			Valor contábil		Ajuste de valor acumulado	
		Nocional	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
EIB 3ª Tranche	US$ + LIBOR6M + 0,54%	–	–	(30.817)	–	156
EIB 4ª Tranche	US$ + LIBOR6M + 0,61%	–	–	(57.813)	–	308
4131 Scotiabank (2018)	US$ + 3,67%	(268.125)	(438.823)	(415.232)	(18.230)	(24.247)
4131 Scotiabank (2020)	US$ + 1,59%	–	–	(388.912)	–	1.967
4131 Scotiabank (2021)	US$ + 1,36%	(407.250)	(414.378)	–	5.526	–
Total débito		**(675.375)**	**(853.201)**	(892.774)	**(12.704)**	(21.816)
Instrumentos financeiros derivativos						
EIB 3ª Tranche	BRL + 88,5% do CDI	–	–	21.176	844	24.927
EIB 4ª Tranche	BRL + 81,1% do CDI	–	–	39.256	2.583	26.219
4131 Scotiabank (2018)	BRL + 107,9% do CDI	268.125	168.358	154.627	20.794	117.080
4131 Scotiabank (2020)	BRL + CDI + 2,75%	–	–	(6.214)	15.711	(12.904)
4131 Scotiabank (2021)	BRL + CDI + 1,25%	407.250	(514)	–	(6.628)	–
Total derivativos		**675.375**	**167.844**	208.845	**33.304**	155.322
Total líquido		–	**(685.357)**	**(683.929)**	**20.600**	**133.506**

5.8 Mensuração de valor justo reconhecidas: Política contábil: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: i. o uso de preços de mercado cotados; ii. para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado. Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio. A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado. Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos. • Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos. • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil e valor justo (i)	
	Nível 2	
Ativos	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Aplicação em fundos de investimento	764.747	569.803
Títulos e valores mobiliários	1.876.006	1.188.625
Instrumentos financeiros derivativos	358.456	517.181
Total	**2.999.209**	**2.275.609**
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.634.890)	(1.789.810)
Instrumentos financeiros derivativos	(357.932)	(286.018)
Total	**(3.992.822)**	**(2.075.828)**

(i) As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de estes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve alteração na classificação dos níveis. **5.9 Gestão de risco financeiro:** Esta nota explica a exposição a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros Reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro. (ii) Análise de sensibilidade.	Moeda estrangeira.
Risco de mercado - juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(i) Análise de sensibilidade	*Swap* de juros.
Risco de mercado - preços	(i) Transações comerciais futuras.	(i) Fluxo de caixa futuro. (ii) Análise de sensibilidade.	Preço futuro de energia elétrica (compra e venda)
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas e dividendos.	(i) Análise por vencimento. (ii) *Ratings* de crédito.	Disponibilidades e linhas de crédito.
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	(i) Fluxo de caixa futuro.	Disponibilidades e linhas de crédito.

A Administração da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. O Conselho fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos e estoques com taxa de juros flutuante protegidos, à taxa de câmbio fixa para as compras protegidas. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **a) Risco de mercado:** O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia e suas controladas utilizam derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. **i. Risco cambial:** Exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(853.201)	(892.775)
Instrumentos financeiros derivativos	814.012	892.775
Risco cambial líquido	**(39.189)**	–

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares. Um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do real em relação ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2021, teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e o patrimônio líquido afetado e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

		Cenário				
Instrumento	**Fator de risco**	**Provável**	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Aumento na taxa de R$/US$	(20.919)	(248.584)	(476.249)	206.747	434.412
Derivativos de taxa de juros e câmbio	Queda na taxa de R$/US$	(57.459)	150.611	358.682	(265.530)	(473.600)
Impactos no exercício		**(78.378)**	**(97.973)**	**(117.567)**	**(58.783)**	**(39.188)**

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados em 31 de dezembro de 2021, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.
Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R$/US$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções, realizadas por consultoria especializada, para as taxas de câmbio em 12 meses, como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R$/US$)					
			Cenário			
	31/12/2021	**Provável**	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
Dólar norte-americano	5,58	5,70	7,13	8,55	4,28	2,85

ii. Risco da taxa de juros: A Companhia e suas subsidiárias monitoram as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e em sua maioria utiliza instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

		Cenário			
	Provável	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
Caixa e equivalentes de caixa	397.203	463.561	545.162	503.716	502.786
Títulos e valores mobiliários	209.175	251.002	297.672	222.272	201.233
Derivativos de taxa de juros	(28.318)	24.652	(12.275)	106.583	152.140
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(533.347)	(751.140)	(875.813)	(337.502)	(232.584)
Impactos de (perda) ou ganhos no exercício	**44.713**	**(11.925)**	**(45.254)**	**495.069**	**623.575**

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN), como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de juros				
		Cenário			
	Provável	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
SELIC	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
CDI	11,15%	13,94%	16,73%	8,36%	5,58%
TJLP	6,60%	8,25%	9,90%	4,95%	3,30%
TJLP462 (TJLP + 1% a.a.)	7,60%	9,25%	10,90%	5,95%	4,30%
IPCA	4,61%	5,76%	6,91%	3,46%	2,30%
IGPM	5,19%	6,48%	7,78%	3,89%	2,59%

iii. Risco de preços: Em janeiro de 2020, a Subsidiária Compass Comercialização S.A. ingressou no mercado de comercialização de energia elétrica, com o objetivo de construir uma carteira de clientes e auferir resultados com as diferenças de preço de energia, dentro dos limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos pela Administração, expondo a Companhia ao risco de preço desta commodity. No segundo trimestre, a sua controlada tomou a decisão de neutralizar quase a totalidade de sua exposição a preços de mercado, reduzindo de forma substancial a atividade de trading direcional de energia elétrica, mantendo seu foco na atividade de comercialização de energia para clientes finais. **Posição patrimonial e ganhos não realizados em operações de *trading* de energia, líquidos:** As operações de trading são transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço. Este valor justo é estimado, em grande parte, nas cotações de preço utilizadas no mercado ativo de balcão na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em menor parte, pelo uso de técnicas de avaliação que consideram preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preços de mercado projetados por entidades especializadas, no período de disponibilidade destas informações, os quais podem vir a não se confirmar, no futuro. Os saldos patrimoniais, referentes às nossas transações de trading em aberto estão abaixo apresentados:

	Comercialização de energia	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	69.576	96.595
Passivo	(317.699)	(286.018)
Perda líquida	**(248.123)**	**(189.423)**

O principal fator de risco que impacta a precificação das nossas operações de trading é a exposição aos preços de mercado da energia. Os cenários para análise de sensibilidade para este fator são elaborados utilizando dados de mercado e fontes especializadas, considerando preços futuros, aplicados sobre as curvas de mercado em 31 de dezembro de 2021, como segue:

	31/12/2021				
	Provável	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
Perdas não realizadas com comercialização de energia	**(248.123)**	**(244.212)**	**(240.302)**	**(252.034)**	**(255.942)**
		2022	**2023**	**2024**	**2025 em diante**
Posições esperadas		**(248.115)**	**(13.822)**	**1.093**	**12.721**

b) Risco de crédito: As operações regulares da Companhia e suas controladas expõe a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia e suas controladas procuram mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia e suas controladas continuam sujeitas a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	3.562.358	1.899.533
Títulos e valores mobiliários	1.876.006	1.188.625
Contas a receber de clientes [i]	1.427.720	1.121.612
Instrumentos financeiros derivativos	358.456	517.181
Recebíveis de partes relacionadas	4.766	2.371
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	–	84
	7.229.306	**4.729.406**

(i) Em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária Comgás possuía uma carteira de aproximadamente 2.23 milhão de clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência. A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários. Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A". O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia. Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
AAA	5.581.247	3.203.360
AA	215.573	401.979
	5.796.820	**3.605.339**

c) Risco de liquidez: A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação. Os passivos financeiros da Companhia consolidados classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

					31/12/2021	31/12/2020
	Até 1 ano	**De 1 a 2 anos**	**De 3 a 5 anos**	**A mais de 5 anos**	**Total**	**Total**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.706.024)	(2.622.360)	(4.319.777)	(2.633.635)	(12.281.796)	(7.800.217)
Instrumentos financeiros derivativos	(369.485)	272.537	883.386	168.138	954.576	392.436
Fornecedores	(1.798.977)	–	–	–	(1.798.977)	(1.182.111)
Outros passivos financeiros [i]	(91.933)	–	–	–	(91.933)	(95.428)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(2.035)	–	–	–	(2.035)	(1.688)
Parcelamento de débitos tributários	(756)	(755)	(1.508)	(3.078)	(6.097)	(6.564)
Arrendamentos	(7.479)	(9.147)	(24.448)	(43.884)	(84.958)	(13.672)
Pagáveis a partes relacionadas	(12.204)	–	–	–	(12.204)	(18.777)
	(4.988.893)	**(2.359.725)**	**(3.462.347)**	**(2.512.459)**	**(13.323.424)**	**(8.726.021)**

(i) Na subsidiária Comgás, em 31 de dezembro de 2021 o saldo consolidado antecipado dos fornecedores junto a instituições financeiras era de R$ 91.933 (R$ 95.428 em 31 de dezembro de 2020). Essas operações tiveram o Banco Santander como contrapartes, a uma taxa média de 12,15% a.a. (6% a.a. em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 90 dias. **6. Outros tributos a recuperar: Política Contábil:** Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição para o financiamento da seguridade social COFINS [i]	837.835	52.487
Programa de Integração Social PIS [i]	181.905	11.658
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS)	207.348	159.609
Outros	7.670	12
	1.234.758	**223.766**
Circulante	245.599	194.600
Não circulante	989.159	29.166
	1.234.758	**223.766**

(i) Na subsidiária Comgás, em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia. Em 2018, a subsidiária Comgás reconheceu os créditos referentes aos períodos posteriores a março de 2017 com base na decisão proferida naquela data pelo STF, mantendo como ativo contingente valores decorrentes da ação, ainda não julgada em definitivo, que retroagiam a julho de 2008. Na subsidiária Comgás, em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento sobre a modulação dos efeitos da decisão que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (RE 574.706), bem como confirmou que o ICMS a ser considerado no tema é o destacado na nota fiscal, e não o recolhido. Segundo a modulação, definida pelo STF, o direito à exclusão do ICMS valeria a partir de 15 de março de 2017 - data em que os ministros decidiram o mérito no Plenário da Corte. No caso da subsidiária Comgás, uma vez que sua ação individual data de julho de 2013, de acordo com a forma jurídica da modulação dos efeitos, ficou resguardado o direito de recuperação do indébito desde julho de 2008. Desta forma, todas as circunstâncias relevantes e, até então, pendentes acerca do tema foram superadas e, portanto, sob o ponto de vista do IAS 37/CPC 25, os valores relativos ao pleito deixaram de ser classificados como ativo contingente, já que sua existência foi confirmada e sua realização é praticamente certa. Portanto, a subsidiária Comgás registrou, em junho de 2021, o montante de R$ 957.663 (R$573.462 principal e R$ 382.201 atualização monetária), os quais, atualizados em 31 de dezembro de 2021, somam o total de R$ 956.338 (R$ 563.175 principal e R$ 393.213 atualização monetária), relativo a créditos de PIS e COFINS em seu ativo não circulante, o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. O montante total está suportado pela Administração com base em cálculos e documentação suporte, a fim de consubstanciar a exatidão dos cálculos. Em agosto de 2021, foi certificado o trânsito em julgado da ação individual ajuizada pela subsidiária Comgás sobre o tema no ano de 2013. A subsidiária Comgás considera ainda incerto se uma parcela dos referidos créditos reconhecidos em junho 2021 e corrigidos até 31 de dezembro poderá, eventualmente, ser considerada como componente de ajuste tarifário no âmbito do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, sendo que tal interpretação ganhou maior clareza após a modulação dos efeitos pelo STF no julgamento de 13 de maio de 2021. Portanto, do montante total de créditos reconhecidos em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária Comgás provisionou o valor de R$ 638.976 (R$ 375.566 principal e R$ 263.410 atualização monetária), equivalente à parcela incerta, em sua rubrica de passivos setoriais, no passivo não circulante (Nota 10). Conforme deliberação ARSESP nº 1.254 de 08 de dezembro de 2021, a partir de 10 de dezembro de 2021 as tarifas já excluem o ICMS na base do PIS/COFINS. **7. Investimentos em associadas: 7.1 Subsidiárias: Política contábil: a) Subsidiárias:** Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade. **b) Associadas:** Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em "Resultado de equivalência patrimonial". Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes". As subsidiárias da Companhia estão listadas abaixo:

Participação direta e indireta em subsidiárias	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	99,14%	99,14%
Compass Comercialização S.A.	100,00%	100,00%
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	100,00%	100,00%
Rota 4 Participações S.A.	100,00%	100,00%
Compass Geração Ltda. [i]	–	100,00%
Compass Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Compass Um Participações S.A. [ii]	100,00%	–
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A. [ii]	100,00%	–
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A. [ii]	100,00%	–

(i) Alienação do investimento em 31 de julho de 2021. (ii) Companhias constituídas para realização do plano de expansão. Abaixo estão os investimentos em subsidiárias que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2021:

a) Controladora	**Número de ações da investida**	**Ações da investidora**	**Participação societária**
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	132.520.587	131.381.377	99,14%
Compass Comercialização S.A.	516.105.000	516.105.000	100,00%
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	37.205.000	37.205.000	100,00%
Rota 4 Participações S.A.	16.605.000	16.605.000	100,00%
Compass Um Participações S.A.	944.505.000	944.505.000	100,00%
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	16.005.000	16.005.000	100,00%
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	1.000.500	1.000.500	100,00%

Movimentação:	**Saldo em 1º de janeiro de 2021**	**Resultado de equivalência patrimonial**	**Dividendos**	**Aumento de capital**	**Outros**	**Saldo em 31 de dezembro de 2021**
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	2.851.863	2.021.131	(1.635.816)	–	45.654	**3.282.832**
Compass Comercialização S.A.	59.134	(265.473)	–	350.000	–	**143.661**
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	15.923	(29.758)	–	20.000	(6)	**6.159**
Rota 4 Participações S.A.	4.591	104	(25)	12.000	–	**16.670**
Compass Um Participações S.A.	–	(6.460)	–	957.000	–	**950.540**
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	–	(7.612)	–	16.000	–	**8.388**
Total investimento em associadas	**2.931.511**	**1.711.932**	**(1.635.841)**	**1.355.000**	**45.648**	**4.408.250**

	Saldo em 1º de janeiro de 2020	**Resultado de equivalência patrimonial**	**Contribuição de investimento [i]**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Dividendos**	**Aumento de capital**	**Outros**	**Saldo em 31 de dezembro de 2020**
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	–	1.060.941	2.861.936	55.358	(1.125.614)	–	(758)	**2.851.863**
Compass Comercialização S.A.	100	(106.966)	–	–	–	166.000	–	**59.134**
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	6	(1.288)	–	–	–	17.205	–	**15.923**
Rota 4 Participações S.A.	–	(9)	–	–	–	4.600	–	**4.591**
Total investimento em associadas	**106**	**952.678**	**2.861.936**	**55.358**	**(1.125.614)**	**187.805**	**(758)**	**2.931.511**

(i) Para maiores detalhes, vide nota 7.3
Informações financeiras de subsidiárias:

	31/12/2021			
	Ativos	**Passivos**	**Patrimônio líquido**	**Lucro (prejuízo) do exercício**
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	12.271.498	(11.166.280)	1.105.218	2.119.121
Compass Comercialização S.A.	541.914	(398.252)	143.662	(265.472)
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	875.376	(869.217)	6.159	(29.758)
Rota 4 Participações S.A.	17.250	(580)	16.670	104
Compass Um participações S.A.	960.328	(9.788)	950.540	(6.460)
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	14.980	(6.592)	8.388	(7.613)

	31/12/2020			
	Ativos	**Passivos**	**Patrimônio líquido**	**Lucro (prejuízo) do exercício**
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	10.616.884	(10.026.832)	590.052	1.150.613
Compass Comercialização S.A.	472.431	(413.297)	59.134	(106.970)
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	22.014	(6.097)	15.917	(1.288)
Rota 4 Participações S.A.	4.628	(37)	4.591	(13)

7.2 Aquisição de subsidiárias: Em 30 de janeiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% do capital das seguintes empresas:

Nome da adquirida	Descrição da operação
Compass Comercializadora de Energia Ltda.	Comercialização de gás natural e energia elétrica
Compass Geração Ltda.	Comercialização de gás natural e energia elétrica
Compass Energia Ltda.	Sem operação
Black River Participações	Sem operação

Foram feitas estimativas precisas e confiáveis do preço de compra para determinar o valor do ágio pago na transação. Ágio é a diferença entre o valor dos ativos líquidos adquiridos e o preço pago pelas ações. A Companhia, por meio de consultores independentes, avaliou se o valor justo de todos os ativos e passivos no balanço patrimonial de abertura é diferente do valor contábil declarado. Os ativos e passivos avaliados incluem ativos imobilizados, carteiras de clientes, marcas e, possivelmente, também empréstimos de longo prazo. Não foram identificadas diferenças materiais entre o valor justo e o valor contábil, e o preço líquido pago foi totalmente alocado ao ágio. Os saldos das empresas adquiridas são compostos substancialmente por ativos e passivos mensurados pelo valor justo e, portanto, não foram efetuados ajustes no valor justo e nas políticas contábeis. O valor justo dos ativos e passivos adquiridos está demonstrado a seguir:

	Compass Comercializadora	**Compass Geração**	**Compass Energia**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	4.539	177	37	4.753
Contas a receber de clientes	12.384	149.163	–	161.547
Adiantamento de fornecedores	15	–	–	15
Outros tributos a recuperar	134	89	31	254
Instrumentos financeiros derivativos	1.377	–	–	1.377
Investimentos em associadas	9	28	–	37
Imobilizado	69	–	–	69
Fornecedores	(13.585)	(83.669)	–	(97.254)
Outros tributos a pagar	–	(162)	–	(162)
Outras contas a pagar	(97)	–	–	(97)
Outros passivos financeiros	–	(48.007)	–	(48.007)
Dividendos a pagar	–	(508)	–	(508)
Pagáveis a partes relacionadas	–	(17.063)	–	(17.063)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(468)	–	–	(468)
Total dos ativos identificáveis, líquido	**4.377**	**48**	**68**	**4.493**

O valor justo na data de aquisição do ágio consistiu no seguinte:

	Total
Contraprestação transferida [i]	99.385
Total de ativos adquiridos e passivo assumidos ao valor justo (-)	4.493
Ágio	**94.892**

(i) Efeito de contraprestação transferida líquido de caixa adquirido R$ 94.631.
O ágio de R$ 94.892 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros decorrentes da aquisição.
O ágio representa a parte do preço de compra superior à soma do valor justo líquido de todos os ativos adquiridos na aquisição e os passivos assumidos no processo. A vida útil do ágio é indefinida e o saldo desse ativo é avaliado anualmente pela Companhia, ou quando tiver indicativo de *impairment*, por meio do método de fluxo de caixa descontado.

	Natureza	**Metodologia de avaliação**	**Valor justo**	**Vida útil**
Ágio	Representa a parte do preço de compra superior à soma do valor justo líquido de todos os ativos adquiridos na aquisição e os passivos assumidos no processo.	Fluxo de caixa descontado	94.892	Indefinida

Se as subsidiárias adquiridas tivessem sido consolidadas desde 1º de janeiro de 2020, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentaria uma receita líquida de R$ 9.244.777 e lucro líquido de R$ 934.817. **7.3 Contribuição de investimento Comgás:** Em 14 de janeiro de 2020, a Cosan S.A. contribuiu ao capital social da Compass Gás e Energia a totalidade das ações que detinha da Comgás, ou seja, 103.699.333 ações ordinárias e 27.682.044 ações preferenciais, equivalentes a 99,15% do capital social, pelo montante de R$2.861.936, composto pelo patrimônio societário da Comgás adicionado ao saldo de combinação de negócios apurado em sua aquisição pela Cosan. A contribuição das ações da Comgás foi destinada para aumento de capital em R$622.160 e o remanescente de R$2.239.776, foi destinado à conta de reserva de capital da Companhia. O patrimônio líquido contribuído foi o de 31 de dezembro de 2019 e, portanto, a partir de 1 de janeiro de 2020, a Companhia passou a deter o controle da Comgás. Os saldos da entidade contribuída são substancialmente compostos por ativos e passivos mensurados ao valor justo e, portanto, nenhum ajuste deverá ser feito. O valor do acervo patrimonial contribuído pela Cosan à Companhia, na data base de 01 de janeiro de 2020, está demonstrado a seguir:

	Societário	**Combinação de negócios**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	1.083.410	–	1.083.410
Títulos e valores mobiliários	200.233	–	200.233
Contas a receber de clientes	987.397	–	987.397
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	374.730	–	374.730
Estoques	89.586	–	89.586
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	18.459	–	18.459
Outros ativos circulantes	315.745	–	315.745
Outros ativos não circulantes	72.201	–	72.201
Direito de uso	10.128	–	10.128
Ativos de contrato	594.601	–	594.601
Intangível	4.705.232	3.586.378	8.291.610
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.244.942)	–	(5.244.942)
Fornecedores	(1.154.206)	–	(1.154.206)
Ordenados e salários a pagar	(59.928)	–	(59.928)
Outras contas a pagar circulantes	(683.555)	–	(683.555)
Arrendamentos	(10.843)	–	(10.843)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	–	(1.219.369)	(1.219.369)
Provisão para demandas judiciais	(128.735)	–	(128.735)
Benefícios pós emprego	(630.549)	–	(630.549)
Outras contas a pagar não circulantes	(19.454)	–	(19.454)
Total dos ativos contribuídos, líquido	**519.510**	**2.367.009**	**2.886.519**
Controladores	**515.085**	**2.346.851**	**2.861.936**
Não controladores	**4.425**	**20.158**	**24.583**

continua

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Compass Gás e Energia S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

7.4 Participação de acionistas não controladores: Política contábil: As transações com participação de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários. A seguir está apresentada a subsidiária da Companhia que possui participação relevante de não controladores:

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação de não controladores
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	132.520.587	1.139.210	0,86%

Movimentação:

	Saldo em 1º de janeiro de 2021	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	24.729	17.525	(14.184)	625	(229)	28.466
	24.729	17.525	(14.184)	625	(229)	28.466

	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Resultado de equivalência patrimonial	Contribuição de investimento (i)	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	–	9.200	24.583	484	(10.073)	535	24.729
	–	9.200	24.583	484	(10.073)	535	24.729

(i) Para mais detalhes, vide nota 7.2.

8 Intangível, ativo de contrato e imobilizado: Política contábil: Redução ao valor recuperável: O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de dez anos e transportados em perpetuidade sem considerar uma taxa de crescimento real. A Administração entende o uso de períodos superiores a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios. A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma suposição chave causaria prejuízo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes unidades geradoras de caixa às quais o ágio é alocado são explicadas abaixo. **8.1 Ativo intangível: Política contábil:** ***a) Goodwill:*** O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios. Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa ("UGC") ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação. **b) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **c) Relacionamento com clientes:** Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato. **d) Direito de concessão:** A subsidiária Comgás possui um contrato de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a subsidiária Comgás reconhece esse direito como um intangível. Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, são amortizados para corresponder ao período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a subsidiária Comgás, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pela ARSESP, para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão. A amortização é reconhecida pelo método linear e reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições da ARSESP. A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **e) Ativos de contrato:** Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores depreciáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. A Comgás reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um saldo de contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 - Contratos de Concessão. **f) Despesas subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **g) Amortização:** Exceto pelo *goodwill*, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relato e ajustados, se apropriado. A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores *de impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste *de impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma suposição chave causaria prejuízo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes unidades geradoras de caixa às quais o ágio é alocado são explicadas abaixo.

Custo:	Direito de concessão (iii)	Ágio	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	–	–	–	–	–
Adições	–	–	111.659	–	**111.659**
Combinação de negócios (nota 7.2)	–	94.892	–	1.897	**96.789**
Contribuição de investimento (nota 7.3)	10.112.064	–	879.474	–	**10.991.538**
Baixas	(48.442)	–	(131)	(2.511)	**(51.084)**
Transferências	695.140	–	(3.948)	77.751	**768.943**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**10.758.762**	**94.892**	**987.054**	**77.137**	**11.917.845**
Adições	–	–	154.900	52	**154.952**
Baixas (i)	(169.815)	–	(44)	–	**(169.859)**
Transferências (ii)	1.049.195	–	(255)	(72.425)	**976.515**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**11.638.142**	**94.892**	**1.141.655**	**4.764**	**12.879.453**
Amortização:					
Saldo em 1 de janeiro de 2020	–	–	–	–	–
Adições	(368.526)	–	(59.438)	(39.434)	**(467.398)**
Contribuição de investimento (nota 7.3)	(1.982.241)	–	(717.688)	–	**(2.699.929)**
Baixas	17.087	–	111	2.270	**19.468**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(2.333.680)**	–	**(777.015)**	**(37.164)**	**(3.147.859)**
Adições	(466.645)	–	(87.944)	(701)	**(555.290)**
Baixas (i)	152.236	–	114	–	**152.350**
Transferências	(37.038)	–	2	37.036	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(2.685.127)**	–	**(864.843)**	**(829)**	**(3.550.799)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**8.425.082**	**94.892**	**210.039**	**39.973**	**8.769.986**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**8.953.015**	**94.892**	**276.812**	**3.935**	**9.328.654**

(i) Contempla o montante de R$142.316 referente a baixa de ativos totalmente amortizados. (ii) Transferências de ativo de contrato, o montante contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro de acordo com os preceitos do IFRIC 12/ICPC 01. (iii) Em 28 de maio de 2012, a Cosan S.A. assinou contrato de compra e venda de ações com a Integral Investments B.V. ("Integral"), adquirindo 60,05% do capital social da Comgás por R$3.400.000 na data de conclusão da transação em 5 de novembro de 2012. O valor justo do intangível adquirido foi de R$8.014.135, e contempla o efeito de alocação do direito de concessão no montante de R$4.460.113, apurado com base no fluxo de caixa descontado do contrato de concessão existente entre Comgás e poder concedente. **Teste de redução ao valor recuperável de ágio:** Os ativos intangíveis de vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício. Não há intangíveis de vida útil indefinida na Companhia e demais entidades dessas demonstrações financeiras. **8.2 Ativos de contrato: Política contábil:** Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. A subsidiária Comgás reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

Custo:	Ativos de contrato
Saldo em 1 de janeiro de 2020	–
Contribuição de investimento (nota 7.3)	596.601
Adições	885.631
Transferência para ativo intangível	(793.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	686.690
Adições	1.020.176
Transferência para ativo intangível	(1.021.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**684.970**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram adicionados R$83.046 nos ativos intangíveis gerados internamente (R$89.970 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). A Companhia através da sua subsidiária Comgás assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão estimados até 2049. Os valores dos investimentos para projetos de expansão são de R$10.408 milhões, suporte operacional em R$10.026 milhões e suportes administrativos em R$2.868 milhões, ajustado por reequilíbrios firmados com o poder concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário. **Capitalização de custos de empréstimos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a subsidiária Comgás capitalizou R$33.829 a uma taxa média ponderada de 8,45% a.a (R$36.522 e 7,40% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). **8.3 Imobilizado: Política contábil: Reconhecimento e mensuração:** Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos. Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso. A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	10% - 20%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Custo:	Obras em andamento	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	–	–	–	–
Adições	15.239	–	581	**15.820**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**15.239**	–	**581**	**15.820**
Adições	257.147	–	–	**257.147**
Transferências	(7.652)	5.997	1.222	**(433)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**264.734**	**5.997**	**1.803**	**272.534**
Depreciação:				
Saldo em 1 de janeiro de 2020	–	–	–	–
Adições	–	–	(494)	**(494)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–	–	**(494)**	**(494)**
Adições	–	(409)	(141)	**(550)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	**(409)**	**(635)**	**(1.044)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**15.239**	–	**87**	**15.326**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**264.734**	**5.588**	**1.168**	**271.490**

Capitalização de custos de empréstimos: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a subsidiária TRSP capitalizou R$7.512 a uma taxa média de 2,78% a.a. **9. Compromissos:** Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a subsidiária Comgás possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R$7.745.842, cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2023. **10. Ativo e passivo setorial: Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da subsidiária Comgás, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia. Em 10 de junho de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.010 que dispõe sobre o mecanismo de atualização do custo médio ponderado do gás e transporte nas tarifas de gás canalizado e sobre o mecanismo de recuperação do saldo da conta gráfica, em razão de variações do preço do gás e do transporte. Esse mecanismo visa apuração mensal por segmento de usuários e considerando as parcelas de recuperação anteriormente estabelecidas e em processo de compensação. Conforme disposto em tal deliberação, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados à subsidiária Comgás ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário. Ainda, tal Deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pela Comgás mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa. Com o advento da referida deliberação, a subsidiária Comgás entende não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece a partir de 10 de junho de 2020 os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária Comgás registrou o saldo de passivo financeiro setorial líquido de R$813.973, sendo R$324.162 de saldo inicial, R$129.465 em contrapartida à receita operacional líquida e custo dos produtos vendidos, e R$355.886 em contrapartida ao resultado financeiro e R$263.410 em contrapartida a outras receitas operacionais. A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	241.749	(565.911)	(324.162)
Custo do gás (i)	228.153	–	228.153
Créditos tributários (ii)	–	(167.397)	(167.397)
Atualização monetária (iii)	19.699	(263.409)	(243.710)
Crédito extemporâneo (iv)	–	(375.566)	(375.566)
Diferimento do IGP-M (v)	68.709	–	68.709
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**558.310**	**(1.372.283)**	**(813.973)**
Circulante	489.601	(85.866)	403.735
Não circulante	68.709	(1.286.417)	(1.217.708)
	558.310	**(1.372.283)**	**(813.973)**

(i) Refere-se ao custo do gás adquirido superior àquele contido nas tarifas, 100% classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação da ARSESP prevê recuperação tarifária em bases trimestrais para o segmento industrial, que faz parte substancial do volume de gás distribuído pela Companhia. (ii) Créditos, majoritariamente, da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS posteriores a março de 2017, que serão potencialmente componentes de ajuste tarifário, e que deverão ser objetos de discussão junto à ARSESP a respeito dos mecanismos e critérios de ressarcimento. (iii) Atualização monetária sobre o conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC. (iv) Crédito extemporâneo da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide detalhamento na nota 6. (v) Apropriação do diferimento do IGP-M, referente as competências junho a dezembro 2021, para os segmentos residencial e comercial. **11 Imposto de renda e contribuição social: Política contábil:** A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido. **a) Imposto de renda e contribuição social corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **b) Imposto de renda e contribuição social diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **c) Exposição fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.710.947	920.426	1.683.276	1.400.777
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(581.722)	(312.945)	(572.314)	(476.264)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	582.057	323.838	–	(72)
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	–	–	(8.880)	(678)
Benefício ICMS extemporâneo (i)	–	–	290.745	–
Benefício ICMS - período corrente (ii)	–	–	100.281	–
Juros sobre capital próprio	13.880	–	23.891	9.464
Outros (iii)	(51)	(54)	225.637	7.238
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	**14.164**	**10.839**	**59.360**	**(460.312)**
Taxa efetiva	(0,83%)	(1,18%)	(3,53%)	32,86%

(i) No ano corrente, a subsidiária Comgás reconheceu crédito extemporâneo no montante de R$358.898 (R$290.745 principal e R$68.152 juros), utilizados por meio de sua compensação com IR, CSLL, PIS e COFINS a pagar vencidos no período, relativos aos pagamentos a maior de IRPJ e de CSLL dos anos de 2015, 2016 e 2019, quando esse benefício não era computado na apuração do IR e CSLL devidos pela subsidiária Comgás, por conta da não tributação do benefício da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo de 12% à 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.900 ("RICMS/SP"), com redação dada pelo Decreto Estadual nº 62.399/2016. Esses créditos foram reconhecidos pela subsidiária Comgás com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência aplicável ao tema. A subsidiária Comgás levou ainda em consideração todas as regras contábeis vigentes, as quais após serem analisadas em conjunto, não indicaram nenhum outro efeito contábil a ser reconhecido. (ii) A subsidiária Comgás, após 01 de janeiro de 2021 mudou seu procedimento fiscal, passando a excluir o benefício da redução da base de cálculo do ICMS concedida pela Estado de São Paulo diretamente da apuração de IR e CSLL do exercício corrente. (iii) A subsidiária Comgás revisitou sua estimativa de IR/CSLL para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, considerando os efeitos do julgamento do STF RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia no montante de R$ 219.586. **b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:** Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	15.803	5.445	122.263	12.382
Base negativa de contribuição social	5.689	1.960	44.015	4.457
Diferenças temporárias:				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos (i)	–	–	–	40.866
Provisão para demandas judiciais	–	–	26.176	22.556
Obrigação de benefício pós-emprego (ii)	–	–	159.978	200.355
Perda esperada de crédito	–	–	11.429	14.254
Transações com pagamento baseado em ações	924	1.830	3.705	4.857
Provisões de participações no resultado	1.934	383	20.308	12.652
Diferenças temporárias	1.441	2.110	59.828	26.979
Outros	–	–	23.532	7.999
	25.791	**11.728**	**471.234**	**347.357**
Créditos passivos de diferenças temporárias:				
Ágio fiscal amortizado	–	–	(6.990)	(538)
Resultado não realizado com derivativos	–	–	(37.798)	(38.600)
Direito de concessão - intangível	–	–	(1.136.465)	(1.177.917)
Arrendamento	101	–	(3.219)	(3.245)
Revisão de vida útil de intangível	–	–	(202.759)	(230.098)
Outros	–	–	(41.966)	(28.527)
	101	–	**(1.429.197)**	**(1.478.925)**
Total de tributos diferidos registrados	**25.892**	**11.728**	**(957.963)**	**(1.131.568)**
Diferido ativo	25.892	11.728	253.109	80.124
Diferido passivo	–	–	(1.211.072)	(1.211.692)
	25.892	**11.728**	**(957.963)**	**(1.131.568)**

(i) A subsidiária Comgás, exercendo seu direito de opção de regime tributário no início do exercício de 2021, optou pelo regime de competência para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos, realizando assim o saldo de IR e CSLL diferidos ativo. (ii) O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 11,7 anos. A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia continuou monitorando os impactos observados da pandemia de COVID-19 e avaliou os impactos do aumento das taxas de juros, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado
Dentro de 1 ano	2.201
1 a 2 anos	13.195
2 a 3 anos	26.790
3 a 4 anos	33.517
4 a 5 anos	54.592
Acima de 5 anos	122.814
Total	**253.109**

c) Movimentação analítica no imposto diferido

I. Controladora

Ativos	Transações com pagamento baseado em ações	Provisões	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	–	889	–	889
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	2.212	1.222	7.405	10.839
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.212**	**2.111**	**7.405**	**11.728**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	645	(669)	14.087	14.063
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.857**	**1.442**	**21.492**	**25.791**

Passivos	Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–	–
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	101	101
Saldo em 31 de dezembro de 2021	101	101
Total de tributos diferidos registrados		25.892

II. Consolidado

Ativos	Obrigações de benefícios pós-emprego	Benefícios a empregados	Prejuízo fiscal e base negativa	Provisões	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Outros	Total
Em 01 de janeiro de 2020	–	–	–	–	–	889	889
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	14.961	5.796	16.839	(22.690)	–	(47.736)	(32.830)
dos outros resultados abrangentes	(28.993)	–	–	–	–	–	(28.993)
Contribuição de investimento (nota 7.3)	214.387	11.713	–	86.479	6.904	54.846	374.329
Diferenças cambiais	–	–	–	–	33.962	–	33.962
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**200.355**	**17.509**	**16.839**	**63.789**	**40.866**	**7.999**	**347.357**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	(40.377)	6.504	149.439	33.644	–	15.533	164.743
Diferenças cambiais	–	–	–	–	(40.866)	–	(40.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**159.978**	**24.013**	**166.278**	**97.433**	–	**23.532**	**471.234**

Passivos	Combinação de negócios - Intangível	Arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Imobilizado	Outros	Total
Em 01 de janeiro de 2020	–	–	–	–	–	–
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	41.452	(3.488)	43.877	27.338	(12.805)	96.374
Contribuição de investimento (nota 7.3)	(1.219.369)	243	(82.477)	(257.436)	(16.200)	(1.575.239)
Combinação de negócio (nota 7.2)	–	–	–	–	(60)	(60)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(1.177.917)**	**(3.245)**	**(38.600)**	**(230.098)**	**(29.065)**	**(1.478.925)**
Creditado (cobrado) do resultado do exercício	41.452	26	802	27.338	(19.890)	49.728
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(1.136.465)**	**(3.219)**	**(37.798)**	**(202.760)**	**(48.955)**	**(1.429.197)**
Total de tributos diferidos registrados						**(957.963)**

12 Provisão para demandas e depósitos judiciais: Política contábil: São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança. A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo. A Companhia e suas controladas possuem passivos contingentes e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 em relação a:

	Consolidado - Provisão para demandas judiciais 31/12/2021	Provisão para demandas judiciais 31/12/2020	Depósitos judiciais 31/12/2021	Depósitos judiciais 31/12/2020
Tributárias	15.564	8.117	22.505	22.063
Cíveis, ambientais e regulatórias	28.282	24.177	29.691	26.729
Trabalhistas	41.055	41.942	10.166	11.602
	84.901	74.236	62.362	60.394

Movimentação das provisões para processos judiciais:

Consolidado	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórios	Trabalhistas	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	–	–	–	–
Provisionado no exercício	–	2.077	4.786	**6.863**
Contribuição de investimento (nota 7.3)	8.663	47.213	72.859	**128.735**
Baixas por reversão/pagamento	(419)	(20.232)	(20.811)	**(41.462)**
Atualização monetária	(127)	(4.881)	(14.892)	**(19.900)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**8.117**	**24.177**	**41.942**	**74.236**
Provisionado no exercício	3.766	2.034	2.659	8.459
Baixas por reversão/pagamento (i)	(61)	(1.572)	(3.368)	(5.001)
Atualização monetária (ii)	3.742	3.643	(178)	7.207
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**15.564**	**28.282**	**41.055**	**84.901**

(i) Valores líquidos de reversões. (ii) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia e suas controladas possuem débitos garantidos por bens, ou ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia. A Companhia e suas controladas possuem ações indenizatórias adicionais às mencionadas, as quais por serem consideradas prováveis não foram registradas por representarem ativos contingentes. **Perdas possíveis:** Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Tributárias	2.594.265	1.957.950
Cíveis, ambientais e regulatórias	219.688	170.817
Trabalhistas	42.133	32.530
	2.856.086	**2.161.297**

a) Tributárias: As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
IRPJ/CSLL (i)	2.378.879	1.742.168
Compensação tributos federais	115.074	118.372
Outros	100.312	97.410
	2.594.265	**1.957.950**

(i) Em 5 de novembro de 2012, a Provence Participações S.A. ("Provence"), empresa controlada pela Cosan S.A., adquiriu a Comgás da BG Gás São Paulo Investments BV ("BG") por R$3.400.000 e registrou um ágio de R$2.482.767. Em 19 de dezembro de 2012, a Comgás incorporou a Provence para simplificar a estrutura societária e, como consequência, a Comgás registrou ativos fiscais diferidos de R$844.141, relacionados ao benefício fiscal sobre o ágio anteriormente registrado na Provence, consumido de 2013 a 2018. Em abril de 2016, a Comgás recebeu autos de infração das autoridades fiscais brasileiras, relativos aos exercícios findos em 2013 e 2014, referentes à amortização do ágio pago pela aquisição na incorporação reversa. Em 14 de fevereiro de 2020, a Comgás recebeu autos de infração dos exercícios findos em 2015 e 2016, no montante de R$1.228.416. A Comgás apresentou impugnação, considerando que deduziu corretamente o valor adicionado ao cálculo do lucro tributável e da base de contribuição social, uma vez que: (i) o ágio pago é suportado por laudo de avaliação elaborado por empresa de consultoria independente; (ii) existem fatores jurídicos, comerciais e econômicos que demonstram o objetivo comercial e a substância econômica da operação e removem riscos de outras estruturas corporativas possíveis; e (iii) existem decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") em casos semelhantes que reconhecem a validade da amortização fiscal do ágio pago. Os advogados da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como possível, com viés de perda remota e, portanto, nenhuma provisão foi registrada conforme o CPC 25/IAS 37. Adicionalmente, a Companhia não identificou efeitos da adoção do ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro que possam afetar as políticas contábeis da Companhia e essas demonstrações financeiras. As contingências tributárias referem-se às autuações fiscais principalmente na esfera Federal avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração e, portanto, sem constituição de provisão. **b) Cíveis, ambientais e regulatórias:** As entidades são partes em uma série de ações judiciais cíveis relacionadas à (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) rescisão de diferentes tipos de contratos; e (iii) cumprimentos de termos de ajustamento de conduta, dentre outras questões. **c) Trabalhistas:** As entidades também integram o polo passivo de ações trabalhistas movidas por ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados pleiteando, entre outras questões, o pagamento de: horas extras e reflexos; adicional noturno, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade; eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho; alegando supostas condições inadequadas de trabalho; reintegração no emprego; indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e outros fundamentos; devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros; reconhecimento de jornada de turno ininterrupto; sobreaviso; danos morais coletivos; diferenças salariais; responsabilidade subsidiária em relação aos prestadores de serviço; e outros. Além disso, as entidades também têm ações cíveis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho com alegação de suposto descumprimento de normas trabalhistas, incluindo regras de trabalho e segurança, condições de trabalho e ambiente de trabalho. Existem Termos de Ajustamento de Conduta assinados com as autoridades brasileiras. **13 Patrimônio líquido: Política contábil: a. Capital social:** Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na nota 11 - Imposto de renda e contribuição social. **b. Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404. **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária. **d. Reserva de retenção de lucro:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. **a) Capital social:** Em 16 de agosto de 2021, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital subscrito e integralizado no montante de R$ 810.000, passando de R$ 628.488 em 31 de dezembro de 2020, para R$ 1.438.488, mediante a emissão de 30.853.032 ações preferenciais classe A, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal. Em 10 de setembro de 2021, foi aprovado na Assembleia Geral o aumento do capital subscrito e integralizado no montante de R$ 810.015, passando de R$ 1.438.488 em 16 de agosto de 2021, para R$ 2.248.503, mediante a emissão de 30.853.031 ações preferenciais classe B, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal. Em 29 de outubro de 2021, foi aprovado na Assembleia Geral o aumento do capital subscrito e integralizado no montante de R$ 23.996, passando de R$ 2.248.503 em 10 de outubro de 2021, para R$ 2.272.500, mediante a emissão de 23.996.342 ações preferenciais classe B, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal. O capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

Acionistas	ON	%	PN - Classe A	%	PN - Classe B	%	Total	%	Ordinárias (31/12/2020)	%
	Quantidade de ações em 31/12/2021								*Quantidade de ações - milhares em 31/12/2020*	
Cosan S.A.	628.487.690	100,00	1	–	–	–	628.487.691	88,00	623.085	99,01
Bloco Atmos	–	–	30.853.031	100,00	–	–	30.853.031	4,32	–	–
Bradesco Vida e Previdência S.A.	–	–	–	–	30.853.031	56,25	30.853.031	4,32	5.403	0,99
BC Gestão de Recursos Ltda	–	–	–	–	14.473.984	26,39	14.473.984	2,03	–	–
Prisma Capital Ltda	–	–	–	–	5.713.415	10,42	5.713.415	0,80	–	–
Nucleo Capital Ltda	–	–	–	–	3.808.943	6,94	3.808.943	0,53	–	–
Total	**628.487.690**	**100,00**	**30.853.032**	**100,00**	**54.849.373**	**56,25**	**714.190.095**	**100,00**	**628.488**	**100**

b) Reserva de capital: Em 05 de outubro de 2021, foi aprovado na Assembleia Geral o aumento da reserva de capital integralizado em moeda corrente no montante de R$ 606.004. **c) Juros sobre capital próprio:** Em 06 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido em 1º de janeiro de 2021 e 30 de novembro de 2021, no valor de R$ 70.000. O montante total foi pago em 17 de dezembro de 2021. **d) Dividendos:** Em 09 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R$200.000 com base no balanço datado de 31 de dezembro de 2020. O montante foi pago em 28 de fevereiro de 2021. Em 06 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R$ 722.500 com base no resultado acumulado de 30 de novembro de 2021. O montante de R$ 722.500 foi pago em 20 de dezembro de 2021. **e) Destinação do lucro líquido do exercício:** As destinações que ocorreram na Companhia estão demonstradas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	1.725.111	931.265
Constituição da reserva legal - 5% (i)	–	(46.563)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	**1.725.111**	**884.702**
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	862.556	(221.176)
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	**(992.500)**	**(604.145)**
Prejuízos acumulados	–	(1.719)
Total do lucro do exercício a destinar	**732.611**	**278.838**

(i) De acordo com o estatuto da Companhia, se soma da reserva legal mais a reserva de capital ultrapassar 30% do capital social, fica vedada a constituição de reserva legal. Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido. **14. Lucro por ação: Política contábil: a) Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se: i. O lucro atribuível aos proprietários da Companhia, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e ii. Pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria, se aplicável. **b) Lucro diluído por ação:** O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta: i. O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e ii. O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido atribuível à detentores de ações - básico	**1.725.111**	**931.265**
Ações ordinárias	1.653.810	931.265
Ações preferenciais	71.301	–
Efeito da diluição do plano de opções de ações da subsidiária	**(3.774)**	**(3.365)**
Resultado atribuível a detentores de ações ajustado pelo efeito da diluição	**1.721.336**	**927.900**
Ações ordinárias	1.650.291	927.900
Ações preferenciais	71.045	–
Média ponderada do número de ações em circulação - básico (em milhares de ações)	**655.584**	**628.250**
Ações ordinárias	628.488	628.250
Ações preferenciais	27.096	–
Efeito de diluição do plano de opções de ações	918	1.553
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído (em milhares de ações)	**656.502**	**629.803**
Ações ordinárias	629.405	629.803
Ações preferenciais	27.096	–
Resultado por ação		
Básico (em R$)		
Ações ordinárias	**2,631410**	1,48232
Ações preferenciais	**2,631410**	–
Diluído (em R$)		
Ações ordinárias	**2,621980**	1,47332
Ações preferenciais	**2,621980**	–

A Companhia possui uma categoria de possível efeito diluidor, que são seus planos de remuneração baseados em ações, nesse caso é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia em razão do exercício das opções de ações. **15. Receita operacional líquida: Política contábil:** A Companhia e suas controladas reconhecem receitas das seguintes fontes principais: **i. Receita faturada:** A Companhia presta serviços de distribuição de gás através da subsidiária Comgás, a receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseado nas medições mensais realizadas. **ii. Receita não faturada:** Receita de gás não faturada refere-se Pa porção de gás fornecida para qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A subsidiária Comgás acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais. **iii. Receita de construção em concessão:** A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra. Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas. **iv. Receita de prestação de serviços:** As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança. Referidas receitas são reconhecidas na modalidad*e point in* time, tendo como exemplo a instalação de novos clientes, ou na modalidad*e over* time, tendo como exemplo as taxas de serviços de distribuição a determinados clientes. **v. Comercialização de energia:** A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. **a) Mercado de curto prazo:** A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações no mercado de curto prazo ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

continua

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Compass Gás e Energia S.A. *(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

b) Operações de *trading*: As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado - diferença entre os preços contratados e os de mercado - das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras. A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta na distribuição de gás	13.716.903	10.526.249
Receita bruta na comercialização de energia elétrica	706.306	574.255
Receita bruta na prestação de serviços	268.554	38.481
Receita de construção	1.020.176	885.630
Impostos e deduções sobre vendas	(3.381.730)	(2.931.445)
Receita operacional líquida	**12.330.209**	**9.093.170**

16 Custos e despesas por natureza: Os custos e despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo do gás	–	–	(6.137.104)	(3.867.044)
Energia elétrica comprada para revenda	–	–	(968.503)	(927.913)
Custo de construção	–	–	(1.020.176)	(885.630)
Custo do transporte e outros	–	–	(1.074.441)	(753.603)
Depreciação e amortização	(1.756)	–	(559.994)	(500.714)
Despesas com materiais e serviços	(18.954)	(18.423)	(370.719)	(324.525)
Despesas com pessoal	(22.885)	(11.928)	(251.949)	(206.367)
	(43.595)	**(30.351)**	**(10.382.886)**	**(7.465.796)**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	–	–	(9.200.224)	(6.434.190)
Despesas de vendas	–	–	(125.412)	(454.131)
Despesas gerais e administrativas	(43.595)	(30.351)	(1.057.250)	(577.475)
	(43.595)	**(30.351)**	**(10.382.886)**	**(7.465.796)**

17. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Créditos extemporâneos PIS/COFINS [i]	–	–	187.609	–
Renovação contrato concessão ARSESP [ii]	–	–	(43.721)	–
Resultado nas alienações e baixas de ativo intangível	–	–	(21.083)	(2.866)
Efeito líquido das demandas judiciais	–	–	(9.691)	24.468
Ressarcimento de perdas do gás no processo	–	–	–	26.945
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D)	–	–	(3.986)	(2.431)
Efeito líquido da receita não faturada [iii]	–	–	(59.607)	15.218
Perda de inventário	–	–	1.197	(3.051)
Créditos previdenciários	–	–	34	3.644
Outros	(83)	(212)	(25.183)	(5.751)
	(83)	**(212)**	**25.569**	**56.176**

[i] Crédito extemporâneo da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide notas 6 e 10. [ii] A subsidiária Comgás, renunciou de processos administrativos e regulatórios contemplados no 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Renovação do contrato de concessão. [iii] Refere-se ao reconhecimento da variação apurada na realização da receita não faturada. **18. Resultado financeiro líquido: Política contábil:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação preexistente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda. Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
Custo da dívida bruta	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Juros e variação monetária	–	–	(571.756)	(268.898)
Variação cambial líquida sobre dívidas	–	–	(60.888)	(150.227)
Resultado com derivativos e valor justo	–	–	59.018	42.850
Amortização do gasto de captação	–	–	(868)	–
Fianças e garantias sobre dívida	–	–	(15.454)	(19.761)
	–	–	**(589.948)**	**(396.036)**
Rendimento de aplicação financeira	49.686	1.324	186.153	65.707
Custo da dívida, líquida	**49.686**	**1.324**	**(403.795)**	**(330.329)**
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis [i]	(4.799)	(2.613)	260.238	98.817
Atualização de outros ativos financeiros	–	–	(40.415)	(22.116)
Juros sobre outras obrigações	(701)	–	(99.750)	(40.972)
Despesas bancárias e outros	(1.501)	(400)	(5.829)	11.827
Variação cambial líquida	8	–	(65)	–
	(6.993)	**(3.013)**	**114.179**	**47.556**
Resultado financeiro, líquido	**42.693**	**(1.689)**	**(289.616)**	**(282.773)**
Reconciliação				
Despesas financeiras	(7.223)	(3.013)	(900.783)	(374.252)
Receitas financeiras	49.908	1.324	703.204	72.500
Variação cambial líquida	8	–	(60.953)	(150.227)
Derivativos [ii]	–	–	(31.084)	169.206
Resultado financeiro, líquido	**42.693**	**(1.689)**	**(289.616)**	**(282.773)**

[i] Contempla o resultado da atualização monetária do crédito extemporâneo referente a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide notas 6 e 10. [ii] Contempla o resultado de derivativo de câmbio e juros. **19. Obrigações de benefício pós-emprego: Política contábil:** O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço. **Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. **Planos de benefício definido:** A Companhia através de sua subsidiária Comgás oferece os seguintes benefícios pós-emprego: Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes. A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações, menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem. Os detalhes do valor presente da obrigação de plano médico e do valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigação de benefício definido inicial	570.750	632.865
Custo dos serviços correntes	487	540
Juros sobre obrigação atuarial	41.310	45.897
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras [i]	(106.104)	(15.622)
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência [i]	(4.368)	(68.576)
Benefícios pagos	(24.822)	(24.354)
Obrigação de benefício definido final	**477.253**	**570.750**
Valor justo inicial dos ativos do plano	(6.174)	(2.316)
Receitas de juros	(456)	(330)
Retorno dos investimentos no ano (excluída a receita de juros) [i]	250	(1.078)
Contribuições do empregador	(25.170)	(26.804)
Benefícios pagos	24.822	24.354
Valor justo final dos ativos do plano	**(6.728)**	**(6.174)**
Passivo líquido de benefício definido	**470.525**	**564.576**

[i] Efeitos reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. A Companhia através da sua subsidiária Comgás possui obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, são reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM 695. O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria. A Companhia através de sua subsidiária Comgás mantém com o Bradesco Vida e Previdência S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia. A despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2020	–
Contribuição de investimento (nota 7.3)	630.549
Custo dos serviços correntes	540
Juros sobre obrigação atuarial	45.567
Benefícios pagos	(26.805)
Ganho atuarial	(85.275)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**564.576**
Custo dos serviços correntes	487
Juros sobre obrigação atuarial	41.310
Benefícios pagos	(25.626)
Ganho atuarial	(110.222)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**470.525**

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2021	31/12/2020
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	106.104	15.622
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	4.118	69.654
Perdas atuariais líquidas	**110.222**	**85.276**

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto	9,09% a.a.	7,43% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Crescimento salarial médio	6,60% a.a.	6,60% a.a.
Morbidade (*aging factor*)	3,00%	3,00%
Inflação médica	3,00% a.a.	6,60% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)

O plano de benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros. Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota 11. Em 31 de dezembro de 2021, a duração média ponderada da obrigação de plano médico era de 11,7 anos (14,9 anos em 2020). ***Análise de sensibilidade:*** Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de plano médico conforme demonstrado abaixo:

Taxa de desconto	
Aumento	Redução
0,50%	**-0,50%**
(25.019)	27.708

Não houve alteração em relação aos anos anteriores nos métodos e premissas utilizados na elaboração da análise de sensibilidade. **20. Pagamento baseado em ações: Política contábil:** O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. O modelo *Black-Scholes* foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos. A Companhia possui planos de remuneração baseada em ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2021, possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações: (i) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de quatro anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*). (ii) A Companhia realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs") e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass, menos o preço da concessão. O quadro abaixo apresenta os dados dos programas de pagamento com base em ações:

Tipo de prêmio/ Data de concessão	Companhia	Expectativa de vida (anos) [i]	Concessão de planos	Exercido/ cancelado/ transferido	Disponível	Valor justo na data de outorga - R$ [ii]
Programa de concessão de ações						
20/04/2017	Comgás	5	61.300	(61.300)	–	51,36
12/08/2017	Comgás	4	97.780	(97.780)	–	54,25
01/08/2018	Comgás	4	96.787	(17.761)	79.026	59,66
31/07/2019	Comgás	4	83.683	(14.794)	68.889	79,00
01/02/2020	Compass Gás e Energia	5	1.858.969	(1.858.969)	–	13,58
			2.198.519	**(2.050.604)**	**147.915**	
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa						
01/08/2021	Compass Gás e Energia	2	26.625	–	26.625	27,27
01/08/2021	Compass Comercialização	3	31.535	–	31.535	27,27
01/08/2021	Compass Gás e Energia	3	152.770	–	152.770	27,27
01/08/2021	TRSP	3	33.634	–	33.634	27,27
01/11/2021	Comgás	3	172.251	–	172.251	27,27
01/11/2021	Compass Gás e Energia	3	1.474.367	–	1.474.367	27,27
			1.891.182	–	**1.891.182**	
Total			**4.089.701**	**(2.050.604)**	**2.039.097**	

[i] A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação *Black-Scholes*. [ii] Aceleração de 12 meses para os planos 2017, 2018 e 2019, aprovadas pelo conselho. Em 31 de dezembro de 2021 na subsidiária Comgás, foram liquidados em caixa os dois planos de 2017 em dinheiro, gerando um efeito no montante de R$ 30.336 no patrimônio líquido da Companhia, pela variação do valor da ação na data da outorga, em relação ao valor da ação na data da liquidação. **I. Mensuração dos valores justos:** O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e, as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black-Scholes* foram as seguintes:

	31/12/2021			
Premissas chave:	Compass Gás e Energia	Compass Comercialização	TRSP	Comgás
Preço de mercado na data de outorga	27,27	27,27	27,27	78,58
Taxa de juros	N/A	N/A	N/A	6,82%
Dividend yield	N/A	N/A	N/A	5,39%
Volatilidade	N/A	N/A	N/A	32,81%

	31/12/2020	
Premissas chave:	Compass Gás e Energia	Comgás
Preço de mercado na data de outorga	13,58	78,58
Taxa de juros	N/A	6,82%
Dividend yield	N/A	5,39%
Volatilidade	N/A	32,81%

II. Reconciliação de ações outorgadas em circulação: Não houve movimentação no número de prêmios em aberto e seus preços médios ponderados.

	Programa de concessão de ações
Saldo em 1 de janeiro de 2020	–
Contribuição de investimento (nota 7.3)	328.825
Outorgadas	1.858.969
Exercidas	(26.631)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.161.163**
Outorgadas	1.891.182
Exercidas	(154.279)
Canceladas	(1.858.969)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.039.097**

III. Despesas reconhecidas no resultado: A despesa de remuneração baseada em ações incluída na demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi a seguinte:

Controladora		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
(1.948)	3.934	1.933	8.240

21 Eventos subsequentes: Em 07 de janeiro de 2022 a Companhia captou o montante de R$ 400.000 referente a sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com remuneração semestral equivalente à CDI + 1,45% a.a. e vencimento em 23 de dezembro de 2026. Os recursos obtidos com a emissão serão destinados ao financiamento de capital de giro. Em 19 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração da sua subsidiária Comgás deliberou pela aprovação de um novo contrato de empréstimo com o banco ScotiaBank no valor de USD 200 milhões, o qual apresenta as seguintes condições: dólar americano + 2,1335% a.a., swap CDI + 1,20 a.a. e vencimento de 3 anos, tendo a liberação ocorrida integralmente em 4 de fevereiro de 2022. Em 17 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da sua subsidiária Comgás deliberou pela amortização facultativa extraordinária de 50% da 8ª emissão de debêntures, a ser liquidada em 24 de fevereiro de 2022.

22 Desenvolvimentos contábeis recentes adotados pela Companhia

Norma aplicável	Principais requisitos	Impacto
Referência de taxa de juros Reforma (Fase 1 e 2) Alterações à CPC 48/ IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7	As alterações modificaram os requisitos específicos de contabilidade de hedge para que as entidades possam continuar a prever fluxos de caixa futuros, assumindo que a taxa de juros de referência continua apesar das revisões em andamento da reforma da taxa de juros. Como resultado, não há exigência de uma entidade descontinuar as relações de hedge ou reavaliar as relações econômicas entre itens cobertos e instrumentos de hedge como resultado das incertezas da reforma de referência de taxa de juros.	Para a fase 1 e 2 não temos derivativos significativos que se refiram a uma taxa de juros referencial, portanto, essas alterações não tiveram impacto relevante na Companhia.
COVID-19 - Concessões de aluguel relacionadas (alteração para o CPC 06/IFRS 16)	De acordo com o expediente prático, os arrendatários não são obrigados a avaliar se as concessões de aluguel elegíveis são modificações de arrendamento e, em vez disso, podem ser contabilizadas como se não fossem modificações de arrendamento. As concessões de aluguel são elegíveis para o expediente prático se ocorrerem como consequência direta da pandemia de COVID-19 e se todos os seguintes critérios forem atendidos: • a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revisada para o arrendamento que é substancialmente igual ou menor que a contraprestação do arrendamento imediatamente anterior à alteração; • qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022; e • não há alteração substancial nos outros termos e condições do arrendamento. A alteração é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1 de junho de 2020.	Não houve mudança na contraprestação para os arrendamentos que somos tanto arrendatários quanto arrendadores.

Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 não eram aplicáveis ou relevantes para a Companhia.

23. Novas normas e interpretações não efetivas: As seguintes novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2021. A adoção antecipada não é permitida. Além disso, com base em uma revisão inicial, a Companhia acredita, atualmente, que a adoção dessas normas/alterações a seguir não terão um impacto significativo no resultado ou na posição financeira da Companhia.

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
Alterações à CPC 48/IFRS 9, CPC38/ IAS 39, CPC40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06 /IFRS 16 Em vigor a partir do ano encerrado em 31 de dezembro de 2021	As alterações são aplicáveis quando um referencial de taxa de juros existente é substituído por outro referencial de taxa de juros. As alterações fornecem um expediente prático para que as modificações nos valores de ativos e passivos como consequência direta da reforma de referência de taxa de juros são feitas em uma base economicamente equivalente (ou seja, quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais é a mesma), podem ser contabilizadas por apenas atualizando a taxa de juros efetiva. Adicionalmente, a contabilidade de hedge não é descontinuada apenas pela substituição de outro referencial de taxa de juros. As relações de hedge (e documentação relacionada) devem ser alteradas para refletir as modificações no item coberto, instrumento de hedge e risco coberto.
IFRS 17 Contratos de Seguro Em vigor a partir do ano encerrado em 31 de dezembro de 2023	Esta norma introduz um novo modelo de contabilização de contratos de seguro. O trabalho continua para revisar os arranjos existentes para determinar o impacto na adoção.

Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo CPC e IASB e que estejam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não são aplicáveis ou relevantes para a Companhia.

Diretoria Executiva

Nelson Roseira Gomes Neto — Diretor Presidente

Demétrio Antonio de Toledo Magalhães Filho — Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Ricardo Niemeyer Hatschbatch — Diretor de M&A e Novos Negócios

Frederico Suano Pacheco de Araújo — Diretor Jurídico

Contador

Rodrigo Dueñas Agostinho - CRC SP-258629/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Compass Gás e Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Compass Gás e Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita de fornecimento de gás não faturada:** Conforme mencionado nas notas explicativas 5.3 e 15 às demonstrações financeiras, a receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado pela Companhia com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o total da receita não faturada e o respectivo saldo de contas a receber, nesta mesma data é de R$975.588 mil. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao saldo de contas a receber e a contrapartida no resultado, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores registrados, dado à utilização de informações por segmento de clientes com tarifas diferentes, e do grau de julgamento exercido pela administração, na alocação do volume de gás distribuído por segmento. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do processo implementado pela administração relativo à alocação da estimativa dos volumes de gás por segmento e as respectivas tarifas para cada segmento, de acordo com as tarifas reguladas; ii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados; iii) testamos documentalmente, por amostragem, as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por segmento; iv) recálculo da receita de fornecimento de gás não faturada por segmento, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas; v) estimativa independente da alocação do volume de gás entre os segmentos considerando o histórico de consumo ao final do período e a comparação com a estimativa de volume por segmento calculada pela Companhia; vi) comparação, por amostragem, das tarifas utilizadas para mensuração da receita por segmento com as tarifas determinadas pelo órgão regulador; vii) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2022; viii) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; e ix) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de gás não faturada com os registros contábeis. Analisamos, ainda, a exatidão dos cálculos aritméticos. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 5.3 e 15 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os valores de receita de fornecimento de gás não faturada, na demonstração de resultado, e o respectivo saldo de contas a receber, no ativo, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 5.3 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em seu conjunto. **Infraestrutura da concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás:** Conforme divulgado na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado ativo de contrato e ativo intangível da concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás, nos montantes de R$684.970 mil e R$8.953.015 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, a infraestrutura dessa concessão. O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura e a definição da vida útil são passíveis de julgamento por parte da administração. Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e à avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, i) entendimento do processo implementado pela Administração sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; ii) avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; iii) testes por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras bem como alocação de horas de força de trabalho; iv) avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos das obras; v) as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos, sobre as adições e amortização; e, viii) teste de amortização do intangível de direito dessa concessão. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Stela de Aguiar Cerqueira
Contadora CRC-1SP258643/O-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERIQUARA - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 008/2022 - Processo nº 010/2022

Objeto:-A**QUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DE SEGURANÇA) CONFORME CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JERIQUARA, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS**. Data para entrega dos envelopes, credenciamento e sessão pública de lances: dia 29 de dezembro de 2021 às 08:30 horas. A Prefeitura Municipal de Jeriquara-SP, torna público aos interessados que encontra-se aberto em seu setor de licitações o Pregão Presencial nº. 060/2021, objetivando **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DE SEGURANÇA) PARA AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JERIQUARA, CONFORME EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIAS**..O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: www.jeriquara.sp.gov.br. Maiores informações no Setor de Licitações sito na Rua Jonas Alves Costa, nº 559, centro, Jeriquara/SP, fone (16) 3134-8700.

EDER LUIZ CARVALHO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

Processo Administrativo Nº. 023/2022

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA**, sediada na Rua Porto Rico, 231 - Jardim São Luis - Santana de Parnaíba / SP - CEP 06502-355, na cidade de Santana de Parnaíba -SP, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público a quem possa interessar que, por requisição da Excelentíssima Presidente desta Casa Legislativa, encontra-se aberta a licitação na modalidade **"PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS"**, do tipo **Menor Preço, por item**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de **Materiais de Higiene e Limpeza**, conforme descrito no anexo I – Termo de Referência que é parte integrante do Edital.

A retirada do edital poderá ser realizada na sede da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, no endereço acima, das 8h às 12h e das 13h às 17h, em dias úteis, **a partir do dia 25/02/2022**, ou através do site no endereço eletrônico: www.camarasantanadeparnaiba.sp.gov.br no link "Licitações" ou mediante solicitação endereçada à Comissão Permanente de Licitações via e-mail para o endereço eletronico: licitacoes@camarasantanadeparnaiba.sp.gov.br.

Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação serão recebidos até às **09:00 (nove) horas do dia 14 (quatorze) de março de 2022, (horário de Brasília/DF)**.

A Sessão Pública do Pregão Presencial ocorrerá às **09h15min. do dia 14/03/2022**, horário de Brasília/DF, no endereço informado acima na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Santana de Parnaíba 23 de fevereiro de 2.022

SABRINA COLELA PRIETO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA - PRESIDENTE

VÔLEI BRASIL
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol ("CBV"), Dr. Walter Pitombo Laranjeiras, no uso das atribuições estatutárias que lhes foram conferidas pelo artigo 47, d, de acordo com o artigo 30 do Estatuto da Entidade, convoca os Senhores Presidentes das Entidades Estaduais de Administração do Voleibol, os Representantes dos Atletas e os Representantes das Entidades de Prática Desportiva, para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), que será realizada de forma presencial, no dia 29 de março de 2022, às 17:00h (dezessete horas), em 1ª convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros e, não havendo quórum para a sua instalação, às 18:00h (dezoito horas e) em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, na sede da Confederação Brasileira de Voleibol (Centro de Desenvolvimento de Voleibol – Saquarema), situada na Avenida Salgado Filho, nº 7.000, Barra Nova, Saquarema/RJ, CEP: 28.990-212, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

a) Dar conhecimento do Relatório do Presidente relativo às atividades da entidade no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **b)** Apreciação, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, Parecer do Conselho Fiscal e Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **c)** Apreciação, discussão e votação dos pedidos de concessão de Títulos Honoríficos encaminhados pelo Conselho Diretor; **d)** Assuntos Gerais.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

Walter Pitombo Laranjeiras

Presidente

Federações, Representantes dos Atletas e Representantes das Entidades de Prática Desportiva, nos termos do artigo 6º do Estatuto em vigor:

Federação Acreana de Voleibol
Federação Alagoana de Voleibol
Federação Amapaense de Voleibol
Federação Amazonense de Voleibol
Federação de Vôlei do Distrito Federal
Federação Baiana de Voleibol
Federação Catarinense de Voleibol
Federação de Voleibol do Estado do Ceará
Federação Espírito-Santense de Voleibol
Federação Gaúcha de Voleibol
Entidade de Administração Goiana de Voleibol
Federação Mineira de Voleibol
Federação Paulista de Volleyball
Federação Maranhense de Voleibol
Federação Matogrossense de Voleibol
Federação de Voleibol de Mato Grosso do Sul
Federação Norte-Riograndense de Voleibol
Federação Paraense de Voleibol
Federação Paranaense de Volley-Ball
Federação Paraibana de Voleibol
Federação de Voleibol do Estado de Pernambuco
Federação Piauiense de Voleibol
Federação de Volley-Ball do Estado do Rio de Janeiro
Federação Rondoniense de Voleibol
Federação Roraimense de Volibol
Federação Sergipana de Volley-Ball
Federação Tocantinense de Voleibol
Representantes dos Atletas
Representantes das Entidades de Prática Desportiva

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº MI Nº 20220001 CEL04 SDA CE - IG Nº 1148398000

OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE 45 (QUARENTA E CINCO) ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR (OAF) E SUA BASE PRODUTIVA, NAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ, NOS SEGUINTES MUNICÍPIOS: ALTO SANTO, AQUIRAZ, ARACATI, ARACOIABA, BANABUIÚ, CAPISTRANO, CASCAVEL, CAUCAIA, CHOROZINHO, IBARETAMA, IRACEMA, JAGUARETAMA, JAGUARIBARA, JAGUARIBE, MARACANAÚ, MILHÃ, MORADA NOVA, OCARA, PACAJUS, POTIRETAMA, QUIXERAMOBIM, RUSSAS, SÃO JOÃO DO JAGUARIBE, SOLONÓPOLE E TABULEIRO DO NORTE, NO ÂMBITO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PDRS/ PROJETO SÃO JOSÉ III – 2a FASE.Referência Nº. BR-SDA-CE-273803-CS-QCBS. 1. A Secretaria da Casa Civil torna público que o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA/CE recebeu um financiamento do Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento - BIRD para custear o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS/Projeto São José III 2a Fase e pretende aplicar parte dos recursos para os serviços de consultoria. 2. Os Serviços de Consultoria Pessoa Jurídica incluem a realização de 45 (quarenta e cinco) diagnósticos de OAF e sua base produtiva, distribuídos por município, no prazo de 5 (cinco) meses, com previsão de início do serviço em agosto de 2022. Tais serviços compreendem: a) Identificar e avaliar a Organização da Agricultura Familiar - OAF quanto às capacidades de gestão do empreendimento e dos negócios, atividades econômicas desenvolvidas; b) Realizar a Análise de Maturidade da OAF identificando as vulnerabilidades e fortalezas em cada uma das áreas a serem diagnosticadas; c) Avaliar a base produtiva quanto aos principais produtos produzidos, produtividade. 3. A Comissão Especial de Licitação 04 – CEL 04, em nome da SDA, convida empresas elegíveis de consultoria ("Consultoras") a expressar o seu interesse em executar os Serviços. As Consultoras Interessadas deverão fornecer informações demonstrando que elas possuem as qualificações exigidas e relevante experiência para executar os Serviços. Os critérios da Lista Curta são os seguintes: a. Tempo de constituição da empresa e/ou consórcio e período mínimo de 5 (cinco) anos de experiência na área objeto; b. Experiência em elaboração de diagnósticos quantitativos e qualitativos de produtores da agricultura familiar para justificar tecnicamente a formulação de planos de negócios e investimentos; c. Experiência com formulação de planos de negócios e/ou outras intervenções para apoiar a inserção de organizações de produtores agropecuários da agricultura familiar nos mercados locais, regionais e nacionais; d. Experiência com elaboração de diagnósticos de benchmarking de capacidades de gestão para negócios de organizações de produtores rurais da agricultura familiar (cooperativas, associações, outros); e. Demonstrar possuir capacidade gerencial e técnica para coordenar eficientemente uma equipe multidisciplinar de profissionais com todos os perfis necessários para a execução dos serviços; 3.1. Os Especialistas Principais relacionados no no item 9.1 do Termo de Referência não serão avaliados nesta etapa de formação da Lista Curta. 4. As Consultoras poderão se associar com outras empresas com o fim de melhorarem as suas qualificações, todavia, deverão indicar claramente se a associação será na forma de joint venture (consórcio) ou subcontratação. No caso de joint venture (consórcio), todos os seus membros deverão ser conjuntamente e solidariamente responsáveis pelo contrato integral, se a joint venture (consórcio) for selecionada. 5. A Consultora vencedora será selecionada de acordo com o método de Seleção Baseada na Qualidade e no Custo - SBQC, como estabelecido no Regulamento de Aquisições do Banco Mundial. 6. Este Aviso de Manifestação de Interesse e a versão preliminar do Termo de Referência, com o escopo dos serviços e a definição das OAF a serem atendidas nos seus respectivos municípios, encontram-se disponíveis através do link: https://www.seplag.ce.gov.br – aba serviços – consulta à licitações publicadas – Viproc Nº 00162876/2022. As Consultoras interessadas poderão obter informações adicionais na Comissão Especial de Licitação 04 – CEL 04, das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda à sexta-feira, por meio do telefone: +55 (85) 3459.6379, ou pelo e-mail: cel04@pge.ce.gov.br. 7. As Manifestações de Interesse deverão ser endereçadas à Comissão Especial de Licitação – CEL-04 e entregues pessoalmente ou enviadas, por Correio/SEDEX para o endereço adiante indicado, ou ainda enviadas para o e-mail: cel04@pge.ce.gov.br, nos formatos: odt, doc, pdf, xls, dwg ou jpg, no tamanho máximo de 6MB, até às 16h do dia 11 de março 2022. 8.As Consultoras Interessadas deverão dar a devida atenção à Seção III, parágrafos 3.14, 3.16 e 3.17 do Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco Mundial, datado de julho de 2016, revisado em novembro de 2017 e agosto de 2018 ("Regulamento de Aquisições"), que estabelece a política do Banco Mundial sobre conflito de interesse. Salientamos ainda, que se observe as seguintes informações específicas sobre conflito de interesses relacionadas a estes Serviços, conforme o parágrafo 3.17 do Regulamento de Aquisições disponibilizado no llink-: www.worldbank.org/procurement/standarddocuments. 9.A Manifestação de Interesse não pressupõe qualquer compromisso de contratação. A Consultora será selecionada de acordo com o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento. Endereço: MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 20220001/CEL04/SDA/CE. Central de Licitações do Estado do Ceará – Comissão Especial de Licitação 04 – CEL 04 - Centro Administrativo Bárbara de Alencar - Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 – CEP Nº 60.811-520 - Bairro Edson Queiroz - Fortaleza – Ceará – Brasil. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Fevereiro de 2022. WILLIAM CARVALHO GUIMARÃES - PRESIDENTE DA CEL 04

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - Avenida Duque de Caxias, 108 - Santa Ifigênia - São Paulo/Capital - CNPJ 57.854.168/0001-81 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - A Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado dDe São Paulo, entidade sindical de segundo grau, inscrita no CNPJ sob nº 57.854.168/0001-81, por seu presidente, nos termos do artigo 17, caput, do Estatuto Social, **CONVOCA** todos Delegados, representantes dos sindicatos filiados a federação, para reunirem-se extraordinariamente na sede da FTTRESP, Av. Duque de Caxias, 108, Santa Ifigênia, São Paulo/Capital, **no dia 10 de março de 2022, às 10h,** em primeira convocação, e uma hora depois, em segunda convocação, com qualquer número de Delegados presentes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1. Discussão e aprovação das pautas de reivindicações para início das negociações coletivas da data-base deste ano (01/05/2022) - base inorganizada - **a serem encaminhadas às representações econômicas das empresas de**: a) transportes de passageiros urbano, rodoviário, intermunicipal, interestadual, suburbano e SETPESP; b) das empresas de transportes de passageiros por fretamento; c) empresas de transportes de cargas em geral; d)Empresas do Setor Sucroalcooleiro/Agronegócio (usinas de açúcar, destilarias de álcool, companhias agrícolas, produtores e fornecedores de cana de açúcar em geral, fazendas, condomínios e similares); e) Empresas do setor indústria representadas pela Fiesp e seus filiados; f) Empresas do setor comercial representadas pela Fecomércio e seus filiados; g) Empresas, associações e cooperativas que operam com caminhões Cegonhas; h) Empresa Souza Cruz S/A.; 2. Definição dos percentuais de contribuições que serão fixadas nos instrumentos coletivos em razão das negociações realizadas, e recolhidos em favor da Federação e seus filiados; denominação; autorização prévia e expressa para desconto em folha de pagamento e formas de arrecadação; 3. Autorização para a Diretoria da Federação negociar e firmar acordos coletivos na esfera administrativa, ou, se necessário, instaurar dissídio de natureza econômica, conforme o disposto no art. 114, inciso IX, parágrafo 2º, da EC/ 45; 4. Autorização para se manter a assembleia em caráter permanente até encerramento das negociações, podendo se convocar novas reuniões nesse período, inclusive, utilizando-se de meios virtuais para suas convocações e realizações; 5. Autorização para deflagração de greves especificas se as negociações não avançarem; 6. Outros assuntos relevantes e pertinentes a negociação coletiva. São Paulo, 24 de fevereiro de 2022 **Valdir de Souza Pestana** - Presidente.

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 07/03/2022 às 14h30 2º Leilão: dia 16/03/2022 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI - preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 101204321100, firmado em 17/06/2011, no qual figuram como Fiduciantes **FRANCISCO CANINDÉ SENA SIMÕES**, CPF 199.416.414-04, CI 372.738-ITEP/RN, comerciante e sua mulher **MARIA GORETH DE SOUZA SIMÕES**, CPF 512.343.784-34, CI 549.549-ITEP/RN, do lar, ambos brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Natal/RN, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 07 de março de 2022, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 698.650,40 (Seiscentos e noventa e oito mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **UM PRÉDIO RESIDENCIAL Nº 1.552, situado à Rua Eduardo Gomes, lado par, esquina com Av. Lima e Silva, do "CONJUNTO RESIDENCIAL LAGOA NOVA II", no bairro Dix Sept Rosado, zona suburbana de Natal/RN, construção do tipo "C", com 47,00 m² de área construída, composto de terraço, sala de estar, circulação, banheiro, dormitório e cozinha, edificado no terreno foreiro ao Patrimônio Municipal de Natal, medindo 240,00 m² de superfície, limitando-se ao norte, com a Rua Eduardo Gomes, com 12,00m, ao sul, com a COHAB/RN, com 12,00m, ao leste com a COHAB/RN, com 20,00m, e a oeste, com a COHAB/RN, com 20,00m. O imóvel foi ampliado/reformado em uma área de 54,30 m² de construção em alvenaria de tijolos, cobertura aparente em telha canal inclinada, com laje pré-moldada de forro plana, fachada com 02 portões de ferro, 01 janela em madeira/vidro, composto de um só pavimento com garagem, terraço, estar, jantar, circulação, sala de estudos, banheiro social, suíte simples com dormitório e banheiro, 02 dormitórios, cozinha e depósito. Matrícula nº 5.121 do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição de Natal/RN.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 16 de março de 2022, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 349.325,20 (Trezentos e quarenta e nove mil, trezentos e vinte e cinco reais e vinte centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2022 - PROCESSO Nº 17/2022.

DATA DE REALIZAÇÃO: 11 de março de 2022.HORÁRIO: 08h30 (oito horas e trinta minutos).LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. TIPO: Menor Preço Por Item - MODO DE DISPUTA: Aberto. OBJETO: "ELABORAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS QUE SERÃO NECESSÁRIOS PARA ATENDER AOS PACIENTES DA UPA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO), SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA) E ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP, COM PREVISÃO DE CONSUMO PARCELADAMENTE NO DECORRER DE 12 (DOZE) MESES". Classificada em itens, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo V do Edital do **Pregão Eletrônico n.º 06/2022**.LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas no Edital do Pregão em epígrafe. DO CREDENCIAMENTO: O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br.INTEGRA DO EDITAL: Está à disposição de todos quantos possam interessar junto à Secretaria Municipal de Gestão, de Segunda-Feira à Sexta-Feira, no horário das 08h00 às 17h00, no endereço acima mencionado e no site: www.fernandopolis.sp.gov.br.

Fernandópolis/SP, 23 de fevereiro de 2022.

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO C NDIDO

Prefeito Municipal.

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº MI Nº 20220003 CEL04 SDA CE - IG Nº 1148534000

OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE 51 (CINQUENTA E UM) ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR (OAF) E SUA BASE PRODUTIVA, NAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ, NOS SEGUINTES MUNICÍPIOS: ARARENDÁ, BOA VIAGEM, CANINDÉ, CATUNDA, CHORÓ, CRATEÚS, INDEPENDÊNCIA, ITATIRA, MONSENHOR TABOSA, NOVA RUSSAS, NOVO ORIENTE, PORANGA, QUIXADÁ, SANTA QUITÉRIA E TAMBORIL. NO ÂMBITO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PDRS/ PROJETO SÃO JOSÉ III – 2a FASE. Referência Nº. BR-SDA-CE-273829-CS-QCBS. 1. A Secretaria da Casa Civil torna público que o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA/CE recebeu um financiamento do Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento - BIRD para custear o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS/Projeto São José III 2a Fase e pretende aplicar parte dos recursos para os serviços de consultoria. 2. Os Serviços de Consultoria Pessoa Jurídica incluem a realização de 52 (cinquenta e dois) diagnósticos de OAF e sua base produtiva, distribuídos por município, no prazo de 5 (cinco) meses, com previsão de início do serviço em agosto de 2022. Tais serviços compreendem: a) Identificar e avaliar a Organização da Agricultura Familiar - OAF quanto às capacidades de gestão do empreendimento e dos negócios, atividades econômicas desenvolvidas; b) Realizar a Análise de Maturidade da OAF identificando as vulnerabilidades e fortalezas em cada uma das áreas a serem diagnosticadas; c) Avaliar a base produtiva quanto aos principais produtos produzidos, produtividade. 3. A Comissão Especial de Licitação 04 – CEL 04, em nome da SDA, convida empresas elegíveis de consultoria ("Consultoras") a expressar o seu interesse em executar os Serviços. As Consultoras Interessadas deverão fornecer informações demonstrando que elas possuem as qualificações exigidas e relevante experiência para executar os Serviços. Os critérios da Lista Curta são os seguintes: a. Tempo de constituição da empresa e/ou consórcio e período mínimo de 5 (cinco) anos de experiência na área objeto; b. Experiência em elaboração de diagnósticos quantitativos e qualitativos de produtores da agricultura familiar para justificar tecnicamente a formulação de planos de negócios e investimentos; c. Experiência com formulação de planos de negócios e/ou outras intervenções para apoiar a inserção de organizações de produtores agropecuários da agricultura familiar nos mercados locais, regionais e nacionais; d. Experiência com elaboração de diagnósticos de benchmarking de capacidades de gestão para negócios de organizações de produtores rurais da agricultura familiar (cooperativas, associações, outros); e. Demonstrar possuir capacidade gerencial e técnica para coordenar eficientemente uma equipe multidisciplinar de profissionais com todos os perfis necessários para a execução dos serviços; 3.1. Os Especialistas Principais relacionados no no item 9.1 do Termo de Referência não serão avaliados nesta etapa de formação da Lista Curta. 4. As Consultoras poderão se associar com outras empresas com o fim de melhorarem as suas qualificações, todavia, deverão indicar claramente se a associação será na forma de joint venture (consórcio) ou subcontratação. No caso de joint venture (consórcio), todos os seus membros deverão ser conjuntamente e solidariamente responsáveis pelo contrato integral, se a joint venture (consórcio) for selecionada. 5. A Consultora vencedora será selecionada de acordo com o método de Seleção Baseada na Qualidade e no Custo - SBQC, como estabelecido no Regulamento de Aquisições do Banco Mundial. 6. Este Aviso de Manifestação de Interesse e a versão preliminar do Termo de Referência, com o escopo dos serviços e a definição das OAF a serem atendidas nos seus respectivos municípios, encontram-se disponíveis através do link: https://www.seplag.ce.gov.br – aba serviços – consulta à licitações publicadas – Viproc Nº 00163490/2022. As Consultoras interessadas poderão obter informações adicionais na Comissão Especial de Licitação 04 – CEL 04, das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda à sexta-feira, por meio do telefone: +55 (85) 3459.6379, ou pelo e-mail: cel04@pge.ce.gov.br. 7. As Manifestações de Interesse deverão ser endereçadas à Comissão Especial de Licitação – CEL-04 e entregues pessoalmente ou enviadas, por Correio/SEDEX para o endereço adiante indicado, ou ainda enviadas para o e-mail: cel04@pge.ce.gov.br, nos formatos: odt, doc, pdf, xls, dwg ou jpg, no tamanho máximo de 6MB, até às 16h do dia 22 de março 2022. 8.As Consultoras Interessadas deverão dar a devida atenção à Seção III, parágrafos 3.14, 3.16 e 3.17 do Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco Mundial, datado de julho de 2016, revisado em novembro de 2017 e agosto de 2018 ("Regulamento de Aquisições"), que estabelece a política do Banco Mundial sobre conflito de interesse. Salientamos ainda, que se observe as seguintes informações específicas sobre conflito de interesses relacionadas a estes Serviços, conforme o parágrafo 3.17 do Regulamento de Aquisições disponibilizado no llink: www.worldbank.org/procurement/standarddocuments. 9.A Manifestação de Interesse não pressupõe qualquer compromisso de contratação. A Consultora será selecionada de acordo com o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Fevereiro de 2022. WILLIAM CARVALHO GUIMARÃES - PRESIDENTE DA CEL 04

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

"TERMO DE CANCELAMENTO"

Fica **CANCELADO** a Adjudicação e Homologação do item: 01 para a empresa **TJC IMPORTADORA EIRELI,** do Pregão Eletrônico nº098/2021, publicado em 17/02/2022. Portanto o item 01 fica FRACASSADO.

Fernandópolis-SP, 23 de fevereiro de 2022.

MORISA COGO PESSOA DE CARVALHO

PREGOEIRA.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

A Prefeitura Municipal de Jaboticabal/SP, torna público o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022** - que tratará do **REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de equipamentos e suprimentos de informática para diversas secretarias**. O encerramento dar-se-á no dia **14 de março de 2022 às 08h30**. O edital estará à disposição dos interessados, gratuitamente, no Portal da Transparência de Jaboticabal, o qual poderá ser acessado através do endereço eletrônico: **transparencia.jaboticabal.sp.gov.br**.

Jaboticabal, 17 de fevereiro de 2022.

EMERSON RODRIGO CAMARGO

Prefeito

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20220002 - IG Nº 1150442000

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 20220002, de interesse Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS, cujo OBJETO é: Aquisição de 184 (cento e oitenta e quatro) veículos automotores (automóveis), modelo hatch, na cor branca ou prata, zero-quilômetro, para atender as necessidades dos Centros de Referência e Assistência Social – CRAS. MOTIVO: Alterações no edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 2052022, até o dia 11/03/2022, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 22 de Fevereiro de 2022. MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10127406404, no qual figura como **Fiduciante VICENTE CAPUTO FILHO,** CPF/MF nº 013.777.588-18, e sua mulher **SUELI PEREIRA DE CARVALHO CAPUTO,** CPF/MF nº 271.955.968-77, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **10 de março de 2.022, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 516.123,62** (Quinhentos e Dezesseis Mil Cento e Vinte e Três Reais e Sessenta e Dois Centavos), **o imóvel objeto da matrícula nº 131.659 do 14º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: *"Apartamento nº 23, localizado no 2º andar do Bloco IV – "Edifício Pelicano", integrante do "Condomínio Mirante dos Pássaros", situado à Avenida Padre Arlindo Vieira nº 1.035, na Saúde – 21º Subdistrito. Com área privativa real de 50,120m², área comum real de 28,384m², área total real de 78,504m² e fração ideal de terreno de 0,2170%"*. **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **22 de março de 2.022, às 15h30min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 258.061,81** (Duzentos e Cinquenta e Oito Mil Sessenta e Um Reais e Oitenta e Um Centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (HP_1650-03)

MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Gabinete da Prefeita

Prefeitura Municipal - Edifício Juscelino Kubitschek

Avenida das Nações, nº 1919 - Bairro Centro, CEP 76.997-000 - (69) 3342-2671

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2022

A Prefeitura Municipal de CEREJEIRAS - RO, através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, instituída pelo Decreto nº 218 de 08 de Junho de 2020, torna público, para conhecimento de interessados, com fundamento no artigo 175 da Constituição Federal; na Lei Federal nº 8.666/1993; Lei Federal nº 8.987/1995; na Lei Federal 9.074/1995, na Lei Federal nº 11.445/2007, na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 2.772/2018 que se acha aberta licitação, na modalidade de CONCORRÊNCIA, do tipo técnica e preço, conforme condições e exigências contidas neste Edital e seus Anexos consignando o que segue:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2022

AUTORIZAÇÃO Processo Administrativo Digital N.º 393/2021

OBJETO: outorga da concessão para prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, em caráter de exclusividade, obedecida a legislação vigente e as disposições deste EDITAL, e que compreendem projetos, licenciamentos, construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água, coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos, o atendimento aos usuários, bem como a prestação de serviços complementares. Os serviços serão prestados pela CONCESSIONÁRIA aos USUÁRIOS que se localizem na ÁREA DE CONCESSÃO, compreendida como o limite territorial urbano e distritos do Município de CEREJEIRAS e zonas de expansão urbana conforme definido no Plano Diretor e no Plano Municipal de Saneamento Básico, pelo prazo de 30 (trinta) anos.

VALOR ESTIMADO: R$ 47.650.000,00 (quarenta e sete milhões seiscentos e cinquenta mil reais).

DATA DE ABERTURA: A entrega dos envelopes bem como a sua abertura deverá obedecer aos horários a seguir:

a) Entrega dos envelopes será até às 09:00 (nove) horas do dia 04/04/2022 na sala da CPL da Prefeitura Municipal de Cerejeiras, situada na Avenida das Nações, 1919 – Centro.

b) A primeira reunião para a abertura do envelope "DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA" será às 09:15 (nove e quinze) horas do dia 04/04/2022 na sala da CPL da Prefeitura Municipal de Cerejeiras, situada na Avenida das Nações, 1919 – Centro.

c) Em havendo necessidade de suspensão da seção será definida nova data para o prosseguimento do certame que deverá ocorrer no endereço retromencionado e no horário estabelecido em ata.

LOCAL: Sala da CPL, na Prefeitura Municipal, sito à Av. das Nações, 1919 - CEP. 76.997-000 Cerejeiras – RO.

O Edital na íntegra e informações complementares sobre o elemento da Concorrência Pública e demais esclarecimentos, encontram-se à disposição dos interessados para conhecimento, junto à sala da CPL (portando pen drive), no endereço acima, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 12h00min, ou ainda, através no site desta Prefeitura www.cerejeiras.ro.gov.br, banner "CPL". Outras informações através do tel. (069) 3342-2343 ou via e-mail, através dos e-mails: cplcerejeiras@gmail.com e cpl@cerejeiras.ro.gov.br.

CEREJEIRAS - RO, 16 de Fevereiro de 2022.

Leidemar Coelho Ribeiro

Presidente da CPL

Decreto nº 218/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O **SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE MOCOCA E REGIÃO**, pelo presente Edital, Entidade Sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ 54.140.660/0001-05, com sede a Rua Canadá - 185 - Jardim Lavínia, na cidade de Mococa/SP, neste ato por seu diretor presidente, convoca todos os trabalhadores representados por esta Entidade Sindical (Motorista, Ajudante de Caminhão, Ajudante Geral, cobrador, Operadores de Máquinas motorizadas (Tratoristas, Operadores de Máquinas e Operadores de Empilhadeira), Office-boy, auxiliares de copa e cozinha, cozinheiras, auxiliares de escritórios, escriturários, conferentes de cargas, auxiliares de departamento pessoal, chefes de departamentos e de divisões, encarregados, faturistas, auxiliares de expedição, telefonistas, recepcionistas, atendentes, diretores - empregados, relações públicas, cobradores comercial, líderes, mestres, fiscal de plataforma, pessoal de zeladoria, pessoal de computação em geral contínuos, ascensoristas, gerentes comercial, administrativos e financeiros, bilheteiros, bagageiros, agenciadores, caixas, auxiliares de almoxarifado, auditores, assessores, monitores, mensageiros, servente, publicitários, segurança, secretária, motociclistas, que não tenham formação superior, auxiliares de contabilidade, instrutores, assistentes, administradores, supervisores e compradores), exatamente nos estritos do Caput do Artigo 4º dos Estatutos Sociais e ante à representação de categoria profissional diferenciada, exatamente nos termos do Artigo 511, Parágrafo 3º da CLT, sejam tais trabalhadores associados ou não à esta Entidade Sindical, empregados nas empresas de **Transporte de Passageiros Urbano, Fretamento e Turismo, Interestadual, Intermunicipal e Suburbano, Transporte de Cargas, Empresas Industriais, Comerciais (Atacadistas e Varejistas), Cerâmicas, Oleiras, Empresas Setor Sucroalcooleiro / Agronegocios (Usinas de Açúcar, Destilarias de Álcool, Companhias Agrigolas, Produtores e Fornecedores de Cana de Açúcar em Geral, Fazendas Condominios e Similares), Empregados no Setor de Comércio Varejista de Gás, e Demais Empregadores**, para comparecerem a **Assembleia Geral Extraordinária**, que fará realizar-se no dia **09 de Março de 2022**, na Sede Social desta Entidade Sindical, na Rua Canadá, 185 - Jardim Lavínia, na cidade de Mococa, Estado de São Paulo, no dia **10 de Março de 2022**, na Sub Sede Social desta Entidade, na Rua Coronel Alípio Dias, 480, Centro, São Jose do Rio Pardo, Estado de São Paulo, no dia **11 de Março de 2022**, na Sub Sede Social desta Entidade, na Rua Padre Josué, 520 - Bairro São Lazaro, na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, todas com início previsto para as 9:00 horas, em Primeira Convocação, com os trabalhadores das cidades constantes dos Municípios integrantes de sua base territorial, consistente nos municípios de Mococa, São José do Rio Pardo, São João da Boa Vista, São Sebastião da Grama, Caconde, Divinolândia, Tapiratiba, Vargem Grande do Sul, Águas da Prata, Itobi, Casa Branca e Santo Antonio do Jardim, para apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA, a saber: **1.** Organizar, discutir e votar, as propostas constante da Pauta de Reivindicações contendo cláusulas de natureza salarial, econômica, de condições de trabalho, social e sindical, a serem encaminhadas aos respectivos representantes patronais por ocasião da Data Base da categoria, em 01 de Maio de 2022; **2.** Discutir e deliberar sobre autorização coletiva prévia para Desconto de Contribuições da categoria profissional, fixando todas as condições desde sua nomenclatura até o percentual de desconto, como também, de sua periodicidade, fazendo-o nos estritos do Art. 545, da CLT, combinado com o entendimento inserido no Enunciado nº 38, da Segunda Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da ANAMATRA; **3.** Autorizar a Entidade Sindical encaminhar as reivindicações às Representações Patronais e às Empresas que mantém negociações coletivas diretas, bem como suscitar aquelas que necessitam ser convocadas para adequação em favor de trabalhadores da categoria. Caso as negociações amigáveis resultem infrutíferas autorizar a entidade sindical a suscitar Dissídio Coletivo perante o TRT da 15ª Região. **4.** Discutir e votar sobre a permanência em aberto da Assembleia até o final das negociações, sendo que o Sindicato poderá convocar a qualquer momento, via panfleto, se necessário for, para discutirem situações emergenciais relativas aos andamentos das negociações e seus encaminhamentos, podendo utilizar ainda de meios virtuais para realizações de reuniões e consultas a categoria nesse período, permitindo assim meios de maior participação e interação da categoria profissional. **5.** Discutir e votar, conforme faculta o Parágrafo Segundo do Artigo 22º dos Estatutos Sociais, sobre a manutenção da Assembleia de forma itinerante, a qual terá como Ordem do dia a mesma constante deste Edital, tendo por finalidade divulgação e contato com o maior número de trabalhadores integrantes da categoria, tendo em vista as peculiaridades dos trabalhadores da categoria, que executam atividade externa aos domicílios de seus empregadores. **6.** Autorização para deflagração de greve caso as negociações coletivas resultem infrutíferas, e **7.** Outros assuntos relevantes e pertinentes à negociações coletivas. Não havendo número legal de trabalhadores para realização da Assembleia nos horários acima, estas realizar-se-ão uma hora após, em Segunda Convocação, com tantos quantos trabalhadores estiverem presentes. Mococa/SP, quarta-feira, 23 de fevereiro de 2022. **Nelson Ribeiro da Silva** - CPF/MF 718.445.898-20 - Diretor Presidente

Unimed Fesp

Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Cooperativas Médicas

CNPJ nº 43.643.139/0001-66

ANS Nº 319996

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Relatório de Administração

Às Associadas, Nos termos das disposições estatutárias, legais e regulatórias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Cooperativas Médicas ("Unimed FESP") e o relatório dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Operadora Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Cooperativas Médicas ("Unimed FESP"), é uma cooperativa de segundo grau e tem por objetivo a integração, orientação e coordenação das Unimeds do Estado de São Paulo, tendo competência para atuar em duas frentes distintas: a ação institucional e a operacional. O perfil institucional engloba a normatização, padronização de processos, apoio e assessoria técnica à todas Unimeds. Compete-lhe, ainda, estimular e orientar a implantação de novas cooperativas de trabalho no âmbito estadual, incentivar e difundir o cooperativismo, bem como, estabelecer planos de assistência técnica, educacional e social. Já o perfil operacional contempla a comercialização de planos de saúde segundo as regras de área de ação do Sistema Unimed, em acordo com as legislações relacionadas e normas previstas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Em 31 de dezembro de 2021 a Unimed FESP era constituída por 76 Unimeds filiadas, que são compostas por 6 Federações Intrafederativas (regionais) e 70 Unimeds Singulares (locais). **Economia e o Mercado de Saúde Suplementar:** Era esperado que o ano de 2021 seria de forte recuperação da economia doméstica. O Brasil passou períodos difíceis, mas, felizmente as condições são muito melhores agora, com o avanço da vacinação. Apesar do grande atraso nas entregas de vacinas, o brasileiro abraçou a vacinação. A inflação atingiu fortemente o país, impactando diretamente a vida da população mais pobre. O Real chegou a se desvalorizar em relação ao dólar em 38% até novembro e impactou os preços dos alimentos. A cesta básica do brasileiro teve um aumento de preços da ordem de 56%. Com a inflação medida pelo IPCA próxima de 10%, o Banco Central acelerou os aumentos da Taxa Selic. Em janeiro a taxa estava em 2,0% e encerrou o ano em 9,75%. Essas medidas implementadas pelo Banco Central impactam diretamente o crédito, ferramenta tão importante para as famílias e até mesmo as empresas demandantes de capital. Em outubro a taxa de desemprego brasileira foi de 13,2%, além do alto desemprego, a renda média do trabalhador caiu 10,2% influenciado pela alta da inflação. Desta forma o Governo prorrogou o auxílio emergencial chamando-o agora de Renda Brasil. Para 2022, a taxa de inflação deve diminuir, porém é esperado que o país entre em recessão o que dificulta mais ainda prever um cenário de recuperação interna. Também teremos eleições ao final do próximo ano trazendo mais dificuldades para o país. O fim da pandemia - parece estar próximo, certeza não temos, mas recuperação consistente do Brasil e do mundo como um todo, só quando o vírus SARS-COV-19 estiver controlado. **Desempenho econômico-financeiro:** A FESP desenvolveu neste exercício, ações sistêmicas de otimização, inovação e reestruturação. A receita total de 2021 atingiu a marca de R$1,9 bilhões sem considerar o efeito do compartilhamento do risco (R$1,3 bilhões), montante este superior ao exercício de 2020 (R$1,1 bilhões). As despesas médicas apuradas no exercício foi de 82,8%, superior ao exercício de 2020 que ficou em 77,5%. O resultado auferido no exercício foi de R$51,7 Mi, equivalente a 3,2% do faturamento bruto sem considerar o efeito do compartilhamento conforme RN 430/2017 (em 2020 R$90,8 Mi equivalente a 5,1% do faturamento bruto sem considerar o efeito do compartilhamento conforme RN 430/2017). O Resultado Líquido impulsionou o Patrimônio Líquido da FESP para R$511,0 milhões, no final de 2021, crescimento de 12,1% no ano. Com relação à Margem de Solvência, calculada com base no percentual de 33% da média dos últimos 36 meses de eventos incorridos e proporcional para 2021 em relação ao total exigido, com a adoção antecipada em 2020 do Capital baseado em Risco (CBR), conforme previsto na RN 451, o capital regulatório exigido será o maior valor entre os seguintes valores: Capital Base; Margem de Solvência; ou Capital baseado em Risco, exigido a partir de janeiro de 2023. A adoção antecipada teve como incentivo o percentual fixo da margem de Solvência em 75% (para a Operadora que não aderiu, em dez/21 este percentual é 92,045%).

Política de destinação do resultado do exercício: Em conformidade com a Lei das Sociedades Cooperativas Lei nº 5.764/71, do resultado do exercício líquido apurado, são deduzidas as reservas legais, ficando as sobras líquidas à disposição da Assembleia Geral, para deliberação. A Administração sugere que as sobras permaneçam na cooperativa até constituição integral da Margem de Solvência. **Investimentos:** No último exercício, a **Unimed FESP** realizou importantes investimentos voltados para a geração de valor e excelência operacional. No que tange à geração de valor, destacam-se a revisão e estruturação da **Superintendência Comercial** e a implementação da primeira fase do **Projeto Salesforce** Comercial (Vendas e Relações Empresariais) e Centro de Acolhimento e Experiência do Cliente (CAEC) que, somada à segunda, prevista para 2022, permitirá à **Unimed FESP** uma visão completa da jornada de seus clientes/beneficiários. Quanto à excelência operacional, importante investimento foi o do **Projeto RN452** que a levou a obter o **Nível I** (Excelência de Gestão) e se conformar como a primeira Federação a obtê-lo. Também se destaca o **Projeto Home-Office** que, além dos ganhos de produtividade e satisfação dos colaboradores, gerou savings anualizados da ordem de R$3 milhões com prazo de retorno de **seis meses**. Por fim, vêm os investimentos nos **Projetos de Segurança da Informação** voltados tanto para a aquisição e implementação de ferramentas de tecnologia, quanto aculturamento da organização. **Recursos humanos:** Neste ano, a Federação manteve o quadro funcional, finalizando o ano de 2021 com 754 colaboradores, todos na cidade de São Paulo, onde fica sua sede. O regime de contratação é por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), respeitando a Convenção Coletiva. Todos os colaboradores recebem os benefícios relatados neste material. No caso dos colaboradores temporários, são oferecidos Vale Refeição e Vale Alimentação, ambos pagos integralmente, independente da carga horária. A rotatividade, considerando os padrões de mercado, é baixa. Em 2021 foi implantado a política de *Home Office - HO* para todos os colaboradores elegíveis da Unimed FESP, bem como a ajuda de custo mensal para que os colaboradores possam atuar em casa, entrega de notebook e headset para uma melhor performance no trabalho. Além dessas ações, foi disponibilizado aos colaboradores o Gympass, maior plataforma de bem-estar corporativo que oferece acesso a mais de 50 mil academias e estúdios e mais de 700 atividades e os melhores aplicativos de bem-estar. Para 2022, manteremos o nosso quadro de colaboradores, bem como continuaremos a investir na saúde e bem-estar dos nossos colaboradores. **Perspectivas e planos da Administração:** Para 2022 estão previstos investimentos nos projetos de continuidade de negócios com destaque para a implementação de um novo ***Data Center* baseado em nuvem e *colocation*** que, além de maior segurança e conformidade aos padrões de grandes clientes, proporcionará maior flexibilidade, tanto para expansões quanto para retrações. Ações voltadas à **Segurança da Informação** também estão previstas em continuidade àquelas em andamento - em especial criptografia das bases de dados e anonimização. Destacam-se também projetos voltados à utilização de **Inteligência Artificial (IA)** tanto na auditoria prévia quanto na análise de contas médicas. Prevê-se, também, o início do projeto que levará a **Unimed FESP** a tornar-se uma empresa orientada a dados (**FESP *Data-driven***) o que lhe permitirá antecipar-se à novos padrões de comportamento e tendências mais gerais a partir das possibilidades que os métodos de predição proporcionam. Finalmente, estão previstos importantes investimentos nos projetos do **Núcleo de Atenção à Saúde (NAS)** que enfatizam a experiência do paciente e de todos os envolvidos em sua linha de cuidado durante toda sua jornada com a Unimed FESP como, por exemplo, atendimento de pacientes com prescrição de assistência domiciliar, entrega de insumos, modelo de atendimento da atenção primária em domicílio aos idosos acima de 80 anos, entre outros. **Agradecimentos:** Agradecemos o empenho e o reconhecimento dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, das nossas cooperativas associadas e das entidades do sistema cooperativista, a dedicação dos nossos colaboradores, o apoio recebido do órgão regulador, a confiança de nossos clientes, fornecedores em geral e a todos que de alguma forma contribuíram às atividades durante o exercício de 2021 para a obtenção de nossos resultados.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022. A Administração.

Balanços patrimoniais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		736.658	672.607	740.494	672.786
Disponível	5	43.826	54.136	45.188	54.437
Realizável		692.832	618.471	695.306	618.349
Aplicações financeiras	5	503.142	422.212	505.398	422.212
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		210.922	203.124	210.922	203.124
Aplicações livres		292.220	219.088	294.476	219.088
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	122.727	116.232	122.727	116.232
Contraprestações pecuniárias a receber		117.497	111.537	117.497	111.537
Participação de beneficiários em eventos indenizáveis		4.737	4.640	4.737	4.640
Operadoras de planos de assistência à saúde		493	55	493	55
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	7	1.531	1.026	1.531	1.026
Despesas diferidas		1.334	2.566	1.334	2.566
Créditos tributários e previdenciários	8	47.128	53.187	47.325	53.280
Bens e títulos a receber	9	14.155	21.491	14.176	21.276
Despesas antecipadas		2.815	1.757	2.815	1.757
Não circulante		161.108	147.679	158.169	147.454
Realizável a longo prazo		57.548	55.016	57.548	55.016
Aplicações financeiras	5	20.827	7.118	20.827	7.118
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		20.827	7.118	20.827	7.118
Títulos a receber	9	20.512	22.049	20.512	22.049
Depósitos judiciais e fiscais	10	14.829	19.910	14.829	19.910
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	9	1.380	5.939	1.380	5.939
Investimentos	11	68.564	61.844	65.620	61.617
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		58.705	53.533	55.761	53.306
Participações societárias pelo método de custo		9.859	8.311	9.859	8.311
Imobilizado	12	17.663	17.385	17.663	17.385
Imóveis de uso próprio: não hospitalares		12.706	12.947	12.706	12.947
Imobilizado de uso próprio: não hospitalares		4.955	4.347	4.955	4.347
Outras imobilizações: não hospitalares		2	91	2	91
Intangível	13	17.333	13.434	17.338	13.436
Total do ativo		897.766	820.286	898.663	820.240

Passivo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		328.805	306.939	329.036	306.704
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14	174.454	191.733	174.454	191.733
Provisão de prêmios/contraprestações		3.028	2.627	3.028	2.627
Provisão para remissão		3.028	2.627	3.028	2.627
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS		13.162	16.468	13.162	16.468
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prest. de serv. Assist.		33.528	47.281	33.528	47.281
Provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		124.736	125.357	124.736	125.357
Débitos de operações de assistência à saúde		109.146	71.699	109.146	71.699
Débitos com oper. de assistência à saúde não rel. com planos de saúde da Operadora		9.661	-	9.661	-
Tributos e encargos sociais a recolher	15	9.379	7.688	9.423	7.711
Empréstimos e financiamentos	16	-	8.079	-	8.079
Débitos diversos	17	26.165	27.740	26.352	27.482
Não circulante		57.966	58.050	57.966	58.050
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14	11.904	19.826	11.904	19.826
Provisão para remissão		3.513	3.587	3.513	3.587
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS		8.391	16.239	8.391	16.239
Provisões judiciais	18/19	41.856	32.909	41.856	32.909
Débitos diversos	17	4.206	5.315	4.206	5.315
Patrimônio líquido	20	510.995	455.297	511.293	455.053
Capital social		144.187	144.187	144.187	144.187
Reservas de lucros		311.533	225.342	311.533	225.342
À disposição da AGO		55.275	85.768	55.573	85.524
Participação de não controladores		-	-	368	433
Total do passivo e do patrimônio líquido		897.766	820.286	898.663	820.240

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Capital subscrito	Reservas: Legal	Reservas: RATES	Reservas: FANAE	Reservas: Contingências	Sobras à disposição da AGO	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	144.537	18.336	42.169	6.520	125.414	23.829	360.805	45	360.850
Destinação das sobras cf. AGO de 20 de março de 2020									
Aumento de reserva com sobras	-	-	-	(6.520)	30.349	(23.829)	-	-	-
Aumento/Diminuição de capital	(350)	-	-	-	-	-	(350)	-	(350)
Aumento de reserva com capitalização	-	-	-	4.057	-	-	4.057	-	4.057
Destinação conforme deliberação AGE 20 de março de 2020	-	-	-	(4.057)	4.057	-	-	-	-
Utilização da RATES	-	-	(8.600)	-	-	8.600	-	-	-
Sobra do exercício	-	-	-	-	-	90.785	90.785	(195)	90.590
Constituição de reservas legais e estatutárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal - 10%	-	9.078	-	-	-	(9.078)	-	-	-
Rates - 5%	-	-	4.539	-	-	(4.539)	-	-	-
Aumento da participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	339	339
Saldos em 31 de dezembro de 2020	144.187	27.414	38.108	-	159.820	85.768	455.297	189	455.486
Destinação das sobras cf. AGO de 26 de março de 2021									
Aumento de reserva com sobras	-	-	-	3.987	85.768	(85.768)	3.987	-	3.987
Destinação conforme deliberação AGE 26 de novembro de 2021	-	-	-	(3.987)	3.987	-	-	-	-
Sobra do exercício	-	-	-	-	-	51.711	51.711	298	52.009
Constituição de reservas legais e estatutárias	-	-	-						
Reserva legal - 10%	-	5.171	-	-	-	(5.171)	-	-	-
Rates - 5%	-	-	2.586	-	-	(2.586)	-	-	-
Utilização da RATES	-	-	(11.321)	-	-	11.321	-	-	-
Aumento da participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(189)	(189)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	144.187	32.585	29.373	-	249.575	55.275	510.995	298	511.293

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ingressos de contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		590.406	655.954	590.406	655.954
Ingressos com operações de assistência à saúde		623.117	680.117	623.117	680.117
Ingressos de contraprestações líquidas	4s	623.444	683.034	623.444	683.034
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(327)	(2.917)	(327)	(2.917)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora		(32.711)	(24.163)	(32.711)	(24.163)
Eventos indenizáveis líquidos	4s	(311.161)	(293.982)	(311.161)	(293.982)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		(311.782)	(305.032)	(311.782)	(305.032)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		621	11.050	621	11.050
Sobra das operações com planos de assistência à saúde		279.245	361.972	279.245	361.972
Outros ingressos operacionais de planos de assistência à saúde		675	380	675	380
Ingressos de assistência à saúde não relacionados c/planos de saúde da Operadora		5.782	4.916	6.872	5.760
Ingressos com operações de assistência médico-hospitalar		2.517	1.801	2.517	1.801
Ingressos com administração de intercâmbio eventual - assistência médico hospitalar		231	223	231	223
Outros ingressos operacionais		3.034	2.892	4.124	3.736
Outros dispêndios operacionais com planos de assistência à saúde		(27.633)	(22.369)	(27.633)	(22.369)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(12.374)	(5.493)	(12.374)	(5.493)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(9.044)	(3.082)	(9.044)	(3.082)
Provisão para perdas sobre créditos		(6.215)	(13.794)	(6.215)	(13.794)
Outros dispêndios operac. de assist. à saúde não relac. c/planos da Operadora		(30.524)	(61.301)	(30.524)	(61.301)
Resultado bruto		227.545	283.598	228.635	284.442
Dispêndios com comercialização	21	(36.928)	(41.230)	(36.928)	(41.230)
Dispêndios administrativos	22	(168.142)	(163.156)	(168.533)	(163.335)
Resultado financeiro líquido	23	25.155	1.073	25.213	1.065
Ingressos financeiros		27.738	8.788	27.895	8.846
Dispêndios financeiros		(2.583)	(7.715)	(2.682)	(7.781)
Resultado patrimonial		8.317	12.103	8.259	11.845
Ingressos patrimoniais		8.400	12.167	8.342	11.909
Dispêndios patrimoniais		(83)	(64)	(83)	(64)
Resultado antes da tributação e das participações		55.947	92.388	56.646	92.787
IRPJ	24	(2.316)	(509)	(2.599)	(620)
CSLL	24	(863)	(197)	(981)	(247)
Participações sobre o resultado		(1.057)	(897)	(1.057)	(897)
Sobra líquida do exercício		51.711	90.785	52.009	91.023
Atribuível ao controlador				51.711	90.590
Atribuível a não controladores				298	433

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Sobra líquida do exercício	51.711	90.785	52.009	91.023
Resultado abrangente	51.711	90.785	52.009	91.023

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Atividades operacionais				
(+) Recebimento de Planos Saúde	2.024.578	1.757.566	2.024.578	1.757.566
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	1.828.444	1.874.212	1.834.828	1.874.212
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	25.629	7.344	25.785	7.344
(+) Outros Recebimentos Operacionais	26.163	244.610	26.830	244.610
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(1.715.864)	(1.632.894)	(1.715.688)	(1.632.894)
(-) Pagamento de Comissões	(35.793)	(47.537)	(35.793)	(47.537)
(-) Pagamento de Pessoal	(104.446)	(107.953)	(104.446)	(107.953)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(6.672)	(6.773)	(6.672)	(6.773)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(43.260)	(30.705)	(43.260)	(30.705)
(-) Pagamento de Tributos	(20.839)	(12.107)	(20.846)	(12.107)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(17.935)	(14.748)	(17.935)	(14.748)
(-) Pagamento de Aluguel	(2.335)	(2.513)	(2.335)	(2.513)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(948)	(652)	(948)	(673)
(-) Aplicações Financeiras	(1.886.944)	(1.886.911)	(1.896.468)	(1.886.911)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(60.073)	(58.521)	(56.249)	(57.939)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	9.705	82.418	11.381	82.979
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	-	-	489	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(3.342)	(215)	(3.342)	(215)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(8.400)	(11.662)	(8.427)	(11.662)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(194)	-	(1.271)	(560)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(11.936)	(11.877)	(12.551)	(12.437)
Atividades de financiamento				
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	-	(350)	-	(350)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos	(8.079)	(16.744)	(8.079)	(16.744)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(8.079)	(17.094)	(8.079)	(17.094)
Variação líquida do caixa e equivalente de caixa	(10.310)	53.447	(9.249)	53.448
CAIXA e EQUIVALENTES CAIXA - Saldo Inicial	54.136	689	54.437	989
CAIXA e EQUIVALENTES CAIXA - Saldo Final	43.826	54.136	45.188	54.437
Ativos Livres no Início do Período (*)	219.088	208.356	219.088	210.090
Ativos Livres no Final do Período (*)	292.220	219.088	294.476	219.088
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras - RECURSOS LIVRES	73.132	10.732	75.388	8.998

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

1.1 Informações gerais: Fundada em dezembro de 1971, e com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Cooperativas Médicas ("Unimed FESP"), tem por objetivo a integração, orientação e coordenação das Unimeds do Estado de São Paulo, tendo competência para atuar nas atividades de sua área de ação, especialmente nos empreendimentos que transcendam a capacidade ou conveniência da atuação das federações intrafederativas e das cooperativas singulares associadas, organizando programas de intercâmbio de serviços, de interesses e informações. Compete-lhe, ainda, estimular e orientar a implantação de novas cooperativas de trabalho no âmbito estadual, incentivar e difundir o cooperativismo, bem como, estabelecer planos de assistência técnica, educacional e social. Em 31 de dezembro de 2021 a Unimed FESP era constituída por 76 Unimeds Associadas (cooperadas) (76 em 2020). **1.2 Participação em controladas:** A Unimed FESP é controladora, com participação de 99,5%, da Cofesp - Corretora de Seguros Ltda., fundada em 17 de abril de 2008 e com sede na cidade de São Paulo SP, que tem objeto social a corretagem de seguros dos ramos elementares; seguros dos ramos de vida, capitalização, planos previdenciários, saúde, responsabilidade civil profissional, veículos e seguros de riscos diversos, e também controladora, com participação de 88%, da FespPart - Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, fundada em 22 de agosto de 2019 e com sede na cidade de São Paulo SP, dentre seu objeto social está o licenciamento, suporte e manutenção de softwares.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Unimed FESP está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das Operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Como Operadora de planos de assistência à saúde, a Unimed FESP encontra-se registrada na ANS, sob o nº 319996.

3 Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Resolução Normativa ANS nº 435, de 23 de novembro de 2018 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela ANS. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2022. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a Norma Brasileira de Contabilidade - ITG 2004/2017 que estabelece critérios e procedimentos específicos de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações financeiras, de avaliação e informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para a entidade cooperativa. A Interpretação dispõe sobre o tratamento contábil decorrente de atos cooperativos e atos não cooperativos, que foram denominados ingressos/dispêndios e receitas/custos/despesas e consolidam o conceito, o conteúdo, a estrutura e a nomenclatura da demonstração de resultados, que passou a ser denominada demonstração de sobras e perdas. As determinações contidas nesta interpretação se aplicam a todo o tipo de cooperativa, no que não for conflitante com as determinações de órgãos reguladores. As informações adaptadas aos padrões de apresentação preconizados pelo CFC estão apresentadas na Nota Explicativa nº 27. **b. Base para preparação:** Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação contido na Resolução Normativa nº 435/18, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. **c. Continuidade:** A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Operadora continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. **e. Base de consolidação:** A Operadora é controladora das seguintes empresas:

	Participação acionária 2021	Participação acionária 2020
Controladas diretas		
Cofesp - Corretora de Seguros Ltda	99,50%	99,50%
FespPart - Participações S.A	88%	88%
Coligadas		
Unimed Seguradora S.A.	0,30%	0,30%
Unimed Participações S.A.	3,36%	3,36%

São classificadas como controladas, as empresas sobre as quais a Unimed FESP exerce controle e forma preponderante na gestão das políticas financeiras e operacionais para obter benefícios em suas atividades. A controlada direta é integralmente consolidada e continuará a ser consolidada até a data em que esse controle existir. As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Os saldos do balanço patrimonial oriundos de transações intergrupo foram eliminados.

...continuação

maioria em contratos coletivos na modalidade preestabelecidos, conforme apresentado abaixo: Distribuição das contraprestações Líquidas por modalidade de plano e distribuição dos eventos por tipo de atendimento:

(Em milhares de Reais)	2021	2020
Modalidade de Preço	1.887.231	1.806.183
Empresariais coletivos - Pós-Estabelecido	602.564	465.486
Empresariais coletivos - Preestabelecidos	1.284.667	1.340.697
Corresponsabilidade Cedida RN 430 - Pós	(1.030.756)	(909.959)
Corresponsabilidade Cedida RN 430 - Pré	(233.031)	(213.190)
Total Contraprestações	**623.444**	**683.034**
Eventos indenizáveis líquidos	**2021**	**2020**
Intercâmbio	192.532	194.650
Rede credenciada	109.587	103.631
Ressarcimento ao SUS	3.230	3.721
Reembolso	6.433	3.030
Total eventos conhecidos ou avisados	311.782	305.032
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	(621)	(11.050)
Total eventos indenizáveis líquidos	**311.161**	**293.982**

Tratamento: A Operadora precifica de forma estimada a projeção de eventos no futuro, tendo como base os históricos das operações. Utiliza-se como incremento aos valores apurados as devidas correções monetárias, os impactos legislativos (novas edições do Rol de Procedimentos publicados pela ANS), o impacto nos custos devido aos reajustes nos honorários médicos e uma inflação médica dos insumos hospitalares (diárias, taxa de sala, taxa de equipamentos, material, medicamentos, etc.), além de levar em consideração a distribuição etária, sexo, grau de dependência e região geográfica da população cotada. Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação. Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão. O teste de sensibilidade abaixo apresenta impacto no resultado e no patrimônio líquido em função de uma variação nos eventos de 5 pontos percentuais para mais ou para menos.

				Teste de sensibilidade – Impacto no resultado e no patrimônio líquido em 2020					
	Contraprestações Líquidas	Índice de sinistralidade	Eventos	+5p.p	R$	Impacto DRE	-5p.p	R$	Impacto DRE
Preestabelecidos	1.284.667	83%	1.066.274	88%	1.130.507	(64.233)	78%	1.002.040	(44.234)
Impacto no Patrimônio Líquido (*)						(1.631)			1.123

(*) Para a apuração do imposto de renda sobre o patrimônio líquido considerou-se a incidência de imposto à alíquota de 34% sobre a parcela dos atos não cooperativos (7,47%). Eventual aumento ou diminuição nos eventos relativos aos planos pós-estabelecidos são refletidos também nas contraprestações, de forma a compensar tal oscilação. Desta forma, não sensibilizamos este item para efeito de divulgação. Em 2021 o total de contraprestações com preço pós-estabelecido foi de R$602.564 e o total de eventos foi de R$482.051.

5 Aplicações financeiras, caixa, bancos e equivalente de caixa

5.1 Caixa, banco e equivalente de Caixa:

Controladora

	2021 Valor do Custo amortizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor Contábil	2020 Valor Contábil
Caixa/bancos conta movimento	200	-	200	200	1.065
Operações Compromissadas	43.626	-	43.626	43.626	53.071
Total	43.826	-	43.826	43.826	54.136

Consolidado

	2021 Valor do Custo amortizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor Contábil	2020 Valor Contábil
Caixa/bancos conta movimento	201	-	201	201	1.075
Operações Compromissadas	44.987	-	44.987	44.987	53.362
Total	45.188	-	45.188	45.188	54.437

5.2 Aplicações financeiras:

Controladora

	Nível de hierarquia do valor justo	2021 Valor do Custo amortizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor Contábil	2020 Valor Contábil
Valor justo por Meio do Resultado (para negociação):						
Certificado de depósitos bancários - CDB/RDB	2	70.879	-	70.879	70.879	142.750
Quotas de fundos de investimentos	2	321.598	-	321.598	321.598	253.326
Total		392.477	-	392.477	392.477	396.076
Mantido até vencimento						
Certificado de depósitos bancários - CDB/RDB	2	51.851	(33)	51.818	51.851	26.136
Letras Financeiras	2	28.089	(328)	27.761	28.086	7.118
Notas do Tesouro Nacional SérieB-NTN-B	2	51.552	(1.566)	49.986	51.552	-
Total		131.492	(1.927)	129.565	131.492	33.254
Total das Aplicações		523.969	(1.927)	522.042	523.969	429.330

Consolidado

	Nível de hierarquia do valor justo	2021 Valor do Custo amortizado	Ajuste a valor justo	Valor justo	Valor Contábil	2020 Valor Contábil
Valor justo por Meio do Resultado (para negociação):						
Certificado de depósitos bancários - CDB/RDB	2	70.879	-	70.879	70.879	142.750
Quotas de fundos de investimentos	2	323.854	-	323.854	323.854	253.326
Total		394.733	-	394.733	394.733	396.076
Mantido até vencimento						
Certificado de depósitos bancários - CDB/RDB	2	51.851	(33)	51.818	51.851	26.136
Letras Financeiras	2	28.089	(328)	27.761	28.089	7.118
Notas do Tesouro Nacional SérieB-NTN-B	2	51.552	(1.566)	49.986	51.552	-
Total		131.492	(1.927)	129.565	131.492	33.254
Total das Aplicações		526.225	(1.927)	524.298	526.225	429.330

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, inclusive os ativos mantidos até o vencimento. A tabela anterior apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Em 2021, criou-se o Fundo de Contingência Assistencial das Cooperativas Unimed do Sistema Paulista, aprovado pelo Conselho de Administração em março de 2021 com contribuições das Unimeds aderentes a ele. Os investimentos são alocados no Fundo Itaú Corp Plus DI, fundo de crédito privado e com classificação de baixo risco, que proporciona aos cotistas a possibilidade de resgate imediato. Os diferentes níveis de hierarquia do valor justo foram definidos como a seguir:
• **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
• **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); Em junho de 2021 a FESP fez sua adesão a Resolução Normativa 467 de 29/04/2021, que permite que Operadoras com regularidade econômico-financeira sejam autorizadas a movimentar todos seus ativos garantidores, inclusive os ativos garantidores vinculados (dispensando a necessidade da autorização para as movimentações das aplicações financeiras). Parte dos saldos das aplicações são oferecidos como garantia de lastro das provisões técnicas. A garantia financeira corresponde aos ativos disponíveis para lastrear as provisões de eventos a liquidar em aberto e que tenham sido avisados a mais de 30 dias, conforme os critérios dispostos nas Resoluções Normativas nºs 227/10 e 392/15, que regulamentam o procedimento de reconhecimento contábil dos valores referentes à provisão de eventos a liquidar com operações de assistência à saúde.

Garantias financeiras x Provisões técnicas - Controladora:	2021	2020
(A) Aplicações financeiras garantidoras	**231.749**	**210.242**
Provisões técnicas		
Remissão (circulante e não circulante)	6.541	6.214
Eventos ocorridos e não avisados - PEONA	115.200	117.975
Eventos ocorridos e não avisados - PEONA - SUS	9.536	7.382
Eventos a liquidar avisados há mais de 30 dias	9.009	18.374
Redução dos Eventos SUS pelo índice de adimplência	(5.125)	(5.225)
Eventos a liquidar avisados até 30 dias	24.518	34.317
(B) Necessidade de ativos garantidores:	**159.679**	**179.037**
Suficiência de lastro de ativos garantidores: (A) - (B)	**72.070**	**31.205**

Movimentação das aplicações financeiras e equivalentes de caixa:

Composição	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Disponível	**43.826**	**54.136**	**45.188**	**54.437**
Caixa/bancos	200	1.065	201	1.075
Equivalentes de caixa	43.626	53.071	44.987	53.362
Aplicações financeiras	523.969	429.330	526.225	429.330
Total	567.795	483.466	571.413	483.767

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldo início do exercício	483.466	462.358	483.767	462.359
Aplicações	1.886.944	1.886.911	1.896.468	1.886.911
Resgates	(1.828.444)	(1.874.212)	(1.834.828)	(1.873.922)
Rendimento - nota 23	25.629	7.344	25.785	7.344
Saldo final do exercício	567.595	482.401	571.212	482.692
Caixa/Bancos	200	1.065	201	1.075
Total	567.795	483.466	571.413	483.767

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde (controladora e consolidado)

a. Composição do Saldo:	2021	2020
Faturas a receber das contraprestações dos planos de assistência a saúde	43.335	45.556
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(54)	(49)
Contraprestação pecuniária a receber	**43.281**	**45.507**
Participação dos beneficiários em eventos	4.738	4.641
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(1)	(1)
Participação dos beneficiários em eventos	**4.737**	**4.640**
Contraprestações a faturar (*)	70.457	61.954
Outros créditos	3.759	4.076
Outros créditos de operações de planos de saúde	**74.216**	**66.030**
Contraprestação Corresponsabilidade Assumida	550	55
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(57)	-
Operadoras de planos de assistência à saúde	**493**	**55**
Total	**122.727**	**116.232**

(*) Contraprestações a faturar - Referem-se aos gastos incorridos com a utilização dos planos de assistência à saúde dos contratos da modalidade de preço "pós-estabelecidos" já avisados, mas cujo valor ainda não foi faturado às empresas contratantes. A provisão desses valores possibilita o reconhecimento simultâneo das receitas e despesas conforme critério descrito na Nota Explicativa nº 3b.

b. Idade dos saldos: *Créditos com operações com planos de saúde:*	2021	2020
A vencer	120.924	102.037
Vencidos de 1 a 30 dias	1.264	7.157
Vencidos de 31 a 60 dias	162	3.456
Vencidos de 61 a 90 dias	116	2.773
Vencidos há mais de 90 dias	373	858
Subtotal	**122.838**	**116.281**
Provisão para perdas sobre créditos	(112)	(49)
Total	**122.727**	**116.232**

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora (controladora e consolidado)

Intercâmbio Eventual	2021	2020
Receita de prestação de serviços não relacionados a Plano de Saúde	126	412
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(15)	(56)
Operadoras de planos de assistência à saúde	**111**	**356**
Fundo Custo Custeio de Medicamentos	968	-
Intercambio a Faturar	452	670
Total	**1.531**	**1.026**

a. Idade dos saldos:

Intercâmbio Eventual	2021	2020
A vencer	1.523	800
Vencidos de 1 a 30 dias	7	83
Vencidos de 31 a 60 dias	1	38
Vencidos de 61 a 90 dias	-	105
Vencidos há mais de 90 dias	15	56
Subtotal	**1.546**	**1.082**
Provisão para perdas sobre créditos	(15)	(56)
Total	**1.531**	**1.026**

8 Créditos tributários e previdenciários

a. Composição do Saldo:	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
IRRF a compensar	2.805	9.512	2.805	9.551
PIS e COFINS	32.529	23.821	32.529	23.821
IRPJ e CSLL	11.722	19.786	11.919	19.840
ISS	72	68	72	68
	47.128	53.187	47.325	53.280

b. Movimentação de créditos tributários e previdenciários:

Curto prazo	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldo no início do exercício	**53.187**	**48.617**	**53.280**	**48.714**
Constituição	33.150	21.518	33.307	21.744
Atualização Monetária	739	548	739	548
Compensações/crédito tributário	(39.948)	(17.496)	(40.001)	(17.726)
Saldo no final do exercício	**47.128**	**53.187**	**47.325**	**53.280**

Correspondem basicamente a impostos e contribuições retidos por parte dos contratantes sobre faturas emitidas pela Unimed FESP e estão sendo compensados de acordo com a legislação aplicável.

9 Bens e títulos a receber e outros créditos a receber

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Curto Prazo				
Estoques	69	88	69	88
Adiantamentos	962	1.837	962	1.857
Títulos a receber	15.718	21.712	15.739	21.477
(-) Provisão para perdas - PPSC (i)	(2.594)	(2.146)	(2.594)	(2.146)
	14.155	21.491	14.176	21.276
Longo Prazo				
Títulos a receber (ii)	20.512	22.049	20.512	22.049
Outros títulos e créditos a receber	1.380	5.939	1.380	5.939
	21.892	27.988	21.892	27.988

(i) A provisão para perdas sobre créditos foi constituída para os títulos de difícil realização, considerada suficiente pela Administração. (ii) Estão representados os valores a receber com acordo judicial e confissão de dívida, específicas de saúde suplementar.

10 Depósitos judiciais e fiscais

Controladora e consolidado	2021	2020
Depósitos judiciais	11.165	15.825
Bloqueios judiciais	3.664	4.085
	14.829	19.910

Existem demandas de natureza cível, conforme nota 18 e 19, para as quais foram efetuados depósitos judiciais recursais.

11 Investimentos (controladora)

a. Composição do saldo pelo método de equivalência patrimonial:	2021	2020
Participações em outras sociedades - controladas	**7.440**	**4.703**
Cofesp Corretora de Seguros Ltda. (i)	2.653	2.082
FespPart - Participações S.A. (ii)	4.787	2.621
Participações societárias - coligadas	**51.265**	**48.830**
Unimed Participações S.A.	46.357	44.077
Unimed Seguradora S.A.	4.908	4.753
Participações societárias pelo método de custo	**9.859**	**8.311**
Unimed do Brasil	9.444	7.917
Central Nacional Unimed	408	388
Coop. Créd. Mútuo Prof. Área Saúde Grande SP	3	2
Unicred do Estado de São Paulo	4	4
	68.564	61.844

Os investimentos em sociedades cooperativas não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos da provisão para impairment, quando aplicável. (i) Decorrente do investimento realizado na Cofesp avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial que resultou no acréscimo líquido em 2021 de R$2.653 (R$2.082 em 2020), por conta da aplicação do percentual de 99,5% de participação no Patrimônio Líquido da investida, que em 31 de dezembro de 2021 totalizava o valor de R$2.666 (R$2.092 em 2020).

	2021	2020
Ativo	2.715	2.154
Passivo	49	62
Patrimônio Líquido	2.666	2.092
Resultado Exercício	574	260

(ii) Decorrente do investimento realizado na FespPart avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial que resultou no investimento líquido de R$4.787 (R$2.621 em 2020) por conta da aplicação do percentual de 88% de participação no Patrimônio Líquido da investida, que em 31 de dezembro de 2021 totalizava o valor de R$5.440 (R$2.978 em 2020).

	2021	2020
Ativo	5.623	3.184
Passivo	183	206
Patrimônio Líquido	5.440	2.978
Resultado Exercício	2.462	(16)

12 Imobilizado (controladora e consolidado)

a. Composição do saldo:	Controladora e consolidado 2021	2020
Terrenos	1.105	1.105
Edificações	11.601	11.842
Aparelhos e Equipamentos	957	1.244
Instalações	35	61
Veículos	575	533
Móveis e Utensílios	478	697
Computadores e Periféricos	2.910	1.812
Outras Imobilizações	2	91
	17.663	17.385

b. Movimentação do custo histórico e da depreciação acumulada - Controladora/Consolidado:

Custo histórico	saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	saldos em 31/12/2021
Terrenos	1.105	-	-	1.105
Edificações	15.739	-	-	15.739
Aparelhos e Equipamentos	4.986	47	(8)	5.025
Instalações	1.981	-	(77)	1.904
Veículos	633	366	(314)	685
Móveis e Utensílios	3.615	179	(602)	3.192
Computadores e Periféricos	21.595	2.750	(399)	23.946
Outras Imobilizações	2.272	-	(46)	2.226
	51.926	3.342	(1.446)	53.822
Depreciação Acumulada				
Edificações	(3.897)	(241)	-	(4.138)
Aparelhos e Equipamentos	(3.742)	(331)	5	(4.068)
Instalações	(1.920)	(24)	75	(1.869)
Veículos	(100)	(69)	59	(110)
Móveis e Utensílios	(2.918)	(142)	346	(2.714)
Computadores e Periféricos	(19.782)	(1.646)	392	(21.036)
Outras Imobilizações	(2.182)	(85)	43	(2.224)
	(34.541)	(2.538)	920	(36.159)
Líquido	17.385	804	(526)	17.663

A Administração da Unimed FESP realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2020, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

13 Intangível

a. Composição do saldo:

	Controladora 2021 Custo	Amortização Acumulada	Total	2020 Total
Software e aplicativos	42.997	25.695	17.302	13.403
Marcas e patentes	31	-	31	31
	43.028	25.695	17.333	13.434

No consolidado ocorreu apenas um aumento de R$5mil Marcas e Patentes na controlada FespPart.

b. Movimentação do intangível - Controladora:	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Software e aplicativos	34.903	8.400	(306)	42.997
Marcas e patentes	31	-	-	31
(-) Amortização acumulada	(21.500)	(4.264)	69	(25.695)
	13.434	4.136	(237)	17.333

Na movimentação do consolidado ocorreu um aumento de R$3mil na controlada FespPart em Marcas e patentes que era R$2 mil em 2020 para R$5mil em 2021.

14 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

a. Composição saldo:	Controladora e Consolidado 2021	2020
Provisão para remissão	3.028	2.627
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	13.162	16.468
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar	**33.528**	**47.281**
Intercâmbio - Unimeds	25.396	36.932
Serviços credenciados	8.132	10.349
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	124.736	125.357
Circulante	**174.454**	**191.733**
Provisão para remissão	3.513	3.587
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	8.391	16.239
Não circulante	**11.904**	**19.826**
	186.358	211.559

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.k. A ANS, por meio da Resolução - RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009, alterada pela RN 451 de 06 de março de 2020, passou a exigir das Operadoras, Patrimônio Mínimo Ajustado, Margem de Solvência, Provisão para Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais. Os indicadores de regulação estão demonstrados na nota 28 (ii) e (iii). As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na nota 5, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN da ANS, representadas por Certificados de Depósitos Bancários-CDB e quotas de Fundo de Investimentos, dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

b. Movimentação das provisões técnicas:	2020	Adições	Baixas	2021
Provisão para remissão	2.627	697	(296)	3.028
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	16.468	14.373	(17.679)	13.162
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar	**47.281**	**1.702.111**	**(1.715.864)**	**33.528**
Intercâmbio - Unimeds	36.932	1.549.138	(1.560.674)	25.396
Serviços credenciados	10.349	152.973	(155.190)	8.132
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	125.357	9.368	(9.989)	124.736
Circulante	**191.733**	**1.726.549**	**(1.743.828)**	**174.454**
Provisão para remissão	3.587	574	(648)	3.513
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	16.239	-	(7.848)	8.391
Não circulante	**19.826**	**574**	**(8.496)**	**11.904**
	211.559	1.727.123	(1.752.324)	186.358

15 Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Tributos e contribuições a recolher	6.814	5.330	6.858	5.353
Retenções de impostos e contribuições	2.565	2.358	2.565	2.358
Circulante	**9.379**	**7.688**	**9.423**	**7.711**

16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa de juros	Vencimento final	2021 Circulante	2021 Não circulante	2021 Total	2020 Circulante	2020 Não circulante	2020 Total
Capital de giro (i)	De 1,03% a 1,17% a.m.	Julho/2021	-	-	-	8.079	-	8.079
			-	-	-	8.079	-	8.079

(Controladora e consolidado)

(i) Refere-se a captação de recursos financeiros em 2018 para manutenção do fluxo de caixa operacional e destinação à ativos garantidores de exigibilidade da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

17 Débitos diversos

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Obrigações com pessoal				
Provisão para férias e encargos sociais	10.373	10.394	10.373	10.394
Fornecedores (i)	9.974	11.374	9.974	11.374
Depósitos de beneficiários e de terceiros	1.031	-	1.031	-
Outros débitos a pagar				
Multas administrativas (ii)	2.495	3.813	2.495	3.813
Outros débitos (iii)	2.292	2.159	2.479	1.901
Circulante	**26.165**	**27.740**	**26.352**	**27.482**
Multas administrativas (ii)	2.981	5.315	2.981	5.315
Outras Exigibilidades (iii)	1.225	-	1.225	-
Não circulante	**4.206**	**5.315**	**4.206**	**5.315**
Total	**30.371**	**33.055**	**30.558**	**32.797**

(i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar a fornecedores de materiais e serviços. Não há contas a pagar vencidas. (ii) A Unimed FESP aderiu ao parcelamento de débitos referente às multas pecuniárias definidas na RN nº 124 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Esses parcelamentos estão divididos por processos cujos montantes relevantes tem previsão de término para fevereiro de 2022 e dezembro de 2029. (iii) Corresponde a contrato de prestação de serviços e pagamentos (Sispag), celebrado entre a Operadora e instituição financeira com vigência 5 anos e outros débitos a pagar.

18 Provisões de Contingências cíveis e judiciais (controladora e consolidado)

Encontram-se em questionamentos ações na área cível e tributária. A Administração da Unimed FESP, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

a. Composição dos saldos das provisões judiciais:	2021	2020
Tributárias (ISS)	28.738	24.335
Cíveis / Trabalhista	13.118	8.574
	41.856	32.909

Adicionalmente, a Unimed FESP possui depósitos judiciais registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante nota 10. O ISS é devido por essas pessoas jurídicas somente sobre a diferença entre os ingressos e todos os custos assistenciais decorrentes do atendimento dos usuários, sejam próprios ou de outras Operadoras, eis que tais despesas não remuneram o serviço por elas prestado, para fazer face à diferença que venha ser cobrada a FESP efetuou a provisão, a qual a administração julga ser suficiente. O risco avaliado pela Administração nesse tema é classificado como possível.

b. Movimentação das provisões (passivo não circulante) - Controladora e consolidado:	2020	Adições	Baixas	Atualização	2021
Tributárias (ISS)	24.335	-	-	4.403	28.738
Cíveis	7.643	13.241	(9.297)	-	11.587
Trabalhista	931	1.531	(931)	-	1.531
	32.909	14.773	(10.228)	4.403	41.856

19 Passivos contingentes

A Unimed FESP está se defendendo de ações de natureza cível, trabalhista, tributária e contra a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sob as quais ainda há de ser confirmado se terá ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos. Em 31 de dezembro de 2021, essas demandas estão assim classificadas: **c. Cível e trabalhista:** A grande maioria das ações judiciais cíveis foram movidas por consumidores que pleiteiam o reconhecimento de obrigação de atendimento médico-hospitalar, considerados sem cobertura contratual (ações de obrigação de fazer), nas quais em sua maior parte houve medida liminar determinando, em reconhecimento provisório, a realização da obrigação, já cumprida, sem acarretar maiores desdobramentos financeiros à Unimed FESP. As provisões trabalhistas decorrem em sua maioria de demandas de fornecedores de mão de obra à Operadora, em que na eventual condenação há o ressarcimento dos valores à Unimed FESP. A Unimed FESP discute ações cíveis e trabalhistas no montante estimado pelos assessores jurídicos, conforme a seguir:

	2021 Valor	2021 Qtde Processos	2020 Valor	2020 Qtde Processos
Cível - Perda Possível	80.548	1.203	76.266	2.593
Cível - Perda Provável	11.587	343	7.643	30
Trabalhista - Perda Possível	7.289	17	8.006	23
Trabalhista - Perda Provável	1.530	25	930	16

A opinião dos assessores jurídicos quanto à probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2021 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. **d. Tributária:** Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, a Unimed FESP possui contingências passivas de natureza tributária originadas de pedido de compensação em análise pela Receita Federal, demandas previdenciárias questionando a suposta incidência do INSS sobre vale transporte e PLR e cobrança relativo ao ISS do município de São Paulo SP em face de divergências quanto à base de cálculo do tributo. A probabilidade de perda estimada pelos assessores jurídicos é de perda possível cujo montante é de R$331.158 (R$293.509 em 2020). Quanto às questões do ISS, onde o risco de perda é possível, a Unimed FESP ofereceu garantias de carta fiança e seguro garantia com relação aos débitos objeto de Execução Fiscal. Baseada na opinião dos consultores jurídicos e em decisões de processos similares, a Administração da Unimed FESP decidiu, de forma conservadora, provisionar o montante de R$28.738, que julga suficiente para cobrir qualquer diferença que venha surgir, embora o prognóstico de perda seja de possível. Esta decisão foi fundamentada no fato de que as autuações fiscais recairam sobre o ingresso bruto, em inobservância aos ajustes de base de cálculo garantidos às Operadoras de planos de saúde, contrariando a jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça, que há 15 (quinze) anos firmou o entendimento de que o ISSQN é devido por essas pessoas jurídicas somente sobre a diferença entre os ingressos e todos os custos assistenciais decorrentes do atendimento dos usuários, sejam próprios ou de outras Operadoras, eis que tais despesas não remuneram o serviço por elas prestado. A Unimed FESP mantém em seu balanço uma Reserva para Contingências cujo saldo em 2021 é de R$249.574, aprovada em assembleia em 23 de março de 2021. Durante o curso normal de seus negócios, a Unimed FESP fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

20 Patrimônio líquido

20.1 Controladora: a. Capital social: O Capital social é formado por cotas partes no valor nominal de R$1,00 cada uma e classificado no patrimônio líquido, conforme o artigo 140 da Lei nº 13.097/2015. O quadro de filiadas da Unimed FESP em 31 de dezembro de 2021 é de 76 (76 em 2020) cooperativas (Federações Intrafederativas e Singulares do Estado de São Paulo). De acordo com o Estatuto Social cada cooperativa filiada tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Sobre o capital social integralizado poderão ser pagos juros remuneratórios de até 6% a.a., no exercício em que houver sobra. **b. Reservas:** A Reserva legal é destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades, sendo constituída por, no mínimo, 10% do resultado do ato cooperativo. A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES) destina-se à prestação de assistência às associadas e é constituída por valor correspondente a 5% do resultado do ato cooperativo e 100% do resultado do ato não cooperativo, na forma do art. nº 28 da Lei nº 5.764/71 e de acordo com o estabelecido no art. nº 58 do estatuto social. A Reserva para Contingências é destinada a reparar perdas fiscais e será mantida até que ocorra o desembolso financeiro das razões que justificaram a sua constituição. De acordo com o Estatuto Social da Unimed FESP e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação: **c. Reserva de apoio ao núcleo de ações estratégicas - FANAE:** Constituída em 2003 por deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, mediante transferência de 2/3 da contribuição social mensal cobrada das Unimeds federadas, tendo por objetivo custear as despesas e as ações do Núcleo de Assuntos Estratégicos. Em 26 de novembro de 2021 em Assembleia Geral Extraordinária foi decidido pela transferência do saldo de 31 de dezembro de 2021 no montante de R$3.987, da reserva FANAE para a reserva para contingências. **d. Resultado à disposição da AGO:** As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias e legais ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação. As perdas são compensadas com as reservas existentes na data do balanço. **e. Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência:** A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, pela RDC nº 39/00 e alterações posteriores, enquadra a Operadora como Cooperativa Médica, Segmento Secundário Principal (SP) e Região de Atuação 2. Conforme o estabelecido na RN nº 209/09 e alterações posteriores da ANS, o Patrimônio Mínimo Ajustado representa o valor mínimo de patrimônio líquido, ajustado por efeitos econômicos na forma do disposto na Instrução Normativa nº 50/12. O Capital base calculado a partir da multiplicação do fator "K", observando a tabela do Anexo I da RN nº 451/2020. A Administração mantém patrimônio líquido ajustado superior ao exigido como se segue: *Patrimônio líquido ajustado conforme IN nº 50/12*

Patrimônio líquido	**510.995**
(-) Participações em outras OPS e em entidades reguladas pela SUSEP, BACEN e SPC	(14.767)
(-) Despesas diferidas	(1.334)
(-) Despesas antecipadas curto e longo prazo	(4.672)
(-) Ativo Intangível	(17.333)
(=) Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**472.889**

A margem de solvência, conforme determinado pela RN nº 209/09 e alterações posteriores, foi apurada utilizando o critério de 33% da média anual dos últimos 36 meses da soma dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecidos mais 10%(*) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, por ser o maior valor, dentre os dois critérios estabelecidos na referida Resolução, deduzido do benefício da Promoprev.

Margem de solvência	**2021**
A - 0,20 das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses	270.044
B - 0,33 da média de eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses	267.938
Margem de solvência (MS) total = maior entre (A) e (B)[a]	**270.044**
MS exigida[b] (%)	**75%**
MS exigida[b] (R$)	**202.533**
Suficiência exigida (PLA ANS - MS exigida)	**270.356**
Capital baseado em risco (CBR)[c]	**165.936**

*Fator K corresponde a classificação: cooperativa médica ST - região 2 conforme anexo RN451/2020. [a]Margem de solvência total deverá ser constituída até 31 de dezembro de 2022 conforme RN 451/2020. [b]75% fixo devido adoção antecipada RN 451/2020. [c]CBR: 30 de junho de 2021 (RNs 451 e 461) = risco de subscrição (CRS) + crédito (CRC); 31 de dezembro de 2020 (RN 451) = risco de subscrição (CRS).

21 Dispêndios de comercialização

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Comissões vitalícias	33.756	39.601	33.756	39.601
Agenciamentos diferidos	3.172	1.629	3.172	1.629
	36.928	41.230	36.928	41.230

22 Dispêndios administrativos

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Pessoal e administração própria	(113.043)	(108.522)	(113.158)	(108.600)
Serviços de terceiros	(20.873)	(21.568)	(20.873)	(21.568)
Localização e funcionamento	(24.804)	(24.082)	(24.804)	(24.093)
Publicidade e propaganda	(1.573)	(1.040)	(1.573)	(1.080)
Tributos	(3.998)	(4.086)	(3.998)	(4.086)
Multas administrativas	(1.367)	(371)	(1.367)	(371)
Diversas	(2.484)	(3.487)	(2.760)	(3.537)
	(168.142)	(163.156)	(168.533)	(163.335)

23 Resultado financeiro líquido

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ingressos financeiros				
Rendimentos de aplicações financeiras	25.629	7.367	25.629	7.425
Juros por recebimentos em atraso	901	624	901	624
Descontos obtidos	152	198	152	198
Atualização monetária	1.056	599	1.213	599
	27.738	8.788	27.895	8.846
Dispêndios financeiros				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(118)	(1.788)	(118)	(1.788)
Atualização monetária	(10)	(612)	(10)	(612)
Juros e multas sobre tributos em atraso	(229)	(3.445)	(229)	(3.445)
IOF	(72)	(121)	(72)	(121)
Fiança Bancária	(1.423)	(1.384)	(1.423)	(1.384)
Outros	(731)	(365)	(830)	(431)
	(2.583)	(7.715)	(2.682)	(7.781)
	25.155	1.073	25.213	1.065

24 Imposto de renda e contribuição social - correntes

24.1 Controladora: O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Sobra do exercício, antes dos impostos e depois das participações	**54.890**	**91.491**	**55.589**	**91.890**
(-) Sobras de atos cooperativos	(62.253)	(97.744)	(62.253)	(97.744)
(=) Resultado de atos não cooperativos, antes dos impostos	**(7.363)**	**(6.253)**	**(6.664)**	**(5.854)**
Adições	**26.032**	**17.422**	**26.032**	**17.422**
Receitas de aplicações financeiras	24.746	8.651	24.746	8.651
Provisão de custo a faturar	(220)	(262)	(220)	(262)
Provisão de contingências - cíveis/tributárias	749	655	749	655
Provisão para perdas sobre créditos	465	8.346	465	8.346
Despesas não dedutíveis - Administrativas	292	32	292	32
Exclusões	**(4.979)**	**(8.047)**	**(4.721)**	**(7.789)**
Receitas equivalência patrimonial	(4.979)	(8.047)	(4.721)	(7.789)
Subtotal	**13.690**	**3.122**	**14.647**	**3.779**
Compensação de base negativa	(4.107)	(937)	(4.111)	(937)
Base de cálculo	**9.583**	**2.185**	**10.536**	**2.842**
Imposto de renda alíquota 15%	(1.437)	(328)	(1.710)	(439)
Imposto de renda adicional de 10%	(934)	(194)	(944)	(194)
PAT	55	13	55	13
Contribuição social alíquota 9%	(863)	(197)	(981)	(247)
Tributos correntes	**(3.179)**	**(706)**	**(3.580)**	**(867)**

25 Transações com partes relacionadas

De acordo com modelo jurídico próprio estabelecido pela Lei Cooperativista nº 5.764/71, a Unimed FESP na condição de cooperativa de 2º Grau, obrigatoriamente possui a estrutura de sua administração, formada por dirigentes e representantes de suas cooperativas associadas, sendo suas operações sociais exclusivamente voltadas ao cooperativismo de trabalho médico, não se enquadrando nos requisitos de caracterização como partes relacionadas conforme dispositivos contidos no pronunciamento contábil CPC nº 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

26 Seguro de vida

A Unimed FESP mantém com a Unimed Seguradora S/A, em favor de seus conselheiros (administração e fiscal), um plano de seguro com cobertura de: vida em grupo, acidentes pessoais e garantia funeral. Os prêmios de seguros pagos no exercício de 2021 totalizam R$283 (R$182 em 2020).

27 Apresentação das demonstrações de sobras e perdas - Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2004/17

As receitas e despesas de atos não cooperativos são determinadas a partir dos pagamentos a título de eventos indenizáveis a médicos credenciados, clínicas, laboratórios, hospitais e atendimentos de emergências, os quais não fazem parte do sistema Unimed. Considerando a representatividade das despesas de atos não cooperativos sobre os totais de eventos indenizáveis, deduzidos das respectivas recuperações, foi apurado o percentual de 7,47% (7,65% em 2020), o qual foi utilizado para ratear as receitas e os demais custos.

	2021 Total	2021 Ato cooperativo-Ingressos/ Dispêndios	2021 Ato não cooperativo-Receitas/Despesas	2020 Total	2020 Ato cooperativo-Ingressos/ Dispêndios	2020 Ato não cooperativo-Receitas/Despesas
Ingressos de contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	**590.406**	**455.234**	**135.172**	**655.954**	**522.889**	**133.065**
Ingressos com operações de assistência à saúde	623.117	485.500	137.617	680.117	545.204	134.913
Ingressos de contraprestações líquidas	623.444	485.803	137.641	683.034	547.898	135.136
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(327)	(303)	(24)	(2.917)	(2.694)	(223)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(32.711)	(30.266)	(2.445)	(24.163)	(22.315)	(1.848)
Eventos indenizáveis líquidos	**(311.161)**	**(192.164)**	**(118.997)**	**(293.982)**	**(184.457)**	**(109.525)**
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados	(311.782)	(192.699)	(119.083)	(305.032)	(194.662)	(110.370)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	621	535	86	11.050	10.205	845
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	**279.245**	**263.070**	**16.175**	**361.972**	**338.432**	**23.540**
Outros ingressos operacionais de planos de assistência à saúde	675	625	50	380	351	29
Ingressos de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	5.782	5.617	165	4.916	4.880	36
Ingressos com operações de assistência médico-hospitalar	2.517	2.360	157	1.801	1.770	31
Ingressos com administração de intercâmbio eventual - assistência médico hospitalar	231	223	8	223	218	5
Outros ingressos operacionais	3.034	3.034	-	2.892	2.892	-
Outros dispêndios operacionais com planos de assistência à saúde	(27.633)	(25.587)	(2.046)	(22.369)	(13.375)	(8.994)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(12.374)	(11.450)	(924)	(5.493)	(5.073)	(420)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(9.044)	(8.387)	(657)	(3.082)	(2.853)	(229)
Provisão para perdas sobre créditos	(6.215)	(5.750)	(465)	(13.794)	(5.449)	(8.345)
Outros dispêndios operacionais de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da Operadora	(30.524)	(25.133)	(5.391)	(61.301)	(55.236)	(6.065)
Resultado bruto	**227.545**	**218.592**	**8.953**	**283.598**	**275.052**	**8.546**
Dispêndios com comercialização	(36.928)	(34.169)	(2.759)	(41.230)	(38.077)	(3.153)
Dispêndios administrativos	(168.142)	(147.219)	(20.923)	(163.156)	(143.827)	(19.329)
Resultado financeiro líquido	**25.155**	**23.198**	**1.957**	**1.073**	**2.834**	**(1.762)**
Ingressos financeiros	27.738	25.588	2.150	8.788	9.733	(945)
Dispêndios financeiros	(2.583)	(2.390)	(193)	(7.715)	(6.899)	(817)
Resultado patrimonial	**8.317**	**2.915**	**5.402**	**12.103**	**2.418**	**9.685**
Ingressos patrimoniais	8.400	2.915	5.485	12.167	2.464	9.703
Dispêndios patrimoniais	(83)	-	(83)	(64)	(46)	(18)
Resultado antes da tributação e das participações	**55.947**	**63.317**	**(7.370)**	**92.388**	**98.400**	**(6.013)**
IRPJ	(2.316)	-	(2.316)	(509)	-	(509)
CSLL	(863)	-	(863)	(197)	-	(197)
Participações sobre o resultado	(1.057)	(978)	(79)	(897)	(828)	(69)
Sobra líquida (perda) do exercício	**51.711**	**62.339**	**(10.628)**	**90.785**	**97.572**	**(6.788)**

28 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Operadora

O novo Plano de Contas Padrão da ANS para Operadoras, instituído pela RN 472/2021, entrará em vigor a partir de 01/01/2022, requer a adoção dos seguintes pronunciamentos já emitidos, mas ainda não adotados até a data de emissão das demonstrações financeiras da Operadora. A Unimed FESP irá adotar os pronunciamentos a partir do exercício de 2022. **(i) CPC 6 (R2) - Operações com arrendamento mercantil:** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das companhias arrendatárias, reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O CPC 6 (R2), que está em vigência desde 01 de janeiro de 2022, não terá efeitos em suas demonstrações financeiras pois a companhia não possui contratos de arrendamento. **(ii) CPC 47 (IFRS 15):** O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador. Em 2022 a Unimed FESP, em atendimento ao novo Plano de Contas, modificará a contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a Operadora que presta o serviço à Operadora de origem do beneficiário, passará a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas constará apenas a taxa de administração cobrada, o que representará uma queda no montante de receita de aproximadamente 25% que neste exercício corresponde a R$482.051. Essas alterações não trarão impactos no resultado da Companhia. **(iii) CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39 (CPC 38). O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **(iv) IFRS 17 - Contratos de Seguros:** A IFRS 17 - Contratos de Seguros, divulgada em 2017, veio para substituir a IFRS 4 apresentada em 2004 como norma interina. A IFRS 17 é mais abrangente e contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro como reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidas durante o período de vigência do contrato. O IFRS 17 será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

29 Conciliação entre a sobra líquida e o fluxo de caixa das atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Sobra líquida descontada das participações sobre o resultado e antes da tributação	51.711	90.785	52.009	91.023
Ajuste por:				
Depreciações e amortizações	6.802	8.036	6.802	8.036
Resultado na alienação de bens	763	38	763	38
Provisão para perdas sobre créditos	6.215	(13.794)	6.215	(13.794)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.505)	(12.155)	(4.003)	(11.911)
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(621)	(11.050)	(621)	(11.050)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	310	1.927	310	1.927
Provisões para ações judiciais/tributárias/trabalhistas	10.601	28.261	10.601	28.261
	69.276	92.048	72.076	92.538
Variações nos ativos e passivos				
Aplicações financeiras - garantidoras	(84.329)	(57.904)	(87.646)	(57.904)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(6.495)	(1.795)	(6.495)	(1.795)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	(505)	(1.616)	(505)	(1.616)
Despesas diferidas	1.232	1.973	1.232	1.973
Créditos tributários e previdenciários	6.059	4.770	6.059	4.770
Bens e títulos a receber	13.432	27.915	13.196	27.994
Despesas antecipadas	(1.058)	(1.257)	(1.058)	(1.257)
Depósitos judiciais e fiscais	5.081	1.350	5.081	1.350
Eventos/ sinistros a liquidar e provisão técnica	25.201	36.296	25.822	36.296
Débitos de operações de assistência à saúde	(37.447)	(17.654)	(37.447)	(17.654)
Tributos e encargos sociais a recolher	(1.691)	(9.882)	(1.735)	(9.882)
Débitos diversos e provisões	20.949	8.174	22.391	8.174
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**9.705**	**82.418**	**11.381**	**82.979**

Diretoria Executiva

Dr. Eduardo Ernesto Chinaglia – Diretor Presidente
Dr. Everaldo Gregio – Diretor Superintendente
Dra. Maria Aparecida Marcondes de Andrade Nogueira – Diretora Financeira
Dr. André Domingos Pippa Tomazella – Diretor de Mercado
Dr. Ajax Rabelo Machado – Diretor de Gestão Operacional
Dr. Arnaldo Passafini Neto – Diretor de Desenvolvimento Humano e Institucional
Maria Cristina Carlos Brandão – Contadora - CRC 1SP-133272/O-1

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da ***Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Cooperativas Médicas****, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2021, com Ativo, Passivo, Demonstrações de Sobras e Perdas, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e acompanhados das Notas Explicativas, bem como todos os seus documentos e saldos figurantes, verificando uma sobra líquida, após as destinações legais, estatutárias e utilização do FATES, à disposição da Assembleia Geral Ordinária no montante de* ***R$55.274.881,16 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e um reais e dezesseis centavos)****, constando achar-se tudo exato e em perfeita ordem, auditados pela KPMG Auditores Independentes que emitiu sua opinião sem ressalvas, recomenda a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.*

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022.

Dr. Lucas de Oliveira Quessada — Dr. Paulo Duarte Lopes Panchorra — Dr. Paulo Geraldo Silva Cruz Filho — Dr. Paulo Massud — Dr. Persio Miranda — Dr. Francisco Seiidi Nishi

continua...

O ministro Paulo Guedes (Economia) e o presidente Jair Bolsonaro durante evento no Palácio do Planalto Ueslei Marcelino/Reuters

FGTS pode liberar saque de até R$ 1.000 para 40 milhões

Expectativa é que nova rodada seja anunciada nos próximos 20 dias, via MP

Idiana Tomazelli e Fábio Pupo

BRASÍLIA A nova rodada de saques do FGTS pode beneficiar cerca de 40 milhões de trabalhadores, segundo estimativas internas do governo obtidas pela **Folha**.

Esse é o público potencial da medida e leva em consideração o número de cotistas que têm contas com saldo no fundo de garantia. O valor a ser autorizado para saque deve ser de até R$ 1.000 por trabalhador, mas a média deve ficar abaixo disso porque algumas contas têm saldo inferior.

A definição do limite é feita de acordo com análises sobre a disponibilidade financeira do fundo, que precisa assegurar recursos para honrar os saques regulares (como em demissões sem justa causa ou compra da casa própria) e o orçamento para financiamentos habitacionais e de infraestrutura urbana e saneamento.

Segundo estimativas do governo, a medida deve proporcionar uma injeção de recursos superior a R$ 20 bilhões. Um integrante da equipe econômica diz que o total pode ficar perto dos R$ 30 bilhões.

A expectativa é que a nova rodada de saques seja anunciada oficialmente pelo governo nos próximos 20 dias. Uma MP (medida provisória) será editada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) autorizando o resgate dos recursos.

A nova liberação ocorre no momento em que Bolsonaro aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto para a Presidência. Ele está atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Integrantes do governo negam qualquer interesse eleitoreiro na medida. A justificativa é auxiliar brasileiros que enfrentam dificuldades por causa do grau de endividamento e da inflação.

Se confirmada a nova rodada, será a terceira vez que o governo Bolsonaro autoriza saques extraordinários dos recursos do FGTS.

A primeira foi em 2019, quando a injeção de recursos ajudou a dar sustentação à atividade econômica. Uma segunda rodada veio em 2020, no contexto das medidas para combater efeitos da Covid-19.

Antes, em 2017, o governo Michel Temer (MDB) permitiu o saque das contas inativas —quando o contrato de trabalho é rescindido, mas o saldo permanece na conta, como em casos de pedido de demissão pelo trabalhador.

Os estudos para uma nova rodada de saques do FGTS foram anunciados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento promovido pelo BTG Pactual na terça (22).

"Há várias iniciativas que podemos ter até o fim do ano que devem ajudar a economia a crescer. Podemos mobilizar recursos do FGTS também, porque são fundos privados", afirmou.

"São pessoas que têm recursos lá e que estão passando por dificuldades. Às vezes o cara está devendo dinheiro no banco e está credor no FGTS. Por que não pode sacar essa conta e liquidar a dívida dele do outro lado?", questionou.

Segundo integrantes do governo, embora o ministro tenha citado o uso do FGTS para o pagamento de dívidas e uma das principais intenções seja de fato ajudar os endividados, a tendência é que o valor seja liberado para todos os trabalhadores que tenham saldo disponível no fundo, com uso livre de acordo com as necessidades do beneficiário.

Em 2020, o governo tomou uma medida semelhante no pacote de medidas para amenizar a crise gerada pela pandemia e liberou um saque emergencial do FGTS de até R$ 1.045 por trabalhador.

Em 2021, o governo continuou estudando novas rodadas de liberação. Conselheiros do FGTS que representam empresários e integrantes do governo, no entanto, se posicionaram contra a medida na época.

O argumento foi que uma ação desse tipo poderia comprometer a sustentabilidade do fundo, que, segundo eles, sofria com limitações.

Durante o ano passado, a interpretação final foi que era preciso dar tempo para o fundo se recapitalizar e cumprir todos os seus compromissos antes de lançar uma nova rodada de saques extraordinários.

O presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria de Construção), José Carlos Martins, se manifestou contra a proposta de uma nova rodada de saques em 2022.

O setor de construção usa os recursos do FGTS como fonte de financiamento mais barata para bancar projetos na área habitacional.

"Opta-se em usar o FGTS como complemento de renda em vez de usá-lo para gerar bem-estar social, emprego e renda", disse Martins.

Ainda está em estudo pelo governo ampliar a possibilidade de usar o FGTS como garantia em operações de microcrédito para o trabalhador, segundo membros do governo ouvidos pela **Folha**.

Os valores dos empréstimos variam de R$ 100 a R$ 2.000 por pessoa nas discussões, lideradas nesse caso pelo Ministério do Trabalho e da Previdência.

Como consultar o saldo no app do FGTS

- Abra o app e clique em "Entrar no aplicativo"
- Aparecerá a frase "FGTS deseja usar caixa.gov.br para iniciar sessão"; vá em "Continuar"
- Informe seu CPF, vá em "Não sou um robô", selecione as imagens pedidas e vá em "Verificar"; em seguida, clique em "Próximo"
- Digite sua senha e vá em "Entrar"; caso não se lembre, clique em "Recuperar senha"
- O sistema pedirá para você cadastrar uma conta bancária, caso não queira fazer isso, vá em "Voltar para a tela inicial"
- Na tela inicial, aparecerão dados sobre as empresas em que trabalhou
- O saldo da empresa atual ou da última empresa na qual trabalhou aparece no topo da tela; é a primeira; clique sobre ela para ver as movimentações
- Para guardar os dados, clique em "Gerar extrato PDF" e salve em seu celular
- Para ver todas as empresas nas quais trabalhou, vá em "Ver todas as suas contas"
- O último depósito bancário estará informado na tela inicial, no quadro cinza

Mais trabalhadores conseguem aumento real de salário em janeiro

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO As condições para as negociações de reajustes salariais em janeiro foram um pouco melhores do que as registradas nos meses anteriores. A proporção de acordos fechados com índices menores que a variação da inflação, no entanto, ainda é alta —de 38,8% do total.

De acordo com a pesquisa Salariômetro, da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), o reajuste mediano no mês passado ficou em 10,20% e empatou com o INPC, o mais usado nas negociações salariais, que fechou 2021 em 10,16%.

Nos últimos 12 meses, o reajuste mediano ficou cinco vezes abaixo do INPC e empatou com o índice em outras sete vezes. Quando ele fica igual, o trabalhador garante a reposição daquilo que, no período de um ano, o poder de compra de seu salário perdeu, corroído pelo aumentos de preços.

Quando fica abaixo, porém, é como se a renda tivesse encolhido, uma vez que nem a deterioração do poder de compra é compensada.

Em janeiro, 33,4% das negociações concluídas deram aumentos acima da inflação, garantindo ganhos reais aos salários. Essa fatia não passava de 30% das negociações havia pelo menos um ano.

Apesar da melhora, a Fipe prevê que as negociações em 2022 ainda serão difíceis, especialmente porque a inflação seguirá elevada durante o primeiro semestre, ao mesmo tempo que a atividade econômica segue patinando, dificultando as condições de as empresas absorverem os custos desses reajustes.

O Salariômetro é feito a partir de dados de negociações coletivas registrados no Ministério do Trabalho e Previdência. Segundo a pesquisa, o piso médio em janeiro ficou em R$ 1.388.

Análise do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos) sobre os mesmos dados mostra que o escalonamento e o parcelamento de reajustes ainda foram usados nas negociações fechadas no primeiro mês do ano.

No caso do pagamento parcelado, só 3,7% dos acordos tinham esse tipo de previsão.

Em dezembro, 21,9% das negociações previam a aplicação do aumento em etapas, e 28,8%, em novembro.

Já o escalonamento, que passou a ser adotado com mais frequência no início da pandemia, em 2020, ainda foi utilizado em 18,2% das negociações salariais fechadas em janeiro. No mesmo período, em 2021, o pagamento foi usado em 11,9% das vezes.

Esse dispositivo chegou a parecer em 44,4% dos acordos de reajuste em novembro. Nesse modelo, os aumentos são aplicados somente a salários de até determinado valor, ou as diversas faixas de remunerações recebem reajustes diferentes.

Comparação dos reajustes salariais médios dos últimos 12 meses

Menos trabalhadores tiveram perdas em janeiro

Comparação dos reajustes negociados nos últimos 12 meses com a inflação, em %

	Reajuste mediano	INPC
Fev.21	5,5	5,5
Mar.21	5,5	6,2
Abr.21	6,2	6,9
Mai.21	7,6	7,6
Jun.21	8,9	8,9
Jul.21	7,5	9,2
Ago.21	9	9,9
Set.21	10,4	10,4
Out.21	10,8	10,8
Nov.21	11,1	11,1
Dez.21	11	11
Jan.22	10,2	10,2

Proporção de negociações em relação à inflação

Em %

	Comércio	Indústria	Serviços
Acima do INPC	25	44,6	32,3
Abaixo do INPC	29,2	37,8	45,3
Iguais ao INPC	45,8	17,6	22,4

Fonte: Salariômero, da Fipe, e Dieese

Governo amplia subsídio do programa Casa Verde e Amarela

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro (PL) editou decreto que aumenta os limites de subvenção econômica às famílias beneficiárias do programa Casa Verde e Amarela.

Pela norma, os novos limites para produção e aquisição de imóveis novos ou usados passam a ser R$ 130 mil em áreas urbanas e R$ 55 mil em áreas rurais. Os valores anteriores eram R$ 110 mil e R$ 45 mil, respectivamente.

As regras preveem que as subvenções sejam garantidas com recursos do Orçamento, do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) ou do FDS (Fundo de Desenvolvimento Social). Foram mantidos os limites de subsídios para requalificação de imóveis em áreas urbanas (R$ 140 mil), para a melhoria habitacional (R$ 23 mil) e para a regularização fundiária em áreas urbanas (R$ 2.000).

MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

Extrato de Aviso de Licitação - O Município de Sandovalina, torna público, que se acha aberta a presente licitação na modalidade de Tomada de Preço nº 01/2022, do tipo Menor Preço por empreitada global, objetivando contratação de empresa para a executar construção de 05 (cinco) pontos de coleta seletiva de recicláveis, no município de Sandovalina – SP, conforme Edital e seus anexos, que será realizada no dia 14/03/2022 a partir das 9hs00 a partir das 9hs00. O Edital em seu inteiro teor poderá ser retirado no prédio do Paço Municipal na Av. João Borges Frias, 435 Centro de segunda a sexta-feira no horário das 8hs00 às 11hs0 e das 13hs00 às 17hs00, ou ainda site www.sandovalina.sp.gov.br e pelo e-mail: sandovalina.licitacao@gmail.com. Sandovalina – SP, 23 de fevereiro de 2022. Francisco Mendes da Silva Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº. 008/2022 - UASG 986841 - Processo nº. 8008/2022. Objeto:- O presente processo tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição parcelada de GÁS e ÁGUA, conforme Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 06. Entrega das Propostas: a partir de 25/02/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 16/03/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. O Edital e anexos à disposição dos interessados à partir de 25/02/2022 no Setor de Licitações sito na Praça Padre Luís Sávio, s/n, centro, Pedregulho-SP, fone (16) 3171-3315, das 08h às 12h e das 13h às 17h, ou pelos sítios: www.pedregulho.sp.gov.br ou www.gov.br/compras. DIRCEU POLO FILHO - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAVÍNIA/SP

HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/22.

Prefeito de Lavínia/SP, HOMOLOGA o procedimento licitatório, tendo por objeto a **"RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS DO MUNICIPIO"**, com a empresa **OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A.**, sito à Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, nº. 1.455 – Bairro Vila Nova Conceição, na cidade São Paulo/SP, CNPJ/MF nº. 42.133.195/0001-98 no valor de R$ 654.511,53.

Lavínia, 15/02/22. Salvador Cazuo Matsunaka – Prefeito.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL DA INTERSINDICAL - A Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, CNPJ 20.937.429/0001-17, através de seu Secretário Geral, nos termos do artigo 12 do estatuto social, CONVOCA o Congresso Nacional da entidade, a ser realizado no dia 10/03/2022, a partir das 9h00min, em ambiente virtual, através de aplicativo eletrônico zoom cujo o link de acesso será enviado para cada respectivo delegado ou ainda poderá ser solicitado através de mensagem para o endereço eletrônico intersindical.central@gmail.com, para debater e deliberar sobre a seguinte pauta: A) Ratificação da convocação e realização extemporânea do Congresso; B) Prorrogação do mandato da Diretoria Nacional, da Diretoria Executiva Nacional e do Conselho Fiscal e eleição dos membros para os cargos vacantes para o mesmo período da eventual prorrogação do mandato. Cada entidade de base deverá realizar a escolha de 1 (um) delegado para a participação do Congresso. Considerando que a proposta do Congresso é tão somente a prorrogação ou não do mandato, e a respectiva recomposição dos cargos vacantes, não será discutido temário e nem apresentado regimento interno face a desnecessidade. São Paulo, 24 fevereiro de 2022. Edson Carneiro - Secretário Geral

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE DIADEMA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA Nº 55 de 16/02/2022: Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no montante de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), nos termos do artigo 9º da Lei Municipal nº 4.175, de 14/12/2021. Para cobertura do crédito serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da dotação do orçamento vigente no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em conformidade com o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 025/2022 – Proc. Adm. nº. 099/2022

Objeto: Registro de Preços para o fornecimento parcelado de **EXECUÇÃO DE CONTROLE TECNOLÓGICO DE ATERROS E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA,** atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, pelo período de 12 meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 24/02/2022, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba serviços para sua empresa, licitações. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 11/03/2022, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 23 de fevereiro de 2022.
ORDENADOR DE PREGÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preços N.º 005/2022 – Proc. Adm. Nº 101/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para acompanhamento do PCAO (Plano de Controle Ambiental da Obra), PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PAE (Plano de Ação de Emergência) referente à obra de Duplicação da Estrada Municipal Bela Vista, em atendimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Planejamento. Do Edital: O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 24/02/2022, na Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, 1283, 2º andar - Votuparim – Santana de Parnaíba/SP ou por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba serviços para sua empresa, "Licitações". **Data de Abertura:** 15/03/2022, às 09h00min.

Santana de Parnaíba, 23 de fevereiro de 2022.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

COMUNICADO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.355/2021

Objeto: Registro de preços para aquisição de dietas enterais, suplementos alimentares orais e fórmula infantil para atender pacientes da Rede Pública de Saúde. Informamos aos licitantes interessados em participar do pregão presencial nº 122/2021 que por alterações no edital que influenciam diretamente na formulação de proposta, está suspensa a sessão pública inicialmente marcada para o dia 25 de fevereiro de 2022, às 09:00 horas. A nova data será publicada na forma da lei. São Sebastião, 22 de fevereiro de 2022. Luiz Carlos Biondi. Secretário Municipal de Administração. Reinaldo Alves Moreira Filho. Secretário Municipal da Saúde.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE REPRESENTANTES - FEPETROL - Pelo presente edital, na qualidade de Presidente da **Federação dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo - (FEPETROL)**, com sede sita à Rua Vergueiro, 2.327 - Vila Mariana - São Paulo - SP, convoco os Delegados Representantes dos Sindicatos Filiados, que preencham os requisitos do Artigo 26, § 8º, do Estatuto, para que se façam presentes virtualmente na Reunião Extraordinária do Conselho de Representantes através da plataforma ZOOM, que será realizada conforme o disposto no Artigo 33, do Estatuto, no dia 08 de março de 2022, às 9h00min horas, tendo por objetivo discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: 1) Leitura, discussão e deliberação sobre a redação da ata da reunião anterior; 2) Discussão e deliberação da Pauta de Reivindicações Unificada para início das negociações coletivas com o SINDTRR, data-base 01/05/2022: 3) Discussão e deliberação sobre a outorga de poderes à diretoria da FEPETROL para realizar negociações coletivas diretas com o SINDTRR e, no caso de frustrarem as negociações, instaurar Dissídio Coletivo perante o TRT; 4) Discussão e deliberação referente ao percentual de Contribuição Assistencial/Confederativa/Negocial a ser destinada à FEPETROL, em conformidade com o disposto no artigo 9º, parágrafo 3º, do Estatuto. Para participar da Reunião Virtual os Delegados Representantes deverão se inscrever via e-mail presidencia.fepetrol@uol.com.br até o dia 07/02/2022 para receber o link gerado na plataforma. São Paulo, 24 de fevereiro de 2022. **Valter Adalberto** - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº. 006/2022 - UASG 986841 - Processo nº. 8006/2022. Objeto:- O presente processo tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição parcelada de LEITE PASTEURIZADO, conforme Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 02. Entrega das Propostas: a partir de 25/02/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 14/03/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. O Edital e anexos à disposição dos interessados à partir de 25/02/2022 no Setor de Licitações sito na Praça Padre Luís Sávio, s/n, centro, Pedregulho-SP, fone (16) 3171-3315, das 08h às 12h e das 13h às 17h, ou pelos sítios: www.pedregulho.sp.gov.br ou www.gov.br/compras.DIRCEU POLO FILHO - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREGULHO - Estado de São Paulo

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº. 007/2022 - UASG 986841 - Processo nº. 8007/2022. Objeto:- O presente processo tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES, conforme Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 28. Entrega das Propostas: a partir de 25/02/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 15/03/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. O Edital e anexos à disposição dos interessados à partir de 25/02/2022 no Setor de Licitações sito na Praça Padre Luís Sávio, s/n, centro, Pedregulho-SP, fone (16) 3171-3315, das 08h às 12h e das 13h às 17h, ou pelos sítios: www.pedregulho.sp.gov.br ou www.gov.br/compras. DIRCEU POLO FILHO - Prefeito Municipal

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

Encontra-se aberta na Delegacia Seccional de Polícia de São Joaquim da Barra/SP, licitação na modalidade Tomada de Preços nº 01/2022, do tipo menor preço, que visa à contratação de empresa especializada para a execução das obras de reforma com ampliação do prédio da Delegacia de Polícia de Ipuã/SP, localizado na Rua Floriano Peixoto nº 510 - centro - município de Ipuã/SP. A licitação será realizada, no dia 22/03/2022, às 09 horas, na sede da Delegacia Seccional de Polícia de São Joaquim da Barra, localizada na Rua Marechal Deodoro nº 230 - centro - São Joaquim da Barra/SP. O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.imprensaoficial.com.br. A versão completa contendo especificações, desenhos e demais documentos técnicos relacionados à contratação, bem como outras informações, poderão ser obtida no setor de finanças da Unidade Contratante pelo telefone: (016) 3818-1099 ou por meio eletrônico, sjbarra.financas@policiacivil.sp.gov.br."

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO

Chamamento – Súmula – Pregão Presencial nº 06/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AREIA, PEDRISCO, PEDRA BRITA, PÓ DE BRITA E PEDRA PULMÃO PARA O MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO

ABERTURA/SESSÃO: 14/03/2022 – 08h30min

O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.santoanastacio.sp.gov.br, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel.(18) 3263-9425.

Download do edital em: http://186.233.125.85:8079/comprasedital/

Santo Anastácio, 23 de fevereiro de 2022.
JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

TERMO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.335/2021

Objeto: Contratação de serviço de abrigamento de paciente em clínica de longa permanência para idosos com serviços de cuidados paliativos pelo prazo de 12 (doze) meses. Com amparo no artigo 49 da lei nº 8.666/93 e suas alterações, revogo o referido certame, conforme memo nº 066/2022, de 22/02/2022, tendo em vista o interesse da Administração. São Sebastião, 22 de fevereiro de 2022. Luiz Carlos Biondi. Secretário Municipal de Administração. Reinaldo Alves Moreira Filho. Secretário Municipal da Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 026/2022 – Proc. Adm. nº. 102/2022

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em **SERVIÇO DE GRAVAÇÃO E FORNECIMENTO DE PLACAS DE INOX**, que serão utilizadas em inaugurações de poder público municipal, homenagens e premiações, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Comunicação Social, pelo período de 12 (doze) meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 04/01/22, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site www.santanadeparnaiba.sp.gov.br, na aba serviços para sua empresa, licitações. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 11/03/2022, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 23 de fevereiro de 2022.
ORDENADOR DE PREGÃO

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA
Av. Brig. Luís Antônio, 2367 – 12º andar – Conj. 1211 – Edifício Barão de Ouro Branco
Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP: 01.401-000 - Fone: (11) 3170-1860

Consultamos as possíveis empresas nacionais que fabriquem os produtos ou similares: **CARTUCHOS MARCA CBC, MODELOS: 1.** 22CURTO CHOG 29GR STD; **2.** 22 CURTO CHOG 29GR TR PREC; **3.** 22LR CHOG 40GR STD; **4.** 22LR CHOG 40GR SV; **5.** 22LR CHOG 40GR PREC; **6.** 22LR CHOG 40GR SUBSONICO PREC; **7.** 22LR CHPO 33GR HYPER PREC; **8.** 22LR CHPO 33GR HYPER; **9.** 22LR FESTIM; **10.** 22LR CHOG 40GR HVLAT; **11.** 12/70 CH-7 ½ T200 32g; **12.** 12/70 CH-7 ½ T200 LIGHT 32g; **13.** 12/70 CH-8 T200 LIGHT 32g; **14.** 12/70 CH-7 1/2 VOO HÉLICE 32g; **15.** 12/70 CH-8 VOO HÉLICE 32g; **16.** 12/70 CH-5 P25 36g; **17.** 12/70 CH-6 P25 36g; **18.** 12/70 CH-7 ½ P25 36g; **19.** 12/70 CH-8 P25 36g; **20.** 12/70 CH-3T TPS 29g; **21.** 12/70 CH-7 ½ F150 OLÍMPICO 24g; **22.** 12/70 CH-9 F150 OLIMPICO 24g; **23.** 12/70 CH-8 F150 OLÍMPICO 24g; **24.** 12/70 CH-7 D150 OLÍMPICO 24g; **25.** 12/70 CH-8 ½ D150 OLÍMPICO 24g; **26.** 12/70 CH-9 S150 OLÍMPICO 24g; **27.** 12/70 CH-7 ½ F150 LIGHT 24g; **28.** 12/70 CH-8 ½ D150 LIGHT 24g; **29.** 12/70 CH-7 1/2 C25 28g ; **30.** 12/70 CH-8 C25 28g; **31.** 12/70 CH-8 C25 34g; **32.** 12/70 CH-8 C25 36g; **33.** 22LR CHOG 40GR TARGET C; **34.** 22LR CHOG 40GR TARGET 300 C; **35.** 22LR CHOG 40GR TARGET 500 C; **36.** 22LR CHOG 40GR PRECISION C; **37.** 22LR CHOG 40GR PRECISION SUBS C; **38.** 22LR CHPO 33GR HUNTER HYPER C; **39.** 22LR CHPO 40GR HUNTER SUBS C; **40.** 22CURTO CHOG 29GR TARGET C; **41.** 22CURTO CHOG 29GR TARGET TR C; **42.** 22 CH-11 29GR CLASSIC EXPRESS C; **CARTUCHOS MARCA ELEY, MODELOS: 43.** 22 TENEX C; **44.** 22 TENEX PISTOL SLOW C; **45.** 22 TENEX PISTOL C; **46.** 22 MATCH C; **47.** 22 MATCH PISTOL C e **48.** 22 MATCH PISTOL SLOW C; a se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Exclusividade. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Exclusividade. São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022 – PROCESSO Nº 031/2022

A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal nº 8.666/93, torna público, que realizará Tomada de Preços, no dia **17 de março de 2022, às 08h30**, na Sala de Licitações, situada à Avenida Junqueira, nº 1396, Centro, Junqueirópolis/SP, visando a **contratação de empresa especializada com fornecimento de mão-de-obra, materiais de primeira linha e equipamentos necessários para REFORMA E ADEQUAÇÃO DO SALÃO DO BOSQUE MUNICIPAL**. O Edital em sua íntegra poderá ser retirado na sede da Prefeitura ou no site www.junqueiropolis.sp.gov.br. Quaisquer esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Licitação, nos dias de expediente, no horário da 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h30, na Avenida Junqueira, nº 1396, ou através do telefone (18) 3841-9090. Junqueirópolis/SP, 23 de fevereiro de 2022. **JOSÉ HENRIQUE ROSSI** - Diretor de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

AVISO - Encontra-se aberta na **Prefeitura do Município de Ilha Comprida/SP: Tomada de Preço nº 01/2022** do tipo menor preço GLOBAL para contratação de empresa especializada para construção da Casa da Juventude. Entrega e abertura dos envelopes dar- se- a no dia 11/03/2022 as 09h00min.O edital em seu inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.ilhacomprida.sp.gov.br. Geraldino Barbosa de Oliveira Junior Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Carapicuíba

Tomada de Preços nº 08/22 P.A. nº 1649/22 - Objeto: Contratação de empresa para execução de reforma na EMEI Ademar Ferrari, situada na Rua Serra Mailaski, 400 – Jardim Planalto neste município.Recebimento e abertura dos envelopes dia 15/03/22 às 09:30 horas. Editais disponíveis no site: www.carapicuiba.sp.gov.br e no depto. de Licitações e Compras p/ retirada com mídia de CD gravável. Informações: (11) 4164-5500 ramal 5442.

Carapicuíba, 23 de fevereiro de 2022.
Marco Aurélio dos Santos Neves - Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RINÓPOLIS

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RINÓPOLIS comunica aos interessados a realização do **Pregão PRESENCIAL Nº 009/2022.** ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Rinópolis. Contratação de serviços médicos para atendimento no Município de Rinópolis. ENCERRAMENTO: 10.3.2022 às 08:30 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: 10.3.2022 às 08:45. horas. Edital completo e demais informações no Setor de Compras e Material na Prefeitura Municipal de Rinópolis de segunda à sexta-feira das 8:30 horas às 11:00 horas e 13:30 horas às 16:00 horas. Rinópolis – 23 de fevereiro de 2022 – José Ferreira de Oliveira Neto - Prefeito Municipal.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RINÓPOLIS comunica aos interessados a realização do **Pregão Presencial Nº 10/2022** – ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Rinópolis. OBJETO: Aquisição de uma Pá Carregadeira. MODALIDADE: Pregão. ENCERRAMENTO: 10.03.2022 às 10:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: 10.03.2022 às 10:15 horas. Edital completo e demais informações no Setor de Compras e Material na Prefeitura Municipal de Rinópolis de segunda à sexta-feira das 8:00 às 13:00 horas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

SETOR DE LICITAÇÃO/AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 088/2022, Licitação nº 007/2022, Edital nº 006/2022, Leilão nº 001/2022
Tipo: Maior lance por item

A Prefeitura Municipal de Guzolândia-SP, TORNA PÚBLICO, que no próximo dia 18/03/2022, às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Paschoal Guzzo, nº 1.065, Centro, será realizada a Licitação na modalidade Leilão nº 001/2022, tendo como objeto à escolha do lance mais vantajoso para a venda de materiais recicláveis inservíveis à Administração. As propostas serão realizadas em ato público, através de lance nunca inferior ao valor da avaliação, o pagamento deverá ser efetuado à vista. O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados de 2ª a 6ª, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no Setor de Licitação, bem como no Sítio Eletrônico do Município "www.guzolandia.sp.gov.br" ou podendo ser solicitado pelo e-mail licitacao.prefeitura@guzolandia.sp.gov.br. Guzolândia, 23/02/2022. Márcio Luís Cardoso-Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUZOLÂNDIA

SETOR DE LICITAÇÃO/AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 124/2022, Licitação nº 008/2022, Edital nº 007/2022, Leilão nº 002/2022
Tipo: Maior lance por item

A Prefeitura Municipal de Guzolândia-SP, TORNA PÚBLICO, que no próximo dia 21/03/2022, às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Paschoal Guzzo, nº 1.065, Centro, será realizada a Licitação na modalidade Leilão nº 002/2022, tendo como objeto à escolha do lance mais vantajoso para a venda de bens móveis inservíveis para o serviço público desta municipalidade. As propostas serão realizadas em ato público, através de lance nunca inferior ao valor da avaliação, o pagamento deverá ser efetuado à vista. O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados de 2ª a 6ª, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no Setor de Licitação, bem como no Sítio Eletrônico do Município "www.guzolandia.sp.gov.br" ou podendo ser solicitado pelo e-mail licitacao.prefeitura@guzolandia.sp.gov.br. Guzolândia, 23/02/2022. Márcio Luís Cardoso-Prefeito Municipal.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12261/2021
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE, devidamente autorizado, no uso das atribuições que me são conferidas, conforme disposto no art. 2º do Decreto Municipal nº 08/2001, Lei Federal nº 8666/93 e posteriores alterações e Lei 10.520/02, HOMOLOGO todos os atos praticados pela Pregoeira e Equipe de Apoio no processo acima citado, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada em atividade veterinária para serviços de castração de felinos e caninos, de ambos os sexos, de qualquer peso, com o fornecimento e implantação de microchip, antibiótico e anti-inflamatório para o pós-operatório, conforme descritivo dos serviços anexo ao edital, a cargo da Secretaria de Meio Ambiente à empresa **João José Soares Junior EPP**, no valor global da contratação de R$ 273.600,00 (duzentos e setenta e três mil e seiscentos reais).

Salto/SP, 23 de fevereiro de 2022.
Osvaldo Antônio Dalla Vecchia - Secretário de Meio Ambiente

CASA
FUNDAÇÃO CASA

CONVOCAÇÃO

Juliano Izidoro, portador do RG. 00255358453, Carteira Profissional nº 00027405 - série: 00146- SP, registrado nesta Fundação sob o número RE 21.887-0, solicitamos seu comparecimento na sede da Fundação CASA, sito à Rua Florêncio de Abreu, 848 - 3º andar - Luz, Seção de Movimentação, no prazo de 24 horas para tratar de assunto de seu interesse. O não comparecimento implicará em Demissão por Justa Causa - Abandono de Emprego, conforme artigo 482 alíneas "i" da CLT. **Contato:** Seção de Licitações e Chamamentos Públicos da Divisão de Suprimentos, com Denise - telefone (11) 2927-9060. São Paulo, 22 de fevereiro de 2022. **Rosana Moreno Pires** - Diretora de Divisão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA/SP

AVISO DE EDITAL

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO MUNICIPAL EM AMBIENTE NUVEM (DATA CENTER), CONTEMPLANDO: CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO, LICENCIAMENTO E SUPORTE TÉCNICO MENSAL, E QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DO SIAFIC - SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE EM UM MESMO AMBIENTE VIRTUAL, ADVINDO PELO DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020, PELO PERÍODO DE 12 MESES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO. DATA DE ABERTURA DA SESSÃO SERA DIA 14/03/2022 ÁS 09h00min Na Sala De Pregão Presencial Na Prefeitura Municipal De Itapetininga. A integra do edital ficará disponível no site www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Pregão Presencial. KARINA DE ANDRADE MACHADO – PREGOEIRA.

daem DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

EDITAL nº 04/2022 – P.E. 02/2022. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 02/2022.

Termo de Adjudicação e Homologação: O Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Marília, dando cumprimento aos dispositivos legais constantes das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002 e Portaria nº 580/2013 e de acordo com a classificação efetuada pelo Pregoeiro Fabio José Farahum Coelho ratifica a adjudicação efetuada pelo pregoeiro e homologa nesta data, os objetos licitados: Lotes 01,07 e 18 à empresa Infratubos Artefatos de Concreto Eireli, localizada na rodovia Comandante João Ribeiro de Barros S/N, KM 440, Andar 01, CEP 17.539-050,em Marília-SP. Lotes: 02,03,05,14,15,19,20,23,25,47,48,49,50,51,52,53,54,56 e 59 à empresa Pipeplast Indústria e Comércio de Tubos e Conexões EIRELI, localizada na Rua Albino Ferreira, nº 220, CEP 83.707-452, Bairro Bariguí, em Araucária-PR. Lotes 06,12,13,16,17,21,22,24,26,46 e 55 à empresa L.A. Zampolo Conehidro Comércio de Tubos e Conexões LTDA, localizada na Rua Pedro Geraldo COsta, nº 170, Quadra L Lote 9,CEP 13.710-000, Bairro Jardim Santa Carolina II, em Tambaú-SP. Lote 08,09,10,11,27,28,29,30,31,32,33,39,40,41,42,43,44,45 e 58 à empresa Tubos Cerâmicos Tambaú LTDA, localizada na Rua Silva Pinto, nº 78, CEP 13.710-000, Bairro Centro, em Tambaú- SP.Lotes: 34,35,37 e 38 à empresa M4 Produtos para Saneamento Eireli, localizada na Av. Doutor Gastão Vidigal, nº 1132, Conj 1003 Torre B, CEP 05.314-000, Vila Leopoldina, em São Paulo-SP. Lotes: 36 e 57 à empresa C.Z. Alexandre Comércio de Materiais Hidráulicos, localizada na rua Nova Luzitania, nº 36, CEP 15-190-000, Jardim Alvorada, em Nhandeara-SP. Lote deserto: 04

Marília, 23 de fevereiro de 2022. João Augusto de Oliveira Filho. Presidente.

Ordem dos Músicos do Brasil
Conselho Regional do Estado de São Paulo

CNPJ 43.450.832/0001-12

EDITAL

O Presidente do Conselho Regional do Estado de São Paulo da Ordem dos Músicos do Brasil faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que de acordo com a Lei 3.857/1960, Resolução nº 1.291/90-CF (Código Eleitoral) e Resolução nº 004/2005-CF e Resolução nº 24/2013-CF, fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste Edital para o registro de Chapas de candidatos à renovação de 1/3 (um terço) de Conselheiros Efetivos e Suplentes, Delegado Eleitor Efetivo e Suplente do Conselho Regional do Estado de São Paulo da Ordem dos Músicos do Brasil, cuja eleição se processará no dia 29 de março de 2022, das 10H00M às 16H00M, na sede do Conselho, Av. Ipiranga, nº 318, Bloco A, 6º andar, nesta Capital, em primeira convocação com a maioria absoluta de seus membros com direito a voto e, 01 (uma) hora após, com qualquer número, caso não haja quorum de Lei na primeira convocação. Ficam, pois, convocados todos os inscritos deste Conselho Regional com condições de voto, para o referido pleito eleitoral. A Secretaria do Conselho Regional estará à disposição pelo WhatsApp OMB-CRESP 11 95833-1782 ou pelo e-mail: secretaria@ombsp.org.br para quaisquer informaçõe s e ou agendamento para registro de chapas. São Paulo, 23 de fevereiro de 2022. **Marcio Teixeira da Silva** - Presidente da OMB-CRESP

Unimed Guarulhos

A UNIMED GUARULHOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, situada na Av. Paulo Faccini, 900, com fundos para a Rua Tapajós, nº269 - Jardim Barbosa CEP . 07.111-000- Cidade de Guarulhos, no Estado de São Paulo inscrita no CNPJ sob o nº 74.466.137/0001-72, nos termos do art. 13, parágrafo único, inciso II da Lei nº . 9.656/1998 e da Súmula 28/2015 da ANS, e atendida as recomendações do Código de Defesa do Consumidor, considerando as tentativas frustradas de notificação pessoal, vem por meio desde Edital notificar os beneficios contratantes abaixo identificados pelo número do seu CPF (Cadastro de Pessoas Fisicas) e CNPJ (Cadastro de Pessoa Jurídica), com omissão dos dígitos de verificação, acompanhado do seu número de inscrição como beneficiário desta operadora, para no prazo de 10(dez) dias, a contar desta publicação, para que ligue no telefone(011) 2463-8000, a fim de regularizar as pendências financeiras de seu plano de plano de saúde consequentemente, garantir a manutenção dos serviços contratados. Ressaltamos que após o prazo de 10 dias a contar da publicação deste edital não houver contato dos beneficiários abaixo relacionados, bem como não ocorrer a quitação das pendências financeiras o mesmo acarretará na rescisão contratual, medida prevista na legislação ora referenciada. A Unimed Guarulhos aproveita o ensejo para ressaltar o prazer em tê-lo como cliente, desejando que esta relação permaneça firme e duradoura.

CDCLIENTE	CNPJ_CPF_CONTRATANTE	CIDADE	CV_NRO	CV_CONTRATO_COMERC_PAC
0284.2000.023417-00	406.591.848-XX	ARUJA	2000023417	388541
0284.2000.023613-00	411.283.848-XX	ARUJA	2000023613	684013
0284.2000.007003-00	166.192.168-XX	GUARULHOS	2000007003	346480
0284.2000.017268-00	405.698.558-XX	GUARULHOS	2000017268	376644
0284.2000.023861-00	179.032.248-XX	GUARULHOS	2000023861	684363
0284.7002.155338-00	552.924.105-XX	GUARULHOS	4000003572	88007
0284.2000.028058-00	466.880.588-XX	GUARULHOS	2000028058	684383
0284.7002.155338-00	552.924.105-XX	GUARULHOS	4000003572	88007
0284.8884.136299-00	185.990.418-XX	GUARULHOS	4000003467	
0284.2000.008303-00	337.563.358-XX	GUARULHOS	2000008303	351702
0284.2007.244255-00	302.769.308-XX	GUARULHOS	2000009218	244255
0284.7002.155339-00	267.456.938-XX	GUARULHOS	4000003572	88007
0284.7002.155450-00	147.686.568-XX	GUARULHOS	4000003557	87997
0284.2000.017764-00	160.522.668-XX	GUARULHOS	2000017764	361144
0284.2000.023341-00	449.709.378-XX	GUARULHOS	2000023341	378411
0284.2000.023733-00	358.105.958-XX	GUARULHOS	2000023733	684151
0284.2004.020141-00	260.723.028-XX	GUARULHOS	2000004482	20141
0284.2005.269955-00	145.210.018-XX	GUARULHOS	2000006298	269955
3000012953	02.181.282/0001-XX	GUARULHOS		93448
3000012966	02.619.861/0001-XX	GUARULHOS		91505
3000011878	07.879.189/0001-XX	GUARULHOS		86479
3000014084	16.700.530/0001-XX	GUARULHOS		187557
3000014293	36.793.308/0001-XX	GUARULHOS		188960
3000011975	07.209.880/0001-XX	GUARULHOS		86572
3000013629	15.231.674/0001-XX	GUARULHOS		187176
3000013808	13.968.960/0001-XX	GUARULHOS		91749
3000014197	35.256.125/0001-XX	GUARULHOS		189746
3100000578	28.841.517/0001-XX	GUARULHOS		401332
3000005278	24.744.360/0001-XX	GUARULHOS		63298
3000011928	10.358.249/0001-XX	GUARULHOS		84345
3000013206	14.677.898/0001-XX	GUARULHOS		90464
3000013906	19.389.483/0001-XX	GUARULHOS		89975
3100000394	33.949.589/0001-XX	SANTA ISABEL		401041
3000011574	18.431.860/0001-XX	SAO PAULO		85300
3000014813	21.966.276/0001-XX	SAO PAULO		190180

LEILÃO DE PRÉDIO COMERCIAL - SÃO PAULO/SP
Online
1º Leilão: 09/03/2022 às 11h00 | 2º Leilão: 11/03/2022 às 11h00

bradesco ZUKERMAN LEILÕES

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: São Paulo/SP. Santo Amaro.** Rua Senador Dantas, nº100, **Prédio Comercial**. Áreas totais: ter.: 200,00m² e constr. estimada: 681,00m² (consta no RI 270,00m²). Matr. 5.545 do 11º RI Local. **Obs.:** Área construída pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante aos órgãos competentes da divergência da área construída lançada no IPTU, com a apurada no local e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF). **1º Leilão**: 09/03/2022, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 3.171.578,17. 2º Leilão**: 11/03/2022, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 1.553.940,35** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.zukerman.com.br. Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: 3003-0677 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: BANCO.BRADESCO/LEILOES | www.ZUKERMAN.com.br

GUARIGLIA LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO 5ª FEIRA - 24/02/2022 - 09h00 - APROXIMADAMENTE 200 VEÍCULOS
PRESENCIAL E ONLINE **VEÍCULOS DE BANCOS E FINANCEIRAS**

VISITAÇÃO: HOJE NO LOCAL DO LEILÃO: das 7 às 9h. | LOCAL: Rod. Pres. Dutra, Km 128 - Sentido RJ-SP - CAÇAPAVA/SP

CHASSIS: 9BFZB55PXD8808003 - 9BD5781FFHY146998 - 9BD195193D0406220 - 9BGRP48F0CG175185 - 9BGKL69U0LB186122 - 9BWDB45U0LT073506 - 93Y5SRF84JJ955981 - 9BFZH54J2H8358753 - 9BRB29BT8J2203859 - 9BD341A4XJY492488 - 3N1BB7AD1GY206265 - 9BWAB45Z3C4045482 - 9BWAA05W0CP037534 - KNAFU411BB5397553 - 9BFZF55P398401300 - 9BWDA05U2AT165838 - 8AFPZZFHA9J203229 - 9BD373175D5007633 - 9BRB29BT0F2060929 - 9BD195173E0503863 - 8AP372171E6083549 - LVVDA11BXDD023682 - 9BFZF55A4E8066473 - 9BGJA69X0DB152417 - 8AP17201MA2045445 - 9BGAB69C0AB273490 - 8AD4DRFJWCG038216 - 9BGTU75C0BC100085 - 9BWDA05U7CT071831 - 8AFUZZFHCBJ357829 - 9362AKFW97B017421 - 9BWKA05Z784024609 - 9BD19515ZG0746512 - 8A1LBMC25CL997254 - 9BWAA05W4DP065757 - 935FCKFV88B538960 - 9BR53ZEC168544232 - 9BWAA05WX9T025116 - 94DTBAL10EJ941187 - 8AP17202LB2176566 - 9BD196271E2204493 - 3C3AFFAR4CT246600 - 9BRBD48E5B2522790 - 95PIN81EPDB055999 - WV1DB42H2EA011076 - 9C2KC2500NR006727 - 9C6RG3150L0009991 - 9C2KC2200KR121693 - 9BD27801212770230 - 8AC906133FE101087 - 9BSK4X200C3697402 - 9532L82W6BR158868 - 9C2KC2200NR108273 - 9C2MC4410MR000451 - 9C6RG5010L0041327 - 9C2KC2500MR052232 - 9C2KC2200MR041145 - 9C2MC4410MR001777 - 9C2KC2220NR002431 - 96PZREF10MFS01102 - 9C6KM0030D0018143 - JH2PC4092CK500303 - 9C2ND1120LR004293 - 9C2ND1010DR301461 - 9C6RG2310H0019339 - 9C2MC4400LR201190 - 9C2NC4310CR064533 - 9C2KC2500JR127317 - 9C6KG0570H0011844 - 9C2KC2210MR009147 - 9C6DG2590N0004983 - 9C2MD4100MR010524 - 9C2KC2200NR111420 - 93YRBB001MJ706813 - 9BRDC21B9MA004630 - 9BHCP41BBNP211234 - 9BRBC9F37N8160190 - 9BD358A4HKYJ51453 - 94DBFAN17KB103928 - 2FMDK48C89BA48192 - KNALN414BE5131480 - 9BGKR48G0GG223668 - 9BWKA05Z574107387 - 9BFZE16P068626196 - 9BGTR48W09B115427 - 9BWAA45Z8F4050703 - 9BWMF07X8EP009911 - 9BWAA05W8CP008119 - 9BWAA05Z8B4061719 - 9BGCA80X0DB325163 - 9BWKB45U2HP013914 - 9BGKL69U0LB182408 - 9BWAB45U0JT144123 - 9BFZH55JXJ8092886 - 9BD19515ZG0746234 - 9BD19627MG2263012 - 9BWDA05U6DT188866 - 9BGKS48B0FG110190 - 9BWAA05U2DP026504 - 9BRB33BE4M2053135 - 93HFC1690KZ208622 - WDDSJ4DW4EN071097 - 3D4PG6FD0AT209835 - 9BRB29BT7E2053619 - 9BGKS48V0HG211979 - 9BGJC69X0FB137592 - 9BD17164LB5732604 - 93YBSR76HDJ722648 - 9BD17106LA5605050 - 9BWDA45U1ET187343 - 9BD198257C9015144 - 9BWAA05W9BP060776 - 9BRB29BT5G2112007 - 9BD197163D3079202 - 935CHN6AVAB508565 - 9BGJC6920JB198213 - 9BWAA05U6ET040477 - 8A1CB8V05BL667423 - 9BGJC69X0EB130300 - 9BD197173D3038528 - 9BWAA05Z7C4113021 - 9BD195152F0645469 - 9BFZH5535M8042779 - 93Y5SRF84KJ309161 - 9BD358A4NMYK62530 - 9BHBG51CAEP152090 - 93YBSR0RH9J182736 - 93UMC28LX34008687 - 935FCKFV86B511232 - 93YLSR2VHBJ041479 - 9BD17144ZF7511563 - 9BWAA01J824016957 - 9BD195102F0686894 - 9BD255049D8955297 - 8AGSU19F0FR106706 - 9BD11812181043945 - 9BFZF55AXE8024017 - 9BD195102F0658382 - 9BGPB68N0FB202076 - JTDKB3FU3G3548145 - JTDKN36U7D1639384 - 9BGAB69W09B214185 - 935FCKFV89B505860 - 9BD195152B0052342 - 9BGSC19Z01C256280 - 8BCLDRFJVBG543586 - KMHJN81DP7U527862 - 9BGRD08X04G204671 - 9BGKS48R0FG368524 - 9BHBG51CAFP420089 - 9BFZF55A4D8461574 - 9BGSU19F0BB277536 - 9BRK19BT1D2014249 - 9BGRG08F0CG376955 - 8AD3DRFJ47G004743 - 8AP17202LA2094640 - 9BFZE16F858601939 - 9BGAC69M06B188599 - 935CHN6AVAB513512 - 9BFZF16P378498292 - 8A1LBBE258L893402 - 9BGSU19F0CC177526 - 9BFZE12N558629761 - 9BGAB69C09B271418 - 9BGSU19F0EB180840 - 9BWAB4525E4083900 - 9BGTW69W05B182478 - 9BWAA05Z3B4097821 - 94DBCAN17HB103934 - 9BWAA45U5EP072661 - 93Y5SRF84HJ617736 - 3FADP4YJ1EM185140 - 9BGKS48B0FG243181 - 9BD27801A62466752 - 9BWDB45U89T239747 - 93HFA66309Z113258 - 9C6DG2590N0005032 - 9362MN6A09B009258 - 9BD135613A2136842 - LJ16AK233C4492400 - 9362AN6A97B030475 - 93YHSRAFSHJ541531 - 9BWAB45Z4F4028419 - 9BFZH55L1J8205710 - 9BD372110D4024378 - 9C2KC2210LR034856 - 9C2KC2200MR026083 - 9362NKFWXEB071617 - 9BWAA05WXDP102181 - 9BWKB05Z854087372 - 93Y45RF84KJ518247 - 9BD341A5XLY653767 - 93YLSR76HDJ826101 - 94DBCAN17JB201726 - 93Y45RD04FJ405523 - 9BGKL48U0KB158504 - 9C2KC2500KR040308.

Consulte relação completa de veículos no site.
Condições de venda e pagamento constarão no catálogo próprio.

VISITE NOSSO SITE: **www.GUARIGLIALEILOES.com.br**

Informações: (12) 3654-1000 /GUARIGLIALEILOES

ANTONIO LUIZ GUARIGLIA - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 415

Chevrolet Serviços Financeiros · bradesco · Santander · Banco PAN · omni · Safra · Sicredi · PSA

Departamento Autônomo de Água e Esgotos

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 005/2022
Processo DAAE nº 0205 de 26/01/2022

Objeto: Registro de preços para manutenção em conjunto motobomba anfíbia e aeradores submersos. Data limite para visita técnica (obrigatória): dia 11/03/2022. Data e horário da abertura: Dia 14/03/2022, às 10h00min (Dez Horas). LOCAL: Departamento Autônomo de Água e Esgotos, situado na Rua Domingos Barbieri, 100, Fonte Luminosa, Araraquara-SP. O Edital poderá ser retirado na íntegra através do site: www.daaearaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

Araraquara, 22 de Fevereiro de 2022.
Donizete Simioni - Superintendente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2022 – A Prefeitura do Município de Itápolis informa aos interessados a abertura da licitação em epígrafe que tem como objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A SEREM DISPENSADOS NA FARMÁCIA MUNICIPAL, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. DATA DA LICITAÇÃO: 14 de Março de 2022 às 08 horas e 30 minutos no site http://e-licita.itapolis.sp.gov.br:8096. O edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente através dos sites www.itapolis.sp.gov.br e http://e-licita.itapolis.sp.gov.br:8096. Maiores informações, através do telefone 16 3263 8000.

PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2022 – A Prefeitura do Município de Itápolis informa aos interessados a abertura da licitação em epígrafe que tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Serviços Administrativos. DATA DA LICITAÇÃO: 15 de Março de 2022 às 08 horas e 30 minutos no site http://e-licita.itapolis.sp.gov.br:8096. O edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente através dos sites www.itapolis.sp.gov.br e http://e-licita.itapolis.sp.gov.br:8096. Maiores informações, através do telefone 16 3263 8000.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2022 – A Prefeitura do Município de Itápolis informa aos interessados a abertura da licitação em epígrafe que tem como objeto AQUISIÇÃO MEDIDOR MULTIPARÂMETRO PARA ANÁLISE DAS AMOSTRAS DE ÁGUA E AQUECEDOR DE ÁGUA PARA TURBILHÃO, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. DATA DA LICITAÇÃO: 17 de Março de 2022 às 08 horas e 30 minutos no site http://e-licita.itapolis.sp.gov.br:8096. O edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente através dos sites www.itapolis.sp.gov.br e http://e-licita.itapolis.sp.gov.br:8096. Maiores informações, através do telefone 16 3263 8000.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DO MOBILIARIO E DE CERÂMICAS DE ITU E REGIÃO - SITICOCIMOCIR - Recolhecido em 14/06/1946 - **Base Territorial:** Reconhecida em 13 de junho de 1951, em Itu, Boituva, Cabreúva, Cerquilho, Cesário Lange, Conchas, Elias Fausto, Guareí, Indaiatuba, Itapetininga, Jumirim, Laranjal Paulista, Mombuca, Monte Mor, Pereiras, Porto Feliz, Quadra, Rafard, Tatuí, Tietê. **Sede Própria:** Rua Paula Souza, 30 Fone (11) 4023-0315 - 4022-1525 CEP 13.300.050 - ITU - SP. Inscrição CNPJ: 50.235.316/0001-30 Inscrição Estadual: Isenta. **EDITAL - RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - ANO 2.022** - O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, do Mobiliário e de Cerâmicas de Itu e Região, com sede social na Rua Paula Souza, número 30 - Centro, em Itu, Estado de São Paulo, para nos termos dos artigos 605 e 578 da Consolidação das Leis do Trabalho, e representando os **TRABALHADORES** na indústria da Construção Civil (pedreiros, carpinteiros, pintores e estucadores, bombeiros hidráulicos e outros, montagens industriais e engenharia consultiva, nas industrias de construção estradas, pavimentação, obras de terraplenagem em geral (pontes, portos e canais, barragens, aeroportos, hidrelétricas e engenharia consultiva), nas Indústrias de Olaria, na indústria do cimento, cal e gesso, na indústria de ladrilhos hidráulicos e produtos de cimento, na indústria de cerâmica para construção, na indústria de mármores e granitos, na industria de pinturas, decorações, estuques e ornatos, na indústria de serrarias, carpintarias, tanoarias, madeiras compensadas e laminadas, tapeçaria em geral, inclusive para autos, aglomerados e chapas de fibras de madeira, oficiais marceneiros e trabalhadores na indústria de serrarias e de móveis de madeira, de móveis de junco e vime e de vassoura, de cortinados e estofos, de escovas e pincéis, de artefatos de cimento armado, oficiais eletricistas e trabalhadores na indústria de instalações elétricas, gás, hidráulicas e sanitárias, tratoristas (excetuados os rurais), trabalhadores em instalações e manutenções de linhas telefônicas, trabalhadores nas indústrias da construção de estradas, pavimentação, obras de terraplenagem em geral (barragens, aeroportos, canais e engenharia consultiva), trabalhadores na indústria de refratários, **FAZ SABER** a todos as indústrias de: indústria da construção civil(inclusive montagem industrial e engenharia consultiva), indústria de olaria, industria de cal e gesso, indústria do cimento, industria de ladrilhos e produtos cimento, indústria de cerâmica para construção, indústria de mármores e granitos, indústria de pintura, decorações, estuques e ornatos, industria de serrarias, carpintarias, tanoarias, madeiras compensadas e laminadas, aglomerados e chapas de fibras de madeira, industria de marcenaria (móveis e madeira), indústria de móveis de junco e vime e de vassouras, indústria de cortinados, estofos, indústria de tapeçarias em geral, inclusive de autos, indústria de escovas e pincéis, indústria de artefatos de cimento armado, indústria de instalações elétricas, gás, hidráulicas e sanitárias, indústria de instalações e manutenções de linhas telefônicas, indústria da construção de estradas, pavimentação, obras de terraplenagem em geral (barragens, aeroportos, canais e engenharia consultiva) e indústria de refratários, que deverão descontar a quantia correspondente a um dia de remuneração de cada empregado, ou seja 1/30 (um trinta avos) da remuneração do mês de **MARÇO/2022** e recolher a **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL** por eles devida, na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL OU ESTABELECIMENTO BANCÁRIO CREDENCIADO PELA CEF, código da entidade nº 912.561.134.86700-0, até o dia 30 do mês de ABRIL/2022, em guias próprias deste sindicato, conforme AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E EXPRESSA (artigo 578 e seguintes da CLT com alterações promovidas pela Lei 13.467/17, firmada coletivamente por ocasião da assembleia geral extraordinária realizada em 17 de janeiro de 2022. Caso não recebam as guias em tempo hábil, as empresas deverão solicitar a este sindicato pelos telefones (11) 4022-1525 ou 4023-0315 ou pelo email sindicatoitu@siticocimocir.com.br. O não recolhimento da **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL** no prazo legal implicará em penalidades previstas no Artigo 600 da CLT e Lei Federal nº 6.986 de 13.04.1982. Itu, 24 de fevereiro de 2.022. **Gentil dos Santos** - Diretor Presidente.

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/SEINFRA/2022 E CONSULTA PÚBLICA

A SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO CEARÁ, em conformidade com o disposto no artigo 39 da Lei Federal nº 8.666/93 c/c o inciso VI do art. 10 da Lei Estadual nº 14.391, de 07/07/2009, comunica que realizará Audiência Pública e Consulta Pública, com o objetivo de tornar público, receber sugestões e contribuições sobre a proposta de CONCESSÃO DO ARCO RODOVIÁRIO METROPOLITANO DE FORTALEZA. O período para envio das contribuições para a Audiência Pública será das 09h00 do dia 25 de fevereiro de 2022 até as 17h00 do dia 09 de março de 2022 (horário de Brasília). Para fins de Consulta Pública, o EDITAL e a MINUTA DO CONTRATO ficam disponíveis de 25 de fevereiro de 2022 até o dia 28 de março de 2022, para manifestação dos interessados. A sessão pública virtual será realizada por videoconferência ou outro meio eletrônico na seguinte data e horário: Data: 11 de março de 2022 Horário: das 14:00 às 17:00 horas (horário de Brasília) Endereço: O endereço eletrônico da videoconferência será divulgado até as 14 horas, do dia 10 de março de 2022, no site da SEINFRA (www.seinfra.ce.gov.br). As informações específicas sobre a matéria e as orientações acerca dos procedimentos relacionados com a realização e participação da Audiência estarão disponíveis, na íntegra, no sítio http://www.seinfra.ce.gov.br a partir das 9 horas, de 25 de fevereiro de 2022. Informações e esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail arco@seinfra.ce.gov.br. SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, em Fortaleza, 22 de fevereiro de 2022. Lucio Ferreira Gomes - SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA DO CEARÁ

AG LEILÕES

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – LEI Nº 9.514/1997

EDMAR OLIVEIRA ANDRADE NETO, Leiloeiro Oficial, matriculado na JUCESP sob o nº 971, devidamente autorizado pela Credora Fiduciária **BONANÇA PROJETOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.631.481/0001-85, com sede à Rua Alves Guimarães, nº 1.120, 2º andar, Pinheiros na cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Imóvel, com Alienação Fiduciária e Outros Pactos, firmado em 22 de outubro de 2016, no qual figuram como Fiduciantes **JULIANA SEVERINA COELHO DE BRITO**, brasileira, empresária, portadora do RG número 33.755.209-5-SSP/SP, CPF/MF sob número 303.980.438-33, e seu marido, **IVANILDO FRANCISCO DE BRITO**, brasileiro, funileiro de autos, portador do RG número 24.884.150-6-SSP/SP, CPF/MF sob número 136.565.348-02, ambos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo/SP, à Rua Antônio Picarollo, número 70, Jardim Recanto Verde, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-Line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **04 de março de 2022, às 14h00horas**, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413 – cj. 152 - São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 95.011,56 (noventa e cinco mil, onze reais e cinquenta e seis centavos)**, o imóvel abaixo descrito, consolidado em nome da credora Fiduciária, constituído pelo **LOTE** de terreno, sob número **"15 (quinze)"**, da quadra **"07 (sete)"** com a área de 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), de uso residencial, no loteamento denominado "RESIDENCIAL BONANÇA I", no bairro Mães dos Homens, da cidade e comarca de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, com as seguintes medidas e confrontações: Faz frente para a Rua Íris onde mede 10,00m (dez metros). Da frente aos fundos de quem da mencionada rua olha para o terreno mede: 25,00m (vinte e cinco metros) do lado direito confrontando com o lote 14 (catorze), mede 25,00m (vinte e cinco metros) do lado esquerdo confrontando com o lote 16 (dezesseis), e 10,00m (dez metros) nos fundos confrontando com o lote 30 (trinta). Imóvel objeto da matrícula nº 92.432 do Oficial de Registro de Imóveis de Bragança Paulista /SP. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **16 de março de 2022,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 129.773,45 (cento e vinte e nove mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro www.agleiloes.com.br, em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O devedor fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o fiduciante adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O arrematante pagará o preço do imóvel à vista, mais 5% (cinco por cento) sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício de direito de preferência. Caso haja arrematação, a escritura de venda e compra será lavrada em até 60 dias úteis contados da data do leilão. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Incumbirá aos interessados na arrematação do bem, a verificação da existência de eventuais pendências que recaiam sobre o bem (IPTU e outros). As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

INFORMAÇÕES: WWW.AGLEILOES.COM.BR | CONTATO@AGLEILOES.COM.BR - (11) 2893-0402

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE OPERAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL N.º 049/2022-CO

Acha-se aberta no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA** – tipo: Menor Preço – para contratação de serviços de recuperação das fundações, pilares e tabuleiro da ponte sobre o Rio Taquari, na represa de Jurumurim, SP 270, km 295+300m, incluindo a elaboração de projeto executivo - orçado num valor de R$ 23.471.848,81 – prazo 10 meses.

O edital poderá ser consultado e baixado no site: **www.der.sp.gov.br**. A versão completa do edital também poderá ser retirada das 9 às 17 horas na Avenida do Estado 777 – 2º andar – sala 2012, mediante entrega no ato de um CD-R ou DVR-R novo para aquisição da versão em mídia eletrônica.

Os envelopes contendo a proposta de preço (envelope 1) e documentação (envelope 2) serão recebidos até **as 10 horas do dia 06/04/2022 na Sede do DER/SP**, na Avenida do Estado, 777 – 5º andar – Auditório, com início da Sessão de Abertura logo após o vencimento do prazo de entrega dos envelopes, na mesma data e local na presença de interessados.

As empresas interessadas poderão obter maiores esclarecimentos e informações na sede do DER/SP, na Avenida do Estado, 777 – 2º andar, na cidade de São Paulo, ou através do telefone: 0XX(11) 3311-1583, 3311-1580 ou (11) 3311-1579 nos dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas ou pelo site: **www.der.sp.gov.br**.

As informações estarão disponíveis no site **www.e-negociospublicos.gov.br**.

DER Departamento de Estradas de Rodagem — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO | Secretaria de Logística e Transportes

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE OPERAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL N.º 054/2022-CO

Acha-se aberta no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA** – tipo: Técnica e Preço – para contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos na supervisão e acompanhamento das obras do novo Programa de Vicinais, divididos em 13 lotes – Fase 8 - orçado num valor de R$ 44.256.715,66 – prazo 14 meses.

O edital poderá ser consultado e baixado no site: **www.der.sp.gov.br**. A versão completa do edital também poderá ser retirada das 9 às 17 horas na Avenida do Estado 777 – 2º andar – sala 2012, mediante entrega no ato de um CD-R ou DVR-R novo para aquisição da versão em mídia eletrônica.

Os envelopes contendo a proposta técnica (envelope 1), proposta de preços (envelope 2) e documentação (envelope 3) serão recebidos até **as 10 horas do dia 18/04/2022 na Sede do DER/SP**, na Avenida do Estado, 777 – 5º andar – Auditório, com início da Sessão de Abertura logo após o vencimento do prazo de entrega dos envelopes, na mesma data e local na presença de interessados.

As empresas interessadas poderão obter maiores esclarecimentos e informações na sede do DER/SP, na Avenida do Estado, 777 – 2º andar, na cidade de São Paulo, ou através do telefone 0XX(11) 3311-1583, 3311-1580 ou (11) 3311-1579 nos dias úteis das 9 às 12 e das 14 às 17 horas ou pelo site: **www.der.sp.gov.br**.

As informações estarão disponíveis no site **www.e-negociospublicos.gov.br**.

DER Departamento de Estradas de Rodagem — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO | Secretaria de Logística e Transportes

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE No MI No 20220002 CEL04 SDA CE - IG No 1148426000

OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE 52 (CINQUENTA E DUAS) ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR (OAF) E SUA BASE PRODUTIVA, NAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ, NOS SEGUINTES MUNICÍPIOS: ALCÂNTARAS, APUIARÉS, CARIRÉ, CARNAUBAL, COREAÚ, CRUZ, FORQUILHA, IRAUÇUBA, ITAPIPOCA, MARCO, MASSAPÊ, MERUOCA, MIRAÍMA, PARACURU, PARAIPABA, PENTECOSTE, SANTANA DO ACARAÚ, SÃO BENEDITO, SÃO GONÇALO DO AMARANTE, SOBRAL, TRAIRI E TIANGUÁ, NO ÂMBITO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PDRS/ PROJETO SÃO JOSÉ III – 2a FASE. Referência Nº. BR-SDA-CE-273828-CS-QCBS 1. A Secretaria da Casa Civil torna público que o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA/CE recebeu um financiamento do Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento - BIRD para custear o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS/Projeto São José III 2a Fase e pretende aplicar parte dos recursos para os serviços de consultoria. 2. Os Serviços de Consultoria Pessoa Jurídica incluem a realização de 52 (cinquenta e dois) diagnósticos de OAF e sua base produtiva, distribuídos por município, no prazo de 5 (cinco) meses, com previsão de início do serviço em agosto de 2022. Tais serviços compreendem: a) Identificar e avaliar a Organização da Agricultura Familiar - OAF quanto às capacidades de gestão do empreendimento e dos negócios, atividades econômicas desenvolvidas; b) Realizar a Análise de Maturidade da OAF identificando as vulnerabilidades e fortalezas em cada uma das áreas a serem diagnosticadas; c) Avaliar a base produtiva quanto aos principais produtos produzidos, produtividade. 3. A Comissão Especial de Licitação 04 – CEL 04, em nome da SDA, convida empresas elegíveis de consultoria ("Consultoras") a expressar o seu interesse em executar os Serviços. As Consultoras Interessadas deverão fornecer informações demonstrando que elas possuem as qualificações exigidas e relevante experiência para executar os Serviços. Os critérios da Lista Curta são os seguintes: a. Tempo de constituição da empresa e/ou consórcio e período mínimo de 5 (cinco) anos de experiência na área objeto; b. Experiência em elaboração de diagnósticos quantitativos e qualitativos de produtores da agricultura familiar para justificar tecnicamente a formulação de planos de negócios e investimentos; c. Experiência com formulação de planos de negócios e/ou outras intervenções para apoiar a inserção de organizações de produtores agropecuários da agricultura familiar nos mercados locais, regionais e nacionais; d. Experiência com elaboração de diagnósticos de benchmarking de capacidades de gestão para negócios de organizações de produtores rurais da agricultura familiar (cooperativas, associações, outros); e. Demonstrar possuir capacidade gerencial e técnica para coordenar eficientemente uma equipe multidisciplinar de profissionais com todos os perfis necessários para a execução dos serviços; 3.1. Os Especialistas Principais relacionados no item 9.1 do Termo de Referência não serão avaliados nesta etapa de formação da Lista Curta. 4. As Consultoras poderão se associar com outras empresas com o fim de melhorarem as suas qualificações, todavia, deverão indicar claramente se a associação será na forma de joint venture (consórcio) ou subcontratação. No caso de joint venture (consórcio), todos os seus membros deverão ser conjuntamente e solidariamente responsáveis pelo contrato integral, se a joint venture (consórcio) for selecionada. 5. A Consultora vencedora será selecionada de acordo com o método de Seleção Baseada na Qualidade e no Custo - SBQC, como estabelecido no Regulamento de Aquisições do Banco Mundial. 6. Este Aviso de Manifestação de Interesse e a versão preliminar do Termo de Referência, com o escopo dos serviços e a definição das OAF a serem atendidas nos seus respectivos municípios, encontram-se disponíveis através do link: https://www.seplag.ce.gov.br – aba serviços – consulta à licitações publicadas – Viproc No 00163040/2022. As Consultoras interessadas poderão obter informações adicionais na Comissão Especial de Licitação 04 – CEL 04, das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda à sexta-feira, por meio do telefone: +55 (85) 3459.6379, ou pelo e-mail: cel04@pge.ce.gov.br. 7. As Manifestações de Interesse deverão ser endereçadas à Comissão Especial de Licitação – CEL-04 e entregues pessoalmente ou enviadas, por Correio/SEDEX para o endereço adiante indicado, ou ainda enviadas para o e-mail: cel04@pge.ce.gov.br, nos formatos: odt, doc, pdf, xls, dwg ou jpg, no tamanho máximo de 6MB, até às 16h do dia 17 de março 2022. 8.As Consultoras Interessadas deverão dar a devida atenção à Seção III, parágrafos 3.14, 3.16 e 3.17 do Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco Mundial, datado de julho de 2016, revisado em novembro de 2017 e agosto de 2018 ("Regulamento de Aquisições"), que estabelece a política do Banco Mundial sobre conflito de interesse. Salientamos ainda, que se observe as seguintes informações específicas sobre conflito de interesses relacionadas a estes Serviços, conforme o parágrafo 3.17 do Regulamento de Aquisições disponibilizado no llink-:www.worldbank.org/procurement/standarddocuments. 9.A Manifestação de Interesse não pressupõe qualquer compromisso de contratação. A Consultora será selecionada de acordo com o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento. Endereço: MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE No 20220002/CEL04/SDA/CE. Central de Licitações do Estado do Ceará – Comissão Especial de Licitação 04 – CEL 04 - Centro Administrativo Bárbara de Alencar - Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 – CEP No 60.811-520 - Bairro Edson Queiroz - Fortaleza – Ceará – Brasil. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Fevereiro de 2022. WILLIAM CARVALHO GUIMARÃES - PRESIDENTE DA CEL 04

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE No MI No 20220004 CEL04 SDA CE - IG No 1148536000

OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE 50 (CINQUENTA) ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR (OAF) E SUA BASE PRODUTIVA, NAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ, NOS SEGUINTES MUNICÍPIOS: ACOPIARA, ARNEIROZ, DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO, ICÓ, MOMBAÇA, ORÓS, PARAMBU, PEDRA BRANCA, PIQUET CARNEIRO, QUITERIANÓPOLIS, QUIXELÔ, SENADOR POMPEU E TAUÁ, NO ÂMBITO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PDRS/ PROJETO SÃO JOSÉ III – 2a FASE. Referência Nº. BR-SDA-CE-273830-CS-QCBS. 1. A Secretaria da Casa Civil torna público que o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA/CE recebeu um financiamento do Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento - BIRD para custear o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS/Projeto São José III 2a Fase e pretende aplicar parte dos recursos para os serviços de consultoria. 2. Os Serviços de Consultoria Pessoa Jurídica incluem a realização de 50 (cinquenta) diagnósticos de OAF e sua base produtiva, distribuídos por município, no prazo de 5 (cinco) meses, com previsão de início do serviço em agosto de 2022. Tais serviços compreendem: a) Identificar e avaliar a Organização da Agricultura Familiar - OAF quanto às capacidades de gestão do empreendimento e dos negócios, atividades econômicas desenvolvidas; b) Realizar a Análise de Maturidade da OAF identificando as vulnerabilidades e fortalezas em cada uma das áreas a serem diagnosticadas; c) Avaliar a base produtiva quanto aos principais produtos produzidos, produtividade. 3. A Comissão Especial de Licitação 04 – CEL 04, em nome da SDA, convida empresas elegíveis de consultoria ("Consultoras") a expressar o seu interesse em executar os Serviços. As Consultoras Interessadas deverão fornecer informações demonstrando que elas possuem as qualificações exigidas e relevante experiência para executar os Serviços. Os critérios da Lista Curta são os seguintes: a. Tempo de constituição da empresa e/ou consórcio e período mínimo de 5 (cinco) anos de experiência na área objeto; b. Experiência em elaboração de diagnósticos quantitativos e qualitativos de produtores da agricultura familiar para justificar tecnicamente a formulação de planos de negócios e investimentos; c. Experiência com formulação de planos de negócios e/ou outras intervenções para apoiar a inserção de organizações de produtores agropecuários da agricultura familiar nos mercados locais, regionais e nacionais; d. Experiência com elaboração de diagnósticos de benchmarking de capacidades de gestão para negócios de organizações de produtores rurais da agricultura familiar (cooperativas, associações, outros); e. Demonstrar possuir capacidade gerencial e técnica para coordenar eficientemente uma equipe multidisciplinar de profissionais com todos os perfis necessários para a execução dos serviços; 3.1. Os Especialistas Principais relacionados no item 9.1 do Termo de Referência não serão avaliados nesta etapa de formação da Lista Curta. 4. As Consultoras poderão se associar com outras empresas com o fim de melhorarem as suas qualificações, todavia, deverão indicar claramente se a associação será na forma de joint venture (consórcio) ou subcontratação. No caso de joint venture (consórcio), todos os seus membros deverão ser conjuntamente e solidariamente responsáveis pelo contrato integral, se a joint venture (consórcio) for selecionada. 5. A Consultora vencedora será selecionada de acordo com o método de Seleção Baseada na Qualidade e no Custo - SBQC, como estabelecido no Regulamento de Aquisições do Banco Mundial. 6. Este Aviso de Manifestação de Interesse e a versão preliminar do Termo de Referência, com o escopo dos serviços e a definição das OAF a serem atendidas nos seus respectivos municípios, encontram-se disponíveis através do link: https://www.seplag.ce.gov.br – aba serviços – consulta à licitações publicadas – Viproc No 00163643/2022. As Consultoras interessadas poderão obter informações adicionais na Comissão Especial de Licitação 04 – CEL 04, das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda à sexta-feira, por meio do telefone: +55 (85) 3459.6379, ou pelo e-mail: cel04@pge.ce.gov.br. 7. As Manifestações de Interesse deverão ser endereçadas à Comissão Especial de Licitação – CEL-04 e entregues pessoalmente ou enviadas, por Correio/SEDEX para o endereço adiante indicado, ou ainda enviadas para o e-mail: cel04@pge.ce.gov.br, nos formatos: odt, doc, pdf, xls, dwg ou jpg, no tamanho máximo de 6MB, até às 16h do dia 24 de março 2022. 8.As Consultoras Interessadas deverão dar a devida atenção à Seção III, parágrafos 3.14, 3.16 e 3.17 do Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco Mundial, datado de julho de 2016, revisado em novembro de 2017 e agosto de 2018 ("Regulamento de Aquisições"), que estabelece a política do Banco Mundial sobre conflito de interesse. Salientamos ainda, que se observe as seguintes informações específicas sobre conflito de interesses relacionadas a estes Serviços, conforme o parágrafo 3.17 do Regulamento de Aquisições disponibilizado no llink-:www.worldbank.org/procurement/standarddocuments. 9.A Manifestação de Interesse não pressupõe qualquer compromisso de contratação. A Consultora será selecionada de acordo com o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento. Endereço: MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE No 20220004/CEL04/SDA/CE. Central de Licitações do Estado do Ceará – Comissão Especial de Licitação 04 – CEL 04 - Centro Administrativo Bárbara de Alencar - Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 – CEP No 60.811-520 - Bairro Edson Queiroz - Fortaleza – Ceará – Brasil. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Fevereiro de 2022. WILLIAM CARVALHO GUIMARÃES - PRESIDENTE DA CEL 04

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE No MI No 20220005 CEL04 SDA CE - IG No 1148542000

OBJETO: SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE 52 (CINQUENTA E DUAS) ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR (OAF) E SUA BASE PRODUTIVA, NAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ, NOS SEGUINTES MUNICÍPIOS: ALTANEIRA, ARARIPE, BAIXIO, BARBALHA, BARRO, BREJO SANTO, CAMPOS SALES, CARIRIAÇU, CEDRO, CRATO, GRANJEIRO, IPAUMIRIM, JARDIM, JATI, JUCÁS, MAURITI, MILAGRES, NOVA OLINDA, PORTEIRAS, POTENGI, SABOEIRO, SALITRE E SANTANA DO CARIRI, NO ÂMBITO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PDRS/ PROJETO SÃO JOSÉ III – 2a FASE. Referência Nº. BR-SDA-CE-273832-CS-QCBS. 1. A Secretaria da Casa Civil torna público que o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA/CE recebeu um financiamento do Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento - BIRD para custear o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS/Projeto São José III 2a Fase e pretende aplicar parte dos recursos para os serviços de consultoria. 2. Os Serviços de Consultoria Pessoa Jurídica incluem a realização de 52 (cinquenta e dois) diagnósticos de OAF e sua base produtiva, distribuídos por município, no prazo de 5 (cinco) meses, com previsão de início do serviço em agosto de 2022. Tais serviços compreendem: a) Identificar e avaliar a Organização da Agricultura Familiar - OAF quanto às capacidades de gestão do empreendimento e dos negócios, atividades econômicas desenvolvidas; b) Realizar a Análise de Maturidade da OAF identificando as vulnerabilidades e fortalezas em cada uma das áreas a serem diagnosticadas; c) Avaliar a base produtiva quanto aos principais produtos produzidos, produtividade. 3. A Comissão Especial de Licitação 04 – CEL 04, em nome da SDA, convida empresas elegíveis de consultoria ("Consultoras") a expressar o seu interesse em executar os Serviços. As Consultoras Interessadas deverão fornecer informações demonstrando que elas possuem as qualificações exigidas e relevante experiência para executar os Serviços. Os critérios da Lista Curta são os seguintes: a. Tempo de constituição da empresa e/ou consórcio e período mínimo de 5 (cinco) anos de experiência na área objeto; b. Experiência em elaboração de diagnósticos quantitativos e qualitativos de produtores da agricultura familiar para justificar tecnicamente a formulação de planos de negócios e investimentos; c. Experiência com formulação de planos de negócios e/ou outras intervenções para apoiar a inserção de organizações de produtores agropecuários da agricultura familiar nos mercados locais, regionais e nacionais; d. Experiência com elaboração de diagnósticos de benchmarking de capacidades de gestão para negócios de organizações de produtores rurais da agricultura familiar (cooperativas, associações, outros); e. Demonstrar possuir capacidade gerencial e técnica para coordenar eficientemente uma equipe multidisciplinar de profissionais com todos os perfis necessários para a execução dos serviços; 3.1. Os Especialistas Principais relacionados no item 9.1 do Termo de Referência não serão avaliados nesta etapa de formação da Lista Curta. 4. As Consultoras poderão se associar com outras empresas com o fim de melhorarem as suas qualificações, todavia, deverão indicar claramente se a associação será na forma de joint venture (consórcio) ou subcontratação. No caso de joint venture (consórcio), todos os seus membros deverão ser conjuntamente e solidariamente responsáveis pelo contrato integral, se a joint venture (consórcio) for selecionada. 5. A Consultora vencedora será selecionada de acordo com o método de Seleção Baseada na Qualidade e no Custo - SBQC, como estabelecido no Regulamento de Aquisições do Banco Mundial. 6. Este Aviso de Manifestação de Interesse e a versão preliminar do Termo de Referência, com o escopo dos serviços e a definição das OAF a serem atendidas nos seus respectivos municípios, encontram-se disponíveis através do link: https://www.seplag.ce.gov.br – aba serviços – consulta à licitações publicadas – Viproc No 00163767/2022. As Consultoras interessadas poderão obter informações adicionais na Comissão Especial de Licitação 04 – CEL 04, das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda à sexta-feira, por meio do telefone: +55 (85) 3459.6379, ou pelo e-mail: cel04@pge.ce.gov.br. 7. As Manifestações de Interesse deverão ser endereçadas à Comissão Especial de Licitação – CEL-04 e entregues pessoalmente ou enviadas, por Correio/SEDEX para o endereço adiante indicado, ou ainda enviadas para o e-mail: cel04@pge.ce.gov.br, nos formatos: odt, doc, pdf, xls, dwg ou jpg, no tamanho máximo de 6MB, até às 16h do dia 29 de março 2022. 8.As Consultoras Interessadas deverão dar a devida atenção à Seção III, parágrafos 3.14, 3.16 e 3.17 do Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco Mundial, datado de julho de 2016, revisado em novembro de 2017 e agosto de 2018 ("Regulamento de Aquisições"), que estabelece a política do Banco Mundial sobre conflito de interesse. Salientamos ainda, que se observe as seguintes informações específicas sobre conflito de interesses relacionadas a estes Serviços, conforme o parágrafo 3.17 do Regulamento de Aquisições disponibilizado no llink-:www.worldbank.org/procurement/standarddocuments. A Manifestação de Interesse não pressupõe qualquer compromisso de contratação. A Consultora será selecionada de acordo com o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento. Endereço: MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE No 20220005/CEL04/SDA/CE. Central de Licitações do Estado do Ceará – Comissão Especial de Licitação 04 – CEL 04 - Centro Administrativo Bárbara de Alencar - Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 – CEP No 60.811-520 - Bairro Edson Queiroz - Fortaleza – Ceará – Brasil. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 21 de Fevereiro de 2022. WILLIAM CARVALHO GUIMARÃES - PRESIDENTE DA CEL 04

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

COMUNICADO DE RESCISÃO UNILATERAL E APLICAÇÃO DE PENALIDADES

A Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, torna público a aplicação de Rescisão Unilateral do contrato, Multa no importe de 10% (dez por cento) do valor total dos contratos, e Suspensão temporária de participação em licitação e Impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista pelo prazo de 02 (dois) anos à empresa **VILLABUNKER CONSTRUÇÃO E MONT. INDUSTRIAL EIRELI**, CNPJ nº 30.768.362/0001-98, referente ao Contrato nº 085/2021 (Tomada de Preços nº 010/2021), Contrato nº 086/2021 (Tomada de Preços nº 011/2021) e Contrato nº 101/2021 (Tomada de Preços nº 017/2021). Informamos também que todos os comunicados relativos aos serviços pendentes de faturamento e materiais deixados nas obras foram enviados no e-mail, e estão disponíveis no Processo. Informações e vista do processo: Praça das Palmeiras nº 55 – Lençóis Paulista – Fone: (14) 3269 7022 / 3269 7071. Lençóis Paulista, 23 de fevereiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO-CONTRATO Nº 289/2021-PROCESSO Nº 208/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis-CONTRATADA: GUAXINIM COMÉRCIO EIRELI-ASSINATURA: 21/02/2022-OBJETO: Fica prorrogado o prazo contratual por mais 90 (dias) passando sua vigência de 03 de fevereiro de 2022 para 03 de maio de 2022, retroagindo seus efeitos 03/02/2022. As demais cláusulas permanecem inalteradas. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2021

Fernandópolis-SP, 23 de fevereiro de 2022
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO-CONTRATO Nº 288/2021-PROCESSO Nº 208/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis-CONTRATADA: RODRIGO TOLOSA NRICO EPP-ASSINATURA: 21/02/2022-OBJETO: Fica prorrogado o prazo contratual por mais 90 (dias) passando sua vigência de 03 de fevereiro de 2022 para 03 de maio de 2022, retroagindo seus efeitos 03/02/2022. As demais cláusulas permanecem inalteradas. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2021

Fernandópolis-SP, 23 de fevereiro de 2022
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Aviso de ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - Extrato - Tomada de Preços nº 002/2022

Diante da Adjudicação e decorrido o prazo recursal sem a interposição de nenhum recurso, a Comissão de Licitações comunica a HOMOLOGAÇÃO do objeto da Tomada de Preços nº 002/2022 cujo o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ADEQUAÇÃO DA REDE MT COM EXTENSÃO DA REDE BT COM INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, adjudicou o objeto da licitação à empresa TOP POWER ENGENHARIA LTDA ME, no valor global de R$ 812.900,00 (oitocentos e doze mil e novecentos reais), por ter apresentado o menor preço global. Holambra, 23 de fevereiro de 2022. Fernando Henrique Capato - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

A Prefeitura do Município de Emilianópolis, TORNA PÚBLICO que acha-se aberta no Setor de Licitação e contratos, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL COM RP Nº 03/2022, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES FRACIONADAS DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO PARA DIVERSOS SETORES DESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I. Será regida pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e Lei Complementar 123/06 e alterações. O Edital na integra poderá ser obtido no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, Rua Pe. Cornélio Knubler, 255 – Centro – Emilianópolis – CEP 19350-000, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:30 as 11:00 e das 13:30 as 16:00 horas, juridico@emilianópolis.sp.gov.br ou pelo Telefone para contato: (0xx18) 3994 1190. A sessão de abertura das propostas será realizada na Prefeitura Municipal, no endereço acima, iniciando-se no dia 11 de março de 2022, as 09:00 horas. Emilianópolis, 23 de fevereiro de 2022. João Batista Amaral - Prefeito

Prefeitura da Estância Turística de Avaré

TERMO DE DELIBERAÇÃO – SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 – PROCESSO Nº 012/2022

CONSIDERANDO o Processo **TC-005924.989.22-1 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, o Senhor **ROSLINDO WILSON MACHADO**, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.813/17, **DETERMINA** a **SUSPENSÃO** da abertura do Processo em epígrafe SINE DIE até ulterior decisão. **Prefeitura da Estância Turística de Avaré, 23 de fevereiro de 2.022.**

DESENVOLVE SP
O BANCO DO EMPREENDEDOR

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2021

CNPJ/MF: 10.663.610/0001-29 - NIRE: 35300365968

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às 13h00 (treze horas), na sede social da Companhia, na Rua da Consolação nº 371 - 1º andar, nesta Capital do Estado de São Paulo, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), na forma prevista no artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os acionistas da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP"), CNPJ/MF 10.663.610/0001-29 e NIRE: 35300365968, a seguir qualificados, que também firmam a presente ata, representando a totalidade do Capital Social da sociedade: **(I)** o Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, CNPJ/MF 46.379.400/0001-50, representado pelo Procuradora do Estado Cristiane Vieira Batista de Nazaré, inscrita no CPF sob nº 062.169.704-45; **(II)** a Companhia Paulista de Parcerias (CPP), com sede nesta Capital, na Avenida Rangel Pestana, nº 300 - 5º andar - sala 504, CNPJ/MF 06.995.362/0001-46, representada por seu Diretor de Assuntos Corporativos, Diego Jacome Valois Tafur, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.998.361-1 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 038.754.004-02 e pelo seu Diretor Financeiro João Carlos Gonçalves da Silva, portador da cédula de Identidade RG nº 12.839.136-4 e inscrito no CPF/MF nº 055.182.368-24. Presente, também, o Presidente do Conselho de Administração da Desenvolve SP e Presidente desta Assembleia Jorge Luiz Avila da Silva, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.659.125, IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 264.122.257-49. De conformidade com o estabelecido no parágrafo segundo do artigo 5º do Estatuto Social da Desenvolve SP, assumiu a presidência da Assembleia Geral Extraordinária o Senhor Jorge Luiz Avila da Silva, que convidou a mim, Gilmara Aparecida Biscalchim Brancalion, Superintendente de Governança e Planejamento da Desenvolve SP, para secretariar os trabalhos, na forma prevista no parágrafo terceiro do referido artigo 5º. Presente, ainda, o Senhor Thiago Rodrigues Liporaci, membro do Conselho Fiscal do Desenvolve SP, como convidado. Constituída a mesa, o Senhor Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária, e em seguida procedeu à leitura das matérias constantes da Ordem do Dia, de acordo com o Edital de Convocação conforme segue: Na forma prevista no parágrafo primeiro, do artigo 5º, do Estatuto Social, ficam os senhores acionistas da DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. convocados a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada na sede da Companhia, situada na Rua da Consolação, nº 371 - Centro, São Paulo, Capital, às 13h00 do dia 27 de outubro de 2021, para deliberar sobre as matérias constantes da seguinte Ordem do Dia: **(a)** Eleição de membros do Conselho de Administração; e **(b)** Eleição de membro suplente do Conselho Fiscal. Foram dispensadas as formalidades de convocação pela presença da totalidade dos acionistas. Colocadas em discussão e votação as matérias constantes da ordem do dia, conforme retro descritas, os acionistas da Desenvolve SP, por unanimidade dos votos presentes na Assembleia Geral Extraordinária, deliberaram: (a) **ELEGER,** para compor o Conselho de Administração, os senhores **Luiz Márcio de Souza,** brasileiro, casado, servidor das carreiras de Auditoria Fiscal e de Fiscalização, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.664.999-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 935.394.958-00, residente e domiciliado à Avenida Cotovia, nº 80 - apto 34, Indianópolis, São Paulo - SP, CEP 04517-000, representante em atendimento ao artigo 8º, III, do estatuto social da companhia; e **Ricardo Lorenzini Bastos,** brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.692.083-3, SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 214.372.518-38, residente e domiciliado à Rua Eça de Queiroz, nº 495, Jardim N. Sra. Auxiliadora, Campinas - SP, CEP 13076-264, representante em atendimento ao artigo 8, IV, do estatuto social da companhia, em substituição a Adailton Cesar da Costa Martins, que deverá permanecer exercendo suas funções até a posse do ora eleito, a fim de manter o quórum mínimo, nos termos do artigo 8º e 13 do estatuto social da empresa. As indicações contaram com a competente autorização governamental (Ofícios ATG nº 434/2021-SG e 469/2021-SG, e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento nos termos do estatuto social da Companhia (Processo Eletrônico SFP-PRC-2019/00382, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho de Administração, na forma prevista na deliberação Codec nº 032/2018). Nos termos do estatuto social da Companhia, os membros eleitos deverão exercer suas funções com mandato coincidente com o dos demais, e a investidura em ambos os cargos deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, os quais devem ser verificados pela Companhia no ato da posse. A remuneração deverá ser fixada de acordo com as orientações do CODEC, conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. Registra-se que os conselheiros ora eleitos apresentaram declaração de desimpedimento, que será arquivada na sede da empresa. De conseguinte, o Conselho de Administração passará a ter a seguinte composição: Presidente: • JORGE LUIZ ÁVILA DA SILVA - representante em atendimento ao artigo 8º, I, do estatuto social (2º mandato - 1ª recondução) Membros: • LUIZ MARCIO DE SOUZA - representante em atendimento ao artigo 8º, III, do estatuto social (1º mandato); • RICARDO LORENZINI BASTO - representante em atendimento ao artigo 8º, IV, do estatuto social (1º mandato); • JERONIMO ANTUNES - independente (2º mandato - 1ª recondução); • ROBERTO BRÁS MATOS MACEDO - independente (3º mandato - 2ª recondução); • LÍDIA GOLDENSTEIN - independente (3º mandato - 2ª recondução); • EDUARDO MARSON FERREIRA - independente (2º mandato - 1ª recondução); • THIAGO PINHO MARGO - representante dos empregados. (b) **ELEGER** o Senhor **Marcelo Gomes Sodré,** brasileiro, união estável, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.936.305-3, SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 035.326.658-24, residente e domiciliado à Rua Pedroso Alvarenga, nº 260, apto. 92, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04531-001, como membro suplente da Senhora Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo no Conselho Fiscal. A indicação contou com a competente autorização governamental (Ofício ATG nº 469/2021-SG), e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento nos termos do estatuto social da Companhia (Processo Eletrônico SFP-PRC-2019/00421, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2018). A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, o que deve ser verificado no ato da posse pela Companhia. A remuneração deverá ser fixada de acordo com as orientações deste CODEC, conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. Registra-se que o conselheiro ora eleito apresentou declaração de desimpedimento, que será arquivada na sede da empresa. Assim, o Conselho Fiscal ficará composto conforme segue: • ROBERTO YOSHIKAZU YAMAZAKI (3º mandato - 2ª recondução) e seu respectivo suplente DIOGO COLOMBRO DE BRAGA (1º mandato); • EMÍLIA TICAMI e seu respectivo suplente VITOR MANUEL DOS SANTOS ALVES JUNIOR (ambos em 1º mandato); • AMAURI GAVIÃO ALMEIDA MARQUES DA SILVA (2º mandato - 1ª recondução) e sua respectiva suplente ELISABETE MIYUKI NAKAYAMA (1º mandato); • CLAUDIA MARIA MENDES DE ALMEIDA PEDROZO (3º mandato - 2ª recondução) e seu respectivo suplente MARCELO GOMES SODRÉ (1º mandato); e • THIAGO RODRIGUES LIPORACI e sua respectiva suplente GLÁUCIA LINO DE OLIVEIRA BARBOSA (ambos em 1º mandato). Os conselheiros fiscais exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões e, na falta deste, um dos demais suplentes. Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Geral Extraordinária ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Não havendo manifestação, bem como não havendo mais assuntos a serem tratados, o Senhor Presidente fez consignar que o voto da Fazenda do Estado foi proferido em consonância com o Parecer CODEC nº 079/2021. Assim, considerou finda a reunião, suspendendo a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a Assembleia, foi esta ata lida, achada conforme e unanimemente aprovada pelos acionistas presentes, que a assinaram juntamente com os membros da mesa, para os fins e efeitos legais. São Paulo, vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e um. Presentes na Assembleia Geral: Cristiane Vieira Batista de Nazaré, Procuradora do Estado de São Paulo, representante do acionista Estado de São Paulo, Diego Jacome Valois Tafur, Diretor de Assuntos Corporativos da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), representante do acionista CPP, João Carlos Gonçalves da Silva, Diretor Financeiro da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), representante do acionista CPP, Jorge Luiz Avila da Silva, Presidente da Assembleia Geral de Acionistas, Thiago Rodrigues Liporaci, Membro do Conselho Fiscal, Gilmara Aparecida Biscalchim Brancalion, Secretária. Certifico tratar-se de cópia fiel que se contém no Livro de Registro de Atas de Assembleia Geral, realizada em 27 de outubro de 2021, da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (Extrato de ata registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 16/02/2022, sob o nº 97.800/22-3).

AVISO DE LICITAÇÃO - A Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, através da CPL, torna pública a realização do certame licitatório: **Concorrência Pública nº 001/2022** – Proc. Nº 14758/2020. Objeto: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES, INCLUÍDOS O DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO, EXPANSÃO, EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Data/horário para recebimento/protocolo dos envelopes no dia 19/04/2022, de 09h às 12h. Local: B3: B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Quinze de Novembro, nº 275, Centro Histórico de São Paulo, São Paulo. Data/horário da sessão pública: **29/04/2022 às 15h**. Local: B3: B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Quinze de Novembro, nº 275, Centro Histórico de São Paulo, São Paulo. O edital estará disponível na Coordenadoria Executiva de Compras Governamentais e no site https://prefeitura.cachoeiro.es.gov.br/servicos/site.php?nomePagina=LICITACAO. Cachoeiro de Itapemirim/ES, 23/02/2022. Erick Moreira de Aguiar - Presidente da CEL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - O **SINDICATO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por seu presidente, convoca a todos os representantes de cooperativas, associadas ou não ao sindicato, sediadas na base territorial representada pela entidade, para se fazerem presentes e participarem da assembleia geral extraordinária que se realizara no dia 05 de março de 2022, as 10:00 hs, em primeira convocação, quando deliberará com, no mínimo, dois terços dos presentes, na sede social do sindicato, na Alameda dos Jurupis, 1.005, conjunto 102, Moema, São Paulo/SP, para deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**: 1º) leitura da ata anterior; 2º) discussão e adequação das contribuições associativas e mensalidades associativas por categoria de associados e extensão de benefícios correlatos; 3º) outros assuntos de interesse da categoria. E, não havendo na hora designada número regimental de presentes, a assembleia será instalada, em segunda convocação, às 11:00 horas, deliberando com o quórum legal e estatutariamente estabelecido. São Paulo, 24 de fevereiro de 2022. ass. **Daniel Wendell Cuzzuol Vieira** - Presidente.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE DIADEMA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONCURSADO

Convocamos a classificada abaixo, aprovada no Concurso Público 001/2018 do IPRED – Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Diadema, para entrevista pré-admissional, em nossa sede situada na Rua Orense, 41 – 17º andar – Centro - SP – CEP 09920-650 – Fone: (11) 4043-3779. O não comparecimento e inexistência de prévia comunicação por escrito, nos indicará a desistência ao cargo. Comparecer munido de documento de identificação.

Dia 25 de fevereiro de 2022 às 10h30
Cargo de Agente Administrativo II – Concurso 001/2018

Classif.	Nome
22ª	Valeria Ribeiro Mota
Documento:	41.764.950-2 SSP/SP

Diadema, 23 de fevereiro de 2022. RUBENS XAVIER MARTINS – DIRETOR SUPERINTENDENTE

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº08/2022

ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva; PP 08/2022; OBJETO: Contratação de empresa de Assessoria para o Departamento de Relações Institucionais; MODALIDADE: Pregão Presencial: ENCERRAMENTO: **15.03.2022** as 09h00min. O edital completo poderá ser retirado na Prefeitura de Boituva, no Departamento de licitação à Av. Tancredo Neves, 01, Centro, Boituva/SP, no horário das 08:30 as 17:00 horas ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 23 de fevereiro de 2022. Jonas Mateus Cancian Filho – Chefia de Gabinete.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PE 03/2022

ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva; PE03/2022; OBJETO: **AQUISIÇÃO E RENOVAÇÃO DE AUTOCAD**; MODALIDADE: Pregão Eletrônico: ENCERRAMENTO: 14.03.2022 as 09h00min. O edital completo poderá ser acessado www.bbmnetlicitacoes.com.br ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 23 de fevereiro de 2022. Ailton Geraldo Ramos – Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 14/2022. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais do Lote 282: Penitenciária de Formiga I – Pen-FMG-I, Presídio de Arcos I – Pres-ARC-I e Presídio de Lagoa da Prata I – Pres-LGP-I, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas a presos e servidores públicos a serviço nas unidades prisionais em epígrafe. Abertura dia 14 de março de 2022, às 14:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2022.

MINAS GERAIS — GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2022 – NOVA DATA
EXCLUSIVAMENTE PARA ATENDER A LEI 147/2014 (ME/EPP).
OBJETO: LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA PARA O GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE ASSIDUIDADE, CONTENDO EQUIPAMENTOS, SOFTWARE DE GERENCIAMENTO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, INTEGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO SAAE-JACAREÍ.
Valor estimado: R$ 67.560,00
Recebimento dos Lances: impreterivelmente até às 09h00min do dia 15/03/2022;
Credenciamento: às 09h00min na mesma data e local estipulados;
Abertura da sessão: após o credenciamento em ato público.
Informações: Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí – SP – fone 12-3954-0200 – Ramais 1620/1630/1655/1670.
Edital: www.saaejacarei.sp.gov.br (LINK "TRANSPARÊNCIA" SUBLINK "LICITAÇÕES") ou mediante comparecimento ao balcão da Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí - SP - das 08:30 às 16:30, sem custo com apresentação de pendrive.
Jacareí, 23 de fevereiro de 2022
Nelson Gonçalves Prianti Junior - Presidente do SAAE Jacareí.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 07/2022. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais do Lote 280: Presídio de Boa Esperança I – Pres-BES-I e Presídio de Campo Belo I – Pres-CBE-I, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas a presos e servidores públicos a serviço nas unidades prisionais em epígrafe. Abertura dia 11/03/2022, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2022.

MINAS GERAIS — GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 11/2022. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, à Unidade Prisional: Presídio de Malacacheta I – PRES-MCT-I, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas a presos e servidores públicos a serviço na unidade prisional em epígrafe. Abertura dia 11/03/2022, às 14:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2022.

MINAS GERAIS — GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

PREFEITURA DE REGISTRO

AVISO DE EDITAL - REFORMULADO
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Registro - **Edital:** Tomada de Preços nº 006/2022 - **Objeto:** Contratação de empresa para serviços de Revitalização da Praça do Jardim Brasil e Pavimentação de ruas em torno. Os serviços serão pagos através de repasse de recurso efetuado na **modalidade de transferência especial através do Ministério da Economia - programa 09032021.** Os interessados deverão estar devidamente cadastrados (Possuir Certificado de Registro Cadastral dentro do prazo de validade) ou atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior a data do recebimento das propostas.

Entrega dos Envelopes: nº 01 - Habilitação e nº 02 - Proposta de Preços: até as **09h00** do dia **18/03/2022** na **Secretaria Municipal de Administração,** sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - Registro/SP. **Abertura dos Envelopes:** nº 01 - Habilitação e nº 02 - Proposta às **09h05** do dia **18/03/2022** na **Secretaria Municipal de Administração.**

Formalização de Consultas: Pelo telefone (13) 3828-1060 ou pelo e-mail licitacao3@registro.sp.gov.br.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Divisão de Compras e Licitações, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 17:00 horas ou pelo endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Registro www.registro.sp.gov.br, através dos links "VEJA MAIS"; "Licitações".

Prefeitura Municipal de Registro, em 23 de fevereiro de 2022
Arnaldo Martins dos Santos Júnior
Secretário Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de São Carlos

CONVITE DE PREÇOS Nº 03/2022
PROCESSO Nº 11143/2021
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A INSTALAÇÃO DE GERADOR FOTOVOLTAICO NA EMEB DALILA GALLI, NO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS. COMUNICAMOS, pelo presente, a ABERTURA do Convite em epígrafe. Os envelopes referentes a esta Licitação serão recebidos e protocolados impreterivelmente até às 09h00 do dia 10/03/2022. São Carlos, 22 de fevereiro de 2022. **Hicaro Alonso** - *Presidente*

CONVITE DE PREÇOS Nº 02/2022
PROCESSO Nº 6073/2021
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA RECOMPOSIÇÃO DO DISSIPADOR DE ENERGIA NA FAZENDA TANGARÁ, NO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS. COMUNICAMOS, pelo presente, a ABERTURA do Convite em epígrafe. Os envelopes referentes a esta Licitação serão recebidos e protocolados impreterivelmente até às 09h00 do dia 09/03/2022. São Carlos, 22 de fevereiro de 2022. **Hicaro Alonso** - *Presidente*

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá

Re-ratifico. Aviso de abertura de Licitações. Processos: Pregões Eletrônicos nº 008, 009, 010, 011, 012/22. Considerando ponto facultativo nas repartições públicas estaduais conforme Decreto Estadual nº 66.471/2022, retificam-se a contagem dos prazos, publicados em 19/02/2022, página nº 11 e 22/02/2022, página A20, DE: Data da Sessão: 07/03/2022; PARA: DATA DA SESSÃO: 11/03/2022. Ratificam-se os demais termos.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS - ESTADO DE SÃO PAULO

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura da Estância Turística de Salesópolis informa a abertura do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 11/2022** cujo objeto é Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e destinação final dos resíduos sólidos, domiciliares e comerciais do Município da Estância Turística de Salesópolis, RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ as 08h:30min. do dia 10/03/2022, ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS:10/03/2022 – Horas 09:00:00. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL www.bbmnetlicitacoes.com.br ou www.salesopolis.sp.gov.br. Maiores informações (11) 4696-1221. Estância Turística de Salesópolis, 23 de fevereiro de 2022.
Vanderlon Oliveira Gomes - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA

RESUMO DO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

OBJETO: Constitui objeto desta licitação a seleção e contratação de empresa especializada para Licenciamento de Solução integrada de Tecnologia da Informação para Gestão Pública municipal, conforme solicitação da Divisão de Informática. TIPO: Menor Preço Global. **MOTIVAÇÃO:** Inclusão da etapa de avaliação técnica e correções no Edital. As demais cláusulas, prazos e condições permanecem inalteradas. **DATA DA REALIZAÇÃO:** 25/02/2022, com início às 09:00 horas (horário de Brasília); Informações e Edital rerratificado na integra à disposição dos interessados no site: **www.ilhasolteira.sp.gov.br** e na Divisão de Compras, Sala 01 da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira, situada na Praça dos Paiaguás, nº 86, Centro, na cidade de Ilha Solteira/SP, mediante identificação, endereço, número de telefone, fac-símile e/ou e-mail e CNPJ ou CPF. Outras informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone (18) 3743-6020 e e-mail: **compras@ilhasolteira.sp.gov.br**. Ilha Solteira, 23/02/2022. Otávio Augusto Giantomassi Gomes – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial Nº 11/2022

A Pregoeira do Município de Anhumas, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela lei, através do Setor de Compras e Licitações, faz saber que se encontra aberta a licitação na modalidade **Pregão Presencial, registrado sob nº. 11/2022, buscando a contratação de empresa especializada em serviços de transporte escolar para atendimento das necessidades do Departamento de Educação Municipal visando a locação de veículos do tipo Kombi, Van, Micro-ônibus ou similar, para a realização do transporte de alunos da rede pública municipal**, conforme condições fixadas no edital de convocação. O Edital do **Pregão Presencial nº. 11/2022** deste Edital, encerrar-se-á no dia **11 de março de 2022, às 08:30 horas**, onde serão recebidos o credenciamento e os envelopes propostas e documentos, regido pelas Leis 10.520/2002, 8.666/93, 8.883/94 sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações pelo telefone (18) 3286-1261 ou na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Anhumas. Anhumas, 22 de fevereiro de 2022. Daiane Souza Imada – Pregoeira Oficial – Adailton César Menossi – Prefeito Municipal -.

Sindicato dos Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo, Guarulhos, Barueri, Diadema e São Caetano do Sul, Estado de São Paulo

Edital de Rerratificação referente a convocação de Assembleia Geral Extraordinária – Campanha de Reajustamento Salarial – Data Base 1º de Maio – 1º e 2º Convocação da AGE de 03/03/2022. Pelo presente, o Sindicato dos Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo-SP, Guarulhos, Barueri, Diadema e São Caetano do Sul, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 62.249.222/0001-08, com sede nesta Capital, na Avenida Prestes Maia, nº 241, 21º andar, São Paulo-SP, CEP 01031-001, rerratifica o edital para constar no item 1 da Ordem do Dia o seguinte: 1) Elaboração e aprovação de pauta de reivindicações destinada à negociação da convenção coletiva de trabalho/termo aditivo, referente a data base 1º de maio de 2022, para correção/reajustamento dos salários e das demais cláusulas econômicas, a partir de 01/05/2022, com vigência de 01/05/2022 a 30/04/2023. Ficam mantidas todos os demais itens da ordem do dia, publicado neste veículo em 23/02/2022.
São Paulo, 24 de fevereiro de 2022. *Eurípedes Rodrigues Torres – Presidente do SEECOVI*

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA

AVISO DE LICITAÇÃO - Tomada de Preços Nº 04/2022

A Prefeitura Municipal de Colômbia leva ao conhecimento dos interessados que o edital do Tomada de Preços nº 004/2022 - Processo nº 020/2022, tipo Menor Preço, que se trata da Contratação de uma empresa especializada para a Execução da Reforma do Ginásio Poliesportivo "Ganjão", obras de infraestrutura urbana Módulos Esportivos construídos de Quadra de Futebol de Areia, conforme Planilha Orçamentária, Especificações Técnicas, Projeto Básico, Cronograma Físico Financeiro e Memorial Descritivo. Recebimento dos envelopes Documentação e Propostas as 09:00 horas do dia 14/03/2022. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados de 2ª (segunda) à 6ª (sexta) feira no Setor de Licitações e no endereço eletrônico: www.colombia.sp.gov.br/licitacoes; quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço Rua José da Mata, nº 668 - Centro - CEP. 14.795-000 ou pelo tel: (xx17) 3335-8517 ou (xx17) 3335-8518.
Colômbia-SP, 23 de fevereiro de 2022.
Júlio Cesar dos Santos – Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022

No vigésimo terceiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois às 09:30 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações para realização de sessão para análise dos documentos de habilitação e proposta de preços, julgamento de habilitação e classificação da Tomada de Preços acima mencionada, cujo objeto é "Construção e instalação do novo bombeamento do Centro de Reservação de água tratada do Capotuna na ETA Central, incluindo mão de obra, máquinas e equipamentos – FINISA – Contrato de Financiamento nº 0529.795-19 – Lei Municipal 2.646/2019". Após as análises de praxe a Comissão Permanente de Licitações juntamente com os técnicos da Secretaria de Meio Ambiente resolveram unanimemente habilitar e classificar a única participante "Central das Bombas Comércio e Serviços Ltda - EPP – CNPJ 05.304.734/0001-88" como vencedora do certame com o valor global de R$ 621.373,00. Fica aberto o prazo recursal nos termos do art. 109, I, alíneas "a" e "b" da lei 8666/93, de 05 dias úteis, com relação a este julgamento, começando ele a correr a partir do primeiro dia útil subsequente à data da última publicação.
Comissão Permanente de Licitação, 23 de fevereiro de 2022.
Edson José da Silva Junior - Presidente

AVISO DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA E AGENDAMENTO DE DATA PARA CONTINUIDADE NO CERTAMEPREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022

Torna-se público e para conhecimento dos interessados que, transcorrido o prazo, não foram apresentadas as amostras pela empresa melhor classificada. Assim, fica agendada para o dia 04 de março de 2022, às 9:00 horas, a sessão para a continuidade no certame, via Comprasnet.
Jaguariúna, 23 de fevereiro de 2022
Luciene Dell Vecchio – Pregoeira

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 12/2022. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, à Unidade Prisional: Presídio de Buritis I – Pres-BII-I, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas a presos e servidores públicos a serviço na unidade prisional em epígrafe. Abertura dia 14 de março de 2022, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2022.

MINAS GERAIS — GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 10/2022. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, ao Presídio de Perdizes I – Pres-PDZ-I, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas a presos e servidores públicos a serviço na unidade prisional em epígrafe. Abertura dia 14 de março de 2022, às 11:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2022.

MINAS GERAIS — GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 08/2022. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuos de refeições e lanches, dentro das instalações da Unidade Prisional (UP): Penitenciária de Governador Valadares I – Francisco Floriano de Paula – Pen-GRV-I-FFPI, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas a presos e servidores públicos a serviço na unidade prisional em epígrafe. Abertura dia 11 de março de 2022, às 11:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2022.

MINAS GERAIS — GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

Rede D'Or anuncia acordo para comprar a seguradora SulAmérica

Operação ainda depende da aprovação de acionistas e de órgãos reguladores; empresas vão seguir independentes

Lucas Bombana

SÃO PAULO A rede hospitalar Rede D'Or e a seguradora SulAmérica anunciaram nesta quarta-feira (23) a combinação de negócios entre as duas companhias, com a unificação de suas bases acionárias, por meio da incorporação da Sasa, holding listada do Grupo SulAmérica, pela Rede D'Or.

Pelos termos estabelecidos no acordo, antecipado pelo colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo, a SulAmérica foi avaliada em cerca de R$ 15 bilhões pela Rede D'Or. A operação depende de aprovação das assembleias de acionistas de ambas as empresas e das autoridades regulatórias.

Pelo acordo, fechado em pouco mais de uma semana, as empresas vão seguir com operações independentes em seus respectivos setores.

A boa relação entre as famílias Moll, controladora da Rede D´Or, e Larragoiti, da SulAmérica, contribuiu para que a operação fosse concretizada em um curto espaço de tempo, segundo fontes.

"A operação engloba dois líderes do mercado de saúde no Brasil, juntando a maior rede hospitalar a uma das principais seguradoras independentes do país", disseram as empresas, em comunicado.

Uma vez autorizada a operação, os acionistas da SulAmérica passarão a ser acionistas da Rede D'Or, e Patrick Larragoiti, atual presidente do conselho de administração da SulAmérica, passará a ser membro do conselho da Rede D'Or.

As ações da SulAmérica engataram uma forte alta no final do pregão desta quarta na B3, e fecharam com valorização de 25,1%, cotadas a R$ 30,94. Os papéis da Rede D'Or subiram 8,82%, a R$ 55,50.

O grupo SulAmérica é o quinto maior plano de saúde do país, segundo dados da Lafis Consultoria. Em dezembro, a seguradora havia anunciado a compra da Sompo Saúde, por R$ 230 milhões.

"A SulAmérica manterá seus compromissos com seus mais de 7 milhões de clientes, 30 mil corretoras e parceiros comerciais, e mais de 23 mil prestadores de serviços contratados. A Rede D'Or, por sua vez, continuará oferecendo as melhores relações comerciais de longo prazo às mais de 300 operadoras parceiras e a seus pacientes o melhor que a medicina contemporânea pode oferecer", afirmam as empresas no comunicado.

As companhias dizem ainda que a combinação "baseia-se em fundamentos estratégicos para expansão e alinhamento dos seus ecossistemas de saúde, incluindo os negócios de saúde, odonto, vida, previdência e investimentos, em favor de todos os clientes, beneficiários e parceiros de negócio".

Conforme o acordo, a combinação de negócios será realizada por meio da incorporação da Sasa pela Rede D'Or, resultando na extinção da Sasa, que será sucedida pela Rede D'Or em todos os seus bens, direitos e obrigações.

Os acionistas da Sasa receberão novas ações ordinárias de emissão da Rede D'Or em substituição às ações ordinárias ou preferenciais de que sejam titulares na data de consumação da incorporação—esses papéis serão extintos.

Ainda segundo as empresas, uma vez implementada a operação, os acionistas da Sasa migrarão para a base acionária da Rede D'Or, que permanecerá uma companhia aberta listada no Novo Mercado.

Nos termos dos contratos, a Sasa assumiu obrigação de exclusividade com a Rede D'Or, válida por 12 meses a partir desta quarta, ficando sujeita ao pagamento de multa no valor de R$ 5 bilhões à Rede D'Or, em caso de descumprimento.

Os acionistas controladores da Sasa, por sua vez, também assumiram obrigação de exclusividade perante a Rede D'Or, pelo prazo de 18 meses, o que inclui a obrigação de votar contrariamente a qualquer operação concorrente eventualmente submetida à assembleia geral da SASA.

O descumprimento dessa obrigação sujeita os acionistas controladores da asa ao pagamento de multa não compensatória de R$ 2 bilhões para a Rede D'Or.

A SulAmérica reportou nesta quarta seus resultados referentes ao quarto trimestre de 2021, quando teve prejuízo de R$ 31,2 milhões, revertendo o lucro de R$ 42,7 milhões em igual período de 2020.

Juiz decreta o fim da recuperação judicial do Grupo Abril

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO O juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, decretou na quarta-feira (22) o encerramento da recuperação judicial do Grupo Abril, dono da editora Abril, que publicas as revistas Veja, Capricho e Você S.A.

O processo teve início em agosto de 2018, quando a Abril declarou ter acumulado R$ 1,6 bilhão em dívidas. Segundo a sentença de encerramento, até setembro de 2021, 100% dos créditos em dólar e 99,4% dos valores em real já haviam sido pagos.

Nem todos os incidentes —processos paralelos independentes e ligados à ação principal— da recuperação judicial da Abril estão encerrados, mas, segundo a decisão, eles não serão prejudicados pelo encerramento, uma vez que todos os pagamentos tiveram de ser incluídos no plano de recuperação aceito pela Justiça de São Paulo em setembro de 2019.

"O encerramento da recuperação judicial não é condicionado ao julgamento das habilitações ou impugnações judiciais nem à consolidação do quadro geral de credores", escreveu Oliveira Filho na sentença.

Caso alguma obrigação do plano de recuperação seja descumprida, os credores poderão pedir a falência do grupo na Justiça ou a execução da dívida. Com o encerramento, porém, credores que não tenham se habilitado já não poderão mais entrar no plano de renegociação de dívidas.

A recuperação judicial da Abril abrangeu 21 CNPJs. Além da Abril Comunicações, que publica as revistas, também as empresas de distribuição de publicações e encomendas Dipar e Tex Courier.

O processo estava em fase de supervisão, período de dois anos que funciona como um tipo de carência do cumprimento do plano aprovado no curso do processo. A inclusão desse intervalo não é obrigatória e cabe ao juiz decidir. Como o nome indica, o período de supervisão serve para o Judiciário se certificar de que as dívidas estão sendo pagas.

Em maio do ano passado, a sede da editora Abril na marginal Tietê, em São Paulo, foi arrematada pela família Fares, dona das lojas Marabraz, por R$ 118,7 milhões.

O imóvel, de 1968, possui um escritório —o prédio de seis andares, com uma área de 7.100 m²— e dois galpões, um de 3.100 m² e outro de 9.200 m².

No decorrer da recuperação judicial, a Abril também vendeu a revista Exame, que foi arrematada por R$ 72,3 milhões pelo BTG Pactual, que detém, por meio da Enforce (empresa de recuperação de créditos), a maior parte da dívida bancária do grupo.

Em dezembro de 2018, a família Civita vendeu sua participação no grupo para o empresário Fábio Carvalho.

Controlar a inflação é sempre uma tarefa desafiadora

Acontecimentos mais recentes na Ucrânia sugerem um cenário mais complexo

Solange Srour

Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio

A alta da inflação provou ser um processo muito mais persistente e difundido do que os grandes bancos centrais previam. Em 15 dos 34 países classificados como economias avançadas pela Perspectiva Econômica Mundial do FMI, a inflação em 12 meses até dezembro de 2021 estava acima de 5%, episódio que não era visto havia mais de 20 anos. Em 78 dos 109 países emergentes, a inflação anual também está acima de 5%. Essa parcela é cerca de duas vezes maior do que a registrada no fim de 2020.

Pode-se dizer que o fenômeno é global —ou quase isso, já que a China e o Japão estão imunes até agora. De certo, há diversos fatores comuns entre os mais diversos países, como o aumento dos preços das commodities. Em janeiro de 2022, as cotações do petróleo superavam em 77% os níveis de dezembro de 2020, enquanto o preço das commodities agrícolas subiu 35% no mesmo período. Seja por causa das interrupções das cadeias globais afetadas pela pandemia, seja em razão das políticas monetárias e fiscais extremamente estimulativas, seja devido à busca acelerada pela energia limpa, o fato é que todas as possíveis razões para a alta das commodities estão durando mais do que o esperado.

O grande problema do conceito de inflação globalizada é que ela está associada a choques exógenos, em geral vistos como passageiros, o que dificulta um diagnóstico preciso e turva a prescrição de como os bancos centrais deveriam agir. Não foram poucos os bancos centrais a utilizar a justificativa de a inflação ser global para retardar a retirada dos estímulos monetários. No entanto, entender as idiossincrasias do processo inflacionário em cada país é essencial para efetivamente baixar a inflação.

Nos emergentes, a depreciação cambial contribuiu significativamente para o processo inflacionário. Nesses países, as expectativas de inflação são menos ancoradas e mais sintonizadas com os movimentos cambiais, sem contar seu histórico de inflação alta e âncoras fiscais frágeis, o que resulta em uma inércia inflacionária maior.

Não por outro motivo, alguns emergentes entenderam que o fenômeno não era totalmente global ou transitório e começaram a apertar suas políticas monetárias consideravelmente no ano passado. Contudo, o enfraquecimento da âncora fiscal diminui a potência da política monetária, e o processo desinflacionário fica mais lento.

Enquanto a maior parte dos emergentes ainda conta com uma capacidade ociosa em suas economias, nos EUA, no Reino Unido e em alguns países da zona do euro o diagnóstico de superaquecimento demorou a ser reconhecido. Nos EUA, em particular, diferentes indicadores do mercado de trabalho têm sugerido um cenário de aquecimento, com pressões salariais fortes, há algum tempo. Teoricamente, a política monetária teria de ser apertada a fim de gerar uma desaceleração da atividade econômica capaz de conter a transmissão dos choques de oferta e da alta dos salários para os demais preços.

No entanto, hoje há dúvidas sobre qual a disposição do Fed (Federal Reserve) para "sufocar" a recuperação, considerando que ele continua adicionando estímulos via compra de títulos, mesmo após abandonar o discurso de inflação transitória.

Outro fator de desconfiança é seu mandato dual focado no desemprego e, mais recentemente, na distribuição de renda. Trazer a inflação de mais de 7% para algo próximo a 2% sem gerar recessão é algo nunca visto antes na história. A credibilidade do Fed está sendo questionada e pode resultar em um processo também mais lento de queda da inflação nos EUA.

Os acontecimentos mais recentes na Ucrânia sugerem um cenário mais complexo. Uma nova rodada de alta nos preços de importantes commodities constituiria, nas circunstâncias de um possível conflito, em um choque estagflacionário. Nesse caso, maiores serão as chances de estímulos fiscais adicionais (como a redução de impostos sobre energia, já em discussão em vários países), de queda dos salários reais e de desaceleração do crescimento mundial —e maior será a incerteza em relação à política monetária norte-americana.

Se já não estava fácil prever quando a inflação voltaria aos patamares pré-pandemia, a conjuntura torna a tarefa mais complexa a curto prazo. Tanto para emergentes quanto para desenvolvidos, seria melhor enfrentar o atual momento com juros globais menos estimulativos, políticas fiscais mais ajustadas, inflação mais baixa e bancos centrais com mais credibilidade.

|DOM. Samuel Pessôa |SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos |TER. Michael França, Cecilia Machado |QUA. Helio Beltrão |QUI. Cida Bento, Solange Srour |**SEX. Nelson Barbosa** |SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Línguas minoritárias enfrentam apagão na web

90% dos africanos e asiáticos dependem de segundo idioma para usar principais plataformas

Daniela Arcanjo

SÃO PAULO A vastidão de conteúdos da internet pode encolher ou aumentar de acordo com a língua com que o usuário escolhe navegar.

Relatório inédito dá a dimensão da desigualdade linguística da internet no mundo: para usar as 39 plataformas analisadas, que incluem Wikipedia, YouTube e Facebook, 90% dos africanos e asiáticos dependem de uma segunda língua.

O Relatório do Estado das Línguas na Internet, o primeiro do tipo no mundo, reuniu as organizações Whose Knowledge?, Instituto da Internet de Oxford e Centro para Internet e Sociedade, da Índia, para produzir e reunir informações sobre a diversidade linguística nas principais plataformas online. Além das instituições, foram mais de mil colaboradores, entre falantes, revisores e tradutores.

Segundo o relatório, mais de três quartos dos internautas navegam em só dez línguas.

São 25,9% os que o fazem em inglês e 19,4% os que escolhem algum idioma da família do chinês, como o mandarim. O terceiro grupo do ranking, o de falantes de espanhol, cai mais de dez pontos percentuais, concentrando apenas 7,9% dos internautas. São 3,7% os que usam português na internet, o que põe o grupo na sexta posição.

O conteúdo oferecido na internet segue uma lógica parecida —as línguas coloniais europeias são as predominantes. A Wikipedia, espécie de enciclopédia online e colaborativa, está disponível em mais de 300 línguas, mas em apenas 20 delas a plataforma comporta mais de 1 milhão de artigos. As que sustentam mais de 100 mil são apenas 70.

"Informações sobre lugares na Europa e na América do Norte são altamente detalhadas, enquanto outras regiões do mundo são relativamente sub-representadas, especialmente locais da África, parte da Ásia e outras regiões do Sul Global", diz trecho do relatório.

Essa desigualdade pode levar à paradoxal situação de um usuário ter que mudar a sua língua materna para saber mais sobre o próprio país.

A falta de conteúdo também pode ser um problema, especialmente para populações já excluídas. "Quando há informação e conhecimento em outras línguas mais marginalizadas, o conteúdo nessas línguas é limitado por quem tem acesso e poder para criá-los, ou para impedir que outros produzam informações alternativas", diz o relatório.

"Por exemplo, a falta de conteúdo online feminista em cingalês [falado no Sri Lanka] ou a falta de conteúdo positivo para pessoas LGBT+ e com deficiência em bengali [Bangladesh] ou bahasa [Indonésia]."

Assim como o conhecimento acessado depende do idioma, o mundo também se expande ou se contrai de acordo com a língua falada pelo usuário. A conclusão foi feita com a investigação de 44 termos no Google Maps. As palavras incluíam aquelas que representam locais comuns, como café, igreja e cabeleireiro.

Enquanto em inglês a informação é volumosa e dispersa ao redor do globo, em bengali há resultados quase que exclusivamente na Índia, em Bangladesh e no Butão. Há ainda os que quase não estão representados no mapa.

"Apesar dos esforços para examinar a cobertura do zulu e do xhosa na África do Sul e do guarani no Paraguai, essas línguas praticamente não estão representadas no Google Maps, a despeito de serem faladas por milhões."

As línguas mais usadas na Web

Número de usuários por língua, em milhões

Posição	Língua	Usuários (milhões)
1º	Inglês	1.186
2º	Chinês	888,4
3º	Espanhol	363,7
4º	Árabe	237,4
5º	Bahasa/Malaio	198
6º	Português	171,7
7º	Francês	151,7
8º	Japonês	118,6
9º	Russo	116,3
10º	Alemão	92,5

Suporte das plataformas para as 20 línguas mais faladas do mundo

Quando a plataforma disponibiliza a primeira língua do usuário

Quando a plataforma não disponibiliza a primeira língua do usuário, mas um idioma que ele talvez entenda, como um dialeto que seja da família de sua língua materna

Quando a plataforma não disponibiliza a primeira língua do usuário nem suas variantes

Português, Inglês, Mandarim*, Hindi, Espanhol, Francês, Árabe, Bengali, Russo, Bahasa, Urdu, Alemão, Japonês, Suaíli, Marata, Telugo, Punjabi, Wu*, Tâmil, Turco

SITES: Google Maps, Google Search, Wikipedia, Youtube, Coursera, DuoLingo, Udacity, Udemy, Facebook, Twitter, Zoom

APPS PARA ANDROID: Facebook, Instagram, Snapchat, TikTok, Twitter, LINE, LINE Lite, Signal, Telegram, Viber, WeChat, WhatsApp

APPS PARA IOS: Facebook, Instagram, Snapchat, TikTok, Twitter, imo, KakaoTalk, LINE, Messenger, QQ, Signal, Skype, Telegram, Viber, WeChat, WhatsApp

*Família do chinês | Fontes: Internet World Stats e Relatório do Estado das Línguas na Internet

Alvo de ataque hacker, site da Americanas volta ao ar após 4 dias

SÃO PAULO O site da varejista Americanas.com voltou a funcionar na manhã desta quarta (23), depois de ter sido alvo de ataque hacker desde sábado (19).

Por volta das 10h, o site da Americanas voltou a ser acessado. O site Submarino, que pertence ao mesmo grupo, voltou uma hora e meia depois.

Até as 19h desta quarta-feira, Shoptime e Sou Barato, outros dois sites da companhia que também estiveram sob ataque nos últimos dias, continuavam fora do ar. Segundo a empresa, os serviços estão sendo restabelecidos gradualmente.

O grupo, que foi criticado por clientes nas redes sociais por falhas na comunicação, divulgou pela manhã um comunicado sobre o caso:

"A Americanas informa que está restabelecendo gradualmente e com segurança seus ambientes de ecommerce desde quarta–feira (23/2), suspensos em razão de incidente de segurança do qual foi vítima entre os dias 19 e 20 de fevereiro. Não há evidência de comprometimento das bases de dados. As equipes continuam mobilizadas, com todos os protocolos de segurança, e atuarão para a retomada integral no mais curto espaço de tempo. A companhia reforça que a segurança das informações é sua prioridade e que continuará mantendo o mercado, clientes e parceiros atualizados".

Especialistas ouvidos pela **Folha** estimam que o prejuízo da empresa com os sites paralisados supere os R$ 100 milhões por dia, com base nas vendas do terceiro trimestre, dados mais recentes disponíveis.

Já pelas projeções de vendas para 2022 feitas pelo Goldman Sachs, a média diária de vendas neste ano seria de R$ 145 milhões.

A paralisação atrapalhou também as entregas de produtos, com centenas de clientes reclamando nas redes sociais da empresa, conforme apontou reportagem da **Folha**. **Daniele Madureira**

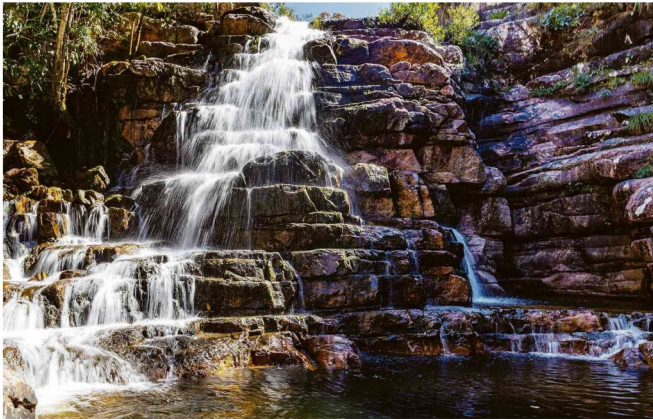
Nova York vista do Summit One Vanderbilt, em Manhattan

Angela Weiss/AFP

Selva de pedra (e de mato também)

Ainda há oito feriados programados em 2022, sem contar as folgas de Natal e de Ano Novo, e em alguns deles dá até para emendar; então, é hora de arrumar as malas e cair na estrada para desvendar maravilhas urbanas e belezas naturais do Brasil e do mundo

Turista descansa no Mirante da Janela, na Chapada dos Veadeiros (GO)

Vitor Marigo/Folhapress

Cachoeira dos Anjos e Arcanjos, uma das atrações turísticas do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no município de Alto Paraíso de Goiás, em Goiás Ticiana Giehl/Escolha Viajar/Folhapress

Turista tem aula de ecologia em hotel de Goiás

Na Chapada dos Veadeiros, contato com a natureza se dá nas cachoeiras e trilhas e também em fazenda de imersão

Ana Bottallo

ALTO PARAÍSO DE GOIÁS (GO) Em tempos cada vez mais sombrios para a biodiversidade brasileira, o hotel fazenda Terra Booma, em Alto Paraíso de Goiás (GO), a 230 quilômetros de Brasília, é um oportuno refúgio para quem busca se conectar com o meio ambiente. No pé do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com seus mais de 240 mil hectares de cerrado, o local promete aos hóspedes uma experiência de imersão total com a natureza.

Formada por seis chalés (com opções para duas ou três pessoas), cozinha e área compartilhada, a hospedagem está instalada em uma fazenda de cinco hectares onde são oferecidos cursos sobre orgânicos e fundamentos de agrofloresta, técnica que busca imitar o comportamento da natureza no cultivo da terra, em busca simultaneamente de sustentabilidade e rentabilidade.

A diária inclui meia pensão e tudo que ali é produzido — incluindo a mandioca cozida e raspada que faz a tapioca do local— pode ser degustado no café da manhã ou incluído em cestas com produtos orgânicos, como ovos caipiras, que devem ser solicitados no ato da chegada para que o hóspede possa levar para casa.

Pés de alface, maracujás orgânicos e mandiocas dividem espaço com árvores de pinus e plantas endêmicas do cerrado, como a castanha de baru. O objetivo é formar uma combinação de plantas baixas, arbóreas-arbustivas e árvores mais altas compondo um dossel —daí o papel do pinus.

"Isto aqui era pasto quando comprei o terreno. Cheguei aqui e escutei a natureza para entender a partir dela o que era preciso fazer nessa terra", conta Ray, 45, um dos sócios do espaço.

De origem turca, veio ao Brasil atrás do uso de plantas medicinais e da ayahuasca, chá enteógeno muito usado na região com propósitos de busca e cura espiritual. No país de origem, fundou o primeiro "aplicativo" de venda de comida por delivery, com os pedidos enviados ainda via fax. Em terras goianas, se apaixonou pela região, decidiu largar tudo e ficar por lá.

"Quando cheguei, não sabia nada de agrofloresta. Mas, da mesma forma, eu vi que era possível transformar o solo degradado com uma linha sucessiva de plantas. Eu tenho hortaliças, dois passos adiante, tomate, mais dois passos, limão, mais dois passos, brócolis, mandioca, e assim por diante, até formar a agrofloresta", explica.

A expectativa de alcançar o pé dos morros que formam o platô característico da chapada —e por onde se expande a vegetação do cerrado—, porém, vai ficar para as próximas gerações.

"Em um tempo de uma geração a plantação ainda vai continuar aqui, mas a cada novo ciclo o solo fica mais efetivo, as plantas se desenvolvem melhor e um dia isso tudo vai virar cerrado novamente", diz.

Quem quiser fazer uma imersão no universo da agroecologia pode optar por cursos que duram quatro semanas, com hospedagem e alimentação inclusos. Além das oficinas, a venda dos orgânicos produzidos garante a renda da fazenda, uma vez que os chalés passaram a ser ofertados para pessoas de fora da vivência agroecológica há pouco tempo.

"Tudo o que ganhamos é repassado 100% para pagar nossos funcionários e colaboradores, de forma que não ficamos com nenhum lucro", explica Ian Lazoski, 36, o sócio brasileiro, destacando que o espaço é um negócio social.

Além de relaxar, olhar as estrelas e ouvir os sons da natureza, a região da Chapada inclui passeios como as trilhas no parque e inúmeras cachoeiras na região —são mais de 300 na área. Os turistas podem também aproveitar a estadia para "recarregar" as energias com os cristais da região —a chapada está sobre a maior reserva de quartzo do mundo.

Seja o objetivo é se isolar, se conectar com a natureza ou partir em uma busca espiritual, o local traz a tranquilidade e o clima de um acampamento, mas com conforto de pousada, incluindo banheiros privativos.

Hospedagem Terra Booma. Alto Paraíso de Goiás, Goiás. Diárias a partir de R$ 200 (o casal). Site www.terrabooma.org.

Cavalcante
São Jorge
Alto Paraíso
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
GO
DF
Brasília
Anápolis
MG
Goiânia
50 km

Passeios na região

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
Rod. GO 239, Vila de São Jorge. Ingressos: adulto R$ 25 (por atrativo), estrangeiros R$ 50, estrangeiros Mercosul R$ 40, e moradores da região R$ 5. Todos os dias, das 8h às 18h (entrada até meio-dia). Trilha dos Cânions e Cachoeira das Cariocas, 11 km, média dificuldade, de 4 a 8 horas.

Cachoeira Anjos e Arcanjos
Povoado Moinho Parque Solarion. Ingressos: R$ 30 por pessoa. Todos os dias, das 8h às 17h. Trilhas de 1 (Anjos) a 3 km (Arcanjos) até as cachoeiras.

Cachoeira do Vale da Lua
Rodovia GO-239, km 29 s/nº Zona Rural. Ingressos: R$ 30 por pessoa. Todos os dias, das 7h às 17h. Trilha de cerca de 1,2 km até o salto.

Cachoeiras Almécegas I, II e São Bento
Entrada Fazenda São Bento, pela GO-239. Ingressos: R$ 70 por pessoa. Todos os dias, das 8h às 17h. Trilha com cerca de 2 km ida e volta até as cachoeiras.

turismo

Na Pedra Redonda fica o deque com vista panorâmica para cidades próximas; o local está a quase 2.000 metros de altitude Tom Araújo/Agência de Desenvolvimento de Monte Verde

Acolhedora, Monte Verde tem clima de montanha e hotelaria de charme

Distrito mineiro ficou em décimo em ranking mundial do Booking.com para cidades hospitaleiras

Isac Godinho

CONSELHEIRO LAFAIETE (MG) Localizada na serra da Mantiqueira e cheia de atrativos ligados à natureza, a mineira Monte Verde foi escolhida como um dos destinos mais acolhedores do mundo. Conhecida pela arquitetura europeia e pelas baixas temperaturas atingidas no inverno, o vilarejo do sul de Minas vem ganhando destaque no cenário turístico nacional.

O ranking de cidades mais acolhedoras para 2022 foi realizado pela plataforma Booking.com. Ele foi definido a partir da proporção de acomodações com avaliação média superior a oito nas cidades. O prêmio é baseado em mais de 232 milhões de avaliações, feitas por viajantes reais que se hospedaram nas acomodações.

Esta é a segunda vez que Monte Verde figura na lista. Em 2020, a cidade foi classificada na nona posição. Neste ano, subiu na classificação e ficou em sexto lugar, sendo a única brasileira entre as dez mais acolhedoras do ranking global.

Apesar do reconhecimento como cidade acolhedora, Monte Verde é, na verdade, um distrito. O vilarejo de Camanducaia está na serra da Mantiqueira, na divisa entre Minas Gerais e São Paulo. Ele fica a cerca de 520 km de Belo Horizonte e 165 km da cidade de São Paulo. Uma viagem de carro partindo da capital paulista costuma durar menos de três horas.

O distrito de Monte Verde, que recebe cerca de 1 milhão de turistas por ano, foi fundado por um imigrante da Letônia, Verner Grinberg. Segundo o turismólogo Marcos Alain, o nome do vilarejo vem da tradução do sobrenome Grinberg, que significa Monte Verde.

Quando Verner se instalou na região, ele começou a explorar a madeira local e chamou imigrantes europeus para trabalhar para ele. "Conforme as pessoas foram chegando, elas passaram a construir suas casas e, como eram todos europeus, construíram no padrão de arquitetura que conheciam", diz o turismólogo.

Para ele, este é um dos principais charmes de Monte Verde, a combinação da arquitetura europeia com a hospitalidade mineira.

Marcos, que também é proprietário de uma agência de turismo na cidade, diz que o turismo em Monte Verde começou a ganhar força nos últimos dez anos, a partir do asfaltamento do acesso ao local.

Monte Verde também se destacou na pandemia. Segundo Silvia Urias, gestora da Agência de Desenvolvimento de Monte Verde e Região, o trabalho promovido na cidade para a retomada do turismo foi visto como referência para uma reabertura segura das atividades turísticas.

De acordo com ela, a população do distrito depende financeiramente do turismo. Por isso, foi importante estabelecer e cumprir protocolos que possibilitassem a ida dos turistas. Para além, por ser um destino com atividades ao ar livre, atraiu muitos viajantes.

Para Silvia, o reconhecimento enquanto cidade acolhedora é uma sinalização de que o trabalho desenvolvido na cidade está no caminho certo e estimula a continuar buscando parcerias e investimentos.

O secretário de turismo de Camanducaia, Bruno Rosa, vê o reconhecimento da cidade em meio a outros destinos globais com orgulho. "É um prêmio que tem que ser dedicado aos trabalhadores do turismo e aos empresários. Para Monte Verde é uma honra gigante e aumenta ainda mais a nossa responsabilidade", diz ele.

Os turistas que chegam encontram como fortes diferenciais a gastronomia, as atividades na natureza e o clima de montanha, com temperaturas amenas durante todo o ano.

A Pedra Redonda é o principal ponto turístico local. Ela fica a quase 2.000 metros de altitude e proporciona uma vista panorâmica de cidades próximas, como São José dos Campos, Taubaté e Caçapava.

Outro destaque é a Fazenda Radical, que apresenta diversas atividades como tirolesas, arvorismo, escalada, arco e flecha, passeios a cavalo e trilhas com quadriciclo.

Outra opção é a Escola de Falcoaria. O espaço apresenta a história da falcoaria e ensina sobre biologia e manejo das aves de rapina.

Na escola, o visitante pode ter contato com gaviões e corujas. A equipe faz um trabalho de reabilitação de aves de rapina resgatadas pela polícia. O espaço fica a cerca de 4 km do centro do distrito e só recebe visitação por meio de agendamento prévio.

As opções de hospedagem também atendem diversos públicos. A Pousada Suíça Mineira (diárias entre R$ 390 e R$ 1.295 na baixa temporada) fica a 500 metros do centro, propiciando fácil acesso, mas garantindo tranquilidade aos hóspedes. O local também possui piscina aquecida, sauna e um restaurante de cozinha contemporânea europeia.

O Hotel Mirante da Colyna (diárias entre R$ 925 e R$ 1.900 na baixa temporada) fica a 300 metros do centro comercial e possui área de lazer com piscina aquecida, sauna, quadra de tênis, espaço fitness e um SPA. Além disso, mesmo estando na área central, o hotel é cercado por área verde e tem trilha ecológica própria.

Já a Fazenda Hotel Itapuá (diárias entre R$ 575 e R$ 970 na baixa temporada) fica a cerca de 5 km da entrada de Monte Verde. O hotel é uma fazenda de reflorestamento e é formado por chalés distantes um do outro, garantindo a privacidade e o conforto dos hóspedes. O espaço também possui saunas, piscina climatizada, dois restaurantes, uma cachoeira e diversas trilhas em meio à natureza.

Outro atrativo do vilarejo é o centro comercial, repleto de lojas, galerias, chocolaterias, restaurantes e cafés. A cidade possui diversas opções de restaurantes, que vão desde a tradicional cozinha mineira até a gastronomia europeia.

O casal mineiro Gustavo Furtado e Luiz Maciel, que fala de viagens no perfil Reservas pra Dois nas redes sociais, se encantou pela cidade. Segundo eles, os pontos principais do destino são o clima sempre agradável e os restaurantes incríveis.

Os dois pretendem voltar a Monte Verde no inverno e endossam a escolha do vilarejo como um destino acolhedor. "Baseado na experiência que tivemos na cidade quando fomos, concordamos e ficamos felizes com esse título, Monte Verde é um lugar especial", diz Luiz.

+

As 10 cidades mais acolhedoras do mundo

1. Matera, Itália
2. Bled, Eslovênia
3. Taitung City, Taiwan
4. Nafplio, Grécia
5. Toledo, Espanha
6. **Monte Verde, Brasil**
7. Bruges, Bélgica
8. Nusa Lembongan, Indonésia
9. Ponta Delgada, Açores, Portugal
10. Hoi An, Vietnã

Fonte: booking.com

Aos pés do Descabezado Grande, inativo desde 1933, turistas se banham nas águas aquecidas naturalmente Luciano Nagel/Folhapress

Vulcão desativado gera saunas naturais na cordilheira chilena

Saindo de carro de Santiago, viajante também visita fontes entre 30ºC e 47ºC

Luciano Nagel

SAN CLEMENTE (CHILE) Imagine-se imerso em águas sulfurosas aquecidas naturalmente e diante de exuberantes florestas e montanhas cobertas por neve. Ou nos arredores de vulcões, muitos deles ativos, ou de mais de 270 fontes termais. Essa é uma boa premissa do que se encontra ao longo de mais de 4 mil km da Cordilheira dos Andes no Chile.

A temperatura das águas gira entre 30ºC e 47ºC, podendo em alguns pontos ir a 80ºC ou mais. Além das altas temperaturas, as águas de fontes naturais tem grandes quantidades de minerais com propriedades curativas, como potássio, selênio, cálcio, zinco, cloretos, magnésio, entre outros.

Para quem desembarca em Santiago, a dica é alugar um carro e dirigir rumo ao deserto do Atacama ou às florestas temperadas da Patagônia. Ou seja: de norte a sul, existem termas naturais para todos os gostos e bolsos. Vale lembrar que algumas são gratuitas.

Das mais conhecidas, as Termas El Médano, na 7a. Região de Maule, na cidade de San Clemente, 360 km ao sul de Santiago. Para chegar, o condutor deve pegar a Ruta 5 SUR e logo depois a Ruta 115-CH em direção ao Paso Pehuenche, na fronteira com a Argentina.

As piscinas naturais superaquecidas pela "mãe natureza" ficam no alto da Cordilheira dos Andes, no km 104 da rodovia, bem às margens do rio Maule, que, no idioma do povo indígena mapuche, significa "rio de chuva".

Lá, o turista tem a opção de se hospedar em pequenas cabanas com toda a infraestrutura, caso queira passar alguns dias a mais desfrutando de outras opções de lazer, como trilhas, cavalgadas, sauna vulcânica, ou simplesmente contemplando o cenário cinematográfico da região.

Para ingressar nas termas, é preciso desembolsar apenas mil pesos chilenos, cerca de R$ 6 —valor muito abaixo de outras da região—, para desfrutar e relaxar nas águas por duas horas. O tempo limitado se deve à rotatividade de turistas e aos protocolos do Coronavírus.

Ainda nas Termas El Médano, logo após as piscinas naturais há placas incentivando o visitante a percorrer uma trilha de 150 metros em direção a uma pequena colina.

Esse percurso, que tem como visual os Andes e o rio Maule, leva a um paredão rochoso com três pequenas grutas das quais emanam vapores quentes que formam uma espécie de "sauna natural".

Os gases, ricos em enxofre, vêm do vulcão Descabezado Grande, inativo desde 1933, segundo o Serviço Nacional de Geologia e Mineração chileno.

Para manter o vapor foram construídas três casinhas de madeira em frente às grutas, onde o visitante pode entrar em traje de banho e relaxar por cerca de 20 minutos. Vale lembrar que a temperatura das rochas chega aos 75ºC.

E, apesar das propriedades terapêuticas do banho de vapor, a exposição em exagero ao calor pode fazer mal. Por isso, é importante ficar atento às respostas do próprio organismo.

Já quem estiver com o orçamento apertado pode percorrer as margens do Rio Maule e, em poucos metros, se banhar gratuitamente em porções de águas quentes que contrastam com as águas gélidas que correm no rio. As piscinas naturais são pequenas e rasas, mas grandes o suficiente para aquecer o corpo e relaxar a musculatura.

CHILE
Santiago
ARGENTINA
URUGUAI
Buenos Aires
Termas El Médano
San Clemente
100 km

Não muito distante das termas El Médano, sentido fronteira Argentina, o viajante pode conhecer a Cascata Invertida, cujo salto, com mais de 100 metros de queda d'água, fica localizado no km 125 da Ruta 115-CH.

Os viajantes podem se surpreender com as águas da cascata subindo rumo ao céu, um fenômeno causado pelos fortes ventos da região — uma imagem que impressiona e dá uma amostra da força da natureza.

Vale lembrar que nem sempre a cachoeira apresenta seu formato invertido, pois o fenômeno se deve às condições meteorológicas, ou seja, quando há fortes ventos.

Para chegar próximo à cascata, é necessário estacionar às margens da rodovia e caminhar cerca de 200 metros. Não há cobrança de ingresso.

Ao se aproximar do local, é necessário cuidado para evitar acidentes devido às rochas escorregadias e o precipício. Em companhia de crianças, é importante ir de mãos dadas.

Fotos Teté Ribeiro/Folhapress

As atrizes Cynthia Nixon, Sarah Jessica Parker e Kristin Davis na cena inicial da série 'And Just Like That', no restaurante fictício 'Clee', na verdade o café do museu de arte contemporânea Whitney, no Meatpacking District Divulgação

A Nova York de 'And Just Like That'

Conheça os estabelecimentos de Manhattan e do Brooklyn que aparecem nos 10 episódios da nova temporada da série continuação de 'Sex and the City', disponíveis na HBO Max

Teté Ribeiro

NOVA YORK Faz pouco mais de dezessete anos que Carrie, Charlotte, Samantha e Miranda saíram do ar, depois de seis temporadas de uma das séries mais inovadoras do final do século passado, "Sex and the City", que durou de 1998 a 2004 e tinha a cidade de Nova York —e o drinque cosmopolitan— como uma quinta protagonista.

Os restaurantes, bares, galerias, lojas e parques que as personagens frequentavam ficaram tão marcados que viraram atrações turísticas. Até hoje existe um passeio de ônibus pelas locações mais importantes de "Sex and the City", que em três horas e meia percorre Manhattan apontando os lugares em que algumas das cenas mais icônicas foram gravadas.

A **Folha** passou uma semana fria no começo deste fevereiro em Nova York visitando os lugares que Carrie, Miranda e Charlotte (Samantha não está mais no elenco), suas novas amigas, seus maridos e novos casos visitaram nas cenas de "And Just Like That". Não foram consideradas as locações que apareceram como se fossem restaurantes ou bares que não existem (caso do Clee, onde se passa a primeira cena do primeiro episódio dessa nova leva, mas que, na verdade foi gravada, no bar do Whitney Museum).

A jornalista viajou a convite da HBO Max

1 Smith's Bar and Grill
8ª avenida, 701
(esquina com a rua 44)
Logo no primeiro episódio, Miranda entra neste bar no Theatre District, onde ficam os teatros da Broadway, às 10:45 da manhã e pede uma taça do vinho branco chablis. O barman recusa o pedido, o bar só abre às 11h. Na vida real, o local reúne fãs de esporte, serve ótimos hambúrgueres, mas, curiosamente, não tem chablis em seu cardápio de vinhos em taças.

2 The East Pole
Rua 65, E133 (entre as avenidas Lexington e Park)
Este simpático restaurante tem um conceito simples e sofisticado: usa apenas ingredientes orgânicos e tem o slogan "da fazenda para a mesa, em uma brownstone" (como se chamam as casas geminadas amarronzadas por toda a cidade). Aparece no 2º episódio, quando Carrie passa a pé pela sua frente e vê um casal que a faz lembrar seu marido, Big; e no 3º, quando Carrie, Miranda, Charlotte e Stanford, papel de Willie Garson (morto em 2021), tomam um brunch lá, e Stanford revela que foi garçom do icônico The Odeon (que ainda existe).

3 Starbucks
Spring Street, 72
Essa cafeteria no SoHo fica bem na frente do restaurante francês badalado Balthazar (que apareceu em "Sex and the City" como se chamasse Balzac). E é em uma mesa alta ao lado do janelão de vidro que Charlotte e Miranda esperam Carrie terminar a gravação de seu podcast, no 3º episódio.

4 Chalait
Avenida Amsterdam, 461
(entre as ruas 82 e 83)
Nesta pequena e requintada cafeteria do Upper West Side, especializada em bebidas com matcha, o broto do chá verde, Carrie, no 3º episódio, dá de cara com Natasha (Bridget Moynahan), ex-mulher de seu marido, fazendo xixi. Fora das telas, esse é um lugar de encontro de muitos estudantes das escolas do bairro, que passam lá para comer um delicioso sanduíche de atum ou um chalait, mistura de matcha com leite.

Locações de 'Sex and the City' continuam relevantes até hoje

Quase 20 anos depois de o último episódio —são 94— ir ao ar, alguns dos estabelecimentos mostrados ainda atraem turistas e locais. TR

*

21 Pleasure Chest
7ª Av., 156
No 9º episódio da 1ª temporada, é nessa sex shop do Village que Charlotte, Carrie e Miranda compram o vibrador "The Rabbit", lançamento da época que prometia revolucionar o prazer sexual feminino e continua sendo best-seller.

22 ONieal's
Rua Grand 174
Esse é um bar clássico de downtown, um ex "speakeasy", como eram chamados os lugares que funcionavam clandestinamente durante a Lei Seca, período entre 1920 e 1933 em que o transporte e a venda de bebidas alcoólicas foram proibidos no país. Na série, o ONieal's aparece como Scout, o bar inaugurado por Steve e Aidan, papel de John Corbett, no 5º episódio da 4ª temporada.

23 Magnolia Bakery
Rua Bleecker, 401
A doceria no Village é conhecida pela infinidade de opções de cupcakes, que faz com que os clientes formem filas na porta quando uma nova fornada está prestes a sair. E é onde Carrie conta para Miranda que conheceu Aidan, no 5º episódio da 3ª temporada.

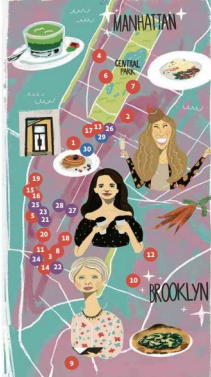
24 Cipriani Downtown
West Broadway, 376
Nessa versão mais descontraída dos restaurantes do italiano Giuseppe Cipriani, lendário criador do Harry's Bar, em Veneza, em 1931, e inventor do carpaccio e do drinque bellini, Carrie, Miranda, Charlotte e Samantha almoçam e leem a seção de casamentos do jornal New York Times, no 3º episódio da 3ª temporada.

25 Pastis
Rua Gansevoort, 52
Do mesmo dono do badalado Balthazar, que ainda existe e apareceu na série como Balzac, o Pastis, que serve pratos simples, bem feitos e inspirados na culinária francesa, é um dos primeiros restaurantes finos abertos no Meatpacking District. E é aí que Carrie toma brunch com o amigo australiano Oliver, no 14º episódio da 4ª temporada.

26 Bergdorf Goodman
5ª Av., 754
A loja de departamentos mais elegante e cara de Nova York tem uma seção de joias, outra especializada em casacos de peles raras e uma galeria de antiguidades. E foi lá que Charlotte e Trey, papel de Kyle MacLachlan, registraram a lista de casamento, no 10º episodio da 3ª temporada.

27 ABC Carpet & Home
Broadway, 888
Oito andares —e um restaurante delicioso no térreo, o ABC Kitchen— com os objetos de decoração mais originais que você vai conhecer. Aqui, Charlotte escolhe uma cama com a mãe de Trey, no 5º episódio da 4ª temporada.

28 Bed, Bath and Beyond
6ª Av., 620
Uma das maiores e melhores lojas de coisas para a casa de Nova York, essa com preços bem mais acessíveis, e que acabou de passar por uma reforma que a deixou bem mais ampla e organizada. Onde Carrie ajuda Mike a escolher lençóis, no 6º episódio da 1ª temporada.

Ilustração Carolina Daffara

Em cena, as amigas visitam o Pleasure Chest, uma sex shop do Village que aparece no 9º episódio da 1ª temporada Divulgação/HBO

11

12

13

14

16

19

20

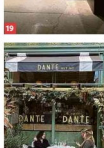
5 Cafe Kitsuné
Rua Hudson, 550
O quarto episódio começa com cenas de vários nova-iorquinos comprando seus cafés preferidos, cada um em um estabelecimento diferente. Nesta cafeteria simples e elegante do Village, estilo parisiense com influência japonesa, Charlotte escolhe um latte para levar para sua nova amiga, Lisa (Nicole Ari Parker).

6 Parliament Espresso and Coffee Bar
Central Park West, 170, esquina com a rua 77 (Dentro da Sociedade Histórica de Nova York)
Lisa Todd Wexley também compra uma bebida para Charlotte neste café que fica dentro do primeiro museu de história inaugurado em Manhattan, em 1804. O Parliament fica logo na entrada do museu. Uma curiosidade: depois de comprar seus cafés, Lisa e Charlotte se encontram na porta da escola de suas filhas. Mas a cena foi gravada na fachada do City Museum of New York, na Quinta Avenida, entre as ruas 102 e 103.

7 Sant Ambroeus
Av. Madison, 1000
Na unidade original deste restaurante e brasserie, no Upper East Side, que produz doces típicos da França, além de ter sua própria marca de sorvetes, Carrie, Miranda e Charlotte tomam brunch no 4º episódio e discutem o plano de Carrie de vender o apartamento onde morava com o marido.

8 Sant Ambroeus
Rua Lafayette, 265
Na filial do Soho, o restaurante e a doceria são separados, um ao lado do outro. Mas a produção dos doces e dos sorvetes, carros-chefes da casa, têm a mesma qualidade impecável. Na série, Carrie se encontra com a corretora de imóveis Seema, papel da atriz inglesa de origem indiana Sarita Choudhury, e as duas dividem um espaguete cacio e pepe, prato tradicional da culinária italiana, com queijo e pimenta

9 Boutros
Av. Atlantic, 185, Brooklyn
Neste restaurante com cardápio inspirado na culinária do Oriente Médio, com uma decoração caprichada e um enorme jardim vertical, Miranda janta com sua professora, Nya Wallace, papel de Karen Pittman, no 4º episódio, e fala das vantagens e desvantagens de ser mãe.

10 Freehold
Rua 3, 45 S, Williamsburg, Brooklyn
Charlotte, Miranda, Carrie e Anthony (Mario Cantone) tomam brunch no 4º episódio neste pequeno café de Williamsburg. O lugar serve os pratos tradicionais de brunch, ovos, bacon, mingau de aveia com passas e tem várias opções de leite para misturar com o café: de aveia, de arroz, de soja, de amêndoas —e até de vaca.

11 Bistrot Leo
Rua Thompson, 60 (dentro do hotel Sixty Soho)
No 6º episódio, Carrie conta para Miranda e para Charlotte que odeia o apartamento que acabou de comprar, durante um brunch neste bistrô de inspiração francesa no térreo do hotel luxuoso e discreto Sixty Soho. Com apenas 97 quartos, o Sixty Soho tem também o bar de coquetéis Butterfly e, no verão, um pop up bar no telhado.

12 Le Crocodile
Avenida Wythe, 80, Williamsburg, Brooklyn
Outro restaurante de hotel inspirado em bistrôs parisienses. No amplo salão ou no balcão acolhedor, é possível experimentar pratos típicos franceses em porções típicas americanas: enormes! É sempre aconselhável dividir os pratos de Le Crocodile, que servem duas a três pessoas.

No 6º episódio, é aqui que Nya e seu marido, Andre (LeRoy McClain), jantam com um casal de amigos.

13 Quality Bistro
Rua 55, 120 West (entre avenidas 6 e 7)
Carrie, Miranda, Charlotte e Seema jantam nessa brasserie em midtown que tem a carne bovina estilo "steak" como item principal do cardápio. É lá que Carrie conta às amigas que sua editora sugeriu que ela saia com um novo homem para produzir um capítulo final mais esperançoso para o livro que acabou de escrever.

14 Au Cheval
Cortlandt Alley, 33
Esse é o restaurante mais hipster dessa temporada. Em uma ruela, Carrie vai a um encontro com um viúvo que conhece em um aplicativo de namoro no 7º episódio, nessa casa em que os hambúrgueres ultra bem preparados são o ponto alto, além dos drinques caprichados. No fim da noite, os dois passam mal na rua do restaurante.

15 The Lobster Place
9ª Av., 75 (dentro do Chelsea Market)
Miranda conta a Carrie e Charlotte que vai pedir o divórcio a Steve (David Eigenberg), durante um almoço nessa peixaria e restaurante do Chelsea Market. Os sanduíches de lagosta são o prato mais famoso deste lugar que vende peixes, camarões, ostras e lagostas tão frescos, e que ficam tão à vista, que podem incomodar as pessoas de estômago mais sensível.

16 Fat Witch Bakery
9ª Av., 75 (dentro do Chelsea Market)
Nessa doceria chique, que tem os brownies mais finos de Manhattan (e vende a mistura pronta, em pó, para fazer em casa), além de várias opções de balinhas, docinhos, chocolatinhos, tudo embalado em caixas mínimas e bem decoradas, Carrie compra doces para sua nova vizinha no 8º episódio.

17 La Grande Boucherie
Rua 53, 145 W (entre as avenidas 6 e 7)
O nome dessa boucherie é real. É um lugar tradicional de frequentadores da Broadway depois dos espetáculos, mais para beber do que para comer (a comida não é nada especial e o serviço é uma bagunça). E é lá que Charlotte leva sua filha Lily, no 8º episódio, para almoçar e conversar, mas as duas se desentendem quando Charlotte descobre fotos de Lily sensualizando em uma rede social.

18 Lafayette
Rua Lafayette, 380 (entre as ruas 3 e 4)
Em mais um restaurante estilo francês, esse imitando uma vila francesa, com pratos típicos mas não especialmente bem preparados, Charlotte conta para Carrie e Miranda, na primeira cena do 9º episódio, que acha que finalmente entrou na menopausa.

19 Empire Diner
10ª Av., 210, Chelsea
Nessa lanchonete icônica do bairro gay de Manhattan, o Chelsea, Miranda e Che, papel de Sara Ramirez, se encontram oficialmente como namoradas, pela primeira vez, depois de Miranda se separar do marido. O Empire Diner foi construído para ser um vagão de trem, em 1946, mas acabou transformado em restaurante de comida americana.

20 Dante
Rua Hudson 551, Village
Esse lendário bar e restaurante, inaugurado em 1915 e escolhido como melhor bar do mundo em 2019 pela revista Time Out, é um daqueles lugares para encontrar atores famosos, modelos, músicos, escritores. E é aqui que Carrie encontra o viúvo Peter (Jon Tenney) para um segundo jantar, mas, na porta, revela que ainda não está pronta para um novo romance.

Fachada da SJP, loja de sapatos da atriz Teté Ribeiro/Folhapress

De sapatos e vinhos a nova peça na Broadway, saiba onde há SJP em NY

NOVA YORK Aos 57 anos de idade, Sarah Jessica Parker já tem mais de 40 de carreira. Estreou no teatro profissional na adolescência, no final dos anos 1970, junto de quatro de seus sete irmãos, em uma produção do musical "The Sound of Music", em Missouri.

Na Broadway, aos 14, protagonizou "Annie". E, desde 1998, quando "Sex and the City" entrou no ar, virou a mais perfeita tradução da maior metrópole norte-americana.

Uma self-made woman declaradamente viciada em trabalho, aliou a fama e o capital que conseguiu com o sucesso da personagem Carrie Bradshaw, apaixonada por moda, e, principalmente, por sapatos, e lançou, no ano seguinte ao final do programa, o primeiro perfume com sua marca, Lovely. Desde então, criou outras quatro fragrâncias, Covet, SJP NYC, Stash e a recém-lançada Lovely You.

Em 2014, se associou ao executivo George Malkemus 3º, morto em setembro de 2021, aos 67 anos. Os dois lançaram a marca de sapatos SJP by Sarah Jessica Parker.

A única loja física foi inaugurada em março de 2020, em Nova York, semanas antes de a pandemia fechar a cidade. Fica na rua 54, entre as avenidas 5ª e 6ª, em frente à saída de trás do MoMA, um dos endereços mais valorizados de Manhattan.

Seu staff, gentilíssimo, conta que a atriz costuma frequentar a loja nos finais de semana, quando ajuda pessoalmente as clientes a escolher os sapatos que mais combinam com elas. A coleção também está à venda em várias lojas de departamentos americanas, ou no site da atriz, que reúne todos os seus negócios (sjpbysarahjessicaparker.com). Não há entregas no Brasil.

Ela não estava na loja durante a visita da **Folha**, mas o gerente explicou que era só porque anda ocupada com os ensaios de "Plaza Suite", peça de Neil Simon que estreia na Broadway ao lado do marido, o ator Matthew Broderick, nesta sexta (25).

A trama se passa toda na suíte 719 do lendário hotel Plaza, na esquina da 5ª avenida com a Central Park South, em Nova York. Estreou pela primeira vez em 1968, em Boston, em montagem dirigida por Mike Nichols, e virou longa-metragem em 1971, com Walter Mathau, Maureen Stapleton e Barbara Harris.

Sarah Jessica agora também é distribuidora de vinhos. Em 2019, se juntou à dupla de neozelandeses Tim Lighthouse e Rob Cameron, fundadores da marca Invivo, e, juntos, criaram o selo Invivoxsjp, que se refere à maneira como ela termina seus e-mails, bilhetes e posts no Instagram: X, SJ.

A Invivoxsjp tem só dois vinhos, à venda nos sites invivoxsjp.com, wine.com e drizly.com —nenhum com entrega no Brasil. **TR**

29 SJP by Sarah Jessica Parker
Rua 54, 31W (entre avenidas 5 e 6)

30 Teatro Hudson
Rua 44, 139-141W (entre a Broadway e a 6ª Av)

Ronaldo Bastos, Sofia Carvalhosa e Josimar Melo passeiam em Nova York, em 1990 Bob Wolfenson/Arquivo Pessoal

Slides sociais

Fotos de viagem unem duas perversões: exibicionismo e voyeurismo

Josimar Melo
Crítico de gastronomia, autor do "Guia Josimar", sobre restaurantes, bares e serviços em São Paulo.

As novas gerações escaparam deste flagelo: sessões de slides dos retornados de suas férias.

A própria palavra "slide" —do inglês, com pronúncia idem— caiu em desuso. Em português seria diapositivo: foto em filme transparente que se colocava no projetor para exibir em telas grandes. Muito útil em aulas ou palestras; um martírio na parede do vizinho, do tio, do cunhado, acompanhado da entusiasmada narração dos que viveram, ou fingiam viver, aquelas alegrias.

As gerações atuais escaparam dos slides pós-viagem, mas não da sua essência sádica. Esta apenas se transferiu para a tela do celular, no mundo de fantasia das redes sociais.

Há uma vantagem nos novos tempos: ninguém precisa se submeter ao festival de ostentação, basta ignorar a rede social. A parte ruim é que é tudo instantâneo.

Mas... quem não olha as redes? São o ringue perfeito para o encontro de duas popularíssimas perversões humanas: o exibicionismo e o voyeurismo. Todos querendo ser vistos no centro do picadeiro, e ao mesmo tempo, todos xeretando a vida alheia.

Antes este momento acontecia no escurinho da casa do vizinho, só depois da viagem; hoje, é à luz do dia, e o dia todo.

Além de detestar exibir minha vida pessoal, mais ainda fuxicar a de terceiros, eu tenho um bom motivo para evitar este show de horrores: sou um péssimo fotógrafo, seguramente o pior que eu conheço.

E, como a ostentação requer imagens que provoquem acessos de inveja e ódio em quem nos segue (e, se seguem, os merecem), não é possível fazê-lo com imagens pavorosas como as que, apesar de a câmera do celular se encarregar de praticamente tudo, eu perpetro (apenas para meus arquivos particulares).

A bem da verdade, alguém famoso conseguiu me superar —e em público— na incompetência fotográfica. Foi a apresentadora de TV americana (e também editora de revistas e livros) Martha Stewart. Em seus programas e publicações sobre culinária, arrumação de mesas, decoração de festas, tudo é lindo, de acabamento impecável.

Mas uns dez anos atrás ela resolveu entrar no Twitter. E, meio sem noção (pela idade —hoje tem 80 anos— ou por falta de assessoria que uma celebridade costuma ter), começou a publicar fotos do que comia. Comoção na internet: como é possível que ela, justo ela, exibisse fotos tão horríveis que chegavam a ser nojentas?

Por estas e outras é que eu não caio na armadilha. Sei que fotografar direito, até para não profissionais, requer certo talento e intuição que não tenho. Cito uma prova, embora pareça covardia, por se tratar de um fotógrafo gigantesco.

Estava passeando em Nova York em 1990 com Sofia Carvalhosa, gravidona da minha filha, hoje cantautora, Marina Melo, o amigo Ronaldo Bastos, compositor que faz parte da história da nossa música, e à época sósia do outro companheiro de passeio, o fotógrafo Bob Wolfenson.

De repente Bob disse "vou fotografar vocês". Pegou minha "câmera" (daquelas de plástico, descartáveis); acionou o "flash" (uma luzinha de nada, em pleno dia luminoso); começou a andar de costas, voltado para nós, e fez um clique. UM ÚNICO CLIQUE.

Semanas depois, filme revelado, vimos a foto. Neste único clique, estávamos quase no ar, leves, soltos. Zero ostentação: legítima felicidade, captada em cada milímetro do passo acima do solo, em cada ruga de alegria no olhar.

Jamais conseguiria fazer isto, nem que treinasse a vida toda. É por isto que não me chamo Bob; ele é tão bom que faz de equipamento seu próprio corpo: o olho atilado, o dedo preciso, sem falar da cabeça brilhante (no caso, refiro-me à sua testa exuberante, mais eficaz que qualquer refletor de estúdio...).

QUI. Josimar Melo, **Zeca Camargo**

arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

Mensagem do Presidente

Os dois últimos anos apresentaram um cenário desafiador para o mundo todo. Independente do país, todos tiveram que recalcular rotas, rever hábitos, encontrar novas formas de trabalhar, de estudar, de se relacionar e, claro, de se locomover. Enquanto 2020 foi marcado pelas políticas de isolamento, o ano de 2021 representou a retomada da vida social, das viagens e da atividade econômica.

Como consequência desse movimento, entre janeiro e dezembro do ano passado, o tráfego nas sete concessionárias da Arteris cresceu 9,9% em comparação com 2020, totalizando 671,8 milhões de veículos equivalentes. A receita de pedágio acompanhou essa evolução e subiu 10,2%, chegando a R$ 2,9 bilhões. Essa realidade influenciou positivamente o Ebitda da empresa, que cresceu 16,9%.

Cumprindo seu papel de conectar pessoas e dinamizar o transporte de cargas, a Arteris seguiu com os investimentos previstos na infraestrutura rodoviária. Foi aportado R$ 1,8 bilhão em nossas sete concessionárias, um valor 30,4% superior ao de 2020, que já havia retratado uma companhia com compromisso para investir, com foco em garantir segurança nos melhores caminhos aos nossos usuários.

Entre os projetos, destaco o avanço nas obras do Contorno de Florianópolis, em Santa Catarina. Com 50 km de extensão e quatro túneis duplos, é a maior obra de infraestrutura rodoviária em execução no País. Em 2021, fizemos a liquidação da 10ª emissão de debêntures simples da Arteris Litoral Sul, que alcançou R$2 bilhões, suportando os investimentos para o Contorno. O interesse nos títulos indica a percepção positiva do mercado financeiro na gestão, na governança e nos fundamentos de longo prazo da concessionária.

Outra obra de destaque, com ritmo acelerado de trabalho, é a duplicação de 275 km administrados pela Arteris ViaPaulista, aumentando ainda mais a segurança viária e abrindo um novo eixo para o transporte de cargas no interior paulista, favorecendo o desenvolvimento regional.

Trabalhamos no decorrer de todo o ano para que os usuários das nossas rodovias contassem com a melhor experiência de viagem. Em 2021, a Arteris prestou 1 atendimento a cada 40 segundos nas suas sete concessionárias, totalizando 795 mil usuários atendidos. Para oferecer rodovias cada vez mais seguras, nossos veículos operacionais percorreram mais de 41 milhões de quilômetros. Também atendemos 2,5 milhões de ligações via 0800 e geramos 111 milhões de visualizações via Twitter com informações sobre tráfego, serviços e entregas. Investimos em tecnologias que tornam mais moderna a infraestrutura rodoviária, incluindo o uso de inteligência artificial no monitoramento por câmeras.

O ano de 2021, também proporcionou o reconhecimento pela prática dos nossos valores corporativos. Recebemos o Selo Pró-Ética, oferecido a empresas que adotam voluntariamente medidas de integridade e combate à corrupção. Concedido pela Controladoria-Geral da União em conjunto com o Instituto Ethos e mais nove instituições do Comitê Pró-Ética, o selo reforça o posicionamento da empresa em atuar com ética e transparência. É uma conquista importante, principalmente por sermos a única concessionária do setor de infraestrutura rodoviária a possuir esse reconhecimento.

Foi um ano de bastante trabalho e com conquistas relevantes. Esperamos que o ano de 2022 possa ser marcado pelo arrefecimento da pandemia e pela consolidação do ritmo de crescimento que o Brasil precisa. Agradeço a todo o time da Arteris, em cada regional e área, que soube lidar com as incertezas trazidas pela Covid-19 e fazer o melhor para que fosse possível manter a prestação de serviços de qualidade, garantindo viagens mais seguras aos nossos usuários.

***Sérgio Garcia** – Diretor Presidente da Arteris*

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. ("Arteris" ou "Sociedade") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis não foram revisados pelos auditores independentes.

Apresentação

A Arteris desempenha importante papel no setor de infraestrutura rodoviária brasileira, sendo responsável por investimentos direcionados à melhoria, ampliação, conservação e operação de rodovias, no âmbito dos programas de concessão do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal. A Sociedade por meio de suas concessionárias opera e administra aproximadamente 3,2 mil quilômetros de rodovias, que interligam o principal polo econômico do País – situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina – caracterizado por sua elevada densidade demográfica. As rodovias da Arteris estão estrategicamente localizadas nas regiões Sul e Sudeste, ligando importantes centros metropolitanos, de modo a promover o transporte de cargas em alguns dos mais importantes eixos econômicos do país. Ao todo são sete concessionárias, sendo duas no Estado de São Paulo e cinco no âmbito federal, todas empresas de capital aberto, e controladas 100% pela Arteris, sendo elas; Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias), ViaPaulista S.A. (ViaPaulista), Autopista Fernão Dias S.A. (Fernão Dias), Autopista Fluminense S.A. (Fluminense), Autopista Litoral Sul S.A. (Litoral Sul), Autopista Planalto Sul S.A. (Planalto Sul) e Autopista Régis Bittencourt S.A. (Régis Bittencourt). A Sociedade detém ainda o controle da empresa Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (Latina Manutenção), sociedade criada com fim de fiscalização, gerenciamento de obras, sinalização e manutenção de rodovias e que se encontra atualmente em processo de encerramento de atividades operacionais.

Destaques 2021

• **Tráfego Pedagiado**: Crescimento de 9,9% em comparação com 2020, excluindo a Centrovias, encerrada em 03 de junho de 2020, totalizando 671,8 milhões de veículos equivalentes, refletindo especialmente a flexibilização das medidas de isolamento social e retomada da atividade econômica, principalmente nas exportações. Ao compararmos com o ano de 2019, o tráfego também apresentou crescimento, 8,5% em bases comparáveis, demonstrando assim a resiliência do tráfego das rodovias sob gestão da Companhia.

• **Receita de Pedágio**: Totalizou R$ 2,9 bilhões em 2021, aumento de 10,2% em comparação ao ano de 2020.

• **Investimentos:** A Arteris investiu em obras de melhoria, manutenção e expansão um total de R$ 1,8 bilhão em 2021 aumento de 30,4% comparado a 2020, com destaque para as obras realizadas na ViaPaulista e Litoral Sul.

Eventos Relevantes

• 10ª Emissão de Debêntures Simples no Autopista Litoral Sul

Em outubro de 2021, foi concluída a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da concessionária Litoral Sul no valor de R$ 2,0 bilhões. A emissão suporta os investimentos para o Contorno Viário de Florianópolis, a maior obra rodoviária em execução no Brasil, e o equilíbrio da estrutura de capital da concessionária, possibilitando alongamento no prazo de endividamento e redução de custos.

• Pedido de Adesão ao Processo de Relicitação da Autopista Fluminense

Em 18 de maio de 2020, foi protocolado junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT o pedido de adesão ao processo de relicitação da Autopista Fluminense. O empreendimento público federal ao qual se refere esta solicitação é o lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. Após mais de um ano do trâmite do processo administrativo, em 09 de setembro de 2021, a Diretoria da ANTT atestou pela viabilidade técnica e jurídica do requerimento de qualificação no processo de relicitação. Ato subsequente, tal como previsto no Decreto nº 9.957/19, o processo foi remetido para Ministério da Infraestrutura, que, por meio da Portaria nº 1.372, de 17 de novembro de 2021, declarou a compatibilidade do requerimento de relicitação com o escopo da política pública do setor. Ainda em cumprimento ao trâmite previsto, o Ministério da Infraestrutura remeteu o processo ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI), que, em 16 de dezembro de 2021, opinou favoravelmente à relicitação. Cabe esclarecer, no entanto, que os atos já ocorridos, com destaque à atestação da viabilidade técnica e jurídica pela ANTT, declaração de compatibilidade do pedido com a política pública pelo Ministério da Infraestrutura e, mais recentemente, opinião favorável do CPPI quanto à conveniência e à oportunidade da relicitação, não encerram o trâmite do pedido de qualificação feito pela concessionária. De acordo com o estabelecido no Decreto nº 9957/19, para que o procedimento de qualificação para relicitação seja concluído, ainda deverá haver deliberação pelo Presidente da República, e, por fim, assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Durante as negociações com a ANTT, todos os serviços de atendimento aos usuários da BR-101/RJ continuarão a ser prestados e realizados normalmente, reforçando o compromisso da Arteris com a operação das concessões sob sua gestão, assim como o atendimento aos usuários.

Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstração dos Resultados Consolidados *(Em milhares de reais)*

	4T21	4T20	Var% 4T21/4T20	2021	2020	Var% 2021/2020
Receita Operacional Bruta	1.291.009	1.076.050	20,0%	4.548.074	3.854.821	18,0%
Receitas de pedágio	784.813	717.342	9,4%	2.935.650	2.665.122	10,2%
Estaduais	266.916	245.841	8,6%	990.839	1.060.850	-6,6%
Federais	517.897	471.501	9,8%	1.944.811	1.604.272	21,2%
Outras receitas	13.647	11.550	18,2%	53.168	47.814	11,2%
Receitas de obras	492.549	347.158	41,9%	1.559.256	1.141.885	36,6%
Deduções da Receita	-69.114	-63.259	9,3%	-259.484	-229.202	13,2%
Receita Operacional Líquida	1.221.895	1.012.791	20,6%	4.288.590	3.625.619	18,3%
Custos e Despesas	-815.911	-615.223	32,6%	-2.680.622	-2.250.602	19,1%
EBITDA	405.984	397.568	2,1%	1.607.968	1.375.017	16,9%
*Margem EBITDA**	*55,7%*	*59,7%*		*58,9%*	*55,4%*	
Depreciações e Amortizações	-251.980	-244.523	3,0%	-982.589	-951.932	3,2%
Depreciações e amortizações	-251.980	-244.523	3,0%	-982.589	-951.932	3,2%
Resultado Financeiro	-254.059	-167.120	52,0%	-783.222	-482.264	62,4%
Lucro antes dos Efeitos Tributários	-100.055	-14.075	610,9%	-157.843	-59.179	166,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.609	-2.807	-228,6%	-723	10.990	-106,6%
Lucro Líquido do Período	-96.447	-16.882	471,3%	-158.567	-48.189	229,1%

• Tráfego Pedagiado

O tráfego pedagiado registrado em 2021 foi de **671,8 milhões** de veículos equivalentes, o que representa um crescimento de 6,3% em relação à 2020, quando totalizou **632,2 milhões** de veículos. Mesmo com o término do contrato de concessão da Centrovias, em junho de 2020, foi possível observar uma recuperação do tráfego de veículos leves, em linha com a flexibilização das medidas de isolamento do Covid-19. Os veículos pesados, por sua vez, apresentaram maior resiliência durante a pandemia e têm contribuído de forma contínua no crescimento do tráfego, impactado pela retomada da atividade econômica (consumo de varejo e exportações). Em bases comparáveis, excluindo-se a Centrovias da base de apresentação, foi observado crescimento de 9,9% no número de veículos equivalentes em 2020 quando comparado a 2021. Ao compararmos 2021 com o ano de 2019, o tráfego cresceu 8,5%, em bases comparáveis, denotando resiliência do tráfego das rodovias sob gestão da Companhia.

Veículos Equivalentes (Mil)	4T21	4T20	Var% 4T21/3T21	Var% 4T21/4T20	2021	2020	Var% 2021/2020
Estaduais	33.415	33.220	-0,5%	0,6%	128.308	142.478	-9,9%
Autovias	–	–	–	–	–	–	–
Centrovias	–	–	–	–	–	20.992	–
Intervias	16.232	16.237	-1,4%	0,0%	63.004	59.665	5,6%
Vianorte	–	–	–	–	–	–	–
Via Paulista	17.183	16.983	0,4%	1,2%	65.304	61.821	5,6%
Federais	142.522	141.294	2,8%	0,9%	543.528	489.740	11,0%
Planalto Sul	8.184	7.661	1,2%	6,8%	31.421	27.639	13,7%
Fluminense	11.473	11.215	2,5%	2,3%	43.453	39.442	10,2%
Fernão Dias	42.946	43.250	-0,9%	-0,7%	166.665	150.047	11,1%
Régis Bittencourt	41.302	41.533	2,8%	-0,6%	158.719	142.181	11,6%
Litoral Sul	38.616	37.635	7,7%	2,6%	143.271	130.431	9,8%
Total	175.937	174.514	2,2%	0,8%	671.836	632.218	6,3%
Total (excl. Centrovias)	175.937	174.514	2,2%	0,8%	671.836	611.226	9,9%

Veículos Equivalentes (Mil)	4T21	4T20	Var% 4T21/3T21	Var% 4T21/4T20	2021	2020	Var% 2021/2020
Consolidado	175.937	174.514	2,2%	0,8%	671.836	632.218	6,3%
Leves	54.012	53.231	10,5%	1,5%	192.421	185.232	3,9%
Pesados	121.926	121.283	-1,1%	0,5%	479.415	446.986	7,3%

Veículos Equivalentes (Mil) – Excl. Centrovias	4T21	4T20	Var% 4T21/3T21	Var% 4T21/4T20	2021	2020	Var% 2021/2020
Consolidado	175.937	174.514	2,2%	0,8%	671.836	611.226	9,9%
Leves	54.012	53.231	10,5%	1,5%	192.421	178.527	7,8%
Pesados	121.926	121.283	-1,1%	0,5%	479.415	432.699	10,8%

Composição do Tráfego em Veículos Equivalentes

2021: 31% – 69% | 2020: 30% – 70%

Pesados · Leves

• Tarifa Média

A tarifa média consolidada registrada em 2021 foi de R$ 4,37, o que representa um aumento de 3,7% em relação à tarifa média de 2020 de R$ 4,22. Ao excluirmos a Centrovias da base, o aumento seria de 7%. Esse crescimento ocorre em linha com os reajustes contratuais aplicados ao longo de 2021. Nos meses de julho nas concessionárias Régis Bittencourt e Litoral Sul que tiveram reajustes de 3% e 5,1%, respectivamente. Além disso, ao longo de 2020, tivemos um incremento na tarifa aplicada da Litoral Sul de R$1,20, dos quais R$ 0,90 referem-se ao reequilíbrio para cobrir os investimentos necessários (realizados e futuros) na obra do Contorno de Florianópolis, cuja aplicação ocorreu em dezembro de 2020, tendo seu maior impacto, portanto, ao longo do exercício de 2021.

Além disso, o Governo do Estado de São Paulo autorizou o reajuste anual aplicado às tarifas da Intervias em julho de 2021 e da ViaPaulista em novembro de 2021 aplicando a variação acumulada de 12 meses do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) das respectivas datas bases de cada contrato. Para a concessionária Intervias, o reajuste foi de 8,1% no mês de julho, já para a ViaPaulista o reajuste foi de 10,3% no mês de novembro.

• Receita Bruta

Demonstração dos Resultados Consolidados *(Em milhares de reais)*

	4T21	4T20	Var% 4T21/4T20	2021	2020	Var% 2021/2020
Receita Operacional Bruta	1.291.009	1.076.050	20,0%	4.548.074	3.854.821	18,0%
Receitas de pedágio	784.813	717.342	9,4%	2.935.650	2.665.122	10,2%
Estaduais	266.916	245.841	8,6%	990.839	1.060.850	-6,6%
Federais	517.897	471.501	9,8%	1.944.811	1.604.272	21,2%
Outras receitas	13.647	11.550	18,2%	53.168	47.814	11,2%
Receitas de obras	492.549	347.158	41,9%	1.559.256	1.141.885	36,6%
Deduções da Receita	-69.114	-63.259	9,3%	-259.484	-229.202	13,2%
Receita Operacional Líquida	1.221.895	1.012.791	20,6%	4.288.590	3.625.619	18,3%

• Receita de Pedágio

Em 2021, a **receita de pedágio apresentou crescimento de 10,2%** em relação a 2020, justificado pela melhora do tráfego, frente a flexibilização das medidas de isolamento do Covid-19 ao longo do ano, bem como efeito das exportações sobre o tráfego de veículos pesados, além dos reajustes das tarifas de pedágio, principalmente na concessionária Litoral Sul, refletindo o reequilíbrio econômico-financeiro referente aos investimentos no Trecho Sul A do Contorno de Florianópolis.

Excluindo-se o efeito do final da operação de Centrovias, em bases comparáveis, o crescimento da receita teria sido de 17,6% versus o ano anterior.

Composição da Receita de Pedágio

2021: 66% – 34% | 2020: 60% – 40%

Estaduais · Federais

• Receita de Obras

As Receitas de obras totalizaram R$ 1,56 bilhão em 2021, aumento de 36,6% comparado a 2020, quando totalizou R$ 1,14 bilhão. A variação é decorrente, sobretudo, das obras do Contorno de Florianópolis. Vale ressaltar que, as receitas de obras são uma representação contábil e sem efeito caixa nos investimentos da Sociedade – adição de ativos intangíveis – na infraestrutura de suas rodovias, sendo que, atualmente, grande parte está relacionada às concessões federais.

• Outras Receitas

As outras receitas são compostas exclusivamente de receitas acessórias oriundas da exploração e comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas. Em 2021 estas receitas registraram R$ 53,2 milhões, aumento de 11,2% em relação ao exercício anterior, quando foi de R$ 47,8 milhões.

• Custos e Despesas

Os custos e despesas totais da Grupo, que incluem todos os itens não caixa, tais como custos de construção, provisões, depreciações e amortização totalizaram R$ 3,7 bilhões em 2021, ante R$ 3,2 bilhões em 2020. O crescimento de 14,4% reflete, principalmente, o aumento da linha dos Custos dos Serviços de Construção (de R$ 1,1 bilhão em 2020 para R$ 1,6 bilhão em 2021, um acréscimo de 36,6%, refletindo os investimentos realizados no período), os quais são meramente uma representação contábil, tendo sua contrapartida na linha de Receita de Obras, sem efeito no caixa, e sem efeito na margem da Companhia. Já em relação aos custos e despesas que possuem efeito caixa, ou seja, excetuando-se custos de serviço de construção, depreciações e amortizações, provisão para manutenção de rodovias e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos, o total registrado em 2021 foi de R$ 850,4 milhões, crescimento de 12,7% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R$ 754,6 milhões. O crescimento observado decorre principalmente dos reajustes contratuais vinculados a inflação, do aumento do preço dos combustíveis, da energia elétrica e do aumento de emprego de mão de obra temporária em substituição aos colaboradores afastados por Covid-19.

Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*) – Autopista Fluminense

A Companhia testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. A pandemia trouxe reflexos negativos sobre a atividade econômica, bem como observou-se redução de tráfego da rodovia explorada pela concessionária, fortemente agravada pelos aspectos socioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro e da região em que o trecho concedido se encontra, potencializando esta situação de desequilíbrio. Como consequência, uma vez que a Autopista Fluminense segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de uma provisão para desvalorização de ativos, no montante de R$ 27,8 milhões (efeito não caixa), no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, sob a rubrica "Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos".

• EBITDA e EBITDA Ajustado

O resultado operacional do Grupo, representado pelo **EBITDA**, totalizou R$ 1,6 bilhão em 2021, aumento de 16,9% em relação a 2020 quando totalizou R$ 1,4 bilhão. Já o **EBITDA Ajustado**, que expurga o efeito da provisão de manutenção, bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (impairment), uma vez que ambas não têm efeito caixa, registrou crescimento de 8,7% totalizando R$ 1,9 bilhão, ante R$ 1,7 bilhão em 2020. As variações tanto do EBITDA quanto do EBITDA Ajustado decorrem da recuperação do tráfego nas rodovias e dos reajustes tarifários mencionados acima.

EBITDA *(Em milhares de reais)*	4T21	4T20	Var% 4T21/4T20	2021	2020	Var% 2021/2020
Receita Operacional Líquida	1.221.895	1.012.791	20,6%	4.288.590	3.625.619	18,3%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	-815.911	-615.223	32,6%	-2.680.622	-2.250.602	19,1%
EBITDA [1]	405.984	397.568	2,1%	1.607.968	1.375.017	16,9%
*Margem EBITDA**	*55,7%*	*59,7%*	-4,1 p.p.	*58,9%*	*55,4%*	3,6 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	64.927	62.034	4,7%	243.096	354.091	-31,3%
(+)Provisão para Redução ao Valor Recuperável	27.826	–	–	27.826	–	–
EBITDA Ajustado [2]	498.737	459.602	8,5%	1.878.890	1.729.108	8,7%
*Margem EBITDA Ajustada**	*68,4%*	*69,0%*	-0,7 p.p.	*68,8%*	*69,6%*	-0,8 p.p.

[1] EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Sociedades.

[2] Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01), bem como os ajustes realizados para refletir a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Sociedade entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que ambas as provisões são significativas e que não possuem efeito caixa.

• Resultado Financeiro

O Grupo registrou um resultado financeiro líquido negativo de R$ 783,2 milhões, o que representa um aumento de 62,4% em relação a 2020, quando havia registrado resultado negativo de R$ 482,3 milhões. Este resultado é proveniente, da combinação dos seguintes fatores:

• As receitas financeiras totalizaram R$ 69,6 milhões em 2021 ante R$ 60,4 milhões em 2020, o que representou um aumento 15,2% em função do aumento na rentabilidade das aplicações financeiras no período, devido ao aumento no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do maior saldo médio de caixa.

• As despesas financeiras, incluindo variação cambial, operações de swap e marcação a mercado dos instrumentos financeiros, totalizaram R$ 852,8 milhões, crescimento de 57,1% em relação à 2020, quando totalizaram R$ 542,7 milhões. Esse efeito é decorrente de um maior saldo médio de dívida e do impacto do aumento dos índices de IPCA, correspondente a 54,3% da dívida, e do CDI, correspondente a 35,8% do total.

• Resultado Líquido

O Grupo registrou prejuízo líquido consolidado de R$ 158,6 milhões, ante o prejuízo líquido de R$ 48,2 milhões registrado em 2020. Mesmo com o aumento das receitas de pedágio refletindo a resiliência do bom desempenho do tráfego e os reajustes tarifários, e o aumento dos custos e despesas gerenciáveis e recorrentes em linha com a inflação, os fatores mais relevantes que levaram a esse resultado negativo foram o efeito de juros e inflação sobre as dívidas, acarretando maiores encargos financeiros, e o registro de provisão para ajuste a valor recuperável dos intangíveis da concessionária Fluminense.

• Endividamento

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida líquida da Sociedade totalizou R$ 8,0 bilhões, um aumento de 10,5% em relação à 2020, quando registrou R$ 7,2 bilhões. É importante ressaltar que o perfil do endividamento é constantemente otimizado e alongado, passando a sua composição a ser majoritariamente de vencimentos no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2021, o nível de alavancagem medido pelo EBITDA Ajustado foi de 4,26x, contra 4,19x medido em 31 de dezembro de 2020.

Endividamento *(Em milhares de reais)*	31/12/2021	31/12/2020	Var%
Dívida Bruta	10.021.484	8.280.171	21,0%
Curto Prazo	1.029.132	1.298.068	-20,7%
Longo Prazo	8.992.352	6.982.103	28,8%
Posição de Caixa	2.021.349	1.040.729	94,2%
Caixa e equivalentes de caixa	1.724.488	865.352	99,3%
Aplicações financeiras vinculadas [1]	296.861	175.377	69,3%
Ajuste de posição derivativos	–	226	–
Dívida Líquida	8.000.135	7.239.216	10,5%

[1] Curto e longo prazos

Os principais movimentos relacionados ao endividamento bruto estão detalhados a seguir:

Financiamento de Projeto

A Arteris dispõe de acesso e recursos de longo prazo concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das suas controladas. Essas linhas de financiamento de longo prazo, garantem os recursos necessários para a implantação das principais obras contratuais, e são disponibilizadas pari-passu à execução física das obras. Em 31 de dezembro de 2021, 4 controladas da Sociedade contam com linhas de financiamento (ViaPaulista, Planalto Sul, Fluminense e Fernão Dias). Até 31 de dezembro de 2021, já havia sido disponibilizado pelo BNDES um montante de R$ 6,5 bilhões referente à essas linhas de crédito, restando um saldo a utilizar de R$ 2,7 bilhões.

Mercado de Capitais:

Intervias: Em maio de 2021 foi realizada a 8ª emissão de debêntures simples, em série única, no valor total de R$ 500 milhões ao custo de CDI+1,66% a.a. e vencimento em maio de 2022.

Litoral Sul: Em março de 2021 foi realizada a 9ª emissão de debêntures simples, em série única, no valor total de R$ 550 milhões ao custo de CDI+1,62% a.a. e vencimento em setembro de 2022. Em outubro de 2021 foi realizada a 10ª emissão de debêntures simples, em duas séries, no valor total de R$ 2,0 bilhões, **sendo:**

• 1ª serie com custo de IPCA+5,85% a.a. e vencimento em outubro de 2031.

• 2ª serie com custo de CDI+1,55% a.a. e vencimento em outubro de 2028.

Outros Financiamentos:

Arteris: em 29 de março de 2021, foi realizado um empréstimo modalidade 4131 no montante de US$ 50 milhões, ao custo de CDI+1,25% a.a. e vencimento em 29 de março de 2022.

Endividamento Bruto:

Perfil da Dívida Bruta (%)

3,0% · 19,7% · 77,3% — BNDES · Debêntures · Outros

9,8% · 54,3% · 35,8% — TJLP · CDI · IPCA

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida bruta consolidada da Sociedade (empréstimos, financiamentos e valores mobiliários) totalizava R$ 10,0 bilhões, sendo que deste montante 35,8% correspondem a contratos atrelados ao CDI, 54,3% a contratos atrelados ao IPCA e 9,8% correspondem a contratos indexados a TJLP.

Investimentos Realizados

Considerando todas as intervenções de melhoria e manutenção, o Grupo realizou investimentos no valor de R$ 1,8 bilhão, crescimento de 30,4% em relação ao ano de 2020 quando realizou R$ 1,4 bilhão. Deste total, 77,5% foram executados nas concessionárias federais. A seguir o detalhamento das intervenções mais relevantes:

• CAPEX

As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos do Grupo foram destinados, são as seguintes:

Autopista Fluminense: Ao longo do exercício, a Concessionária concluiu as importantes obras de Passagens de Fauna Subterrânea – 2 unidades e Passagens de Fauna Sob Ponte – 9 unidades localizadas ao longo da Rodovia. Outras melhorias foram executadas na rodovia no ano de 2021, como a conclusão da Recuperação de 04 Obras de Arte Especiais localizadas nos km 214,2, km 226+61, km 225,05 e km 242,65, conclusão das Obras do Trevo km 243+500 e a conclusão de mais de 30 pontos de Sinistros ao longo da Rodovia além do andamento dos serviços do Trevo localizado no km 236+700 com previsão para conclusão em 2022.

Autopista Fernão Dias: A concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras para 2021. Outras melhorias estão sendo executadas na rodovia no ano de 2021 como andamento das obras de Rua Lateral localizada no km 1+500 ao km 3+500, localizada no município de Betim/MG, além da conclusão de mais de 30 pontos de Sinistros ao longo da Rodovia.

Autopista Régis Bittencourt: A concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais. Outras melhorias foram executadas na rodovia no ano de 2021, como a conclusão de 2 pontos de Sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/SC).

Autopista Planalto Sul: Durante o ano, foi concluída a recuperação de 4 pontos de Sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/SC).

Autopista Litoral Sul: O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014. Atualmente estão em andamento as obras nos Trechos Norte, Intermediário e Sul. Os Trecho Norte e Trecho Intermediário contendo 4 trevos em desnível, sendo que o Trevo do km 193+400 e km 204+200 está em andamento e o km 215+380 encontra-se concluído, 13 passagens de nível sendo que destas 8 estão em andamento e 4 estão concluídas, somando-se a isto o Túnel 4 no km 207. Os seguimentos do Trecho Sul A e B encontram-se em obras sendo iniciadas as obras dos túneis 1, 2 e 3, os seguimentos de tronco Sul A e Sul B, com extensão de 8,02km e 5,01km respectivamente, bem como as intersecções da BR-282 e 101, 07, passagens de nível e um viaduto no km 225+163. Em 2021, a Concessionária concluiu a Ampliação de Capacidade na Grande Florianópolis entre os km 215 e 200 na pista norte e a implantação da Rua Lateral 136N com a conclusão da Obra de Arte Especial sobre o Rio Camboriú km 136. Concluiu também o Alargamento, Reforma e Reforço de 02 Obras de Arte Especiais, sobre o Rio Itapocu km 080 e Viaduto Linha Férrea. Além de 03 outras obras em andamento, Passarela km 007 e Obras de Artes Especiais sobre o Rio Marum km 211 e Rio Passa Vinte km 214, ambas na pista norte. Além da recuperação de 13 pontos de Sinistros ao longo da Rodovia.

ViaPaulista: Em 2021 foram concluídas as obras de Duplicação SP-255 km 137-147 contendo 2 dispositivos, 2 pontes e conclusão do ADC (Área de descanso de caminheiros) km 136. Também foram iniciadas as Duplicações na SP-255 no km 48 ao 77 contendo 2 dispositivos de acesso e km 155+770 ao 170+500 contendo 1 remodelação de dispositivo no km 156 e implantação de 2 novos dispositivos nos km 162+250 e 167+610. Outras melhorias foram executadas na rodovia no ano de 2021, como o início dos serviços de Adequações de Passarelas localizados na SPA307/330 km 001+700, SPA 348/334 km 002+700, SP 328 km 294 e SPA 074/255 km 003+900. Além da conclusão de mais de 3 pontos de Sinistros ao longo da Rodovia.

• Manutenção das Rodovias

No ano de 2021, as manutenções realizadas pelas controladas nas rodovias totalizaram R$ 299,7 milhões.

Valor Adicionado

A Arteris gerou em 2021, em termos consolidados, valor adicionado de R$ 1,4 bilhão. Esse valor é resultante das receitas oriundas da prestação de serviços (R$ 4,7 bilhões), menos custos relativos à concessão e construção, materiais e bens de consumo, serviços de terceiros e depreciação e amortização (R$ 2,4 bilhões), mais dividendos, juros capitalizados e outras receitas financeiras (R$ 52,9 milhões).

Distribuição do Valor Adicionado

Prejuízo -10,2% · Pessoal e encargos 21,3% · Impostos, taxas e contribuições 20,7% · Despesas financeiras, aluguéis e outros 68,2%

Dividendos

Os acionistas têm direito a receber, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Para o exercício de 2021 não será deliberado dividendos mínimos, uma vez que o Grupo apresentou prejuízo no exercício.

Profissionais

A Arteris conta com 4.425 profissionais em seu quadro de pessoal, composto 46% por profissionais do sexo feminino e 54% por profissionais do sexo masculino. Deste total 61,6% estão alocados nas concessionárias federais, 26,2% nas estaduais, 1,8% na construtora do grupo e o restante, ou 10,4% em sua *holding*.

Sustentabilidade

Na Arteris as decisões estratégicas levam em consideração aspectos de sustentabilidade e têm relação direta com a valorização e a preservação da vida e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua. Analisar os impactos reais e potenciais de suas atividades e promover a gestão orientada para a geração de valor compartilhado está no cerne da atuação da empresa. Em 2021, as diretrizes para essa atuação foram fortalecidas com a estruturação do planejamento estratégico de sustentabilidade e a criação da Agenda ESG (sigla em inglês para as dimensões Ambiental, Social e Governança) da Arteris, alinhada à cultura e à já consolidada agenda robusta de seus acionistas. Base do plano estratégico da companhia, a Agenda ESG está estruturada na especificação de iniciativas, indicadores e metas, divididas em graus de maturidade e organizada nas seguintes frentes: redução da pegada de carbono, eficiência energética e economia circular, igualdade e equidade de oportunidades, segurança viária, segurança do trabalho, segurança cibernética, direitos humanos e transparência com foco na cadeia de fornecimento. Na busca pela descarbonização, uma prioridade da Agenda ESG da Arteris em linha com seus acionistas, a empresa vem empenhando esforços em estudos e projetos piloto para reduzir as emissões atmosféricas decorrentes de suas operações, com foco também em eficiência energética e economia circular. Algumas ações já vêm sendo realizadas nesta frente e se intensificaram em 2021, como a substituição de lâmpadas tradicionais por luminárias LED em todas as concessionárias do grupo, a instalação de painéis de energia solar em algumas praças de pedágio, e a utilização de asfalto reciclado e asfalto borracha na restauração de pavimento de parte das rodovias. Esse amadurecimento reflete o compromisso da Arteris com iniciativas públicas como o Pacto Global, consolidando sua estratégia em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU); e a Década de Ação para a Segurança no Trânsito, também da ONU, que prevê redução de 50% das fatalidades no trânsito em 10 anos – meta superada em 2020 pela companhia e renovada para a próxima década. Em 2021, esse compromisso se fortaleceu com a adesão ao Programa na Mão Certa, por meio da assinatura do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, coordenado pela Childhood Brasil. E ainda, procurando preservar um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders, toda as empresas do Grupo Arteris alcançaram um importante marco em 2021 com a conquista do Selo Pró-Ética, iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU) que reconhece publicamente as empresas comprometidas com a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude. O selo chancela a efetividade do Programa de Integridade da companhia, que reúne medidas para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade os riscos de não conformidade, com diretrizes expressas em documentos como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta. Esses compromissos, transformados em diversas ações de engajamento, alcançaram em 2021 mais de 4,4 mil colaboradores da Arteris, 55,4 mil usuários das rodovias e mais de 14 mil seguidores das redes sociais da Arteris no período. Em um cenário ainda desafiado pela pandemia da Covid-19, a Arteris continuou a atuar para contribuir com o funcionamento das principais cidades do País, priorizando a segurança em suas operações, perseguindo o índice "zero" de fatalidades em decorrência de acidentes por meio das diversas frentes de ação, entre elas: programas de educação e conscientização no trânsito como o Projeto Escola Arteris, Viva Meio Ambiente e Programa Viva, parcerias em campanhas de fiscalização e investimentos em obras e manutenção. Nesta frente, destaca-se a inauguração de 15,6 quilômetros no sentido norte da terceira faixa da Litoral Sul (BR-101), entre os municípios catarinenses de Biguaçu e Palhoça, uma região de tráfego intenso e sensível a acidentes que, em janeiro de 2022, um mês após a entrega completa da obra, já registrou queda de 51% no número de acidentes. Destaca-se também a entrega da nova ponte sobre o Rio Camboriú (km 135/marginal norte da BR-101/SC), em junho de 2021, que possibilita a ligação entre duas importantes regiões da cidade (bairros Barra e Centro) por meio da via marginal – sem a necessidade de trânsito pela pista principal da rodovia, contribuindo para a trafegabilidade, e, consequentemente, para a segurança viária da região. Nos primeiros 6 meses, houve uma redução de 43% no número de acidentes do tipo engarrafamento e colisão traseira. Por fim, ressaltamos as 3 áreas de escape que foram construídas pelas concessionárias Arteris Litoral Sul e Arteris Régis Bittencourt e atuam como recurso de segurança para situações como essa. Desde 2011, já foram utilizadas 451 vezes com 673 vidas salvas. Na base da construção do futuro da Arteris estão as pessoas. O compromisso com a segurança, que se renova todos os dias dentro da empresa, se apoia em um conjunto de princípios e ferramentas consolidadas com foco na melhoria contínua das condições de trabalho e promoção da cultura da segurança entre colaboradores e terceiros, com o total engajamento da alta liderança. Dentre diversas ações, destaca-se o Programa Caminho Seguro, que em seu segundo

continua ...

arteris Fernão Dias · arteris Fluminense · arteris Litoral Sul · arteris Planalto Sul · arteris Régis Bittencourt · arteris Intervias · arteris ViaPaulista

arteris
A vida em movimento

Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

... continuação do Relatório da Administração

ano de implantação, forneceu em 2021 mais de 20 mil horas de treinamento e 40 iniciativas para práticas comportamentais que salvam vidas, contribuindo diretamente na redução em 27% do índice de acidentes de trabalho com afastamento (comparando com 2020). Em paralelo, a gestão do capital humano também investe no desenvolvimento de programas que suportem a estratégia da companhia, priorizando aspectos como o bem-estar e o desenvolvimento dos colaboradores, a atração e a retenção de talentos e a igualdade e equidade de oportunidades. Este último aspecto, ainda desafiador para muitas empresas, ganha mais foco com a Agenda ESG na implantação de uma pauta direcionada à diversidade, equidade e inclusão. Em 2021, a Arteris avançou com a aprovação do Plano de Previdência Privada, que será implantado ao longo de 2022, com uma estrutura moderna e flexível, trazendo aos seus colaboradores um benefício de longo prazo e reforçando a estratégia para a longevidade do negócio. Em 2022, a companhia segue na consolidação dos estudos e iniciativas, buscando a evolução dos indicadores e o avanço da sua Agenda ESG.

Informações divulgadas pela Abertis
As demonstrações contábeis e operacionais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Sociedade, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes en Brasil S.A., sociedade controladora de 82,3% da Arteris. A evolução de tráfego das concessionarias da Sociedade medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego, representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

Considerações Finais
Relacionamento com Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, a Sociedade informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Sociedade busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Sociedade.

Declaração da Diretoria
A Diretoria da Arteris S.A. declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.
A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	43.565	85.958	1.304.901	784.074
Aplicações financeiras	5	20.040	13.982	419.587	81.278
Contas a receber	6	–	–	183.385	151.154
Contas a receber – partes relacionadas	16	23.601	30.044	65	233
Instrumento financeiro derivativo		–	226	–	226
Estoques		–	–	–	1.895
Despesas antecipadas		886	723	16.374	11.724
Impostos a recuperar	7	42.119	41.002	65.090	83.964
Antecipação de IR e CS sobre lucros		–	146	313	9.597
Adiantamentos a fornecedor		4	4	1.409	1.371
Juros sobre capital próprio a receber	16	66.571	34.855	–	–
Dividendos a receber	16	25.378	2.992	–	–
Aplicações financeiras vinculadas	9	–	–	14.710	–
Outros créditos		360	323	8.187	12.200
Total dos ativos circulantes		222.524	210.255	2.014.021	1.137.716
Não Circulantes					
Aplicações financeiras vinculadas	9	59.289	59.257	282.151	175.377
Impostos a recuperar	7	43.589	37.077	117.417	72.275
Contas a receber – partes relacionadas	16	2.761.350	2.484.575	–	–
Despesas antecipadas		1	7	17.767	17.333
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	888.268	780.561
Depósitos judiciais	20	8.341	8.463	96.832	102.849
Outras contas a receber	6	–	–	9.425	8.366
Realizável a longo prazo		2.872.570	2.589.379	1.411.860	1.156.761
Investimentos em controladas e coligadas	10	6.769.320	6.922.948	19	19
Direito de uso	12	39.473	39.475	159.137	169.858
Imobilizado	11	10.910	12.825	44.949	51.030
Intangível em operação	13	26.740	28.640	11.486.806	11.306.615
Infraestrutura em construção	13	19.991	7.358	3.008.913	2.348.480
		6.866.434	7.011.246	14.699.824	13.876.002
Total do Ativo		9.961.528	9.810.880	18.125.705	16.170.479

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	–	–	289.209	541.355
Empréstimos moeda estrangeira	14	279.605	521.282	279.605	521.282
Instrumento financeiro derivativo		12.536	24.564	12.536	24.564
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	16	–	650.928	–	–
Debêntures	15	31.714	8.926	447.782	210.867
Risco sacado		–	–	10.778	10.177
Fornecedores		7.853	1.986	162.911	131.770
Arrendamento mercantil a pagar	17	2.698	617	30.255	30.122
Obrigações sociais		27.409	22.909	79.289	70.982
Obrigações fiscais		4.865	30.739	53.798	64.122
IR e CS sobre lucros a pagar		–	–	19.209	29.010
Contas a pagar – partes relacionadas	16	19	77	–	–
Cauções contratuais		–	–	95.997	90.901
Taxa de fiscalização		–	–	6.225	5.787
Credores pela concessão	19	–	–	2.368	2.067
Provisão para manutenção em rodovias	20	–	–	218.822	285.884
Provisão para investimentos em rodovias	20	–	–	95.321	80.664
Outras contas a pagar		14.528	9.397	123.916	41.285
Total dos passivos circulantes		381.227	1.271.425	1.928.021	2.140.839
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	–	–	1.685.117	2.135.931
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	16	1.336.040	492.079	–	–
Debêntures	15	1.693.967	1.624.094	7.307.235	4.846.172
Arrendamento mercantil a pagar	17	39.042	39.696	136.130	142.184
Obrigações fiscais		40.266	1.633	88.962	43.947
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	20	–	–	115.072	113.688
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	3.709	4.525
Provisão para manutenção em rodovias	20	–	–	263.504	236.584
Provisão para investimentos em rodovias	20	–	–	126.969	124.656
Outras contas a pagar		6.600	9.000	6.600	9.000
Total dos passivos não circulantes		3.115.915	2.166.502	9.733.298	7.656.687
Total do passivo		3.497.142	3.437.927	11.661.319	9.797.526
Patrimônio Líquido					
Capital Social		5.353.848	5.103.848	5.353.848	5.103.848
Reservas de lucros		1.291.376	1.339.565	1.291.376	1.339.565
Prejuízos acumulados		(158.567)	(48.189)	(158.567)	(48.189)
Ajuste do patrimônio líquido – variação Cambial no capital		(22.271)	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido		6.464.386	6.372.953	6.464.386	6.372.953
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		9.961.528	9.810.880	18.125.705	16.170.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individual para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Retenção de lucros	Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido individual
Saldos em 31 de dezembro de 2019		5.103.848	155.225	1.184.340	(22.271)	–	6.421.142
Prejuízo líquido do exercício	21	–	–	–	–	(48.189)	(48.189)
Destinação:							
Absorção de prejuízos com reserva de retenção de lucros	21	–	–	(48.189)	–	48.189	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.103.848	155.225	1.136.151	(22.271)	–	6.372.953
Prejuízo líquido do exercício	21	–	–	–	–	(158.567)	(158.567)
Destinação:							
Aumento de capital	21	250.000	–	–	–	–	250.000
Absorção de prejuízos com reserva de retenção de lucros	21	–	–	(158.567)	–	(158.567)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.353.848	155.225	977.584	(22.271)	–	6.464.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Retenção de lucros	Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019		5.103.848	155.225	1.184.340	(22.271)	–	6.421.142
Prejuízo líquido do exercício	21	–	–	–	–	(48.189)	(48.189)
Destinação:							
Absorção de prejuízos com reserva de retenção de lucros	21	–	–	(48.189)	–	48.189	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.103.848	155.225	1.136.151	(22.271)	–	6.372.953
Prejuízo líquido do exercício	21	–	–	–	–	(158.567)	(158.567)
Destinação:							
Aumento de capital	21	250.000	–	–	–	–	250.000
Absorção de prejuízos com reserva de retenção de lucros	21	–	–	(158.567)	–	(158.567)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.353.848	155.225	977.584	(22.271)	–	6.464.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Prejuízo líquido do exercício		(158.567)	(48.189)	(158.567)	(48.189)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	23	17.067	17.714	982.589	951.932
Amortização de ágio em investimentos	10 e 12	–	–	–	–
Baixa de ativos permanentes	12	5	2.453	11.177	11.809
Baixa de ativos por direito de uso		240	–	127	29.444
Redução ao Valor Recuperável		–	–	27.826	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	–	(108.523)	(135.855)
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão		–	–	–	3
Receita com aplicações financeiras vinculadas		–	–	(9.291)	(2.248)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	16	(73.363)	(39.815)	(35.295)	(36.625)
Juros e variações monetárias de empréstimos	14	32.207	75.584	214.797	234.011
Juros e variações monetárias de debêntures	14	169.588	94.277	566.608	315.641
Perda/(ganho) operação Swap	28	(10.527)	(51.839)	(10.527)	(51.839)
Despesa/(receitas) financeira dos ajustes a valor presente	24	4.296	2.367	47.237	39.585
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	20	–	–	24.440	25.611
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	20	–	–	8.133	2.553
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	20	–	–	243.096	354.091
Equivalência patrimonial		133	(11.470)	–	–
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber		–	–	(33.225)	11.294
Contas a receber – partes relacionadas		5.612	(20.936)	168	(91)
Estoques		–	–	1.895	8.221
Despesas antecipadas		(157)	149	(5.084)	12.317
Impostos a recuperar		1.511	5.717	(11.365)	(19.047)
Outros créditos		(37)	(181)	4.013	59
Depósitos judiciais		122	(2.396)	8.356	(2.153)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		5.266	(1.097)	(47.594)	(47.001)
Fornecedores – partes relacionadas		(58)	37	13.200	16.439
Cauções contratuais de fornecedores		–	–	(2.440)	(3.405)
Obrigações sociais		4.500	386	8.307	(5.655)
Obrigações fiscais		22.850	3.614	76.838	107.873
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(90)	(111.261)	(137.895)
Credores pela concessão		–	–	301	(520)
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais		–	–	(31.189)	(23.513)
Taxa de Fiscalização		–	–	438	155
Custo de transação – empréstimo		2.006	(16.217)	(65.258)	(17.720)
Pagamento de juros		–	–	(419.496)	(282.450)
Outras contas a pagar		2.731	5.634	80.231	(21.984)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		25.425	15.702	1.270.662	1.284.848
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisições de itens do ativo imobilizado	12	(592)	(1.676)	(8.149)	(10.934)
Aquisições de itens do intangível	13	(21.736)	(12.113)	(1.799.396)	(1.374.699)
Aplicação financeira vinculada	9	(32)	(59.257)	(344.505)	(121.777)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	9	–	–	227.241	57.531
Adições aos investimentos	10	71.450	147.453	–	–
Recebimento de juros sobre o capital próprio		16.805	26.985	–	–
Recebimento de dividendos		2.574	171.987	–	–
Aplicação Financeira	5	(6.058)	(10.743)	(338.309)	118.944
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		62.411	262.636	(2.263.118)	(1.330.935)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Empréstimos e financiamentos:					
Captação risco sacado	14	–	–	106.032	67.306
Pagamento risco sacado	14	–	–	(105.403)	(63.407)
Pagamento arrendamento mercantil	14	(6.616)	(5.280)	(42.775)	(75.352)
Captações de empréstimos	14	–	–	90.000	563.834
Pagamento empréstimos – principal	14	–	–	(884.833)	(138.217)
Captações de empréstimos moeda estrangeira	14	285.210	534.570	285.210	534.570
Pagamento empréstimos moeda estrangeira – principal	14	(552.385)	(278.570)	(552.385)	(278.570)
Pagamento empréstimos moeda estrangeira – juros		(5.857)	(11.810)	–	–
Instrumento financeiro derivativo – recebimento	28	26.243	93.852	26.243	93.852
Instrumento financeiro derivativo – pagamento	28	(27.518)	(3.858)	(27.518)	(3.858)
Liberação de empréstimos empresas ligadas	16	(343.246)	(411.200)	–	–
Recebimento empréstimos empresas ligadas – principal	16	137.154	–	–	–
Recebimento empréstimos empresas ligadas – juros	16	58.923	–	–	–
Captações de empréstimos empresas ligadas	16	360.000	–	–	–
Pagamentos empréstimo empresas ligadas – principal	16	(215.198)	(295)	–	–
Pagamentos empréstimo empresas ligadas – juros	16	(18.006)	(27.825)	–	–
Emissão de debêntures	15	–	1.454.000	3.050.000	1.454.000
Pagamentos debêntures – principal	15	–	(1.457.079)	(681.288)	(1.694.053)
Pagamentos debêntures – juros	15	(78.933)	(83.730)	–	–
Pagamento de credores pela concessão	19	–	–	–	(800)
Aumento de Capital	21	250.000	–	250.000	–
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(130.229)	(197.225)	1.513.283	459.305
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(42.393)	81.113	520.827	413.218
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		85.958	4.845	784.074	370.856
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		43.565	85.958	1.304.901	784.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 *(Em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo exercício líquido do período por ação básico e diluído)*

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita Operacional Líquida	23	–	–	4.288.589	3.625.619
Custo dos Serviços Prestados	24	–	–	(3.439.950)	(3.066.562)
Lucro Bruto		–	–	848.639	559.057
(Despesas) Receitas Operacionais					
Gerais e administrativas	24	(22.639)	(13.770)	(207.460)	(199.785)
Tributárias		–	–	2	–
Provisão para Redução ao Valor Recuperável		–	–	(27.826)	–
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	22	1.206	36.575	12.023	63.813
Equivalência patrimonial	10	(133)	11.470	–	–
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		(21.566)	34.275	625.378	423.085
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	24	159.413	97.399	69.576	60.405
Despesas financeiras	24	(280.055)	(168.409)	(836.133)	(530.612)
Variação cambial, líquida	24	(26.886)	(63.293)	(27.192)	(63.896)
Operações de swap líquidas	24	5.374	58.261	5.374	58.261
Ajuste de valor de mercado de derivativos líquidos	24	5.153	(6.422)	5.153	(6.422)
		(137.001)	(82.464)	(783.222)	(482.264)
Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(158.567)	(48.189)	(157.844)	(59.179)
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	8	–	–	(109.246)	(124.865)
Diferidos	8	–	–	108.523	135.855
Prejuízo Líquido do Exercício		(158.567)	(48.189)	(158.567)	(48.189)
Prejuízo por Ação Básico e Diluído – R$	26	(0,2144)	(0,0659)	(0,2144)	(0,0659)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais – R$)*

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Prejuízo Líquido do Exercício	(158.567)	(48.189)	(158.567)	(48.189)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	(158.567)	(48.189)	(158.567)	(48.189)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Valores Adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receitas					
Prestação de serviços	22	–	–	2.935.650	2.665.122
Receita dos serviços de construção	22	–	–	1.559.256	1.141.885
Outras receitas		1.306	38.411	65.191	111.627
Juros capitalizados		–	–	186.134	95.286
		1.306	38.411	4.746.231	4.013.920
Insumos Adquiridos de Terceiros	23				
Custo dos serviços prestados	23	–	–	(283.321)	(284.725)
Custo dos serviços de construção		–	–	(1.559.256)	(1.141.885)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.547)	1.229	(127.528)	(124.251)
Redução ao valor recuperável		–	–	(27.826)	–
Custo da concessão		–	–	(117.214)	(116.733)
Custos de provisão de manutenção em rodovias		–	–	(243.096)	(354.091)
Outros		(23)	(123)	(41.018)	(38.347)
		(4.570)	1.106	(2.399.259)	(2.060.032)
Valor Adicionado Bruto		(3.264)	39.517	2.346.972	1.953.888
Depreciações e Amortizações		(17.067)	(17.714)	(982.585)	(951.932)
Valor Adicionado Líquido Produzido (Retido)		(20.331)	21.803	1.364.387	1.001.956
Valor Adicionado Recebido em Transferência	10				
Resultado de equivalência patrimonial	24	(133)	11.470	–	–
Receitas financeiras		169.940	155.660	80.103	118.666
Outros		(26.886)	(63.293)	(27.192)	(63.896)
		142.921	103.837	52.911	54.770
Valor Adicionado Total a Distribuir		122.590	125.640	1.417.298	1.056.726
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal e encargos:					
Remuneração direta		965	(2.754)	226.513	189.083
Benefícios		35	(99)	51.863	48.831
FGTS		13	12	13.749	13.517
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais (incluindo IOF)		14.020	7.101	127.063	90.187
Estaduais		–	–	21	29
Municipais		–	–	148.327	135.252
Outros		–	–	–	1
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		174.972	106.698	754.582	486.487
Juros capitalizados BNDES		–	–	72.510	46.795
Juros capitalizados Debentures		–	–	78.329	11.866
Aluguéis		(10)	3	3.405	2.481
Outras		11.796	13.025	99.503	80.386
Remuneração de capitais próprios:					
Juros – Debêntures privadas e mútuos		79.366	49.843	(35.295)	(36.625)
Juros capitalizados sobre Mútuos		–	–	35.295	36.625
Integralização de Capital					
Prejuízo do período		(158.567)	(48.189)	(158.567)	(48.189)
		122.590	125.640	1.417.298	1.056.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua ...

arteris

arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto Operacional

A Arteris S.A. ("Sociedade ou Controladora") é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 – 12º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Arteris S.A. é uma empresa brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos são (i) a *holding* não financeira espanhola Partícipes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC. e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividaddes de Construccion y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. As demonstrações contábeis da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao exercício de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2021 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais: • Exploração direta, indireta e/ou por meio de consórcios e/ou por meio de participações em outras sociedades, de negócios relativos a obras, serviços públicos e/ou operação e manutenção de infraestrutura em geral através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando, a parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões; • Realização de estudos, consultoria e assistência técnica relacionadas às atividades descritas no item acima. • Locação e administração de bens, móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros; e • Participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. Relação de entidades controladas: As demonstrações contábeis consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas, em que a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante, e estão apresentadas a seguir:

Controlada	31/12/2021		31/12/2020	
	Participação Indireta	Participação Direta	Participação Indireta	Participação Direta
Autovias S.A.	–	100%	–	100%
Centrovias Sistema Rodoviários S.A.	–	100%	–	100%
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista – Intervias S.A.	49%	51%	49%	51%
Vianorte S.A.	–	100%	–	100%
ViaPaulista S.A.	–	100%	–	100%
Autopista Planalto Sul S.A.	–	100%	–	100%
Autopista Fluminense S.A.	–	100%	–	100%
Autopista Fernão Dias S.A.	–	100%	–	100%
Autopista Régis Bittencourt S.A.	–	100%	–	100%
Autopista Litoral Sul S.A.	–	100%	–	100%
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	–	100%	–	100%
Arteris Participações S.A. (b)	–	100%	–	100%

(a) A Latina Manutenção de Rodovias Ltda. ("Latina Manutenção"), constituída em 2005, é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade. (b) A Arteris Participações S.A., constituída em 2015, domiciliada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510 – 12º andar, tem por objetivo a participação em outras sociedades simples ou empresárias como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. A Arteris S.A. transferiu para a Arteris Participações 49% da participação que possui na Intervias. O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, os principais compromissos e outras informações estão divulgadas na nota explicativa nº 2.

2 Concessões

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de dezembro de 2021, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais. **Concessionárias estaduais: Autovias S.A. ("Autovias")** A Autovias S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 23 de julho de 1998, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A.. No dia 03 de julho de 2019, às 24 horas, a Autovias realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 10 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 03/2016. No entanto, a Autovias continuará com as tratativas junto à Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER com objetivo de verificação e aprovação das condições de devolução e assim viabilizar a assinatura do Termos Definitivo de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão. Desde o dia 03 de julho de 2019 quando o contrato de concessão encerrou, a Autovias deixou de operar as rodovias, entrando em um processo de dormência. **Centrovias Sistema Rodoviários S.A. ("Centrovias")** A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Constituída em 27 de maio de 1998, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A. No dia 3 de junho de 2020, às 24 horas, a Centrovias realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 08 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 01/2019. No entanto, a Centrovias continuará com as tratativas junto à Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER para formalização do encerramento do contrato de concessão. Esse período tem por objetivo a verificação e aprovação das condições de devolução para viabilizar a assinatura dos Termos Provisórios e Definitivos de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão. Esse período também objetiva a obtenção de resposta a pleitos referentes a desequilíbrios contratuais ainda não reconhecidos pela ARTESP. Tais desequilíbrios se aceitos, terão contrapartida financeira por parte do poder concedente. Desde o dia 3 de junho de 2020, quando o contrato de concessão encerrou, a Centrovias deixou de operar as rodovias, entrando em um período de dormência. **Concessionária de Rodovias do Interior Paulista – Intervias S.A. ("Intervias")** A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista – Intervias S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A.. A Intervias iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime o de concessão, pelo prazo original de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 – Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 – Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 – Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 – Rodovia Wilson Finardi; SP215 – Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 – Rodovia Anhanguera e SP352 – Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028. A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos. Conforme determinado pelo TAM acima mencionado, de nº 14/06, em sua Cláusula Terceira, os investimentos necessários à manutenção dos níveis de serviço e os novos investimentos além dos previstos no edital de licitação original, necessários para o período de 95 meses adicionado ao contrato de concessão, deverão ser estabelecidos em forma e critério a serem descritos em instrumento convocatório a ser emitido pela agência reguladora, quando da tratativa desta sobre esse tema, para que haja também as necessárias aprovações técnicas e jurídicas da ARTESP e dessa forma seja estabelecido o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. Sendo assim, a Intervias vem mantendo tratativas com a respectiva agência reguladora sobre o tema e aguarda a emissão do termo convocatório pela ARTESP, a fim de, em cumprimento ao redigido na Cláusula Terceira do TAM nº 14/06, definir quais investimentos e intervenções na rodovia deverão ser realizados bem como seus cronogramas de execução e os devidos reflexos no reequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão. A Intervias informa também, que tais investimentos são sempre executados em forma de ciclos, e que o último ciclo previsto originalmente no contato de concessão para este tipo de serviço está sendo finalizado no biênio 2019/2020. Porém, todos os serviços relativos aos trabalhos de conserva rotineira da rodovia serão mantidos de forma recorrente, para que os níveis de serviços das rodovias que compõe o lote de concessão sejam mantidos, prezando pela segurança e conforto dos usuários, até que, conforme mencionado, ocorra a definição por parte da ARTESP dos novos ciclos de investimentos a serem realizados. Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, aprovou a inclusão no cronograma físico – financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 1 de abril de 2028. A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos: Na SP 147 – Rodovia Engenheiro João Tosello: • Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 e o km 54 e entre o km 62,45 e o km 106,32. Na SP 191 – Rodovia Wilson Finardi; • Duplicação da rodovia no trecho compreendido do km 43,8 ao km 44,9, do km 45,6 ao km 46,9 e do km 49,7 ao km 74,72. Na SP 352 – Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira; • Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17. Na SP 165/330 – Rodovia Anhanguera – Contorno Rodoviário de Araras; • De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foram construídos um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km 165,225 da SP 330 – Rodovia Anhanguera até o Km 42,300 da SP 191 – Rodovia Wilson Finardi. Conforme mencionado em relação ao período de 95 meses adicionado ao contrato de concessão da Intervias através do TAM nº 14/06, os investimentos e manutenções para tal período ainda dependem de definição e aprovação da ARTESP, bem como do estabelecimento do devido reequilíbrio econômico e financeiro ao contrato de concessão. De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras na SP 165/330, partindo do km 165,225 da SP 330 – Rodovia Anhanguera até o km 42,300 da SP 191 – Rodovia Wilson Finardi. **Vianorte S.A. ("Vianorte")** A Vianorte S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Via Anhanguera km 312,2, Pista Norte. Constituída em 6 de março de 1998, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A.. Em conformidade ao que determina ofício OF.DGR.0054/18 da ARTESP, às 24 horas do dia 17 de maio de 2018 a Vianorte realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 05 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 03/2016. No entanto, a Vianorte continuará com as tratativas junto à ARTESP e Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER com objetivo de verificação e aprovação das condições de devolução e assim viabilizar a assinatura do Termos Definitivo de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão. Desde o dia 17 de maio de 2018 quando o contrato de concessão encerrou, a Vianorte deixou de operar as rodovias, entrando em um processo de dormência, não afetando a comparabilidade com o exercício atual. **ViaPaulista S.A. ("ViaPaulista")** A ViaPaulista S.A. é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 22 de junho de 2017, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A.. A ViaPaulista iniciou suas operações em 22 de novembro de 2017, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agencia Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP nº0359-ARTESP – 2017, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.333 de 21 de dezembro de 2017, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, a exploração do sistema Rodoviário referente ao Lote denominado Rodovias dos Calçados (Itaporanga – Franca) compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação, apoio na execução dos serviços não delegados considerados os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a ViaPaulista. Em outubro de 2017 a ViaPaulista pagou ao poder concedente, quando da assinatura do contrato, o valor de R$1.277.229, sendo R$237.326 referente a primeira parcela da outorga e R$1.039.903 referente ao ágio ofertado. Estava previsto inicialmente no Contrato de concessão da ViaPaulista a incorporação do Trecho Remanescente da Autovias em 19 de dezembro de 2018, porém em função dos diversos Termos Aditivos Modificativos expedidos à favor da Autovias S/A pela Agência Reguladora onde reconhece a modalidade por prorrogação de prazo para fins de recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão desta, o prazo para entrega do trecho remanescente da Autovias para a Viapaulista postergou-se para 04 de julho de 2019 conforme pleitos de reequilíbrio abaixo: 1º – TAM nº 20/18, assinado em 14 de dezembro de 2018 pelo reconhecimento do índice da tarifa de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2017, estendeu o prazo final do término do Contrato de Concessão da Autovias de 18 de dezembro de 2018 para 26 de janeiro de 2019. 2º – TAM nº 19/14, pela Obra de remodelação do dispositivo do km 307 SP 330, estendeu o prazo final de 26 de janeiro de 2019 para 01 de abril de 2019. 3º – TAM nº 21/19, pelo reconhecimento do desequilíbrio referente à alteração do índice de reajuste de tarifa de pedágio observados no período de 01 de julho de 2017 a 31 de agosto de 2018, estendeu o prazo final de 02 de abril de 2019 para 24 de abril de 2019. 4º – TAM nº 22/19, pela execução da obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249, estendeu o prazo final de 24 de abril de 2019 para 30 de junho de 2019. 5º – TAM nº 23/19, oficializa a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão na forma de prorrogação de prazo, por 03 dias, contados a partir de 1º de julho de 2019, dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 03 de julho de 2019. De acordo com o item 8.1, do anexo XVIII, do Contrato de Concessão, a ViaPaulista tem a garantia da transferência do trecho remanescente da Autovias para esta em até 18 meses da data da assinatura do termo de transferência inicial que se deu em 22 de novembro de 2017. Com isso, a agência teria o prazo até 21 de maio de 2019 para entrega total do trecho remanescente para a ViaPaulista. Contudo, face aos diversos Termos Aditivos Modificativos expedidos a favor da Autovias conforme citado, o trecho foi entregue à ViaPaulista em 04 de julho de 2019 e o período de 22 de maio a 03 de julho de 2019 (pós vencimento 18 meses de garantia dada pela Agência para entrega do trecho remanescente da Autovias) será reequilibrado conforme disposto no item 8.3 do citado anexo. Em 23 de janeiro de 2019, a ARTESP autorizou o início de trafegabilidade e operação com cobrança de tarifa de 3 (três) praças de pedágio da ViaPaulista, localizadas na SP-255, implantadas no km 177+220 – Boa Esperança do Sul; km 165+600 – Jaú e km 331+500 – Coronel Macedo, com início de operação a partir das 0h:00 do dia 25 de janeiro de 2019. (Processo: ARTESP 29.788/2018 – 1º ao 3º volume (SPDOC SLT 2173932/18), acompanha Proc. ARTESP 29422/18 – 1º ao 5º volume (SPDOC SLT 2145488/18). Em 27 de maio de 2019, a ARTESP autorizou o início de trafegabilidade e operação com cobrança de tarifa de 2 (duas) praças de pedágio da ViaPaulista, localizadas na SP-255, implantadas no km 229+040 – Botucatu; km 306+000 – Itaí, com início de operação a partir das 0h:00 do dia 29 de maio de 2019. (Processo: ARTESP 31.664/2019 – 1º aos 2º volumes SPDOC SLT 839804/19). Em 04 de julho de 2019 foi assinado o Termo de Transferência do Sistema Remanescente, conforme descrito nos anexos 2 e 18 do Contrato de Concessão Rodoviária nº 0359/ARTESP/2017, em que o sistema rodoviário atualmente sob gestão da Concessionária Autovias S.A, composto pela Rodovia SP 255 do km 2+800 ao 83+200; Rodovia SP 318 km 235+400 ao 280; Rodovia SP 330 km 240+500 ao 318+500; Rodovia SP 334 km 318 ao 406; Rodovia SP 345 km 10+500 ao 36+000 foi transferido ao controle da ViaPaulista S.A. em conformidade com os autos do Processo Administrativo ARTESP nº 026.533/2018. Nesta data foi adicionado ao sistema rodoviário mais 5 praças de pedágio referente ao sistema remanescente. Em 04 de fevereiro de 2020, a ARTESP autorizou o início de trafegabilidade e operação com cobrança de tarifa da praça de pedágio da ViaPaulista, localizada no km 254+374 da Rodovia Thales Lorena de Peixoto (SP-318), no município de São Carlos. (Processo: ARTESP 039.095/2019 – Protocolo 471.072/19). A ViaPaulista assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão conforme descrito abaixo: • Duplicação da rodovia SP 255 do km 48+100 ao km 77+100, do km 83+200 ao km 137+950, do km 137+950 ao km 147+300, do km 155+770 ao km 179+600, do km 179+600 ao km 237+430, do km 288+190 ao km 297+250, do km 297+250 ao km 320 e do km 334+250 ao km 357+430; • Duplicação da Rodovia SP 249 do km 144+150 ao km 158+400; • Duplicação da Rodovia SP 318 do km 249 ao km 251 e do km 251 ao km 280; • Pavimentação dos acessos SPA 321/334 do km 0 ao km 4+300 e SPA 334/334 do km 0 ao km 9+700. Obrigações contratuais: Em decorrência dos contratos de concessão, as concessionárias estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito de outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica "Credores pela concessão", conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 20, respectivamente. Conforme estabelecido nos contratos de concessão e nos termos aditivos e modificativos subsequentes dessas concessionárias estaduais, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, dos dois o menor, ocorrida até 31 de maio. Para a controlada ViaPaulista, as tarifas serão reajustadas anualmente com base na variação do IPCA, no mês de outubro de cada ano. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões. Em decorrência do modelo de contrato da ViaPaulista, pela execução da fiscalização da concessão, a ARTESP fará jus ao recebimento de um valor mensal, pago pela ViaPaulista, equivalente a 3% (três por cento) sobre a totalidade da receita bruta percebidas pela ViaPaulista no mês imediatamente anterior ao pagamento. O valor anual pago a título de verba de fiscalização, no exercício findo de 31 de dezembro de 2021 de R$14.578. Investimentos: As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos – melhorias na infraestrutura e recuperações e manutenções – conservas especiais, até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

31/12/2021						
Natureza dos custos	Autovias Previsão de 2022	Centrovias Previsão de 2022	Intervias Previsão de 2022 a 2028	Vianorte Previsão de 2022	ViaPaulista Previsão de 2022 a 2047	Total
Melhorias na infraestrutura	15.501	127	25.660	15	4.608.737	4.650.040
Conserva especial	–	–	2.827	–	1.652.345	1.655.172
	15.501	127	28.487	15	6.261.082	6.305.212

31/12/2020						
Natureza dos custos	Autovias Previsão de 2021	Centrovias Previsão de 2021	Intervias Previsão de 2021 a 2028	Vianorte Previsão de 2021	ViaPaulista Previsão de 2021 a 2047	Total
Melhorias na infraestrutura	16.878	1.955	53.610	–	4.308.778	4.381.221
Conserva especial	–	5.591	3.998	5.068	1.515.276	1.529.933
	16.878	7.546	57.608	5.068	5.824.054	5.911.154

Concessionárias federais: Autopista Planalto Sul S.A. ("Planalto Sul") A Autopista Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040, bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134-PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 25,4 km de duplicação de rodovia; • 48,3 km de terceira faixa; • 13,72 km de vias laterais; • Construção de 11 passarelas; • Construção de 5 praças de pedágio; • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's; • Implantação ou reforma de postos de pesagem; • Recuperação de toda a extensão da rodovia. **Autopista Fluminense S.A. ("Fluminense")** A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua XV de Novembro, nº 4, Sala 901, Torre Sul, Centro. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES – Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252-RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 176,6 km de duplicação da rodovia; • 3,8 km de vias laterais; • 28,3 km de variantes e contornos; • Construção de 17 passarelas; • Construção de 5 praças de pedágio; • Construção de 7 bases de serviços operacionais – BSO's; • Implantação e reforma de postos de pesagem; • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Relicitação: Em continuidade ao protocolo do pedido de adesão ao processo de relicitação divulgado em 19 de maio de 2020, no qual foi comunicada a intenção de sua controlada Fluminense de aderir ao processo de relicitação referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a Fluminense, que, tomou ciência em 09 de setembro de 2021 de que a Diretoria Geral da ANTT atestou pela viabilidade técnica e jurídica do requerimento da relicitação do empreendimento público federal do lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. Ato subsequente, tal como previsto no Decreto nº 9957/19, o processo foi remetido para Ministério da Infraestrutura, que, declarou a compatibilidade do requerimento de relicitação. Ainda em cumprimento ao tramite previsto no Decreto, o Ministério da Infraestrutura remeteu o processo ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República ("CPPI"), que, aos 16 de dezembro de 2021, opinou favoravelmente à relicitação. Para que o procedimento de qualificação para relicitação seja concluído, ainda deverá haver deliberação pelo Presidente da República, e, por fim, assinatura de Termo Aditivo. Durante as negociações do processo com a ANTT, todos os serviços de atendimento aos usuários da BR-101/RJ continuarão a ser prestados e realizados normalmente. Este processo será irrevogável e irretratável somente após cumpridos os requisitos considerados no Decreto nº 9.957/2019 e após assinatura de aditivo segundo previsto na Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017. Reiteramos que a conclusão desse processo depende da aceitação final pela Fluminense dos termos propostos pela ANTT acerca de aditivo contratual. Caso seja aprovado o pedido de relicitação, ajustes materiais poderão ocorrer. A Administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em decorrência dos fatos acima descritos. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade não espera ajustes materiais reconhecidos nas demonstrações contábeis na presente data-base. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema. Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*) A Fluminense testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável. A pandemia trouxe reflexos negativos sobre a atividade econômica, bem como observou-se redução de tráfego da rodovia explorada pela concessionária, fortemente agravada pelos aspectos socioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro e da região em que trecho concedido se encontra, potencializando esta situação de desequilíbrio. Como consequência, uma vez que a Fluminense segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de uma provisão para desvalorização de ativos, no montante de R$27.826 (efeito não caixa), no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sob a rubrica "Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos". **Autopista Fernão Dias S.A. ("Fernão Dias")** A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR-381, km 850,5, Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381-MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 88 km de terceira faixa; • 94,26 km de vias laterais; • 8,3 km de variantes/contornos; • Construção de 50 passarelas; • Construção de 8 praças de pedágio; • Construção de 12 bases de serviços operacionais – BSO's; • Implantação e reforma de postos de pesagem; • Recuperação de toda a extensão da rodovia. **Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Régis Bittencourt")** A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, nº 216. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30,5 km de duplicação de rodovia; • 30 km de terceira faixa; • 55 km de vias laterais; • 26,4 km de variantes e contornos; • Construção de 51 passarelas; • Construção de 6 praças de pedágio; • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's; • Implantação e reforma de postos de pesagem; • Recuperação de toda a extensão da rodovia. **Autopista Litoral Sul S.A. ("Litoral Sul")** A Litoral Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, situada na rua Francisco Munhoz Madrid, 625. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221-SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30 km de terceira faixa; • 79,7 km de vias laterais; • 94,7 km de variantes e contornos; • Construção de 39 passarelas; • Construção de 5 praças de pedágio; • Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's; • Implantação e reforma de postos de pesagem; • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Obrigações contratuais: Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Fluminense e da Litoral Sul e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da Fernão Dias e da Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões. Em decorrência dos modelos dos contratos das concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável. O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

Concessionária	Valor anual	Valor no período da concessão
Planalto Sul	6.424	71.735
Fluminense	2.665	29.759
Fernão Dias	7.916	88.395
Régis Bittencourt	8.436	94.202
Litoral Sul	6.424	71.735
	31.865	355.826

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. Além do recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização, as concessionárias federais firmaram compromissos decorrentes do contrato de concessão como: • Assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. • Assumir integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. • Assumir integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. • Assumir integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. • Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. • Apresentar anualmente as demonstrações contábeis auditadas para a ANTT e publicá-las. As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

31/12/2021 – Previsão de 2022 a 2033						
Natureza dos custos	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	Total
Melhorias na infraestrutura	572.826	846.733	787.931	1.158.008	1.681.256	5.046.754
Recuperações/ Manutenções	243.477	418.383	757.012	342.344	566.893	2.328.109
	816.303	1.265.116	1.544.943	1.500.352	2.248.149	7.374.863

31/12/2020 – Previsão de 2021 a 2033						
Natureza dos custos	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	Total
Melhorias na infraestrutura	139.359	577.719	489.374	677.777	1.260.804	3.145.033
Recuperações/Manutenções	255.545	420.854	754.709	391.353	576.016	2.398.477
	394.904	998.573	1.244.083	1.069.130	1.836.820	5.543.510

As concessionárias federais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estas obras estão estimadas em R$1.937.252 (R$2.030.023 em 31 de dezembro de 2020), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos. A segregação das estimativas de investimentos foi elaborada conforme mencionado na nota explicativa nº 3 "Momento de reconhecimento do ativo intangível". Em 22 de setembro de 2014 as controladas Régis Bittencourt, Litoral Sul, Fernão Dias e Fluminense, celebraram Termos de Ajuste de Conduta-"TAC" com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela Agência, a controlada Planalto Sul, informa que continua com as negociações para firmar, em condições semelhantes, um TAC com a ANTT, mas segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades. No exercício de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 ("exercício") não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo mencionado abaixo: **Covid-19** Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 a Sociedade e suas controladas analisaram os efeitos do coronavírus nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade e suas controladas adotaram diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais stakeholders, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados. Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, este ainda sem revogação expressa, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras. O Grupo Arteris adotou durante o exercício de 2020 estes benefícios previstos nas medidas tributária e não tributárias implementadas pela União, através do diferimento de tributos – Portaria nº 139/2020 e Portaria nº 245/2020, ambas sem revogação, contudo, os prazos de diferimentos não foram postergados e do FGTS – Medida Provisória nº 927/2020 revogada, além da redução das alíquotas do sistema "S" na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades – Medida Provisória nº 932/2020 (convertida em Lei 14.025/2020), além de medidas como concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias. A Sociedade, de modo complementar, implementou também a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como grupo de risco do COVID-19, e que não conseguiram permanecer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda. Em 07 de maio de 2021 o Grupo Arteris aderiu diante da publicação da Medida Provisória 1.046/2021 publicada em 28 de abril de 2021 ao diferimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os recolhimentos dos FGTS de todos os colaboradores referente aos meses de abril, maio, junho e julho de 2021 terão seus vencimentos postergados e serão depositados a partir de setembro a dezembro de 2021. Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas foram aplicadas, e o Grupo Arteris está atento a qualquer nova medida, estas serão analisadas e a adoção implementada caso a Administração julgue relevante.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

Base de preparação: As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, identificadas como Controladora. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitido pelo *Internacional Accounting Standards Board* ("IASB") e com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022. Base de mensuração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis, o Grupo Arteris utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Arteris e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros

continua ...

arteris
A vida em movimento

Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir: (i) Julgamentos: Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01 e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos contratos de concessão, segregando os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 21. Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão: O Grupo Arteris reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão. (ii) Estimativas: Determinação das receitas de construção: De acordo com o CPC 47 e IFRS 15, quando o Grupo Arteris contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às controladas, de acordo com o progresso físico *Percentage of completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão: A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios: O Grupo Arteris reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 21. Imposto diferido: O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 8. Redução ao valor recuperável (*Impairment*) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4 Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. **4.1. Contratos de concessão de serviços:** A natureza dos contratos de concessão do Grupo Arteris estão descritas na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidas nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo Arteris que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo Arteris. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis e ágio:** O Grupo Arteris quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo Arteris poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. 4.2. Base de consolidação **4.2.1 Controladas:** O Grupo Arteris controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo Arteris obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **4.2.2 Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **4.2.3 Combinação de negócios:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não houve transações qualificadas como combinação de negócios. Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009. Como parte da transição para as IFRS e os CPC, a Sociedade optou por não reapresentar as combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Esse direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos na nota explicativa nº 8 c. **4.3. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo Arteris pelas taxas de câmbio nas datas das transações Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.4. Instrumentos financeiros: 4.4.1 – Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo Arteris se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.4.2 – Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (conforme nota explicativa 28). No reconhecimento inicial, o Grupo Arteris pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Arteris tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4.3 – Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Sociedade, resumem-se a "*swap*" que visa exclusivamente à proteção dos fluxos de caixa dos financiamentos projetados em moeda estrangeira. São mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é mensurado através das posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida. **4.5. Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)/IFRS 16:** No início de um contrato, avalia-se se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O Grupo Arteris amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, o Grupo Arteris mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Arteris. O Grupo Arteris determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo Arteris alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor: O Grupo Arteris optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.6. Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7. Outros ativos intangíveis:** Reconhecimento e mensuração: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 13. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.9. Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.10. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Arteris seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.11. Provisões**: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Provisão para investimentos: Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,4% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas: A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.13. Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.15. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo Arteris não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo Arteris: (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12); (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); (e) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); (g) IFRS 17 Contratos de Seguros; (h) Revisão anual das normas IFRS 2018–2020; (i) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2); (j) Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

5 Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e contas bancárias	235	349	17.228	21.442
Aplicações financeiras*	43.330	85.609	1.287.673	762.632
Total	43.565	85.958	1.304.901	784.074

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos**	20.040	13.982	419.587	81.278
Total	20.040	13.982	419.587	81.278

*Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,10% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (79,80% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade e de suas controladas. **As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6 Contas a Receber e Outras Contas a Receber

Estão representadas por:

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	162.867	–	133.506	–
Cupons de pedágio a receber	3.895	–	4.494	–
Cartões de pedágio a receber	1.030	–	1.376	–
Receitas acessórias a receber (a)	11.262	8.975	7.146	7.986
Outras receitas a receber (b)	83	450	434	380
Regulatórios a receber – Poder concedente	4.248	–	4.198	–
Total	183.385	9.425	151.154	8.366

(a) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos. (b) Refere-se a cheques devolvidos em cobrança.

Cronograma de recebimento

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	179.865	9.425	149.553	8.366
Créditos vencidos até 60 dias	2.640	–	710	–
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	58	–	366	–
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	721	–	525	–
Créditos vencidos há mais de 180 dias	101	–	–	–
	183.385	9.425	151.154	8.366

A Sociedade e suas controladas avaliam a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avaliam a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avaliam individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. A Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perda esperada com recebíveis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio das concessionárias.

7 Impostos a Recuperar

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (a)	79.723	52.910	130.412	96.326
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	–	42	1.111	3.452
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e CSLL sobre saldos negativos (b)	4.720	23.821	33.833	39.514
	84.443	76.773	165.356	139.292
Programa de Integração Social – PIS	–	43	1.750	1.797
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	–	–	11.198	10.848
Instituto nacional do seguro social – INSS	–	–	23	100
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	25	25	1.528	1.451
Outros	1.240	1.238	2.652	2.751
Total	1.265	1.306	17.151	16.947
Total geral	85.708	78.079	182.507	156.239
Total do circulante	42.119	41.002	65.090	83.964
Total do não circulante	43.589	37.077	117.417	72.275
	85.708	78.079	182.507	156.239

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre mútuos e debêntures com partes relacionadas, que poderá ser compensado nos períodos subsequentes. (b) Saldo negativo referente a apurações dos exercícios findos de 2021, ao ano calendário de 2020 e anteriores. A recuperabilidade dos impostos reconhecidos no ativo circulante atende ao plano de utilização do Grupo Arteris dos próximos 12 meses, levando em consideração o histórico dos exercícios anteriores e compensação com outros tributos administrados pela receita federal.

8 Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(158.567)	(48.189)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	53.913	16.384
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	(45)	3.900
Juros sobre o capital próprio	(19.409)	(8.894)
Outras diferenças permanentes	(1.909)	1.570
Compensação de prejuízo fiscal	–	(2)
Variação cambial	(2.993)	9.855
Instrumento derivativo	4.012	(12.973)
Total	33.569	9.840
Impostos diferidos não constituídos	33.569	9.840

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(157.844)	(59.179)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	53.667	20.121
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(20.929)	3.648
Compensação de prejuízo fiscal	–	(2)
Variação cambial	(2.993)	9.855
Instrumento derivativo	4.012	(12.972)
Total	33.757	20.650
Impostos diferidos não constituídos	34.480	9.660
Despesa contabilizada	(723)	10.990
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(109.246)	(124.865)
Diferido	108.523	135.855
	(723)	10.990
Alíquota efetiva de impostos	0%	(19%)

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas da controladora e das controladas Latina Manutenção e Arteris Participações, que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o reconhecimento integral do ativo fiscal diferido. Este valor está acumulado em 31 de dezembro de 2021 em R$99.885 para a controladora e R$121.078 para o consolidado (R$66.316 e R$116.133 em 31 de dezembro de 2020), para os quais não existem prescrição.

continua ...

arteris

arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos – consolidado:
Saldos patrimoniais representados por:

Não circulante	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo 31/12/2021	31/12/2020	Imposto de renda e contribuição social diferido passivo 31/12/2021	31/12/2020	Total 31/12/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias ativas						
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	2.616.273	2.285.423	–	–	2.616.273	2.285.423
Provisão de participação nos lucros	29.572	21.766	2.239	1.532	31.811	23.298
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	113.429	111.032	1.643	2.411	115.072	113.443
Outras provisões	4.472	28.009	1.332	1.039	5.804	29.048
Provisão para manutenção de rodovias	480.686	518.974	1.640	3.494	482.326	522.468
Amortização acumulada de obras futuras	35.124	26.038	–	–	35.124	26.038
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	30.772	22.423	–	–	30.772	22.423
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(27)	(5)	–	(4)	(27)	(9)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	13.061	13.565	–	–	13.061	13.565
Arrendamentos – IFRS 16 (CPC 06(R2))	4.076	1.629	1.043	118	5.119	1.747
Ajuste dos encargos financeiros (Contas a receber poder concedente)	–	49	–	–	–	49
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (d)						
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	47.363	47.363	–	–	47.363	47.363
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	(47.362)	(47.362)	–	–	(47.362)	(47.362)
Estorno de capitalização de juros	687	687	–	–	687	687
Amortização estorno de capitalização de juros	(264)	(222)	–	–	(264)	(222)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	3.327.863	3.029.369	7.897	8.590	3.335.760	3.037.959
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total	1.131.473	1.029.985	2.685	2.921	1.134.158	1.032.906
Diferenças temporárias passivas						
Direito de concessão incorporado (c)	–	–	(7.971)	(9.281)	(7.971)	(9.281)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	5.672	5.496	–	–	5.672	5.496
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(41)	(38)	–	–	(41)	(38)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (d)						
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(556.717)	(556.717)	(23.317)	(23.317)	(580.034)	(580.034)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	191.456	158.762	12.482	10.699	203.938	169.461
Estorno de capitalização de juros	686	684	–	–	686	684
Amortização estorno de capitalização de juros	(252)	(220)	–	–	(252)	(220)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(359.196)	(392.033)	(18.806)	(21.899)	(378.002)	(413.932)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total	(122.127)	(133.291)	(6.394)	(7.446)	(128.521)	(140.737)
Total do imposto de renda e contribuição social	1.009.346	896.694	(3.709)	(4.525)	1.005.637	892.169
Impostos diferidos não constituídos	121.078	116.133	–	–	121.078	116.133
Total do imposto de renda e contribuição social	888.268	780.561	(3.709)	(4.525)	884.559	776.036

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros das concessionárias Autovias, Vianorte, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Latina Manutenção e ViaPaulista S.A. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio de cada concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final de cada concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT).

	Prejuízo fiscal e base negativa (a) – Imposto de renda e contribuição social diferido ativo 31/12/2021	31/12/2020
Arteris*	284.987	168.995
Autovias	10.313	9.329
Centrovias	4.391	–
Vianorte	24.095	19.001
Planalto Sul	494.341	423.844
Fluminense	582.778	458.678
Fernão Dias	492.634	460.053
Régis Bittencourt	452.903	312.459
Litoral Sul	211.492	238.520
Latina Manutenção*	53.242	53.793
Arteris Participações*	5.098	140.751
	2.616.273	2.285.423

(*) Apesar do aumento dos prejuízos fiscais e bases negativas, não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. (c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do Livro de apuração do Lucro Real – LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente. (d) Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Sociedade decidiu pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 conforme previsto. Dessa forma, as controladas da Sociedade congelaram os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis e passaram a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referente a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão. Movimentos de resultados representados por:

	Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal e base negativa	330.850	268.194
Provisão de participação nos lucros	8.513	(6.873)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	1.628	4.406
Direito de concessão incorporado	1.310	1.311
Outras provisões	(23.242)	2.251
Provisão para manutenção de rodovias	(40.142)	108.599
Amortização acumulada de obras futuras	9.086	8.855
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	8.525	8.646
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(21)	–
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(504)	(500)
Arrendamentos – CPC 06 (R2) IFRS 16	3.372	(1.031)
Ajuste dos encargos financeiros (Contas a receber poder concedente)	(49)	(284)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	34.477	34.485
Amortização estorno de capitalização de juros	(73)	(74)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	333.731	427.985
Alíquota nominal	34%	34%
Total	113.468	145.515
Impostos diferidos não constituídos	4.945	9.660
Total do imposto de renda e contribuição social	108.523	135.855

A Controladora possui créditos fiscais, que não estão sendo constituídos devido a mesma ser uma *holding* e não gerar resultado tributável. Os estudos técnicos de viabilidade do Grupo Arteris, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido. A expectativa de recuperação dos créditos oriundos do prejuízo fiscal e da base negativa e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue: Exercícios a findar-se em:

Impostos diferidos	Ativo não circulante – Constituídos	Não constituídos	Total
2022	2.048	–	2.048
2023	10.720	–	10.720
2024	40.312	–	40.312
2025	69.851	–	69.851
2026	92.639	–	92.639
2027	83.492	–	83.492
Após 2027	473.741	116.730	590.471
	772.803	116.730	889.533

Para cada concessão (UGC), o prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final de cada concessão.

9 Aplicações Financeiras Vinculadas

A Sociedade e suas controladas mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais assim como obrigações referentes a empréstimos e financiamentos. Os valores dessas aplicações em 31 de dezembro de 2021 são de R$59.289 e R$296.861 na controladora e consolidado respectivamente (R$59.257 e R$175.377 em 31 de dezembro de 2020). A seguir consta breve descrição dessas obrigações: **Controladora** – Deve manter valor em conta vinculada referente a garantia de contrato de aluguel. **BNDES – Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias e Litoral Sul:** As controladas Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias e Litoral Sul devem depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das suas receitas operacionais (entre 35% e 71% da arrecadação das praças de pedágio). Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. As controladas citadas devem manter depositadas em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato de financiamento. Este valor é sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os recursos depositados estão aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 95,26% a.a. da variação do CDI (85,60% a.a. em 31 de dezembro de 2020). **BNDES – ViaPaulista:** A ViaPaulista deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 62% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2023. A partir de 1º de janeiro de 2024 esse percentual passará para 67% até 31 de dezembro de 2028. A partir de 1º de janeiro de 2029 até 31 de dezembro de 2034 esse percentual passará para 70%. A partir de 1º de janeiro de 2035 até o final e integral cumprimento das obrigações garantidas esse percentual passará para 73%. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva, pagamentos e taxas. A ViaPaulista deve manter depositada em conta pagamentos de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente para o pagamento da próxima parcela vincenda; na conta reserva, deverão ser mantidas parcelas vincendas nos três meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja igual ou superior a 1,3 ou até que seja medido o ICSD pela primeira vez; ou parcelas vincendas nos quatro meses subsequentes, caso o ICSD esteja menor do que 1,3 e igual ou superior a 1,2; ou parcelas vincendas nos cinco meses subsequentes, caso o ICSD esteja menor do que 1,2 e igual ou superior a 1,1, metodologia de acordo com o descrito em nota explicativa nº14; na conta Taxas, deverá manter o saldo mínimo para o pagamento das obrigações contratuais referente a parcela vincenda do Ônus Variável e Taxa de Fiscalização, equivalente a 6% da receita diária reconhecida. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. Além disso, a ViaPaulista deve manter na conta Conserva Especial, o montante referente ao que for maior entre o valor equivalente a (i) 75% da Provisão para Conservação Especial ou Manutenção; ou (ii) a 75% dos valores indicados para cada ano na tabela que consta no contrato de financiamento com o BNDES, corrigidos pelo IPCA.

10 Investimentos

Os saldos dos investimentos da controladora em suas controladas são representados como segue:

31/12/2021

	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo total	Receita líquida	Lucro/ (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	183.918	5.648	190.559	196.207	11.013	1.276	12.289	6.244	(462)
Centrovias	101.483.834	100%	226.103	8.438	231.092	239.530	11.046	2.381	13.427	7.309	806
Intervias (*)	4.763.110	51%	347.390	557.000	1.460.844	2.017.844	337.210	1.333.244	1.670.454	493.878	136.108
Vianorte	1.132.038	100%	133.441	5.930	149.789	155.719	18.975	3.303	22.278	9.229	357
ViaPaulista	1.397.784.793	100%	1.389.286	104.047	2.909.179	3.013.226	206.404	1.417.536	1.623.940	788.719	3.998
Planalto Sul	1.721.076.003	100%	730.180	25.231	1.354.924	1.380.155	143.125	506.850	649.975	242.946	(45.859)
Fluminense	658.918.293	100%	642.733	25.851	2.096.186	2.122.037	164.655	1.314.649	1.479.304	316.714	(90.720)
Fernão Dias	2.284.105.562	100%	1.120.371	54.853	2.008.602	2.063.455	309.267	633.817	943.084	499.484	(16.625)
Régis Bittencourt	666.255.515	100%	683.350	66.586	2.653.282	2.719.868	192.567	1.843.951	2.036.518	645.506	(78.911)
Litoral Sul	1.432.019.209	100%	1.261.773	1.004.670	4.183.263	5.187.933	271.784	3.654.376	3.926.160	1.278.561	107.697
Latina Manutenção	62.595.320	100%	48.085	53.150	1.651	54.801	3.326	3.390	6.716	19.074	(16.179)
Arteris Participações	1.158	100%	172.892	18.488	170.221	188.709	15.817	–	15.817	–	66.350

31/12/2020

	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo total	Receita líquida	Lucro/ (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	184.380	88.892	110.166	199.058	12.980	1.698	14.678	14.021	(1.185)
Centrovias	101.483.834	100%	225.498	69.756	176.228	245.984	18.235	2.251	20.486	164.003	63.487
Intervias (*)	4.763.110	51%	245.309	790.986	773.011	1.563.997	272.309	1.046.379	1.318.688	442.679	141.552
Vianorte	1.132.038	100%	133.173	7.117	158.092	165.209	27.713	4.323	32.036	16.469	(6.660)
ViaPaulista	1.397.784.793	100%	1.446.938	389.416	2.460.651	2.850.067	150.013	1.253.116	1.403.129	752.613	66.874
Planalto Sul	1.721.076.003	100%	771.189	23.701	1.360.255	1.383.956	127.074	485.693	612.767	220.451	(48.702)
Fluminense	658.918.293	100%	733.453	22.105	2.162.994	2.185.099	173.113	1.278.533	1.451.646	338.460	(66.991)
Fernão Dias	2.284.105.562	100%	1.103.796	51.704	1.994.830	2.046.534	304.742	637.996	942.738	434.081	(60.999)
Régis Bittencourt	657.300.291	100%	826.761	117.735	2.674.630	2.792.365	270.615	1.694.989	1.965.604	543.818	(62.397)
Litoral Sul	1.432.019.209	100%	1.170.485	47.656	3.434.523	3.482.179	253.185	2.058.509	2.311.694	699.025	(14.715)
Latina Manutenção	77.595.319	100%	79.264	62.130	26.341	88.471	5.855	3.352	9.207	63.177	1.669
Arteris Participações	1.158	100%	122.884	4.128	120.333	124.461	1.577	–	1.577	–	68.897

(*) 49% da participação pertence a Arteris Participações.

A movimentação dos saldos de investimentos na Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Aporte/Devolução de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Autovias	184.381	–	–	(462)	183.918
Centrovias	225.498	–	(201)	806	226.103
Intervias	125.107	–	(17.354)	69.415	177.169
Vianorte	133.173	–	(89)	357	133.441
ViaPaulista	1.446.938	(60.700)	(950)	3.998	1.389.286
Planalto Sul	771.189	4.850	–	(45.859)	730.180
Fluminense	733.453	–	–	(90.720)	642.733
Fernão Dias	1.103.796	33.200	–	(16.625)	1.120.371
Régis Bittencourt	826.761	(64.500)	–	(78.911)	683.350
Litoral Sul	1.170.485	30.700	(47.109)	107.697	1.261.773
Latina Manutenção	79.264	(15.000)	–	(16.179)	48.085
Arteris Participações	122.884	–	(16.342)	66.350	172.892
Outros investimentos	19	–	–	–	19
Total	6.922.948	(71.450)	(82.045)	(133)	6.769.320

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Aporte/Devolução de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Autovias	185.566	–	–	(1.185)	184.381
Centrovias	194.751	–	(32.740)	63.487	225.498
Intervias	118.278	–	(65.363)	72.192	125.107
Vianorte	139.833	–	–	(6.660)	133.173
ViaPaulista	1.391.854	–	(11.790)	66.874	1.446.938
Planalto Sul	811.691	8.200	–	(48.702)	771.189
Fluminense	794.944	5.500	–	(66.991)	733.453
Fernão Dias	1.164.795	–	–	(60.999)	1.103.796
Régis Bittencourt	1.094.158	(205.000)	–	(62.397)	826.761
Litoral Sul	1.155.200	30.000	–	(14.715)	1.170.485
Latina Manutenção	87.837	13.847	(24.089)	1.669	79.264
Arteris Participações	120.726	–	(66.739)	68.897	122.884
Outros investimentos	19	–	–	–	19
Total	7.259.652	(147.453)	(200.721)	11.470	6.922.948

11 Direito de Uso

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

Controladora – Custo direito de uso	Veículos (c)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Saldo em 31/12/2020	2.488	41.952	328	44.768
Remensuração	–	2.792	–	2.792
Adições	293	1.246	17	1.556
Transferências/reclassificações	(1.667)	1.695	(28)	–
Baixas	(773)	(1.247)	(317)	(2.337)
Saldo em 31/12/2021	341	46.438	–	46.779
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2020	(2.002)	(3.045)	(246)	(5.293)
Amortização	(332)	(3.707)	(71)	(4.110)
Transferências/reclassificações	1.552	(1.552)	–	–
Baixa	535	1.245	317	2.097
Saldo em 31/12/2021	(247)	(7.059)	–	(7.306)
Direito de uso líquido				
Saldo em 31/12/2020	486	38.907	82	39.475
Saldo em 31/12/2021	94	39.379	–	39.473
Taxas de amortização – a.a.	71%	5%	80%	

Controladora – Custo direito de uso	Veículos (c)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Saldo em 31/12/2019	1.611	8.274	1.619	11.504
Adoção inicial	877	34.647	–	35.524
Transferências/reclassificações	–	1.291	(1.291)	–
Baixas	–	(2.260)	–	(2.260)
Saldo em 31/12/2020	2.488	41.952	328	44.768
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2019	(1.134)	(1.662)	(1.157)	(3.953)
Amortização	(868)	(2.413)	(319)	(3.600)
Transferências/reclassificações	–	(1.230)	1.230	–
Baixa	–	2.260	–	2.260
Saldo em 31/12/2020	(2.002)	(3.045)	(246)	(5.293)
Direito de uso líquido				
Saldo em 31/12/2019	477	6.612	462	7.551
Saldo em 31/12/2020	486	38.907	82	39.475
Taxas de amortização – a.a.	71%	5%	80%	

Consolidado – Custo direito de uso	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Saldo em 31/12/2020	96.722	16.800	5.795	13.737	856	69.115	765	203.790
Remensuração	2.857	210	61	57	6	5.375	–	8.566
Adições	1.490	13.462	352	876	56	893	15	17.144
Transferências/reclassificações	8.468	–	(1.667)	(8.468)	–	2.130	(463)	–
Baixas	(9.420)	(11.385)	(751)	(3.685)	(433)	(1.886)	(317)	(27.877)
Saldo em 31/12/2021	100.117	19.087	3.790	2.517	485	75.627	–	201.623
Amortização acumulada								
Saldo em 31/12/2020	(12.093)	(9.650)	(2.594)	(3.446)	(632)	(4.864)	(653)	(33.932)
Amortização	(18.514)	(6.610)	(2.402)	(2.894)	(120)	(5.695)	(69)	(36.304)
Transferências/reclassificações	(702)	–	1.552	702	–	(1.957)	405	–
Baixa	9.511	11.525	506	3.663	396	1.832	317	27.750
Saldo em 31/12/2021	(21.798)	(4.735)	(2.938)	(1.975)	(356)	(10.684)	–	(42.486)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31/12/2020	84.629	7.150	3.201	10.291	224	64.251	112	169.858
Saldo em 31/12/2021	78.319	14.352	852	542	129	64.943	–	159.137
Taxas de amortização – a.a.	19%	31%	64%	68%	83%	34%	64%	

Consolidado – Custo direito de uso	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Saldo em 31/12/2019	71.991	16.568	5.696	5.898	2.133	11.590	3.191	117.067
Adições	88.750	2.414	4.857	9.924	79	59.324	323	165.671
Transferências/reclassificações	–	–	–	–	460	1.291	(1.751)	–
Baixas	(64.019)	(2.182)	(4.758)	(2.085)	(1.816)	(3.090)	(998)	(78.948)
Saldo em 31/12/2020	96.722	16.800	5.795	13.737	856	69.115	765	203.790
Amortização acumulada								
Saldo em 31/12/2019	(22.471)	(5.851)	(3.827)	(2.655)	(1.179)	(3.009)	(2.220)	(41.212)
Amortização	(24.363)	(5.963)	(3.450)	(2.801)	(809)	(3.717)	(1.121)	(42.224)
Transferências/reclassificações	–	–	–	–	(460)	(1.230)	1.690	–
Baixa	34.741	2.164	4.683	2.010	1.816	3.092	998	49.504
Saldo em 31/12/2020	(12.093)	(9.650)	(2.594)	(3.446)	(632)	(4.864)	(653)	(33.932)
Direito de uso líquido								
Saldo em 31/12/2019	49.520	10.717	1.869	3.243	954	8.581	971	75.855
Saldo em 31/12/2020	84.629	7.150	3.201	10.291	224	64.251	112	169.858
Taxas de amortização – a.a.	24%	41%	48%	40%	59%	28%	57%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se a veículos administrativos. (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais. (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras. (f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos. (g) Referem-se a locação de máquinas de café e itens diversos.

12 Imobilizado

A movimentação é como segue:

Controladora	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31/12/2020	2.178	10.505	224	11.182	–	1.250	1.312	–	26.651
Adições	–	587	–	–	–	–	–	5	592
Transferências/Reclassificações (*)	–	–	–	5	–	–	–	(5)	–
Alienações/baixas	(8)	(15)	(110)	(13)	–	–	–	–	(146)
Saldo em 31/12/2021	2.170	11.077	114	11.174	–	1.250	1.312	–	27.097
Depreciação acumulada									
Saldo em 31/12/2020	(1.641)	(3.693)	(224)	(6.585)	–	(829)	(854)	–	(13.826)
Depreciações	(119)	(1.570)	–	(583)	–	(115)	(115)	–	(2.502)
Alienações/baixas	8	10	110	13	–	–	–	–	141
Saldo em 31/12/2021	(1.752)	(5.253)	(114)	(7.155)	–	(944)	(969)	–	(16.187)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31/12/2020	537	6.812	–	4.597	–	421	458	–	12.825
Saldo em 31/12/2021	418	5.824	–	4.019	–	306	343	–	10.910
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%		10%	10%		

Controladora	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31/12/2019	1.929	8.181	224	11.808	586	1.145	1.312	–	25.185
Adições	28	1.467	75	(2)	–	12	–	96	1.676
Transferências/Reclassificações	221	857	–	1.011	–	93	–	(96)	2.086
Alienações/baixas	–	–	(76)	(1.635)	(586)	–	–	–	(2.297)
Saldo em 31/12/2020	2.178	10.505	223	11.182	–	1.250	1.312	–	26.650
Depreciação acumulada									
Saldo em 31/12/2019	(1.519)	(2.393)	(224)	(6.503)	–	(671)	(738)	–	(12.048)
Depreciações	(116)	(1.258)	(6)	(618)	–	(158)	(116)	–	(2.272)
Transferências/Reclassificações	(6)	(42)	–	8	–	–	–	–	(40)
Alienações/baixas	–	–	7	528	–	–	–	–	535
Saldo em 31/12/2020	(1.641)	(3.693)	(223)	(6.585)	–	(829)	(854)	–	(13.825)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31/12/2019	410	5.788	–	5.305	586	474	574	–	13.137
Saldo em 31/12/2020	537	6.812	–	4.597	–	421	458	–	12.825
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	0%	10%	10%		

Consolidado	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31/12/2020	15.834	36.896	13.525	26.267	667	38.769	1.714	6.662	140.334
Adições	97	3.086	1	310	–	2.394	–	2.261	8.149
Transferências/reclassificações (*)	–	982	94	5	–	21	–	6	1.108
Alienações/baixas	(121)	(517)	(6.204)	(10.128)	–	(16.389)	–	(786)	(34.145)

continua ...

arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

Consolidado

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2021	15.810	40.447	7.416	16.454	667	24.795	1.714	8.143	115.446
Depreciação acumulada									
Saldo em 31/12/2020	(12.083)	(22.326)	(11.440)	(19.394)	–	(22.983)	(1.078)	–	(89.304)
Depreciações	(626)	(3.985)	(865)	(1.134)	–	(1.311)	(115)	–	(8.036)
Transferências/reclassificações	–	–	–	25	–	–	(25)	–	–
Alienações/baixas	110	435	5.277	10.064	–	10.957	–	–	26.843
Saldo em 31/12/2021	(12.599)	(25.876)	(7.028)	(10.439)	–	(13.337)	(1.218)	–	(70.497)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31/12/2020	3.751	14.570	2.085	6.873	667	15.786	636	6.662	51.030
Saldo em 31/12/2021	3.211	14.571	388	6.015	667	11.458	496	8.143	44.949
Taxas de depreciação – a.a.	24%	23%	30%	15%		16%	13%		

Consolidado

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31/12/2019	15.628	33.143	23.998	30.087	1.253	52.623	1.714	173	158.619
Adições	116	2.880	153	8	–	1.126	–	6.651	10.934
Transferências/reclassificações	221	960	–	1.011	–	93	–	(13)	2.272
Alienações/baixas	(131)	(87)	(10.626)	(4.839)	(586)	(15.073)	–	(149)	(31.491)
Saldo em 31/12/2020	15.834	36.896	13.525	26.267	667	38.769	1.714	6.662	140.334
Depreciação acumulada									
Saldo em 31/12/2019	(11.506)	(18.274)	(19.447)	(20.042)	–	(31.552)	(948)	–	(101.769)
Depreciações	(688)	(4.073)	(1.669)	(2.944)	–	(3.910)	(130)	–	(13.414)
Transferências/reclassificações	(6)	(42)	–	8	–	–	–	–	(40)
Alienações/baixas	117	63	9.676	3.584	–	12.479	–	–	25.919
Saldo em 31/12/2020	(12.083)	(22.326)	(11.440)	(19.394)	–	(22.983)	(1.078)	–	(89.304)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31/12/2019	4.122	14.869	4.551	10.045	1.253	21.071	766	173	56.850
Saldo em 31/12/2020	3.751	14.570	2.085	6.873	667	15.786	636	6.662	51.030
Taxas de depreciação – a.a.	24%	23%	30%	15%		16%	13%		

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

13 Intangível e Infraestrutura em construção

A movimentação é como segue:

Controladora

	Software	Infraestrutura em construção	Total
Custo do intangível			
Saldo em 31/12/2020	71.435	7.358	78.793
Adições	3.771	17.965	21.736
Transferências/Reclassificações (*)	5.332	(5.332)	–
Saldo em 31/12/2021	80.538	19.991	100.529
Amortização acumulada			
Saldo em 31/12/2020	(42.795)	–	(42.795)
Amortizações	(11.003)	–	(11.003)
Saldo em 31/12/2021	(53.798)	–	(53.798)
Intangível líquido			
Saldo em 31/12/2020	28.640	7.358	35.998
Saldo em 31/12/2021	26.740	19.991	46.731
Taxas de amortização – a.a.	20%		

Controladora

	Software	Infraestrutura em construção	Total
Custo do intangível			
Saldo em 31/12/2019	59.796	10.699	70.495
Adições	568	11.545	12.113
Transferências/Reclassificações (*)	12.800	(14.886)	(2.086)
Alienações/baixas	(1.729)	–	(1.729)
Saldo em 31/12/2020	71.435	7.358	78.793
Amortização acumulada			
Saldo em 31/12/2019	(31.223)	–	(31.223)
Amortizações	(12.650)	–	(12.650)
Transferências/Reclassificações	40	–	40
Alienações/baixas	1.038	–	1.038
Saldo em 31/12/2020	(42.795)	–	(42.795)
Intangível líquido			
Saldo em 31/12/2019	28.573	10.699	39.272
Saldo em 31/12/2020	28.640	7.358	35.998
Taxas de amortização – a.a.	20%		

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado. Os saldos de infraestrutura em construção se referem a softwares em desenvolvimento.

Consolidado

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Direito de exploração (d)	*Software* (g)	Adiantamento fornecedores (e)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (e)	Total
Custo do intangível									
Saldo em 31/12/2020	16.112.985	1.853.513	130.144	–	113.701	14.890	18.225.233	2.348.480	20.573.713
Adições	629.162	–	–	–	9.668	71.237	710.067	1.102.164	1.812.231
Transferências/reclassificações (*)	475.885	–	–	–	4.725	(39.987)	440.623	(441.731)	(1.108)
Alienações/baixas	(7.165)	–	–	–	(3.013)	(166)	(10.344)	–	(10.344)
Redução ao valor recuperável (h)	(27.826)	–	–	–	–	–	(27.826)	–	(27.826)
Saldo em 31/12/2021	17.183.041	1.853.513	130.144	–	125.081	45.974	19.337.753	3.008.913	22.346.666
Amortização acumulada									
Saldo em 31/12/2020	(6.303.757)	(426.679)	(116.779)	–	(71.403)	–	(6.918.618)	–	(6.918.618)
Amortizações	(868.040)	(53.820)	(2.433)	–	(14.505)	–	(938.798)	–	(938.798)
Alienações/baixas	3.456	–	–	–	3.013	–	6.469	–	6.469
Saldo em 31/12/2021	(7.168.341)	(480.499)	(119.212)	–	(82.895)	–	(7.850.947)	–	(7.850.947)
Intangível líquido									
Saldo em 31/12/2020	9.809.228	1.426.834	13.365	–	42.298	14.890	11.306.615	2.348.480	13.655.095
Saldo em 31/12/2021	10.014.700	1.373.014	10.932	–	42.186	45.974	11.486.806	3.008.913	14.495.719
Taxas de amortização – a.a. (f)	6%	4%	5%	7%	19%				

Consolidado

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Direito de exploração (d)	*Software* (g)	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (e)	Total
Custo do intangível									
Saldo em 31/12/2019	15.312.134	1.853.513	130.144	12.941	97.085	19.244	17.425.061	1.941.216	19.366.277
Adições	516.582	–	–	–	5.386	3.471	525.439	704.710	1.230.149
Transferências/reclassificações(*)	289.477	–	–	–	12.965	(7.268)	295.174	(297.446)	(2.272)
Alienações/baixas	(5.208)	–	–	(12.941)	(1.735)	(557)	(20.441)	–	(20.441)
Saldo em 31/12/2020	16.112.985	1.853.513	130.144	–	113.701	14.890	18.225.233	2.348.480	20.573.713
Amortização acumulada									
Saldo em 31/12/2019	(5.480.707)	(373.320)	(114.346)	(11.037)	(56.349)	–	(6.035.759)	–	(6.035.759)
Amortizações	(825.097)	(53.359)	(2.433)	(82)	(16.132)	–	(897.103)	–	(897.103)
Transferências/reclassificações	–	–	–	–	40	–	40	–	40
Alienações/baixas	2.047	–	–	11.119	1.038	–	14.204	–	14.204
Saldo em 31/12/2020	(6.303.757)	(426.679)	(116.779)	–	(71.403)	–	(6.918.618)	–	(6.918.618)
Intangível líquido									
Saldo em 31/12/2019	9.831.427	1.480.193	15.798	1.904	40.736	19.244	11.389.302	1.941.216	13.330.518
Saldo em 31/12/2020	9.809.228	1.426.834	13.365	–	42.298	14.890	11.306.615	2.348.480	13.655.095
Taxas de amortização – a.a. (f)	6%	4%	3%	7%	19%				

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Arteris capitalizou o montante de R$186.133 (R$95.285 em 31 de dezembro de 2020) referente a custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte dos intangíveis e infraestruturas em construção. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2021 foi de 5,44% e em 2020 5,13%, do total de juros provisionados no período. (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o prazo final de cada concessão. (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 20. (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Intervias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão. (d) Refere-se a valor assumido pela Latina Manutenção para exploração de granito e gnaisse a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras. (e) Adiantamento de fornecedores e infraestrutura em construção, referem-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos. Sendo como principal natureza a duplicação da BR101/RJ, o contorno de Florianópolis, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outras obras. (f) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. (g) Refere-se a renovação de licenças da Microsoft Windows e Office para todas as empresas do Grupo Arteris. (h) Em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas projeções de fluxos de caixas futuros, o qual indicou a necessidade de registro de uma provisão para desvalorização de ativos, motivando a realização de uma provisão de redução ao valor recuperável. Análise de *impairment*: A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante os anos de 2021 e 2020 para todas suas controladas que apresentaram algum indício de perda do valor recuperável dos ativos. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, para cada uma das concessionárias que tenham apresentado tais indícios, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2021, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis, exceto para a Autopista Fluminense. Para a Fluminense, o valor contábil da unidade geradora de caixa em 31 de dezembro de 2021 era maior que o seu valor recuperável e, portanto, um ajuste para redução ao valor recuperável no valor R$27.826 foi reconhecido. A perda por redução no valor recuperável foi inteiramente alocada à linha "Provisão para redução ao valor recuperável de ativos" e foi incluída em 'Despesas Operacionais', embora, ressalte-se, tal efeito não represente nenhum efeito "caixa". Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa das Sociedades são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 3,83% em 2022, 3,25% em 2023 e 3% de 2024 até 2033. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos é de 8,5 % (2020: 7,73%). Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional.

14 Empréstimos e Financiamentos

As movimentações de empréstimos e financiamentos são como segue:

Controladora

Referência	Sociedade	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31/12/2021	31/12/2020
(b)	Arteris	US$	Capital de giro	Var Cambial + 0,9550% a.a.	mar-22	Sem garantia	279.605	–
(b)	Arteris	US$	Capital de giro	Var Cambial + 1,56% a.a.	mar-21	Sem garantia	–	260.735
(b)	Arteris	US$	Capital de giro	Var Cambial + 1,1975% a.a.	set-21	Sem garantia	–	260.547
			Total				279.605	521.282

Consolidado

Referência	Sociedade	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31/12/2021	31/12/2020
(b)	Arteris	US$	Capital de giro	Var Cambial + 0,9550% a.a.	mar-22	Sem garantia	279.605	–
(b)	Arteris	US$	Capital de giro	Var Cambial + 1,56% a.a.	mar-21	Sem garantia	–	260.735
(b)	Arteris	US$	Capital de giro	Var Cambial + 1,1975% a.a.	set-21	Sem garantia	–	260.547
(c)	Intervias	Real	2ª Emissão de Nota Promissória	CDI + 3,5% a.a.	abr-21	Sem garantia	–	207.975
			Subtotal				279.605	729.257
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58% a.a.	dez-25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	150.781	189.831
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62% a.a.	mar-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	32.929	37.905
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	20.605	21.702
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP a.a.	jan-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	243	283
(a)	Fluminense	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,45% a.a.	dez-24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	166.695	214.857
(a)	Fluminense	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP e TJLP+2,45% a.a.	nov-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	246.243	286.700
(a)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,05% a.a.	mar-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	289.580	374.118
(a)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,25% a.a.	dez-29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	118.730	129.015
(a)	Litoral Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32%a.a.	jun-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	–	431.021
(a)	Litoral Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP a.a.	jun-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	–	2.868
(a)	ViaPaulista	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+6,42% a.a.	set-45	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	994.312	832.598
			Subtotal				2.020.118	2.520.898
						Custo de transação	(45.792)	(51.587)
						Total Geral	2.253.931	3.198.568
						Circulante	568.814	1.062.637
						Não circulante	1.685.117	2.135.931
						Total	2.253.931	3.198.568

Controladora/Consolidado

Moeda estrangeira	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Total
Saldo inicial	521.282	521.282	203.525	203.525
Captações/Renovações	285.210	285.210	534.570	534.570
Juros provisionados	5.383	5.383	12.419	12.419
Imposto de renda retido sobre juros	(852)	(852)	(2.017)	(2.017)
Amortização de principal	(552.385)	(552.385)	(278.570)	(278.570)
Pagamento de juros	(5.857)	(5.857)	(11.810)	(11.810)
Variação cambial	26.824	26.824	63.165	63.165
Saldo final	279.605	279.605	521.282	521.282

Consolidado

Moeda nacional	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não Circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não Circulante	31/12/2020 Total
Saldo inicial	545.892	2.182.982	2.728.874	260.856	1.944.931	2.205.787
Captações/Renovações	–	90.000	90.000	200.030	363.804	563.834
Juros provisionados	255.100	–	255.100	179.971	25.251	205.222
Amortização de principal	(884.835)	–	(884.835)	(138.217)	–	(138.217)
Pagamento de juros	(169.021)	–	(169.021)	(107.752)	–	(107.752)
Transferência	545.033	(545.033)	–	151.004	(151.004)	–
	292.169	1.727.949	2.020.118	545.892	2.182.982	2.728.874
Custo de transação	(2.960)	(42.832)	(45.792)	(4.537)	(47.051)	(51.588)
Saldo final	289.209	1.685.117	1.974.326	541.355	2.135.931	2.677.286

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias. Em 12 de novembro de 2021, a Litoral Sul quitou o saldo de R$371.784 referente ao financiamento de longo prazo junto ao BNDES. (b) Contrato ativo de empréstimos em moeda estrangeira na modalidade 4131 no valor de US$50.000, celebrado junto ao *The Bank of Nova Scotia*. Para proteção da exposição à variação cambial, a Sociedade contratou também, na mesma data de contratação do empréstimo, operações de "*swap*" junto ao Scotia Bank do Brasil de forma a converter a variação cambial acrescida do *spread* pré-fixado de 0,9550% ao ano para CDI+1,25% ao ano. Os recursos obtidos serão destinados à execução do plano de investimentos do grupo e reforço de capital de giro. Houve a liquidação de dois contratos com vencimentos em março e setembro de 2021. As operações de "*swap*" atreladas a estes empréstimos, foram liquidadas na mesma data. (c) Refere a 2ª emissão de Notas Promissórias ocorrida em 22 de abril de 2020. Foram emitidas 10 notas promissórias ao valor nominal unitário de R$ 20.000 cada totalizando R$200.000. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) acrescentado do *spread* de 3,5%a.a. e prazo de 360 dias para resgate. Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas brutas dos custos de transações apresentadas no passivo não circulante relativas aos empréstimos e financiamentos do consolidado possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2023	302.855
2024	285.880
2025	172.369
2026	123.492
Após 2026	843.353
	1.727.949

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES, possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são: 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: a) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA – *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). E, exclusivamente para os contratos da Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias e Autopista Litoral sul: 2) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre Patrimônio Líquido e "Passivo Total" 3) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições: Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior. Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes: i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora; ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente. A 2ª Emissão de Nota Promissória da Intervias possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

(a) Apresentar trimestralmente, índice de alavancagem menor ou igual a 3,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{(EBITDA Ajustado– Ônus fixo pago)}}$$

Onde: i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa

ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais (*); (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais (*); e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

iii) Ônus Fixo Pago = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo

iv) Apresentar trimestralmente, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula

$$ICSD = \frac{\text{Disponibilidades + FCAO}}{\text{Dívida Curto Prazo}}$$

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

Onde: i) Disponibilidades = saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

ii) FCAO = Fluxo de Caixa de Atividade Operacionais apresentado no fluxo de caixa indireto da Emissora dos últimos 12 (doze) meses

iii) Dívida Curto Prazo = soma de todos os saldos dos empréstimos e debentures vincenda nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração. A Sociedade e suas controladas estão cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

15 Risco Sacado

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo consolidado é de R$10.778 (R$10.177 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com fornecedores da Sociedade e suas controladas que aderirem ao contrato, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, em troca de poderem efetuar a antecipação dos seus recebíveis descontando os valores junto ao banco, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra as controladas para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite consolidado de R$48.000 e taxa média de desconto para os fornecedores anteciparem seus recebíveis de 0,60% ao mês.

16 Debêntures

As movimentações das debêntures são como segue:

Controladora

Sociedade	Moeda	Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Arteris	Real	5ª emissão – 3ª série	161.540	IPCA + 5,09% a.a.	out-24	204.634	184.700
Arteris	Real	9ª emissão – 1ª série	450.000	IPCA + 4,8392% a.a.	set-27	511.639	459.897
Arteris	Real	9ª emissão – 2ª série	1.004.000	CDI + 2,50% a.a.	set-25	1.032.383	1.013.404
						1.748.656	1.658.001
					Custo de transação	(22.975)	(24.981)
					Total geral	1.725.681	1.633.020
					Circulante	31.714	8.926
					Não Circulante	1.693.967	1.624.094
					Total	1.725.681	1.633.020

Consolidado

Sociedade	Moeda	Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Arteris	Real	5ª emissão – 3ª série	161.540	IPCA + 5,09% a.a.	out-24	204.634	184.700
Arteris	Real	9ª emissão – 1ª série	450.000	IPCA + 4,8392% a.a.	set-27	511.639	459.897
Arteris	Real	9ª emissão – 2ª série	1.004.000	CDI + 2,50% a.a.	set-25	1.032.383	1.013.404
						1.748.656	1.658.001
Intervias	Real	5ª emissão – 2ª série	191.177	CDI+0,90% a.a.	mai-23	193.428	191.853
Intervias	Real	5ª emissão – 3ª série	282.813	CDI+1,35% a.a.	mai-25	286.310	283.973
Intervias	Real	5ª emissão – 4ª série	126.010	IPCA+6,76% a.a.	mai-25	155.884	140.690
Intervias	Real	7ª emissão – série única	400.000	CDI+0,69% a.a.	set-24	408.391	402.700
Intervias	Real	8ª emissão – série única	500.000	CDI+1,66% a.a.	mai-26	507.290	–
						1.551.303	1.019.216
ViaPaulista	Real	2ª emissão – série única	400.000	IPCA + 3,9407% a.a.	jun-27	384.164	390.356
						384.164	390.356
Planalto Sul	Real	2ª emissão – série única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez-25	155.993	157.568
						155.993	157.568
Fernão Dias	Real	4ª emissão – série única	65.000	IPCA+7,53% a.a.	set-26	106.526	93.036
						106.526	93.036
Régis Bittencourt	Real	8ª emissão – 1ª série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun-31	1.239.233	1.105.824
Régis Bittencourt	Real	8ª emissão – 2ª série	700.000	CDI + 0,86% a.a.	jun-27	692.201	730.094
						1.931.434	1.835.918
Litoral Sul	Real	10ª emissão – 1ª série	245.980	CDI+1,55%	out-31	1.795.787	–
Litoral Sul	Real	10ª emissão – 2ª série	1.754.020	IPCA+5,8550%	out-28	249.263	–
						2.045.050	–
					Subtotal	7.923.126	5.154.095
					Custo de transação	(168.109)	(97.056)
					Total geral	7.755.017	5.057.039
					Circulante	447.782	210.867
					Não Circulante	7.307.235	4.846.172
					Total	7.755.017	5.057.039

continua ...

Fernão Dias

arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

Controladora	31/12/2021			31/12/2020		
Moeda nacional	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	14.161	1.643.840	1.658.001	21.452	1.629.081	1.650.533
Captações/Renovações	–	–	–	–	1.454.000	1.454.000
Juros provisionados	102.374	67.214	169.588	79.295	14.982	94.277
Amortização de principal	–	–	–	(964.832)	(492.247)	(1.457.079)
Pagamento de juros	(78.933)	–	(78.933)	(83.730)	–	(83.730)
Transferência	2	(2)	–	961.976	(961.976)	–
	37.604	1.711.052	1.748.656	14.161	1.643.840	1.658.001
Custo de transação	(5.890)	(17.085)	(22.975)	(5.235)	(19.746)	(24.981)
Saldo final	31.714	1.693.967	1.725.681	8.926	1.624.094	1.633.020

Consolidado	31/12/2021			31/12/2020		
Moeda nacional	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	225.326	4.928.769	5.154.095	268.871	4.960.658	5.229.529
Captações/Renovações	–	3.050.000	3.050.000	–	1.454.000	1.454.000
Juros provisionados	318.376	326.561	644.937	155.692	171.815	327.507
Amortização de principal	(681.288)	–	(681.288)	(1.201.806)	(492.247)	(1.694.053)
Pagamento de juros	(229.851)	(14.767)	(244.618)	(162.888)	–	(162.888)
Transferência	839.424	(839.424)	–	1.165.457	(1.165.457)	–
	471.987	7.451.139	7.923.126	225.326	4.928.769	5.154.095
Custo de transação	(24.205)	(143.904)	(168.109)	(14.459)	(82.597)	(97.056)
Saldo final	447.782	7.307.235	7.755.017	210.867	4.846.172	5.057.039

Em 12 de novembro de 2021, a Litoral Sul quitou o saldo de R$556.743 referente a 9ª emissão de debêntures públicas, no valor nominal de R$550.000 com juros remuneratórios a 1,62% do CDI. As debêntures da 5ª, 7ª e 8ª emissões da Intervias, não possuem garantias. As debêntures da 1ª e 2ª séries da 9ª emissão da Sociedade não possuem garantias, já as debêntures da 1ª e 3ª séries da 5ª emissão são garantidas por: 1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Arteris Participações. 2. Cessão fiduciária de 100% do fluxo de dividendos da Intervias. As debêntures da 4ª emissão da Fernão Dias e da 2ª emissão da Planalto Sul são garantidas por: 1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora. 2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora. 3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão. As debêntures da 2ª emissão da ViaPaulista são garantidas por: 1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A. As debentures da 1ª e 2ª séries da 8ª emissão da Autopista Régis Bittencourt são garantidas por: 1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Autopista Régis Bittencourt; 2. Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Autopista Régis Bittencourt; 3. Direitos Emergentes da concessão. As debêntures da 10ª emissão da Autopista Litoral Sul são garantidas por: 1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A. Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas brutas dos custos de transações apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2023	–	457.687
2024	458.696	1.101.435
2025	473.600	1.306.111
2026	334.667	965.153
Após 2026	444.089	3.620.753
Total	1.711.052	7.451.139

As debêntures de emissão da Sociedade, assim como as de emissão de suas controladas, contêm cláusulas restritivas, que caso não cumpridas, podem ensejar em vencimento antecipado conforme estipulados nas cláusulas das escrituras de emissão de cada uma dessas emissões, as quais estão devidamente arquivadas na CVM. Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade e suas controladas, estão adimplentes em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures. As escrituras de emissão da 5ª e 9ª emissão de debêntures da Controladora possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo: (a) Apresentar trimestralmente, índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 4,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Alavancagem = Dívida Líquida consolidada / (EBITDA Ajustado consolidado – Ônus fixo pago consolidado)

Onde: (i) Dívida Líquida consolidada = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades. (ii) EBITDA Ajustado consolidado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

(iii) Ônus Fixo Pago consolidado = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo, deduzidos os pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito da Rodovia dos Calçados e pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito de leilões de novas licitações. E exclusivamente para a 5ª emissão de debentures: (a) Apresentar trimestralmente, índice de cobertura de despesa financeira consolidado maior ou igual a 1,3, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Cobertura despesa financeira = (EBITDA Ajustado Consolidado – Ônus fixo pago consolidado) / (Despesas Financeiras)

Onde: (i) EBITDA Ajustado consolidado = lucro (prejuízo) líquido consolidado antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

(ii) Ônus Fixo Pago consolidado = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo consolidado, deduzidos os pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito da Rodovia dos Calçados e pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito de leilões de novas licitações. (iii) Despesas Financeiras = o conjunto das despesas financeiras consolidadas, conforme indicado nas demonstrações contábeis consolidadas. As escrituras de emissão da 5ª e 7ª emissão de debentures da Intervias, da 2ª emissão da ViaPaulista, da 2ª emissão da Autopista Planalto Sul, da 4ª emissão da Autopista Fernão Dias, da 8ª emissão da Autopista Régis Bittencourt e da 10ª emissão da Autopista Litoral Sul possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo: Autopista Planalto Sul e Autopista Fernão Dias

Possuem as mesmas cláusulas restritivas dos contratos com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Empréstimos e Financiamentos. Intervias

(b) Apresentar trimestralmente, índice de alavancagem menor ou igual a 3,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Alavancagem = Dívida Líquida / (EBITDA Ajustado – Ônus fixo pago)

Onde: (j) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades. (jj) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

(jjj) Ônus Fixo Pago = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo. (c) Apresentar trimestralmente, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula

ICSD = (Disponibilidades + FCAO) / Dívida Curto Prazo

Onde: (i) Disponibilidades = saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(ii) FCAO = Fluxo de Caixa de Atividade Operacionais apresentado no fluxo de caixa indireto da Emissora dos últimos 12 (doze) meses

(iii) Dívida Curto Prazo = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures vincenda nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração. ViaPaulista

Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

ICSD = Geração de Caixa da Atividade / Serviço da Dívida

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
		(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

(b) A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). (c) A Arteris S.A., na condição de fiadora, deve apresentar trimestralmente índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 4,5 o qual é calculado de acordo com a fórmula exposta na seção das debentures da Controladora. Autopista Régis Bittencourt

1. Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,2, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

ICSD = (EBITDA Ajustado – Impostos – CAPEX) / Serviço da Dívida

Onde: (i) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

(ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD

(iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto

(b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). 2. A partir do exercício social de 2027, apresentar trimestralmente índice de alavancagem, de acordo com cada ano, menor ou igual a:

3,0 – 2027
2,5 – 2028
2,0 – 2029
1,5 – 2030
1,0 – 2031

Alavancagem = Dívida Líquida / EBITDA Ajustado

Onde: (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures menos todas as disponibilidades. (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. Autopista Litoral Sul

Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) a Sociedade estiver em mora com relação a qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures; (b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Ativo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). (c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,2, o qual será acompanhado trimestralmente e calculado de acordo com a seguinte fórmula:

ICSD = (EBITDA Ajustado – Impostos – CAPEX) / Serviço da Dívida

Onde:

(i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto. Ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade. (d) a Sociedade deverá apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado), de acordo com cada ano, menor ou igual a: 4,5 – entre 2021 e 2023

4,0 – em 2024
3,5 – em 2025
3,0 – em 2026
2,5 – em 2027
2,0 – entre 2028 e 2029
1,0 – entre 2030 e 2031

Onde: (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa; e (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. A Sociedade e suas controladas estão cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

17 Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro e execução do plano de investimentos do Grupo Arteris. Os saldos e transações realizadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, com partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Ativo circulante	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas				
Contas a receber:				
Autovias S.A. (a)	23	508	–	–
Centrovias S.A. (a)	1.288	2.415	–	–
Intervias S.A. (a)	3.774	2.997	–	–
Vianorte S.A. (a)	–	322	–	–
Planalto Sul S.A. (a)	1.812	1.610	–	–
Fluminense S.A. (a)	2.317	2.925	–	–
Fernão Dias S.A. (a)	3.600	3.318	–	–
Régis Bittencourt S.A. (a)	4.385	3.956	–	–
Litoral Sul S.A. (a)	5.319	5.459	–	–
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	58	402	–	–
ViaPaulista S.A. (a)	960	5.899	–	–
Outras partes relacionadas				
Contas a receber:				
PDC Participações S.A.	65	233	65	233
Contas a receber de partes relacionadas circulante	23.601	30.044	65	233
Juros sobre capital próprio:				
Autovias S.A. (d)	7.257	7.257	–	–
Centrovias S.A. (d)	6.231	6.231	–	–
Intervias S.A. (d)	3.231	1.180	–	–
Vianorte S.A. (d)	17.067	17.067	–	–
Litoral Sul S.A. (d)	27.416	–	–	–
Arteris Participações (d)	5.369	1.236	–	–
ViaPaulista S.A. (d)	–	1.884	–	–
Juros sobre capital próprio a receber	66.571	34.855	–	–
Dividendos a receber:				
Autovias S.A. (d)	418	418	–	–
Centrovias S.A. (d)	201	–	–	–
Intervias S.A. (d)	13.631	–	–	–
Vianorte S.A. (d)	89	–	–	–
Arteris Participações (d)	10.090	–	–	–
ViaPaulista S.A. (d)	949	2.574	–	–
Dividendos a receber	25.378	2.992	–	–
Total parte relacionada no ativo circulante	115.550	67.891	65	233

Ativo não circulante	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mútuos a receber:				
Fluminense S.A. (b)	–	297.357	–	–
Litoral Sul S.A. (b)	676.154	544.116	–	–
Debêntures a receber:				
Planalto Sul S.A. (j)	168.581	85.145	–	–
Fluminense S.A. (e)	887.874	467.000	–	–
Fernão Dias S.A. (k)	152.739	60.494	–	–
Litoral Sul S.A. (f)	876.002	930.463	–	–
Créditos financeiros com controladas não circulante	2.761.350	2.484.575	–	–
Total do ativo não circulante	2.761.350	2.484.575	–	–

Passivo circulante	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Controladas				
Contas a pagar:				
Autovias S.A. (a)	–	76	–	–
Fernão Dias S.A. (a)	10	–	–	–
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	–	1	–	–
ViaPaulista S.A. (a)	9	–	–	–
Passivos com partes relacionadas circulante	19	77	–	–
Debêntures a pagar:				
Autovias S.A. (h)	–	82.304	–	–
Centrovias S.A. (i)	–	43.987	–	–
Intervias S.A. (g)	–	524.637	–	–
Empréstimos com partes relacionadas circulante	–	650.928	–	–
Total do passivo circulante	19	651.005	–	–

Passivo não circulante	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mútuos a pagar:				
Autovias S.A. (c)	46.944	56.721	–	–
Centrovias S.A. (c)	101.213	96.393	–	–
Vianorte S.A. (c)	123.861	129.711	–	–
Debêntures a pagar:				
Autovias S.A. (h)	125.442	37.320	–	–
Centrovias S.A. (i)	117.263	67.968	–	–
Intervias S.A. (g)	821.317	103.966	–	–
Empréstimos partes relacionadas não circulante	1.336.040	492.079	–	–
Total do passivo não circulante	1.336.040	492.079	–	–

A movimentação dos empréstimos com partes relacionadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão representados conforme abaixo:

Controladora	31/12/2021			31/12/2020		
Ativos Circulante e Não Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	–	2.484.575	2.484.575	–	1.997.165	1.997.165
Captações/Liberação	–	343.246	343.246	–	411.200	411.200
Juros provisionados	75	152.655	152.730	15.774	73.886	89.660
Amortização/Recebimento de principal	(83.500)	(54.004)	(137.504)	–	–	–
Pagamento/Recebimento de juros	(927)	(57.996)	(58.923)	–	–	–
IR recuperar	118	(22.892)	(22.774)	(2.367)	(11.083)	(13.450)
Transferências	84.234	(84.234)	–	(13.407)	13.407	–
Saldo final	–	2.761.350	2.761.350	–	2.484.575	2.484.575

Controladora	31/12/2021			31/12/2020		
Passivos Circulante e Não Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	650.928	492.079	1.143.007	–	1.138.832	1.138.832
Captações/Liberação	–	360.000	360.000	–	–	–
Juros provisionados	19.830	59.537	79.367	2.268	47.577	49.845
Amortização/Recebimento de principal	(215.198)	–	(215.198)	(295)	–	(295)
Pagamento/Recebimento de juros	(18.006)	(1.181)	(19.187)	(27.825)	(10.039)	(37.864)
IR recuperar	(2.974)	(8.975)	(11.949)	(341)	(7.170)	(7.511)
Transferências	(434.580)	434.580	–	677.121	(677.121)	–
Saldo final	–	1.336.040	1.336.040	650.928	492.079	1.143.007

	Controladora	
Receitas (despesas) financeiras líquidas:	31/12/2021	31/12/2020
Outras partes relacionadas		
Autovias S.A.	(9.785)	(7.535)
Centrovias S.A.	(11.915)	(8.136)
Intervias S.A.	(50.252)	(28.005)
Vianorte S.A.	(7.415)	(6.169)
	(79.367)	(49.845)
Planalto Sul S.A.	7.218	2.252
Fluminense S.A.	47.724	28.099
Fernão Dias S.A.	5.583	1.586
Litoral Sul S.A.	92.131	57.723
	152.656	89.660

(a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Sociedade adota um critério de rateio de custos da "*Holding*", baseando-se na receita das controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados sem cobrança de taxas administrativas, com vencimento médio de 45 dias. A partir de 2019 os gastos com investimentos que forem rateados para as empresas do grupo serão proporcionais aos investimentos de cada empresa. (b) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais *spread* de 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal a partir de dezembro de 2024. (c) Contratos de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais *spread* de 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal, em dezembro de 2024 para Vianorte, Autovias e Centrovias. (d) Refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a receber. (e) Refere-se a instrumento particular de escritura de 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissão de debêntures simples, de série única, não conversível em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Fluminense e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Fluminense. Os referidos títulos da 2 ª, 3ª e 4ª serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, já o título da 5ª emissão é remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano e da 6ª emissão é remunerado a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1% ao ano entre a data de emissão e o dia 30 de junho de 2021 e a partir de 01 abril de 2021 o *sread* passa para 1,6% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos para 31 de dezembro 2024. (f) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 2ª 3ª, 4ª 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Litoral Sul e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Litoral Sul. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do "*spread*" de 1,4% ao ano para a 2ª emissão, 1% ao ano para a 6ª, 7ª e 8ª emissão e de 1,5% ao ano para as demais, todas com vencimento do principal e juros para 31 de dezembro de 2024. (g) Refere-se a instrumento particular de escritura de 4ª, 6ª, 8ª e 10ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Intervias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 2,0% ao ano para a 4ª emissão, 1,2% ao ano para a 6ª emissão e 1,0% para a 8ª e 10ª emissão, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2024. (h) Refere-se a instrumento particular de escritura de 7ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Autovias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,2% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2024. (i) Refere-se a instrumento particular de escritura de 7ª e 8ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Centrovias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,2% ao ano para a 7ª emissão e 1,0% ao ano para a 8ª emissão, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2024. (j) Referem-se a 5ª e 6ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Planalto Sul para execução do plano de investimentos emitidas em 20 de maio de 2019 e 5 de fevereiro de 2020, respectivamente. Os referidos títulos são remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread* de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2024. (k) Refere-se da 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Fernão Dias para execução do plano de investimentos emitidas em 20 de maio de 2019. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread* respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2024. Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção realizou em 31 de dezembro de 2021 obras exclusivamente nas rodovias das concessionárias do Grupo Arteris, em território nacional, registradas no intangível das concessionárias do Grupo Arteris, que no consolidado representam o valor de R$22.439 (R$68.474 em 31 de dezembro de 2020). No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R$678 (R$656 em 31 de dezembro de 2020) na Controladora, já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R$26.066 (R$28.016 em 31 de dezembro de 2020) no Consolidado, a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração com encargos	16.039	25.323
Participação nos resultados	4.860	2.692
Incentivo de longo prazo	5.167	–
Total	26.066	28.016

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R$22.274 para o Consolidado. Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pelo Grupo Arteris e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

18 Arrendamento Mercantil a Pagar

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

Controladora	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	617	39.696	40.313	2.312	5.384	7.696
Remensuração	–	2.792	2.792	–	–	–
Adições/reversões	–	1.556	1.556	–	35.346	35.346
Utilização	(7.217)	–	(7.217)	(5.096)	–	(5.096)
Ajuste a valor presente – AVP	4.296	–	4.296	2.367	–	2.367
Transferência	5.002	(5.002)	–	1.034	(1.034)	–
Saldo final	2.698	39.042	41.740	617	39.696	40.313

Consolidado	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	30.122	142.184	172.306	31.477	47.173	78.650
Remensuração	1.428	7.002	8.430	–	–	–
Adições/reversões	5.076	12.204	17.280	6.477	143.418	149.895
Utilização (*)	(46.298)	(36)	(46.334)	(52.614)	(9.680)	(62.294)
Ajuste a valor presente – AVP	14.703	–	14.703	7.243	(1.188)	6.055
Transferência	25.224	(25.224)	–	37.539	(37.539)	–
Saldo final	30.255	136.130	166.385	30.122	142.184	172.306

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2023	5.053	26.548
2024	5.931	32.756
2025	5.931	28.843
2026	3.947	8.774
Após 2026	18.180	39.209
	39.042	136.130

Em 31 de dezembro de 2021, não houve despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos na controladora. No consolidado é como segue:

Consolidado	31/12/2021		31/12/2020	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R$5)
Guinchos	80	–	835	–
Veículos	–	–	124	–
Veículos operacionais	3	–	524	–
Computadores e periféricos	90	–	28	–
Imóveis	54	–	42	–
Outros	72	190	2.065	18
Total	299	190	3.618	18

(*) Das utilizações os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referente aos arrendamentos foram de R$6.616 para a controladora e R$42.775 para o consolidado (R$5.280 e R$75.352 respectivamente para 31 de dezembro de 2020). O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são respectivamente R$765 e R$3.521 para PIS e Cofins (R$1.028 e R$4.734 respectivamente para 31 de dezembro de 2020). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a taxa média consolidada é de 9,10% a.a.. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES.

19 Benefícios a Empregados

O Grupo Arteris concede a seus empregados a participação nos lucros e resultado anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados "PPR" registrados em 31 de dezembro de 2021, na rubrica "Obrigações sociais" são de R$13.984 na Controladora (R$10.160 em 31 de dezembro de 2020) e R$31.811 no consolidado (R$23.298 em 31 de dezembro de 2020). Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – EBITDA consolidado e por entidade do Grupo Arteris, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. O Grupo Arteris provê a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

20 Credores pela Concessão

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente. Para a controlada ViaPaulista, refere-se ao valor do ônus da concessão, devido à ARTESP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente. Os valores dos ônus das concessões foram liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias, e em março de 1998 pela Vianorte, onde a Autovias, a Centrovias e a Vianorte foram totalmente liquidadas em 2019 e a Intervias teve as parcelas liquidadas neste período. Os montantes foram reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. O valor do ônus da controlada ViaPaulista foi liquidado em duas parcelas, sendo que a primeira foi paga na data da assinatura do contrato, em conjunto com o ágio ofertado corrigido, e a segunda parcela da outorga fixa foi liquidada na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente e foi corrigida desde a data base do contrato em outubro de 2017. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

		Consolidado – Valor presente	
Circulante		31/12/2021	31/12/2020
Intervias	Parcela variável (a)/(b)	933	816
ViaPaulista	Parcela variável (c)	1.435	1.251
Total		2.368	2.067

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas das concessionárias). (b) Valor variável correspondente a 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. (c) Valor variável correspondente a 3,0% da receita bruta de pedágio mensal. O valor do ônus da concessão da Intervias foi liquidado em 240 parcelas mensais sendo a última em janeiro de 2020. Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 ao Poder Concedente estão assim representados:

continua ...

arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2021		
	Outorga		
	Fixa	Variável	Valor pago
Intervias	–	10.514	10.514
ViaPaulista	–	14.578	14.578
Total	–	25.092	25.092

	31/12/2020		
	Outorga		
	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	–	7	7
Centrovias	–	5.684	5.684
Intervias	800	8.776	9.576
ViaPaulista	–	13.509	13.509
Total	800	27.976	28.776

21 Provisões

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos individuais e consolidados dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve movimentações para a controladora.

	Consolidado					
	31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2021
Cíveis	37.516	30.123	(13.809)	(17.983)	3.268	39.115
Trabalhistas	13.167	15.030	(8.274)	(10.554)	–	9.369
Regulatório	63.005	10.206	(8.979)	(2.625)	4.865	66.472
Fiscal	–	356	(213)	(27)	–	116
Total	113.688	55.715	(31.275)	(31.189)	8.133	115.072

	Consolidado					
	31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2020
Cíveis	33.739	23.194	(5.021)	(14.396)	–	37.516
Trabalhistas	15.807	15.551	(9.521)	(8.670)	–	13.167
Regulatório	59.491	4.385	(2.977)	(447)	2.553	63.005
Total	109.037	43.130	(17.519)	(23.513)	2.553	113.688

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros. Na esfera trabalhista, em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações de terceiros em obras nas concessionárias. No regulatório, os principais movimentos referem-se a processos administrativos e judiciais relativos a ANTT e ARTESP. Periodicamente as concessionárias realizam revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R$66.472 (R$63.005 em 31 de dezembro de 2020). Existem ainda outros processos regulatórios com a ANTT e ARTESP cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que totalizam R$95.306 (R$85.684 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados abaixo:

Possíveis

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis (*)	50.392	45.006
Trabalhistas	6.660	6.320
Ambiental	4.867	3.079
Fiscal	20.184	12.085
Total	82.103	66.490

(*) Os processos possíveis classificados como cíveis advêm em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc. Em 31 de dezembro de 2021 os depósitos judiciais de R$8.341 e R$96.832, na Controladora e no Consolidado, respectivamente, (R$8.463 e R$102.849, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais em que não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto, exceto no Consolidado onde o montante de R$1.469 está relacionado a processos cujo prognóstico de perda é provável e as provisões foram registradas pelo Grupo Arteris. O saldo referente aos depósitos de naturezas diversas, das concessionárias estaduais, federais e da Controladora é composto da seguinte forma:

Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Auto infração	–	–	667	852
Desapropriação	–	–	–	1.034
Cível	2.411	2.410	84.810	87.318
Trabalhista	28	37	4.908	7.041
Fiscal	5.902	6.016	6.447	6.604
Total	8.341	8.463	96.832	102.849

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e 3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020, considerando os valores da próxima intervenção de acordo com o contrato de concessão, para as federais temos ciclos de 4 anos, estaduais de 6 anos e especificamente para a ViaPaulista os ciclos são de 5 anos.

c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

Provisões	Circulante		Não circulante		Total (Consolidado)	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2020	80.664	285.884	124.656	236.584	205.320	522.468
Adições/Reversões	–	53.242	8.576	189.854	8.576	243.096
Utilizações	(1.024)	(306.448)	–	–	(1.024)	(306.448)
Ajuste a valor presente	1.433	8.660	7.985	14.550	9.418	23.210
Transferências	14.248	177.484	(14.248)	(177.484)	–	–
Saldo em 31/12/2021	95.321	218.822	126.969	263.504	222.290	482.326

Provisões	Circulante		Não circulante		Total (Consolidado)	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2019	76.609	255.918	140.577	157.951	217.186	413.869
Adições/Reversões	–	147.347	(20.153)	206.744	(20.153)	354.091
Utilizações	(358)	(270.640)	–	–	(358)	(270.640)
Ajuste a valor presente	–	10.444	8.645	14.704	8.645	25.148
Transferências	4.413	142.815	(4.413)	(142.815)	–	–
Saldo em 31/12/2020	80.664	285.884	124.656	236.584	205.320	522.468

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referente às manutenções realizadas foram de R$299.697 (R$261.076 em 31 de dezembro de 2020).

22 Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$5.353.848 (R$5.103.848 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 760.338.900 (731.481.274 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias sem valor nominal. Em 21 de setembro de 2021 foi aprovado aumento de capital através de AGE no valor de R$250.000 com emissão de 28.857.626 ações novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional.

Reserva legal e retenção de lucros – Controladora

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Ajuste do patrimônio líquido – Controladora

O valor de R$22.271 representa o ajuste do patrimônio líquido efetuado na Sociedade por variação cambial capitalizada.

Distribuição de dividendos – Controladora

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

23 Receitas

Estão representadas e a conciliação entre receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta:		
Receita de serviços prestados	2.935.650	2.665.122
Receita de serviços de construção	1.559.256	1.141.885
Outras receitas	53.168	47.814
	4.548.074	3.854.821
Deduções:		
ISSQN	(147.824)	(134.836)
PIS	(19.410)	(16.594)
COFINS	(89.585)	(76.295)
Outras deduções	(2.666)	(1.477)
Receita líquida	(259.485)	(229.202)

24 Custos e Despesas Administrativas por Natureza

Estão representados por:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Custos:		
Com pessoal	(189.488)	(162.003)
Serviços de terceiros	(139.509)	(158.154)
Conservação	(145.504)	(128.998)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(16.483)	(16.209)
Consumo	(34.541)	(33.124)
Transportes	(30.848)	(27.306)
Verba de fiscalização	(71.132)	(67.453)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(1.759)	654
Seguros/Garantias	(18.928)	(21.803)
Ônus variável	(25.393)	(27.456)
Provisão de manutenção em rodovias	(243.096)	(354.091)
Custos de serviços da construção	(1.559.256)	(1.141.885)
Depreciação/Amortização	(905.103)	(876.573)
Amortização da Outorga	(53.820)	(53.358)
Outros	(5.090)	1.197
Total	(3.439.950)	(3.066.562)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(1.011)	2.841	(102.634)	(89.498)
Serviços de terceiros	(4.528)	1.255	(23.638)	(23.830)
Manutenção de bens e conservação	2	(2)	(11.805)	(13.778)
Consumo	(15)	(22)	(10.124)	(9.090)
Transportes	7	(5)	(513)	(506)
Seguros/Garantias	(29)	(20)	(300)	(598)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	–	–	(22.004)	(24.712)
Comunicação e marketing	–	(3)	(2.875)	(2.126)
Indenizações à terceiros	–	–	(513)	(2.681)
Publicações legais	–	–	(2.204)	(2.141)
Depreciação/Amortização	(17.067)	(17.714)	(23.666)	(22.001)
Outros	2	(100)	(7.184)	(8.824)
Total	(22.639)	(13.770)	(207.460)	(199.785)

25 Resultado Financeiro

Está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:				
Juros ativos	152.730	89.660	–	–
Aplicações financeiras	5.773	6.574	65.780	19.311
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	–	–	21	59
Créditos fiscais (a)	910	1.165	2.162	39.392
Atualização monetária dos processos regulatórios	–	–	–	1.001
Outras receitas	–	–	1.613	642
Total	159.413	97.399	69.576	60.405

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(254.338)	(156.541)	(719.286)	(449.862)
Atualização monetária do ônus da concessão	–	–	–	(3)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(4.296)	(2.367)	(47.258)	(39.644)
Outras despesas	(21.421)	(9.501)	(69.589)	(41.103)
Total	(280.055)	(168.409)	(836.133)	(530.612)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outros resultados financeiros líquidos:				
Variação cambial líquida	(26.886)	(63.293)	(27.192)	(63.896)
Operações de swap líquidas	5.374	58.261	5.374	58.261
Ajustes a valor de mercado de derivativos líquidos	5.153	(6.422)	5.153	(6.422)
Total	(16.359)	(11.454)	(16.665)	(12.057)

Encargos financeiros (*)

(a) Créditos fiscais na atualização de impostos a recuperar e recuperação de créditos com PIS e a COFINS. A partir de 01/07/2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente, de acordo com o Decreto Nº 8.426, de 1º de Abril de 2015. Porém após a Instrução Normativa RFB Nº 1731, de 22 de agosto de 2017, as tributações destes impostos não se aplicam a companhias de concessões rodoviárias, que após apresentação dos Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), gerou o crédito fiscal estornando os impostos já reconhecidos. (*) Do total dos juros de empréstimos e financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$905.420, o montante de R$186.134 foi capitalizado (R$545.148 e R$95.286 em 31 de dezembro de 2020) e reconhecido como adição de intangível na demonstração dos fluxos de caixa de investimento – Consolidado.

26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção	1.812.231	1.230.149
Total das adições de imobilizado	8.149	10.934
Juros capitalizados – Mútuos e Debêntures privadas	(35.295)	(36.625)
Juros capitalizados – financiamentos	(72.510)	(46.795)
Juros capitalizados – debêntures	(78.329)	(11.866)
	1.634.246	1.145.797
Aquisição (adições)	(1.634.246)	(1.145.797)
Depósitos judiciais para desapropriação	(2.339)	4.574
Fornecedores	75.139	44.999
Obrigações fiscais	58.461	8.816
Contas a pagar – partes relacionadas	(13.200)	(5.577)
Cauções contratuais	7.536	(709)
Realização manutenção IFRIC 12 em rodovias	(306.448)	(228.400)
Reversão (provisão) para investimentos em rodovias	7.552	(63.539)
Total dos fluxos de caixa na compra de imobilizado, intangível e infraestrutura em construção	(1.807.545)	(1.385.633)
Fluxo de caixa imobilizado	(8.149)	(10.934)
Fluxo de caixa intangível	(1.799.396)	(1.374.699)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(1.807.545)	(1.385.633)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(173.299)	(239.836)

27 Prejuízo por Ação

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo do prejuízo, prejuízo básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Básico/Diluído				
Prejuízo líquido do exercício	(158.567)	(48.189)	(158.567)	(48.189)
Número de ações durante exercício	739.467	731.481	739.467	731.481
Prejuízo por ação	(0,2144)	(0,0659)	(0,2144)	(0,0659)

Os quadros abaixo apresentam as médias ponderadas das ações:

Evento	Data	Dias (evento e final do exercício)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações (Exercício)
	31/12/2020				731.481.274	731.481.274
Ata AGE	21/09/2021	101	27,67%	28.857.626	760.338.900	7.985.261
	31/12/2021	365			–	739.466.535
					Média ponderada (em milhares)	739.467

28 Instrumentos Financeiros

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	Controladora 31/12/2021 Contábil	31/12/2021 Valor Justo	31/12/2020 Contábil	31/12/2020 Valor Justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	43.565	43.565	85.958	85.958
Aplicação financeira	Nível 2	1	20.040	20.040	13.982	13.982
Contas a receber de partes relacionadas	Nível 2	2	23.601	23.601	30.044	30.044
Empréstimos a receber de partes relacionadas	Nível 2	2	2.761.350	2.761.350	2.484.575	2.484.575
Juros sobre capital próprio receber	Nível 2	2	66.571	66.571	34.855	34.855
Instrumento financeiro derivativo ativo	Nível 2	1	–	–	226	226
Dividendos a receber	Nível 2	2	25.378	25.289	2.992	2.992
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	59.289	59.289	59.257	59.257
Outros créditos	Nível 2	2	364	364	327	327
			3.000.158	3.000.069	2.712.216	2.712.216
Passivo						
Empréstimos moeda estrangeira	Nível 2	2	279.605	279.605	521.282	521.282
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	2	1.336.040	1.336.040	1.143.007	1.143.007
Instrumento financeiro derivativo passivo	Nível 2	1	12.536	12.536	24.564	24.564
Contas a pagar de partes relacionadas	Nível 2	2	19	19	77	77
Debêntures **	Nível 2	1	1.748.656	1.682.289	1.658.001	1.689.983
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	7.853	7.853	1.986	1.986
Outras contas a pagar	Nível 2	2	21.128	21.128	18.397	18.397
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2)) ***	Nível 2	2	41.740	41.740	40.313	40.313
			3.447.577	3.381.210	3.407.627	3.439.609

** Valor bruto

*** Não é escopo do CPC 48

	Nível	Mensuração (*)	Consolidado 31/12/2021 Contábil	31/12/2021 Valor Justo	31/12/2020 Contábil	31/12/2020 Valor Justo
Ativo						
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	1	1.304.901	1.304.901	784.074	784.074
Aplicação financeira	Nível 2	1	419.587	419.587	81.278	81.278
Contas a receber clientes	Nível 2	2	183.385	183.385	151.154	151.154
Contas a receber de partes relacionadas	Nível 2	2	65	65	233	233
Instrumento financeiro derivativo ativo	Nível 2	1	–	–	226	226
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	296.861	296.861	175.377	175.377
Outros créditos	Nível 2	2	19.021	19.021	21.937	21.937
			2.223.820	2.223.820	1.214.279	1.214.279
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2	2.020.118	2.020.118	2.677.286	2.677.286
Empréstimos – Risco sacado	Nível 2	2	10.778	10.778	10.177	10.177
Empréstimos moeda estrangeira	Nível 2	2	279.605	279.605	521.282	521.282
Instrumento financeiro derivativo passivo	Nível 2	1	12.536	12.536	24.564	24.564
Debêntures **	Nível 2	1	7.923.126	7.923.126	5.154.095	5.281.761
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	258.908	258.908	222.671	222.671
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	6.225	6.225	5.787	5.787
Credores pela concessão	Nível 2	2	2.368	2.368	2.067	2.067
Outras contas a pagar	Nível 2	2	130.516	130.516	50.285	50.285
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))/(IFRS 16) ***	Nível 2	2	166.385	166.385	172.306	172.306
			10.810.565	10.810.565	8.840.520	8.968.186

** Valor bruto

*** Não é escopo do CPC48/IFRS 9

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: O Grupo Arteris avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pelo Grupo Arteris com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas do Grupo Arteris, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis. Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado

A Sociedade possui os seguintes saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo:

Instrumento	Valor de referência (nacional) R$ mil	Valor justo do instrumento – ganho (perda) Ativo	Valor justo do instrumento – ganho (perda) Passivo	Vencimento	Índice do banco: Índice	Índice do banco: Taxa de juros	Índice da Sociedade: Índice	Índice da Sociedade: Taxa de juros
								31/12/2021
SWAP-Scotia Bank	279.610	–	(12.536)	29.09.21 29.03.22	US$	Variação cambial + 0,9550% a.a.	R$	CDI+1,25% a.a.
SWAP-Scotia Bank	–	–	–	27.09.21	US$	Variação cambial + 1,1975% a.a.	R$	CDI+1,80% a.a.
		–	(12.536)					

Instrumento	Valor de referência (nacional) R$ mil	Valor justo do instrumento – ganho (perda) Ativo	Valor justo do instrumento – ganho (perda) Passivo	Vencimento	Índice do banco: Índice	Índice do banco: Taxa de juros	Índice da Sociedade: Índice	Índice da Sociedade: Taxa de juros
								31/12/2020
SWAP-Scotia Bank	260.735	226	–	29.09.21	US$	Variação cambial + 0,9550% a.a.	R$	CDI+1,25% a.a.
SWAP-Scotia Bank	260.548	–	(3.488)	25.03.21	US$	Variação cambial + 1,1975% a.a.	R$	CDI+1,80% a.a.
		–	(21.076)	27.09.21				
		226	(24.564)					

No decorrer do exercício ocorreram os seguintes movimentos:

	Valor de referência (nacional) R$ mil	31/12/2020	Swap	Ajuste a valor justo	Pagamento	Recebimento	31/12/2021
SWAP-Scotia Bank	–	226	24.043	1.974	(26.243)	–	(–)
SWAP-Scotia Bank	–	(24.564)	(676)	3.979	–	21.261	–
SWAP-Scotia Bank	279.610	–	(17.991)	(801)	–	6.256	(12.536)
Total		(24.338)	5.376	5.152	(26.243)	27.517	(12.536)

Houve a liquidação de dois contratos de empréstimos com vencimentos em março e setembro de 2021.

Instrumento financeiro derivativo

A Sociedade possui derivativos do tipo "*swap*" contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira.

	Controladora/Consolidado 31/12/2021 Valor Principal (*Notional*)	31/12/2021 Valor justo	31/12/2020 Valor Principal (*Notional*)	31/12/2020 Valor justo
Ponta Ativa:				
Posição Comprada Dólar	279.610	279.777	521.283	520.597
Total	279.610	279.777	521.283	520.597
Ponta Passiva:				
Taxa CDI pós-fixada	291.450	292.313	539.952	544.935
Total	291.450	292.313	539.952	544.935
Instrumento financeiro derivativo líquido	(11.840)	(12.536)	(18.669)	(24.338)

A operação de "*swap*" financeiro consiste na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI pós-fixado. Para o instrumento financeiro derivativo mantido pela Sociedade em 31 de dezembro de 2021, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio da BM&FBOVESPA, não há margens depositadas como garantia das referidas operações. Houve a liquidação de duas operações de "*swap*" atreladas a empréstimos com vencimentos em março e setembro de 2021, ambas sendo liquidadas nos respectivos meses de vencimento. O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos são baseadas na taxa contratada na operação para a ponta pré-fixada em dólar e nas curvas de juros futuro divulgada pela BM&FBOVESPA somada ao *spread* da operação para a ponta pós fixada em CDI. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando a curva de mercado de "*swap*" DI x dólar e pela curva futura de juros zero cupom, ambas divulgadas pela BM&FBOVESPA. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo Arteris e da contraparte, calculado com base nos *spreads* de crédito derivados de *credit default* "*swaps*" ou preços atuais de títulos negociados.

29 Gestão de Risco

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir: Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos do Grupo Arteris ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno

a) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A característica deste instrumento e os riscos aos quais estão atrelados estão descritos a seguir: A Sociedade está exposta ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Sociedade está exposta basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger a exposição cambial, a Sociedade contratou operação com instrumento financeiro derivativo do tipo "*swap*". O derivativo contratado pela Sociedade deverá limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o período em curso. Em 31 de dezembro de 2021, o balanço patrimonial da Controladora e Consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira que representam um passivo de R$279.605 (R$521.282 em 31 de dezembro de 2020). Essas contas são protegidas com o derivativo tipo "*swap*".

Análise de sensibilidade

Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar além dos ativos e passivos, com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, o valor da curva dos instrumentos financeiros contratados pela Sociedade para proteção de determinadas exposições, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Controladora/Consolidado	
Empréstimos e financiamentos no Brasil em moeda estrangeira	279.605
Valor da curva do derivativo financeiro	291.450
Exposição cambial líquida	(11.845)

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa do câmbio do US$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro antes da tributação.

		Controladora/Consolidado – Efeito no lucro antes da tributação			
Descrição	Risco da sociedade	Cenário I (provável) (*)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário III (-25%)
Exposição cambial líquida	Alta do dólar	(11.845)	(14.799)	(17.759)	(8.880)

(*) Conforme taxas vigentes em 31 de dezembro de 2021

O cenário provável considera as taxas futuras de dólar norte-americano, conforme cotação de câmbio R$/US$ obtidas no Banco Central, de 31 de dezembro de 2021, na data prevista do vencimento do instrumento financeiro. Os cenários II e III consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (6,98 R$/US$) e de 50% (8,37 R$/US$), respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados mesmo após revogação à Instrução CVM nº 475/08, pois a Administração entendem que esses percentuais de 25% e 50% refletem uma melhor avaliação de risco às exposições cambiais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50%, e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

continua ...

arteris

arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

	Controladora			
	Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases			
Indicadores	**Cenário I (provável)**	**Cenário II (+ 25%)**	**Cenário III (+50%)**	**Cenário IV (- 25%)**
CDI	11,50%	14,38%	17,25%	8,63%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(152.086)	(183.608)	(215.131)	(120.563)
Receita de aplicações financeiras	12.522	15.652	18.783	9.391
Receita financeira de mútuo (*)	134.648	165.416	196.183	103.882
Juros a incorrer – Mútuos e Debêntures privadas (*)	(168.728)	(206.180)	(243.633)	(131.276)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(173.644)	(208.720)	(243.798)	(138.566)
IPCA	5,03%	6,29%	7,55%	3,77%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(72.978)	(82.428)	(91.877)	(63.529)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(72.978)	(82.428)	(91.877)	(63.529)
Juros a incorrer líquido	(246.622)	(291.148)	(335.675)	(202.095)

	Consolidado			
	Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases			
Indicadores	**Cenário I (provável)**	**Cenário II (+ 25%)**	**Cenário III (+50%)**	**Cenário IV (- 25%)**
CDI	11,50%	14,38%	17,25%	8,63%
Juros a incorrer – Empréstimos e Debêntures (*)	(446.343)	(545.708)	(645.074)	(303.979)
Receita de aplicações financeiras	220.457	275.568	330.684	165.244
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(425.833)	(515.265)	(604.693)	(293.505)
TJLP	6,08%	7,60%	9,12%	4,56%
Juros a incorrer – BNDES (*)	(86.430)	(102.071)	(117.713)	(67.788)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(86.430)	(102.071)	(117.713)	(67.788)
IPCA	5,03%	6,29%	7,55%	3,77%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(159.475)	(182.112)	(204.749)	(136.840)
Juros a incorrer – Debêntures (*)	(301.135)	(356.060)	(410.941)	(246.211)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(460.610)	(538.172)	(615.690)	(383.051)
Juros a incorrer líquido	(972.873)	(1.155.508)	(1.338.096)	(744.344)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 01 de outubro de 2021, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco do Grupo Arteris incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição do Grupo Arteris ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias o Grupo Arteris interromper a prestação de serviços em casos de inadimplementos. Em 31 de dezembro de 2021 as controladas apresentavam valores a receber no valor de R$162.867 (R$138.755 em 31 de dezembro de 2020) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("Sem Parar"), Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica "Contas a receber". As controladas possuem cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. d) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo Arteris irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo Arteris na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo Arteris. O risco de liquidez é gerenciado pela Controladora, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

		Controladora						
		Fluxos de caixa contratuais						
Modalidade	**Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.**	**Valor contábil**	**Total**	**3 meses ou menos**	**3 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 4 anos**	**5 anos ou mais**
Capital de giro	10,51%	279.605	298.470	298.470	–	–	–	–
Arrendamento mercantil a pagar	9,10%	41.740	98.016	6.640	6.516	3.947	3.947	76.966
Partes relacionadas	10,88%	1.336.040	1.481.360	–	370.340	370.340	370.340	370.340
Debêntures – CDI	10,88%	1.032.383	1.345.428	110.540	450.110	411.630	373.148	–
Debêntures – IPCA	15,01%	716.273	1.193.088	36.297	163.347	175.094	31.063	787.287
Fornecedores e cauções contratuais	–	7.853	7.853	7.853	–	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas	–	19	19	19	–	–	–	–
Outras contas a pagar	–	21.128	21.128	14.528	300	300	300	5.700
		3.435.041	4.445.362	474.347	990.613	961.311	778.798	1.240.293

		Consolidado						
		Fluxos de caixa contratuais						
Modalidade	**Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.**	**Valor contábil**	**Total**	**3 meses ou menos**	**3 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 4 anos**	**5 anos ou mais**
BNDES Automático	11,09%	2.020.118	2.720.952	327.382	395.504	351.034	230.354	1.416.678
Capital de giro	7,37%	279.605	309.071	309.071	–	–	–	–
Arrendamento mercantil a pagar	8,56%	166.385	226.902	59.401	33.933	28.909	24.585	80.074
Debêntures – CDI	7,97%	4.915.790	4.045.885	547.531	912.194	897.582	959.238	729.340
Debêntures – IPCA	13,36%	2.758.073	5.093.300	188.496	385.625	509.846	338.322	3.671.011
Fornecedores e cauções contratuais	–	269.686	258.910	245.923	12.987	–	–	–
Credores pela concessão	–	2.368	2.368	2.368	–	–	–	–
Outras contas a pagar	–	130.516	130.516	123.916	300	300	300	5.700
		10.542.541	12.787.904	1.804.088	1.740.543	1.787.671	1.552.799	5.902.803

30 Informações por Segmento De Negócio

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 – Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção civil e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2, nº 4 e nº 17. a) Demonstração do resultado por segmento

						31/12/2021
Resultado	**Concessão**	**Construção Civil**	**Total**	***Holding***	**Eliminações**	**Saldo consolidado**
Receita líquida	4.288.590	19.074	4.307.664	–	(19.075)	4.288.589
Custos	(2.481.299)	(12.312)	(2.493.611)	–	12.584	(2.481.027)
Custos de depreciação/amortização	(958.130)	(794)	(958.924)	–	1	(958.923)
Lucro (prejuízo) bruto	849.161	5.968	855.129	–	(6.490)	848.639
Despesas gerais e administrativas	(207.023)	(8.033)	(215.056)	(5.705)	(2.267)	(211.618)
Despesas de depreciação/amortização	(7.016)	417	(6.599)	(17.067)	(34.134)	(23.666)
Outras (despesas) receitas operacionais	11.898	1.543	13.441	1.206	(212)	12.023
Receitas financeiras	140.099	2.065	142.164	169.940	107.879	80.103
Despesas financeiras	(787.719)	(121)	(787.840)	(280.055)	(328.348)	(836.133)
Variação cambial líquida	(306)	–	(306)	(26.886)	(53.772)	(27.192)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos	(906)	1.839	933	(158.567)	(317.344)	(157.844)
Imposto de renda e contribuição social:						
Correntes	(108.841)	(405)	(109.246)	–	–	(109.246)
Diferidos	126.136	(17.613)	108.523	–	–	108.523
Lucro (prejuízo) do líquido do exercício	16.389	(16.179)	210	(158.567)	(317.344)	(158.567)

						31/12/2020
Resultado	**Concessão**	**Construção Civil**	**Total**	***Holding***	**Eliminações**	**Saldo consolidado**
Receita líquida	3.625.620	63.177	3.688.797	–	(63.178)	3.625.619
Custos	(2.143.849)	(52.860)	(2.196.709)	–	60.078	(2.136.631)
Custos de depreciação/amortização	(925.195)	(4.737)	(929.932)	–	1	(929.931)
Lucro (prejuízo) bruto	556.576	5.580	562.156	–	(3.099)	559.057
Despesas gerais e administrativas	(182.605)	(5.936)	(188.541)	15.414	26.171	(177.784)
Despesas de depreciação/amortização	(3.448)	(839)	(4.287)	(17.714)	(35.428)	(22.001)
Outras (despesas) receitas operacionais	28.207	2.837	31.044	36.575	69.344	63.813
Receitas financeiras	101.969	385	102.354	155.660	171.972	118.666
Despesas financeiras	(501.094)	(86)	(501.180)	(174.831)	(210.685)	(537.034)
Variação cambial líquida	(604)	1	(603)	(63.293)	(126.586)	(63.896)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos	(999)	1.942	943	(48.189)	(108.311)	(59.179)
Imposto de renda e contribuição social:						
Correntes	(124.592)	(273)	(124.865)	–	–	(124.865)
Diferidos	135.855	–	135.855	–	–	135.855
Lucro (prejuízo) do líquido do exercício	10.264	1.669	11.933	(48.189)	(108.311)	(48.189)

b) Balanços por segmento

						31/12/2021
Ativos	**Concessão**	**Construção Civil**	**Total**	***Holding***	**Eliminações**	**Saldo consolidado**
CIRCULANTES						
Caixa e equivalentes de caixa	1.393.202	44.455	1.437.657	(9.170)	(141.926)	1.304.901
Aplicações financeiras	218.158	3.829	221.987	72.775	270.375	419.587
Contas a receber	183.385	–	183.385	–	–	183.385
Aplicações financeiras vinculadas	14.710	–	14.710	–	–	14.710
Contas a receber partes relacionadas	6.710	–	6.710	115.550	108.905	65
Outros circulantes	42.089	4.866	46.955	43.369	87.787	91.373
Total circulante	1.858.254	53.150	1.911.404	222.524	325.141	2.014.021
NÃO CIRCULANTES						
Aplicações financeiras vinculadas	222.862	–	222.862	59.289	118.578	282.151
Imposto de renda e contribuição social diferidos	888.268	–	888.268	–	–	888.268
Outros não circulantes	1.524.151	1.399	1.525.550	9.582.601	8.298.511	241.460
Direito de uso – IFRS 16 (CPC06 (R2))	119.664	–	119.664	39.473	78.946	159.137
Imobilizado	33.890	149	34.039	10.910	21.820	44.949
Intangível	11.459.963	103	11.460.066	26.740	53.480	11.486.806
Infraestrutura em construção	2.988.922	–	2.988.922	19.991	39.982	3.008.913
Total não circulante	17.237.720	1.651	17.239.371	9.739.004	8.611.317	16.111.684
Total dos ativos	19.095.974	54.801	19.150.775	9.961.528	8.936.458	18.125.705

						31/12/2021
Passivos	**Concessão**	**Construção Civil**	**Total**	***Holding***	**Eliminações**	**Saldo consolidado**
CIRCULANTES						
Empréstimos e financiamentos	299.987	–	299.987	292.141	584.282	592.128
Debêntures	416.068	–	416.068	31.714	63.428	447.782
Fornecedores e cauções	249.397	1.660	251.057	7.853	15.704	258.908
Arrendamento mercantil a pagar – IFRS16 (CPC06 (R2))	27.557	–	27.557	2.698	5.396	30.255
Obrigações sociais e fiscais	123.230	1.027	124.257	27.409	55.448	152.296
Credores pela concessão	2.368	–	2.368	–	–	2.368
Dividendos Propostos	28.384	–	28.384	–	28.384	–
Provisão Manutenção/investimentos	314.143	–	314.143	–	–	314.143
Outros circulantes	204.912	639	205.551	19.412	(55.998)	130.141
Total circulante	1.666.046	3.326	1.669.372	381.227	639.876	1.928.021
NÃO CIRCULANTES						
Empréstimos e financiamentos	1.685.117	–	1.685.117	–	–	1.685.117
Debêntures	5.613.268	–	5.613.268	1.693.967	3.387.934	7.307.235
Arrendamento mercantil a pagar – IFRS16 (CPC06 (R2))	97.088	–	97.088	39.042	78.084	136.130
Provisão manutenção/investimentos	390.473	–	390.473	–	–	390.473
Outros não circulantes	2.925.437	3.390	2.928.827	1.382.906	(1.331.578)	214.343
Total não circulante	10.711.383	3.390	10.714.773	3.115.915	2.134.440	9.733.298
Patrimônio líquido	6.718.545	48.085	6.766.630	6.464.386	6.162.142	6.464.386
Total dos passivos	19.095.974	54.801	19.150.775	9.961.528	8.936.458	18.125.705

						31/12/2020
Ativos	**Concessão**	**Construção Civil**	**Total**	***Holding***	**Eliminações**	**Saldo consolidado**
CIRCULANTES						
Caixa e equivalentes de caixa	520.757	20.562	541.319	27.165	269.920	784.074
Aplicações financeiras	218.158	3.829	221.987	72.775	(67.934)	81.278
Contas a receber	151.154	–	151.154	–	–	151.154
Contas a receber partes relacionadas	654.012	25.193	679.205	67.891	(611.081)	233
Outros circulantes	64.987	12.546	77.533	42.424	85.868	120.977
Total circulante	1.609.068	62.130	1.671.198	210.255	(323.227)	1.137.716
NÃO CIRCULANTES						
Aplicações financeiras vinculadas	116.120	–	116.120	59.257	118.514	175.377
Imposto de renda e contribuição social diferidos	762.948	17.613	780.561	–	–	780.561
Outros não circulantes	645.326	2.029	647.355	9.453.070	9.006.557	200.842
Direito de uso – IFRS 16 (CPC06 (R2))	129.897	486	130.383	39.475	78.950	169.858
Imobilizado	32.100	6.105	38.205	12.825	25.650	51.030
Intangível	11.262.975	108	11.263.083	28.641	57.282	11.291.724
Infraestrutura em construção	2.356.014	–	2.356.014	7.357	14.714	2.363.371
Total não circulante	15.305.380	26.341	15.331.721	9.600.625	9.301.667	15.032.763
Total dos ativos	16.914.448	88.471	17.002.919	9.810.880	8.978.440	16.170.479

						31/12/2020
Passivos	**Concessão**	**Construção Civil**	**Total**	***Holding***	**Eliminações**	**Saldo consolidado**
CIRCULANTES						
Empréstimos e financiamentos	551.532	–	551.532	545.846	1.091.692	1.097.378
Debêntures	201.941	–	201.941	8.926	17.852	210.867
Fornecedores e cauções	218.245	2.817	221.062	1.986	3.595	222.671
Arrendamento mercantil a pagar – IFRS16 (CPC06 (R2))	29.133	372	29.505	617	1.234	30.122
Obrigações sociais e fiscais	108.248	2.496	110.744	22.909	76.279	164.114
Credores pela concessão	2.067	–	2.067	–	–	2.067
Dividendos Propostos	2.992	–	2.992	–	(2.992)	–
Provisão Manutenção/investimentos	366.548	–	366.548	–	–	366.548
Outros circulantes	129.273	170	129.443	691.141	608.770	47.072
Total circulante	1.609.979	5.855	1.615.834	1.271.425	1.796.430	2.140.839
NÃO CIRCULANTES						
Empréstimos e financiamentos	2.135.931	–	2.135.931	–	–	2.135.931
Debêntures	3.222.078	–	3.222.078	1.624.094	3.248.188	4.846.172
Arrendamento mercantil a pagar – IFRS16 (CPC06 (R2))	102.364	124	102.488	39.696	79.392	142.184
Provisão manutenção/investimentos	361.240	–	361.240	–	–	361.240
Outros não circulantes	2.641.874	3.228	2.645.102	502.712	(1.971.230)	171.160
Total não circulante	8.463.487	3.352	8.466.839	2.166.502	1.356.350	7.656.687
Patrimônio líquido	6.840.982	79.264	6.920.246	6.372.953	5.825.660	6.372.953
Total dos passivos	16.914.448	88.471	17.002.919	9.810.880	8.978.440	16.170.479

31 Garantias E Seguros

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus das concessões, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram as concessões, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	**Riscos cobertos**	Limites de indenizações – Estaduais				
		Autovias	**Centrovias**	**Intervias**	**Vianorte**	**ViaPaulista**
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	–	–	180.000	–	180.000
	Responsabilidade civil	–	10.000	38.665	–	23.387
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	111.869	113.066	269.800	140.023	831.526

Modalidade	**Riscos cobertos**	Limites de indenizações – Federais				
		Planalto Sul	**Fluminense**	**Fernão Dias**	**Régis Bittencourt**	**Litoral Sul**
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	73.489	108.806	190.198	202.938	173.925

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguro de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R$75.000. Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Em 31 de dezembro de 2021, o valor dessas garantias é de R$258.357 (R$252.832 em 31 de dezembro de 2020) provenientes de autos de infração da ANTT, auto de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, proveniente de prestação de garantia nos autos de ação de execução fiscal e de auto de infração da ARTESP. A Autovias e a Vianorte contrataram apólice de seguro garantia financeira com cobertura de R$100.000 cada uma, referente ao processo de finalização do contrato de concessão e a ação judicial movida pela ARTESP (Processo FIPE), conforme estabelecido no Termo Aditivo Modificativo nº 16/2018.

32 Evento Subsequente

ViaPaulista

Em 09 de fevereiro de 2022 a ViaPaulista obteve a 4ª liberação dos subcreditos 1 , 2 e 5, do financiamento do BNDES, no valor de R$163.000. O referido financiamento tem prazo de vencimento para 15 de setembro de 2045 e taxa composta pela variação acumulada do IPCA, calculado de forma pro rata temporis, pela taxa de juros prefixada de 2,98% a.a. e pelo spread do BNDES de 3,34% a.a. Os recursos obtidos são destinados à execução do plano de investimentos da Sociedade.

Régis Bittencourt

Abaixo a relação de integralizações de capital em moeda corrente nacional:

Data	Aprovação	Ações emitidas	Valor	Valor integralizado	Valor a integralizar
20/01/2022	AGE	8.955.224	12.000	12.000	–
07/02/2022	AGE	72.549.020	74.000	3.000	71.000
			86.000	15.000	71.000

Conselho de Administração

Marcos Pinto Almeida – Presidente do Conselho
Henrique Carsalade Martins – Conselheiro
Martí Carbonell Mascaro – Conselheiro
Carlos García Cabrera – Conselheiro
Francisco José Aljaro Navarro – Conselheiro
Fernando Martinez Caro – Conselheiro
Jordi Fernandez Montoli – Conselheiro
Sergio Moniz Baretto Garcia – Conselheiro

Contador

Anderson Rossi Mosna – CRC 1SP 257.150/O-7

Diretoria

Sergio Moniz Barreto Garcia – Diretor Presidente
Simone Aparecida Borsato – Diretora Financeira e de Relações com Investidores
Flavia Lucia Mattioli Tâmega – Diretora Jurídica e Compliance
Giane Luza Zimmer Freitas – Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade
Andre Giavina Bianchi – Diretor de Operações
Flavio Dutra Doehler – Diretor de Engenharia e Implantação
Roberto Paolini – Diretor de Pessoas e Organização

Conselho Fiscal

Marcello Del Raso Alvarado Davis – Conselheiro Efetivo
Gustavo Moraes Atensia – Conselheiro Efetivo
Débora Nogueira Messias de Miranda – Conselheira Efetiva
Guillermo Alejandro Achury Garzón – Conselheiro Suplente
Luiz Gustavo Rodrigues Pereira – Conselheiro Suplente
Renato Guias Pereira – Conselheiro Suplente

Parecer do Conselho Fiscal

Em reunião realizada nesta data, às 10:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da **Arteris S.A.** ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes KPMG Auditores Independentes, por unanimidade **opinam favoravelmente** à aprovação, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, e com base no Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia).

Tendo em vista a Companhia ter registrado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, prejuízo de R$ 158.565.348,26 (cento e cinquenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos), conforme consta das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, sendo tal valor absorvido na conta de reserva de retenção de lucros, a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco foi proposto pela Administração da Companhia a distribuição de dividendos aos seus acionistas.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Arteris S.A.
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Arteris S.A. ("Grupo Arteris" ou "Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Encerramento das operações da controlada Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, que descreve que no dia 3 de junho de 2020 houve o encerramento do contrato de concessão da controlada Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. que transferiu o sistema remanescente do lote rodoviário 08 para a empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 01/2019 e desde essa data a Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. encontra-se dormente. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Relicitação do contrato de concessão da controlada Autopista Fluminense S.A.: Chamamos a atenção para nota explicativa nº2 às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, que descreve que a conclusão do processo de relicitação do empreendimento público federal do lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva, depende da aceitação final da Autopista Fluminense S.A. dos termos do aditivo contratual proposto pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e caso seja aprovado o pedido de relici-

continua ...

arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

... *continuação do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas*

tação, ajustes materiais poderão ocorrer. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão – individual e consolidado: Veja as notas explicativas 4.1.2, 4.8 e 13 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Arteris reconheceu nas suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, das suas unidades geradoras de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de trafego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa do valor em uso das UGCs foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com orçamento aprovado pela Administração da Sociedade; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados da estimativa do valor em uso das UGCs estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso das UGCs, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Realização dos ativo fiscais diferidos – Consolidado: Veja as notas explicativas 3(ii), 4.10 e 8 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Arteris possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis consolidadas, ativos fiscais diferidos no valor de R$ 1.013.080 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração do Grupo Arteris e envolve certas premissas tais como: (i) volume de trafego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA)); (iv) período projetivo da concessão. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se o estudo técnico preparado pela administração do Grupo Arteris foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas no estudo técnico preparado pela administração do Grupo Arteris (fluxo de caixa) são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado condizente com o orçamento aprovado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados do estudo técnico preparado pela administração do Grupo Arteris estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo das concessões – Consolidado: Veja as notas explicativas 3(i), 4.11 e 13 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Arteris reconheceu o montante de R$ 1.102.164 mil referente a infraestrutura em construção que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos com ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A administração do Grupo Arteris exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com melhorias ou ampliações de infraestrutura, realizadas pelo Grupo Arteris. – Testes documentais, em base amostral, nas adições relacionadas a infraestrutura em construção realizando a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e (ii) validações das medições realizadas de acordo com o andamento das obras junto com a área de engenharia. – Avaliação, com base em amostra, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 23 de fevereiro de 2022.

KPMG **KPMG Auditores Independentes**
CRC 2SP 027.666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP 293.539/O-8

arteris

arteris
Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

Relatório da Administração

Aos Acionistas: Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Companhia" ou "Autopista Régis Bittencourt"). Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Introdução:** A Autopista Régis Bittencourt foi constituída em 2008, sendo que o contrato de concessão foi assinado com o Governo Federal em 14 de fevereiro de 2008. A Autopista Régis Bittencourt iniciou suas operações em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pelos 401,6 quilômetros da rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que conecta as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR), passando pelos municípios de Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapecerica da Serra, São Lourenço, Juquitiba, Miracatu, Juquiá, Registro, Pariquera-açu, Jacupiranga, Cajati e Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, e Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Antonina, Colombo e Curitiba, no Estado do Paraná, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público. O prazo de concessão é de 25 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 15 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **Receita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Régis Bittencourt são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Em junho de 2021 a concessionária recebeu ofício com a 12ª Revisão Ordinária e 13ª Revisão Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio. A partir da zero hora do dia 01 de julho de 2021, a tarifa de veículos de passeio passou de R$3,30 para R$3,40 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros. Em 2021, o tráfego pedagiado totalizou 158,7 milhões de veículos equivalentes nas seis praças de pedágio, este volume de veículos pedagiados foi 11,6% superior aos 142,1 milhões registrados em 2020.

Tráfego Pedagiado – Veículos Equivalentes (milhões): 2021: 159; 2020: 142
Composição do Tráfego (Ano 2021): Passeio 15%; Comercial 85%

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R$692,8 milhões em 2021, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, apresentando um aumento de 18,7% sobre o obtido em 2020 de R$583,8 milhões. A receita de pedágio aumentou 15,1%, passando de R$462,3 milhões em 2020 para R$532 milhões em 2021. Esse acréscimo é devido ao reajuste de 3% da tarifa de pedágio de R$ 3,30 para R$ 3,40 ocorrido no segundo semestre de 2021 adicionado a retomada do tráfego decorrente a finalização das medidas de isolamento social devido a pandemia COVID-19. Já a receita de obras registrou um aumento de R$38,5 milhões ou 34,1%, passando de R$112,7 milhões em 2020 para R$151,2 milhões em 2021. Esse acréscimo acompanha o volume de obras da Companhia. As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, apresentaram um aumento de R$854 mil ou 9,8%, passando de R$8,7 milhões em 2020 para R$9,6 milhões no exercício de 2021. Este acréscimo é decorrente de reajustes através de IPCA nos contratos e novos contratos realizados em 2021. **Investimentos:** Durante o ano de 2021, foram investidos R$157,5 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R$105,5 milhões realizados em 2020, perfazem o montante de R$263,0 milhões realizados nos últimos dois anos de implementação do plano de investimentos da Companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia, conforme apresentado abaixo:

	Investimentos – em R$ milhões		
	2021	2020	Var. %
Ampliação da Rodovia	7,4	3,0	144,9%
Construção de Viaduto	1,3	0,7	74,8%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	78,1	46,0	69,8%
Outros Investimentos	70,7	55,7	26,8%
Total	**157,5**	**105,5**	**49,2%**

A concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais. Outras melhorias foram executadas na rodovia no ano de 2021, como a conclusão de 2 pontos de Sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/SC). **Captações de Recursos:** Para viabilizar os investimentos e aquisições de ativos operacionais, a Concessionária recebeu no exercício de 2019, um total de R$1,7 bilhão oriundos de recursos captados através da 8ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações. As debêntures foram emitidas ao final de novembro, em duas séries, sendo a primeira totalizando R$1 bilhão com vencimento final em junho de 2031, remunerada pelo IPCA + 4,5% a.a., já a segunda série totaliza R$700 milhões e vencimento final em junho de 2027, remunerada pelo CDI + 0,86% a.a. **Valor Adicionado:** Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R$197,8 milhões, representando 29% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 76,1% em relação a 2020, em que o valor adicionado foi de R$112,3 milhões representando 19% da Receita Operacional Bruta daquele exercício. **Política de Distribuição de Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Em 2021 e 2020 não houve constituição de dividendos, uma vez que a Concessionária não apresentou resultado positivo em ambos os exercícios. **Planejamento Empresarial:** O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. **Gestão pela Qualidade Total:** Em 2021, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Companhia. **Recursos Humanos:** Em 2021, a Concessionária investiu R$125 mil (R$75 mil em 2020) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. **Indicadores Operacionais – a) Caracterização do Tráfego – Volume:** Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Variação Mensal do Volume em 2021 (Mil; Veículos Equivalentes; Mês 1–12) — VDM Equivalente Previsto; VDM Equivalente; VDMA Equivalente

b) Segurança no Trânsito – Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de Acidentes por Gravidade
2021: Acidentes com feridos 26,4%; Acidentes com mortos 1,1%; Acidentes sem feridos 72,6%
2020: Acidentes com feridos 25,4%; Acidentes com mortos 1,4%; Acidentes sem feridos 73,2%

A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Percentual de Acidentes por Tipo
2021: Atropelamento de animais 0,9%; Atropelamento Pedestre 1,4%; Capotamento 10,9%; Choque 33,5%; Colisão frontal 7,9%; Colisão transversal/lateral 17,8%; Colisão traseira 2,5%; Outros 25,1%
2020: Atropelamento de animais 0,9%; Atropelamento Pedestre 1,4%; Capotamento 10,9%; Choque 33,5%; Colisão frontal 7,9%; Colisão transversal/lateral 17,8%; Colisão traseira 2,5%; Outros 25,1%

c) Dados de Operação da Concessão – Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Viatura de inspeção	11	2,73
Motos de Inspeção	2	0,50
Guincho Leve	12	2,98
Guincho Pesado	7	1,74
Ambulância Simples	9	2,24
UTI	5	1,24
Balança Fixa	2	0,50
Caminhão Operacional	1	0,25
Caminhão Pipa	6	1,49
Total de veículos operacionais	**55**	**13,66**
Administração	40	9,94
Operação de Tráfego (Líderes e Surpevisores)	10	2,48
Picape	3	0,75
Pedágio	2	0,50
Animal (carretinha)	4	0,99
Caminhão	1	0,25
Segurança de trabalho	3	0,75
Manutenção	6	1,49
Total de veículos de apoio	**69**	**17,14**
Total de veículos	**124**	**30,80**

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Cargo	Quantidade	Qtde/100km
Analista de CCA Jr	4	0,09
Analista de Trafego Jr	2	0,05
Analista de Trafego Pl	1	0,02
Analista Operacional Jr	1	0,02
Analista Operacional Pl	2	0,05
Assistente de CCA	1	0,02
Auxiliar de Servicos Gerais	4	0,09
Controlador de Balanca I	10	0,23
Coordenador de Faixa de Dominio	1	0,02
Coordenador de Trafego	1	0,02
Enfermeiro	26	0,60
Gerente de Operacoes	1	0,02
Inspetor de Trafego	49	1,13
Inspetor de Tráfego Motociclista	2	0,05
Médico	34	0,78
Motorista II	4	0,09
Operador de Balanca	16	0,37
Operador de CCA	7	0,16
Operador de CCO	18	0,41
Operador de Guincho	50	1,15
Operador de Guincho Pesado	34	0,78
Operador de Pipa	24	0,55
Socorrista	153	3,52
Supervisor de Cca	1	0,02
Supervisor de Trafego	2	0,05
Total Tráfego	**448**	**10,30**
Assistente de Pedagio	2	0,05
Operador de Pedagio	212	4,87
Controlador de Pedagio I	24	0,55
Total Arrecadação	**238**	**5,47**
Total	**686**	**15,77**

d) Aspectos Financeiros: O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R$ mil)	Em 2021	Acumulada
Receita	692.757	7.461.940

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R$ mil)	Em 2021	Acumulado
Investimentos	157.488	3.724.934

Custos Operacionais (em R$ mil)	Em 2021	Acumulado
Custos Operacionais	518.149	5.935.461

Os custos operacionais da Companhia totalizaram R$518,1 milhões em 2021, ante R$484,9 milhões em 2020, aumento de 6,9%. A maior parte desta variação refere-se a custos de serviços de construção, devido a realização de obras. Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R$137,5 milhões em 2021, um aumento de 8,1% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R$127,2 milhões. A principal causa dessa variação foi o aumento nos custos de pessoal. A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R$ mil)	Em 2021	Acumulado
ISS	33.655	322.628

Ebitda e Ebitda Ajustado (em R$ mil)	2021	2020	Var %
Receita Operacional Líquida	**645.506**	**543.818**	**18,7%**
Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)	(325.061)	(296.467)	9,6%
EBITDA [1]	**320.445**	**247.351**	**29,6%**
(+) Provisão para manutenção de rodovias	36.348	56.524	-35,7%
EBITDA Ajustado [2]	**356.793**	**303.875**	**17,4%**

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias. 2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01. A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Endividamento (em R$ mil)	2021	2020	Var %
Dívida Bruta	**(1.887.509)**	**(1.785.104)**	**5,7%**
Curto Prazo	(92.811)	(143.501)	-35,3%
Longo Prazo	(1.794.698)	(1.641.603)	9,3%
Posição de Caixa			
Caixa e equivalentes de Caixa	10.064	75.168	-86,6%
Aplicações financeiras vinculadas [1]	18.508	7.211	156,7%
Dívida Líquida	**(1.858.937)**	**(1.702.725)**	**9,2%**

[1] Curto e Longo Prazo

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, estão sendo captados recursos de longo prazo no Brasil, compatíveis com o empreendimento rodoviário. **Prejuízo Líquido:** A Companhia encerrou o exercício de 2021 com prejuízo líquido de R$78,9 milhões, um aumento de R$16,5 milhões frente aos R$62,4 registrados no exercício de 2020. Essa variação deriva principalmente do aumento dos encargos financeiros.

Prejuízo Líquido (R$ milhões): 2021: (79); 2020: (62)

Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em 2021 (em R$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo 1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 – São Lourenço da Serra	bidirecional	3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70
P2 – Miracatu	bidirecional	3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70
P3 – Juquiá	bidirecional	3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70
P4 – Cajati	bidirecional	3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70
P5 – Barra do Turvo	bidirecional	3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70
P6 – Campina Grande do Sul	bidirecional	3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70

Concessionária em números

Tabela – Rodovias

Dados anuais 2021	Unidade de medida ou comentário	
Quilômetros de rodovia	402,6 quilômetros	
Número de veículos que transitaram	CAT-01	22.742.710
	CAT-02	3.876.556
	CAT-03	170.756
	CAT-04	5.815.512
	CAT-05	33.542
	CAT-06	5.768.885
	CAT-07	4.369.477
	CAT-08	10.031.720
	CAT-09	925.196
	TOTAL	53.734.354
Número de praças de pedágios	6 praças	

Tarifa — TABELA de CATEGORIAS — VALOR DA TARIFA = 3,40

Descrição	Eixos	Categorias	Tarifa Básica
Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	3,40
Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	6,80
Automóvel semi reboque e Caminhonete semi-reboque	3	3	5,10
Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	10,20
Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	6,80
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4	6	13,60
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5	7	17,00
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6	8	20,40
Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	2	9	1,70

Número de quilômetros mantidos	402,6 quilômetros
Índice de congestionamento	Nível B

	Mês	Média diária (em milhares)	
Trânsito Médio Diário Equivalente	Jan	433.810	
	Fev	447.422	
	Mar	425.211	
	Abr	409.469	
	Mai	424.376	
	Jun	421.150	
	Jul	434.836	
	Ago	433.480	
	Set	442.210	
	Out	453.853	
	Nov	450.052	
	Dez	442.935	
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	Média anual	434.900	em milhares

Equipes utilizadas pelo concessionário	Administrativo	Pavimentação
	Jurídico	Obras
	Comunicação	Projetos
	Responsabilidade Social	Manutenção Tecnológica
	Meio Ambiente	Faixa de Domínio
	Conservação	Segurança do Trabalho
	Arrecadação	Tráfego
	Centro de Controle Operacional	

Índices de qualidade de estrada

Rodovia	Parâmetro	Ano 14 – Atendem	Ano 14 – Não Atendem
BR-116 (SP)	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
BR-116 (SP)	Irregularidade Longitudinal	100%	0%
BR-116 (PR)	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
BR-116 (PR)	Irregularidade Longitudinal	100%	0%
Acesso Norte Curitiba (PR)	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
Acesso Norte Curitiba (PR)	Irregularidade Longitudinal	100%	0%

Receita de pedágio	531.950 em R$ mil
Custos associados às receitas de pedágio	47.251 em R$ mil

Fator Trabalho	
Número de Trabalhadores	525
Despesas de Pessoal	47.754 em R$ mil

Fator Capital	
Despesas de Depreciação	Método Linear
Ativo Líquido	28.572 em R$ mil
Ativo Bruto	2.719.868 em R$ mil
Série Histórica dos Investimentos	3.724.826 em R$ mil
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado

Fatores Intermediários		
Despesas em Administração	9.969	em R$ mil
Despesas em Manutenção	1.957	em R$ mil
Outras Despesas	–	em R$ mil

Seguridade		
Quantidade de Acidentes	4.550	Acidentes sem feridos
	1.654	Acidentes com feridos
	67	Acidentes com mortos

Indicadores		
Receita por veículo ou KM	1.725	por KM
Custo por veículo ou KM	1.290	por KM

Balanço Social

	2021			2020		
1 – Base de cáculo						
Faturamento Bruto	692.757			583.760		
Receita líquida (RL)	645.506			543.818		
Resultado operacional (RO)	-118.941			-94.284		
Folha de pagamento bruta (FPB)	23.566			16.118		
Folha de pagamento bruta – total remunerações	23.566			16.118		
Folha de pagamento bruta – total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 – Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.140	18%	1%	3.418	21%	1%
Encargos Sociais	8.819	37%	1%	6.645	41%	1%
Previdência privada	–	0%	0%	–	0%	0%
Saúde	3.677	16%	1%	3.312	21%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	338	1%	0%	262	2%	0%
Educação	17	0%	0%	60	0%	0%
Cultura	–	0%	0%	–	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	125	1%	0%	75	0%	0%
Creches ou auxílio creche	327	1%	0%	338	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	2.994	13%	0%	1.472	9%	0%
Outros	211	1%	0%	166	1%	0%
Total – Indicadores sociais internos	20.650	88%	3%	15.747	98%	3%

continua ...

arteris
Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação do Relatório da Administração

3 – Indicadores sociais externos	2021 Valor	2021 % sobre FPB	2021 % sobre RL	2020 Valor	2020 % sobre FPB	2020 % sobre RL
Educação	121	1%	0%	82	1%	0%
Cultura	–	0%	0%	–	0%	0%
Saúde e saneamento	–	0%	0%	–	0%	0%
Esporte	–	0%	0%	–	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	–	0%	0%	–	0%	0%
Outros (COVID – SAÚDE)	505	2%	0%	3.371	21%	1%
Total de contribuições à sociedade	626	3%	0%	3.452	21%	1%
Tributos (Exceto encargos sociais)	46.513	197%	7%	39.075	242%	7%
Total – Indicadores sociais externos	47.138	200%	7%	42.528	264%	8%
4 – Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	464	2%	0%	400	2%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	–	0%	0%	–	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	464	2%	0%	400	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%			(X) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% ( ) Cumpre de 75 a 100%		
5 – Indicadores do corpo funcional						
N º de colaboradores ao final do período	544			549		
Tempo de serviço	14%	até seis meses		25%	até seis meses	
	10%	de seis meses a um ano		3%	de seis meses a um ano	
	28%	entre um e dois anos		16%	entre um e dois anos	
	23%	entre dois e cinco anos		19%	entre dois e cinco anos	
	24%	mais de cinco anos		37%	mais de cinco anos	
Nº de admissões durante o período	135			168		
Nº de demissões durante o período	150			127		
Nº de colaboradores terceirizados	867			1.117		
N º de estagiários (as)	–			–		
Nº de colaboradores com até 18 anos	12			–		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	82			104		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	356			354		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	94			91		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	271			319		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,00%			0,31%		
Remuneração paga a mulheres no período	4.854			6.509		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	15			23		
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	16			24		
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	45.056			108.874		
Total de horas extras pagas (valor)	821			1.399		
Total de INSS pagos	6.816			7.105		
Total de FGTS pago	1.416			1.395		
Total de Contribuição Sindical paga	–			–		
Totais dos demais encargos sociais pagos	–			–		
Total de IRRF recolhido no período	1.621			1.638		
Total de ICMS recolhidos no período	–			–		
Total de IRPJ recolhido no período	–			–		
Total de CSLL recolhido do período	–			–		
Total de PIS recolhidos no período	3.507			3.023		
Total de COFINS recolhidos no período	16.186			13.958		
Total de outros tributos recolhidos no período	19.435			23.180		
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	41,15			42,16		
Número total de acidentes de trabalho	–			1		

	2021		2020	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores		( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA		( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA	
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos oclaboradores, a Concessionária:	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT		( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT	
A previdência privada contempla:	( ) direção ( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) não se aplica		( ) direção ( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) não se aplica	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	( ) não são considerados ( ) são sugeridos ( ) são exigidos parcialmente (X) são exigidos		( ) não são considerados ( ) são sugeridos ( ) são exigidos parcialmente (X) são exigidos	
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva		( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva	
% de reclamações e críticas solucionadas:	0% no PROCON 7% na Justiça		3% no PROCON 22% na Justiça	
Valor adicionado total a distribuir	202.861		116.885	
Distribuição do Valor Adicionado	3%	Governo	7%	Governo
	-39%	Acionistas	-53%	Acionistas
	24%	Colaboradores	30%	Colaboradores
	112%	Terceiros	117%	Terceiros
	0%	Retidos	0%	Retidos

Demais assuntos: Na Arteris as decisões estratégicas levam em consideração aspectos de sustentabilidade e têm relação direta com a valorização e a preservação da vida e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua. Analisar os impactos reais e potenciais de suas atividades e promover a gestão orientada para a geração de valor compartilhado está no cerne da atuação da empresa. Em 2021, as diretrizes para essa atuação foram fortalecidas com a estruturação do planejamento estratégico de sustentabilidade e a criação da Agenda ESG (sigla em inglês para as dimensões Ambiental, Social e Governança) da Arteris, alinhada à cultura e à já consolidada agenda robusta de seus acionistas. Base do plano estratégico da companhia, a Agenda ESG está estruturada na especificação de iniciativas, indicadores e metas, divididas em graus de maturidade e organizada nas seguintes frentes: redução da pegada de carbono, eficiência energética e economia circular, igualdade e equidade de oportunidades, segurança viária, segurança do trabalho, segurança cibernética, direitos humanos e transparência com foco na cadeia de fornecimento. Na busca pela descarbonização, uma prioridade da Agenda ESG da Arteris em linha com seus acionistas, a empresa vem empenhando esforços em estudos e projetos piloto para reduzir as emissões atmosféricas decorrentes de suas operações, com foco também em eficiência energética e economia circular. Algumas ações já vêm sendo realizadas nesta frente e se intensificaram em 2021, como a substituição de lâmpadas tradicionais por luminárias LED em todas as concessionárias do grupo, a instalação de painéis de energia solar em algumas praças de pedágio, e a utilização de asfalto reciclado e asfalto borracha na restauração de pavimento de parte das rodovias. Esse amadurecimento reflete o compromisso da Arteris com iniciativas públicas como o Pacto Global, consolidando sua estratégia em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU); e a Década de Ação para a Segurança no Trânsito, também da ONU, que prevê redução de 50% das fatalidades no trânsito em 10 anos – meta superada em 2020 pela companhia e renovada para a próxima década. Em 2021, esse compromisso se fortaleceu com a adesão ao Programa na Mão Certa, por meio da assinatura do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, coordenado pela Childhood Brasil. E ainda, procurando preservar um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os *stakeholders*, as empresas Arteris alcançaram um importante marco em 2021 com a conquista do Selo Pró-Ética, iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU) que reconhece publicamente as empresas comprometidas com a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude. O selo chancela a efetividade do Programa de Integridade da companhia, que reúne medidas para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade os riscos de não conformidade, com diretrizes expressas em documentos como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta. Esses compromissos, transformados em diversas ações de engajamento, alcançaram em 2021 mais de 4,4 mil colaboradores da Arteris, 55,4 mil usuários das rodovias e mais de 14 mil seguidores das redes sociais da Arteris no período. Em um cenário ainda desafiado pela pandemia da Covid-19, a Arteris continuou a atuar para contribuir com o funcionamento das principais cidades do País, priorizando a segurança em suas operações, perseguindo o índice "zero" de fatalidades em decorrência de acidentes por meio das diversas frentes de ação, entre elas: programas de educação e conscientização no trânsito como o Projeto Escola Arteris, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, parcerias em campanhas de fiscalização e investimentos em obras e manutenção. Na base da construção do futuro da Arteris estão as pessoas. O compromisso com a segurança, que se renova todos os dias dentro da empresa, se apoia em um conjunto de princípios e ferramentas consolidadas com foco na melhoria contínua das condições de trabalho e promoção da cultura da segurança entre colaboradores e terceiros, com o total engajamento da alta liderança. Dentre diversas ações, destaca-se o Programa Caminho Seguro, que em seu segundo ano de implantação, forneceu em 2021 mais de 20 mil horas de treinamento e 40 iniciativas para práticas comportamentais que salvam vidas, contribuindo diretamente na redução em 27% do índice de acidentes de trabalho com afastamento (comparando com 2020). Em paralelo, a gestão do capital humano também investe no desenvolvimento de programas que suportem a estratégia da companhia, priorizando aspectos como o bem-estar e o desenvolvimento dos colaboradores, a atração e a retenção de talentos e a igualdade e equidade de oportunidades. Este último aspecto, ainda desafiador para muitas empresas, ganha mais foco com a Agenda ESG na implantação de uma pauta direcionada à diversidade, equidade e inclusão. Em 2021, a Arteris avançou com a aprovação do Plano de Previdência Privada, que será implantado ao longo de 2022, com uma estrutura moderna e flexível, trazendo aos colaboradores um benefício de longo prazo e reforçando a estratégia para a longevidade do negócio. Em 2022, a companhia segue na consolidação dos estudos e iniciativas, buscando a evolução dos indicadores e o avanço da sua Agenda ESG. **b) Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. **Agradecimentos:** A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários pelo empenho e dedicação dispensados.

Registro, 24 de fevereiro de 2022

A Administração.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.064	75.168
Aplicações financeiras	5	3.798	7.211
Contas a receber	6	33.408	30.110
Contas a receber e outros recebíveis – partes relacionadas	15	5	795
Despesas antecipadas		1.848	1.918
Impostos a recuperar		2.215	1.579
Adiantamentos a fornecedor		1	160
Aplicações financeiras vinculadas		14.710	–
Outros créditos		537	794
Total dos ativos circulantes		66.586	117.735
Não Circulante			
Despesas antecipadas		3.683	4.081
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	110.546	70.516
Depósitos judiciais	17	847	2.122
Outras contas a receber	6	3.937	3.934
Realizável a longo prazo		119.013	80.653
Direito de uso	8	18.432	18.432
Imobilizado	9	3.227	4.027
Intangível	10	2.466.380	2.539.937
Infraestrutura em construção	10	46.230	31.581
		2.534.269	2.593.977
Total dos ativos não circulantes		2.653.282	2.674.630
Total do Ativo		2.719.868	2.792.365

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Empréstimos		2	(580)
Debêntures	12	85.955	136.758
Risco sacado	11	6.854	7.323
Fornecedores	13	14.531	16.855
Arrendamento mercantil a pagar	14	5.345	4.847
Obrigações sociais		4.893	5.374
Obrigações fiscais		5.203	5.532
Contas a pagar – partes relacionadas	15	8.174	4.739
Cauções contratuais	13	15.248	14.530
Taxa de fiscalização		1.460	1.391
Provisão para manutenção em rodovias	17.b	28.028	64.326
Provisão para investimentos em rodovias	17.c	1.399	1.399
Outras contas a pagar		15.475	8.121
Total dos passivos circulantes		192.567	270.615
Não Circulante			
Debêntures	12	1.794.698	1.641.603
Arrendamento mercantil a pagar	14	13.876	13.941
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	17.a	5.666	6.580
Provisão para manutenção em rodovias	17.b	29.711	32.865
Total dos passivos não circulantes		1.843.951	1.694.989
Patrimônio Líquido			
Capital social	18	892.785	957.285
Prejuízos acumulados		(209.435)	(130.524)
Total do patrimônio líquido		683.350	826.761
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.719.868	2.792.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional Líquida	19	645.506	543.818
Custo dos Serviços Prestados	20	(518.149)	(484.882)
Lucro Bruto		127.357	58.936
(Despesas) Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	20	(29.353)	(25.024)
Outras receitas operacionais, líquidas		1.214	1.185
		(28.139)	(23.839)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		99.218	35.097
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	21	5.108	4.705
Despesas financeiras	21	(223.231)	(133.968)
Variação cambial, líquida	21	(36)	(118)
		(218.159)	(129.381)
Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(118.941)	(94.284)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	7	40.030	31.887
Prejuízo Líquido do Exercício		(78.911)	(62.397)
Prejuízo por Ação Básico e Diluído – R$	23	(0,1200)	(0,0949)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo Líquido do Exercício	(78.911)	(62.397)
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	(78.911)	(62.397)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Capital social Integralizado	Reservas de lucros Legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.175.785	(13.500)	1.162.285	10.530	(78.657)	1.094.158
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	(62.397)	(62.397)
Aumento (Redução) de capital		(205.000)	–	(205.000)	–	–	(205.000)
Destinações do prejuízo líquido:							
Absorção de prejuízo com reserva legal		–	–	–	(10.530)	10.530	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		970.785	(13.500)	957.285	–	(130.524)	826.761
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	(78.911)	(78.911)
Aumento (Redução) de capital	18	(78.000)	13.500	(64.500)	–	–	(64.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		892.785	–	892.785	–	(209.435)	683.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receitas			
Prestação de serviços	19	531.950	462.287
Receita dos serviços de construção	19	151.217	112.737
Outras receitas		10.807	9.920
Juros Capitalizados	22	3.706	2.264
		697.680	587.208
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos serviços prestados		(43.044)	(48.141)
Custo dos serviços de construção	20	(151.217)	(112.737)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(20.205)	(18.224)
Custo da concessão		(21.261)	(20.759)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	20	(36.348)	(56.524)
Outros		(6.589)	(6.271)
		(278.664)	(262.656)
Valor Adicionado Bruto		419.016	324.552
Depreciações e Amortizações	20	(221.227)	(212.254)
Valor Adicionado Líquido Produzido (Retido)		197.789	112.298
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas financeiras	21	5.108	4.705
Outros	21	(36)	(118)
		5.072	4.587
Valor Adicionado Total a Distribuir		202.861	116.885
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		37.092	26.331
Benefícios		8.372	7.291
FGTS		2.291	1.668
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		(19.881)	(15.705)
Estaduais		–	3
Municipais		26.847	23.511
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		208.282	116.736
Juros capitalizados Debentures		3.706	2.264
Aluguéis		507	6
Outras		14.556	17.177
Integralização de Capital			
Prejuízo do exercício		(78.911)	(62.397)
		202.861	116.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(78.911)	(62.397)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		221.227	212.254
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis líquidos		5	1.349
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(40.030)	(31.887)
Baixa de ativos por direito de uso		(63)	15.445
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(12)	(94)
Juros e variações monetárias de debêntures		208.282	116.736
Despesa/(receitas) financeira dos ajustes a valor presente	21	5.112	5.638
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	17.a	2.602	3.244
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	17.a	66	–
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	17.b	36.348	56.524
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(3.301)	(2.870)
Contas a receber – partes relacionadas		790	(707)
Despesas antecipadas		468	2.559
Impostos a recuperar		(636)	3.867
Outros créditos		257	(394)
Depósitos judiciais		1.275	(1.099)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(12.417)	(4.630)
Fornecedores – partes relacionadas		3.085	1.786
Cauções contratuais de fornecedores		(1.018)	(344)
Obrigações sociais		(481)	(559)
Obrigações fiscais		(1.210)	(3.223)
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	17.a	(3.582)	(2.871)
Taxa de fiscalização		69	45
Custo de transação – empréstimo		7.358	5.860
Pagamento de juros	12	(52.179)	–
Outras contas a pagar		7.354	(7.686)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		300.458	306.546
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado		(198)	(463)
Aquisições de itens do intangível		(218.798)	(162.657)
Aplicação financeira vinculada		(131.170)	(68)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		116.472	26.401
Aplicação financeira		3.413	52.460
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento		(230.281)	(84.327)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Empréstimos e financiamentos:			
Captação risco sacado	11	80.091	45.293
Pagamento risco sacado	11	(80.552)	(39.248)
Pagamento arrendamento mercantil		(6.027)	(24.289)
Pagamentos debêntures – principal	12	(64.293)	–
Aumento de Capital		25.500	–
Devolução de capital social	18	(90.000)	(205.000)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		(135.281)	(223.244)
(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(65.104)	(1.025)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		75.168	76.193
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		10.064	75.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional – A Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A.("Arteris"). A Arteris S.A. ("Controladora") é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividaddes de Construccion y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. A Arteris S.A. é uma Sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Autopista Régis Bittencourt tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. **2. Concessão** – A Sociedade está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-116/km 542-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30,5 km de duplicação de rodovia. • 30 km de terceira faixa. • 55 km de vias laterais. • 26,4 km de variantes/contornos. • Construção de 51 passarelas. • Construção de 6 praças de pedágio. • Construção de 9 Bases de Serviços Operacionais – BSO's. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R$8.436. A partir de 31 de dezembro de 2021 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R$94.202 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. (g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 1.158.008 (R$677.777 em 31 de dezembro de 2020) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R$ 342.344 (R$391.353 em 31 de dezembro de 2020) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. A Sociedade vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2021 estas obras estão estimadas em R$18.812 (R$131.049 em 31 de dezembro de 2020), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue: (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente. (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16. No exercício de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 ("exercício") não ocorreram mudanças na concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo mencionado abaixo: **Covid – 19:** Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados. Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, este ainda sem revogação

continua ...

arteris
Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

expressa, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras. A Sociedade adotou durante o exercício de 2020 estes benefícios previstos nas medidas tributária e não tributárias implementadas pela União, através do diferimento de tributos – Portaria nº 139/2020 e Portaria nº 245/2020, ambas sem revogação, contudo, os prazos de diferimentos não foram postergados e do FGTS – Medida Provisória nº 927/2020 revogada, além da redução das alíquotas do sistema S na determinação das contribuições parafiscais destinadas a outras entidades – Medida Provisória nº 932/2020 (convertida em Lei 14.025/2020), além de medidas como concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias. A Sociedade, de modo complementar, implementou também a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como grupo de risco do COVID-19, e que não conseguiram permanecer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda. Em 07 de maio de 2021 a Sociedade aderiu diante da publicação da Medida Provisória 1.046/2021 publicada em 28 de abril de 2021 ao diferimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os recolhimentos dos FGTS de todos os colaboradores referente aos meses de abril, maio, junho e julho de 2021 tiveram seus vencimentos postergados e foram depositados entre setembro a dezembro de 2021. Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas foram aplicadas e a Sociedade está atenta a qualquer nova medida, estas serão analisadas e a adoção implementada caso a Administração julgue relevante.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir: (i) Julgamentos – Contabilização do contrato de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17. Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão: A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão. (ii) Estimativas – Determinação das receitas de construção: De acordo com o CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Compliance* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão: A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios: A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 17. Imposto diferido: O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7. Redução ao valor recuperável (*Impairment*): Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Principais Práticas Contábeis – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **4.1 Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros: 4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2 Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4 Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2):** No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis:** Reconhecimento e mensuração: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10 Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Provisão para investimentos: Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,4% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas: A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12 Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis: (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32); (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); (e) Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15); (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26); (g) Contratos de Seguros; (h) Revisão anual das normas CPC 2018-2020; (i) Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26); (j) Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC23). Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras – Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas bancárias	3.542	5.992
Aplicações financeiras *	6.522	69.176
Total	10.064	75.168

Aplicações financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de investimentos**	3.798	7.211
Total	3.798	7.211

* Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,2% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (80,3% a.a. em 31 de dezembro de 2020).
** As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a Receber e Outras Contas a Receber – Estão representadas por:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	28.817	–	25.881	–
Cupons de pedágio a receber	1.387	–	1.798	–
Cartões de pedágio a receber	193	–	230	–
Receitas acessórias a receber (a)	3.009	3.937	2.199	3.934
Outras receitas a receber	2	–	2	–
Total	33.408	3.937	30.110	3.934

(a) Receitas acessórias referentes ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos. Cronograma de recebimento:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	32.990	3.937	29.736	3.934
Créditos vencidos até 60 dias	418	–	–	–
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	–	–	364	–
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	–	–	10	–
	33.408	3.937	30.110	3.934

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas com recebíveis em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(118.941)	(94.284)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	40.440	32.057
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(410)	(170)
Total	40.030	31.887
Imposto contabilizado	40.030	31.887
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	40.030	31.887
	40.030	31.887
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(34%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
Não circulante	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	452.903	312.459
Provisão de participação nos lucros	1.625	1.589
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	5.666	6.580
Outras provisões	2.125	2.532
Provisão para manutenção de rodovias	57.739	97.191
Amortização acumulada de obras futuras	516	430
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	788	356
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (c)		
Estorno de capitalização de juros	34	34
Amortização estorno de capitalização de juros	(13)	(11)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	521.383	421.160
Alíquota nominal	34%	34%
Total	177.270	143.194
Diferenças temporárias passivas		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(584)	(584)
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(45)	(38)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	122.627	105.109
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(196.247)	(213.758)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(66.724)	(72.678)
Total do imposto de renda e contribuição social	110.546	70.516

Movimentos de resultados representados por:

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal e base negativa	140.444	66.257
Provisão de participação nos lucros	36	(492)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(914)	373
Outras provisões	(406)	67
Provisão para manutenção de rodovias	(39.452)	10.550
Amortização acumulada de obras futuras	86	86
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(7)	(40)
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	432	(534)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	17.518	17.520
Amortização estorno de capitalização de juros	(2)	(2)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	117.735	93.785
Alíquota nominal	34%	34%
Total	40.030	31.887
Total do imposto de renda e contribuição social	40.030	31.887

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão. Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido. A expectativa de recuperação dos créditos oriundos do prejuízo fiscal e da base negativa e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue: Exercícios a findar-se em:

Impostos diferidos	Ativo não circulante
2023	2.109
2024	25.313
2025	25.313
2026	25.313
2027	25.313
Após 2027	50.626
	153.987

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Imóveis (e)	Outros	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2020	16.873	3.448	735	591	34	435	22.116
Remensuração	1.312	54	30	22	33	–	1.451
Adições	(18)	3.826	–	–	380	–	4.188
Transferências/reclassificações	–	–	–	–	435	(435)	–
Baixas	–	(3.525)	–	–	(243)	–	(3.768)
Saldo em 31/12/2021	18.167	3.803	765	613	639	–	23.987
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2020	(563)	(2.365)	(200)	(125)	(26)	(405)	(3.684)
Amortização	(3.480)	(1.268)	(418)	(382)	(154)	–	(5.702)
Transferências/reclassificações	–	–	–	–	(405)	405	–
Baixa	63	3.525	–	–	243	–	3.831
Saldo em 31/12/2021	(3.980)	(108)	(618)	(507)	(342)	–	(5.555)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2020	16.310	1.083	535	466	8	30	18.432
Saldo em 31/12/2021	14.187	3.695	147	106	297	–	18.432
Taxas de amortização – a.a.	20%	33%	55%	63%	37%	0%	

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Imóveis (e)	Outros	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2019	25.254	3.372	771	981	89	507	30.974
Adições	17.701	76	699	218	–	16	18.710
Baixas	(26.082)	–	(735)	(608)	(55)	(88)	(27.568)
Saldo em 31/12/2020	16.873	3.448	735	591	34	435	22.116
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2019	(5.612)	(1.156)	(490)	(358)	(68)	(246)	(7.930)
Amortização	(5.588)	(1.209)	(445)	(375)	(13)	(247)	(7.877)
Baixa	10.637	–	735	608	55	88	12.123
Saldo em 31/12/2020	(563)	(2.365)	(200)	(125)	(26)	(405)	(3.684)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2019	19.642	2.216	281	623	21	261	23.044
Saldo em 31/12/2020	16.310	1.083	535	466	8	30	18.432
Taxas de amortização – a.a.	22%	34%	32%	31%	15%	49%	

continua ...

arteris
Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se a veículos administrativos. (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais. (e) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

9. Imobilizado – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2020	1.043	2.474	611	1.175	4.491	–	9.794
Adições	–	90	–	–	–	108	198
Alienações/baixas	(5)	–	–	–	(8)	–	(13)
Saldo em 31/12/2021	1.038	2.564	611	1.175	4.483	108	9.979
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2020	(842)	(1.393)	(438)	(708)	(2.386)	–	(5.767)
Depreciações	(47)	(341)	(120)	(116)	(372)	–	(996)
Alienações/baixas	5	–	–	–	6	–	11
Saldo em 31/12/2021	(884)	(1.734)	(558)	(824)	(2.752)	–	(6.752)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2020	201	1.081	173	467	2.105	–	4.027
Saldo em 31/12/2021	154	830	53	351	1.731	108	3.227
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%		

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2019	1.006	2.152	626	1.175	4.413	–	9.372
Adições	37	322	–	–	104	–	463
Alienações/baixas	–	–	(15)	–	(26)	–	(41)
Saldo em 31/12/2020	1.043	2.474	611	1.175	4.491	–	9.794
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2019	(781)	(1.081)	(287)	(591)	(2.003)	–	(4.743)
Depreciações	(61)	(312)	(162)	(117)	(400)	–	(1.052)
Alienações/baixas	–	–	11	–	17	–	28
Saldo em 31/12/2020	(842)	(1.393)	(438)	(708)	(2.386)	–	(5.767)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2019	225	1.071	339	584	2.410	–	4.629
Saldo em 31/12/2020	201	1.081	173	467	2.105	–	4.027
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%		

10. Intangível e Infraestrutura em construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	*Software*	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2020	3.507.617	5.430	700	3.513.747	31.581	3.545.328
Adições	131.077	696	93	131.866	23.758	155.624
Transferências/reclassificações	9.202	–	(93)	9.109	(9.109)	–
Alienações/baixas	(5)	–	–	(5)	–	(5)
Saldo em 31/12/2021	3.647.891	6.126	700	3.654.717	46.230	3.700.947
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2020	(971.181)	(2.629)	–	(973.810)	–	(973.810)
Amortizações	(213.920)	(609)	–	(214.529)	–	(214.529)
Alienações/baixas	2	–	–	2	–	2
Saldo em 31/12/2021	(1.185.099)	(3.238)	–	(1.188.337)	–	(1.188.337)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2020	2.536.436	2.801	700	2.539.937	31.581	2.571.518
Saldo em 31/12/2021	2.462.792	2.888	700	2.466.380	46.230	2.512.610
Taxas de amortização – a.a. (c)	6%	20%				

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	*Software*	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2019	3.388.013	4.699	1.257	3.393.969	36.965	3.430.934
Adições	86.720	737	146	87.603	28.135	115.738
Transferências/reclassificações	33.665	–	(146)	33.519	(33.519)	–
Alienações/baixas	(781)	(6)	(557)	(1.344)	–	(1.344)
Saldo em 31/12/2020	3.507.617	5.430	700	3.513.747	31.581	3.545.328
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2019	(768.389)	(2.104)	–	(770.493)	–	(770.493)
Amortizações	(202.800)	(525)	–	(203.325)	–	(203.325)
Alienações/baixas	8	–	–	8	–	8
Saldo em 31/12/2020	(971.181)	(2.629)	–	(973.810)	–	(973.810)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2019	2.619.624	2.595	1.257	2.623.476	36.965	2.660.441
Saldo em 31/12/2020	2.536.436	2.801	700	2.539.937	31.581	2.571.518
Taxas de amortização – a.a. (c)	6%	20%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão. (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas as obras de duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade capitalizou o montante de R$3.706 (R$2.264 em 31 de dezembro de 2020) referente aos custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2021 foi de 1,06% a.a e em 2020 0,72% a.a, do total de juros provisionados no exercício, vide nota explicativa 12. Análise de *impairment*: A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante os anos de 2021 e 2020, pois apresentou algum indício de perda do valor recuperável dos ativos. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificada como única UGC em 31 de dezembro de 2021, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis.

11. Risco Sacado – Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R$6.854 (R$7.323 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês. Estão representados por:

Moeda nacional	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	7.323	1.317
Captações/Renovações	80.091	45.293
Amortização de principal	(80.552)	(39.248)
AVP/Risco sacado	(8)	(39)
	6.854	7.323
Saldo final	6.854	7.323

12. Debêntures – A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
8ª Emissão – 1ª Série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun-31	1.239.233	1.105.824
8ª Emissão – 2ª Série	700.000	CDI + 0,86% a.a.	jun-27	692.201	730.094
				1.931.434	1.835.918
			Custo de transação	(50.781)	(57.557)
			Total	1.880.653	1.778.361
			Circulante	85.955	136.758
			Não circulante	1.794.698	1.641.603
			Total	1.880.653	1.778.361

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não circulante	31/12/2021 Total	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não circulante	31/12/2020 Total
Saldo inicial	143.534	1.692.384	1.835.918	–	1.716.918	1.716.918
Juros provisionados	93.465	118.523	211.988	6.440	112.560	119.000
Amortização de principal	(64.293)	–	(64.293)	–	–	–
Pagamento de juros	(52.179)	–	(52.179)	–	–	–
Transferências	(27.796)	27.796	–	137.094	(137.094)	–
	92.731	1.838.703	1.931.434	143.534	1.692.384	1.835.918
Custo de transação	(6.776)	(44.005)	(50.781)	(6.776)	(50.781)	(57.557)
Saldo final	85.955	1.794.698	1.880.653	136.758	1.641.603	1.778.361

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
8ª Emissão – 1ª Série	19/11/2019	1.000.000	1.000	19/11/2019	1.000.000
8ª Emissão – 2ª Série	19/11/2019	700.000	970	19/11/2019	678.821
		1.700.000			1.678.821

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2023	100.421
2024	141.371
2025	166.201
2026	194.933
Após 2026	1.235.777
	1.838.703

As debêntures da 8ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris. As escrituras de emissão da 8ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas a seguir: Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,2, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{(EBITDA\ Ajustado - Impostos - CAPEX)}{Serviço\ da\ Dívida}$$

Onde: (i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto. (b) A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). A partir do exercício social de 2027, apresentar trimestralmente índice de alavancagem, de acordo com cada ano, menor ou igual a:

3,0 – 2027
2,5 – 2028
2,0 – 2029
1,5 – 2030
1,0 – 2031

$$Alavancagem = \frac{Dívida\ Líquida}{EBITDA\ Ajustado}$$

Onde: (iv) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa; e (v) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

13. Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R$14.531 (R$16.855 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R$15.248 (R$14.530 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. Arrendamento Mercantil a Pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

31/12/2021	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2020	4.847	13.941	18.788
Remensuração	499	952	1.451
Adições	1.455	2.733	4.188
Utilizações	(6.613)	–	(6.613)
Ajuste a valor presente	1.407	–	1.407
Transferências	3.750	(3.750)	–
Saldo em 31/12/2021	5.345	13.876	19.221

31/12/2020	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2019	7.148	16.786	23.934
Adições	(1.692)	4.959	3.267
Utilizações	(9.070)	–	(9.070)
Ajuste a valor presente	1.845	(1.188)	657
Transferências	6.616	(6.616)	–
Saldo em 31/12/2020	4.847	13.941	18.788

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2023	5.276
2024	5.144
2025	3.456
	13.876

Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R$6.027 (R$9.287 em 31 de dezembro de 2020). O potencial PIS/Cofins (3,65%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são respectivamente R$112 e R$516 para PIS e Cofins (R$41 e R$191 respectivamente para 31 de dezembro de 2020). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a taxa média é de 8,42% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da sociedade.

15. Transações com Partes Relacionadas – As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, debêntures para capital de giro. Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	31/12/2021	31/12/2020
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Vianorte S.A. (a)	–	608
Planalto Sul S.A. (a)	2	60
Litoral Sul S.A. (a)	3	127
Contas a receber de partes relacionadas circulante	5	795
Total parte relacionada no ativo circulante	5	795

Passivo circulante	31/12/2021	31/12/2020
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	4.385	3.955
Planalto Sul S.A. (a)	697	83
Fernão Dias S.A. (a)	5	–
Litoral Sul S.A. (a)	3.087	630
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	–	71
Passivos com partes relacionadas circulante	8.174	4.739
Total do passivo circulante	8.174	4.739

	31/12/2021 Despesas gerais (a)	31/12/2020 Despesas gerais (a)
Contas de Resultado:		
Controladora		
Arteris S.A.	(17.788)	(13.342)
Outras partes relacionadas		
Planalto Sul S.A.	(690)	(214)
Fluminense S.A.	–	(9)
Fernão Dias S.A.	(5)	–
Litoral Sul S.A.	(8.530)	(1.067)
Total	(27.013)	(14.632)

a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias. b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA a partir do 13º mês. Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registrada no intangível da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$1.117 (R$968 em 31 de dezembro de 2020), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R$918 (R$577 em 31 de dezembro de 2020), já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R$2.737 (R$2.897 em 31 de dezembro de 2020) a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. Benefícios a Empregados – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R$1.625 e R$1.589. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, *Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – EBITDA da Sociedade e EBITDA consolidado do grupo Arteris, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. Provisões – (a) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios: A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2021
Cíveis	808	1.853	(81)	(2.064)	66	582
Trabalhistas	1.740	1.121	(324)	(1.518)	–	1.019
Regulatório	4.032	33	–	–	–	4.065
Total	6.580	3.007	(405)	(3.582)	66	5.666

	31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2020
Cíveis	770	2.151	(11)	(2.102)	–	808
Trabalhistas	1.421	1.461	(373)	(769)	–	1.740
Regulatório	4.016	561	(545)	–	–	4.032
Total	6.207	4.173	(929)	(2.871)	–	6.580

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R$4.065 e 4.032 respectivamente. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade para os quais não foram constituídas provisões e que sumarizam o montante de R$12.898 (R$11.925 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscal ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis (*)	3.172	2.204
Trabalhistas	853	823
Regulatório	12.898	11.925
Fiscal	3.918	–
Total	20.841	14.952

(*) Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc. Os depósitos judiciais no montante de R$847 em 31 de dezembro de 2021 (R$2.122 em 31 de dezembro de 2020) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado perda como possível ou remota. (b) Provisão para manutenção: A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos. (c) Provisão para investimentos: A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	Circulante – Investimentos em rodovia	Circulante – Manutenção em rodovia	Não circulante – Manutenção em rodovia	Total – Investimentos em rodovia	Total – Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2020	1.399	64.326	32.865	1.399	97.191
Adições/Reversões	–	16.022	20.326	–	36.348
Utilizações	–	(79.513)	–	–	(79.513)
Ajuste a valor presente	–	2.299	1.414	–	3.713
Transferências	–	24.894	(24.894)	–	–
Saldo em 31/12/2021	1.399	28.028	29.711	1.399	57.739

	Circulante – Investimentos em rodovia	Circulante – Manutenção em rodovia	Não circulante – Manutenção em rodovia	Total – Investimentos em rodovia	Total – Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2019	1.399	52.125	34.516	1.399	86.641
Adições/Reversões	–	25.826	30.698	–	56.524
Utilizações	–	(50.994)	–	–	(50.994)
Ajuste a valor presente	–	3.028	1.992	–	5.020
Transferências	–	34.341	(34.341)	–	–
Saldo em 31/12/2020	1.399	64.326	32.865	1.399	97.191

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referentes às manutenções realizadas, foram de R$74.220 (R$53.242 em 31 de dezembro de 2020).

18. Patrimônio Líquido – a) Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 é de R$892.785 (R$970.785 em 31 de dezembro de 2020), compostos por 666.255.515 (657.300.291 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias e sem valor nominal, totalmente integralizado (R$957.285 em 31 de dezembro de 2020). A Sociedade efetuou a redução de capital social no montante de R$90.000, mediante restituição de capital em moeda corrente, e sem o cancelamento de quaisquer ações conforme ata constituída em 14 de setembro de 2021. Integralizado o capital social no montante de R$13.500 em moeda corrente, em 20 de outubro de 2021. Em 20 de dezembro de 2021 foi aprovado o aumento de capital social através de AGE no montante de R$12.000 em moeda corrente, mediante a emissão de 8.955.244 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas e serão integralizadas pela única acionista Arteris S.A.. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. Em 31 de dezembro de 2021 não há constituição de dividendos mínimos obrigatórios devido ao resultado final apurado no exercício de 2021 ter apresentado prejuízo líquido.

19. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta:		
Receita de serviços prestados	531.950	462.287
Receita de serviços de construção	151.217	112.737
Outras receitas	9.590	8.736
	692.757	583.760
Deduções:		
ISSQN	(26.773)	(23.453)
PIS	(3.515)	(2.881)
COFINS	(16.224)	(13.240)
Outras deduções	(739)	(368)
Receita líquida	645.506	543.818

20. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	31/12/2021	31/12/2020
Custos:		
Com pessoal	(30.327)	(21.870)
Serviços de terceiros	(23.931)	(29.199)
Conservação	(19.171)	(19.031)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.939)	(3.351)
Consumo	(4.729)	(4.495)
Transportes	(5.331)	(4.178)
Verba de fiscalização	(17.356)	(16.630)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(396)	(241)
Seguros/Garantias	(3.510)	(3.704)
Provisão de manutenção em rodovias	(36.348)	(56.524)
Custos de serviços da construção	(151.217)	(112.737)
Depreciação/Amortização	(220.541)	(212.028)
Outros	(1.353)	(894)
Total	(518.149)	(484.882)

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(17.427)	(13.425)
Serviços de terceiros	(2.807)	(3.124)
Manutenção de bens e conservação	(1.957)	(1.973)
Consumo	(1.443)	(1.097)
Transportes	(169)	291
Seguros/Garantias	(47)	(89)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(2.602)	(3.244)
Comunicação e marketing	(441)	(276)
Indenizações à terceiros	(22)	(15)
Publicações legais	(296)	(278)
Depreciação/Amortização	(686)	(226)
Outros	(1.456)	(1.568)
Total	(29.353)	(25.024)

21. Resultado Financeiro – Está representado por:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	5.026	1.999
Créditos fiscais (a)	35	2.646
Outras receitas	47	60
Total	5.108	4.705

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(208.282)	(116.736)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(5.112)	(5.638)
Outras despesas	(9.837)	(11.594)
Total	(223.231)	(133.968)

	31/12/2021	31/12/2020
Outros resultados financeiros líquidos:		
Variação cambial líquida	(36)	(118)
Total	(36)	(118)

(*) Do total de juros de debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$208.282, o montante de R$3.706 foi capitalizado (R$116.736 e R$2.264 em 31 de dezembro de 2020) e reconhecido como adição de intangível na demonstração do fluxo de caixa de investimento. (a) Créditos fiscais na atualização de impostos a recuperar e recuperação de créditos com PIS e a COFINS. A partir de 01/07/2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente, de acordo com o Decreto Nº 8.426, de 1º de abril de 2015. Porém após a Instrução Normativa RFB Nº 1731, de 22 de agosto de 2017, as tributações destes impostos não se aplicam a companhias de concessões rodoviárias, que após apresentação dos Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), gerou o crédito fiscal estornando os impostos já reconhecidos.

22. Demonstração dos Fluxos de Caixa – a) Informações suplementares:

	31/12/2021	31/12/2020
Total das adições de intangível e Infraestrutura em construção	155.624	115.738
Total das adições de imobilizado	198	463
Juros capitalizados – debêntures	(3.706)	(2.264)
	152.116	113.937
Aquisição (adições)	(152.116)	(113.937)
Fornecedores	9.666	1.697
Obrigações fiscais	881	3.926
Contas a pagar – partes relacionadas	350	487
Cauções contratuais	1.736	(4.299)
Realização manutenção ICPC 01 em rodovias	(79.513)	(50.994)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e Infraestrutura em construção	(218.996)	(163.120)
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(198)	(463)
Aquisições de itens do intangível	(218.798)	(162.657)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(218.996)	(163.120)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(66.880)	(49.183)

23. Prejuízo por Ação – O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Básico/Diluído		
Prejuízo líquido do exercício	(78.911)	(62.397)
Número de ações durante exercício	657.570	657.300
Prejuízo por ação	(0,1200)	(0,0949)

(*) em milhares

O quadro abaixo apresenta a média ponderada das ações:

Evento	Data	Dias (evento e final do exercício)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
	31/12/2020	–	0,00%	–	657.300.291	657.300.291
Ata AGE	20/12/2021	11	3,01%	8.955.224	666.255.515	269.883
	31/12/2021	365	0,00%	8.955.224	–	657.570.174
			Média ponderada (em milhares)			657.570

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não existir durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

continua ...

arteris
Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

24. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31/12/2021 Contábil	31/12/2021 Valor justo	31/12/2020 Contábil	31/12/2020 Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	10.064	10.064	75.168	75.168
Aplicações financeiras	Nível 2	1	3.798	3.798	7.211	7.211
Contas a receber clientes	Nível 2	2	33.408	33.408	30.110	30.110
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	5	5	795	795
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	14.710	14.710	–	–
Outros Créditos	Nível 2	2	4.475	4.475	4.888	4.888
			66.460	66.460	118.172	118.172
Empréstimos e financiamentos (**)	Nível 2	2	2	2	(580)	(580)
Empréstimos – Risco sacado	Nível 2	2	6.854	6.854	7.323	7.323
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	8.174	8.174	4.739	4.739
Debêntures (**)	Nível 2	1	1.880.653	1.561.616	1.064.385	1.024.609
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	29.779	29.779	31.385	31.385
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.460	1.460	1.391	1.391
Outras contas a pagar	Nível 2	2	15.475	15.475	8.121	8.121
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2)) (***)	Nível 2	1	19.221	19.221	18.788	18.788
			1.961.618	1.642.581	1.135.552	1.095.776

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado
(**) Vide nota 12
(***) Não é escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo: O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **a) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (-25%)
CDI	11,50%	14,38%	17,25%	8,63%
Juros a incorrer – Empréstimos e Debêntures (*)	(86.241)	(106.313)	(126.385)	(66.169)
Receita de aplicações financeiras	1.196	1.495	1.794	897
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(85.045)	(104.818)	(124.591)	(65.272)
IPCA	5,03%	6,29%	7,55%	3,77%
Juros a incorrer – Empréstimos e Debêntures (*)	(120.904)	(137.189)	(153.473)	(104.619)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(120.904)	(137.189)	(153.473)	(104.619)
Juros a incorrer líquido	(205.949)	(242.007)	(278.064)	(169.891)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 03 de janeiro de 2022, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, estando em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **b) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos. Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade apresentava valores a receber no montante de R$28.817 (R$25.881 em 31 de dezembro de 2020) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar, Autoexpresso, Movemais, Veloe e Greenpass, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Contas a receber". A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. **c) Risco de liquidez e gestão de capital:** Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. A Sociedade reconheceu um prejuízo líquido de R$78.911 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, nesta data o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$125.981 (R$152.880 em 31 de dezembro de 2020). A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais: Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Capital de giro	10,51%	6.854	6.854	6.854	–	–	–	–
Arrendamento mercantil a pagar	8,42%	19.221	19.221	1.188	5.600	6.568	5.865	–
Debêntures – CDI	10,88%	692.201	932.862	–	140.111	139.781	332.473	320.497
Debêntures – IPCA	15,01%	1.239.233	1.669.052	–	69.738	73.506	169.877	1.355.931
Fornecedores e cauções contratuais	–	29.779	29.779	26.955	2.824	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas	–	8.174	8.174	8.174	–	–	–	–
Outras contas a pagar	–	15.475	15.475	15.475	–	–	–	–
		2.010.937	2.681.417	58.646	218.273	219.855	508.215	1.676.428

26. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	202.938

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 31.769 (R$ 5.123 em 31 de dezembro de 2020).

28. Eventos Subsequentes – Abaixo a relação de integralizações de capital em moeda corrente nacional ocorridas na Sociedade.

Data	Aprovação	Ações emitidas	Valor	Valor integralizado	Valor a integralizar
20/01/2022	AGE	8.955.224	12.000	12.000	–
07/02/2022	AGE	72.549.020	74.000	3.000	71.000
			86.000	15.000	71.000

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia – Conselheiro
Roberto Paolini – Conselheiro
Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Conselheira

Diretoria

Andre Giavina Bianchi – Diretor Executivo de Operações
Antonio Cesar Ribas Sass – Diretor de Operações
Simone Aparecida Borsato – Diretora Econômico e Financeiro/Diretora de Relações com Investidores
Giane Luza Zimmer Freitas – Diretora de Assuntos Regulatórios
Luiz Marcelo de Souza – Diretor de Manutenção

Contador

Fernando Vinicius de Lima – CRC SP-305.385/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Régis Bittencourt S.A. Registro-SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Régis Bittencourt S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão
Veja as notas explicativas 4.7 e 10 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria
Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu nas suas demonstrações contábeis ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de trafego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possui risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliamos do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso da UGC; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa do valor em uso da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com orçamento aprovado pela Administração da Sociedade; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC está razoável quando comparados com um cálculo independente. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Realização dos ativos fiscais diferidos
Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria
Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, ativos fiscais diferidos no valor de R$ 110.546 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de trafego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se o estudo técnico preparado pela administração da Sociedade foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas no estudo técnico preparado pela administração da Sociedade (fluxo de caixa) são fundamentados em dados históricos e/ou do mercado condizente com o orçamento aprovado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados do estudo técnico preparado pela administração da Sociedade estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores
A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 24 de fevereiro de 2022.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2 SP-027666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8